PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL
PDITS CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

PRODUTO 6

VERSÃO FINAL

VOLUME 1

Dezembro/2014

FICHA TÉCNICA - MINISTÉRIO DO TURISMO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Marx Beltrão

SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

Secretário: Antônio Henrique de Carvalho Pires

DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TURISMO

Diretor: Rogério Antonio Cóser

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO TURISMO

Coordenador: Eduardo Cláudio Madeira

TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR DA COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO TURISMO

Marina Neiva Dias

CHEFE DE DIVISÃO DA COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO TURISMO

Miranice Lima Santos

Promover a igualdade faz a diferença

Governo do Rio Grande do Sul
Secretaria do Turismo

FICHA TÉCNICA – SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL

José Ivo Sartori

SECRETÁRIO DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL

Victor Hugo Alves da Silva

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André José Kryszczun

DIRETORA GERAL

Simone Souza Adriano

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Luana V. Ribas Zakowicz

ASSESSORIA TÉCNICA

Denise Raquel Gress

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA CULTURA

Leoveral Golzer Soares

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO ESPORTE

Gelson Tadeu Oliveira Pires

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

Abdon Barretto Filho

EQUIPE TÉCNICA

Álvaro Luís Melo Machado
Ana Beatriz G. Cossetin
Ângela Minuzzi Leão
Ângela Cristina Szobot de Menezes
Cristina Beatriz Queirolo Feijó
Cristina Beleza Ribeiro
Débora Snel
Graciela Rangel Bonamigo Nacci
Hosana Colovini
Liane Port
Márcia Merlo
Rosana Simões

Promover a igualdade faz a diferença

Governo do Rio Grande do Sul
Secretaria do Turismo

FICHA TÉCNICA – ITEC

DIRETORA

Adriana Papaleo

COORDENADOR TÉCNICO

Joaquim Soutinho

ESPECIALISTA EM PROGRAMAÇÃO E MONITORAMENTO

Ivy Tissiane Góis

ESPECIALISTA EM URBANISMO

Adriana Souza Papaleo

ESPECIALISTAS EM PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Maialú Neves

Roberta Leonez

ESPECIALISTA EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Luciana Pessoa Cavalcante

ESPECIALISTA EM FORTALECIMENTO DA GESTÃO E EM PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Daisy Basso Cadaval

ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

Nelson Amaral Nunan Eustáquio

ESPECIALISTA EM ESTUDOS E ANÁLISE DE VIABILIDADE

José Airton Mendonça de Melo

ESPECIALISTA EM INFRAESTRUTURA

Luiz Fernando Augusto de Oliveira

EQUIPE COMPLEMENTAR

Audileny Maria Ribeiro

Arquiteta e Urbanista

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS **8**
LISTA DE TABELAS **10**
LISTA DE GRÁFICOS **12**
LISTA DE FIGURAS **13**
LISTA DE MAPAS **15**
LISTA DE FOTOS **16**
SIGLAS **18**
APRESENTAÇÃO **23**
INTRODUÇÃO **24**
1 OBJETIVOS DO PDITS **29**
2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS **31**
2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA TURÍSTICA SELECIONADA: CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA 31
2.1.1 Porto Alegre e Delta do Jacuí 38
2.1.2 Vale do Paranhana 44
2.1.3 Hortênsias 49
2.1.4 Campos de Cima da Serra 56
2.2 ANÁLISE DO MERCADO TURÍSTICO 60
2.2.1 Análise da Demanda Turística Atual 60
A. Tendências no perfil quantitativo dos visitantes 60
B. Caracterização do Perfil Qualitativo dos Segmentos Atuais 77
C. Tendências do Comportamento e Hábitos de Informação e Compra da Viagem 86
D. Tendência da estrutura do gasto turístico 87
E. Tendências da Valorização da Qualidade da Oferta Atual e Determinação da Imagem Percebida 95
F. Identificação do Portfólio Estratégico de Produtos Turísticos/Segmentos Atuais de Demanda 97
2.2.2 Análise da Demanda Turística Potencial 98
A. Caracterização do perfil qualitativo dos segmentos potenciais 99
B. Identificação de elementos críticos que influem no processo de tomada de decisões de compra da viagem dos segmentos potenciais 104
C. Nível de expectativas dos diferentes segmentos potenciais 105
D. Hábitos de informação e compra dos diferentes segmentos potenciais 107
E. Grau de conhecimento e interesse da demanda potencial pela Área 109
F. Identificação de destinos competidores 109
2.2.3 Oferta Turística 110
A. Atrativos Turísticos 111
B. Avaliação dos serviços e equipamentos turísticos existentes 148
2.3 INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS 196
2.3.1 Rede Viária de Acesso e Transporte Urbano 197

A. Rede viária, acessos regionais e serviços 197
B. Projetos Previstos para o Corredor Turístico 240
2.3.2 Sistema de abastecimento de água 248
A. Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN 248
B. Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE 250
2.3.3 Sistema de esgotamento sanitário 251
2.3.4 Sistema de limpeza urbana 253
2.3.5 Rede de drenagem pluvial 255
2.3.6 Sistemas de comunicação 257
2.3.7 Iluminação pública e energia 258
A. Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE 258
B. Rio Grande Energia 260
2.3.8 Serviços de saúde 261
2.3.9 Segurança 264
A. Policia Civil RS 265
B. Brigada Militar do RS 268
C. Comando Ambiental da Brigada Militar 268
2.4 QUADRO INSTITUCIONAL 269
2.4.1 Órgãos e Instituições que Atuam na Gestão do Turismo 269
2.4.2 Impactos e Limitações das Políticas públicas 274
2.4.3 Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico 277
2.4.4 Legislação 283
2.4.5 Quadro dos Incentivos para o Investimento Turístico 285
2.5 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS 287
2.5.1 Análise das Condições Ambientais da Área Turística 287
A. Bioma e Vegetação 287
B. Recursos Hídricos 295
C. Unidades de Conservação 297
2.5.2 Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais já Causados pela Atividade Turística 307
2.5.3 Gestão Ambiental Pública 311
A. Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA 312
B. O Sistema Estadual de Proteção Ambiental- SISEPRA 312
C. Sistema Municipal de Meio Ambiente-SISMUMA 313
2.5.4 Gestão Ambiental nas Empresas Privadas 315
A. OAB/RS 316
B. GERDAU 317
C. RIO GRANDE ENERGIA-RGE 317
D. ALAMBIQUE FLOR DO VALE (CANELA/RS) 317
2.5.5 Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial 318
A. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO-ZEE 318
B. PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH 318
C. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA 318
2.5.6 Participação e inclusão dos diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico 319
2.6 CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 322

2.6.1 Valoração ponderada dos produtos ou tipos/segmentos turísticos atuais e potenciais 322
2.6.2 Identificação de áreas críticas de intervenção 323
2.6.3 Posição atual da Área no mercado turístico X posicionamento potencial 326
2.6.4 Matriz SWOT 328

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha – Municípios integrantes..... 34
Quadro 2: Corredor Turístico - População 37
Quadro 3: Perfil da Demanda Doméstica..... 77
Quadro 4: Perfil do Turista da Região das Hortênsias 78
Quadro 5: Perfil da Demanda Internacional 79
Quadro 6: Perfil da demanda por segmentação..... 81
Quadro 7: Rio Grande do Sul - Aspectos positivos e negativos do turismo 96
Quadro 8: Perfil do Turista nacional desejado para o CT..... 102
Quadro 9: Perfil do Turista Internacional desejado para o ct 103
Quadro 10 – Atrativos Turísticos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha..... 112
Quadro 11: Distribuição dos Eventos Programados no CT por subtipo 121
Quadro 12: Itinerários Culturais no Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha..... 128
Quadro 13 – Bens Tombados no Corredor Turísticos Porto Alegre-Serra Gaúcha..... 129
Quadro 14: Quantitativo de meios de hospedagem e unidades habitacionais por município. 149
Quadro 15: Quantitativo de Transportadoras Turísticas e Locadoras de Carros do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha 177
Quadro 16: Principais Centros de Eventos de Porto Alegre..... 181
Quadro 17: Quantitativo de Guias de Turismo do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha..... 193
Quadro 18: Organização das rodovias para estudo do diagnóstico. 214
Quadro 19: Condições de Trafegabilidade na RS-020..... 223
Quadro 20: Condições de Trafegabilidade na RS-239..... 231
Quadro 21: Condições de Trafegabilidade na RS-040..... 236
Quadro 22: Condições de Trafegabilidade na RS-453..... 237
Quadro 23: Endereço das Estações Rodoviárias de Cada Município do CT. 238
Quadro 24: Linhas de ônibus Intermunicipais. 238
Quadro 25: Dados abastecimento DMAE 250
Quadro 26: Sistemas DMAE 251
Quadro 27: Dados operacionais esgotamento sanitário..... 251
Quadro 28: Dados de geração de RSU e geração *per capita.* 255
Quadro 29: Telefones fixos 257
Quadro 30: Número de hospitais de leitos nos municípios do CT..... 261
Quadro 31: Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha - Coordenação municipal do turismo 272
Quadro 32: Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha - Coordenação municipal do turismo 274
Quadro 33: Outros Projetos/Ações da SETUR/RS..... 280
Quadro 34: Projetos para o turismo no Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha..... 280
Quadro 35 - Legislação Turística 283
Quadro 36: Municípios e instrumento legal de criação do Plano Diretor..... 284

Quadro 37: Unidades de Conservação no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha 298
Quadro 38: Informações Gerais a respeito das Unidades de Conservação e Parque Turístico 305
Quadro 39: Cenário Atual X Cenário Desejado 326
Quadro 40: Matriz SWOT 329

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Rio Grande do Sul: Meios de hospedagens (MH), Unidades Habitacionais (UH) e fluxo turístico Hoteleiro 60
Tabela 2: Porto alegre: Estatísticas Utilizadas na Estimação do Fluxo Turístico 61
Tabela 3: Rio Grande do Sul: Fluxo Turístico Hoteleiro total, doméstico e internacional, 2012 62
Tabela 4: Rio Grande do Sul: Fluxo Turístico Total, doméstico e internacional, 2012 62
Tabela 5: Rio Grande do Sul: Fluxo Turístico hoteleiro e não hoteleiro: Doméstico e Internacional, 2012 63
Tabela 6: Rio Grande do Sul: Fluxo Turístico Doméstico por meio de hospedagem, 2012 64
Tabela 7: Brasil: Participação dos Meios de Hospedagens Utilizados na Principal Viagem Doméstica, por Renda, 2011 64
Tabela 8: Rio Grande do Sul: Meios de Hospedagens Utilizados na Principal Viagem Doméstica, por Renda, 2012 65
Tabela 9: Rio Grande do Sul: principais estados emissores do turismo doméstico, 2011 66
Tabela 10: Rio Grande do Sul: principais países emissores do turismo receptivo, 2012 67
Tabela 11: Rio Grande do Sul: principais Continentes emissores do turismo receptivo, 2012. 68
Tabela 12: Rio Grande do Sul: Projeção do Fluxo Turístico total: em milhares 70
Tabela 13: Porto Alegre: Movimentação de Passageiros no Aeroporto Salgado Filho 71
Tabela 14: Brasil: Meios de transportes Utilizados na Principal Viagem Doméstica 2010/11 71
Tabela 15: Porto Alegre: Fluxo na Plataforma Intermunicipal - Embarques 71
Tabela 16: Rio Grande do Sul: Projeção do Fluxo Turístico Doméstico, em milhares Cenário Programático 72
Tabela 17: Rio Grande do Sul: Projeção do Fluxo Internacional: em milhares - Cenário Programático 72
Tabela 18: Brasil: Participação do Fluxo por Motivo e Gasto, 2012 73
Tabela 19: Brasil: Permanência média do Fluxo por Motivo da viagem, 2007e 2011 73
Tabela 20: Rio Grande do Sul: Projeção de Gastos Per Capita por Motivo da viagem 74
Tabela 21: Rio Grande do Sul: procedência, motivo e Gasto do Fluxo Internacional, 2012 74
Tabela 22: Rio Grande do Sul: procedência, motivo e Gasto do Fluxo Internacional, 2012 75
Tabela 23: Rio Grande do Sul - Fluxo Turístico Internacional – Participação do fluxo por motivo, Gasto e Permanência, 2012 76
Tabela 24: Rio Grande do Sul: Projeção do Gasto Per Capita por motivo de Viagem do Fluxo Turístico Internacional, 2012-2022 76

Tabela 25: Brasil: Gastos médios realizados na viagem, em R$ 1,00 por setores característicos do turismo 88
Tabela 26: Brasil - Gasto médio no principal viagem doméstica, RM R$ 1,00 por classe de renda 89
Tabela 27: Brasil– Índice de Gasto médio no principal viagem doméstica, por classe de renda, 2007 e 2011 89
Tabela 28: Rio Grande do Sul – Índice de Gasto médio no principal viagem doméstica, por classe de renda, 2007 e 2011 90
Tabela 29: Rio Grande do Sul - Índice de Gasto médio no principal viagem doméstica, por classe de renda, 2007 e 2011 90
Tabela 30: Brasil: Gastos médios realizados na viagem, em R$ 1,00 por setores característicos do turismo e faixa de renda do turista, 2007 e 2011 91
Tabela 31: Brasil: Percentual dos gastos médios realizados na viagem, em R$ 1,00 por setores característicos do turismo e faixa de renda do turista, 2007 e 2011 91
Tabela 32: Brasil- Uso de pacotes na principal viagem doméstica, por classe de renda 92
Tabela 33: Brasil- Gasto médio no principal viagem doméstica, por classe de renda e setores característico, com Pacotes turísticos, 2007 e 2011 92
Tabela 34: Brasil- Percentual do gasto médio no principal viagem doméstica, por classe de renda e setores característico, com Pacotes turísticos, 2007 e 2011 93
Tabela 35: Brasil- Gasto médio no principal viagem doméstica, por classe de renda e setores característico, Sem Pacotes turísticos, 2007 e 2011 93
Tabela 36: Brasil- Percentual do gasto médio no principal viagem doméstica , por classe de renda e setores característico, sem Pacotes turísticos, 2007 e 2011 94
Tabela 37: Porto Alegre - Estrutura do gasto médio do turista nacional, 2010 94
Tabela 38: Quantidade de Agências de Turismo. 161
Tabela 39: Dados operacionais da CORSAN para o abastecimento de água. 248

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porto Alegre: Meios de Hospedagem utilizados pelo turista doméstico, 2010. 63
Gráfico 2: Rio Grande do Sul: principais estados emissores do turismo doméstico, 2011 66
Gráfico 3: Porto Alegre: principais estados emissores do turismo doméstico, 2010 67
Gráfico 4: Rio Grande do Sul: principais países emissores do TURISMO RECEPTIVO, 2012 68
Gráfico 5: Rio Grande do Sul: principais países emissores do turismo receptivo, 2012 69
Gráfico 6: Projeção do Fluxo Turístico total: em milhares e por Cenários 70
Gráfico 7: Rio Grande do Sul: Gasto Per capita (US$) POR país emissor, 2012 75
Gráfico 8: Brasil: percentual dos gastos médios realizados na viagem, em R$ 1,00 por setores característicos do turismo 88
Gráfico 9 – Infraestrutura e Serviços Oferecidos no Meio de Hospedagem ... 153
Gráfico 10 – Adoção de Medidas Sustentáveis 155
Gráfico 11: Certificações de qualidade e qualidade ambiental. 157
Gráfico 12 – Meses de Maior Movimento 159
Gráfico 13 – Meses de Menor Movimento 159
Gráfico 14: Proporciona Treinamento 160
Gráfico 15: Serviços Oferecidos nas Agências. 163
Gráfico 16: Proporciona Treinamento 168
Gráfico 17: Necessidade de Capacitação para o Turismo 168
Gráfico 18: Principal Aspecto Motivador da Viagem – Agências 169

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Rio Grande do Sul 31
Figura 2: Divisão das Regiões Turísticas do Rio Grande do Sul 33
Figura 3: Matriz de Valor gerada pelas notas atribuídas à importância e à satisfação em cada um dos fatores 106
Figura 4: Envolvimento com as mídias (assina + lê + folheia) 108
Figura 5: Forma mais eficiente de se informar sobre viagens de natureza e aventura no Brasil 108
Figura 6: Rotas Bustour – Gramado e Canela 180
Figura 7: Localização do Aeroporto Internacional Salgado Filho 198
Figura 8: Acessos ao Aeroporto Internacional Salgado Filho 199
Figura 9: Tipos de Sinalização Vertical de Indicação par acesso ao Aeroporto. 200
Figura 10: Detalhe A- Pontos de cuidado no acesso ao Aeroporto. 201
Figura 11: Localização dos Aeródromos de Canela e Caxias do Sul. 203
Figura 12: Malha ferroviária da ALLMS. 204
Figura 13: Linha atual em operação do trem urbano. 206
Figura 14: Traçado da Linha POA-Guaíba. 207
Figura 15:Localização da Hidroviária de Porto Alegre. 208
Figura 16: Localização de Portos no RS. 208
Figura 17: Localização das Estações BikePOA. 212
Figura 18: Mapa Rodoviário do CT. 215
Figura 19: Resumo da acidentalidade no período de 1997 a 2012. 217
Figura 20: Sinalização Turística (DAER/RS, 2006) 219
Figura 21: Mapa do trecho da EGR na RS-020 220
Figura 22: Km 0 da RS-020. 221
Figura 23: Esquema funcional da intercessão entre RS-020 e RS-239. 221
Figura 24: Mapa do trecho da RS-115 entre Taquara – Gramado. 225
Figura 25: Rodovia RS-235. 227
Figura 26: Trecho administrado pela EGR na RS-239. 230
Figura 27: Rodovia RS-239 com ciclovia e comércio adjacentes. 230
Figura 28: Mapa de toda a extensão da rodovia BR-116 231
Figura 29: Mapa da BR-101. 233
Figura 30: Trecho da Free Way pela Concepa. 234
Figura 31: Tarifas nos postos da Free Way. 235
Figura 32: Linha da Primeira fase do Metrô de Porto Alegre. 242
Figura 33: Pontos de novas linhas propostas para transporte por catamarã. 243
Figura 34: Imagens do projeto de revitalização do Cais Mauá. 245
Figura 35: Viaduto da 3ª Perimetral na Av. Bento Gonçalves em Porto Alegre. 247
Figura 36: Rio Grande do Sul - Rede coletora de esgoto 252
Figura 37: Rio Grande do Sul – Manejo de Resíduos Sólidos 254
Figura 38: Rio Grande do Sul - Manejo de Águas Pluviais 256
Figura 39: Área de concessão da Geração da CEEE. 259
Figura 40:Área de concessão da Transmissão da CEEE. 260

Figura 41: Organograma da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. 265
Figura 42: Sedes e áreas de atuação do CABM e dos Batalhões. 268
Figura 43: Estrutura Institucional para o turismo no Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha 273
Figura 44: Unidades de Vegetação do Rio Grande do Sul – RADAM 287
Figura 45: Limite em verde dos Biomas Pampa (abaixo) e Mata Atlântica. ... 291
Figura 46: Limites em preto dos municípios objeto deste estudo, dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. 294
Figura 47: Municípios dos corredores e bacias hidrográficas 295
Figura 48: Municípios e UCs 298
Figura 49: Portfólio de Produtos/Segmentos 323

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha - Localização no Rio Grande do Sul 36
Mapa 2: Região Turística Porto Alegre e Delta do Jacuí – Municípios da área de planejamento 39
Mapa 3: Região Turística Vale do Paranhana – Municípios da área de planejamento 45
Mapa 4: Região Turística Hortênsias – Municípios da área de planejamento .. 50
Mapa 5: Região Turística Campos de Cima da Serra – Municípios da área de planejamento 57
Mapa 6: Atrativos Turísticos do Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha 119
Mapa 7: Bens Tombados no Corredor Turístico Porto Alegre - Serra Gaúcha 131

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Mercado Municipal – Porto Alegre 40
Foto 2: Parque Estadual de Itapuã - Viamão 42
Foto 3: Morro do Itacolomi - Gravataí..... 43
Foto 4: CTG O Fogão Gaúcho - Taquara..... 46
Foto 5: Ecoland - Igrejinha 47
Foto 6: Parque das Laranjeiras – Três Coroas..... 48
Foto 7: Pórtico na entrada da cidade - Gramado 51
Foto 8: Parque Estadual do Caracol - Canela..... 53
Foto 9: Parque da Cachoeira – São Francisco de Paula 54
Foto 10: Lojas no interior do Parque do Imigrante – Nova Petrópolis 55
Foto 11: Pedra do Segredo – Parque Nacional da Serra Geral – Cambará do Sul. 58
Foto 12: Cachoeirão dos Rodrigues – São José dos Ausentes. 59
Foto 13: Ilustração esquemática de Oferta Turística..... 110
Foto 14: Linha Turismo 180
Foto 15: Bustour..... 180
Foto 16: Área de Exposição – CEPUC..... 182
Foto 17: Sala de apoio – CEPUC..... 182
Foto 18: Plenário Mercosul – FIERGS 182
Foto 19: Pavilhão de Exposição – FIERGS..... 182
Foto 20: Fachada – Centro de Eventos Plaza São Rafael 182
Foto 21: Fachada – Centro de Eventos Plaza São Rafael 182
Foto 22: Expogramado..... 183
Foto 23: Serra Park Centro de Feiras e Eventos..... 183
Figura 24: Mapa do Parque Estadual do Caracol em Canela/RS 192
Foto 25: ponto da linha turismo no Largo do Zumbi. 213
Foto 26: Estação de bicicleta com placa informativa..... 213
Foto 27: Condição do mirante em São Francisco de Paula. 222
Foto 28: RS-020 sem pavimentação em Cambará no Sul. 223
Foto 29: Pórtico de Gramado na RS-115. 226
Foto 30: Portal de Gramado na RS-235. 228
Foto 31: Sinalização turística na RS-235 em Gramado. 229
Foto 32: Ao fundo, amostra de Floresta Estacional Semidecidual dentro do Parque Estadual Itapuã - Viamão..... 288
Foto 33: Área de Formação Pioneira, com influência da Lagoa dos Patos, dentro do Parque Estadual Itapuã - Viamão..... 288
Foto 34: Ao fundo do parque de canoagem temos amostra de Floresta Estacional Decidual - Três Coroas 289
Foto 35: Estrada no interior de Floresta Estacional Decidual em morro conhecido como Ninho da Águia - Nova Petrópolis. 289
Foto 36: Floresta Ombrófila Densa na encosta leste do Planalto - Cambará do Sul, limite com Santa Catarina 290
Foto 37: Floresta Ombrófila Densa, em outro trecho da encosta leste do Planalto - Cambará do Sul, limite com Santa Catarina. 290
Foto 38: Floresta Ombrófila Mista observando-se a Araucária dominando o dossel em São José dos Ausentes. 291
Foto 39: Estepe com floresta de galeria em São José dos Ausentes. 291

Foto 40: Floresta Nebular no PARNA Aparados da Serra 299
Foto 41:Vista do PARNA da Serra Geral 299
Foto 42:Lixo disposto de qualquer forma em cachoeira utilizada para lazer - Nova Petrópolis. 309

SIGLAS

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABLA - Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis

ALL - América Latina Logística S/A

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BEMTUR – Boletim Estatístico Municipal do Turismo em Porto Alegre

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CET/UnB - Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília

CGVS - Coordenadoria-Geral de Vigilância em Saúde

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDIMMA - Conselho de Dirigentes do Meio Ambiente

Conetur - Conselho Estadual de Turismo

CONFEMA - Conferência Estadual do Meio Ambiente

CONSEMA - Sistema Estadual dá-se por meio do Conselho Estadual do Meio Ambiente

CORSAN - Companhia Rio-Grandense de Saneamento

CRH - Conselho de Recursos Hídricos

CT – Corredor Turístico

CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento

CTG - Centro de Tradições Gaúchas

CTIs – Centros de Informação Turística

CVB - Convention & Visitors Bureau

DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DEP - Departamento de Esgotos Pluviais

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

DS - Distritos Sanitários

EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação

ETA - Estação de Tratamento de Água

FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FARGS – Faculdade Rio-Grandense

FEE/RS - Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul

Fepam - Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FIPE – Fundação Instituo de Pesquisa de Econômica da Universidade de São Paulo

FLONA-SFP - Floresta Nacional de São Francisco de Paula

FNQ - Fundação Nacional da Qualidade

FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil

GD - Gerências Distritais

GERCO/RS - Programa de Gerenciamento Costeiro do Rio Grande do Sul

GMID – gasto médio individual diário

IBGE – Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCA - *International Congress and Convention Association*

IGP-M – Índice Geral de Preço, mercado, da FGV.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

MBC - Movimento Brasil Competitivo

METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

MH – Meio de Hospedagem

MTur - Ministério do Turismo

NASCA - Núcleo De Atenção À Saúde Da Criança e do Adolescente

NASF - Núcleo de Apoio à Estratégia de Saúde da Família

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OMS - Organização Mundial da Saúde

OMT – Organização Mundial do Turismo (WTTC – World Travel & Tourism Council)

ONU - Organização das Nações Unidas

PA - Pronto-Atendimentos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCMB - Consórcio Porto Cais Mauá Brasil S/A

PDCI - Plano Diretor Cicloviário Integrado

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PERH - Plano Estadual De Recursos Hídricos

PIB – Produto Interno Bruto

PMD – permanência média diária

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNT - Plano Nacional do Turismo

POA RURAL - Associação Porto Alegre Rural

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

REMUME - Relação Municipal de Medicamentos

RGE - Rio Grande Energia

SAERRGS - Sindicato das Agências e Estações Rodoviárias do RS

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SB Class - Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEFAZ/RS – Secretaria da Fazendo do Estado do Rio Grande do Sul

SEINFRA/RS – Secretaria de Infraestrutura e Logística

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SES - Sistemas de Esgotamento Sanitário

SETUR/BA- Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SETUR/CE- Secretaria de Turismo do Estado do Ceará

SETUR/RS- Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul

SGA - Sistema de Gestão Ambiental

SIN - Sistema Integrado Nacional

SISEPRA - Sistema Estadual de Proteção Ambiental

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SM – Salário mínimo

Smov - Secretaria Municipal de Obras e Viação

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias

SUS - Sistema Único de Saúde

Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A.

UBS - Unidades Básicas de Saúde

UC - Unidades de Conservação

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UH – Unidade habitacional dos meios de hospedagem

USF - Unidades de Saúde da Família

UT - Unidades de Triagem

UTC - Unidade de Triagem e Compostagem

VDM – Volume Diário Médio

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

APRESENTAÇÃO

O presente produto corresponde ao PRODUTO 6 – Versão Final do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha".

O PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha está estruturado em VOLUME 1 e VOLUME 2 e é composto pelos seguintes capítulos:

VOLUME 1, correspondente a este documento:

Objetivos do PDITS – enumera os objetivos gerais e específicos para o PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Diagnóstico Estratégico – apresenta a análise do mercado turístico, da infraestrutura básica e dos serviços gerais, do quadro institucional e dos aspectos socioambientais da Área Turística.

Validação da Seleção da Área Turística – constituída pela análise da importância dos atrativos turísticos, da acessibilidade e conectividade, do nível de uso atual e potencial, das condições físicas e serviços básicos e do quadro institucional e aspectos legais da Área Turística. Este capítulo apresenta claramente as áreas prioritárias para recepção de investimentos no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

VOLUME 2

Estratégias de Desenvolvimento Turístico – engloba a definição das estratégias de turismo para a Área, levando em conta a valorização e a exploração dos principais atrativos; a posição do CT quanto ao desenvolvimento turístico e sua relação com as ações a serem propostas; o posicionamento turístico desejável e estratégias de comercialização; a geração de mecanismos de apoio; as infraestruturas e serviços básicos requeridos; o quadro institucional e as diretrizes socioambientais.

Plano de Ação – apresenta a visão geral do conjunto de ações e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos do PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha; traz também o quadro onde são indicados os investimentos totais a serem realizados; a metodologia utilizada para priorização das ações e a Matriz de Investimento do PRODETUR Nacional; quadros descritivos das ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses do Programa; identifica os impactos ambientais positivos e negativos que poderão surgir a partir da implementação das ações propostas; e apresenta o programa de gestão ambiental.

Mecanismos de Feedback: Acompanhamento e Avaliação do PDITS – indica os atores e os mecanismos necessários para promover o monitoramento da evolução da situação do turismo no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, a avaliação dos resultados, bem como da revisão do PDITS.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade em crescimento ao longo das últimas décadas e que apresenta perspectivas promissoras para os próximos anos. Os impactos econômicos – diretos, indiretos e induzidos - advindos da atividade são importantes para a maioria dos países do mundo, de acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT, 2014[1].

Segundo a OMT, 1999, "a motivação e a conduta dos turistas se caracterizam, cada vez mais intensamente, pelo crescimento da seletividade ao escolher o destino, da sensibilidade do meio ambiente e cultura locais e pela exigência da qualidade da experiência"[2]. Diante disso, algumas tendências devem nortear o desenvolvimento do turismo, quais sejam:

- Os destinos turísticos serão ecologicamente corretos e planejados;
- As viagens não terão apenas uma motivação. A conjunção de atrativos diferenciados num destino determinará sua demanda;
- A viagem passará de mero deslocamento para uma experiência que proporcione além do descanso, enriquecimento cultural.

Nota-se também que o turista tem se tornado cada vez mais informado e consciente. Ele importa-se com a qualidade do produto adquirido, mas também com o reflexo positivo que sua visita terá na comunidade visitada.

A OMT aponta ainda que o turismo intrarregional deve continuar responsável por 80% dos deslocamentos nos próximos 20 anos[3], ou seja, as viagens serão mais numerosas e terão curta distância, fortalecendo o turismo regional.

Dados divulgados pela OMT (2014) demonstram que o aumento no número de chegadas internacionais de turistas em 2013 foi de 5% em relação a 2012 e destaca que o dado de 1995 (529 milhões de chegadas internacionais) e os resultados para 2013 (com expectativas superadas) revela que o total de chegadas duplicou em menos de duas décadas.

O documento "*Travel & Tourism: Economic Impact World*" (OMT,2014), mostra que a contribuição do Turismo no Produto Interno Bruto – PIB mundial cresceu pelo quarto ano consecutivo em 2013 (9,5%). O crescimento do setor superou o de outros setores importantes como o financeiro e o de serviços e negócios e o de transporte e de fabricação. A contribuição total foi de sete trilhões de dólares americanos e 266 milhões de empregos - 1 para 11 – Esses números provam a importância da atividade no mundo, como ferramenta de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda. Para 2014 esse cenário continua positivo, com previsão de crescimento de 4,3% no PIB mundial.

[1] WTTC. Travel & Tourism: Economic Impact World. 2014.
[2] Brasil.MTUR. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade – Brasília, 2007.
3 http://turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20111011.html

O estudo supracitado indica que parte deste crescimento é impulsionado pelo aumento dos gastos do consumidor, após a recuperação da recessão de 2010. Os turistas devem gastar mais por viagem e aumentar o tempo de viagem em 2014. A rentabilidade das empresas diretamente ligadas ao turismo também deve melhorar, aumentando oportunidades para criação de mais empregos.

As economias emergentes registraram o maior aumento nos gastos do turismo internacional, sendo que o grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), com exceção da Índia, registrou aumentos significativos durante os oito primeiros meses de 2013, a China (se destacou, com aumento nos gastos de 31%), a Federação Russa (+28%) e o Brasil (+16%) (FIPE/MTur,2013).

O documento da 19ª Sessão da Assembleia Geral da OMT, "Turismo para 2030, uma visão global (2011)[4], afirma que em cerca de cinco anos, o número de chegadas de turistas internacionais a países emergentes deve superar o de países ricos. Afirma ainda que as Américas devem continuar como terceiro maior receptivo de turistas – atrás de Europa e Ásia - com um crescimento acentuado do receptivo na América do Sul, onde o volume deve mais que dobrar: de 24 para 56 milhões de chegadas de turistas. Nas últimas décadas, o setor cresceu consideravelmente na América do Sul, saindo de 12 milhões, em 1995.

No Brasil, observa-se um desempenho positivo da atividade turística, acompanhando a tendência da média mundial. Trata-se de uma evolução clara, considerando que o país vem buscando promover políticas que visem o incentivo ao turismo interno.

A estruturação da oferta turística com o modelo proposto pelo Programa de Regionalização, a promulgação da Lei do Turismo, os incentivos à qualificação profissional, e os grandes eventos previstos para este ano vêm favorecendo o turismo e a visibilidade do país. Com o advento da Copa do Mundo de Futebol da FIFA (Federação Internacional de Futebol) em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão em 2016, espera-se alcançar um novo patamar no turismo global.

De acordo com dados apresentados pelo Ministério do Turismo - MTur (2013), em 2012 o país recebeu 5.676 milhões de turistas internacionais, um aumento de 4,5% em relação a 2011.

Para 2014, ano da Copa do Mundo FIFA, o MTur possui estratégias para aumentar o número de turistas estrangeiros para 7,2 milhões, e de 7,9 milhões em 2016, ano das Olimpíadas. A expectativa é que as divisas geradas com o turismo subam de U$ 9,2 bilhões para U$ 10,3 bilhões, nesses anos.

No que diz respeito aos gastos turísticos, dados do Banco Central demonstram que os gastos efetuados por turistas estrangeiros no Brasil, totalizaram de janeiro a setembro de 2013 US$ 5.041 milhões, 0,8% a mais que no mesmo período de 2012. Já a despesa, de janeiro a setembro de 2013 foi 15,90% mais alta que em 2012. A corrente cambial turística aumentou de US$ 21.340 em 2012, para US$ 23.978 milhões no mesmo período de 2013, registrando um aumento de 12,36%. O setor de turismo de negócios e eventos é hoje o segundo maior fator de atração de visitantes estrangeiros para o Brasil: 25,6% dos turistas internacionais vêm ao país com essas finalidades, e

[4] UNWTO. General Assembly 19th Session. Tourism towards 2030 – Global Overview. Gyeongju, Republic of Korea, 10 October 2011.

seu gasto médio diário, US$ 127, é quase duas vezes maior que o desembolso dos turistas de lazer.

Uma das maiores comunidades de viajantes e turistas da *internet*, Minube, elegeu o Brasil como o terceiro melhor país do mundo para viajar e a cidade do Rio de Janeiro a nona mais apreciada para fazer turismo. A comunidade é visitada por mais de 30 milhões de viajantes, reunindo *Pinterest, Facebook, Twitter, Google+*. O Brasil é considerado o primeiro do mundo em atrativos naturais, de acordo com o ranking de competitividade em turismo do Fórum Econômico Mundial, que avaliou 140 nações[5].

Segundo dados da Sondagem do Consumidor – Intenção de Viagem, os destinos turísticos nacionais superaram os internacionais na preferência dos brasileiros, na média do ano de 2012, 71,6% disseram pretender para destinos nacionais, enquanto que 25,5% para internacionais, os demais não optaram. As regiões preferidas são a Nordeste, Sudeste e Sul na média anual (FIPE/MTur, 2013).

O MTur também quer ampliar o número de brasileiros viajando pelo país a partir de mudanças em programas voltados para idosos e trabalhadores que ganham até quatro salários mínimos. A meta é passar de 197 milhões de viagens nacionais para 226 milhões entre 2012 e 2014. A expectativa para a Copa é que três milhões de brasileiros viajem internamente, segundo o site do órgão.

A Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, que serão realizados no Brasil, são grandes desafios e oportunidades para o desenvolvimento do turismo brasileiro. Trata-se de grandes eventos esportivos mundiais, com forte apelo midiático e significativa capacidade de geração de emprego e renda para os setores envolvidos, direta e indiretamente. O legado, porém, deve ultrapassar a promoção dos atrativos turísticos nacionais, bem como a melhoria da infraestrutura e a qualidade dos serviços turísticos. É preciso, portanto, criar as condições necessárias para que tais eventos sejam capazes de consolidar o Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais.

No que tange aos aspectos normativos o Setor Turístico no Brasil, é regido pela Lei n° 11.771/08, de setembro de 2008. Intitulada como Lei Geral do Turismo, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, assim como define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo do setor turístico. Além disso, esta lei disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Segundo esta lei, a Política Nacional do Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo – PNT, estabelecido pelo Governo Federal.

A partir da criação do Ministério do Turismo – MTUR no Brasil e do lançamento do PNT, uma nova política para o setor teve início. Adotou-se um modelo de gestão e estruturação da oferta descentralizada e participativa, em que produtos turísticos segmentados são priorizados.

Um dos mais importantes programas em andamento na esfera federal, o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional surgiu a partir do interesse de

[5] http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/04/brasil-esta-entre-os-melhores-destinos-para-viajar, acessado em 08/04/2014.

diversos estados brasileiros em obter o financiamento para o desenvolvimento turístico, a fim de alcançar as metas do Plano Nacional de Turismo.

O objetivo geral do PRODETUR Nacional é proporcionar o alcance das metas do PNT, de forma a ampliar o papel desempenhado pelo setor no processo de desenvolvimento do país e reduzir a desigualdade de renda da população.

A partir dessa linha de financiamento, oriundos, principalmente, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, os investimentos serão direcionados aos componentes elegíveis, quais sejam:

- Estratégia de produto turístico;
- Estratégia de comercialização;
- Fortalecimento institucional;
- Infraestrutura e serviços básicos;
- Gestão ambiental.

Para serem iniciadas as ações do PRODETUR Nacional, os estados e municípios que aprovaram suas cartas-consulta devem elaborar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS.

O PDITS é, assim, um instrumento de planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo em sua área de abrangência, de maneira integrada entre as diversas instituições envolvidas com o turismo, tendo em vista a exploração racional dos recursos turísticos, respeitando o meio ambiente natural e construído e a identidade cultural das populações residentes no local em que o turismo acontece.

Neste contexto, com o objetivo de obter financiamento do PRODETUR Nacional, o estado do Rio Grande do Sul apresenta o PDITS para o Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

A metodologia adotada para a elaboração deste documento segue a estrutura e conteúdo constantes nos Termos de Referência para a sua consecução e se baseia em pesquisas primárias e secundárias de natureza quantitativa e qualitativa.

As pesquisas primárias realizadas foram direcionadas aos serviços e equipamentos turísticos, bem como aos atrativos turísticos.

No que tange aos serviços e equipamentos turísticos, foram aplicados formulários de pesquisa no universo que compreende os associados das principais entidades representativas do trade turístico do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Para a caracterização e a avaliação dos atrativos turísticos, foi realizada pesquisa *in loco*, seguindo a metodologia proposta nos formulários de pesquisa do Inventário da Oferta Turística, do Ministério do Turismo.

Ao longo do documento, foram utilizados os conceitos constantes nos Manuais de Segmentação do MTur[6], a saber:

***TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS** compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.*

***ECOTURISMO** é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.*

***TURISMO DE AVENTURA** compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.*

***TURISMO CULTURAL** compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.*

***TURISMO RURAL** é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.*

[6] http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html.

1 OBJETIVOS DO PDITS

Os objetivos gerais para a área turística são:

- Estruturar e qualificar os produtos turísticos do Corredor Turístico Grande Porto Alegre – Serra Gaúcha, consolidando o Rio Grande do Sul como destino turístico.
- Posicionar o Corredor Turístico como destino turístico integrado e diferenciado.
- Aumentar o tempo de permanência e o gasto médio do turista, possibilitando geração de renda no Rio Grande do Sul.
- Possibilitar a distribuição do fluxo existente entre as cidades do Corredor.
- Fomentar a sustentabilidade, a inovação e a qualificação dos serviços e equipamentos turísticos.
- Consolidar o Sistema de Gestão Descentralizada do Turismo.
- Garantir a conservação dos remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Pampa.

Para definição dos Objetivos Específicos selecionou-se como horizonte de curto prazo o período de 2015, que é o período de pós implantação do Plano Diretor do Turismo. Como médio prazo, foi considerado o período de 2016 a 2018 pós Copa, legado do grande evento e a revisão do Plano Diretor do Turismo. Como longo prazo, 2019 a 2022.

Como **objetivos específicos,** têm-se:

CURTO PRAZO (2015)

- Fortalecer o Turismo de Negócios e Eventos;
- Promover as condições organizacionais necessárias ao funcionamento da UCP ;
- Apoiar o fortalecimento de Fóruns Regionais e Conselhos Municipais de Turismo;
- Desenvolver e implantar sistema de informação para o planejamento e gestão do turismo, integrando a administração estadual, a administração municipal, o trade turístico e outras organizações de ensino e pesquisa;
- Implantar, gerir e proteger as unidades de conservação já existentes.

MÉDIO PRAZO (2016-2018)

- Estruturar as unidades de conservação para o turismo;
- Definir identidade visual ao Corredor Turístico;
- Dotar os municípios do CT de planos diretores que enfatizem a atividade turística como importante setor econômico e instituir e consolidar políticas municipais de desenvolvimento do turismo;
- Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo e do meio ambiente no âmbito da administração pública estadual e municipal;
- Melhorar acesso de atrativos turísticos;
- Ampliar as áreas protegidas nos biomas Mata Atlântica e Pampa.

LONGO PRAZO (2018-2022)

- Implantar Estrada-Parque na rodovia estruturante do corredor (RS-020) e nos trechos das rodovias que complementam o corredor;
- Consolidar os segmentos prioritários de Ecoturismo e Turismo de Aventura;
- Fortalecer o Turismo Rural e o Turismo Cultural;
- Promover a recuperação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, dos solos, da flora e da fauna.

2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA TURÍSTICA SELECIONADA: CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

O Estado do Rio Grande do Sul localiza-se no extremo sul do Brasil.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Fonte: ITEC,2014.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o estado possui área total de 268.730,223 km² e é composto por 497 municípios. Sua população estimada em 2012 era de 11.164,043, que corresponde a 61% da região sul do Brasil, e sua densidade demográfica de 37,96 hab./km² (IBGE,2013).

O PIB do Rio Grande do Sul em 2013, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul - FEE/RS, foi de R$ 310.508.000.000,00[7], 13,92% a mais que no ano anterior. A participação no PIB brasileiro em 2011 foi de 6,36%, segundo o IBGE.

Quanto ao PIB per capita, o estado ocupa boa posição nacional, com valor 14% acima do PIB per capita brasileiro, de acordo com o IBGE.

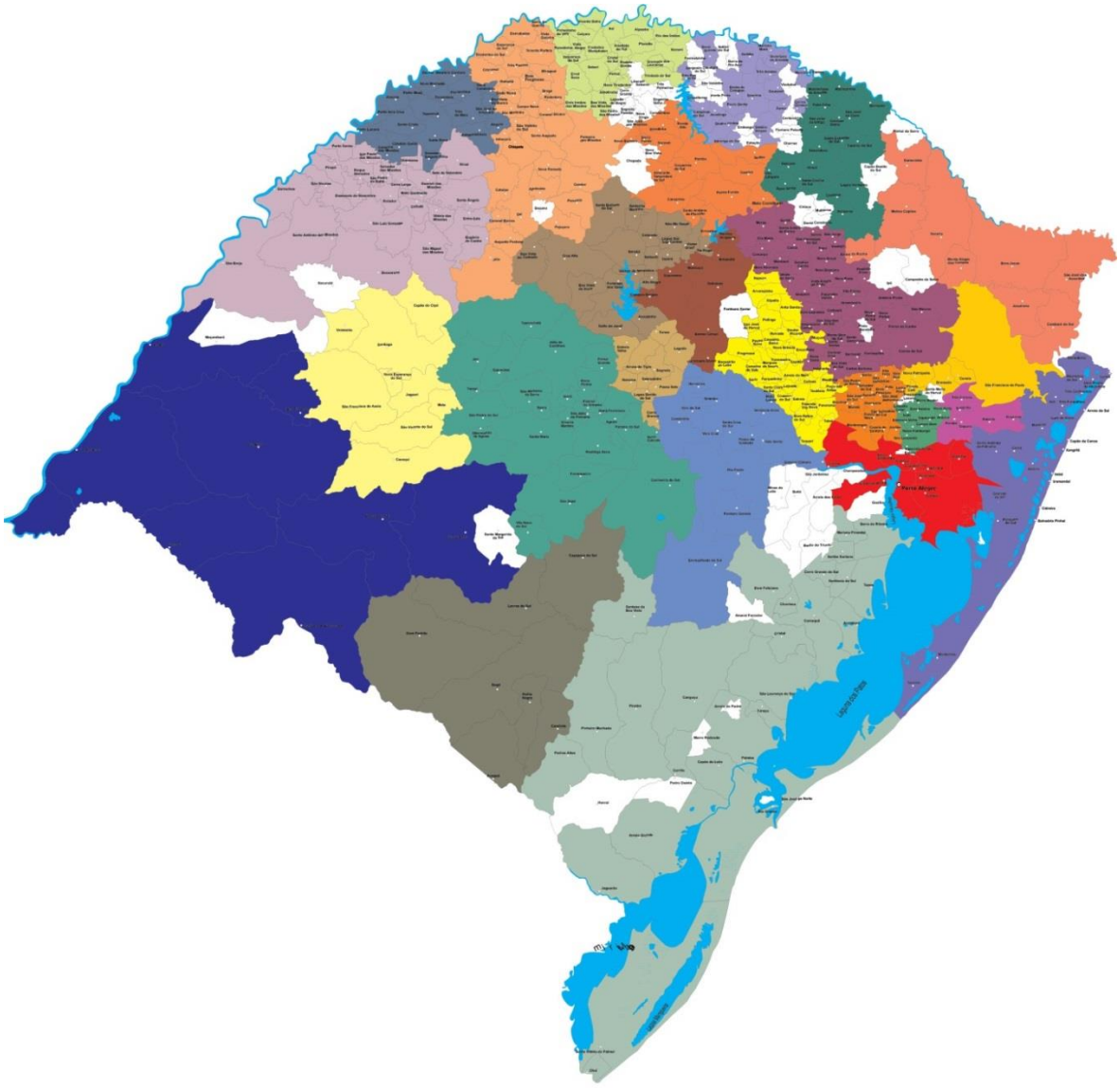
Os principais setores econômicos do Rio Grande do Sul são serviços, indústria e agropecuária, sendo que o setor com maior participação é o de serviços, 61,56%. Entre as várias atividades ligadas ao setor de serviços, as maiores são o Comércio (17,2%) e a Administração Pública (13,9%), segundo o FEE.

O turismo, apesar de ainda apresentar baixa participação no PIB estadual, possui potencial e têm se mostrado uma importante atividade econômica.

Devido a sua formação histórica, diversidade de paisagens e culturas, o estado oferece grande variedade de atrativos aos visitantes. O Rio Grande do Sul possui 467 municípios regionalizados, divididos em 25 regiões turísticas, desde 2012, com características distintas apresentando atrações como a paisagem e o clima serrano, o pampa, o extenso litoral, as estâncias hidrominerais, o patrimônio histórico das Missões e o legado cultural dos indígenas e negros. A arquitetura, a gastronomia, os costumes e tradições próprios de portugueses, espanhóis, alemães, italianos e tantos outros grupos colonizadores são também características culturais que marcam as diferentes regiões. Dos 65 destinos indutores priorizados pelo MTur, três estão localizados no Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Bento Gonçalves e Gramado.

[7] Estimativas preliminares FEE, atualizado em março, 2014.

FIGURA 2: DIVISÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: SETUR/RS,2014.

O Rio Grande do Sul tem o turismo como uma importante atividade econômica e o trata com um setor estratégico no desenvolvimento do estado, com previsão de investimentos da ordem de R$12.926.202,00, segundo o Plano Plurianual 2012-2015.

O documento destaca que “Promover e desenvolver a atividade turística no Rio Grande do Sul torna-se essencial, especialmente considerando-se a aproximação da Copa do Mundo de 2014, uma vez que isso propiciará uma ampla oportunidade para a divulgação do estado – e estar preparado para receber bem os visitantes é requisito fundamental nesse sentido”. (Plano Plurianual 2012-2015)

A Secretaria de Turismo é o órgão responsável pela gestão e planejamento do turismo do âmbito estadual, e elaborou, juntamente com o setor público, o setor privado, a sociedade civil organizada e as instituições de ensino das diferentes regiões turísticas do estado, o

"Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul 2012-2015", que apresenta as perspectivas para o turismo no estado e define eixos, estratégicos, desafios, projetos e metas para o desenvolvimento da atividade no período.

No âmbito do desafio 3 do planejamento estadual, "aumentar a competitividade das regiões turísticas no Rio Grande do Sul"; o projeto de Implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul foi definido como prioritário.

Sendo assim, como ferramenta para nortear investimentos do citado Programa, foi desenvolvido o PDITS do Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha.

O Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha é composto por 12 municípios, próximos à RS-020, que integram 4 das 25 regiões turísticas do Rio Grande do Sul, conforme apresentado no quadro e mapa a seguir.

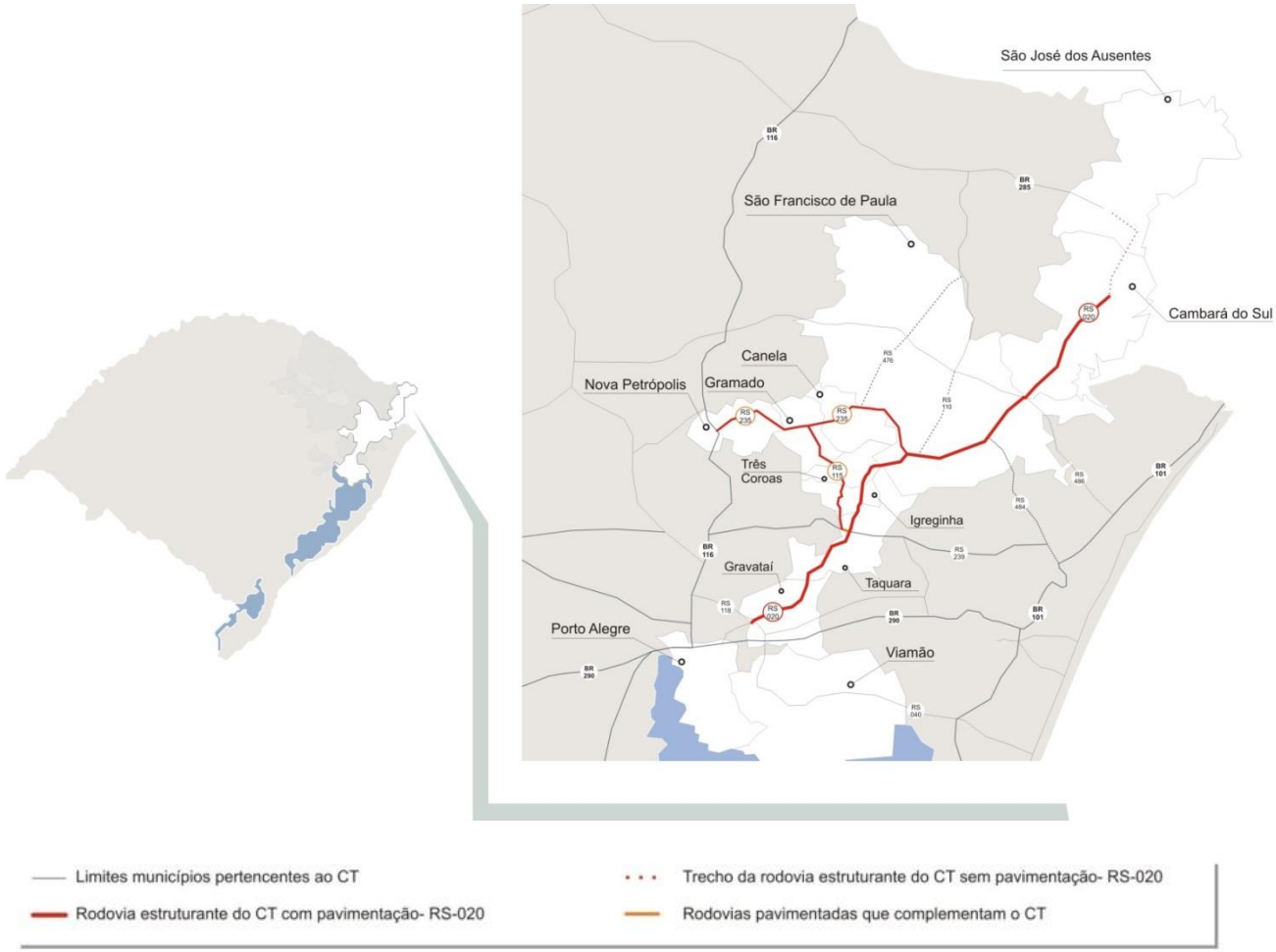
QUADRO 1: CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA – MUNICÍPIOS INTEGRANTES

REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIOS
Porto Alegre e Delta do Jacuí	1 – Alvorada 2 – Cachoeirinha 3 - Canoas 4 - Eldorado do Sul 5 – Glorinha 6 – **Gravataí*** 7 - Nova Santa Rita 8 – Triunfo **9 – Viamão*** **10 - Porto Alegre***
Hortênsias	**1 – Canela*** **2 –Gramado*** **3 -Nova Petrópolis*** 4- Picada Café **5 -São Francisco de Paula***
Vale do Paranhana	**1 – Taquara*** **2 – Igrejinha*** **3 - Três Coroas*** 4 – Parobé 5 – Riozinho 6 - Rolante
Campos de Cima da Serra	1 - André da Rocha 2 - Bom Jesus **3 - Cambará do Sul*** 4 - Capão Bonito do Sul 5 - Esmeralda 6 - Jaquirana 7 - Monte Alegre dos Campos 8 - Muitos Capões 9 - Pinhal da Serra **10 - São José dos Ausentes*** 11 - Vacaria

*Municípios integrantes do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha
Fonte: SETUR/RS,2014.

Originalmente, o município de Gravataí não estava inserido no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha. No entanto, no início do presente estudo observou-se que esse município possui potencialidades turísticas e que, além disso, é onde a via estruturante do CT, a RS-020, tem início. Portanto, o mesmo passou a fazer parte do CT.

MAPA 1: CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA - LOCALIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: ITEC,2014.

De acordo com estimativas do FEE (2012) a área de intervenção possui 2.154.238 habitantes, 19,3% da população do Rio Grande do Sul. O PIB diz respeito a 22,5% do estado. As distribuições desses dados por município são apresentadas no quadro a seguir.

QUADRO 2: CORREDOR TURÍSTICO - POPULAÇÃO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO[1]	PIB 2011[2] (R$1.000)	PIB PER CAPITA 2011[2] (R$)
Cambará do Sul	6.501	111 730	17 136,43
Canela	40.006	462 402	11 659,15
Gramado	32.758	683 987	21 009,54
Gravataí	259.803	7.304.668	28.375,58
Igrejinha	32.383	867 611	27 082,38
Nova Petrópolis	19.432	435 897	22 689,98
Porto Alegre	**1.417.721**	**45 506 017**	**32 203,11**
São Francisco de Paula	20.761	310 666	15 080,86
São José dos Ausentes	3.336	67 627	20 462,09
Taquara	55.063	745 256	13 603,79
Três Coroas	24.378	511 961	21 165,91
Viamão	242.096	2 215 029	9 217,69

Fontes: [1]FEE,2012
[2] IBGE

Os municípios que fazem parte do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha possuem singularidades específicas e sua integração por meio da criação do corredor turístico permitirá a diversificação da oferta turística existente, fazendo com que elas sejam complementares entre si.

Porto Alegre tem como segmento prioritário o Turismo de Negócios e Eventos, cujo turista caracteriza-se pelo elevado gasto médio e pela possibilidade de visitar outros destinos, além daquele do evento especificamente, segundo o Ministério do Turismo. Dessa forma, acredita-se que esta é uma oportunidade de oferecer a este tipo de turista outras possibilidades de destino, de forma a distribuir o fluxo e a receita turística para outras regiões que possuem motivações diferenciadas.

Sendo assim, é necessária uma melhor estruturação dos destinos e do corredor para que essa integração possa ser realizada de forma a aumentar a permanência e o gasto médio do turista no estado e também para descentralizar o fluxo turístico de áreas já consolidadas turisticamente para outras regiões com potencial identificado.

A seguir a descrição dos municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha por região turística.

2.1.1 Porto Alegre e Delta do Jacuí

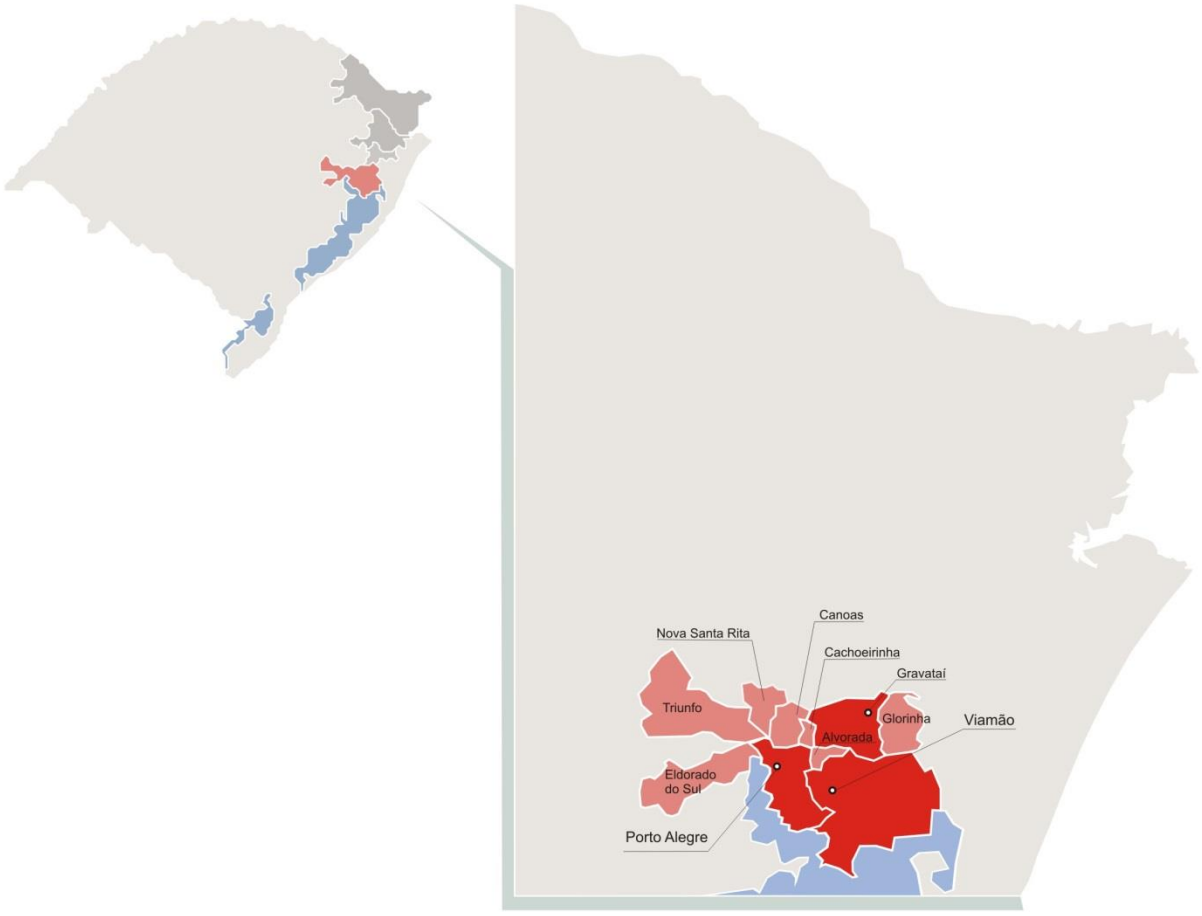
A região Porto Alegre Delta do Jacuí é constituída pelos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Triunfo, Viamão, Canoas, Nova Santa Rita e pela capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Sua população é formada por 24,65% de todo o estado.

Esta região abriga o centro político, econômico e financeiro do Rio Grande do Sul, concentrando a maior parte das indústrias e serviços. Além da força econômica, a região é marcada por importantes atrativos naturais e por um patrimônio edificado de referências históricas do estado. Possui estrutura turística de qualidade, com destaque para a hotelaria e para polos gastronômicos. Possui também variedade de comércio, modernos shoppings, atividade cultural e vida noturna intensas. A região também possui excelência nas áreas médica e de serviço e é destaque no segmento de negócios e eventos.

Abriga importante portão de entrada para o estado e para o Brasil, com aeroporto Salgado Filho de conectividade internacional aos países da América Latina e Europa.

Nesta região os municípios integrantes da Área de Planejamento são: Viamão, Porto Alegre e Gravataí.

MAPA 2: REGIÃO TURÍSTICA PORTO ALEGRE E DELTA DO JACUÍ – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO



Fonte: ITEC,2014.

PORTO ALEGRE

FOTO 1: MERCADO MUNICIPAL – PORTO ALEGRE
Fonte: ITEC,2014.

Porto Alegre possui 496,68 Km² de território e 1.417.721 habitantes, de acordo com o IBGE.

Portão de entrada de turistas, a cidade é um movimentado polo de serviços e de infraestrutura de qualidade reconhecidas, base de grandes empresas nacionais e internacionais e o 6º principal destino de eventos internacionais no Brasil, segundo do *ranking* da *International Congress and Convention Association* – ICCA (2014). É também o centro urbano das principais rotas e atrativos turísticos do estado.

Situada às margens do lago Guaíba e ponto de encontro de diferentes sistemas naturais, a cidade possui geografia diversificada. É cercada por morros e possui diversas ilhas fluviais. Com relação à distribuição do território 65% é de área urbana e 30% de área rural, os 5% restantes estão distribuídos em 16 ilhas fluviais. Essas formações naturais, juntamente ao elevado índice de arborização das vias públicas, fazem de Porto Alegre uma cidade verde, acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

A culinária diversificada, da cozinha internacional à regional, contribui para a atratividade da cidade que mantém vivas, também, as tradições gaúchas. O centro histórico é rico, com exemplares da arquitetura barroca colonial até edificações mais recentes em estilo eclético, *art nouveau* e *art déco*, bem como alguns modernistas.

Porto Alegre é uma das cidades que sediará a Copa do Mundo FIFA 2014.

O principal segmento é o **Turismo de Negócios e Eventos**.

A cidade tem uma oferta hoteleira de 102 MH e 8.282 UH, quantidade essa que representa 86,3% de toda a oferta da região e 17,6% da oferta do estado, segundo dados fornecidos pela SETUR/RS (2014).

Porto Alegre está entre os Destinos Indutores definidos pelo MTur e tem demonstrado aumento de seu índice de competitividade nos últimos anos e no último ano em que esse índice foi medido, 2011, a cidade ficou no nível quatro de uma escala de um a cinco.

O estudo "Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011", indica Porto Alegre como 12º colocado entre os destinos mais visitados pelos brasileiros e em 17º entre os destinos mais sonhados (BRASIL/FIPE, 2012).

Os números do turismo também demonstram o aumento no interesse pelo destino, de acordo com o Boletim Estatístico Municipal do Turismo em Porto Alegre, Edição Anual 2012:

- A taxa média anual de ocupação hoteleira foi de 58,76% em 2012, uma queda de 3,95% em relação a 2011, influenciada pela maior oferta de unidades habitacionais para hospedagem.
- A capacidade instalada de meios de hospedagem cresceu, em relação ao ano anterior, 6,7%, com a oferta de mais 511 apartamentos. Considerando a ocupação hoteleira.
- Com exceção de fevereiro, historicamente de pouca procura por hospedagem, os demais meses do ano tiveram seus picos de ocupação na hotelaria associados aos eventos, com a taxa média de ocupação hoteleira de 61,94%.
- O número de atendimentos nos cinco Centros de Informação Turística (CITs) cresceu 45,34% em 2012, comparado ao ano anterior. O aumento de visitantes brasileiros foi de 69% e o de estrangeiros, 41%.

Porto Alegre também já possui produtos turísticos consolidados e que a integram aos demais destinos turísticos estaduais, como: Caminho Farroupilha Cultura & Tradição Gaúcha; Caminhos Rurais de Porto Alegre; Caminhos Temperados – Charme e Cultura do Sul; e Rota das Gemas e Joias.

VIAMÃO

FOTO 2: PARQUE ESTADUAL DE ITAPUÃ - VIAMÃO
Fonte: ITEC,2014.

O município de Viamão está localizado próximo a capital de Porto Alegre, possui área de 1494,2 Km² e população de 242.096 habitantes, segundo o IBGE.

Viamão possui potencial turístico devido a presença de recursos naturais e elementos históricos, mas que devem ser trabalhados para o turismo. A cidade conta com lagos e lagoas, inclusive o lago Guaíba, a lagoa dos Patos e o lago Tarumã, que formam praias próprias para banho. Além disso, possui empreendimentos que oferecem experiências rurais aos visitantes, como a Quinta da Estância, por exemplo.

A cidade conta com seis MH e 87 UHs, segundo dados fornecidos pela SETUR/RS (2014).

Viamão possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Caminhos temperados – Charme e Cultura do Sul e Rota das Especiarias.

GRAVATAÍ

FOTO 3: MORRO DO ITACOLOMI - GRAVATAÍ
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Morro_itacolomi.JPG. Acesso: 10/07/2014.

O município de Gravataí está localizado a 29 Km da capital Porto Alegre, possui área de 463,449 Km² e população de 259.803 habitantes, segundo o IBGE.

Gravataí possui 4 meios de hospedagem e 274 UHs de acordo com a SETUR/RS (2014).

O potencial turístico de Gravataí está ligado a seus recursos naturais, como o Morro do Itacolomi, berço da escalada no Rio Grande do Sul e pela presença de empreendimentos de entretenimento e lazer existentes em seus limites.

2.1.2 Vale do Paranhana

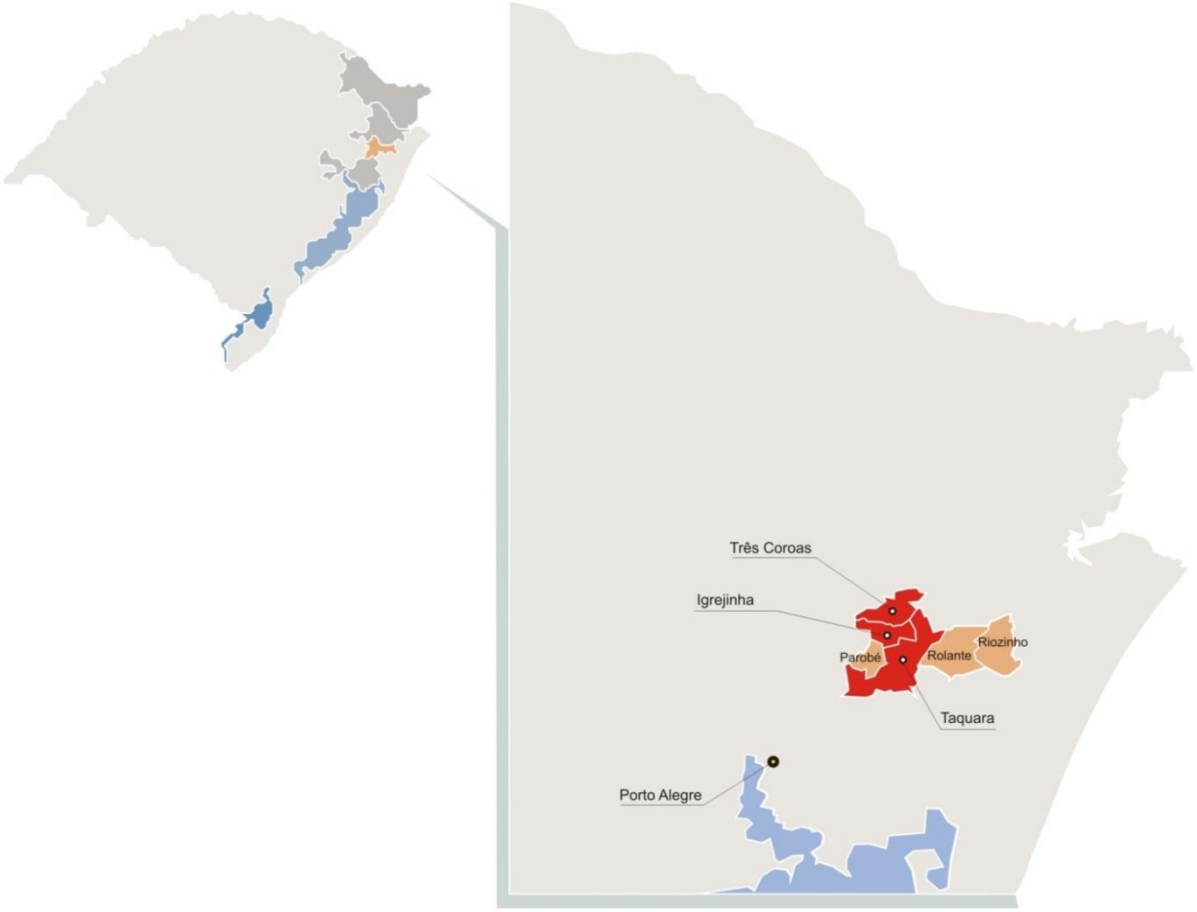
Formado por seis municípios - Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Parobé, Riozinho e Rolante- seu nome tem origem no Rio Paranhana, que atravessa a região, atrativo natural procurado para a prática de atividades como canoagem e *rafting*, tendo o turismo de aventura um dos seus destaques.

Nessa região há predominância das culturas alemã e italiana, a preservação da Mata Atlântica e a valorização do ambiente rural.

O associativismo, a religiosidade e a celebração de festas familiares e comunitárias caracterizam a região, que possui sua economia voltada à indústria calçadista, à agricultura e à pecuária.

Nesta região os municípios integrantes do da Área de Planejamento são: Taquara, Igrejinha e Três Coroas.

MAPA 3: REGIÃO TURÍSTICA VALE DO PARANHANA – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO



Fonte: ITEC,2014.

TAQUARA

FOTO 4: CTG O FOGÃO GAÚCHO - TAQUARA
Fonte: Vitor Hugo Trovador, 2012. Referência: Vitor Hugo Trovador. O Fogão Gaúcho de Taquara. 22 Out. 2012. Disponível em: < http://vitorhugotrovadorctgs.blogspot.com.br/2012/10/ctg-fogao-gaucho-de-taquara.html>. Acesso em: 30/04/2014.

De acordo com o IBGE, o município possui 457,130 Km² e 55.063 habitantes, onde a colonização predominante é a alemã.

Devido a seu peso histórico, Taquara exerce papel de polo regional em diversas áreas. Uma delas é a do comércio, que apresenta notória diversificação em todos os ramos. Também se destaca pela indústria de calçados.

A tradicional gastronomia colonial é marcante na região, através dos pães, cucas, embutidos, massas, carnes e doces.

Possui o Centro de Tradições Gaúchas – CTG mais antigo do interior do estado.

A cidade possui três MH e 113 UHs, segundo dados fornecidos pela SETUR/RS (2014).

Taquara possui produto turístico estruturado e que o integra a outros municípios do estado: Encantos Culturais e Naturais do Vale do Paranhana.

IGREJINHA

FOTO 5: ECOLAND - IGREJINHA
Fonte: ITEC,2014.

Igrejinha possui 136.816 Km² e 32.383 habitantes, segundo o IBGE, em sua maioria de origem alemã.

A cidade é tradicionalmente conhecida pela fabricação de calçados. Localizado em uma região montanhosa o município possui diversas atrações naturais. É em Igrejinha que também acontece a tradicional festa da cerveja - a *Oktoberfest*.

O município conta com dois MH e 53 UHs, segundo dados fornecidos pela SETUR/RS (2014).

Igrejinha possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Encantos Culturais e Naturais do Vale do Paranhana.

TRÊS COROAS

FOTO 6: PARQUE DAS LARANJEIRAS – TRÊS COROAS
Fonte: ITEC,2014.

Três Coroas possui 185,535 Km² e 24.378 habitantes, segundo o IBGE.

O turismo na cidade baseia-se nas atrações naturais como o Rio Paranhana, o Camping das Laranjeiras, montanhas, e nos esportes de aventura como *rafting*, ciclismo de montanha e rapel, e no único templo budista tibetano da América do Sul, situado sobre as montanhas e aberto à visitação pública.

Destaca-se também o patrimônio histórico do bairro Sander e do interior do município. As casas enxaimel remetem aos anos iniciais da imigração alemã na região, enquanto as ecléticas revelam uma interpretação local da cultura construtiva. As áreas são reconhecidas como de interesse cultural pelo Plano Diretor.

O principal segmento turístico explorado é o **Turismo de Aventura**.

O município conta com dois MH e 34 UH, segundo dados fornecidos pela SETUR/RS (2014).

Três Coroas possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Encantos Culturais e Naturais do Vale do Paranhana.

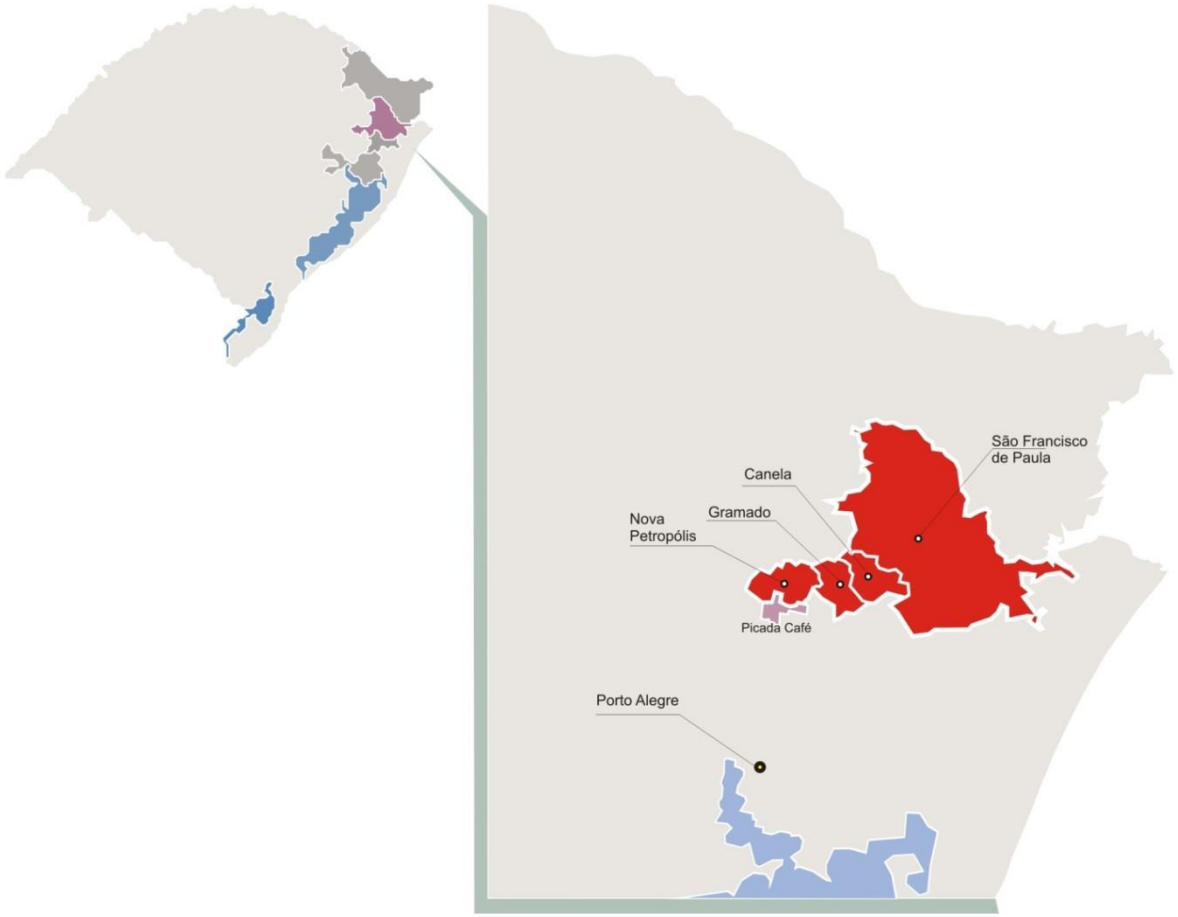
2.1.3 Hortênsias

Formada por cinco municípios - Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula, a região tem como destaque a farta gastronomia e a qualidade hoteleira.

Possui atrativos turísticos que motivam os turistas o ano inteiro e que fazem um contraponto ao litoral na estação mais quente do ano. O Natal Luz, o Festival de Cinema de Gramado e a Chocofest são alguns dos eventos que caracterizam o intenso fluxo de turistas da região. O frio e a neve são um atrativo a parte.

Esta região já está bem estruturada para o turismo. Nesta região os municípios integrantes do da Área de Planejamento são: Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula.

MAPA 4: REGIÃO TURÍSTICA HORTÊNSIAS – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO



Fonte: ITEC,2014.

GRAMADO

FOTO 7: PÓRTICO NA ENTRADA DA CIDADE - GRAMADO
Fonte: ITEC,2014.

Gramado localiza-se na Serra Gaúcha, possui área de 237,019 Km² e 35.758 habitantes, segundo o IBGE.

É um dos destinos turísticos mais importantes do Rio Grande do Sul e está entre os 30 mais visitados e é o 6º mais desejado do Brasil, de acordo com a Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011 (BRASIL/FIPE,2012).

Sua demografia é etnicamente variada, com forte influência alemã e italiana, o que se reflete especialmente na culinária e na arquitetura urbana e rural. A arquitetura diferenciada e ruas floridas chamam a atenção; e a paisagem serrana complementa a atratividade da cidade. O comércio de artesanato, roupas de lã e couro, objetos de decoração, vinhos, queijos e chocolates também são importantes para o turismo. A cidade também conta com grande número de empreendimentos diversionais como parques temáticos.

Os meios de hospedagem também são grandes atrativos por sua qualidade e atendimento. A cidade conta com 131 MH com 4.503 UHs, que corresponde a 69% dos meios de hospedagem da região das Hortênsias, de acordo com dados disponibilizados pela SETUR/RS (2014).

A cidade destaca-se no segmento de **Negócios e Eventos** e na oferta de diversificadas atividades de **Entretenimento e Lazer**.

Sedia anualmente um dos mais tradicionais festivais de cinema da América Latina: o Festival Brasileiro e Latino de Cinema; e o festival natalino - Natal Luz.

Gramado tem se tornado referência no turismo de negócios. Em virtude deste novo nicho, a cidade construiu uma estrutura para abrigar todos os tipos de atividade. O Gramado Sierra Park e a ExpoGramado são espaços que juntos somam 35.000 metros quadrados de área e que possuem infraestrutura suficiente para abrigar grandes feiras.

O município está entre os Destinos Indutores definidos pelo MTur e tem demonstrado aumento de seu índice de competitividade nos últimos anos, sendo que no último ano em que esse índice foi medido, 2011, Gramado ficou no nível quatro de uma escala de um a cinco.

Em 2012, a cidade teve aumento de 11,32% na ocupação hoteleira em relação a 2011, passando de 53% para 59%, segundo a Secretaria de Turismo de Gramado. O número de turistas também aumentou 19,43%.

Gramado possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Caminhos temperados – Charme e Cultura do Sul, Rota da Truta, Rota Romântica, Roteiro Internacional de Ecoturismo – Bichos do Brasil e Cânions do Brasil e Roteiros de Agroturismo.

CANELA

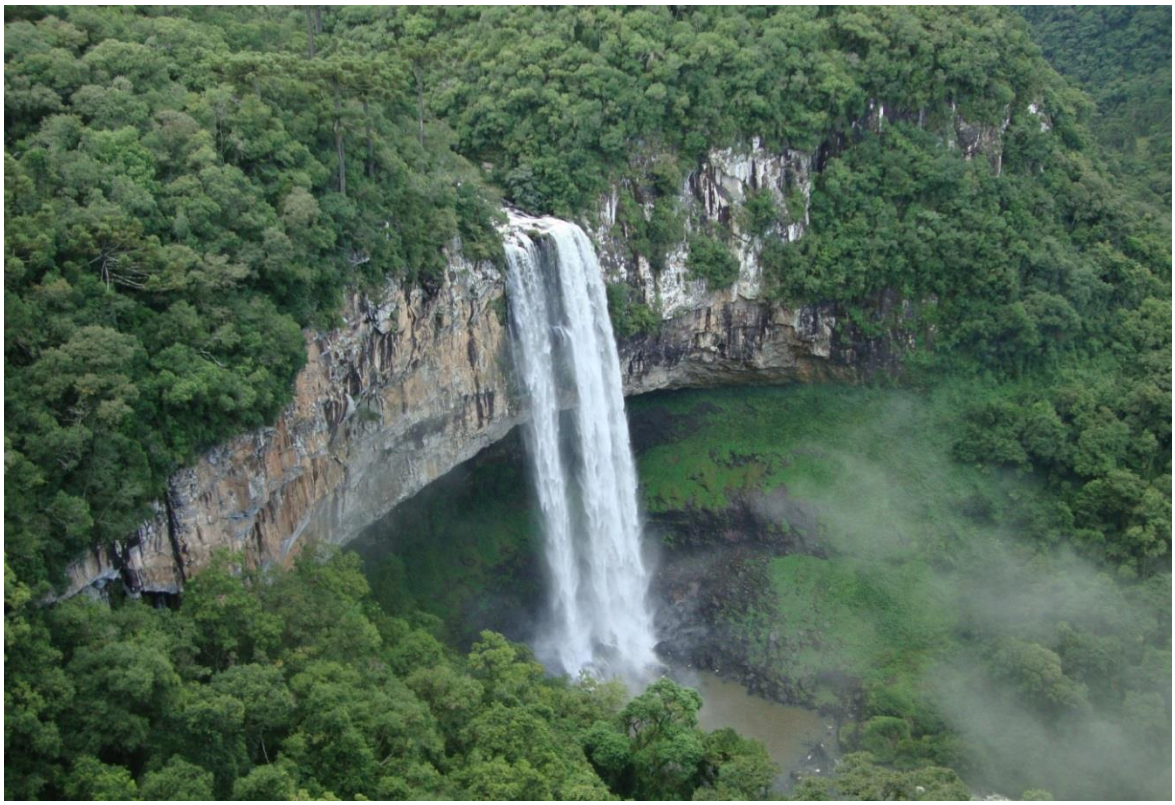


FOTO 8: PARQUE ESTADUAL DO CARACOL - CANELA
Fonte: ITEC,2014.

Canela possui 253, 773 km² e 40.006 habitantes. Sua distância de Gramado é de 8 km.

É uma cidade que oferece boa estrutura de comércio e serviço e é conhecida por haver famosas atrações turísticas, tais como a Cascata do Caracol, o Parque da Ferradura e a Catedral de Pedra.

Sua gastronomia é rica e oferece rodízios de fondue, chocolates e cafés coloniais. Oferece também atividades ligadas à natureza, como passeios em parques, fazendas e a prática de alguns esportes de aventura. E assim como Gramado tem se estruturado para oferecer empreendimentos de entretenimento e lazer, como museus e parques temáticos.

Conta 43 MH e 1.400 UHs, segundo dados da SETUR/RS (2014).

Canela possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Caminho das Graças, Caminhos Temperados – Charme e Cultura do Sul, Rota da Truta e Rota Romântica.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

FOTO 9: PARQUE DA CACHOEIRA – SÃO FRANCISCO DE PAULA
Fonte: ITEC,2014.

A identidade de São Francisco de Paula pode ser reconhecida em cada serrano, pois os costumes tradicionalistas estão presentes no dia-a-dia da comunidade, nos eventos, na culinária e nas lidas campeiras.

O município também se destaca pelas paisagens, como no Lago São Bernardo, e empreendimentos que oferecem **Ecoturismo** e opções de lazer em áreas naturais.

Conta com 13 MH e 204 UHs, de acordo com a SETUR/RS (2014).

São Francisco de Paula possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Caminho dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra e Rota Romântica.

NOVA PETRÓPOLIS

FOTO 10: LOJAS NO INTERIOR DO PARQUE DO IMIGRANTE – NOVA PETRÓPOLIS
Fonte: ITEC,2014.

Nova Petrópolis possui 291,079 Km² e 19.432 habitantes, segundo o IBGE.

A cidade mantém viva a essência da sua cultura germânica por meio do sotaque alemão, dos costumes, da farta gastronomia, da arquitetura germânica e do seu legado cultural.

Além do destaque para o **Turismo Cultural,** a cidade também oferece atrativos diferenciados ligados a natureza que reforçam as segmentações de **Ecoturismo** e **Turismo de Aventura**.

Possui 24 MH e 408 UHs, de acordo com o Censo Hoteleiro dos Meios de Hospedagem da Região das Hortênsias (2014).

Nova Petrópolis possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Alemães do Sul – Caminhos de um Povo, Caminhos Temperados – Charme e Cultura do Sul e Rota Romântica.

2.1.4 Campos de Cima da Serra

Abrange oito municípios: André Rocha, Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Jaquirana, Capão Bonito do Sul, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes, e Vacaria.

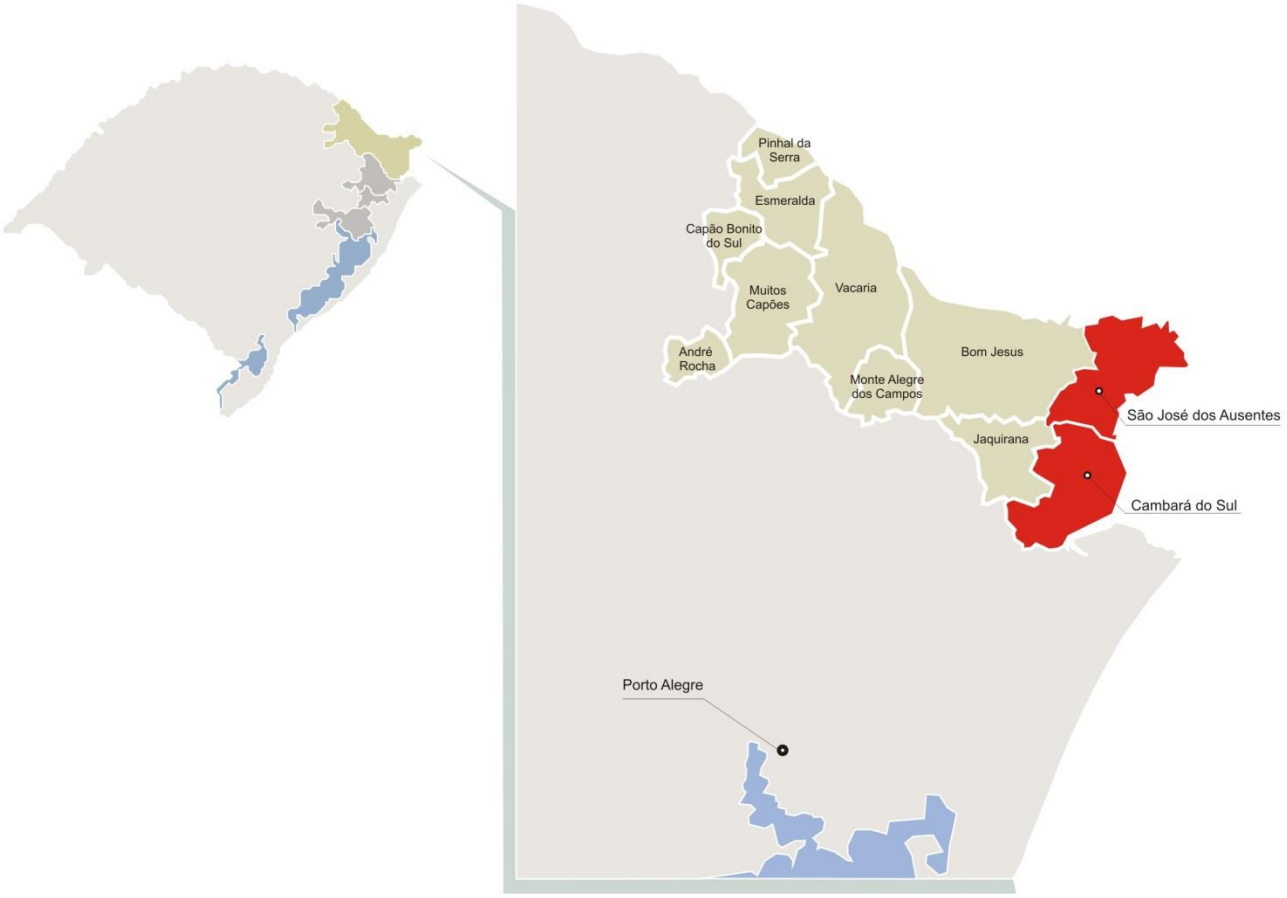
A região teve como primeiros habitantes os índios. Ainda hoje é possível encontrar vestígios dessa civilização em casas subterrâneas e em objetos encontrados em escavações. Porém, os usos e costumes do povo serrano estão voltados para a cultura dos antigos tropeiros e do gaúcho.

Na gastronomia, destaque para as comidas campeiras preparadas com pinhão, charque, abóbora, mandioca, o típico churrasco e sobremesas de origem portuguesa, como o doce de gila, fruta típica da região.

A região também é reconhecida pelo Turismo de Aventura e o Ecoturismo. Atividades de rapel, passeio de bote, travessias de cânions, trilhas de quadrículos e jipes e passeios por cachoeiras e lajeados são atrativos. Conhecida também como a Patagônia brasileira, os Campos de Cima da Serra oferecem locais especiais para a pesca esportiva de trutas e outras espécies de peixes.

Nesta região os municípios integrantes da Área de Planejamento são: Cambará do Sul e São José dos Ausentes.

MAPA 5: REGIÃO TURÍSTICA CAMPOS DE CIMA DA SERRA – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO



Fonte: ITEC,2014.

CAMBARÁ DO SUL

FOTO 11: PEDRA DO SEGREDO – PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – CAMBARÁ DO SUL.
Fonte: ITEC,2014.

Cambará do Sul possui 1.212,534 Km² e 6.501 habitantes, de acordo com o IBGE.

Os principais segmentos turísticos do município são o **Ecoturismo** e o **Turismo de Aventura** por abrigar a sede do Parque Nacional de Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral, onde estão localizados, dentre vários outros, os conhecidos cânions do Itaimbezinho, Fortaleza, Churriado e Malacara. Também possui forte apelo para o **Turismo Rura**l, pela oferta de estabelecimentos rurais que oferecem hospedagem e alimentação e para o **Turismo Cultural**, por ser uma cidade que preserva usos e costumes dos antigos tropeiros e do gaúcho.

O município possui 21 MH e 211 UHs, segundo dados fornecidos pela SETUR/RS (2014).

Cambará do Sul possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Caminho dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra, Caminhos Temperados – Charme e Cultura do Sul, Rota da Truta e Roteiro Internacional de Ecoturismo - Bichos do Brasil e Cânions do Brasil.

SÃO JOSÉ DOS AUSENTES

FOTO 12: CACHOEIRÃO DOS RODRIGUES – SÃO JOSÉ DOS AUSENTES.
Fonte: ITEC,2014.

Possui 1.176,685 Km² e 3.336 habitantes, de acordo com o IBGE.

Assim como Cambará do Sul, tem **Ecoturismo** com principal segmento e abriga parte dos cânions dos Aparados da Serra. Abriga também o ponto mais alto do estado com 1.403 metros, o Pico do Monte Negro, além do **Turismo Rural**.

A cidade é conhecida por seu inverno rigoroso, que tem temperaturas abaixo de zero.

São José dos Ausentes possui 13 MH e 139 UHs, segundo dados fornecidos pela SETUR/RS (2014).

São José dos Ausentes possui produtos turísticos estruturados e que a integram a outros municípios do estado: Caminho dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra, Rota da Truta e Travessia dos Aparados da Serra.

2.2 ANÁLISE DO MERCADO TURÍSTICO

O planejamento desenvolvido no âmbito do PRODETUR NACIONAL, enquanto programa de desenvolvimento do turismo, está balizado em estudos de demanda real e potencial, além de contextualizar a competitividade dos produtos de cada área turística no cenário regional, nacional e internacional. Tais estudos compõem o rol de informações para efetivação de propostas que contemplam todos os fatores e variáveis possíveis e necessários para embasar as análises e proposições que integram o escopo do PDITS e estão desenvolvidos neste capítulo.

Conforme recomendação do MTur, a análise do mercado turístico do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha foi realizada em função das suas vocações principais, traduzida nos tipos de turismo e linhas de produto com maior perspectiva e inserção mercadológica.

2.2.1 Análise da Demanda Turística Atual

A. Tendências no perfil quantitativo dos visitantes

Na ausência de estatísticas para o CT Grande Porto Alegre – Serra Gaúcha, o fluxo turístico deste corredor foi estimado por meio da oferta de UH dos municípios das quatro microrregiões turísticas, 27 ao todo, cujos alguns desses compõem o Corredor Turístico. Os dados referem-se a agosto de 2013 e foram fornecidos pela SETUR/RS. Ressalta-se que os municípios elencados no Corredor Turístico são os mais importantes das microrregiões citadas, portanto, são os que possuem a maior quantidade de UHs nessas áreas. O procedimento desta estimação é apresentado na sequência, enquanto os seus resultados estão ilustrados na tabela a seguir, discriminados para o estado, o CT e suas regiões turísticas.

TABELA 1: RIO GRANDE DO SUL: MEIOS DE HOSPEDAGENS (MH), UNIDADES HABITACIONAIS (UH) E FLUXO TURÍSTICO HOTELEIRO

MICRO REGIÕES	MH	UH AGO/2013	UH DEZ/2012	FLUXO TURÍSTICO 2012	PARTICIPAÇÃO DE UH NO ESTADO
Rio Grande do Sul	**1.256**	**45.800**	**44.100**	**3.815.913**	**100%**
Somatório das Microrregiões	**384**	**16.709**	**16.089**	**1.392.142**	**36,5%**
Hortênsias	207	6.380	6.143	531.562	13,9%
Porto Alegre e Delta do Jacuí	121	9.329	8.983	777.263	20,4%
Campos de Cima da Serra	48	791	762	65.904	1,7%
Vale do Paranhana	8	209	201	17.413	0,5%

Fonte: ITEC,2014. (Baseada em estatísticas da Setur, 2013).

As demais estatísticas utilizadas para deduzir a demanda turística no CT são referentes ao ano de 2012, dessa forma, o primeiro passo do procedimento de dedução desta demanda foi deflacionar proporcionalmente a oferta de UH referente a agosto de 2013 para valores de 2012, empregando-se para tanto a taxa de 6,7% correspondente ao crescimento da oferta de UH observada em Porto Alegre, em 2012

(BEMTUR, 2013). Assim, dado o número de UH, de 16.089, multiplica-se por 365 dias para obter o total de 5.872.379 UH/ano disponibilizados no CT. Utilizando-se a taxa de ocupação hoteleira média de 58,35% (BEMTUR, 2012), chega-se ao total de 3.426.240 UH, que, multiplicado pelo número médio de leitos por UH, de 1,42 (BEMTUR, 2013), resulta em 4.872.496 camas ocupadas. Considerando-se a permanência média de hóspedes de 3,5 dias (MELO E GOLDSTEIN, 2012), estima-se o número de 1.392.142 turistas hospedados em hotéis do CT em 2012. Este mesmo procedimento foi aplicado ao estado e às regiões turísticas.

TABELA 2: PORTO ALEGRE: ESTATÍSTICAS UTILIZADAS NA ESTIMAÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO

VARIÁVEIS	VALOR	ANO	FONTE
Porto Alegre: tx. média de ocupação hoteleira (média 2009/12)	0,583	2012	BEMTUR (2013)
Porto Alegre: número de UH	10.284	2012	BEMTUR (2013)
Porto Alegre: número de leitos por UH	14.625	2012	BEMTUR (2013)
Porto Alegre: leitos por UH	1,42	2012	BEMTUR (2013)
Porto Alegre: crescimento anual de UH	0,067	2012	BEMTUR (2013)
Porto Alegre: Turistas domésticos hospedados em hotéis/flats	40%	2010	PMPA/FARGS (2010)
Dias no ano	365		-
Brasil: Permanência média (dias) em Hotel	3,5		Melo e Goldenstein (2012)
RS: Turistas internacionais hospedados em Hotel, flat, pousadas ou resort	53,8%	2011	FIPE (2012)
RS: Total de Turistas internacionais	810.670	2012	FIPE (2012)

Fonte: ITEC,2014.

Estimado o fluxo turístico hoteleiro para o Corredor, o passo seguinte consiste em determinar a distribuição deste fluxo entre doméstico e internacional. Na ausência de estatísticas para a área de interesse, foi utilizado o comportamento observado da demanda total para o Estado do Rio Grande do Sul. Em 2011, segundo a Fundação Instituto de Pesquisa de Econômica da Universidade de São Paulo - FIPE e MTur (2012), 53,8% dos turistas internacionais no estado se hospedaram em hotéis, *flats*, pousadas ou *resorts*. Admitindo-se este mesmo percentual para 2012 e multiplicando-o pelo total de turistas internacionais no estado neste ano, de 810.670, obtém-se o número de turistas internacionais hospedados em hotelaria, de 436.140 para o estado. Multiplicando-se este número pelas respectivas participações percentuais de UH do CT e das regiões, determina-se então o número de turistas internacionais para esses destinos, ou seja, 159.115 turistas no CT (436.140 x 36,5%). São estes resultados que ilustram a tabela abaixo.

TABELA 3: RIO GRANDE DO SUL: FLUXO TURÍSTICO HOTELEIRO TOTAL, DOMÉSTICO E INTERNACIONAL, 2012

MICRO REGIÕES	DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	TOTAL
Rio Grande do Sul	**3.379.773**	**436.140**	**3.815.913**
Corredor Turístico	**1.233.027**	**159.115**	**1.392.142**
Hortênsias	**470.807**	60.755	531.562
Porto Alegre e Delta do Jacuí	**688.426**	88.837	777.263
Campos de Cima da Serra	**58.371**	7.532	65.904
Vale do Paranhana	**15.423**	1.990	17.413

Fonte: ITEC,2014.

Obtido o fluxo doméstico hospedado em hotelaria, determina-se o fluxo turístico doméstico total no estado dividindo aquele fluxo pelo percentual de turistas domésticos que se hospeda em hotelaria. Para tanto foi utilizado o percentual estimado pela PMPA/FARGS (2010) para a capital, Porto Alegre, de 40,7%, referente ao ano 2010. Como se trata de um parâmetro dependente de variáveis socioeconômicas estruturais, o seu valor não se altera significativamente no curto prazo, de formar que sua utilização resulta em um fluxo global de 8,5 milhões (3.379.773/0,40) turistas domésticos no estado. Somado ao fluxo internacional de 810,7 mil turistas internacionais importam em 9,3 milhões de turistas que visitaram o Rio Grande do Sul em 2012. O mesmo procedimento foi utilizado para calcular o fluxo do CT e de suas regiões.

TABELA 4: RIO GRANDE DO SUL: FLUXO TURÍSTICO TOTAL, DOMÉSTICO E INTERNACIONAL, 2012

ESTADO, CORREDOR E REGIÕES	DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	TOTAL
Rio Grande do Sul	**8.449.432**	**810.670**	**9.260.102**
Corredor Turístico	**3.082.567**	**295.753**	**3.378.320**
Hortênsias	1.177.017	112.927	1.289.944
Porto Alegre e Delta do Jacuí	1.721.064	165.125	1.886.190
Campos de Cima da Serra	145.928	14.001	159.929
Vale do Paranhana	38.557	3.699	42.257

Fonte: ITEC, 2014.

A consistência do fluxo total de turismo estimado para o Rio Grande do Sul, de 9,3 milhões em 2012, pode ser feita comparando este fluxo com o alcançado pelo Estado da Bahia em 2011, de 11,0 milhões (SETUR/BA, 2012). Assinalando-se que, embora a Bahia disponha de uma oferta hoteleira 68% superior à gaúcha (74,2 mil UH, em 2011, contra 44,1 mil UH gaúchas, em 2012), o Rio Grande do Sul ocupa o primeiro lugar em fluxo turístico procedente do próprio estado, que, segundo a pesquisa FIPE/BRASIL (2012), chegou a 72,2% em 2011. Segundo esta mesma fonte, o segundo lugar foi ocupado pelo estado do Roraima, com 71,7%, enquanto a Bahia ficou em nono, com 50,4%. Assim, é esta característica da população gaúcha que intensifica o fluxo turístico no estado.

Finalmente, apresenta-se na tabela abaixo a demanda total de turistas para o estado, o Corredor Turístico e suas regiões, segmentada por fluxo doméstico, internacional e

por hospedagem hoteleira e não hoteleira. A última linha desta tabela mostra as participações do fluxo hoteleiro doméstico e internacional em relação aos respectivos totais, ou seja, do fluxo total de turistas de 2012 no estado, 92,2% são de origem doméstica e, deste percentual, 35,4% hospedam-se em hotéis, pousadas ou *resorts*. A mesma leitura se faz para o fluxo internacional. Lembrando que, pelos procedimentos utilizados na dedução da demanda, referidas participações são iguais para o estado, o CT e suas regiões.

TABELA 5: RIO GRANDE DO SUL: FLUXO TURÍSTICO HOTELEIRO E NÃO HOTELEIRO: DOMÉSTICO E INTERNACIONAL, 2012

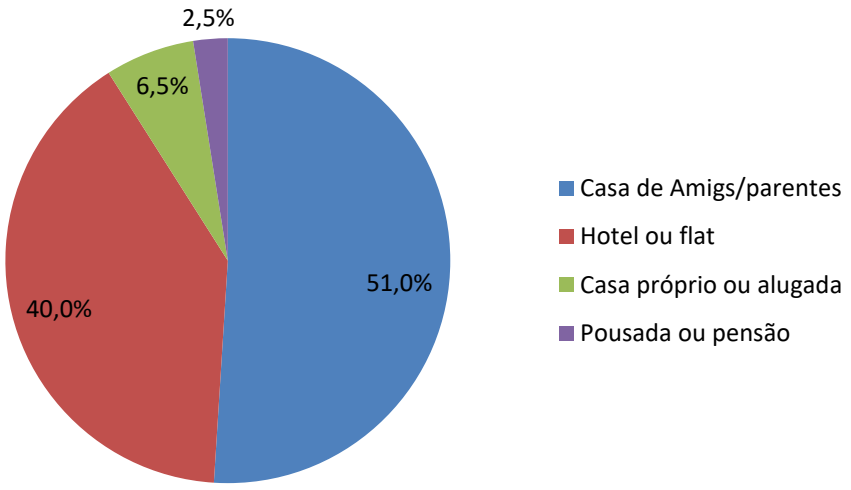
ESTADO, CORREDOR E MICRO REGIÕES	DOMÉSTICO			INTERNACIONAL			TOTAL
	Hoteleiro	Outros	Total	Hoteleiro	Outros	Total	
Rio Grande do Sul	**3.379.773**	**5.069.660**	**8.449.433**	**436.140**	**374.530**	**810.670**	**9.260.103**
Corredor Turístico	**1.233.027**	**1.849.541**	**3.082.568**	**159.115**	**136.638**	**295.753**	**3.378.320**
Hortênsias	470.807	706.211	1.177.018	60.755	52.172	112.927	1.289.945
Porto Alegre e Delta do Jacuí	688.426	1.032.639	1.721.065	88.837	76.288	165.125	1.886.190
Campos de Cima da Serra	58.371	87.557	145.928	7.532	6.469	14.001	159.928
Vale do Paranhana	15.423	23.135	38.558	1.990	1.709	3.699	42.257
Participação nos totais	**40,0%**	**60,0%**	**91,2%**	**53,8%**	**46,2%**	**8,8%**	**100%**

Fonte: ITEC,2014.

MEIO DE HOSPEDAGEM DOS TURISTAS

A fim de detalhar melhor o fluxo turístico por meio de hospedagem, foram utilizadas as estatísticas estimadas pela pesquisa PMPA/FARGS (2010) para Porto Alegre, cujos percentuais estão mostrados no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1: PORTO ALEGRE: MEIOS DE HOSPEDAGEM UTILIZADOS PELO TURISTA DOMÉSTICO, 2010.



Fonte: PMPA/FARGS (2010)

TABELA 6: RIO GRANDE DO SUL: FLUXO TURÍSTICO DOMÉSTICO POR MEIO DE HOSPEDAGEM, 2012

TIPO DE HOSPEDAGEM	RIO GRANDE DO SUL	CORREDOR TURÍSTICO	HORTÊNSIAS	PORTO ALEGRE E DELTA DO JACUÍ	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	VALE DO PARANHANA
Casa de amigos/parentes	4.309.211	1.572.109	600.279	877.743	74.423	19.664
Hotel ou flat	3.379.773	1.233.027	470.807	688.426	58.371	15.423
Casa própria ou alugada	549.213	200.367	76.506	111.869	9.485	2.506
Pousada ou pensão	211.236	77.064	29.425	43.027	3.648	964

Fonte: ITEC,2014.

Uma alternativa à estimativa do fluxo turístico doméstico por meio de hospedagem é utilizar os dados da pesquisa FIPE/BRASIL (2012).

TABELA 7: BRASIL: PARTICIPAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGENS UTILIZADOS NA PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR RENDA, 2011

TIPO DE HOSPEDAGEM	0 A 4 SM	4 A 5 SM	ACIMA DE 15 SM	TOTAL
Casa de Amigos/parentes	74,1%	56,8%	40,3%	64,2%
Hotel 1a 3 estrelas	6,7%	14,4%	18,0%	10,7%
Pousada	5,6%	8,0%	9,1%	6,9%
Hotel 4 a 5 estrelas	1,7%	5,9%	16,2%	4,7%
Imóvel Alugados	3,8%	5,5%	4,4%	4,5%
Imóvel Próprio	2,6%	4,8%	6,4%	3,8%
Colônia de férias	0,5%	1,0%	1,0%	0,8%
Camping/Albergues	0,8%	0,7%	0,3%	0,7%
Resort	0,2%	1,0%	2,8%	0,7%
Motel ou pensão	0,7%	0,1%	0,1%	0,4%
Outros	3,3%	1,8%	1,4%	2,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Hotéis, pousada e resorts	14,2%	29,3%	46,1%	23,0%

Fonte: FIPE/BRASIL, 2012.

TABELA 8: RIO GRANDE DO SUL: MEIOS DE HOSPEDAGENS UTILIZADOS NA PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR RENDA, 2012

TIPO DE HOSPEDAGEM	ESTADO	CORREDOR TURÍSTICO	HORTÊNSIAS	PORTO ALEGRE E DELTA DO JACUÍ	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	VALE DO PARANHANA
Casa de Amigos/parentes	5.424.536	1.979.008	755.645	1.104.924	93.685	24.754
Hotel 1a 3 estrelas	904.089	329.835	125.941	184.154	15.614	4.126
Pousada	583.011	212.697	81.214	118.753	10.069	2.660
Hotel 4 a 5 estrelas	397.123	144.881	55.320	80.890	6.859	1.812
Imóvel Alugados	380.224	138.716	52.966	77.448	6.567	1.735
Imóvel Próprio	321.078	117.138	44.727	65.400	5.545	1.465
Colônia de férias	67.595	24.661	9.416	13.769	1.167	308
Camping/Albergues	59.146	21.578	8.239	12.047	1.021	270
Resort	59.146	21.578	8.239	12.047	1.021	270
Motel ou pensão	33.798	12.330	4.708	6.884	584	154
Outros	219.685	80.147	30.602	44.748	3.794	1.002
Total	8.449.433	3.082.568	1.177.018	1.721.065	145.928	38.558
Hotéis, pousada e resorts	1.943.369	708.991	270.714	395.845	33.563	8.868

Fonte: ITEC,2014. (Baseada em estatísticas da FIPE/BRASIL, 2012).

Convém ressaltar que a discrepância entre os dados da Tabela 6 e os da Tabela 8, deve-se, além da metodologia aplicada, principalmente à renda mais elevada dos principais estados emissores do fluxo turístico doméstico no Rio Grande do Sul, quando comparada com a do país como um todo. Observa-se na Tabela 7, que à medida que a faixa de renda se eleva da primeira faixa (de 0 a 4 SM – Salário Mínimo) para a terceira (acima de 15 SM), o percentual dos que se hospedam em hotéis, pousada e resorts sobe de 14,2% para 46,1%. E como os estados emissores do turismo doméstico no Rio Grande do Sul – última linha da Tabela 9 – apresenta uma renda média 17,1% superior à renda média do país, tem-se, então, a razão de o fluxo hoteleiro na Tabela 6 superar ao apresentado na Tabela 8.

ORIGEM DO FLUXO TURÍSTICO DOMÉSTICO

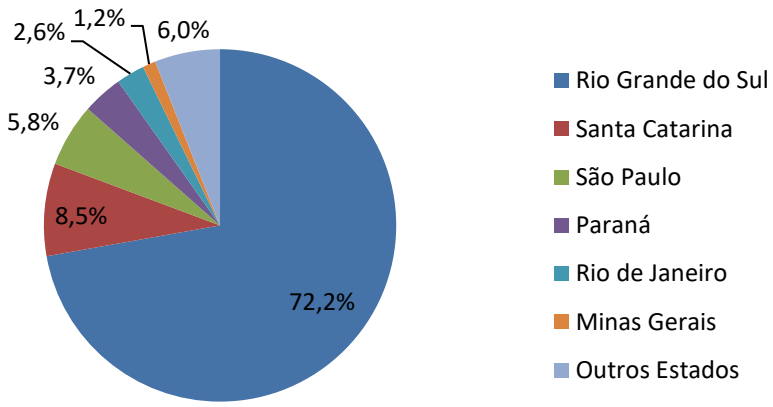
Considerando-se a inexistência de estatísticas exclusivas sobre a origem do fluxo turístico doméstico no CT Grande Porto Alegre – Serra Gaúcha, foram empregados mais uma vez os dados das pesquisas FIPE/BRASIL (2012), referente ao ano 2011 para o Rio Grande do Sul, cujas participações percentuais dos principais estados emissores estão reproduzidas na Tabela e no Gráfico a seguir. Observa-se nesse gráfico que, fora o próprio estado, com 72,2%, Santa Catarina e São Paulo são os dois estados cujas populações mais visitam o Rio Grande do Sul, com 8,5% e 5,8%, respectivamente.

TABELA 9: RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS ESTADOS EMISSORES DO TURISMO DOMÉSTICO, 2011

ORIGEM	PARTICIPAÇÃO [1]	PIB PER CAPITA[2]
Rio Grande do Sul	72,2%	24.563
Santa Catarina	8,5%	26.761
São Paulo	5,8%	32.449
Paraná	3,7%	22.770
Rio de Janeiro	2,6%	28.696
Minas Gerais	1,2%	19.573
Outros Estados	6,0%	-
Estados principais emissores	**94,0%**	**25.228**
Brasil	**100,0%**	**21.535**
Relação PIB per capita dos Estados Emissores/Brasil		**1,171**

Fontes: (1):FIPE/MTtur 2012, (2) : IBGE/Sidra (2013)

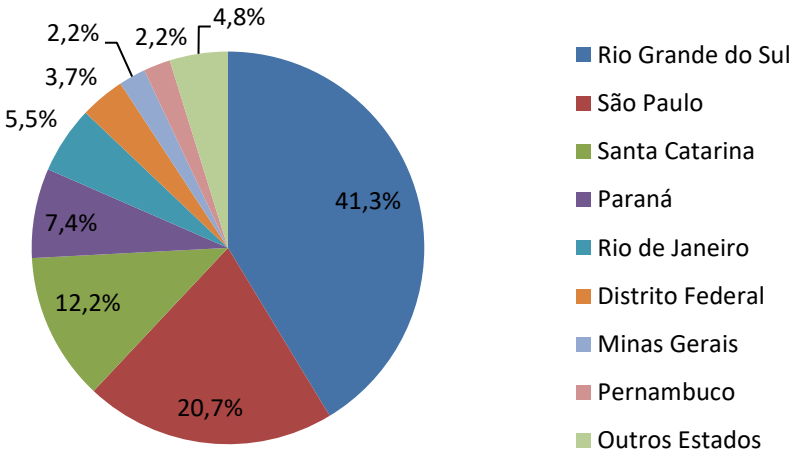
GRÁFICO 2: RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS ESTADOS EMISSORES DO TURISMO DOMÉSTICO, 2011



Fonte: ITEC,2014. (Baseada em dados da FIPE/MTur,2012).

Ainda sobre a procedência do turismo doméstico, vale destacar a pesquisa da PMPA/FARGS (2010) referente a Porto Alegre, em 2010. Observa-se nesse gráfico que, diferentemente da Pesquisa da FIPE/BRASIL (2012), o Rio Grande do Sul responde por apenas 41,3% do fluxo que visita à capital. São Paulo vem em segundo, com 20,7% e Santa Catarina, em terceiro, com 12,2%, porém os estados do Paraná e do Rio de Janeiro permanecem na quarta e quinta posições, respectivamente, tais quais mostrados na pesquisa FIPE/BRASIL (2012).

GRÁFICO 3: PORTO ALEGRE: PRINCIPAIS ESTADOS EMISSORES DO TURISMO DOMÉSTICO, 2010



Fonte: ITEC,2014. (Baseado em dados da PMPA/FARGS, 2010).

ORIGEM DO FLUXO TURÍSTICO INTERNACIONAL

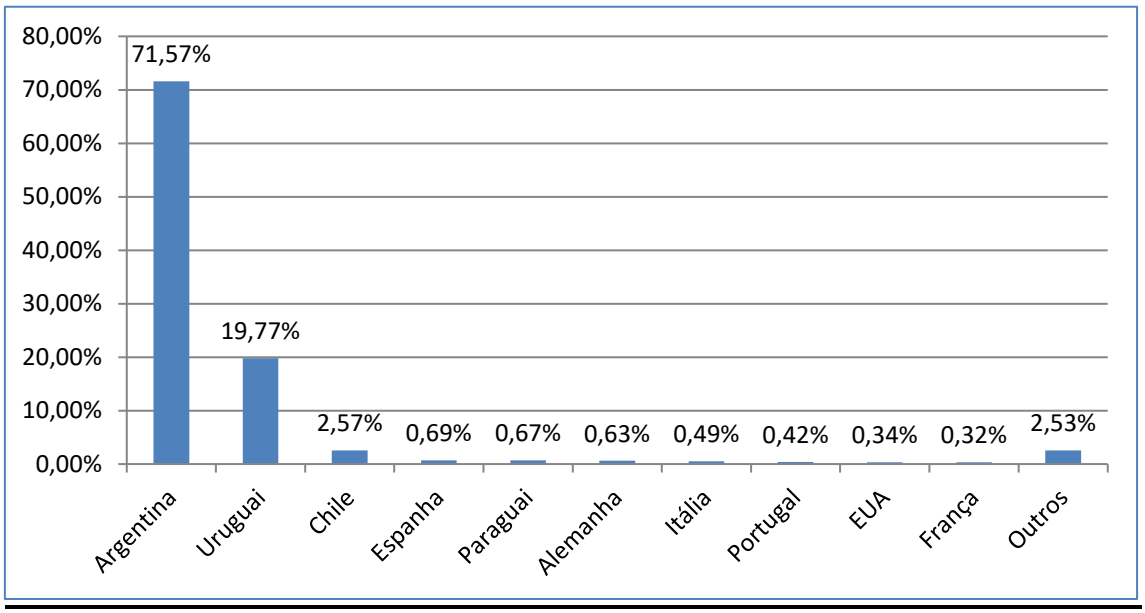
Para determinação da procedência do turismo receptivo (internacional), foram utilizadas as estatísticas do Ministério do Turismo, BRASIL (2013.a), que, em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, publica o Anuário Estatístico de Turismo, com dados mensais, anuais e série histórica, detalhados por todos os países e continentes. Baseadas nessas estatísticas que foram elaborados a tabela e o gráfico a seguir, ilustrando-se apenas os dez países principais emissores, segmentados por portão de entrada – marítimo, terrestre e fluvial. Como o Rio Grande do Sul é fronteiriço aos dois principais países emissores - Argentina e Uruguai -, o portão terrestre responde pela maior parte do ingresso de turistas no estado. Juntos, esses dois países responderam, em 2012, por mais de 90% do turismo receptivo gaúcho.

TABELA 10: RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES DO TURISMO RECEPTIVO, 2012

PAÍS RESIDÊNCIA PERMANENTE	PORTÃO DE ENTRADA					PARTICIPAÇÃO
	Aérea	Marítima	Terrestre	Fluvial	Total	
Argentina	68.103		477.818	34.286	**580.207**	**71,57%**
Uruguai	15.812		144.288	161	**160.261**	**19,77%**
Chile	5.551		15.169	95	**20.815**	**2,57%**
Espanha	2.089		3.464	19	**5.572**	**0,69%**
Paraguai	234		2.196	3.040	**5.470**	**0,67%**
Alemanha	2.121		2.881	82	**5.084**	**0,63%**
Itália	2.817		1.147	25	**3.989**	**0,49%**
Portugal	3.128		278	2	**3.408**	**0,42%**
EUA	2.209		485	50	**2.744**	**0,34%**
França	1.217		1.264	96	**2.577**	**0,32%**
Outros	12.441	-	7.937	165	20.543	**2,53%**
Total	**115.722**	**-**	**656.927**	**38.021**	**810.670**	**100,00%**

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em dados do MTur, 2013).

GRÁFICO 4: RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS EMISSORES DO TURISMO RECEPTIVO, 2012



Fonte: ITEC,201. (Baseado em dados do MTur, 2013).

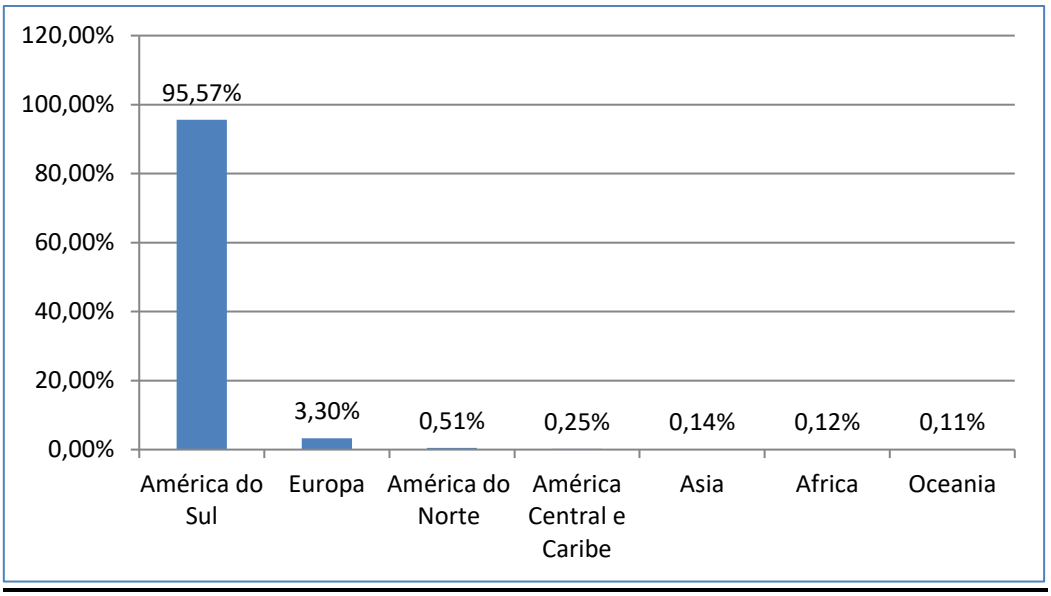
Baseando-se ainda nos dados do MTur (2013.a), foram elaborados a tabela e o gráfico seguintes, que mostram a origem do fluxo turístico receptivo no Rio Grande do Sul por portão de entrada a partir dos continentes. Observa-se no Gráfico 5 que a América do Sul responde por 95,57%, seguido pelo continente europeu, com 3,3%.

TABELA 11: RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS CONTINENTES EMISSORES DO TURISMO RECEPTIVO, 2012.

CONTINENTES DE RESIDÊNCIA PERMANENTE	PORTÃO DE ENTRADA					PARTICIPAÇÃO
	Aérea	Marítima	Terrestre	Fluvial	Total	
América do Sul	94.247	-	642.816	37.662	774.725	**95,57%**
Europa	15.045	-	11.387	286	26.718	**3,30%**
América do Norte	3.263	-	835	58	4.156	**0,51%**
América Central e Caribe	1.846	-	204	3	2.053	**0,25%**
Ásia	712	-	425	10	1.147	**0,14%**
África	163	-	778	2	943	**0,12%**
Oceania	446	-	480	-	926	**0,11%**
Países Não Especificados	0		2	0	2	**0,00%**
Total	**115.722**	**-**	**656.927**	**38.021**	**810.670**	**100,00%**

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em dados do MTur,2013).

GRÁFICO 5: RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES DO TURISMO RECEPTIVO, 2012



Fonte: ITEC,2014. (Baseado em dados do MTur,2013).

PROJEÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO

Para estimar o impacto do turismo no Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha, foi adotado um cenário onde se assume como hipótese primordial a concretização das ações propostas tanto pelo PDITS-RS a ser implementado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como pelo Plano Nacional de Turismo 2013-2016, em curso pelo Governo Federal. Tais ações implicarão crescimento do número de turistas acima do previsto, no caso de não se adotar as ações previstas no Plano, bem como melhoria dos indicadores turísticos do CT, como aumentos no gasto médio per capita, na taxa de ocupação e de hospedagem em hotéis e na arrecadação fiscal local. Causando impactos positivos na arrecadação fiscal, no nível de emprego e renda e na qualidade de vida da população.

Sendo assim, a hipótese adotada revela aos administradores públicos os efeitos e impactos futuros resultantes da execução plena das ações do Plano. Representa, portanto, o cenário desejável e objetivo estratégico a ser alcançado por todo o planejamento, o que requer desses administradores a mobilização de recursos, o aproveitamento das oportunidades e o preparo de planos contingenciais para cobrir todas as ações especificadas necessárias.

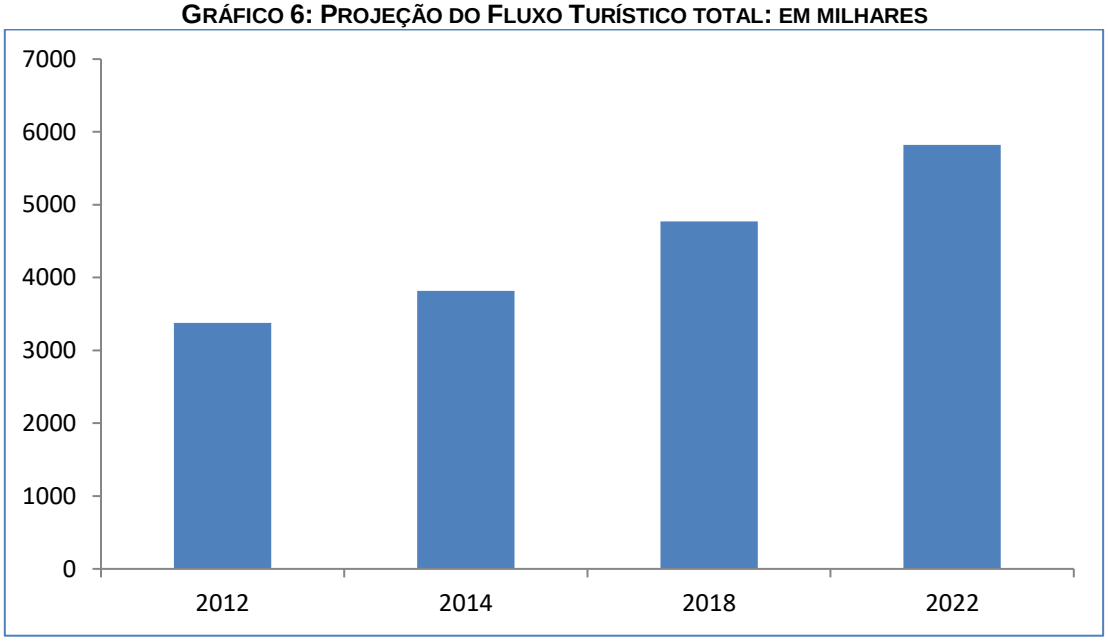
A tabela a seguir resume o total de turistas estimados para o período 2012 a 2022, enquanto o gráfico ilustra esses mesmos resultados. Os procedimentos, tanto para a determinação do fluxo doméstico como para o internacional, são descritos na sequência.

TABELA 12: RIO GRANDE DO SUL: PROJEÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO TOTAL: EM MILHARES

ANO	ESTADO	CORREDOR TURÍSTICO
2012	9.260,1	3.378,3
2014	10.469,7	3.819,6
2018	13.075,9	4.770,4
2022	15.952,7	5.820,0
Relação 2022/12	**1,72**	**1,72**

Fonte: ITEC,2014.

GRÁFICO 6: PROJEÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO TOTAL: EM MILHARES



Fonte: ITEC,2014.

Projeção do Fluxo Turístico Doméstico

A projeção do fluxo turístico fora obtida assumindo-se as taxas de aumento das viagens domésticas do Plano Nacional de Turismo (MTur - PNT 2013-2016: Meta 3 – Aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016) que estimou em 4,99% a.a. a taxa de crescimento dessas viagens no período 2007 a 2012 e projetou em 6,14% a.a. para o período 2013 a 2016. Daí em diante assumiu-se uma taxa de 5% a.a. O fluxo resultante deste cenário para o estado, o CT e suas regiões estão apresentadas na tabela abaixo. Com este cenário a demanda turística no CT elevar-se-á de 3,1 para 5,2 milhões entre 2012 e 2022, um incremento de 70%.

Convém assinalar que as taxas de 6,14% e de 5% utilizadas para a projeção do fluxo turístico neste estudo representam, na verdade, uma média ponderada do crescimento deste fluxo pelas participações dos meios de transporte utilizados pelos diversos segmentos turísticos. Pois, se de um lado, o segmento turístico que utiliza avião como meio de transporte, cuja participação representa 17% dos meios de transporte

utilizados pelo fluxo turístico na principal viagem doméstica no país, vem crescendo a taxas de dois dígitos, média de 13,9% a.a entre 2010 e 2012, de outro lado, os segmentos que utilizam meios de transporte terrestres tendem a crescer a taxas semelhantes ao do crescimento econômico do país. É isso que mostram os dados da Tabela 15 para o fluxo de embarques na Plataforma Intermunicipal de Porto Alegre, que cresceu apenas 3% entre 2011 e 2012, meio este que responde por 26,9% dos meios de transportes utilizados pelos turistas na principal viagem doméstica ao País, em 2011.

TABELA 13: PORTO ALEGRE: MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO SALGADO FILHO

ORIGEM		DOMÉSTICO	INTERNACIONAL	TOTAL
Passageiros por ano	2009	5.256.133	351.570	5.609.712
	2010	6.218.318	433.463	6.653.791
	2011	7.268.937	569.260	7.840.208
	2012	7.606.507	654.848	8.263.367
Variação Anual	2010/09	18,3%	23,3%	18,6%
	2011/10	16,9%	31,3%	17,8%
	2012/11	4,6%	15,0%	5,4%
	Média Per	**13,3%**	**23,2%**	**13,9%**

Fonte: SMTUR – SMF– SINDPOA – PORTO ALEGRE C&VB – INFRAERO – VEPPO (Apud BEMTUR, 2011 e 2012)

TABELA 14: BRASIL: MEIOS DE TRANSPORTES UTILIZADOS NA PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA 2010/11

MEIO	LAZER	NEGÓCIOS	OUTROS	TOTAL
Carro	47,7%	33,6%	27,0%	44,1%
Ônibus de linha	26,1%	23,9%	36,1%	26,9%
Avião	15,7%	30,1%	13,5%	17,0%
ônibus de Excursão	4,3%	3,7%	8,8%	4,7%
Carona	2,1%	2,4%	6,3%	2,6%
Van/perueiro	1,4%	1,9%	1,7%	1,5%
Moto	1,3%	0,1%	1,3%	1,2%
Navio ou barco	0,9%	0,4%	0,6%	0,8%
Outros	0,4%	3,8%	4,7%	1,2%

Fonte: FIPE/Mtur , 2012

TABELA 15: PORTO ALEGRE: FLUXO NA PLATAFORMA INTERMUNICIPAL - EMBARQUES

ANO	2011	2012	VARIAÇÃO 2012/11
Passageiros	6.244.579	6.420.718	3,0%

Fonte: SMTUR – SMF– SINDPOA – PORTO ALEGRE C&VB – INFRAERO – VEPPO (Apud BEMTUR, 2011 e 2012)

TABELA 16: RIO GRANDE DO SUL: PROJEÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO DOMÉSTICO, EM MILHARES

ANO	METAS DE CRESC. FLUXO DOMÉSTICO	RS	CT	HORTÊNSIAS	PORTO ALEGRE E DELTA DO JACUÍ	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	VALE DO PARANHANA
2012	4,99%	8.449,4	3.082,6	1.177,0	1.721,1	145,9	38,6
2015	6,14%	10.103,3	3.686,0	1.407,4	2.057,9	174,5	46,1
2018	5,00%	11.822,9	4.313,3	1.646,9	2.408,2	204,2	54,0
2022	5,00%	14.370,8	5.242,8	2.001,9	2.927,2	248,2	65,6
Relação 2022/12	**-**	**1,70**	**1,70**	**1,70**	**1,70**	**1,70**	**1,70**

Fonte: ITEC,2014. (A partir de dados do MTur 2013-2016).

Projeção do Fluxo Turístico Internacional

A projeção do fluxo turístico fora obtida assumindo-se as taxas de aumento das chegadas internacionais de turistas do Plano Nacional de Turismo (MTur - PNT 2013-2016: Meta 1 – Aumentar para 7,9 milhões a chegadas de turistas estrangeiros ao país) que estimou em 2,5% a.a. a taxa de crescimento desses turistas no período 2007 a 2012 e projetou em 8,034% a.a. para o período 2013 a 2016. Daí em diante, assumiu-se uma taxa de 6% a.a. A demanda turística no CT elevar-se-á de 295,8 mil para 577,1 mil entre 2012 e 2022, um incremento de 95% no período.

TABELA 17: RIO GRANDE DO SUL: PROJEÇÃO DO FLUXO INTERNACIONAL: EM MILHARES

ANO		FLUXO TURÍSTICO ESTRANGEIRO, EM MILHARES					
	METAS DE CRESC. FLUXO DOMÉSTICO	ESTADO	CORREDOR TURÍSTICO	HORTÊNSIAS	PORTO ALEGRE E DELTA DO JACUÍ	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	VALE DO PARANHANA
2012	0,03%	810,7	295,8	112,9	165,1	14,0	3,7
2015	8,30%	1.029,7	375,7	143,4	209,7	17,8	4,7
2018	6,00%	1.253,1	457,1	174,6	255,2	21,6	5,7
2022	6,00%	1.582,0	577,1	220,4	322,2	27,3	7,2
Relação 2022/12	**-**	**1,95**	**1,95**	**1,95**	**1,95**	**1,95**	**1,95**

Fonte: ITEC,2014.

COMPORTAMENTO FUTURO DO TURISTA DOMÉSTICO

As estatísticas de perfil do turista doméstico mais recentes, confiáveis e adequadas ao CT são as levantadas para o país como um todo pelo estudo “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil, 2010-2011”, BRASIL/FIPE (2012), referentes ao ano de 2011. Na tabela a seguir foram reproduzidas as estatísticas do País referentes ao motivo da viagem e gastos. Esses gastos, para efeito do cálculo da receita turística do fluxo doméstico a ser apresentado mais à frente, foram atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliados, IPCA-IBGE, para valores do ano-

base, 2012. Já a participação nos motivos da viagem fora assumida constante entre 2011 e 2012.

TABELA 18: BRASIL: PARTICIPAÇÃO DO FLUXO POR MOTIVO E GASTO, 2012

GASTO MÉDIO (R$)	PRINCIPAL MOTIVO			
	Lazer	Negócios	Outros	Total/Média Pond
Participação do Fluxo*	12,8%	35,0%	52,2%	33%
Gasto per capita dia (R$)	60,42	93,42	47,27	60,96
Gasto Médio (R$)	1.223,03	1.341,90	808,23	1.194,18
Gasto per capita (R$)	523,27	1.043,47	462,15	551,63

Fontes: FIPE/BRASIL, 2012.

As estatísticas do estudo da BRASIL/FIPE (2012) trazem a permanência do turista doméstico segmentada por motivo de viagem e por faixa de renda. A tabela abaixo reproduz essas estatísticas por motivo de viagem para os anos 2007 e 2011, na qual se observa pequena variação nos percentuais do período.

TABELA 19: BRASIL: PERMANÊNCIA MÉDIA DO FLUXO POR MOTIVO DA VIAGEM, 2007E 2011

PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)	PRINCIPAL MOTIVO							
	Lazer		Negócios		Outros		Total	
	2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
1	5,7%	5,0%	13,9%	13,9%	15,3%	11,6%	8,6%	6,6%
2 ou 3	3,0%	30,3%	40,4%	36,7%	34,8%	37,6%	33,2%	31,7%
4 ou 5	17,0%	18,0%	13,9%	15,1%	1,1%	14,1%	15,7%	17,3%
6 ou 7	15,6%	15,2%	10,5%	10,4%	10,0%	9,3%	13,9%	14,1%
8 a 10	10,7%	11,2%	6,4%	4,7%	6,9%	6,6%	9,3%	10,0%
11 a 15	9,7%	9,3%	5,4%	5,5%	8,7%	8,5%	8,6%	8,8%
16 a 30	9,1%	8,7%	6,2%	6,6%	9,1%	7,5%	8,4%	8,4%
31 ou mais	0,2%	2,3%	3,3%	7,1%	3,9%	4,7%	2,4%	3,0%
Média	**8,5**	**8,7**	**8,20**	**11,2**	**9,2**	**9,8**	**8,5**	**9,0**

Fontes: BRASIL/FIPE (2012) e (2009).

Para efeito da projeção da receita turística e da renda domésticas no horizonte de planejamento, 2012/2014, admitiram-se como constante o comportamento dos indicadores de permanência e de motivo de viagem. Já o gasto do turista doméstico, admitiu-se crescer na mesma proporção de crescimento da renda nacional, aqui medidas pelas expectativas de crescimento do PIB do Brasil apresentadas nas projeções da demanda turística nacional. Com isso, observa-se na tabela a seguir que o gasto médio per capita do turista doméstico por viagem a lazer evoluirá de R$ 523,27 em 2012 para R$ 730,97 em 2022, o que significará um incremento de 40%, ou seja, um incremento real, que é menor do que o incremento nominal, pois este incorpora a inflação ocorrida no horizonte do planejamento.

TABELA 20: RIO GRANDE DO SUL: PROJEÇÃO DE GASTOS PER CAPITA POR MOTIVO DA VIAGEM

ANO	GASTO PER CAPITA, R$ 1,00		
	LAZER	NEGÓCIOS	OUTROS
2012	523,27	1.043,47	462,15
2013	535,30	1.067,47	472,78
2014	551,90	1.100,56	487,44
2015	573,97	1.144,59	506,94
2016	596,64	1.189,79	526,96
2017	619,22	1.234,82	546,90
2018	641,72	1.279,68	566,77
2019	664,14	1.324,40	586,58
2020	686,49	1.368,96	606,31
2021	708,76	1.413,38	625,99
2022	730,97	1.457,66	645,60
Relação 2022/12	**1,40**	**1,40**	**1,40**

Fonte: ITEC,2014.

TURISMO INTERNACIONAL

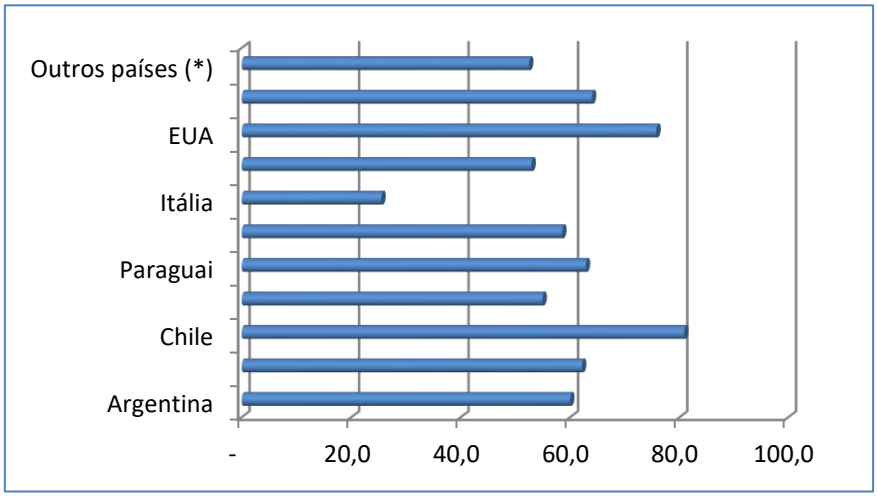
Para determinação da participação, gasto e permanência do fluxo turístico internacional, tomou-se como referência a entrada de turistas no Rio Grande do Sul, segundo sua procedência, obtida do "Estudo de Demanda Turística Internacional" (BRASIL, 2013). Neste estudo também constam estatísticas para Porto Alegre, o sexto destino mais visitados pelo turista internacional em 2011, no entanto, considerando-se que o principal acesso do fluxo turístico internacional no estado é terrestre, preferiu-se utilizar as estatísticas postadas nas Tabelas 18 e 19, referente ao estado, por origem de procedência do turista.

TABELA 21: RIO GRANDE DO SUL: PROCEDÊNCIA, MOTIVO E GASTO DO FLUXO INTERNACIONAL, 2012

PAÍS DE ORIGEM/ANO	MOTIVO			GASTO MÉDIO PER CAPITA DIA NO BRASIL (US$)		
	Lazer	Negócios, eventos e convenções	Outros motivos	Lazer	Negócios, eventos e convenções	Outros motivos
Argentina	79,0%	11,7%	9,3%	59,25	118,81	35,32
Uruguai	72,2%	15,4%	12,4%	62,15	122,74	52,61
Chile	54,3%	25,6%	20,1%	80,87	152,97	33,14
Espanha	25,6%	30,8%	43,6%	75,28	122,35	38,47
Paraguai	37,2%	13,6%	49,2%	62,58	128,51	46,61
Alemanha	32,3%	29,2%	38,5%	81,56	102,21	38,84
Itália	33,4%	28,9%	37,7%	74,26	109,47	36,13
Portugal	22,8%	32,1%	45,1%	66,92	84,17	38,97
EUA	18,6%	35,5%	45,9%	97,11	161,71	48,48
França	33,4%	28,9%	37,7%	68,62	106,36	50,17
Outros países (*)	14,1%	40,3%	45,6%	83,45	41,03	41,9
Média ponderada	**73,2%**	**13,8%**	**11,7%**	**60,81**	**117,44**	**38,60**

Fontes: BRASIL,2013.

GRÁFICO 7: RIO GRANDE DO SUL: GASTO PER CAPITA (US$) POR PAÍS EMISSOR, 2012



Fontes: MTur, 2013.

Convém ressaltar que apenas uma parte do fluxo turístico internacional que entra pelo Rio Grande do Sul se destina ao estado. Com isso, as receitas e renda derivadas do fluxo internacional calculadas por este estudo correspondem às divisas e rendas geradas para o país derivadas do turismo receptivo e cujo portão de entrada fora o Rio Grande do Sul.

TABELA 22: RIO GRANDE DO SUL: PROCEDÊNCIA, MOTIVO E GASTO DO FLUXO INTERNACIONAL, 2012

PAÍS DE ORIGEM/ANO	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)			PARTICIPAÇÃO NO FLUXO TOTAL 2012
	LAZER	NEGÓCIOS, EVENTOS E CONVENÇÕES	OUTROS MOTIVOS	
Argentina	10,6	7,7	15,8	71,57%
Uruguai	8,4	4,7	9,2	19,77%
Chile	8,5	7,6	22,1	2,57%
Espanha	17,9	15,2	47,6	0,69%
Paraguai	8,9	4,6	4,5	0,67%
Alemanha	15,8	14,2	30,0	0,63%
Itália	19,4	13,2	37,7	0,49%
Portugal	19,1	23,1	39,5	0,42%
EUA	14,4	11,5	26,8	0,34%
França	18,2	14,6	34,4	0,32%
Outros países (*)	6,4	16,8	26,8	2,53%
Média Ponderada	**10,04**	**7,4**	**15,3**	**100%**

Fontes: MTur, 2013.

A tabela abaixo mostra as estatísticas de participação do fluxo por motivo de viagem, do gasto e da permanência dos turistas internacionais, baseadas no perfil do turista internacional dos principais países emissores. Por intermédio dessas estatísticas

foram calculadas as receitas turísticas diretas (divisas) e renda turística derivada do fluxo internacional.

TABELA 23: RIO GRANDE DO SUL - FLUXO TURÍSTICO INTERNACIONAL – PARTICIPAÇÃO DO FLUXO POR MOTIVO, GASTO E PERMANÊNCIA, 2012

GASTO MÉDIO (R$)	PRINCIPAL MOTIVO			
	LAZER	NEGÓCIOS	OUTROS	TOTAL/MÉDIA PONDERADA
Participação do Fluxo	73,2%	13,8%	11,7%	99%
Gasto per capita dia (R$)	60,81	117,44	38,60	65,23
Gasto Médio (R$)	610,47	870,91	588,88	635,94
Permanência Média (dias)	10,04	7,42	15,26	10,16

Fontes: MTur, 2013.

Para efeito da projeção da receita turística e da renda internacional no horizonte de planejamento, 2012/2014, admitiu-se como constante o comportamento dos indicadores de permanência e de motivo de viagem. Já o gasto do turista internacional, admitiu-se crescer na mesma proporção de crescimento da renda nacional dos principais países emissores, aqui medidas pelas expectativas de crescimento do PIB dos principais países emissores, apresentadas nas projeções da demanda turística internacional. Com isso, o gasto médio per capita do turista doméstico por viagem a lazer, por exemplo, evoluirá de US$ 610,47 em 2012, para US$ 818,18 em 2022, um incremento de 34%.

TABELA 24: RIO GRANDE DO SUL: PROJEÇÃO DO GASTO PER CAPITA POR MOTIVO DE VIAGEM DO FLUXO TURÍSTICO INTERNACIONAL, 2012-2022

ANO	GASTO PER CAPITA, US$ 1,00		
	LAZER	NEGÓCIOS	OUTROS
2012	610,47	870,91	588,88
2013	631,14	900,40	608,82
2014	649,56	926,67	626,58
2015	668,58	953,81	644,93
2016	688,16	981,74	663,82
2017	708,31	1.010,49	683,26
2018	729,05	1.040,08	703,27
2019	750,40	1.070,53	723,86
2020	772,35	1.101,84	745,03
2021	794,93	1.134,07	766,82
2022	818,18	1.167,24	789,25
Relação 2022/129	**1,34**	**1,34**	**1,34**

Fonte: ITEC,2014.

B. Caracterização do Perfil Qualitativo dos Segmentos Atuais

O perfil do turista doméstico baseia-se no documento disponibilizado pela SETUR/RS. Resumo: Pesquisa de Demanda Doméstica 2010/2011 e na Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011 (BRASIL,FIPE,2012). Além disso, foram utilizados resultados do estudo econométrico realizado neste diagnóstico. Ressalta-se, no entanto, que não estão disponíveis informações para todos os indicadores.

O quadro a seguir sistematiza o perfil da demanda doméstica.

QUADRO 3: PERFIL DA DEMANDA DOMÉSTICA – RIO GRANDE DO SUL

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
Procedência**	• RS: 75,2% • SC 8,5% • SP: 5,8% • PR: 3,7% • RJ: 2,6%
Tipo de Transporte*	• Carro: 44,1% • Ônibus de linha: 26,9% • Avião: 17% • Excursão: 4,7%
Motivo da Viagem	• **Negócios: 35%** • **Lazer: 12,8%**
Tipo de Alojamento*	• Casa de amigos: 62,8% • Hotel (1 a 3 estrelas): 12% • Pousada: 7% • Hotel (4 a 5 estrelas): 5,3% • Outros: 12,9%
Gasto médio per capita/dia	• Lazer: R$60,42 • Negócios:R$ 93,42
Permanência Média	• Lazer: 30,3% 2 a 3 dias; 32,2% 4 a 7 dias • Negócios: 36,7% 2 a 3 dias; 25,5% 4 a 7 dias
Composição dos grupos*	• Lazer (sozinhos: 32%; Acompanhadas 1 pessoa: 29,5%; Acompanhadas 2 pessoas: 19,2% • Viagens a negócios 81% viajam sozinhas
Sazonalidade*	• Meses de alta temporada: dezembro (18,8% das viagens), Janeiro (12,1%) e Julho (11,8%)

Fonte: * Resumo: Pesquisa de Demanda Internacional 2010/2011 (SETUR/RS,2012); ** Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011 (BRASIL,FIPE,2012).

No Plano de Marketing do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015 (FGV, 2012) também consta um perfil da demanda doméstica do estado, no entanto, essa pesquisa só abrangeu aqueles turistas que utilizaram o modal aéreo e sabe-se que a via de acesso mais utilizada para entrar no estado é a terrestre.

Os principais resultados foram:

- Maioria, entre 26 e 35 anos de idade (30,7%);

- 27,0% residem na cidade de São Paulo;
- **A vontade de conhecer o destino final foi a principal motivação da viagem (36,7%);**
- **As cidades mais visitadas foram Porto Alegre e Gramado (43,1% cada uma) e Canela (13,9%), as três partes do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha;**
- 61,7% hospedaram-se em hotéis, pousadas ou flats;
- A internet foi a principal fonte de pesquisa (54,0%)
- **89,3% tiveram suas expectativas atendidas no destino visitado;**
- **57,7% pretende retornar ao estado;**
- **Dos que desejam retornar ao Rio Grande do Sul, 86,6% gostariam de conhecer outras cidades além das que visitaram na viagem – a cidade de maior desejo é Gramado;**
- **Quase a totalidade dos respondentes (99,0%) recomendaria os destinos do Rio Grande do Sul a amigos ou parentes para viagens de lazer.**

Há também disponível a Pesquisa do Perfil do Turista da Região das Hortênsias (SEBRAE, 2014), cujos municípios pesquisados foram Gramado, Canela e Nova Petrópolis e que apresenta importantes indicadores de potencialidades para o CT Porto Alegre Serra Gaúcha, destacados no quadro abaixo.

QUADRO 4: PERFIL DO TURISTA DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS

INDICADOR	ALTA TEMPORADA	BAIXA TEMPORADA
Sexo	• Masculino: 62,40% • Feminino: 37,60%	• Masculino: 38,3% • Feminino: 61,7%
Procedencia	• RS: 34,5% • SP: 17% • SC: 9,2% • RJ/PR/MG: 8,5% cada	• RS: 34,8% • SP: 16,5% • RJ: 13% • SC/ MG: 6,1%
Idade	• 20 a 30 anos: 24,7% • 31 a 40 anos: 22,9% • 41 a 50 anos: 24,4%	• 20 a 30 anos: 25,2% • 31 a 40 anos: 17,4% • 41 a 50 anos: 30,4%
Escolaridade	• Superior (completo e incompleto): 55%	• Médio completo: 28,7% • Superior completo: 27%
Renda	• De R$3.476,01 a R$6.563,00: 26,2% • Acima de R$9.733,01: 22,9%	• De R$3.476,01 a R$6.563,00: 25,2% • De R$6.563,01 a R$9.733,00: 26,1%
Tipo de turismo que atrai	• **Sol & praia: 65,1%** • **Cultural: 49,6%** • **Ecoturismo: 32,1%**	• **Sol & praia: 65,2%** • **Cultural: 43,5%** • **Ecoturismo: 27,8%**

INDICADOR	ALTA TEMPORADA	BAIXA TEMPORADA
	• **Aventura: 24%**	• **Aventura: 18,3%**
Motivo da viagem	• **Lazer/Entretenimento: 60,9%** • **Eventos/Feiras: 30,9%**	• **Lazer/Entretenimento: 70,3%**
O que mais gostaram na região	• **Natureza: 22,5%** • **Infraestrutura: 17%** • **Opções de lazer: 10,3%**	• **Natureza: 31,3%** • **Infraestrutura: 26,1%** • **Aspectos históricos:20%**
Expectativas do local visitado	• Superou: 53,1%	• Correspondeu: 65,2%
Intenção de retorno	• **95,2% pretende voltar à região**	• **100% pretende voltar à região**
Visita a outros municípios	• **87,8% visitaram outros municípios**	• **85,2% visitaram outros municípios**
Serviços mais utilizados	• **Alimentação: 93%** • **Comércio: 90,4%** • **Agências de viagens: 52%** • **Informação turística: 77,9%**	• **Alimentação: 86,1%** • **Comércio: 69,6%** • **Agências de viagens: 48,7%**
Impedimento para viajar	• **Situação financeira: 42,1%**	• Tempo: 35,7%

Fonte: SEBRAE. Perfil do Turista da Região das Hortênsias, disponível em em http://hipnos.ucs.br/turismo/noticias.php?id=80. Acesso em 07/05/2014.

O perfil do turista internacional aqui apresentado está baseado no documento disponibilizado pela SETUR/RS. Resumo: Pesquisa de Demanda Internacional 2011 e nas informações constantes no documento Chegadas de Turistas Internacionais – 2011-2012 (BRASIL, 2013) e no Estudo da demanda turística internacional 2006-2012 (BRASIL, 2013).

O quadro a seguir sistematiza o perfil da demanda internacional.

QUADRO 5: PERFIL DA DEMANDA INTERNACIONAL – RIO GRANDE DO SUL

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
Procedência**	• Argentina: 71,57% • Uruguai: 19,77% • Chile: 2,57%
Via de Acesso**	• Terrestre: 81% • Aéreo: 14,27% • Fluvial: 4,73%
Motivo da Viagem*	• **Lazer – 46,1% (Sol e Praia 62,1 % / Natureza, Ecoturismo e Aventura 24,6 % / Cultura 9,4 % / Esportes 1,6 %)** • **Negócios e Eventos – 25,6% (40,3%***)** • **Visita amigos/ parentes – 24,5%** • **Outros – 3,8%**
Tipo de Alojamento*	• Hotel, flat, pousada ou resort – 53,8 % • Casa de amigos e parentes – 26,8 % • Casa alugada – 10,2 % • Camping ou albergue – 4,2 % • Casa própria – 3,1 % • Outros – 1,9 %
Gasto médio per capita/dia*	• Lazer: U$ 72,68 • Negócios, Eventos e Convenções: U$ 127,94

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
	• Outros: U$ 50,29
Permanência Média	• Negócios: 6,4 dias*** • PM: 17,3 dias (Os europeus e norte americanos permanecem em média 3 vezes mais que os visitantes da América do Sul) *
Organização da Viagem (fonte de informação)***	• 34,6% amigos e parentes • 31,5% internet • 23,8% viagem corporativa
Utilização de Agência de Viagem***	• 76,9% não utilizou • 18,2% serviços avulsos
Perfil Socioeconômico***	• 63,3% sexo masculino / 68% entre 25 e 50 anos / 76,9% ensino superior ou pós-graduação / Renda média familiar: US$4.787,39; Renda média individual: US$3.663,73
Nível de satisfação com a viagem*	• **57,2 atendeu plenamente** • **27,3% superou**
Avaliações positivas (Infraestrutura)***	• **Limpeza pública: 84,0%** • **Segurança pública: 81,3%** • **Serviço de táxi: 89,7%** • **Transporte público: 83,6%** • **Telecomunicações: 74,8%** • **Sinalização turística: 65,2%**
Avaliações positivas (Infraestrutura Turística)***	• **Aeroporto: 88,9% / Restaurante: 98,7 / Alojamento: 93,9%** • **Diversão noturna: 97,4%**
Avaliações positivas (Serviços Turísticos)***	• **Guias de turismo: 86,8 / Informação turística: 82,8 / Gastronomia: 97,7% / Preços: 63,9**
Sazonalidade*	• Janeiro, Fevereiro, Março e Dezembro são os meses de maior fluxo internacional, onde predominam na as viagens a lazer; • As viagens a negócios são mais distribuídas ao longo do ano.

Fonte: * Resumo: Pesquisa de Demanda Internacional 2011 (SETUR/RS,2012); **Chegadas de Turistas Internacionais – 2011-2012 (BRASIL, 2013); ***Estudo da demanda turística internacional (BRASIL,2013).

Não há estudos disponíveis que definam o perfil da demanda por segmentos trabalhados no estado. É importante destacar a necessidade da criação de uma base de dados que identifique as peculiaridades de cada tipo de demanda turística trabalhada no CT de forma a proporcionar aos gestores públicos e empresários meios de desenvolver estratégias eficientes de planejamento, gestão e promoção dos destinos.

O quadro a seguir pretende traçar um comparativo dos perfis de demanda por segmentos identificados no CT, a partir de informações existentes em manuais e estudos elaborados pelo Ministério do Turismo e parceiros.

QUADRO 6: PERFIL DA DEMANDA POR SEGMENTAÇÃO

INDICADOR	NEGÓCIOS E EVENTOS	AVENTURA E ECOTURISMO	RURAL	CULTURAL
Faixa etária	• 25 e 34 anos: 27% • 35 e 44 anos: 35,44% • 45 e 54 anos: 23,2%	• 18 a 39 anos: 69%	• Entre 20 e 55 anos	-
Formação escolar	• Nível superior: 96%	• Ensino superior incompleto	• Ensino médio completo • Ensino superior completo	• Alto índice de escolaridade
Ocupação principal	• Setor privado: 35,6%	-	-	-
Faixa de renda média	• Até US$ 3.000,00: 38,40% de • Entre US$ 3.001,00 e US$ 6.000,00: 27,11% • Mais de US$ 6.000,00: 26,20%	• Classe B	-	-
Composição do grupo	• Viajou sozinho: 59,3% • Acompanhado 1 pessoa: 14,6%	Sempre grupos • De 18 a 29 anos: Amigos/ Cônjuge/namorado (75%) • De 30 a 39 anos: Cônjuge/namorado, família completa (71%) • De 40 a 49 anos: Cônjuge/namorado, família completa (84%) • De 50 a 59 anos: Cônjuge/namorado, família completa (83%)	• Casais com filhos • Amigos	• Grupos (amigos, família, casal)
Gasto médio per capita/dia	• US$ 285,10	-	-	-
Permanência Média	• 6,8 dias	-	• 2 dias	-
Meio de transporte utilizado	-	• Carro próprio: 59% • Avião: 16% • Ônibus: 15% • Excursões rodoviárias: 6%	• Automóveis particulares (deslocamentos em um raio de até 150 km do núcleo emissor)	-

INDICADOR	NEGÓCIOS E EVENTOS	AVENTURA E ECOTURISMO	RURAL	CULTURAL
Organização da Viagem/ Fonte de Informação	• Agência de turismo: 34,9% • Organização própria: 34% • Organizado pela empresa onde trabalha: 20,3%	• Mídias • Internet • Revistas especializadas • Contribui no planejamento da viagem	• Informação na internet e nos parentes e amigos • Organização própria	-
Tipo de Alojamento	• Hotel: 97,2%	-	• Meios de hospedagem rurais	• Meios de hospedagem convencional
Imagem em relação ao destino	• Permaneceu positiva ou chegou a melhorar para 78,8% dos participantes após a viagem	-	-	-
Intenção de retorno	• 81,7% pretendem voltar à cidade do evento • 94,5% pretendem voltar ao • Brasil, **destes, 82,6% querem retornar a lazer**	-	-	-
Interesse pelo segmento	-	• Nunca realizaram atividades de aventura e ecoturismo: 28% • Realizaram 1 atividade: 13% • Realizaram de 02 a 05 atividades: 34% • Realizaram de 06 a 10 atividades: 21% • Realizaram mais de 10 atividades: 4%	-	• Musicalidade, danças e hospitalidade como características mais expressivas: 60% • Manifestações populares: 47% • Artesanato e gastronomia: 30%
Exigências	• Praticidade • Comodidades • Atendimento e equipamentos de qualidade	• Qualidade • Segurança • Acessibilidade • Informação	-	-

INDICADOR	NEGÓCIOS E EVENTOS	AVENTURA E ECOTURISMO	RURAL	CULTURAL
Aspectos valorizados	-	• Cachoeiras, rios e mar: 46% • Cultura regional: 19% • Matas e florestas: 17%	• Aproximação com ambientes naturais e com a ruralidade • A paisagem deve representar um indicador de que ele está fora do seu ambiente de rotina • Experiências diferentes e autênticas • Culinária típica regional • Produtos autênticos e artesanais.	• Patrimônio material e imaterial
Sazonalidade	• Pode ser realizado durante todo o ano	• Durante as férias: 91 % • Finais de semana prolongados: 72% • Finais de semana normais: 40%	• Viagens de curta duração • Fins de semana e feriados	-
Percepções de qualidade	-	• Consideram que a qualidade da prestação de serviços nas atividades na natureza melhorou: 72% • Certificado influencia na decisão de contratação do prestador de serviços de atividades na natureza: 73%	-	-
Atividades realizadas	• Compras e serviços pessoais: 64,70% • Passeios turísticos: 40,90% • Não realizou: 19% • Eventos esportivos: 13%	• Passeios de bugues e cavalgadas: 36% • Caminhadas: 31% • Tirolesa, mergulho (inclusive snorkeling) e canoagem ou caiaque: mais de 20%	• Atividades rotineiras ao meio rural	-

INDICADOR	NEGÓCIOS E EVENTOS	AVENTURA E ECOTURISMO	RURAL	CULTURAL
		• Espeleoturismo (visitação de grutas ou cavernas), passeios em veículos 4x4, arvorismo, rafting, flutuação, quadriciclo, bóia-cross, cicloturismo e rapel: mais de 10% • Canionismo, cachoeirismo, escalada, bungee jump, voo livre, paraquedismo, windsurfe, balonismo e kitesurfe: menos de 10%		
Atividades desejadas	-	• Bugue e mergulho: 70% • Observação da vida selvagem, passeios em veículos 4X4, quadriciclo, balonismo e flutuação: mais de 60% • Caminhadas, cavalgadas, espeleoturismo, arvorismo e boia-cross: mais de 50%.	-	-

Fontes: BRASIL,2010. Cadernos e manuais de segmentação em http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html;. BRASIL, 2009 Ministério do Turismo; EMBRATUR; FGV. Pesquisa do Impacto Econômico dos Eventos Internacionais Realizados no Brasil – 2007/2008. em http://www.turismo.gov.br.. BRASIL, 2010 Ministério do Turismo; ABETA, Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil, em http://floripaconvention.com.br/Perfil_do_Turista_de_Aventura_no_Brasil.pdf. Acesso em 08/05/2014.

De acordo com o Manual Turismo de Negócios e Eventos: orientações básicas (BRASIL, 2010) mesmo participando de encontros com diferentes objetivos, o turista de negócios e eventos doméstico e internacional apresentam características comuns:

- Escolaridade superior;
- Poder aquisitivo elevado;
- Representante de organizações e empresas;
- Exigência de praticidade, comodidades, atendimento e equipamentos de qualidade;
- Realização de gastos elevados em relação a outros segmentos.

O documento ainda ressalta a relevância desse segmento como indutor de desenvolvimento de outros segmentos e observa a necessidade de realização de pesquisas específicas nas regiões que trabalham com esse tipo de turismo, como é o caso do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha, para que se possam direcionar ações de captação e manutenção de públicos adequados às realidades e particularidades de cada evento e local.

O Manual Turismo de Aventura: orientações básicas (BRASIL, 2010) afirma que definir um único perfil para o turismo de aventura é complexo pela diversidade de produtos de aventura existentes e que atraem públicos distintos. No entanto, destacam-se elementos comuns, como o apreço pela emoção, pelo desafio e por novas experiências e sensações.

Já o ecoturista, de acordo com Manual Ecoturismo: orientações básicas (BRASIL, 2010) possui elevada consciência ambiental e busca experiências únicas que conservem os recursos ambientais, históricos e culturais, e que envolvam a comunidade, contribuindo, assim, para ampliar as expectativas de que esta atividade esteja realmente relacionada ao desenvolvimento sustentável de diversas localidades e regiões.

O Turismo de Aventura e o Ecoturismo são segmentos muito próximos por terem como principal meio de prática das suas atividades correlacionadas o meio natural e possuírem interesses comuns. Sendo assim, o perfil da demanda é basicamente o mesmo.

Com relação ao interesse por esses segmentos, os resultados da pesquisa de perfil determinam que 72% dos turistas ou “são amantes das viagens para interação e atividades na natureza” ou “viajam para interagir com a natureza ou por outros motivos” e estão dispostos a praticar atividades de aventura ou ecoturismo.

Ressalta-se que o Turismo de Aventura e o Ecoturismo são complementares a outros segmentos e podem ser oferecidos a diferentes perfis de pessoas. Sendo assim, agregam valor aos demais produtos e contribuem para a diversificação da oferta, este último ponto fundamental para a competitividade do destino, pois apresenta ao consumidor oportunidades de experiências diferenciadas, o que vai ao encontro da evidencia de abertura dos turistas para novas experiências.

Ressalta-se ainda que as principais motivações para a escolha do segmento foram (BRASIL, 2010):

- Fuga do dia a dia, da correria, do trabalho, do estresse e da violência.
- Busca de descanso;

- Resgate da vida e do prazer;
- Retorno às origens;
- Vivências e experiências memoráveis.

Assim como com o ecoturista e o turista de aventura, o turista rural busca a aproximação com ambientes diferenciados fora do seu ambiente de rotina e valorizam experiências autênticas.

Segundo o Manual Turismo Cultural: orientações básicas (BRASIL, 2010) ainda não existem pesquisas específicas sobre o turista do segmento cultural que identifiquem as principais tendências sobre os hábitos de viagem e preferências. Destaca-se, no entanto, a existência de dois tipos de turistas que visam atrativos culturais: aqueles que têm como motivação principal a cultura; aqueles que possuem outras motivações para viajar, mas que também se interessam pela cultura, dentro das atividades de lazer. Estes últimos, apesar de não se configurarem como público principal segundo o conceito de Turismo Cultural são também importantes para o destino. Essa informação também demonstra que o segmento cultural também pode ser considerado como complementar na oferta de atrativos, serviços e equipamentos voltados a cultura.

C. Tendências do Comportamento e Hábitos de Informação e Compra da Viagem

De acordo com as informações constantes no item anterior (2.1.2) tanto o turista internacional que vai ao Rio Grande do Sul tem a Internet como principal fonte de informação, além de consultarem amigos e parentes.

Os segmentos de demanda estudados também utilizam como fontes de informações principais a internet e amigos e parentes, com destaque para o ecoturismo e o turismo de aventura que além desses, utiliza também revistas especializadas nos segmentos.

A tendência observada no que tange à fonte de informação para a viagem em ambas as procedências – nacional e internacional – é de um crescimento constante da *web*, tendência cada vez mais acentuada em virtude do *webmarketing* e da oferta de viagens por meio do *e-commerce*, em sites específicos para este fim ou não.

Como destinos competidores, o Plano de Marketing do Turismo Rio Grande do Sul (FIPE/MTur,2012), cita como destinos internacionais Buenos Aires, Santiago do Chile, Europa e Montevidéu; e como destinos nacionais Santa Catarina, Bahia, Natal, Pernambuco, Campos do Jordão e Rio de Janeiro.

Por possuírem características similares pode-se dizer que os principais destinos concorrentes do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha são Buenos Aires, Santiago do Chile, Europa e Montevidéu, no exterior; e Santa Catarina e Campos do Jordão no Brasil.

O processo de decisão de compra é a decisão de gastar para obter uma satisfação material ou imaterial. Na compra de um serviço turístico a satisfação é difícil de se medir, pois o turista está comprando uma ilusão, uma expectativa, por isso, sua decisão é tomada com alguma cautela e renúncia. Sabe-se que o preço é um dos fatores que mais pesam na hora de decidir uma viagem, no entanto, este item não depende apenas da disponibilidade financeira, embora seja este o fator principal, mas também de decisões envolvendo questões de custo/benefício (VAZ,1999).

O Plano de Marketing do Rio Grande do Sul destaca as principais dificuldades de venda do destino Rio Grande do Sul e que podem estar diretamente relacionadas à área do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha:

- Falta de divulgação;
- Pouca variedade de produtos turísticos;
- Dificuldades em encontrar vagas para hospedagem no período do Natal Luz;
- Pouca oferta de voos
- Tarifas altas
- Dificuldades de acesso;
- Falta de infraestrutura nos destinos fora da Serra Gaúcha.

D. Tendência da estrutura do gasto turístico

Esta seção trata da estrutura do gasto turístico que, na ausência de dados específicos para os municípios da área turística, será baseada em dados de estudos elaborados para o país, o estado do Rio Grande do Sul e o município do Porto Alegre.

Para o Brasil como um todo, há duas séries de estudos sobre o turismo nacional que abordam a estrutura de gasto do turista: “Hábitos de consumo do turismo brasileiro” e “Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil”. Ambas publicadas pelo MTur, sendo a segunda realizada em parceria com a FIPE.

ESTRUTURA DO GASTO TURÍSTICO POR SETORES CARACTERÍSTICOS

A série “Hábitos de consumo do turismo brasileiro” está disponível para os anos de 2007 e 2009. A Tabela a seguir reproduz a estrutura do gasto por setor para esses dois anos. Observa-se nessa tabela como o gasto fora significativamente afetado pela Crise Financeira Internacional 2008/2009, mesmo sem considerar a inflação nesse período, que medida pelo IPCA resultou em 10,54%, houve uma queda nominal de 9% no gasto total do turista brasileiro, passando de R$ 2.505,29, em 2007, para R$ 2.279,05, em 2009. Em linha com a teoria econômica, são os gastos supérfluos os mais afetados em contextos de restrição de renda. No caso dos gastos turísticos, a crise desse período reduziu a despesa com presentes em 26%. Passeios e alimentação vieram em seguida, com queda de 13%.

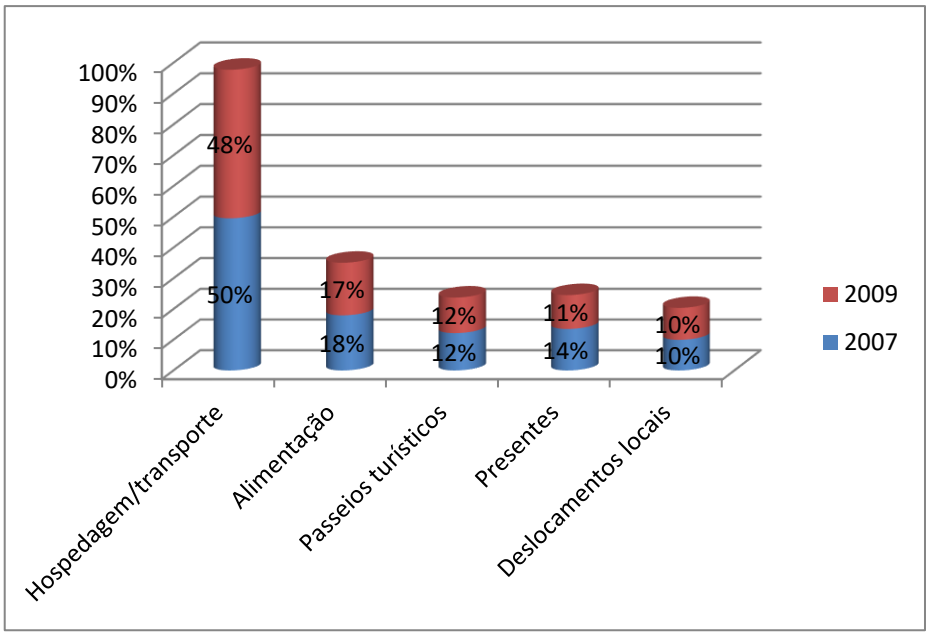
TABELA 25: BRASIL: GASTOS MÉDIOS REALIZADOS NA VIAGEM, EM R$ 1,00 POR SETORES CARACTERÍSTICOS DO TURISMO

ANO	GASTO TOTAL	HOSPEDAGEM/TRANSPORTE	ALIMENTAÇÃO	PASSEIOS TURÍSTICOS	PRESENTES	DESLOCAMENTOS LOCAIS
2007	2505,29	1241,46	449,61	304,86	338,7	249,94
2009	2279,05	1098,42	390,31	264,03	251,24	236,99
Var 2009/2007	-9%	-12%	-13%	-13%	-26%	-5%

Fonte: ITEC, 2014. (Baseado em MTur - 2007 e 2009).

O Gráfico a seguir mostra, em termos relativos, a estrutura dos gastos turísticos apresentada na tabela anterior. Observa-se nesse gráfico que, em 2009, o setor de hospedagem/transporte absorveu 48% dos gastos turísticos, vindo na sequência o setor de alimentação, com 17%. Verifica-se também que, entre 2007 e 2009, o setor de passeios turísticos manteve sua participação na estrutura de gastos, com 12%.

GRÁFICO 8: BRASIL: PERCENTUAL DOS GASTOS MÉDIOS REALIZADOS NA VIAGEM, EM R$ 1,00 POR SETORES CARACTERÍSTICOS DO TURISMO



Fonte: ITEC, 2014. (Baseado em MTur - 2007 e 2009).

ESTRUTURA DO GASTO TURÍSTICO POR CLASSES DE RENDA E SETORES CARACTERÍSTICOS

A série "Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil" teve sua primeira edição em 1998, cobrindo 96 municípios brasileiros. A partir da publicação de 2008, relativos aos dados de 2007, a amostra desse estudo passou a ser probabilística, cobrindo agora 137 municípios. A publicação mais recente dessa séria, no entanto, é de 2012,

referente aos dados de 2011, razão porque a Tabela abaixo reproduz os dados relativos à estrutura de gastos por classes de renda para 2011, ao lado dos mesmos dados de 2007.

Enquanto os dados do estudo "Hábitos de consumo do turismo brasileiro" permitiram comparar o desempenho dos gastos antes e durante a Crise Financeira, agora com os dados da Tabela abaixo, é possível comparar a evolução do gasto antes e depois da crise. Mas mesmo depois de a economia brasileira ter experimentado um crescimento de 7,5% em 2010 (IBGE, 2011), observa-se nessa tabela que o gasto médio turístico, em 2011, no valor de R$ 1.041,78 ainda não tinha se recuperado do efeito da Crise Financeira Internacional 2008/2009, que em 2007 alcançou R$ 1.232,32.

TABELA 26: BRASIL - GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, RM R$ 1,00 POR CLASSE DE RENDA

GASTO	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO
Médio	617,15	1.517,99	2.857,14	1232,32	712,21	1196,23	2386,67	1041,78
Per capita	297,72	652,15	1.192,51	562,66	347,27	506,94	965,79	465,52
Per capita diário	28,29	71,06	135,23	56,37	32,18	57,92	102,86	48,34

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

A comparação do gasto turístico nesse período fica mais precisa com a utilização de preços reais, ou seja, descontada a inflação acumulada entre 2011 e 2007, de 24,6% (IBGE-IPCA), e fazendo 2007 o ano base, gera os índices mostrados na Tabela a seguir. Agora, percebe-se que o gasto médio em 2011 ainda equivalia a 68% do ocorrido em 2007, sendo que a queda do gasto foi maior para o segmento da população com renda entre 4 e 15 salários mínimos, cujo gasto em 2011 ainda estava 27% abaixo do patamar verificado em 2007. Em termos microeconômicos, é compreensível este comportamento do turista, dado que o turismo é por natureza um serviço não necessário e, por conseguinte, apresenta uma demanda bastante sensível à variação na renda do consumidor. Tanto que, em função da valorização do salário mínimo no último decênio, os turistas com renda entre 0 e 4 salários mínimo foram os que tiveram seus gastos menos afetados - redução de apenas 7% no período.

TABELA 27: BRASIL– ÍNDICE DE GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA, 2007 E 2011

GASTO	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO
Médio	1,00	1,00	1,00	1,00	0,93	0,63	0,67	0,68
Per capita	1,00	1,00	1,00	1,00	0,94	0,62	0,65	0,66
Per capita diário	1,00	1,00	1,00	1,00	0,91	0,65	0,61	0,69

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

Dado que o estudo "Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil" especifica por unidades da federação os dados relativos a gastos médios totais, reproduzem-se nas Tabelas 25 e 26. E esses dados para o Rio Grande do Sul como destino do turista nacional. Comparando-se essas duas tabelas para os anos de 2007 e 2011, nota-se que o valor médio do gasto turístico em 2011, para todas as faixas de rendas analisadas, ainda estava abaixo de seu nível em 2007, tal ocorreu em nível nacional. Porém, o grau de recuperação do patamar de gasto no estado foi significativamente superior ao do nível nacional para todas as faixas de renda. No Rio Grande do Sul, o gasto médio do turista, em 2011, correspondeu a 85% do nível verificado em 2007, enquanto para o país como um todo foi visto que este percentual alcançou 68%.

TABELA 28: RIO GRANDE DO SUL – ÍNDICE DE GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA, 2007 E 2011

GASTO	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO
Médio, R$	477,06	1232,18	2459,93	1000,2	586,64	1218,41	2822,67	1064,32
RS/Brasil	0,77	0,81	0,86	0,81	0,82	1,02	1,18	1,02

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

Uma constatação interessante que se observa é o potencial que o Estado do Rio Grande do Sul ainda dispõe para elevar sua receita turística. Como mostra a última linha da Tabela anterior, a relação gasto turístico médio Rio Grande do Sul/Brasil em 2007 era inferior a unidade em todas as faixas de renda, porém em 2011, apenas a faixa de renda de 0 a 4 salários mínimos é que ainda permanecera em 0,82 do nível nacional, portanto infere-se um potencial de aumento de pelo menos 18% para igualar com nível do país.

TABELA 29: RIO GRANDE DO SUL - ÍNDICE DE GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA, 2007 E 2011

GASTO	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO
Médio	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99	0,79	0,92	0,85

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

O estudo "Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil" também apresenta a estrutura do gasto turístico médio por setores característico cruzado por faixa de renda. Primeiramente, deve-se considerar que os dados dessas tabelas não são comparáveis com aqueles apresentados nas tabelas iniciais desta seção, uma vez que o público-alvo da pesquisa "Hábitos de consumo do turismo brasileiro" eram turistas (clientes atuais) que compraram serviços de turismo em pacotes ou em partes nos últimos dois anos, bem como turistas (clientes potenciais) consumidores que podem vir a comprar serviços e produtos turísticos em pacotes ou em partes nos próximos dois anos, objeto de *surveys* telefônicos realizados pelo Instituto Vox Populi, portanto, um público bem diferenciado e, por

conseguinte, com poder de compra superior ao do pesquisado pelo estudo ”Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil”.

Em 2007, o gasto médio do turista nacional era de R$ 1.041,80, sendo os que os setores transporte (origem-destino-origem, o-d-o) e alimentação respondiam, respectivamente, com 26,5% e 19,3% desse gasto. Em 2011, esse gasto sobe para R$1.232,30, enquanto a participação do transporte no gasto total caiu para 25,9%, já a de alimentação subiu para 20,2%. Vale ressaltar o aumento da participação do gasto do turista com pacotes, que passou de 7,7% para 11,3% entre esses 2007 e 2011, ou seja, um incremento de 46,3%.

TABELA 30: BRASIL: GASTOS MÉDIOS REALIZADOS NA VIAGEM, EM R$ 1,00 POR SETORES CARACTERÍSTICOS DO TURISMO E FAIXA DE RENDA DO TURISTA, 2007 E 2011

ESTRUTURA	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	MAIS 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	MAIS 15 SM	MÉDIO
Pacote	20,25	96,37	306,43	80,64	37,47	186,07	504,75	139,46
Transporte(o-d-o)	212,4	297,35	480,07	276,24	239,11	369,21	552,76	319,68
Transporte local	19,71	30,38	56,88	27,96	21,03	40,77	87,78	35,22
Hospedagem	54,09	163,61	392,22	134,25	64,84	209,95	461,78	160,13
Alimentação	129,52	230,13	413,02	201,46	155,93	307,57	503,53	248,48
Compras pessoais	90,45	182,36	327,65	153,98	78,7	209,13	358,04	156,54
Passeios e atrações turísticas	33,38	70,78	144,55	60,47	33,23	99,48	177,03	72,97
Diversão noturna	30,38	53,00	117,71	48,63	30,82	63,11	145,7	54,59
Outros	26,96	72,24	148,13	58,16	51,09	32,71	65,76	45,26
Total	617,14	1196,22	2386,66	1041,80	712,22	1518	2857,13	1232,3

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

TABELA 31: BRASIL: PERCENTUAL DOS GASTOS MÉDIOS REALIZADOS NA VIAGEM, EM R$ 1,00 POR SETORES CARACTERÍSTICOS DO TURISMO E FAIXA DE RENDA DO TURISTA, 2007 E 2011

ESTRUTURA	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO
Pacote	3,3%	8,1%	12,8%	7,7%	5,3%	12,3%	17,7%	11,3%
Transporte (o-d-o)	34,4%	24,9%	20,1%	26,5%	33,6%	24,3%	19,3%	25,9%
Transporte local	3,2%	2,5%	2,4%	2,7%	3,0%	2,7%	3,1%	2,9%
Hospedagem	8,8%	13,7%	16,4%	12,9%	9,1%	13,8%	16,2%	13,0%
Alimentação	21,0%	19,2%	17,3%	19,3%	21,9%	20,3%	17,6%	20,2%
Compras pessoais	14,7%	15,2%	13,7%	14,8%	11,0%	13,8%	12,5%	12,7%
Passeios e atrações turísticas	5,4%	5,9%	6,1%	5,8%	4,7%	6,6%	6,2%	5,9%
Diversão noturna	4,9%	4,4%	4,9%	4,7%	4,3%	4,2%	5,1%	4,4%
Outros	4,4%	6,0%	6,2%	5,6%	7,2%	2,2%	2,3%	3,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100,0%

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

O estudo “Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil” ainda segmenta as estatísticas sobre a estrutura do gasto turístico segmentando-as por utilização ou não de pacotes turísticos. A Tabela a seguir mostra a proporção dos turistas que utiliza pacotes por faixa de renda. Em 2007 esta proporção dos turistas nacionais que utiliza pacotes foi, em m média, 4,8%, entre os turistas com renda acima de 15 salários mínimos este percentual fora de 9,5%. Em 2011, o percentual que utiliza caiu para 4,4%, porém os turistas com renda acima de 15 salários mínimos a participação aumentou para 10,3%.

TABELA 32: BRASIL- USO DE PACOTES NA PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA

UTILIZAÇÃO DE PACOTES TURÍSTICO	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL
Sim	2,8%	5,9%	9,5%	4,8%	2,2%	5,8%	10,3%	4,4%
Não	97,2%	94,1%	90,5%	95,2%	97,8%	94,2%	89,7%	95,6%

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

Entre os turistas nacionais que utilizam pacotes turísticos, as a seguir mostram os valores e a composição percentual dos gastos turísticos por setores característicos do turismo e por faixa de renda. Em 2007, o gasto médio desses turistas era de R$ 2.411,4, portanto, próximo ao valor de R$ 2.505,29 levantado pelo estudo “Hábitos de consumo do turismo brasileiro” para aquele mesmo ano. Em termos da composição dos gastos por setores, tem-se agora que o pacote turístico responde por cerca de 2/3 de toda a despesa do turista, 62,8% em 2007 e 69,9% em 2011. Alimentação e compras pessoais aparecem em segundo lugar, cada um respondendo por cerca de 10%, tanto em 2007 como em 2011.

TABELA 33: BRASIL- GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA E SETORES CARACTERÍSTICO, COM PACOTES TURÍSTICOS, 2007 E 2011

ESTRUTURA	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL
Pacote	668,45	1398,13	3019,26	1514,8	1133,28	2292,08	3682,71	2304,60
Transporte (o-d-o)	53,87	42,69	142,89	64,09	22,35	57,28	74,87	52,30
Transporte local	17,53	25,86	67,00	31,19	18,96	39,4	76,66	42,61
Hospedagem	26,36	81,11	59,34	63,16	11,50	46,38	60,38	40,61
Alimentação	110,65	192,00	423,67	213,25	155,97	340,02	441,29	315,88
Compras pessoais	157,5	347,99	427,23	313,56	191,19	331,58	483,76	330,11
Passeios e atrações turísticas	60,35	95,92	154,96	97,77	48,77	132,62	186,11	123,29
Diversão noturna	31,55	56,32	99,96	57,76	34,83	69,56	126,46	73,50
Outros	11,03	54,99	124,58	55,77	4,90	15,73	19,26	13,72
Total	**1137,29**	**2295,01**	**4518,89**	**2411,4**	**1621,75**	**3324,65**	**5151,5**	**3296,60**

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

TABELA 34: BRASIL- PERCENTUAL DO GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA E SETORES CARACTERÍSTICO, COM PACOTES TURÍSTICOS, 2007 E 2011

ESTRUTURA	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL
Pacote	58,8%	60,9%	66,8%	62,8%	69,9%	68,9%	71,5%	69,9%
Transporte (o-d-o)	4,7%	1,9%	3,2%	2,7%	1,4%	1,7%	1,5%	1,6%
Transporte local	1,5%	1,1%	1,5%	1,3%	1,2%	1,2%	1,5%	1,3%
Hospedagem	2,3%	3,5%	1,3%	2,6%	0,7%	1,4%	1,2%	1,2%
Alimentação	9,7%	8,4%	9,4%	8,8%	9,6%	10,2%	8,6%	9,6%
Compras pessoais	13,8%	15,2%	9,5%	13,0%	11,8%	10,0%	9,4%	10,0%
Passeios e atrações turísticas	5,3%	4,2%	3,4%	4,1%	3,0%	4,0%	3,6%	3,7%
Diversão noturna	2,8%	2,5%	2,2%	2,4%	2,1%	2,1%	2,5%	2,2%
Outros	1,0%	2,4%	2,8%	2,3%	0,3%	0,5%	0,4%	0,4%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

Entre os turistas nacionais que não utilizam pacotes turísticos, as tabelas abaixo mostram os valores e a composição percentual dos gastos turísticos por setores característicos do turismo e por faixa de renda. Em 2007, o gasto médio desses turistas era de R$ 963,68, enquanto em 2011, alcançou R$ 1.137,80, o que, considerando a inflação acumulada no período, de 24,6% 9 (IPCA - IBGE), mostra, como já vista nesta seção, que o setor ainda não tinha recuperado o nível de gasto verificado em 2007. Em termos da composição dos gastos por setores, transporte e alimentação são os que mais respondem pelo gasto do turista que viaja sem pacotes. Em 2007, o transporte absorveu 29,8% do gasto, aumentando para 30,3%, em 2011. Já para o setor de alimentação, esses percentuais foram, respectivamente, de 20,9% e 22,4%.

TABELA 35: BRASIL- GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA E SETORES CARACTERÍSTICO, SEM PACOTES TURÍSTICOS, 2007 E 2011

ESTRUTURA	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO
Pacote	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte (o-d-o)	214,15	314,65	517,91	286,79	248,69	405,98	640,33	344,55
Transporte local	19,62	30,73	56,51	27,83	21,47	42,76	94,34	36,27
Hospedagem	53,16	169,76	430,29	137,67	67,34	230,30	536,43	172,17
Alimentação	128,53	233,37	416,33	201,04	158,88	320,07	541,06	255,18
Compras pessoais	86,66	171,45	320,38	145,26	77,61	203,86	364,40	151,79
Passeios e atrações turísticas	32,23	69,00	144,77	58,46	33,52	101,97	186,31	73,46
Diversão noturna	30,14	52,70	120,94	48,18	31,30	65,72	156,54	55,86
Outros	27,12	73,79	152,13	58,45	53,12	35,36	74,59	48,47

ESTRUTURA	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	MÉDIO
Total	**591,61**	**1115,45**	**2159,26**	**963,68**	**691,930**	**1406,020**	**2594,000**	**1137,80**

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

TABELA 36: BRASIL- PERCENTUAL DO GASTO MÉDIO NO PRINCIPAL VIAGEM DOMÉSTICA, POR CLASSE DE RENDA E SETORES CARACTERÍSTICO, SEM PACOTES TURÍSTICOS, 2007 E 2011

ESTRUTURA	CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2007				CLASSES EM SALÁRIOS MÍNIMOS, SM, 2011			
	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL	0 A 4 SM	4 A 15 SM	ACIMA 15 SM	TOTAL
Pacote	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Transporte (o-d-o)	36,2%	28,2%	24,0%	29,8%	35,9%	28,9%	24,7%	30,3%
Transporte local	3,3%	2,8%	2,6%	2,9%	3,1%	3,0%	3,6%	3,2%
Hospedagem	9,0%	15,2%	19,9%	14,3%	9,7%	16,4%	20,7%	15,1%
Alimentação	21,7%	20,9%	19,3%	20,9%	23,0%	22,8%	20,9%	22,4%
Compras pessoais	14,6%	15,4%	14,8%	15,1%	11,2%	14,5%	14,0%	13,3%
Passeios e atrações turísticas	5,4%	6,2%	6,7%	6,1%	4,8%	7,3%	7,2%	6,5%
Diversão noturna	5,1%	4,7%	5,6%	5,0%	4,5%	4,7%	6,0%	4,9%
Outros	4,6%	6,6%	7,0%	6,1%	7,7%	2,5%	2,9%	4,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ITEC,2014. (Baseado em MTur/FIPE - 2008 e 2012).

Em termos municipais, a "Pesquisa do perfil do turista nacional em Porto Alegre", PMPOA/SMTur/FARGS (2010) levantou dados da composição do gasto turista na capital gaúcha, porém utilizando-se de uma metodologia distinta da utilizada pelo MTur. Como mostra a Tabela a seguir, a pesquisa apenas apurou, para o ano de 2010, o percentual de turistas que utiliza ou gasta com os setores característicos do turismo, assim como, o quanto foi gasto diariamente em cada setor. Como esperado, é na alimentação que se obteve a maior frequência de respostas positivas, 68%. A menor frequência foi em atrativos e passeios, com apenas 20%.

TABELA 37: PORTO ALEGRE - ESTRUTURA DO GASTO MÉDIO DO TURISTA NACIONAL, 2010

Estrutura	% dos turistas que gastaram	Gasto Médio Diário por atividade, R$
Hospedagem	45%	145,58
Alimentação	68%	45,36
Transporte interno	54%	33,25
Compras	42%	90,43
Atrativos e passeios	20%	n/d
Gasto Médio		149,65

Fonte: ITEC, 2014. (Baseado em PMPOA/SMTur/FARGS , 2010).

Em termos absolutos do gasto médio diário, observa-se ainda que o dispêndio é maior com hospedagem, com R$ 145,58, e menor com transporte interno, R$ 33,25. O gasto médio diário informado foi de apenas R$ 149,65.

Em resumo, constata-se nesta análise que o gasto do turista, por representar um dispêndio supérfluo, se mostra bastante sensível aos ciclos econômicos, respondendo instantaneamente a retrações da economia e lentamente ao crescimento, tanto que, no país como um todo, em 2011 o gasto médio total do turista na principal viagem doméstica ainda representava 68% do valor observado em 2007, de R$ 1.232,32, ano anterior à Crise Financeira Mundial de 2008/09. Hospedagem e transportes são os setores que mais absorvem o dispêndio turístico, entre 35 e 50% do total, enquanto despesas com presentes ou lembranças são as mais afetadas em momentos de restrição econômica, entre 2007 e 2009 verificou-se uma queda de 3 pontos percentuais, segundo o estudo “Hábitos de consumo do turismo brasileiro” (MTur, 2007, 2009). Também foi interessante observar o potencial que o Estado do Rio Grande do Sul ainda dispõe para recuperar a receita turística em todas as faixas de renda do turista, dada a queda dessa receita com a Crise Financeira de 2008/09. Por fim, foi visto que, em 2007, a proporção dos turistas que utiliza pacotes foi, em m média, 4,8%, mas entre os turistas com renda acima de 15 salários mínimos este percentual fora de 9,5%. Já em 2011, o percentual que utiliza pacotes turísticos caiu para 4,4%, porém para os turistas com renda acima de 15 salários mínimos esta participação aumentou para 10,3%.

E. Tendências da Valorização da Qualidade da Oferta Atual e Determinação da Imagem Percebida

Segundo Kotler (2006), a imagem de um local pode ser definida como a soma das crenças, das ideias e impressões que as pessoas têm de uma localidade. As imagens apresentam-se como simplificação de várias associações e informações ligadas ao local. Elas são produto de uma mente que tenta processar e “tirar a essência” de uma série de dados sobre um local.

O estado do Rio Grande do Sul tem uma imagem fortemente associada à Europa por conta das baixas temperaturas que ocorrem e pela forte influência europeia, percebida na arquitetura, na gastronomia e até no modo de falar dos habitantes, principalmente no destino Serra Gaúcha. Em função disso, é reconhecidamente um dos produtos turísticos mais desejados do país (Gramado é o 6º destino mais desejado, de acordo com BRASIL/FIPE, 2012).

Abaixo são listadas características do estado e que se referem também são ao CT Porto Alegre-Serra Gaúcha (Mtur, 2012):

- Cultura rica e diferenciada e um povo com orgulho de suas tradições;
- Terra do autêntico churrasco;
- Produz chocolates;
- Grande oferta de festas populares durante o ano todo e eventos de grande destaque no cenário nacional;
- Grande número de Unidades de Conservação;

- Maior laguna costeira do Atlântico Sul Ocidental: a Lagoa dos Patos;
- Único estado onde pode ser encontrado o bioma Pampa;
- Receberá a Copa do Mundo FIFA 2014;
- Capital moderna, que também preserva uma grande área verde, contando com a presença de inúmeros parques e possui cerca de 30% da área rural com atrativos que colocam o turista em contato com a natureza; é banhada pelo Guaíba, espaço para o desenvolvimento de atividades náuticas e de lazer em geral. Também conta ainda com museus e diversos eventos e atrações culturais;
- Destino de inverno reconhecido como referência para o Brasil, com enormes possibilidades de apresentar novos destinos, novas atividades para novos segmentos, durante todo o ano;
- Está muito bem posicionado geograficamente

O quadro a seguir relaciona os aspectos positivos e negativos apontados por operadoras nacionais e agências e operadoras gaúchas quanto ao turismo no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que essa percepção diz respeito principalmente ao produto Serra Gaúcha que é o mais conhecido pelo mercado.

QUADRO 7: RIO GRANDE DO SUL - ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
• Gastronomia; • Hospitalidade; • Qualidade dos serviços e organização do turismo; • Clima frio; • Cultura; • Belezas naturais;	• Falta de divulgação; • Altos preços; • Estrutura do Aeroporto Internacional Salgado Filho; • Falta de produtos além da Serra Gaúcha (divulgação apenas da Serra Gaúcha); • Logística de transporte interno e estradas • Turismo não priorizado pela gestão pública

Fonte: FGV, 2012. Plano de Marketing do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015/ FGV Projetos

A análise a seguir foi realizada com base nas informações destacadas no item 2.1.2, referente ao perfil da demanda e dizem respeito basicamente aos principais destinos do RS que são a Serra Gaúcha e Porto Alegre.

Com relação à avaliação dos turistas sobre as expectativas da viagem ao Rio Grande do Sul, a totalidade das pesquisas estudadas afirma que as mesmas foram atendidas ou até superadas.

O que mais se destacou na região foram a natureza, a infraestrutura, as opções de lazer e os aspectos históricos e basicamente todos os aspectos avaliados foram considerados positivos (infraestrutura, infraestrutura turística e serviços turísticos). O item que obteve menos avaliações positivas foi o “preço”.

Apesar das pesquisas abrangerem os principais destinos do estado, foram detectadas inúmeras oportunidades que indicam o desejo dos turistas atuais e, cuja potencialidade é

latente no CT Porto Alegre Serra Gaúcha como um todo. Os principais pontos identificados são:

- Tipos de turismo que atrai: cultural; ecoturismo e aventura;
- Tanto o turismo de negócios e eventos quanto o lazer/entretenimento são fortes motivações das viagens;
- A natureza e os aspectos culturais chamam muita atenção;
- A quase totalidade dos turistas pretende voltar ao estado em uma próxima oportunidade;
- A quase totalidade dos turistas recomendaria o RS a amigos e parentes;
- A grande maioria dos turistas afirma ter interesse em conhecer outras cidades;
- As informações turísticas no destino são muito utilizadas.

F. Identificação do Portfólio Estratégico de Produtos Turísticos/Segmentos Atuais de Demanda

O CT Porto Alegre – Serra Gaúcha destaca-se nas seguintes segmentações turísticas:

- Turismo de Negócios e Eventos
- Ecoturismo
- Turismo de Aventura
- Turismo Cultural
- Turismo Rural

Permeando as segmentações consideradas estão as atividades de Lazer e Entretenimento que envolvem as atividades realizadas em empreendimentos diversionais, tais como parques de diversões, parques temáticos, museus temáticos, *shoppings centers*, casas de shows, entre outros e que se relacionam de forma positiva com todos os segmentos, promovendo o aumento do gasto médio diário e aumento de permanência do turista nos destinos. Estes possuem complementaridade e sinergia com segmentações importantes para o CT.

O **Turismo de Negócios e Eventos** e o **Ecoturismo** e o **Turismo de Aventura** são os principais segmentos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha.

O **segmento de Negócios e Eventos** é o principal segmento fomentado e os destinos no CT que mais se destacam é Porto Alegre e a região das Hortênsias, mais notadamente a cidade de Gramado e Canela.

Porto Alegre é a sexta cidade brasileira que mais recebeu eventos internacionais em 2012, segundo o ranking do ICCA. Os eventos de maior destaque são os técnico-científicos e profissionais.

Já Gramado e Canela destacam-se em festivais e shows que dão suporte a oferta turística praticamente o ano todo. Os eventos que mais se destacam e atraem turistas para a região são o Natal Luz de Gramado, o Festival de Cinema de Gramado e o Chocofest, em Gramado; e o Festival de Bonecos de Canela.

O **Ecoturismo** e o **Turismo de Aventura** já motivam o deslocamento de demanda para o CT e ainda possuem grande potencial de exploração. Estes são segmentos amplos e em crescimento no mundo. Eles também assumem um papel de destaque no CT, pois uma de suas principais vantagens é a de proporcionar um impulso que favorece tanto a expansão da conservação dos recursos naturais quanto o desenvolvimento sustentado do turismo.

Os parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, Cambará do Sul, são os maiores representantes de atrativos para estes segmentos. Devido à peculiaridade desses parques, esses segmentos merecem atenção, pois podem ser motivadores de demanda turística, inclusive internacionais, para o CT.

Outros segmentos turísticos complementares também são efetivos no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha e podem ser trabalhados a fim de potencializar seus benefícios e o crescimento da atividade turística na região, são eles: **Turismo Rural e o Turismo Cultural.**

O **Turismo Rural** motiva deslocamentos regionais basicamente e baseia-se em propriedades rurais que desenvolvem a produção agropecuária, em escala comercial ou não, e que oferecem aos turistas a vivência no meio rural. Esse segmento está intimamente ligado a questões ambientais e culturais.

Já o Turismo Cultural é um segmento que permeia todos os demais segmentos, pois ainda não motiva públicos principais, no entanto, complementa as viagens daqueles que possuem outras motivações para viajar, mas que também se interessam pela cultura, dentro das atividades de lazer.

De forma resumida, portanto, apontam-se os principais segmentos turísticos manauaras em ordem de importância:

PORTFÓLIO PRINCIPAL

Segmentos Destaque

1. **TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS**
2. **TURISMO DE AVENTURA**
3. **ECOTURISMO**

Segmentos Complementares

4. **TURISMO RURAL**
5. **TURISMO CULTURAL**

2.2.2 Análise da Demanda Turística Potencial

Este item formula algumas hipóteses, com base no diagnóstico desenvolvido e em tendências mercadológicas ora vigentes, buscando indicar o perfil qualitativo dos turistas que ainda não tenham chegado, mas que poderiam chegar, ao destino em estudo.

A análise permite que se quantifique o volume de visitantes potenciais, identificando-se suas motivações e características principais, para efeito de segmentação posterior.

A. Caracterização do perfil qualitativo dos segmentos potenciais

Durante a elaboração do presente diagnóstico foram identificados segmentos turísticos capazes de obter uma ampliação mercadológica por meio de ações coordenadas de estruturação do produto e de marketing.

Neste sentido, produtos identificados como estrela, ou seja, aqueles que devem atrair as maiores e mais qualificadas fatias de mercado para o Corredor Turístico, de acordo motivação principal de viagens, tipos de turismo e atrativos e produtos mais valorizados/consumidos, são:

- O Turismo de Negócios e Eventos;
- O Ecoturismo; e
- O turismo de Aventura

Como segmento prioritário futuro aponta-se pela manutenção do foco no Turismo de Negócios e Eventos, que constitui uma base relevante para grande parte da oferta, notadamente nos municípios de Porto Alegre, Gramado e Canela como também em função das características econômicas estaduais.

Como segmentos complementares indica-se o Turismo Cultural e o Turismo Rural. Visando a sua inserção gradual no mercado, é indicado que ambos os segmentos sejam comercializados em conjunto com os segmentos prioritários.

O Ecoturismo, tendência mercadológica amplamente reconhecida, bem como o turismo de aventura, deve ser mais bem estruturados inclusive em termos de ações de marketing, visando consolidar demandas expressivas de origem nacional e internacional que, de acordo com as observações e pesquisas de campo efetuadas, ainda têm uma baixa associação do destino CT a estes dois segmentos potenciais.

De fato, nas pesquisas realizadas detectou-se que a maior parte dos produtos oriundos destes dois segmentos complementares destina-se hoje à demanda estadual e regional. Assim, possivelmente será necessário que sofra ajustes, visando sua inserção em uma escala geográfica mais ampliada.

O turista de eventos e negócios tem cada dia mais chamado a atenção dos destinos nacionais em função de especificidades que o diferenciam seus usuários dos demais segmentos.

Conforme já ressaltado nesse diagnóstico, são características comuns ao turista de negócios e eventos doméstico e internacional: escolaridade superior; poder aquisitivo elevado; representam organizações e empresas; exigem praticidade, comodidades, atendimento e equipamentos de qualidade; e realizam gastos elevados em relação a outros segmentos. Ressalta-se ainda o papel relevante desse segmento como indutor de desenvolvimento de outros segmentos.

No caso do Corredor ora em estudo, cabe salientar que já existe uma demanda de Eventos e Negócios consolidada e em pleno crescimento e que, além de fortalecer este segmento, é aconselhável voltar às atenções para a busca da sua complementaridade no que tange aos demais segmentos ofertados. Neste ponto específico deve-se apontar a utilização, cada vez mais recorrente, de produtos do segmento de aventura com desafios físicos e estratégicos existentes no mercado turístico, como produtos desenvolvidos especificamente para executivos e profissionais na área de liderança, o que permite indicar uma possível associação do turismo de Negócios e Eventos ao Turismo de Aventura. Da mesma forma o Ecoturismo, diante da crescente importância atribuída à responsabilidade do ser humano com o seu planeta, experimentado em nível global, tem levado muitas corporações a desenvolver iniciativas de sustentabilidade, o que possibilita afirmar que este segmento também possui grande sinergia com o segmento principal do corredor, Eventos e Negócios.

Os demais segmentos complementares também podem ser associados aos prioritários em combinações distintas, seguindo-se a tendência mundial do turismo generalista aonde o viajante experimenta diversos segmentos em uma única viagem. Para isto, entretanto, é absolutamente necessário empreender pesquisas que possibilitem o conhecimento do perfil das demandas atual e potencial do Turismo de Eventos e Negócios, suas motivações de viagem e atividades mais requisitadas, de forma a oferecer produtos com segmentos integrados capazes de suprir as expectativas mercadológicas vigentes.

O Turismo de Aventura caracteriza-se pela diversidade de produtos existentes que, por sua vez, atraem públicos distintos. No caso do Corredor Turístico, entretanto, embora não se tenha pesquisas que permitam uma afirmação mais categórica, visualiza-se a necessidade de ofertar diversas gradações de Turismo de Aventura, o que garante um espectro mercadológico mais amplo, que deve incluir desde atividades para iniciantes até os *experts*, facilitando a sua agregação a outros segmentos.

O mesmo pode ser dito com relação ao Ecoturismo, que comumente tem atividades correlacionadas com o segmento de aventura, possuem interesses comuns e sendo assim, o perfil da demanda é basicamente o mesmo.

Assim como com o ecoturista e o turista de aventura, o turista rural também busca a aproximação com ambientes diferenciados fora do seu ambiente de rotina e valoriza experiências autênticas. O Turismo Rural, por suas características, se aplicaria mais à demanda interna.

Diferentemente, o Turismo Cultural tem a uma maior capacidade de ser comercializado em conjunto com todos os demais segmentos ora em evidência (demandas nacional e internacional).

No entanto, ainda se percebe um baixo conhecimento, em nível nacional, das principais tendências sobre os hábitos de viagem e preferências desses dois segmentos que no caso em questão são apontados como complementares (Rural e Cultural), mas que podem vir a cumprir importante papel como catalizador de demandas com interesses gerais, ampliando e fortalecendo os produtos oferecidos, fato que já ocorre correntemente em Gramado e Canela, cujo apelo cultural é evidente.

Tecidas essas considerações iniciais, o perfil do turista potencial para o CT foi construído com base nas seguintes acepções:

- ESTADO FRONTEIRIÇO - A região em estudo está inserida em um estado fronteiriço. São dois os países lindeiros ao território gaúcho: a República Oriental do Uruguai, ao sul, com uma vasta área de fronteira

seca e a fronteira com a República da Argentina, à oeste, demarcada pelo Rio Uruguai. O comportamento dessa fatia do turismo internacional, entretanto, se assemelha muito à demanda regional proveniente do próprio Brasil em termos de forma de deslocamento, tipo de gasto realizado, hábitos de viagem e permanência média. Uma boa parte dessa demanda proveniente dos países sul americanos tem como motivação o turismo de sol e mar e vão para outras regiões do Rio Grande do Sul ou para outros estados.

- AMBIENTE NATURAL, CIDADES, CULTURA E CLIMA DIFERENCIADOS - A Região Sul brasileira constitui uma área com grande influência europeia, principalmente de origem italiana e germânica, índices sociais acima da média brasileira. Constitui a região sul mais fria do Brasil, com o clima subtropical. Sua paisagem é bem diversificada com mata Atlântica, matas de araucárias planícies, depressões, planaltos meridionais e atlântico. Sua hidrografia também é rica. A sua localização ao sul do Trópico de Capricórnio a torna a área mais fria do Brasil, sujeita a geadas e até mesmo, em alguns pontos, a quedas de neve. Suas cidades possuem uma feição Europeia o que lhes confere um charme peculiar e atratividade.

- SAZONALIDADE – De acordo com Cunha (1997), a sazonalidade turística segundo consiste na distribuição da procura por destinos turísticos, ao longo do ano, de forma desigual, provocando uma concentração em alguns meses mais do que outros, e deriva de fatores climáticos, geográficos, demográficos, econômicos e psicossociais. Entretanto o tempo pode ser considerado como o principal fator da sazonalidade. No Brasil considerando o turismo doméstico, as variáveis que mais causam o fator sazonal do turismo são: as férias escolares, férias dos trabalhadores, poder aquisitivo (MOTA, 2001). O ponto alto da temporada turística interna no Brasil ocorre entre os meses de dezembro ao final de fevereiro, quando ocorre uma conjunção propícia à prática do segmento que mais movimenta o turismo nacional: sol e praia. Nesta época, as férias escolares mais estendidas, o clima quente, festas de fim de ano e disponibilização do décimo terceiro salário constituem molas propulsora das maiores movimentações em termos nacionais. O Turismo no CT em estudo tem como ponto alto o período do frio, em meados do ano, o que corresponde exatamente ao contra fluxo da alta temporada brasileira, possibilitando um trabalho de marketing voltado à sensibilização da demanda que, pode encontrar na região uma alternativa nacional às férias no exterior.

PERFIL DO TURISTA POTENCIAL

O perfil do turista esperado para o CT a partir da implantação das ações preconizadas pelo PRODETUR Nacional é, portanto, descrita a seguir.

Turista Nacional

Para o turismo nacional deve ser buscado um aumento dos fluxos provenientes dos emissores atuais com maior renda, quais sejam, São Paulo e Rio de Janeiro. Complementarmente, fazendo-se um cruzamento entre a distância e renda, tem-se a inserção do Distrito Federal e Minas Gerais como focos de marketing. Os demais emissores nacionais permanecem os atuais, em proporções menores. Como o Brasil é um país de dimensões continentais a viagem *long haul* interna não é recomendada para a atração de novas demandas. Assim, é preferível deixar demandas da região nordeste e norte para uma segunda etapa.

As condições de planejamento e execução da viagem também devem sofrer alterações conforme o quadro a seguir.

QUADRO 8: PERFIL DO TURISTA NACIONAL DESEJADO PARA O CT

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
Sexo	• Indiferente
Procedencia	• SP e RJ (maiores rendas per capita da demanda atual) – 20% cada • SC: 10% • PR/MG e DF: 10 % cada • RS: 30 %
Idade	• 15 a 30 anos: 10% • 31 a 40 anos: 50% • 41 a 70 anos: 40%
Escolaridade	• Superior – 70%
Renda	• De R$3.476,01 a R$6.563,00: 26,2% • Acima de R$9.733,01: 22,9%
Motivação em Termos de segmentos além de Negócios e Eventos	• Cultural: 30% • Ecoturismo: 40% • Aventura: 20% • Outros 20%
Forma de Organização da Viagem	• Agência ou Operadora: 60% • Outros: 40%
Meios de Informação	• Marketing Turístico: 70% • Outros: 30%

Fonte: ITEC,2014.

Turista Internacional

Para determinação do perfil do turista internacional potencial para o CT tomou-se como referência a entrada de turistas no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, segundo sua procedência, gasto médio e motivação de viagem, obtida do “Estudo de Demanda Turística Internacional” - BRASIL, 2013.

Segundo o supracitado estudo, Porto Alegre foi o sexto destino mais visitado pelo turista internacional em 2011, no entanto, considerando-se que o principal acesso do fluxo turístico internacional no estado é o terrestre, foram utilizadas as estatísticas referentes ao estado por origem de procedência do turista. Hoje, a demanda internacional para o estado tem mais expressividade em termos quantitativos que qualitativos.

O fato é que a grande maioria dessa demanda é proveniente da América do Sul e não constitui uma demanda interessante para o CT em termos de motivação (a maioria vem a lazer com interesse principal em sol e praia) como em termos de gastos de viagens.

Convém ressaltar que apenas uma parte do fluxo turístico internacional que entra pelo Rio Grande do Sul se destina ao Rio Grande do Sul. Com isso, as receitas e renda derivadas do fluxo internacional não ficam em sua totalidade no estado.

No que se refere ainda à procedência tanto o fluxo turístico proveniente da Europa para a região abrangida pelo CT, como aquele oriundo dos Estados Unidos, é baixa.

O que se recomenda para uma alteração nesse cenário é alavancar novos fluxos tendo como plataforma o Turismo de Eventos e Negócios, direcionando para estes fluxos segmentos complementares de acordo com suas principais motivações. Segundo a pesquisa do turismo receptivo para todo o Brasil (2013ª), a demanda Europeia busca mais o Ecoturismo, Cultura, História, Tradições; e a Norte Americana o Turismo de Aventura e Ecoturismo.

Em termos de renda deve-se buscar o turista sul-americano das principais cidades com renda superior e para isso é necessário que a oferta esteja qualitativamente preparada e suas principais motivações de viagem sejam amplamente estudadas. Na Europa se deverá buscar por emissores com renda também diferenciada, mantendo as procedências que já são historicamente verificadas no estado. O mesmo raciocínio se aplica à demanda norte-americana.

O turista internacional ideal que tenha outras motivações além de eventos e negócios é aquele que viria para o Brasil com interesses múltiplos e planejaria a sua viagem, buscando destinos diversificados tais como o Pantanal, a Amazônia, o Rio de Janeiro e o CT, fazendo uma mescla de segmentações distintas em um período de viagem mais longo.

O turista a ser carreado para o CT, portanto, personificaria o viajante que tenha consciência ambiental e interesse no turismo de natureza e atividades de aventura e possua outros interesses variados, tais como a cultura e o lazer, com uma renda compatível à utilização da oferta disponível.

A demanda por Turismo de Negócios e Eventos deve ser mantida em virtude da especificidade da oferta atual (a maioria dos equipamentos de hospedagem de Porto Alegre, por exemplo, é de hotéis executivos). Devem também ser concentrados esforços nas agências e operadoras que lidam com esse tipo de público, munindo-as de informações e de produtos no perfil e qualidade desejados, coordenados entre si.

Realizando-se um cruzamento para os emissores que têm alta participação no Turismo de Eventos e Negócios e gasto médio diferenciado, tem-se e seguinte perfil desejada o para o CT.

QUADRO 9: PERFIL DO TURISTA INTERNACIONAL DESEJADO PARA O CT

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
Sexo	• Indiferente
Procedencia	• América do Sul: Chile Uruguai e cidades de maiores rendas da Argentina (Buenos Aires, Córdoba, Rosário, Santa Fé, Mendoza) – 50% . • Europa: Alemanha, Itállia, Espanha e Portugal (maiores

INDICADOR	CARACTERÍSTICAS
	gastosm médios atuais em segmentos compatíveis com a oferta) – 30% • América do Norte: Estados Unidos- 20%
Idade	• 15 a 30 anos: 10% • 31 a 40 anos: 40% • 41 a 70 anos: 50%
Escolaridade	• Superior – 70%
Renda	• De U$ 3.000 a U$6.000: 60% • Acima de U$6.000,00: 40%
Motivação em Termos de segmentos além de Negócios e Eventos	• Cultural: 40% • Ecoturismo: 30% • Aventura: 20 • Outros 20%
Forma de Organização da Viagem	• Agência ou Operadora: 60% • Outros: 40%
Meios de Informação	• Marketing Turístico: 70% • Outros: 30%

Fonte: ITEC,2014.

B. Identificação de elementos críticos que influem no processo de tomada de decisões de compra da viagem dos segmentos potenciais

De acordo com Lage e Milone (2000) existem fatores relevantes na análise da demanda turística, que exercem influência direta no consumo de um produto turístico e, assim, percebe-se uma variação correspondente ao que é ofertado e à oferta turística (elasticidade, sensibilidade e sazonalidade).

Tendo como base o rico conjunto de atrativos oferecidos pelo CT a hipótese possível para a explicação da incompatibilidade da demanda atual ainda com o potencial existente pode residir em dois aspectos: os produtos ofertados ainda não estão customizados para a demanda potencial; e as iniciativas de marketing estão sendo desenvolvidas sem o foco e o preparo necessário.

OS PRODUTOS OFERTADOS AINDA NÃO ESTÃO CUSTOMIZADOS PARA A DEMANDA POTENCIAL.

A elasticidade corresponde a uma medida da resposta de compradores ou de vendedores a mudanças nas condições do mercado. A elasticidade-preço da demanda, por sua vez, mensura a sensibilidade da quantidade demandada de um bem diante variações em seu preço.

No que tange à elasticidade-preço de demanda, verifica-se que a demanda nacional atual e potencial para o CT é elástica, ou seja, tem variações negativas em função do aumento de preços.

O produto Turístico atual do CT de uma forma geral não é caro comparativamente a outros pacotes nacionais. Não obstante, a inserção do custo das passagens e os voos com muitas escalas tornam o produto menos palatável para as fatias da demanda que se encontram geograficamente mais afastados da região em estudo.

A demanda estrangeira, por sua vez, pode se comportar de forma distinta de acordo com sua procedência.

A demanda sul-americana é mais elástica, fato que diminui à medida que aumenta a renda como é o caso da demanda europeia (para países específicos, de renda superior) e norte-americana.

Complementarmente tem-se a sensibilidade, que consiste na aceitabilidade da demanda com relação aos itens que integram o produto turístico. Infelizmente não estão disponíveis pesquisas quanto ao nível de aceitabilidade da demanda atual com relação à oferta existente, no entanto, as pesquisas de campo realizadas permitiram observar que ainda há a necessidade de alicerçar a oferta com relação à infraestrutura de apoio ao turismo o que pode ser dirimido em parte através do PRODETUR Nacional.

Ressalta-se que a política de preço para inserção de produtos em novos nichos de mercado é um componente decisivo no planejamento de marketing, cuja decisão deve ser discutida juntamente com o trade.

Quanto à distribuição dos produtos turísticos é possível inferir que os atuais canais utilizados pela região de interesse para tal fim não têm demonstrado efetividade, em virtude das características da demanda atual. Deve-se atentar, entretanto, que não é possível generalizar, pois alguns destinos dentro do CT já possuem quantitativos de demanda interessantes, tais como Gramado e Canela.

Uma questão relevante que deve constituir um foco importante para o produto do CT, trata-se da necessidade da criação e fixação no mercado de uma imagem própria, forte e diferenciada para constituir a base de promoção de seus produtos específicos.

Sendo o objetivo precípuo melhorar a composição dos grupos nacionais e internacionais que irão compor a demanda futura do CT é aconselhável trabalhar com cuidado a melhoria qualitativa a seus produtos atuais e futuros.

C. Nível de expectativas dos diferentes segmentos potenciais

Estudo realizado pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA, em conjunto com o MTur em 2010 criou uma matriz de valor para os Turistas de Aventura e Ecoturistas que pode servir como base aos requerimentos necessários para a oferta desses dois segmentos prioritários para o CT.

Esta matriz contém relevantes informações sobre o que desejam e como estes segmentos avaliam as viagens no Brasil

Quando se mede a satisfação de clientes usualmente utiliza-se questões sobre a importância atribuída a alguns fatores sobre a satisfação desses itens, empregando uma mesma escala (no estudo realizado de 01 a de 10 pontos, em que 1 era a menor nota).

Os resultados do estudo constituíram uma matriz de valor dividida em quadrantes delimitados pelos eixos relativos à **importância** e **satisfação médias**, que irão orientar ações direcionadas aos fatores considerados importantes em viagens para contato com a natureza ou para fazer atividades na natureza.

No sentido horário, o primeiro quadrante apresenta os fatores que devem ser mantidos, já que são considerados muito importantes, com os quais os turistas demonstraram alto índice de satisfação. São eles: natureza exuberante; equipamentos seguros; normas de segurança claras e colocadas em prática; informações precisas sobre o lugar para onde você deseja ir,

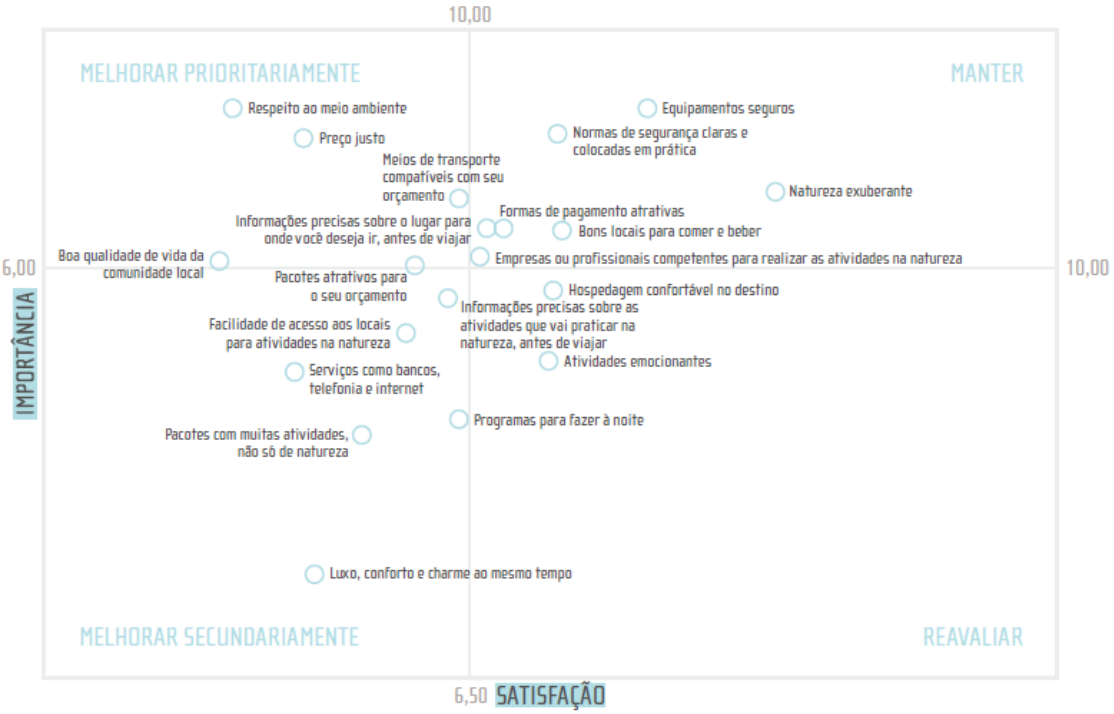
antes de viajar; formas de pagamento atrativas; bons locais para comer e beber e empresas ou profissionais competentes para realizar as atividades na natureza.

No segundo quadrante, ficam os fatores que devem ser reavaliados, pois apresentam menor grau de importância apesar do alto nível de satisfação. São eles: hospedagem confortável no destino e atividades emocionantes.

No terceiro quadrante, têm-se os fatores que necessitam ser melhorados secundariamente, já que apresentam baixo índice de satisfação, e menor grau de importância para os turistas. São eles: informações precisas sobre as atividades que vão praticar na natureza, antes de viajar; facilidade de acesso aos locais para atividades na natureza; serviços como bancos, telefonia e internet; programas para fazer à noite; pacotes com muitas atividades – não só de natureza; e luxo, conforto e charme ao mesmo tempo.

No quarto quadrante, se instalam os fatores que precisam melhorar prioritariamente por serem considerados muito importantes e terem baixo índice de satisfação. São eles: respeito ao meio ambiente; preço justo; meios de transporte compatíveis com o seu orçamento; boa qualidade de vida da comunidade local e pacotes atrativos.

FIGURA 3: MATRIZ DE VALOR GERADA PELAS NOTAS ATRIBUÍDAS À IMPORTÂNCIA E À SATISFAÇÃO EM CADA UM DOS FATORES



Fonte: ABETA, 2010.

De acordo com a pesquisa conclui-se que os atributos de preço: preço justo, meios de transporte e pacotes compatíveis com o orçamento do turista e questões relativas ao meio ambiente e qualidade de vida da comunidade local devem ser melhorados. Secundariamente, deve-se atentar para atributos de conveniência na viagem, como informações precisas, serviços e programação diversificada no destino. Verificou-se ainda

que a qualidade dos serviços prestados é importante para a prática de atividades na natureza e gera satisfação.

Os que realizaram de uma a 10 atividades, por serem substancialmente a maior parcela de turistas da amostra (68%), devem ser o foco das ações de curto e de médio prazo para a prática da atividade, pois juntamente com os turistas que praticam mais de 10 atividades (4% da amostra) estão em pleno consumo.

Vale salientar que mesmo se forem abordados em viagens que não seja de aventura, se houver o estímulo adequado, estes turistas vão praticar a atividade, fato que reforça a indicação da agregação desse segmento aos demais já comercializados.

Uma das conclusões do estudo é que empreendedores dispostos a adequar sua forma de tocar o turista podem desfrutar de uma demanda sem perspectivas de saturação.

D. Hábitos de informação e compra dos diferentes segmentos potenciais

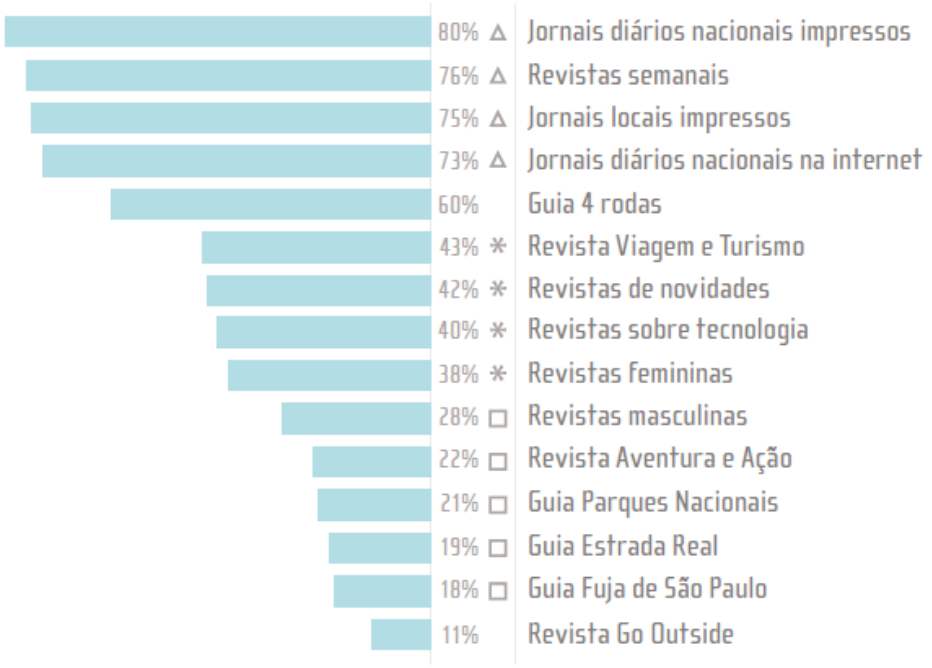
Como não existem dados específicos para o hábito de compra no CT em estudo, decidiu-se trabalhar este item a partir de dados generalistas atinentes aos segmentos que estão sendo propostos para alicerçar a atividade turística na região de interesse.

O ecoturista interessa-se pelo destino que pretende visitar e pesquisa sobre ele. Não só com relação aos pacotes turísticos existentes (guias, transporte, hospedagem, alimentação, etc.), mas sobre outros aspectos ligados ao meio ambiente como geografia, clima, ciclos da chuva, população. Busca suas informações comumente na internet e por meio de amigos/parentes. Ao chegar a seu destino, o ecoturista confere as informações obtidas. Faz parte do desafio da viagem. Naturalmente, as informações obtidas previamente são complementadas com a vivência *in loco*.

Já no segmento de eventos, de acordo com a Pesquisa do Impacto Econômico dos Eventos Internacionais no Brasil (EMBRATUR/FGV, 2010), 33,71% turistas de eventos tiveram a internet como fonte de informação e 30,62% buscaram o organizador do evento no Brasil.

O estudo ABETA (2010), por sua vez apresentou os resultados de uma pesquisa que foram oferecidos uma lista de mídias para os candidatos dizerem se liam, assinavam, folheavam ou não tinham contato. Em primeiro lugar, estatisticamente empatados, ficaram os jornais diários nacionais impressos, as revistas semanais, os jornais locais impressos e diários nacionais na internet. Em segundo lugar tem-se isolado o Guia 4 Rodas. Na terceira posição e empatados estão as revistas de turismo, revistas de novidades e revistas femininas. No quarto lugar, ficaram as revistas masculinas de aventura e ação, Guias de Parques Nacionais, e outros guias do gênero. No quinto lugar ficou a revista *Go Outside*, conforme consta na figura abaixo.

FIGURA 4: ENVOLVIMENTO COM AS MÍDIAS (ASSINA + LÊ + FOLHEIA)



Fonte: ABETA, 2010.

Assim percebe-se que as mídias de maior eficiência para informar aos turistas dos segmentos de aventura e ecoturismo sobre opções de viagens são os jornais impressos e sites especializados.

FIGURA 5: FORMA MAIS EFICIENTE DE SE INFORMAR SOBRE VIAGENS DE NATUREZA E AVENTURA NO BRASIL

Fonte: ABETA, 2010.

E. Grau de conhecimento e interesse da demanda potencial pela Área

Uma parte considerável da demanda nacional possui interesse no Ecoturismo. Este interesse está em seu nível mais alto (6%) na parcela da população brasileira que possui acima de 15 salários mínimos de renda familiar. Cabe salientar que este percentual ainda é muito baixo e que é necessário um maior esforço de marketing para se criar a conscientização e o desejo da viagem para o Ecoturismo e o Turismo de Aventura na demanda nacional.

No que concerne à imagem Turística o CT ainda possui uma imagem pouco integrada e pouco compatível com a riqueza de opções oferecidas, o que é perfeitamente aceitável uma vez que está sendo trabalhada agora pela primeira vez como produto integrado e associado a destinos já consagrados como Porto Alegre, Gramado e Canela.

Gramado e Canela já visitam o coletivo nacional quando o assunto é viagens de férias em praticamente todas as regiões brasileiras. O grande esforço e o desafio será inserir de forma mais completa o conhecimento dos produtos, características e benefícios bem como a integração das segmentações propostas no âmbito da comercialização a ser empreendida.

F. Identificação de destinos competidores

Do ponto de vista mercadológico, o Ecoturismo é um segmento que tem obtido um crescimento considerável, ao longo dos últimos anos. Para os empresários do segmento, a estimativa é de que o crescimento do Ecoturismo se situe em 20% ao ano. Nesta tendência, existem muitos destinos ecoturísticos já consagrados mundialmente, tornando a indústria altamente competitiva.

No mercado nacional, os principais destinos competidores ao CT são a Amazônia, o Pantanal mato-grossense e a Ilha de Fernando de Noronha em Pernambuco. Pode ser citada também as Cataratas do Iguaçu, conforme Pesquisa da Demanda Nacional para o ecoturismo (PROECOTUR, 2009).

Em termos de Turismo de Eventos São Paulo desponta como principal competidor do CT, seguido por destinos como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outros.

Quanto ao mercado internacional, Corredor Turístico - CT tem como principais concorrentes outros países sul-americanos Peru, Bolívia, Venezuela e Equador. Os principais países da América Central que fazem concorrência no âmbito internacional são a Costa Rica, bastante conhecida pelo desenvolvimento do Ecoturismo, e Belize. Outros locais de grande interesse para o Ecoturismo e o Turismo de Aventura, respectivamente, são a Austrália e a Nova Zelândia.

As mais expressivas ofertas de Ecoturismo, portanto, estão distribuídas principalmente em países das Américas.

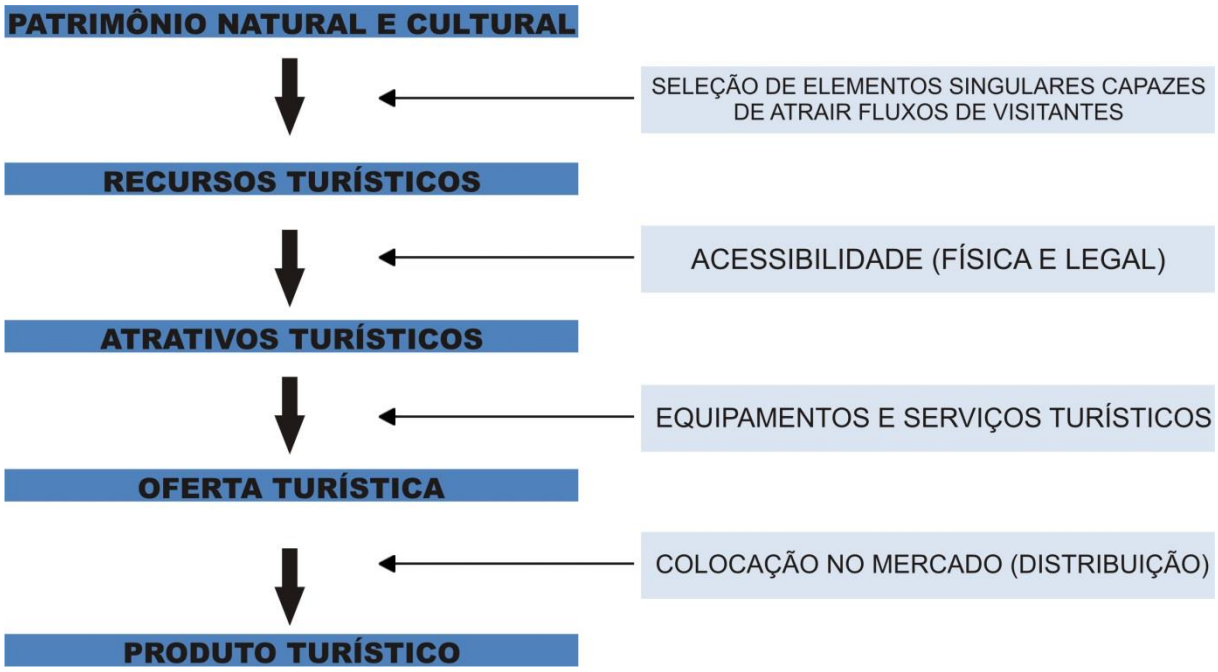
No que se refere ao turismo de eventos e negócios, este é um mercado bastante competitivo e de difícil inserção. No entanto, CT pode se diferenciar ao oferecer o Turismo de Negócios e Eventos associado com opções de Ecoturismo, Turismo de Aventura e atividades de lazer de alta qualidade agregadas aos eventos, além de espaços diferenciados para eventos e lazer, e ter como referências a cultura local advindos da colonização Europeia.

2.2.3 Oferta Turística

A oferta turística é composta por um conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante. Em suma, a oferta em turismo pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado. (BENI, 2001)

O produto turístico é o resultado da junção dos elementos da oferta, ou seja, o conjunto de bens e serviços, agregados aos atrativos, que estão unidos por uma relação de interação e interdependência, que são ofertados ao mercado para consumo. A característica mais marcante deste tipo de produto é o fato dele ser imaterial (intangível), pois o que resta após o seu uso é apenas a experiência vivenciada.

FOTO 13: ILUSTRAÇÃO ESQUEMÁTICA DE OFERTA TURÍSTICA



Fonte: ITEC,2014.

A oferta turística, de acordo com BENI, 2001, é dividida em Oferta Diferencial ou Original que é composta pelos atrativos turísticos; e em Oferta Técnica ou Agregada que diz respeito aos equipamentos e serviços turísticos, à infraestrutura de apoio ao turismo e à supraestrutura turística.

Ressalta-se que o Ministério do Turismo considera outras categorias de atrativos, além dos naturais e culturais, que serão explicitados no subitem a seguir.

Neste item serão analisados os atrativos e os equipamentos e serviços turísticos. Esta análise será realizada utilizando-se a terminologia utilizada pelo Ministério do Turismo no projeto Inventário da Oferta Turística[8].

Os demais componentes da oferta serão analisados nos itens posteriores específicos: Infraestrutura e Serviços Básicos, referente à infraestrutura de apoio ao turismo; e Quadro Institucional, referente à supraestrutura turística.

A. Atrativos Turísticos

Os atrativos turísticos são o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria prima da atividade turística, pois são esses que provocam o deslocamento de turistas até o destino. A esse conjunto agregam-se os serviços e equipamentos que são produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado.

Para a caracterização dos atrativos turísticos do CT Porto Alegre - Serra Gaúcha foram realizados, inicialmente, levantamentos em fontes secundárias, com o propósito de definir uma listagem preliminar dos atrativos constantes na área turística. Após este levantamento preliminar foi realizada uma visita in loco, baseada em observação direta, que teve como principais objetivos - verificar acessos, infraestrutura e condições gerais dos atrativos, de forma a reconhecer os principais segmentos turísticos trabalhados. Ressalta-se que o levantamento de campo não abrangeu a totalidade dos atrativos listados, mas naqueles de maior interesse apontados pela SETUR/RS. Todos os atrativos e áreas visitados foram fotografados para registro dos seus aspectos paisagísticos.

No quadro a seguir, apresenta-se a listagem dos atrativos turísticos CT Porto Alegre-Serra Gaúcha separados por categoria e tipos de acordo com a classificação do MTur. Aqueles atrativos que não se enquadraram na classificação definida foram listados no campo “Outros”.

[8] Metodologia apresentada em *Inventário da Oferta Turística, Instrumento de pesquisa*, publicado pelo Ministério do Turismo, em 2006.

QUADRO 10 – ATRATIVOS TURÍSTICOS DO CT PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS
REGIÃO TURÍSTICA PORTO ALEGRE DELTA DO JACUÍ		
Porto Alegre		
ATRATIVOS NATURAIS	Hidrografia	Lago Guaíba
	Unidades de Conservação e Similares	Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia)
		Parque Marinha do Brasil
		Parque da Redenção (Farroupilha)
		Parque Moinhos de Vento (Parcão)
ATRATIVOS CULTURAIS	Conjunto Arquitetônico	Centro Histórico de Porto Alegre
		Palacetes da rua Santo Inácio
		Casas Geminadas da rua Luciana de Abreu
		Casario rua João Alfredo
		Travessa Venezianos
		Praça da Matriz
		Praça da Alfândega*
		Complexo Arquitetônico Militar
	Itinerários Culturais	Linha Turismo Zona Sul
		Linha Turismo Centro Histórico*
	Feiras/Mercados de Caráter Cultural	Caminho dos Antiquários
		Mercado Público*
	Arquitetura Civil	Estádio Gigante da Beira-Rio
		Estádio Olímpico Monumental
		Hidráulica Moinhos de Vento
		Monumento a Castelo Branco
		Monumento ao Laçador
	Arquitetura Religiosa	Santuário Nossa Senhora Mãe de Deus
		Catedral Metropolitana de Porto Alegre
		Igreja Nossa Senhora das Dores
	Obras de Infraestrutura	Viaduto Otávio Rocha
	Museu/Memorial	Museu de Porto Alegre
		Museu Júlio de Castilhos
		Museu Joaquim Felizardo
		Museu UFRGS
		Museu de Tecnologia da PUC
		Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagolli
	Centros Culturais/Casas de Cultura/Galerias	Fundação Iberê Camargo
		Casa de Cultura Mário Quintana*
		Centro Cultural Usina do Gasômetro
		Santander Cultural
	Teatros/Anfiteatros	Theatro São Pedro
EVENTOS PROGRAMADOS	Feiras/Exposições	11° Fepoagro - Feira Agropecuária de Porto Alegre - 28 a 30 de março de 2014
		BITS - Business IT South America - 13 a 15 de

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS
		maio de 2014
		3ª Feitur - 11 a 13 de abril
	Congressos	I Congresso Nacional Instituto Proteger - 16 a 18 de outubro de 2014
		FISL15 - 15° Fórum Internacional de Software Livre - 07 a 10 de maio de 2014
	Festas/Celebrações	Festa de Nossa Senhora dos Navegantes – 2 de fevereiro
		Desfiles das Escolas de Samba e Tribos – 28 de fevereiro a 3 de março
	Competições	Copa do Mundo – junho/junho
OUTROS	Calçada da Fama	
Viamão		
ATRATIVOS NATURAIS	Unidades de Conservação e Similares	**Parque Estadual de Itapuã***
		Parque Saint' Hillaire
ATRATIVOS CULTURAIS	Arquitetura Religiosa	Igreja Nossa Senhora da Conceição
		Igreja Nossa Senhora dos Navegantes
		Igreja de São Vicente Mártir
		Igreja de Santa Terezinha
		Igreja Evangélica
Gravataí		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental	Morro Itacolomi
	Hidrografia	Rio Gravataí
	Unidades de Conservação e Similares	Parque Ambiental - Parcão
OUTROS	Pampa Safari	
	Prainha de Morungava	
	Fazenda do Tio Pedro – Centro de Lazer	
	Cascatinha Morungava	
REGIÃO TURÍSTICA VALE DO PARANHANA		
Taquara		
ATRATIVOS CULTURAIS	Arquitetura Religiosa	Igreja Católica Bom Jesus
		Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
EVENTOS PROGRAMADOS	Feiras/Exposições	EXPOCAMPO
	Festas/Celebrações	Festa das Compotas - Abril
ATRATIVO ECONÔMICO	Indústria	Indústria calçadista
Três Coroas		
ATRATIVOS NATURAIS	Unidades de Conservação e Similares	**Parque das Laranjeiras***
		Brasil Raft Park*
ATRATIVOS CULTURAIS	Arquitetura Religiosa	**Templo Budista Chagdud Tulku Rinpoche***
	Obras de Infraestrutura	Ponte Coberta Armindo Lauffer

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS
	Museu/Memorial	Museu Armindo Lauffer
EVENTOS PROGRAMADOS	Competições	Desafios da Natureza - Novembro
ATRATIVO ECONÔMICO	Indústria	Indústria calçadista
Igrejinha		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental	Morro Alto da Pedra
		Morro da Cruz
	Hidrografia	Cachoeira da Solitária
		Cascata dos Italianos
ATRATIVOS CULTURAIS	Conjunto Arquitetônico	Vila Germânica
	Arquitetura Civil	Casa de Pedra
	Arquitetura Religiosa	Igreja Gabriel
ATRATIVO ECONÔMICO	Indústria	Indústria calçadista
EVENTOS PROGRAMADOS	Festivais/Shows	Oktoberfest - Outubro
OUTROS	Parque de Eventos Almiro Grings	
	Ecoland*	
REGIÃO TURÍSTICA HORTÊNSIAS		
Nova Petrópolis		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental	**Monte Malakoff***
		Ninho das Águias*
	Hidrografia	**Panelão***
	Unidades de Conservação e Similares	**Pinheiro Multisecular***
ATRATIVOS CULTURAIS	Conjunto Arquitetônico	**Conjunto urbano***
	Itinerários Culturais	Alemães do Sul, o Caminho de um Povo
		Recanto dos Pioneiros
		Roteiro do Cooperativismo
	Parques Históricos	**Parque Aldeia do Imigrante***
	Arquitetura Civil	Torre Vigia
		Moinho Rasche
		Portal Jardim da Serra Gaúcha
	Centros Culturais/Casas de Cultura/Galerias	Galeria de Arte Casa Amarela
ATRATIVO ECONÔMICO	Indústria	Indústria de malhas e couro
EVENTOS PROGRAMADOS OUTROS	Festivais/Shows	Festimalha – 1º de maio a 1º de junho
		Festival Internacional de Folclore - Agosto
		Festival da Primavera - Frühlingfest - Outubro
	Festas/Celebrações	Magia da Páscoa
		Festa do Figo - Fevereiro

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS
		Natal em Cores – 10 de novembro a 31 de dezembro
		9ª Magia da Páscoa – 12 a 20 de abril
		Festa Colonial - 19 a 29 de junho
OUTROS	Roteiro Ecoviv	
	Roteiro Dakota	
	Praça das Flores – Labirinto Verde/ Monumento ao Cooperativismo/Portal Verde da Imigração Alemã*	
Gramado		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental	Belvedere Vale do Quilombo
	Hidrografia	Lago Joaquina Rita Bier
		Lago Negro*
	Unidades de Conservação e Similares	Green Land
ATRATIVOS CULTURAIS	Conjunto Arquitetônico	**Conjunto urbano***
	Arquitetura Civil	**Pórtico de entrada (Via Nova Petrópolis) ***
		Pórtico de entrada (Via Taquara) *
	Arquitetura Oficial	Prefeitura Municipal
	Arquitetura Religiosa	Igreja São Pedro
		Igreja do Relógio
	Museu/Memorial	Museu do Perfume
		Museu do Chocolate
		Museu Medieval
		Harley Motor Show- Museu de Motos
		Hollywood Dream Cars
		Dreamland
		A Mina*
		Parque Gaúcho*
	Centros Culturais/Casas de Cultura/Galerias	Espaço Cultural Estação Férrea
ATRATIVO ECONÔMICO	Indústria	Produção de Chocolate
		Produção de Vinho
		Indústria de móveis
REALIZAÇÃOE TÉCNICAS E CIENTÍFICAS CONTEMPORÂNEAS	Zoológico	**GramadoZoo***
EVENTOS PROGRAMADOS	Festivais/Shows	Natal Luz - Novembro a Janeiro
		Festival de Cinema de Gramado - Agosto
		Chocofest e Gramado Aleluia - Abril
		Festival de Cultura e Gastronomia - Outubro
		Korvatunturi - A Origem do Natal - Ano todo
		Festival do Turismo de Gramado - Novembro

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS
	Festas/Celebrações	Festa da Colônia - Maio
		Carnaval Gramado Fantasia - Fevereiro
OUTROS	Mini Mundo	
	Palácio dos Festivais	
	Rua Coberta*	
	Praça Major Nicoletti	
	Parque Knorr	
	Praça das Etnias – Parque do Colono	
	Reino do Chocolate – Caracol Chocolates*	
	Cristais de Gramado	
	Mundo Encantado	
	Snowland*	
	Le Jardin Parque de Lavanda	
	Alemanha Encantada	
	ROTEIROS DE AGROTURISMO (vinícolas): - Tour no Vale - Raízes Coloniais - Roteiro O Quatrilho	
Canela		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental	Mirante Laje de Pedra
	Unidades de Conservação e Similares	**Parque Estadual do Caracol***
		Parque Municipal do Pinheiro Grosso*
		Parque Vale da Ferradura*
		Floresta Nacional de Canela
		Ecoparque Sperry
ATRATIVOS CULTURAIS	Conjunto Arquitetônico	**Conjunto urbano***
	Arquitetura Civil	Casa de Pedra
		Casa do Artesão
		Castelinho Caracol
	Arquitetura Religiosa	Catedral de Pedra
	Itinerário Cultural	Caminho das Graças
EVENTOS PROGRAMADOS	Feiras/Exposições	21ª Feira do Livro Josué Guimarães - 3 a 8 de junho
	Festivais/Shows	26º Festival Internacional de Bonecos - Julho
		26ª Temporada de Inverno - 27 de maio a 27 de julho
		26º Sonho de Natal - Outubro
	Festas/Celebrações	Festa Colonial - Julho
		24ª Páscoa em Canela - 4 a 20 de abril
ATRATIVO ECONÔMICO	Indústria	Produção de Vinho
OUTROS	**Alpen Park***	
	Mundo a Vapor	

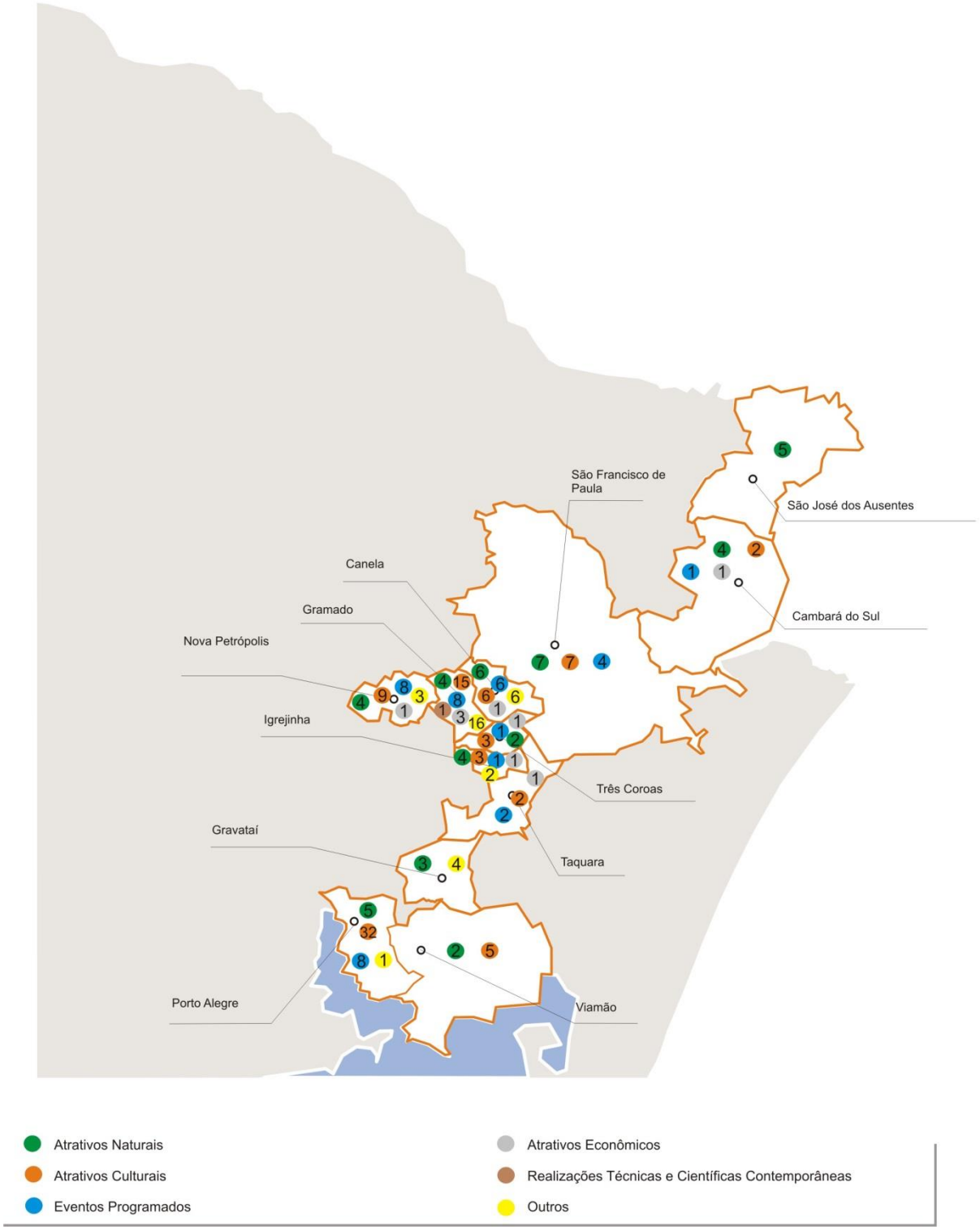
CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS
	Parque Terra Mágica Florybal*	
	Flâmmi Mundo da Vela	
	Estação Verde Adventure Park	
	Parque Restaurante e Alambique Flor do Vale	
São Francisco de Paula		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental	Mirante da Serra do Umbú
	Hidrografia	**Lago São Bernardo***
		Passo da Ilha
	Unidades de Conservação e Similares	Floresta Nacional de São Francisco de Paula
		Reserva Ecológica Terra do Sempre*
		Parque das 8 cachoeiras*
		Parque das Cascatas*
ATRATIVOS CULTURAIS	Conjunto Arquitetônico	Conjunto da Av. Júlio de Castilhos
	Arquitetura Oficial	Prédio Histórico da Prefeitura Municipal
	Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz
	Obras de Infraestrutura	**Ponte do Passo do Inferno***
	Bens Integrados	Monumento ao Gaúcho Carreteiro
		Monumento ao Negrinho do Pastoreio
		Monumento à Cuia
EVENTOS PROGRAMADOS	Festas/Celebrações	Festa do Pinhão e Ronco do Bugio - 5 a 15 de junho
		Carnaval de Rua – 28 de janeiro
		Festa da Colheita da Macela - 17 e 18 de abril
		Páscoa em São Chico - 18 de abril
REGIÃO TURÍSTICA CAMPOS DE CIMA DA SERRA		
Cambará do Sul		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental Unidades de Conservação e Similares	**Parque Nacional de Aparados da Serra - Cânion Itaimbezinho***
		Parque Nacional da Serra Geral - Cânion Fortaleza*
	Hidrografia	**Cascata dos Venâncio – Jaquirana***
		Passo do S – Jaquirana*
ATRATIVO CULTURAL	Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz São José
	Itinerário Cultural	Quintais de Cambará do Sul
ATRATIVO ECONÔMICO	Agropecuária	Apicultura
EVENTOS PROGRAMADOS	Festas/Celebrações	Semana Farroupilha e Cavalgada de Prendas - 14 a 20 de setembro
São José dos Ausentes		
ATRATIVOS NATURAIS	Relevo Continental	**Pico e Cânion Monte Negro***
	Hidrografia	**Cachoeirão dos Rodrigues***
		Desnível dos Rios Divisa e Silveira*

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS
		Cascata Perau do Veado Branco
		Cascata Quatro Bocas

Fonte: ITEC,2014. Fontes primárias: Informações disponibilizadas pelos municípios integrantes do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, 2014; material promocional do turismo nos municípios, 2014; Calendário de Eventos do Rio Grande do Sul – 2013/14; e sites: www.turismo.rs.gov.br; www.portoalegre.rs.gov.br; http://www.taquara.com.br/; http://www.trescoroas.rs.cnm.org.br/; http://www.igrejinha.rs.gov.br/; http://www.turismonovapetropolis.com.br/; http://www.gramado.rs.gov.br/; http://www.canelaturismo.com.br/, acessados entre 07/04/2014 e 17/04/2014. ***Atrativos visitados em campo**.

A seguir apresenta-se o mapa dos atrativos turísticos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha. Ressalta-se que o mapa indica a quantidade de atrativos por categoria.

MAPA 6: ATRATIVOS TURÍSTICOS DO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA



Fonte: ITEC,2014.

No geral, a oferta de atrativos turísticos presentes no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha atende a cinco segmentos, quais sejam:

- Turismo de Negócios e Eventos;
- Ecoturismo;
- Turismo de Aventura;
- Turismo Rural; e
- Turismo Cultural.

O **segmento de Negócios e Eventos** já está consolidado no estado do Rio Grande do Sul como um todo, principalmente na região turística Porto Alegre Delta do Jacuí, sendo que o destino que mais se destaca nesse segmento é Porto Alegre. De acordo com dados do Estudo da Demanda Turística Internacional 2006-2012 (Brasil, 2013), a motivação Negócios e Eventos foi responsável pela chegada de 40,3% dos turistas estrangeiros que chegaram à cidade em 2012.

De acordo com o *ranking* da ICCA, Porto Alegre é a sexta cidade brasileira que mais recebeu eventos internacionais em 2012.

Porto Alegre e sua Região Metropolitana contam com um *Convention & Visitors Bureau* (CVB) que é uma entidade que visa o desenvolvimento do turismo de eventos e atua na captação, geração e apoio a eventos.

Segundo dados do Porto Alegre CVB, no ano de 2012 a quantidade de eventos realizados na cidade foi de 80, sendo que 16 foram captados e 64 apoiados pelo CVB. Esses eventos receberam no total 112.902 participantes, geraram 132.561 pernoites e tiveram um impacto na economia no valor de R$51.735.760,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e trinta e cinco mil e setecentos e sessenta reais).[9]

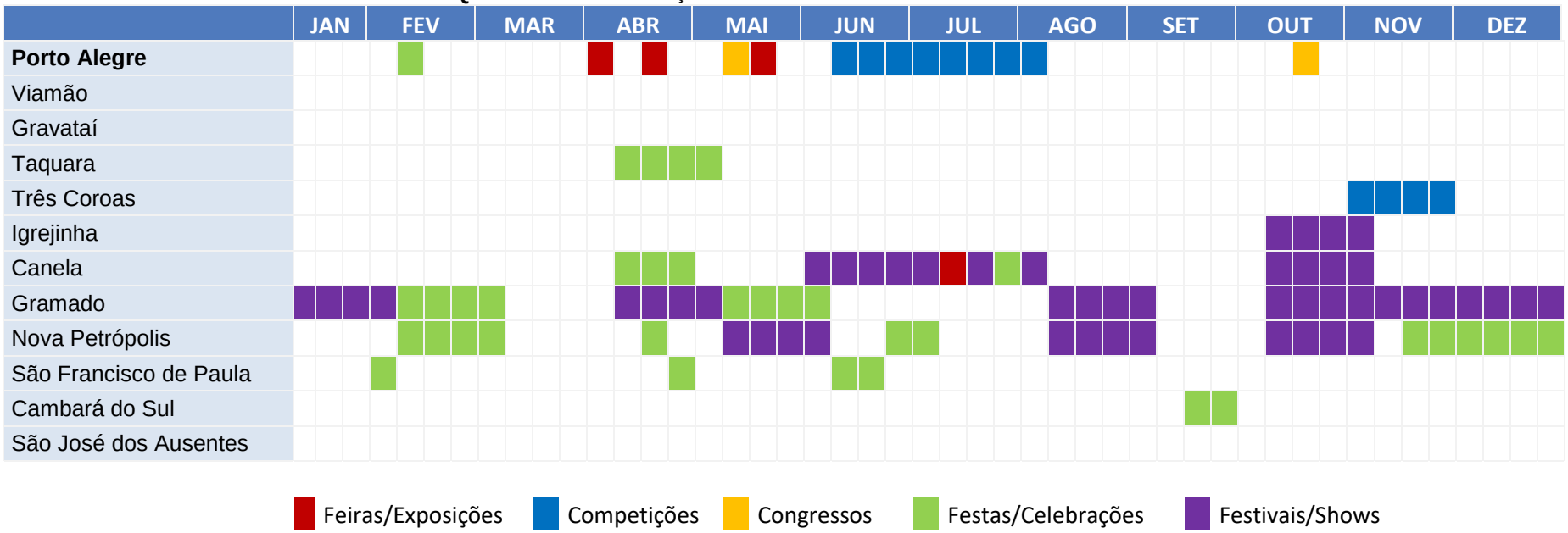
Os eventos que acontecem na cidade também contribuem para o aumento da ocupação hoteleira. De acordo com o Boletim Estatístico Municipal do Turismo de Porto Alegre – BEMTUR, 2012, nos finais de semana e feriados, que são os principais períodos de baixa na demanda por hospedagem - cerca de 45% de ocupação média - quando ocorrem na cidade eventos importantes ou espetáculos de grande porte, esse cenário é alterado e a taxa de ocupação sobe para além dos 28 pontos percentuais a mais.

A região turística das Hortênsias também vem despontando como um destino de eventos e negócios e conta com o Gramado Canela *Convention & Visitors Bureau* que possui por objetivo fomentar o turismo na Região das Hortênsias como destino, através de ações de apoio a captação de eventos de natureza técnico-cientificas além de atrair visitantes através de ações planejadas e integradas de marketing. De 2006 a 2013 foram 142 eventos captados, 156 mil participantes, 468 mil *room nights* gerados e R$ 366 milhões deixados para a economia. Entre 2013 e 2016, o *Convention* estima mais R$ 82 milhões, gerados por 37 eventos já confirmados e que devem trazer cerca de 35 mil pessoas para a região.[10]

[9] http://www.visiteportoalegre.com/, acessado em 17/04/2014.
[10] http://www.conventionbureau.com.br/novo/, acessado em 17/04/2014.

Os eventos programados ocorrem o ano todo no CT, conforme quadro a seguir.

QUADRO 11: DISTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS PROGRAMADOS NO CT POR SUBTIPO



Fonte: ITEC,2014. Fontes primárias: Informações disponibilizadas pelos municípios integrantes do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, 2014; material promocional do turismo nos municípios, 2014; Calendário de Eventos do Rio Grande do Sul – 2013/14; e sites: www.turismo.rs.gov.br; www.portoalegre.rs.gov.br; http://www.taquara.com.br/; http://www.trescoroas.rs.cnm.org.br/; http://www.igrejinha.rs.gov.br/; http://www.turismonovapetropolis.com.br/; http://www.gramado.rs.gov.br/; http://www.canelaturismo.com.br/, acessados entre 07/04/2014 e 17/04/2014.

Os eventos programados que mais se destacam e atraem turistas para a região são o Natal Luz de Gramado, o Festival de Cinema de Gramado e o Chocofest também em Gramado. A criação desses eventos foi uma estratégia do município para manter o fluxo turístico durante todo o ano e diminuir os efeitos da sazonalidade na economia.

Outros eventos importantes são o Festival de Bonecos de Canela e a *Ocktoberfest* de Igrejinha.

Um evento de alcance internacional que acontecerá esse ano também terá como uma das sedes a cidade de Porto Alegre que está se preparando para sediar o maior evento esportivo do mundo, a Copa do Mundo FIFA.

O segmento de Negócios e Eventos é um nicho de mercado muito importante para o turismo no CT, pois é uma modalidade que independe de condições climáticas, o que favorece a chegada do turista durante todo o ano, o gasto desse tipo de turista é maior do que aquele motivado por lazer e torna-se uma oportunidade de divulgar outras peculiaridades do destino, já que o turista que participa de um evento em determinada cidade que ainda não conhecia, costuma retornar outras vezes com o intuito de lazer e ainda é um agente de divulgação da localidade.[11]

Pesquisa de satisfação realizada em 2013 pelo Gramado Canela CVB revela a importância da realização de eventos para divulgação da cidade e atração de novos turistas. Dos entrevistados, 44% nunca tinham ido à cidade, 88% responderam terem tido muito boa ou ótima impressão do local e 99% afirmaram que voltariam à cidade em outra oportunidade.

De acordo com o Ministério do Turismo (Brasil. 2010), esse nicho de mercado possibilita a interiorização da atividade turística, pois podem ser realizados em cidades menores, desde que apresentem as condições e estruturas necessárias para a realização de negócios ou eventos, independente de existir ou não outros tipos de atrativos.

O investimento em equipamentos para eventos ao longo do CT pode contribuir para o crescimento do turismo de eventos e negócios e descentralizar a ocorrência dos eventos de Porto Alegre e Gramado, levando benefícios a outros municípios de menor atratividade. A ampliação da oferta de eventos culturais, de shows e de espetáculos pode gerar também uma nova demanda de visitantes ao longo do CT.

O CT Porto Alegre – Serra Gaúcha abrange áreas do estado com características físico-ambientais singulares, que são um diferencial turístico, e que se bem fomentadas poderão constituir uma vantagem competitiva frente a outros destinos. Nessas áreas são praticados o **Ecoturismo**, **Turismo de Aventura** e o **Turismo Rural.**

O **Ecoturismo** está ligado à exploração das belezas e monumentos naturais de forma sustentável. Já o **Turismo de Aventura** busca relacionar esportes a obstáculos naturais, integrando as atividades esportivas ao meio natural.

[11] Brasil. Ministério do Turismo. Turismo de negócios e eventos: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010

Os municípios que já desenvolvem ou possuem potencial para desenvolver o **Ecoturismo** são: Nova Petrópolis, Canela, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes. Para o **Turismo de Aventura**, os municípios são: Três Coroas, Nova Petrópolis e Cambará do Sul. A região dos Campos de Cima da Serra abriga os mais singulares atrativos naturais do CT.

No município de Cambará do Sul localizam-se o Parque Nacional dos Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral. Essas duas Unidades de Conservação – UC fazem divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, possuindo aspectos naturais bem característicos dessa região e que refletem uma série de atributos cênicos, histórico-culturais e de biodiversidade. Essa região destaca-se principalmente por sua conformação geográfica peculiar, apresentando paredões verticais de até 700 metros de altura em transição abrupta com o relevo suave ondulado do planalto. Juntos, os dois parques abrangem uma área de aproximadamente 30.443,01 ha. Esses parques são muito conhecidos pelos cânions localizados em seus limites – o Cânion Itaimbezinho e o Cânion Fortaleza. ICMBio. Parque Nacional de Aparatos da Serra.

No parque Aparados da Serra, além do Cânion Itaimbezinho pode-se encontrar outros atrativos como a Cascata das Andorinhas e a Cascata Véu da Noiva, além das trilhas do Vértice e do Cotovelo. Já possui alguma infraestrutura para atendimento ao turista por meio do Centro de visitantes com exposição, auditório, banheiros públicos, bancos para refeição (no centro de visitantes e na Trilha do Cotovelo), Centro de Informações Turísticas e estacionamento.

Já o Serra Geral, além do Cânion Fortaleza, outros dois cânions famosos estão dentro de seus limites: o Churriado e o Malacara, além de cachoeiras, como a do Tigre Preto. Este parque já não oferece infraestrutura, as trilhas são pouco estruturadas e a falta de sinalização turística dificulta o passeio sem um guia ou monitor.

As Unidades de Conservação que permitem, além da visitação para fins de educação ambiental, a prática de atividades ligadas ao turismo de natureza e aventura, são importantes captadoras de fluxo turístico que favorecem o retorno financeiro esperado para a área. A organização deve buscar a auto sustentabilidade da área com a participação direta da comunidade para conservação e operacionalização das atividades dentro da UC e incentivar a produção de artesanato, gestão e atendimento dos empreendimentos de hospedagem e alimentação para que o destino usufrua dos benefícios socioeconômicos da cadeia produtiva do turismo.

O município de Cambará do Sul possui oferta de hospedagem bem estruturada e receptivo local que oferece diversas atividades dentro dos parques como caminhadas, passeios de *bike*, expedições, passeios a cavalo e outras atividades de aventura.

Outro local que possui a mesma formação geológica dos parques é o Pico do Monte Negro em São José dos Ausentes. É o ponto mais alto do Rio Grande do Sul. Não possui qualquer infraestrutura e o acesso é complicado pela sinalização ruim. Além disso, o local é inseguro, pois não existem cercas de contenção ou sinalização demarcando até onde o visitante pode chegar próximo ao cânion, onde podem ocorrer graves acidentes.

Esses são atrativos notadamente capazes de gerar fluxos internacionais, devido a grandeza do seu conjunto de cânions e merecem atenção especial na implantação do

CT. São necessários investimentos em infraestrutura e em serviços turísticos para que possam ser consolidados como produtos turísticos.

Destaca-se que outras Unidades de Conservação - UCs, também possuem potencial para o turismo, no entanto ainda estão em processo de implantação ou não possuem os instrumentos necessários para o desenvolvimento dessas atividades, como o Parque Estadual de Tainhas que abrange os municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Jaquirana.

O CT ainda possui outras importantes áreas naturais:

- Parque Estadual de Itapuã (Viamão) – UC que abriga uma das últimas amostras dos ambientes originais da Região Metropolitana da capital gaúcha. Localiza-se na região onde ocorre o encontro das águas do Lago Guaíba e da Laguna dos Patos, num conjunto de ambientes de morros, praias, dunas, lagoas e banhados. O Parque foi reaberto em abril de 2002, após ter ficado fechado por mais de dez anos para a recuperação de seus ecossistemas e sua estruturação administrativa. Oferece infraestrutura com banheiros, vestiários, estacionamento e churrasqueiras e possui Centro de Visitantes. A praia das Pombas é a única aberta à visitação. O parque necessita de estruturação logística e operacional e de um programa de educação ambiental mais atuante junto aos visitantes. Ressalta-se que já existe uma ação implementada pelo Instituto Federal Rio Grande do Sul – IFRS para formação de condutores ambientais locais para condução de visitantes no Parque com foco na educação ambiental.

- Parque Estadual do Caracol (Canela) - é um Parque Turístico Estadual de propriedade da SETUR, mas administrado pela Prefeitura Municipal de Canela por meio de Termo de Cessão e Uso. Dessa maneira, a Prefeitura é responsável pela manutenção dos equipamentos e preservação da área natural. É especialmente uma área de lazer e turismo. Abriga a Cascata do Caracol, queda d'água de 131 m é o cartão-postal de Canela e recebe ingresso de 35 mil visitantes/mês, possuindo estrutura completa de alimentação, área para piquenique, churrasqueiras, área para descanso, trilhas ecológicas e comércio de artesanato e suvenires. O centro de visitantes está fechado e não desenvolve trabalho de educação ambiental.

- Parque Municipal das Laranjeiras (Três Coroas) – parque onde são desenvolvidas atividades de aventura operadas por seis empresas. Entre as atividades estão rafting, tirolesa, paintball e rapel. Possui uma pousada, área para camping, banheiros e lancheria. Nesse parque ocorrem campeonatos de canoagem.

Ressalta-se a vocação do município de Três Coras para o **Turismo de Aventura**. As atividades são realizadas principalmente no rio Paranhana que desce a serra em fortes corredeiras, consideradas entre as mais adequadas na América Latina para a prática de "*rafting*" (modalidade praticada em botes de borracha) e canoagem. Além dessas modalidades é possível praticar *trekking*, *mountain bike*, rapel, canionismo, entre outras. O município já foi sede também do Campeonato Mundial de canoagem

em 1997 e todo ano, no mês de novembro, realiza o evento “Desafios da Natureza” com disputas de *rafting*, canoagem *slalon* e rodeio, *mountain bike* e corrida de aventura. O município conta com receptivo local bem estruturado que opera todas essas atividades.

Além dessas áreas naturais públicas, o CT também possui inúmeras propriedades particulares que oferecem Ecoturismo e Turismo de Aventura como seus principais produtos.

- Brasil Raft Park (Três Coroas) – propriedade estruturada para desenvolvimento de atividades de aventura operadas pela própria empresa. As atividades oferecidas são *canopy*, r*afting*, tirolesa, quadriciclo *off road*, *paintball*. Possui estrutura de restaurante/bar, banheiros, área para camping. Desenvolve trabalhos de educação ambiental e faz treinamento empresarial e motivacional. Acesso fácil e sinalizado (sinalização privada, não padronizada).

- Parque da Ferradura (Canela) – propriedade próxima ao Parque do Caracol que possui área para lazer e um mirante que dá vista para o Vale da Ferradura. Possui trilhas e cachoeiras. Acesso fácil e sinalizado.

- Parque da Cachoeira (São Francisco de Paula) – propriedade que oferece hospedagem em cabanas, camping e possui estrutura de bar e lancheria. Possui trilhas, cachoeiras, piscinas naturais e atividades de aventura como travessia na gaiola, tirolesa, rapel, pêndulo, escalada, *cascading*. No acesso se passa pela ponte do Passo do Inferno que dá vista a uma das cachoeiras da região. Acesso por estrada de terra e sinalização (privada, não padronizada).

- Parque das 8 Cachoeiras (São Francisco de Paula) – propriedade que trabalha com hospedagem e oferece trilhas para oito grandes cachoeiras. Acesso ruim pela Estrada Roça Nova e sinalizado (sinalização privada, não padronizada).

- Terra do Sempre (São Francisco de Paula) – propriedade estruturada que oferece hospedagem com café da manhã e trilhas bem sinalizadas e autoguiadas para cachoeiras da região. Desenvolve trabalhos de educação ambiental Acesso muito ruim pela Estrada Roça Nova e sinalização privada, não padronizada.

O município de Nova Petrópolis oferece roteiros de natureza autoguiados. São roteiros classificados como longo, médio e curto que podem ser feitos a pé ou de carro. Existe um caderno com informações detalhadas sobre cada um dos roteiros estruturados o “Linha Imperial – Roteiros e Paisagens. Um dos roteiros é o Mallakoff – nome dado a um dos atrativos dos municípios, Monte Mallakoff que são grandes paredões de basalto que fica acima do Vale do Rio Caí. Apesar de existir sinalização, inclusive interpretativa, em muitos pontos as placas são pouco visíveis, dificultado a orientação na rota.

Percebe-se que o CT oferece inúmeros atrativos naturais de grande valor ambiental e paisagístico, onde já são desenvolvidas atividades de ecoturismo e turismo de aventura. Uma das maiores deficiências, no entanto, diz respeito ao acesso,

importante elemento para viabilização da comercialização por parte de agentes e operadores; e a infraestrutura, principalmente em áreas naturais públicas, que necessitam de maior estrutura para receber o turista, como os centros de visitantes, banheiros, lojas, lanchonetes, além de trilhas, sinalização interpretativa, etc. Além disso, é de suma importância a implantação de ações de educação ambiental que estimulem o visitante a sentir-se responsável pela conservação do ambiente.

Diante de todo esse potencial ambiental, ainda há possibilidade de melhorar a oferta desses segmentos com atrativos melhor estruturados que possibilitem a diversificação da oferta turística no CT e a estruturação de produtos diferenciados. O fomento desses segmentos pode contribuir para o aumento do interesse do turista em estender seu tempo de permanência na região.

O **Turismo Rural** ou Agroturismo no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha baseia-se em propriedades rurais que desenvolvem a produção agropecuária, em escala comercial ou não, e que oferecem aos turistas a vivência no meio rural. Esse segmento está intimamente ligado a questões ambientais e culturais.

O homem campeiro, seu aspecto gauchesco, a bombacha e as botas como traje de trabalho, o fogo de chão, o churrasco e, principalmente, o chimarrão – tradição praticada por inúmeros gaúchos, aliados às lides rurais cotidianas, representam o Turismo Rural desenvolvido por propriedades rurais do CT. Os serviços ofertados no geral incluem hospedagem, alimentação e atividades de lazer desenvolvidas no meio rural, em contato direto com o ambiente natural, com as práticas comuns ao meio rural e pelos costumes e tradições regionais.

Em Porto Alegre foi criada a rota turística Caminhos Rurais de Porto Alegre que abrange uma região de áreas produtivas e de preservação ambiental e biológica do município. Possui pequenas propriedades de agricultura familiar e agroecológica que preservam a paisagem e o modo de vida tipicamente rural do gaúcho e buscam a sustentabilidade econômica, ambiental, cultural e social por meio do turismo.

O trabalho desenvolvido baseado em um novo modelo de desenvolvimento turístico, pautado no associativismo e no protagonismo da comunidade local, deu destaque à região como um dos destinos de Turismo de Base Comunitária no Brasil, segundo a Associação Porto Alegre Rural – POA RURAL.[12]

De acordo com a SMTUR de Porto Alegre, hoje são mais de 40 propriedades envolvidas na rota Caminhos Rurais que é comercializada por agências de receptivo de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Turismo. Caminhos Rurais de Porto Alegre

Cambará do Sul também possui um projeto turístico que alia a produção e a vivência rural ao ambiente natural, é a rota “Quintais de Cambará do Sul”. O projeto tem foco na produção associada ao turismo e elegeu sete “quintais”, entre empreendimentos rurais, de lazer e empreendimentos de produção artesanal. Os quintais selecionados são:

- Kantu Kente Artesanato;

[12] http://www.caminhosrurais.tur.br/, acessado em 28/04/2014.

- Fazenda Cascatas dos Venâncios;13
- Pousada Corucacas – Fazenda Baio Ruano;
- Cambará Eco Hotel;
- Sabores da Querência;
- Rancho Cabotiá.

As atividades destacadas são pesca esportiva, caminhadas, cavalgadas, churrasco e lidas campeiras como mini rodeios, tosa de ovelhas em meio a ambientes rústicos que retratam a vida do homem do campo, além de passeios a cachoeiras, corredeiras, trilhas ecológicas, plantações frutíferas, e também atividades gastronômicas e artesanais.

Um empreendimento rural que merece destaque no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha é o Quinta da Estância que se localiza no município de Viamão. O local é referência em turismo rural pedagógico no Brasil e desenvolvimento sustentável do turismo. Possui diversos prêmios, entre eles o PRÊMIO MPE BRASIL – categoria Boas Práticas de Responsabilidade Social, organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Gerdau, Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, e Movimento Brasil Competitivo – MBC. Também é o primeiro empreendimento turístico do Brasil que assumiu o pacto global da Organização das Nações Unidas - ONU e que neutraliza o gás carbônico gerado pelas visitas através do plantio de árvores nativas.

São José dos Ausentes possui muitos empreendimentos rurais que oferecem serviços de qualidade ao turista. Por sua vez, Gramado possui roteiros de Agroturismo pelas vinícolas da região.

A cultura possui bastante expressão no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha, assim como em todo o Estado do Rio Grande do Sul que possui cultura rica, diferenciada e um povo com orgulho de suas tradições e que valoriza sua história. O CT conta também com rico acervo arquitetônico. Por isso, o segmento Turismo Cultural ainda possui grande potencial de crescimento.

Gaúcho é o nome dado aos nascidos no Rio Grande do Sul, ao tipo característico da campanha, ao homem que vive no campo, na região dos pampas. O gaúcho era mestiço de índio, português e espanhol, e a sua cultura foi bastante influenciada pela cultura dos índios guaranis, charruas e pelos colonos hispânicos. Misturado a isso tem a cultura trazida pela colonização europeia.[14]

A cultura do gaúcho pode ser vivenciada principalmente nas propriedades rurais dos municípios de Cambará do Sul e São José dos Ausentes. Já nos municípios da região das Hortênsias – Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula - o destaque é para cultura europeia que pode ser percebida por meio da gastronomia, da arquitetura diferenciada, das produções agrícolas e das características da própria população. É relevante citar dois atrativos turísticos que retratam essas duas vertentes culturais: o Parque Gaúcho em Gramado e o Parque do Imigrante em Nova Petrópolis.

[13] A Fazenda Cascatas dos Venâncios localiza-se no município de Jaquirana, apesar de estar incluída como atrativo de Cambará do Sul.
[14] http://www.sedac.rs.gov.br/internas.php?inc=origem, acessado em 28/04/2014.

O Parque Gaúcho é o único parque temático do mundo que resgata a formação e evolução do gaúcho, seus usos e costumes. Conta com Memorial do Gaúcho, restaurante temático, arena de shows e domas, programa de resgate de animais crioulos, galpão mirim, um espaço lúdico que ensina tradições gaúchas especialmente para as crianças, horta orgânica, herbário, espaço para exposições de arte gaúcha, mangueira para apresentações da lida campeira, espaço para shows artísticos e a Cidade dos Gaúchos que apresenta os principais tipos de habitação do interior do pampa no século 18. O Parque fica ao lado do Gramado Zoo e é de fácil acesso.

O Parque Aldeia do Imigrante é um parque temático que foi criado para resgatar e preservar o passado histórico dos imigrantes que colonizaram a região, predominando a imigração alemã. O Parque está dividido em dois espaços, sendo o primeiro a Aldeia Bávara e o segundo a Aldeia Histórica, representados por meio de elementos arquitetônicos. Interessante ressaltar que os antigos prédios históricos – alguns com quase 100 anos - foram removidos de diversas localidades do interior do município. No local ocorrem festas tradicionais de Nova Petrópolis.

Alguns municípios do CT oferecem ao turista itinerários culturais, como Porto Alegre, Nova Petrópolis, Canela e Cambará do Sul, conforme quadro abaixo.

QUADRO 12: ITINERÁRIOS CULTURAIS NO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA

MUNICÍPIO	ITINERÁRIOS CULTURAIS	DESCRIÇÃO
PORTO ALEGRE	LINHA TURISMO ZONA SUL	Contempla atrativos históricos e culturais, com destaque para Parque da Redenção, Mercado Público e Fundação Iberê Camargo, com possibilidade de embarque e desembarque em cinco pontos durante o trajeto.
	LINHA TURISMO CENTRO HISTÓRICO	Trajeto sem paradas, que destaca as paisagens naturais da Cidade, sendo os pontos altos a Praia de Ipanema, algumas propriedades dos Caminhos Rurais e o Santuário Nossa Senhora Mãe de Deus, com uma vista de 360° da cidade.
NOVA PETRÓPOLIS	ALEMÃES DO SUL	Ressalta curiosidades sobre a vida dos boêmios em cinco empreendimentos familiares. É possível conhecer a arquitetura, a música, a gastronomia típica e a história dos imigrantes. Este é um dos roteiros selecionados para a Copa do Mundo de 2014.
	RECANTO DOS PIONEIROS	A propriedade tem várias casas que recebem visitantes interessados em conhecer a cultura alemã, sua história e culinária. A família trabalha com artesanato, crochê, palha de milho e trigo.
	ROTEIRO DO COOPERATIVISMO	É uma visita guiada na comunidade da Linha Imperial, Parque Aldeia do Imigrante, Praça das Flores e sede da Sicredi Pioneira, que reconstrói os passos do Cooperativismo, iniciados em 1902 pelo Padre Theodor Amstad.
CANELA	CAMINHO DAS GRAÇAS	Localizado a 14 quilômetros do Centro de

MUNICÍPIO	ITINERÁRIOS CULTURAIS	DESCRIÇÃO
		Canela entre dois atrativos mais conhecidos da Serra Gaúcha: Parque Estadual do Caracol e o Parque da Ferradura é um caminho de peregrinação com sete quilômetros com várias capelas construídas em frente às casas da região.
CAMBARÁ DO SUL	QUINTAIS DE CAMBARÁ DO SUL	Possui foco na produção associada ao turismo. Esse projeto já foi citado anteriormente

Fonte: Organizado por ITEC, 2014; Fontes primárias: informações disponibilizadas pelos municípios.

O CT também possui rico acervo arquitetônico e alguns desses se localizam em Porto Alegre e Viamão e possuem tombamento nacional e estadual, conforme quadro e mapa a seguir.

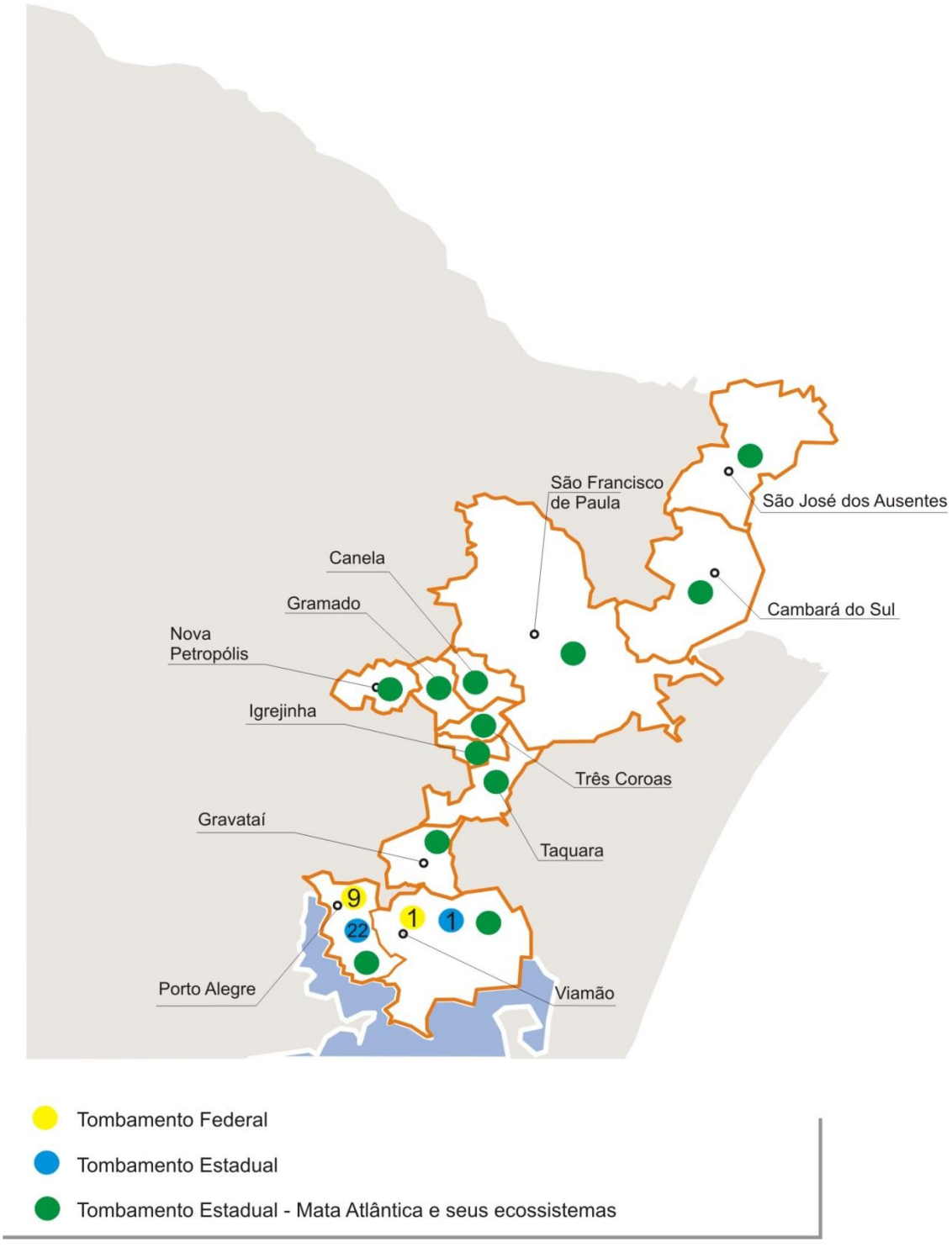
QUADRO 13 – BENS TOMBADOS NO CORREDOR TURÍSTICOS PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA

TOMBAMENTO FEDERAL	TOMBAMENTO ESTADUAL
PORTO ALEGRE	
Sítio Histórico da Praça da Matriz	Antigo Palácio do Governo (Forte Apache)
Sítio Histórico da Praça da Alfândega	Antiga Provedoria da Real Fazenda
Igreja Nossa Senhora das Dores	Banco Meridional (Atual Banco Satander)
Solar dos Câmara	Biblioteca Pública e seus bens móveis e integrados e o acervo de obras
Antiga Sede dos Correios e Telégrafos	Capela Bom Pastor – Presidio Feminino Madre Pelletier
Portão Central e dois armazéns laterais do Cais do Porto	Edificações centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro
Palacete Argentina	Hotel Majestic – Casa de Cultura Mário Quintana
Observatório Astronômico	Museu de Arte – MARGS
Faculdade de Direito	Museu da Brigada Militar
	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
	Museu Júlio de Castilhos
	Palácio Piratini e bens móveis e integrados
	Palácio do Vice Governador
	Praça da Alfandega e entorno
	Prédio Força e Luz (Museu da Eletricidade)
	Theatro São Pedro
	Usina do Gasômetro
	Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha e bens móveis – telas à óleo
	Antigo Cine Teatro Capitólio
	Capela Positivista de Porto Alegre

TOMBAMENTO FEDERAL	TOMBAMENTO ESTADUAL
PORTO ALEGRE	
	Conjunto Arquitetônico da Fase
	Antiga Usina de Gás
VIAMÃO	
Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Antiga Igreja Evangélica do Hospital Colônia de Itapuã
OUTROS	
	Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados – Todos os municípios do CT

Fonte: Organizado por ITEC,2014; fontes primárias: http://portal.iphan.gov.br/, acessado em 28/04/2014; Documento Bens Tombados pelo Estado do RS – atualização em 16 de abril de 2014, em www.iphae.rs.gov.br.

MAPA 7: BENS TOMBADOS NO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE - SERRA GAÚCHA



Fonte: ITEC,2014; fontes primárias: http://portal.iphan.gov.br/, acessado em 28/04/2014; Documento Bens Tombados pelo Estado do RS – atualização em 16 de abril de 2014, em www.iphae.rs.gov.br.

Além de todos os atrativos do segmento cultural já citados, o CT, mais notadamente os municípios de Porto Alegre e de Gramado, possui boa oferta de museus e centros

culturais. Importante destacar que um significativo equipamento cultural localizado em Taquara, o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – MARSUL está fechado para reforma e não consta na listagem dos atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha.

Dados do Estudo da Demanda Turística Internacional 2006-2012 (Brasil, 2013), indicam que daqueles turistas que visitaram Porto Alegre pela motivação Lazer (14,1%), 28% foram por conta da "Cultura".

O fator cultural é relevante para a competitividade no turismo por sua característica multifuncional. Ele atua como atrativo para diversos nichos e contribui para o desenvolvimento local. Diante da oferta cultural existente em todo o CT percebe-se a necessidade de melhor fortalecer os atrativos culturais na oferta dos produtos turísticos comercializados. Há espaço também para criação de novos produtos que valorizem a cultura local.

Outras atividades que merecem destaque no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha, mas que ainda não são reconhecidas como segmentos turísticos pelo MTur, são as atividades de entretenimento e lazer e as atividades de compras ou de consumo.

Essas são atividades complementares e que, no caso do CT, contribuem para os deslocamentos turísticos, principalmente as atividades de entretenimento e lazer que possuem serviços e equipamentos muito bem estruturados, notadamente nos municípios de Gramado e Canela que possuem grande oferta de parques temáticos entre outros equipamentos de grande interesse turístico.

Destaca-se entre esses, um equipamento recém construído, o *Snowland*, que é o primeiro parque de neve *indoor* das américas, e que possui diversas atrações ligadas a neve, espalhadas no Vilarejo Alpino e na Montanha de Neve. Possui também área de alimentação e lojas.

O município de Gravataí também possui um equipamento interessante de lazer, o Pampa Safari que é o maior parque safari da América do Sul. São 320 ha que abriga mais de 2.000 exemplares de animais da fauna mundial. O diferencial é que a observação dos animais, todos soltos, é realizada de dentro de veículos. O parque também possui área de lazer, museu, mini fazenda, mini vila e centro de eventos.

Destaca-se quanto às atividades de entretenimento e lazer que estudo em realizado pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília - CET/UnB, demonstra o alto impacto dessas atividades (recreativas e culturais) na economia do turismo:

- É a atividade que mais gera empregos;
- É a 1ª geradora de rendimentos do trabalho assalariado e autônomo;
- É a 2ª geradora de valor adicionado ao PIB.

Portanto, os demais municípios do CT devem incentivar, junto à iniciativa privada, a criação desse tipo de serviço e equipamento, inclusive com opções noturnas, a fim de justificar a estada e o aumento da permanência do turista.

No CT, a atividade de compras está ligada aos atrativos econômicos existentes em alguns municípios. A região do Vale do Paranhana, representada pelos municípios de Taquara, Igrejinha e Três Coroas possui como alavanca da economia a indústria calçadista. Nova Petrópolis é polo de confecção de malhas e couro; Gramado se destaca na produção de chocolates e possui vinícolas que produzem vinhos, assim como Canela. Gramado também é reconhecido por trabalhos em madeira nas peças de decoração, derivando para a indústria de móveis. O município de Cambará do Sul é também conhecido como a “Capital do Mel”. Além desses produtos, praticamente todo o CT turístico produz e comercializa produtos coloniais como geleias e doces.

Assim como a produção de chocolate é muito bem explorada turisticamente em Gramado, essas outras atividades econômicas podem ser mais bem aproveitadas para o turismo e enriquecer a promoção destes destinos.

Outras características existentes no CT merecem destaque, pois possuem alta interface com o turismo.

- Clima - Ocorrem baixas temperaturas, se comparadas ao restante do país, o que desperta o desejo de muitos brasileiros de conhecê-lo. É um destino de inverno reconhecido como referência para o Brasil. O frio é uma das principais atrações da região. O clima também é responsável pela diversificação das paisagens ao longo do CT, de acordo com as estações do ano: as cores vermelhas e amarelas e as folhas caindo são predominantes no outono; o frio, a neblina e, em algumas ocasiões, a própria neve, fazem-se presentes no inverno; as flores aparecem na primavera para colorir a paisagem, e, no verão, o verde das serras caracteriza a região.

- Gastronomia – Reconhecida por ser a terra do autêntico churrasco, um dos pratos mais famosos do Brasil. Além das receitas típicas do Rio Grande do Sul, os pratos de influência europeia caracterizam a região, como as pastas servidas nas cantinas italianas, a comida de origem alemã, além da tradicional fondue e o café colonial.

- Imagem ligada a Europa – Devido a colonização europeia retratada na arquitetura, na gastronomia, na cultura e no próprio clima.

- Hospitalidade do povo – Independente do lugar, o povo é bastante receptivo e hospitaleiro.

- Presença do Lago Guaíba e da Lagoa dos Patos – permite o desenvolvimento de atividades náuticas e de lazer em geral. O desenvolvimento da área portuária também pode fortalecer essa proposta.

De um modo geral, observa-se que os atrativos destacados no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha possuem grande relevância e caracterizam destinos turísticos fortes, como é o caso de Porto Alegre e Gramado-Canela. Ainda possuem potencial de fortalecimento

de outros destinos como Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes. A consolidação desses outros municípios como destinos turísticos pode impulsionar o fluxo no Corredor. Os demais municípios, Viamão, Gravataí, Taquara, Três Coroas e Igrejinha possuem potencial de desenvolvimento turístico e precisam melhor estruturação e organização dos seus atrativos de forma a ofertar produtos com maior qualidade.

A seguir são apresentadas as fichas dos atrativos turísticos visitados *in loco* com informações gerais dos mesmos e fotos, divididos por categoria.

FICHA 1

FICHA 2

FICHA 3

FICHA 4

FICHA 5

FICHA 6

FICHA 7

FICHA 8

FICHA 9

FICHA 10

FICHA 11

FICHA 12

FICHA 13

B. Avaliação dos serviços e equipamentos turísticos existentes

Segundo a Lei Geral do Turismo, Lei 11.771/2008, em seu artigo 21, são prestadores de serviços turísticos:

> [...] as sociedades empresárias, sociedades simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:
> I - meios de hospedagem;
> II - agências de turismo;
> III - transportadoras turísticas;
> IV - organizadoras de eventos;
> V - parques temáticos; e
> VI - acampamentos turísticos.

A lei diz que as empresas citadas devem, obrigatoriamente, possuir cadastro no Ministério do Turismo, o CADASTUR, que é "o sistema de cadastro oficial dos empreendimentos, equipamentos e profissionais do setor de turismo no Brasil" (BRASIL, 2011, p. 4). Além dessas, a obrigatoriedade se estende a prestação de serviço de guia de turismo. É importante deixar claro que o CADASTUR não atesta a qualidade dos serviços prestados, apenas a legalidade deles.

Além destes, outros equipamentos e serviços podem ser cadastrados no CADASTUR, e nestes casos o cadastro é optativo, são eles:

> I - restaurantes, cafeterias, bares e similares;
> II - centros ou locais destinados a convenções e/ou a feiras e a exposições e similares;
> III - parques temáticos aquáticos e empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer;
> IV - marinas e empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva;
> V - casas de espetáculos e equipamentos de animação turística;
> VI - organizadores, promotores e prestadores de serviços de infra-estrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos;
> VII - locadoras de veículos para turistas; e
> VIII - prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades (BRASIL, 2008, Art. 21, Parágrafo único).

Neste sentido, conhecer a oferta turística de uma região é importante para analisar tanto os níveis de crescimento da oferta turística ao longo dos anos e adequar a oferta às necessidades da demanda turística, como também para se pensar projeções de acordo com os segmentos turísticos trabalhados na região.

Na elaboração na análise dos empreendimentos e serviços turísticos foram realizados levantamentos secundários na internet e em órgãos municipais e estaduais de turismo com objetivo de levantar informações sobre prestadores de serviços turísticos e equipamentos nas regiões do corredor turístico Porto Alegre - Serra Gaúcha. Além disso, realizou-se também uma pesquisa primária do tipo descritiva, por meio de um levantamento com questionários estruturados contendo questões do tipo fechada e aberta com os prestadores de serviços e equipamentos turísticos de meios de hospedagem, agências de turismo, eventos e empreendimentos de gastronomia. A

pesquisa foi aplicada por meio da *internet*, por *e-mail* com o link para o questionário disponibilizado no *google drive* de 14 de março a 05 de maio de 2014. Foram enviados questionários para o seguinte quantitativo de empreendimentos:

- Meios de Hospedagem: 356 (com 60 respostas) - 16,85% do total
- Agências de Turismo: 289 (com 20 respostas) – 7% do total
- Alimentação: 387 (37 respostas) – 9,6% do total pesquisado
- Eventos: 72 (com 10 respostas) – 13,9% do total pesquisado

Devido ao baixo índice de respostas de alguns tipos de empreendimentos e serviços turísticos, foi aberto novo período de pesquisa primária também pela *internet*, com abertura dos questionários no dia 15 de julho e fechamento no dia 15 de agosto.

A análise da pesquisa primária teve uma abordagem quantitativa. A metodologia utilizada e os formulários de pesquisa constam no ANEXO IV deste documento.

São apresentados a seguir os resultados consolidados após os dois períodos de pesquisa.

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM

Segundo a Lei Geral do Turismo em seu artigo 23, são considerados meios de hospedagem,

> [...] os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária. (BRASIL, 2008, art. 23).

De acordo com dados de abril de 2014, disponibilizados pela SETUR/RS, as regiões turísticas possuem juntas 401 meios de hospedagem e os municípios estudados somam 363 meios de hospedagem divididos da seguinte forma:

QUADRO 14: QUANTITATIVO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM E UNIDADES HABITACIONAIS POR MUNICÍPIO.

REGIÃO	MUNICÍPIO	MH	UH	Nº DE LEITOS
Porto Alegre e Delta do Jacuí	Porto Alegre	101	8282	16467
	Viamão	6	87	303
	Gravataí	4	274	620
Hortênsias	Gramado	131	4503	11882
	Canela	43	1400	4063

REGIÃO	MUNICÍPIO	MH	UH	Nº DE LEITOS
	Nova Petrópolis	24	408	1124
	São Francisco de Paula	13	204	642
Vale do Paranhana	Taquara	3	113	278
	Igrejinha	2	53	152
	Três Coroas	2	34	110
Campos de Cima da Serra	Cambará do Sul	21	211	572
	São José dos Ausentes	13	139	351

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2014.

Ainda segundo a SETUR/RS, o Rio Grande do Sul possui 1305 meios de hospedagem, perfazendo um total de 46.938 unidade habitacionais. As regiões representam, portanto 30,72% do total de meios de hospedagem e 36,39% do total de UH do estado. Os municípios estudados representam 27,81% do total dos meios de hospedagem do estado e 33,46% do total de unidades habitacionais (UH) do estado. Outros quantitativos de meios de hospedagem foram encontrados em dados secundários, mas optou-se por utilizar neste estudo os dados fornecidos pela SETUR-RS.

Salienta-se que Porto Alegre é segundo município em número de meios de hospedagem depois de Gramado na região estudada, mas o primeiro em número de unidades habitacionais e leitos disponíveis, seguido de Gramado e Canela respectivamente. Tanto Porto Alegre como Gramado têm como destaque o segmento do turismo de negócios e eventos, o que ajuda na consolidação da rede hoteleira local que sofre menos com os efeitos da sazonalidade turística. Porto Alegre é também o portão de entrada de turistas no estado, além da capital do estado o que explica o número mais elevado de UH em comparação com os outros municípios pesquisados.

Segundo o Boletim Estatístico Municipal do Turismo de Porto Alegre (BEMTUR) do 1º quadrimestre de 2013, a média da taxa de ocupação hoteleira de 2012 em Porto Alegre foi de 58,76%, em 2011 foi de 61,18%, uma queda de 3,95%. Essa queda ocorreu não pela redução da demanda, mas por um aumento na oferta de unidades habitacionais no período. “Entre janeiro de 2012 e abril de 2013, a capital gaúcha recebeu 954 novas unidades habitacionais. Deste total, 443 apartamentos foram incorporados à oferta nos primeiros quatro meses de 2013”. (p.5).

O programa Placar da Hotelaria 2015 apoiado pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e feito pelo Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB) e HotelInvest, que visa estimar a taxa de ocupação pós-copa do mundo nas cidades sedes e se há ou não risco de criação de superoferta após a Copa de 2014, afirma que a cidade de Porto Alegre possui risco baixo para os empreendimentos

Upscale (mais luxuosos), risco moderado para empreendimentos *Midscale* e alto risco para empreendimentos econômicos. (SENAC, 2014).

Gramado também prevê uma considerável expansão de sua rede hoteleira, segundo dados da IN-PACT (2014), entre meios de hospedagem em diferentes fases de implementação (em estudo, em aprovação, aprovados, expansões de obras, novos em obras) serão mais 40 Meios de Hospedagem (MH) e 2616 unidades habitacionais (UH) até 2018.

O relatório do BEMTUR do 1º quadrimestre de 2013 coloca ainda que as maiores taxas de ocupação foram entre segundas e quintas-feiras. O estudo mostra, por meio de relações entre a taxa de ocupação hoteleira e as datas de importantes eventos ocorridos na cidade de Porto Alegre e outras cidades próximas, que há um considerável aumento da ocupação hoteleira nos períodos desses eventos, que chegam a ter picos de mais de 80% de taxa de ocupação em alguns eventos.

No relatório do BEMTUR de 2012 está relatado que os finais de semana e feriados são os períodos de maior baixa de ocupação dos meios de hospedagem na cidade de Porto Alegre. No entanto, isso se altera quando há na cidade algum evento como shows, eventos esportivos ou científicos. Neste sentido, o trabalho de captação de shows e espetáculos que possam fomentar a ocupação nos períodos de fins de semana e feriados é uma estratégia importante a ser desenvolvida.

No que tange ao perfil dos empreendimentos de meios de hospedagem nos outros municípios, pode-se destacar a grande presença de pousadas e hotéis fazenda na cidade de São José dos Ausentes, no qual quase a metade dos meios de hospedagem pesquisados é desse tipo.

Ainda no segmento do turismo rural e também no de ecoturismo, outro município que merece destaque é Cambará do Sul com diversos empreendimentos de hospedagem localizados na zona rural, alguns com seu foco no segmento de turismo rural e outros com maior foco no ecoturismo. Alguns que merecem destaque são o Cambará Eco Hotel, que tem o seu foco maior na sustentabilidade. O hotel possui política de sustentabilidade, bem como uma série de ações ambientais tais como: sistemas para redução do uso de água e da energia, tratamento de esgoto, reciclagem do lixo, ações junto à comunidade local, reaproveitamento do lixo orgânico como adubo, dentre outras. Outro é o Parador Casa da Montanha Ecovillage, empreendimento que faz parte do selo Roteiros de Charme e que já ganhou prêmio da revista Viagem em 2011/2012 como a “Escolha do Leitor”.

O selo Roteiros de Charme é uma Associação que possui 62 hotéis, pousadas e refúgios ecológicos no Brasil.

> Fundada em 1992 como entidade privada sem fins lucrativos, seus membros são selecionados anualmente pela variedade de suas características e personalidades independentes, segundo rígidos critérios quanto ao conforto, qualidade de serviços e responsabilidade sócioambiental, sempre de forma economicamente viável e sustentável. (ROTEIROS DE CHARME, 2014)

Para possuir o selo do “Roteiros de Charme” o meio de hospedagem deve primar pela qualidade dos serviços prestados e também precisa seguir um código de ética e de conduta ambiental. O CT Porto Alegre-Serra Gaúcha possui outros empreendimentos que possuem o selo Roteiros de Charme, são eles: Estalagem *St. Hubertus* e

Estalagem *La Hacienda*, ambos em Gramado; Pousada Cravo & Canela, em Canela; e Pousada do Engenho, em São Francisco de Paula.

Segundo planilha de dados sobre Meios de Hospedagem cedida pela SETUR/RS, dos 363 meios de hospedagem apenas 65 possuem algum tipo de acessibilidade a pessoas portadores de deficiência (17,9%) e 62 estabelecimentos aceitam receber animais de estimação (17,07%). A maioria dos empreendimentos possuem estacionamento/garagem (77,41%) e acesso à internet (72,72%), aceita cartão de crédito (52%) e quase a metade aceita pagamento com cheque (49,86%). Outros serviços e equipamentos oferecidos são *room service* 24 horas (29,75%), espaço para eventos (26,72%), piscina (23,96%), sala de ginástica (academia) (18,18%) e apenas 5,23% oferece algum tipo de recreação infantil ou adulta.

Com base na mesma planilha de dados pode-se obter que 53,99% dos empreendimentos possuem ar condicionado na UH e 37,74% ventilador, um número relativamente alto tendo em vista que a região sul é conhecida pela baixa temperatura em boa parte do ano. A maioria possui frigobar (74,38%), televisão (67,49%) e telefone (57,85%). E quase 80% oferece diária com café da manhã.

Para a pesquisa primária foram contatados por e-mail e/ou por telefone 458 empreendimentos. Deste total, 87 empreendimentos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha responderam a pesquisa, o que corresponde a 19% do total. Os municípios de Três Coroas (50%), Igrejinha (50%), São José dos Ausentes (37,5%), Nova Petrópolis (34,28%) e Taquara (33,33%) conseguiram atingir amostras acima dos 30% estabelecidos inicialmente.

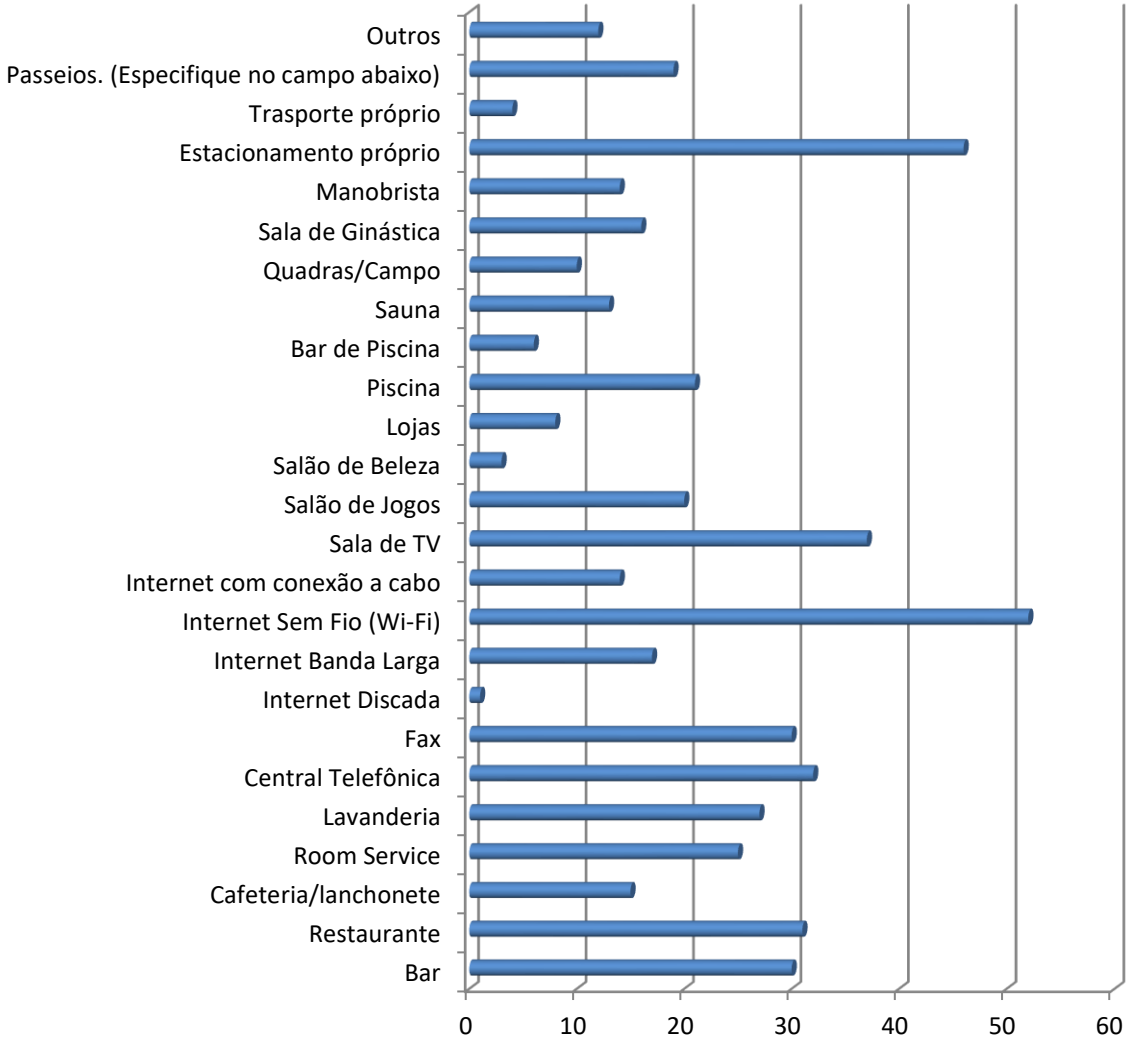
Viamão (28,57%) e São Francisco de Paula (27,58%) atingiram um bom índice de amostra. Cambará do Sul, Gramado, Porto Alegre e Canela atingiram 20,58%, 18,88%, 11,40% e 11,29% respondeu à pesquisa. A análise da pesquisa é apresentada a seguir.

Resultados da Pesquisa com Serviços e Equipamentos de Meios de Hospedagem do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha

Dos serviços e equipamentos de hospedagem que responderam à pesquisa, 35,63% são hotéis e 47,12% são pousadas, a maioria possui registro no órgão oficial de turismo (83,9%) e trabalha com a diária com café da manhã (85%), seguido de sem café da manhã (10,34%) e de pensão completa (6,89%). É importante colocar que os empreendimentos podiam escolher mais de uma opção de resposta. Fazendo uma comparação com os dados obtidos por meio da planilha fornecida pela SETUR/RS o percentual de meios de hospedagem que oferecem diária com café da manhã é bem próximo do encontrado anteriormente (que foi de quase 80%).

Quanto à infraestrutura e serviços oferecidos, os mais citados foram: internet sem fio (87%), estacionamento (77%) e sala de TV (68%). Muitos empreendimentos também oferecem ao hóspede algum tipo de serviço ligado a alimentação: restaurante (45%), bar (40%), *room service* (38%), cafeteria/lanchonete (18%). Cerca de 24% dos empreendimentos citaram ofertar passeios dentre os quais se destacam passeios a cavalo, trilhas e visitas a cachoeiras.

GRÁFICO 9 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS NO MEIO DE HOSPEDAGEM



Fonte: ITEC,2014.

Com relação às adaptações e facilidades para pessoas portadoras com deficiência a maioria dos empreendimentos disse não possuir (58,62%), mas o número foi relativamente equilibrado, 41,38% citaram que possuem algum tipo de adaptação. As principais adaptações citadas foram a existência de rampas de acesso, UH adaptadas para cadeirantes e banheiros adaptados. Apenas um hotel citou um monitor em libras. Quase a totalidade das adaptações citadas tem seu foco em deficiência física ou de dificuldade de mobilidade. Neste sentido, seria importante o planejamento de ações voltadas ao atendimento a outros tipos de deficiências como cardápios em braile, treinamento de funcionários em libras, principalmente nos empreendimentos que possuam espaços para eventos. No caso específico das UH o quase o mesmo percentual (42,52%) disseram que possuem UH adaptadas. É importante observar que um dos meios de hospedagem respondeu não ter adaptações e facilidades para pessoas com deficiência e disse ter UH com adaptações.

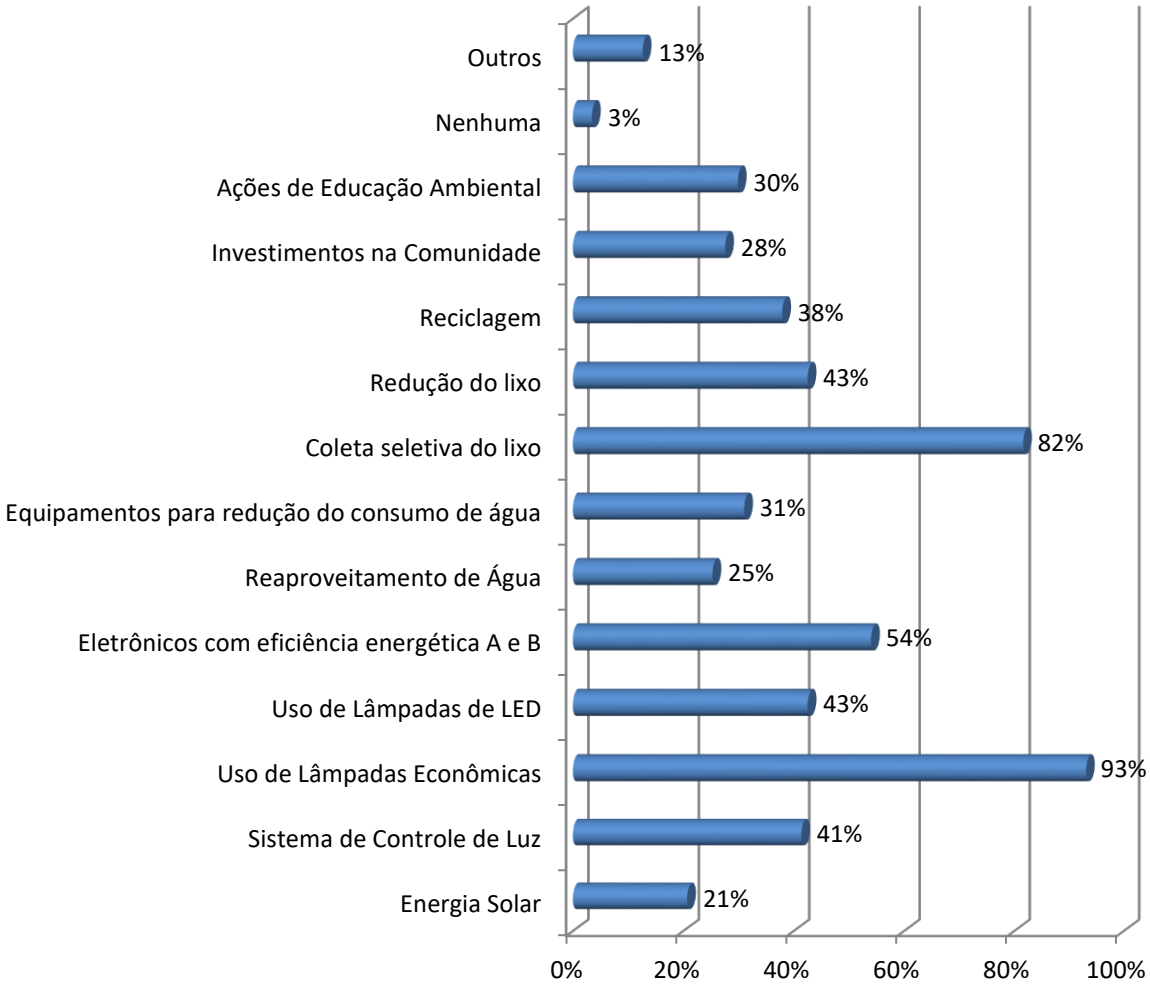
Ao todo são ofertadas 3742 UHs. Três meios de hospedagem não informaram o número de leitos. O quantitativo de UH, retirando-se os 3 empreendimentos que não responderam foi de 3692 e de 8491 leitos nos meios de hospedagem pesquisados. Perfazendo então, uma média de 2,3 leitos por UH. Do total de UHs, a maioria é de apartamentos (75,46%).

Dos equipamentos oferecidos nas UHs, os mais citados foram: TV em cores (87,36%), frigobar (79,31%), ar condicionado (60,92%), telefone (58,62%) e chuveiro com aquecimento a gás (57,47%).

Com relação a adoção de medidas sustentáveis, apenas três empreendimentos (3%) disseram não possuir pelo menos um tipo, sendo que o mais citado foi o uso de lâmpadas econômicas (93%) seguido da coleta seletiva do lixo (82%) e eletrônicos com eficiência energética A e B (54%). Dois dos três tipos de medidas está relacionado a mecanismos que permitem uma redução do consumo de energia. Para qualquer empreendimento hoteleiro, o gasto com energia é uma parcela significativa dos custos mensais, o que explica que boa parte dos empreendimentos invistam em medidas que reduzam este custo operacional.

Quanto a coleta seletiva, a tendência é que ela seja adotada amplamente pelos estabelecimentos hoteleiros a partir de 2014 devido aos prazos que os próprios municípios possuem para se adaptar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010. Essa Lei exige das empresas a destinação correta para os seus resíduos e também a implementação da coleta seletiva nos municípios, e a partir de 2014 todos os municípios precisam ter aterro sanitário e o lixo reciclável não deve ir mais para os aterros.

GRÁFICO 10 – ADOÇÃO DE MEDIDAS SUSTENTÁVEIS



Fonte: ITEC,2014.

Do total, 83,9% dos meios de hospedagem possuem registro no órgão oficial de turismo e a maioria disse não pertencer a cadeia hoteleira (74,71%). As cadeias hoteleiras citadas foram Accor, Atlantica *Hotels, Laghetto* Hotéis, Rede Plaza de Hotéis, BHG e GJP Hotels & Resorts.

A próxima pergunta foi sobre a nova classificação para meios de hospedagem do Ministério do Turismo, o SB Class (Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem), que segundo o site do Mtur,

> [...] é um instrumento de divulgação de informações claras e objetivas sobre os meios de hospedagem, sendo um importante mecanismo de comunicação com o mercado. Possibilita a concorrência justa entre os meios de hospedagem do país e auxilia turistas, brasileiros e estrangeiros, em suas escolhas.
>
> O Sistema Brasileiro de Classificação estabeleceu sete tipos de Meios de Hospedagem, apara atender a diversidade da oferta hoteleira nacional (Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel

> Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel) e utiliza a consagrada simbologia de estrelas para diferenciar as categorias.(BRASIL, 2014)

No total, 5 empreendimentos (5,7%) disseram possuir a classificação SB Class, no entanto, segundo o site do Mtur que disponibiliza informações sobre os meios de hospedagem classificados pelo SB Class, apenas dois empreendimentos no Rio Grande do Sul possuem essa classificação (BRASIL, 2014). Ao comparar os dados, verificou-se que apenas um empreendimento que possui a classificação respondeu a pesquisa.

O objetivo desta pergunta era justamente verificar se os estabelecimentos hoteleiros conhecem a nova classificação ou se o percentual dos que não conhecem é elevado. A maioria disse que não possui a classificação (66,6%), seguido de quase 23% que diz não conhecer a nova classificação e apenas 4,59% disseram que estão em fase de implementação. Neste sentido, recomenda-se que o governo do estado reforce e faça uma divulgação maior do novo SB Class. Qualquer certificação ou selo de qualidade só terá sucesso se os usuários conhecerem e reconhecerem a sua marca. O número de gestores de empreendimentos de meios de hospedagem que não conhece a nova classificação foi significativo, o que mostra que a divulgação do selo entre os empreendedores precisa ser melhorada.

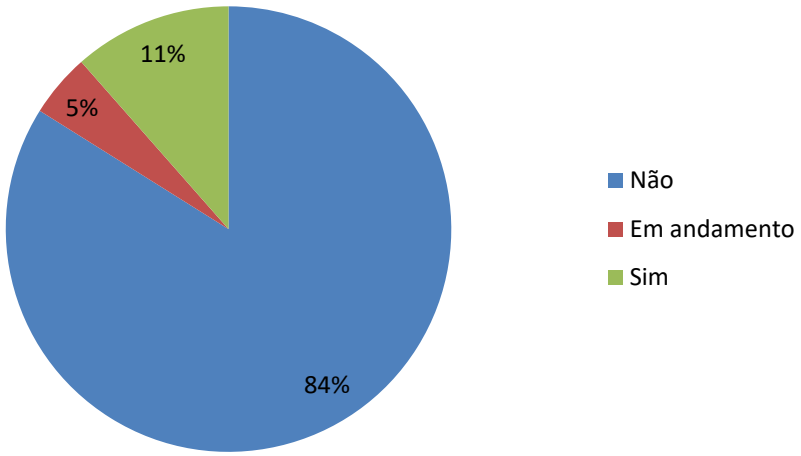
Para os disseram que não possuir a classificação SB Class, foi indagada a intenção em de aderir e a maioria não pretende fazê-lo (45,97%), seguido daqueles que pretendem fazê-lo (36,78%) e 17,2% não respondeu.

Quanto ao tipo de classificação ou categoria que utilizam, algumas citadas foram: *hostel*, Hotel Lazer, Pousada de Charme, Pousada Rural, Albergue, 4 estrelas, 3 estrelas executivo, 3 estrelas, superior/luxo, categoria superior, dentre outros. É importante salientar que muitos confundiram e citaram o tipo de estabelecimento e não o tipo de classificação utilizada.

A maioria dos estabelecimentos pesquisados não possui registro em nenhuma entidade (55,17%). Dentre os que possuem (44,82%), as mais citadas foram: ABIH, EMBRATUR, Ministério do Turismo e Secretaria de Turismo Municipal, Convetion Bureau, Sindicatos, dentre outras.

Quando questionados se possuem algum tipo de certificação de qualidade ou de qualidade ambiental, a maioria disse não possuir (83,9)%. Dos que possuem (11,5%) ou os que estão em fase de implementação (4,6%) foram citadas as seguintes certificações: *Booking* e *Tripadvisor*, ISO 14001 (gestão ambiental), NBR 15401 (certificação de sustentabilidade nos meios de hospedagem), *Leave no Trace*, Neutralização de Carborno, Pacto Global, *Caring for Climate*, Roteiros de Charme, Certificação HACCP (segurança alimentar), Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP).

GRÁFICO 11: CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE E QUALIDADE AMBIENTAL.



Fonte: ITEC,2014.

É também majoritário o número de estabelecimentos que não pretendem aderir a uma certificação nos próximos 2 anos (59,7%). A justificativa mais citada é possuir outras prioridades (27,58%), seguido de alto custo de implantação (19,54%) e dos que não tem interesse (9,1%), os outros 3,5% informaram não saber como ou precisar de mais informação sobre o assunto.

Um dos principais objetivos de uma empresa ao certificar-se é tornar-se mais competitiva, visto que a certificação tanto de qualidade como de qualidade ambiental contribui para a imagem da empresa, para a percepção do turista de estar adquirindo um produto confiável e que ele provavelmente sairá satisfeito com a prestação do serviço ofertado. A certificação ambiental contribui ainda para a redução dos custos de produção, melhora a gestão da empresa e a qualidade de seus produtos e serviços, com isso, a empresa ganha a atenção do consumidor que cada vez mais está ligado na importância da sustentabilidade do empreendimento.

Para o consumidor o selo é a garantia de que ele está consumindo um produto ou serviço de excelência nos serviços prestados e que realmente respeita o meio ambiente na execução de seus processos, respeita os seus funcionários, a comunidade onde está inserido. Na hotelaria e no próprio turismo essa garantia é de extrema importância, uma vez que o mercado oferece diversos produtos que se dizem ecológicos ou ecoturísticos quando na verdade não o são.

Assim, quanto mais conhecida é a certificação no local em que o empreendimento está implantado, melhor. No setor hoteleiro e no turismo, a escolha por um selo que seja internacionalmente conhecido se faz importante para que o turista estrangeiro reconheça e saiba o valor do selo certificador e até pague mais por este serviço.

A maioria diz possuir cursos de capacitação/qualificação na área (56%), alguns cursos citados foram: condutor de visitantes, gestão hoteleira, atendimento ao cliente, espanhol, recepcionista, camareira, Empretec e outros cursos do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), bem receber copa, MBA em Gestão Sustentável, bacharelado em turismo, dentre outros.

Pelo que se pode perceber com a pesquisa, de forma geral os empreendedores e gestores buscam qualificação, visto que a maioria absoluta possui diversos cursos e possuem no mínimo o ensino médio completo.

Dos hotéis pesquisados, 53% possuem plano de marketing próprio e 10% está em fase de elaboração. É um número bastante significativo. O plano de marketing é de extrema importância pois ajuda o empreendimento a direcionar e aperfeiçoar o seu produto com foco no público-alvo a ser atingido. No turismo uma das estratégias de marketing mais utilizadas é a segmentação do mercado turístico, que normalmente é feita com base em fatores demográficos, psicográficos, comportamentais ou geográficos. “A segmentação deve considerar as diversas combinações possíveis entre estes fatores, para encontrar o público-alvo de maior potencial de consumo ou de maior rentabilidade para o destino e para os produtos oferecidos em sua localidade” (BRASIL, 2010, p.72).

No CT Porto Alegre-Serra Gaúcha os segmentos turísticos mais importantes são o de turismo de negócios e eventos, ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e turismo cultural. Muitos empreendimentos hoteleiros pesquisados possuem o seu segmento de mercado turístico trabalhado bem definido, mesmo que muitas vezes não possua um plano de marketing formalmente escrito. Isso pode ser percebido no *site* dos empreendimentos, em que muitos deles têm o apelo com foco específico em alguns segmentos turístico como ecoturismo, turismo de negócios e eventos e turismo rural, principalmente.

No que diz respeito à divulgação do empreendimento, a maioria utiliza a *internet* como principal forma de divulgação, em anúncios em *sites* (79%) ou nas redes sociais (78%). A *internet* é uma forma de divulgação bastante eficaz e com um custo bastante baixo, o que explica a adesão da maioria dos empreendimentos a formas de divulgação na rede.

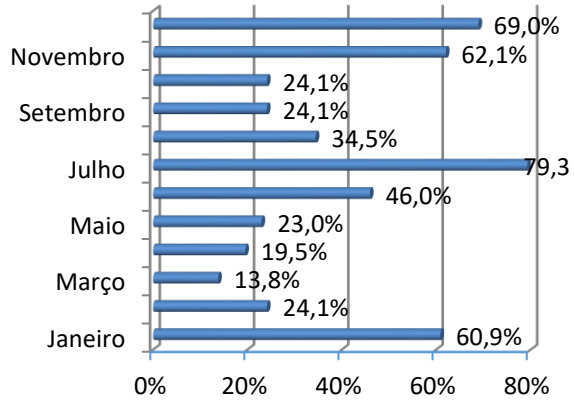
Qualquer empresa hoje precisa se fazer presente no ambiente virtual, abrir canais de comunicação com seus clientes. Segundo Kolter; Kartajaya; Setiawan (2010) os profissionais de marketing e empresas já não tem total controle sobre suas marcas, os consumidores cada vez mais colaboram por meio da cocriação de produtos e serviços.

O ambiente virtual propicia ao turista, conhecer os locais que irá visitar, ver fotos dos empreendimentos que irá se hospedar, os serviços oferecidos, conectar-se com outros internautas e verificar opiniões e avaliações sobre os lugares que irá visitar e decidir com base nisto a sua compra. Talvez essa seja um dos motivos dos sites de reservas estarem entre as parcerias mais citadas pelos empreendimentos hoteleiros do CT Porto Alegre- Serra Gaúcha.

O valor médio das diárias praticado no Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha é de R$212,56. Neste cálculo foram considerados 78 dos 87 empreendimentos pesquisados pois nem todos informaram a diária média. Os valores citados variam de R$25,00 a R$1.200,00 a diária em um meio de hospedagem, para estes dados foram considerados todos os meios de hospedagem. A taxa média de ocupação anual é de 51,37%. Neste cálculo foram consideradas 76 empreendimentos, pois nem todos preencheram este campo. O faturamento médio mensal dos empreendimentos de hospedagem é de mais de R$208.573,17, foram considerados 41 empreendimentos dos 87 pesquisados.

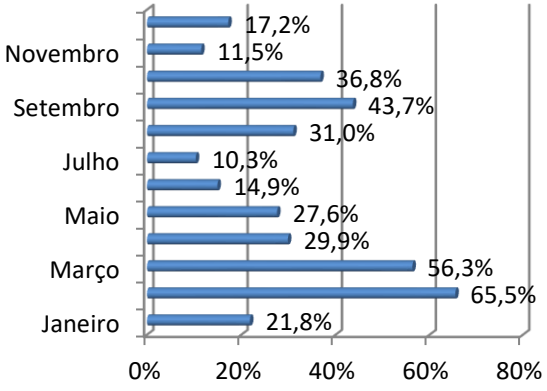
O período de maior movimentação é de julho, dezembro, novembro e janeiro; e os meses de menor movimento são fevereiro e março.

GRÁFICO 12 – MESES DE MAIOR MOVIMENTO



Fonte: ITEC,2014.

GRÁFICO 13 – MESES DE MENOR MOVIMENTO



Fonte: ITEC,2014.

Quanto aos investimentos realizados nos estabelecimentos nos últimos cinco anos foram citadas, principalmente, reformas gerais, ampliações, modernizações e compra de equipamentos. E quanto à previsão de investimentos, reformas e ampliações também tiveram grande número de citações.

Quando perguntado se possui um orçamento específico para treinamento/qualificação dos funcionários, a maioria coloca que não (71,2%). Esse dado é preocupante, uma vez que o produto turístico é uma prestação de serviço e como tal, é intangível, o turista leva consigo a impressão daquilo que vivenciou no local. Neste sentido, a qualidade do atendimento é um ponto importante a ser trabalhado nos empreendimentos.

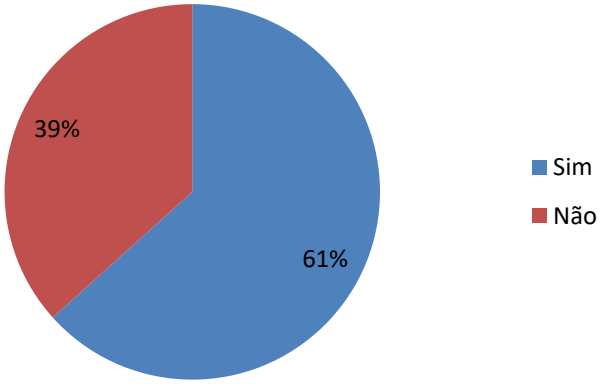
Ao todo são 1741 empregados fixos, uma média de 20 empregados por meio de hospedagem. Quanto a empregados temporários, cerca de 40 empreendimentos os contratam, não foi possível definir um período específico, foi citado: meses de maior ocupação, em evento, dentre outros.

Quanto a terceirização de serviços, 63% dizem utilizar, sendo que os mais citados foram: lavanderia, manutenção, garçom, jardinagem, alimentação e passeios.

O tempo médio de permanência dos empregados nos estabelecimentos é de 1 a 3 anos, em 55% dos casos.

Quanto ao treinamento da mão-de-obra, 61% proporcionam, sendo que os tipos de treinamento mais citados foram: treinamentos operacionais, atendimento ao cliente/turista e 39% acha que esse tipo de ação não é necessária para o turismo.

GRÁFICO 14: PROPORCIONA TREINAMENTO



Fonte: ITEC,2014.

Dos meios de hospedagem analisados, a maioria não possui espaço para eventos (56,3%), mas o número é bastante equilibrado como pode ser observado no Gráfico 32. Dos que possuem (37 empreendimentos), apenas 19 responderam qual era sua área total de espaço para eventos. Somando um total de 43.111 m2 de área para eventos, sendo um dos meios de hospedagem responsável por mais da metade deste total com 30.700m2. Comparando com os dados gerais da planilha de meios de hospedagem da SETUR/RS que indicava que 26,72% dos meios de hospedagem do CT possuíam espaço para eventos, percebe-se que o perfil dos meios de hospedagem que respondeu a pesquisa primária é mais da metade composto por empreendimentos com espaço para negócios e eventos, mesmo que de pequeno porte.

Dos 37 meios de hospedagem que disseram possuir espaço para eventos, 32 disseram possuir estacionamento próprio para carro (86%), 27 possuem restaurante ou lanchonete (73%), 19 possuem equipamentos de som, imagem e tecnológicos (57%).

Quando perguntados se o espaço de eventos possui acessibilidade às pessoas com deficiência, a maioria respondeu que não (54%). O número foi relativamente equilibrado o que mostra que os estabelecimentos hoteleiros que recebem eventos percebem a importância de possuir adaptações, sendo as mais citadas: rampas e banheiros adaptados. Nenhum empreendimento citou adaptações, serviços ou equipamentos para auxiliar deficientes visuais ou auditivos.

Quanto ao perfil do cliente do espaço de eventos, a maioria é composta por turistas (37,83%) seguidos de pessoas de municípios vizinhos (29,72%), apenas 8,1% seria composto por pessoas que residem no próprio município.

A permanência média do turista que visita a região do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha foi de 2,6 dias, apenas 5 empreendimentos não responderam a esse questionamento. Os estados de origem dos turistas que mais utilizam os meios de hospedagem são o próprio Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e alguns citaram a região nordeste. A maioria dos entrevistados acredita que o nível de satisfação do turista sobre o destino é alto (74%), seguido de médio (20%).

Como principal aspecto motivador da viagem, os participantes apontaram em primeiro o Lazer (83%) e depois negócios e eventos (38%).

A pesquisa da demanda turística internacional 2006/2012 do Ministério do Turismo, traz que o perfil do portão de entrada Porto Alegre é principalmente negócio e eventos (40,3%) e lazer (14,1%). Tendo em vista que esta pesquisa realizada junto aos meios de hospedagem foi realizada em outros municípios da Serra Gaúcha que tem maior foco no turismo de lazer, era de se esperar que o lazer fosse um dos principais motivadores.

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE AGENCIAMENTO

Segundo site do CADASTUR consultado em maio de 2014, o Rio Grande do Sul possuía 1148 agências de turismo cadastradas.

O Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha possui 476 agências de turismo segundo o site do CADASTUR do Ministério do Turismo. Dentre os municípios estudados destacam-se Porto Alegre (81%) e Gramado (8,4) no quantitativo de agências de turismo. A região de Campos de Cima da Serra é a mais carente no que tange ao quantitativo de agências de turismo cadastradas, o município de São José dos Ausentes não possui agência de turismo cadastrada.

TABELA 38: QUANTIDADE DE AGÊNCIAS DE TURISMO.

REGIÃO	MUNICÍPIO	AGÊNCIAS DE TURISMO
Porto Alegre e Delta do Jacuí	Porto Alegre	386
	Viamão	7
	Gravataí	5
Hortênsias	Gramado	40
	Canela	10
	Nova Petrópolis	6
	São Francisco de Paula	1
Vale do Paranhana	Taquara	7
	Igrejinha	3
	Três Coroas	7
Campos de Cima da Serra	Cambará do Sul	4

REGIÃO	MUNICÍPIO	AGÊNCIAS DE TURISMO
	São José dos Ausentes	-

Fonte: CADASTUR (2014)
Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Ministério do Turismo (MTUR) em 2010, no entanto, coloca que haviam 676 agências de viagem em Porto Alegre de acordo com dados da RAIS/TEM(2008) e PAS/IBGE (2007).

Abaixo são apresentados os resultados da pesquisa primária com os equipamentos e serviços turísticos de agenciamento.

Resultados da Pesquisa com Serviços e Equipamentos de Agenciamento do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha

A análise dos serviços e equipamentos de agenciamento abrange as respostas de 40 empreendimentos na região do corredor Porto Alegre-Serra Gaúcha. Este total equivale a 13,79% do total de serviços e equipamentos de agenciamento para os quais a pesquisa foi enviada, um total de 290 empreendimentos, entre associados da ABAV-RS e alguns dos empreendimentos cadastrados no CADASTUR.

Os municípios de Três Coroas (66,6%), São Francisco de Paula (100%) e Nova Petrópolis (33,3%) atingiram um nível de respondentes acima de 30% do total para os empreendimentos de agenciamento. Igrejinha (25%), Gramado (25,71%), Cambará do Sul (20%), Viamão (20%) tiveram índices de respostas acima dos 20%. Canela (19,4%), e Porto Alegre (8,37%) tiveram índices entre 19,5% e 8%. Nos municípios de Taquara e Gravataí nenhuma agência respondeu ao questionário. Não haviam na pesquisa contatos de agências no município de São José dos Ausentes.

Dos estabelecimentos pesquisados, 65% são agências de viagem e turismo/operadoras e 30% são agências de viagem;

A maior parte das agências pesquisadas (80%) atua no turismo emissivo. Do total de agências pesquisadas (40 agências) 60% afirmaram atuar no turismo emissivo tanto em âmbito nacional como internacional e 18% atua apenas em âmbito nacional, 3% trabalha apenas com emissivo internacional exclusivamente.

Um percentual alto de agências pesquisadas trabalha com turismo receptivo, 63% atua também no turismo receptivo.

É importante lembrar que este é o perfil das agências respondentes da pesquisa, as cidades de Porto Alegre, Gramado e Canela juntas tiveram 29 empreendimentos respondentes e as outras respostas foram dos outros municípios do CT estudado com 11 respondentes, localizados nas cidades menores.

O perfil das agências de turismo localizadas nas cidades maiores (Porto Alegre, Gramado e Canela) foi equilibrado quanto a atuação no turismo receptivo, das 29 pesquisadas, 12 não atuam no turismo receptivo (41,37%) e 17 atuam (58,62%).

Já nas outras cidades do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha que responderam a pesquisa (Viamão, Três Coroas, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Nova

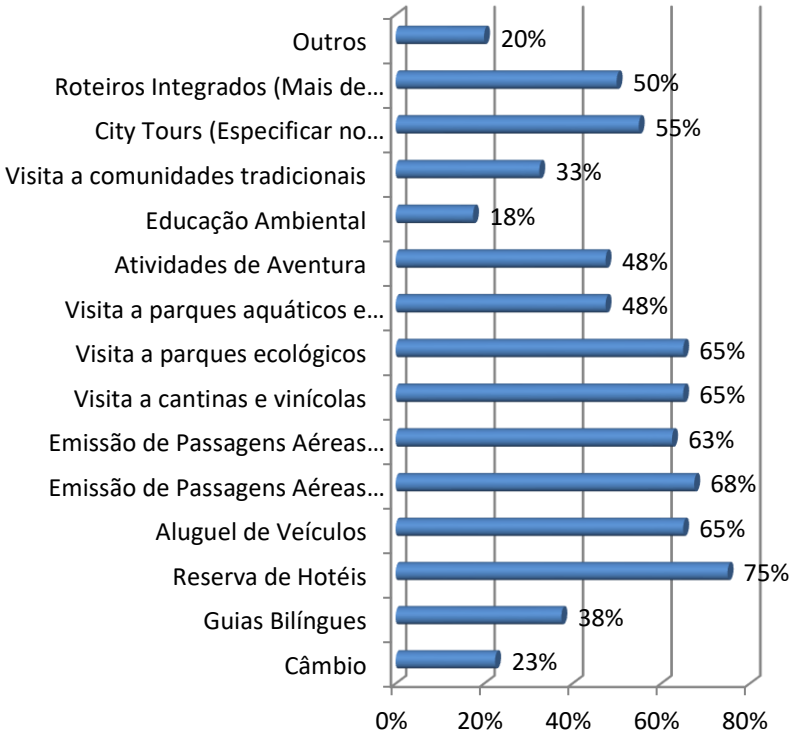
Petrópolis) há uma maior atuação das agências com o turismo receptivo. Das 11 respondentes, 8 trabalham com o turismo receptivo (72,72%).

Com relação ao percentual de venda nos dois tipos de operação, 22 empreendimentos responderam à questão sobre o percentual de vendas no turismo emissivo. Destes, 8 possuem um percentual de vendas entre 1 e 25%, 11 entre 76 e 100% e 3 entre 51 e 75%. Dos 17 empreendimentos que responderam trabalhar com turismo receptivo, 10 possuem um percentual de vendas entre 76 e 100%; 5 entre 26 e 50% e 2 entre 1 e 25%.

Quanto aos serviços oferecidos, os que obtiveram mais respostas foram: reserva em hotéis (75%) e emissão de passagens nacionais (68%), visitas a parques ecológicos, visita a cantinas e vinícolas e aluguel de carros (65%) empatados em terceiro lugar como mais oferecidos. Destacam-se na lista de serviços oferecidos os de receptivo como a de visitas a parques ecológicos e a cantina e vinícolas, *city tours* (55%), roteiros integrados (50%), atividades de aventura (48%), visita a parques aquáticos e hidrominerais (48%).

Entre os roteiros integrados citados destacam-se os que envolvem a região da Serra Gaúcha e os City Tours em Porto Alegre, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula. Alguns dos citados foram: Região das Hortênsias, Vale dos Vinhedos, Rota do Couro e do Calçado, Roteiro Alemães do Sul, Região da Uva e do Vinho, Roteiros personalizados para Gramado e Canela, roteiros de aventura na Serra Gaúcha, Vale das Experiências, dentre outros.

GRÁFICO 15: SERVIÇOS OFERECIDOS NAS AGÊNCIAS.



Fonte: ITEC,2014.

A maioria das agências participantes da pesquisa não possuem adaptações para pessoas com deficiência (77,5%). Dos que possuem, as adaptações mais citadas foram: banheiro, rampas de acesso.

Com relação à adoção de medidas sustentáveis, as mais citadas, assim como ocorreu com os empreendimentos de meios de hospedagem, foram ações votadas para redução do uso de energia e destinação correta dos resíduos sólidos. O uso de lâmpadas econômicas (80%), coleta seletivo do lixo (78%), redução do lixo (68%) foram as mais citadas, seguidas pela adoção de eletrônicos com eficiência energética A e B com 60% e da reciclagem com 48%.

Dos serviços e equipamentos pesquisados apenas um não possui registro no órgão oficial de turismo e 60% possuem em alguma entidade. As entidades mais citadas foram ABETA, ABAV, ASTECA, *Convention & Visitors Bureau*; 35% estão em funcionamento há mais de 10 anos seguido das que funcionam de 6 a 10 anos (50%); e 38% funcionam em imóvel próprio e 50% com imóvel alugado.

A maioria não possui sistema de certificação (90%). Nenhum empreendimento afirmou ter, mas 10% disse estar em fase de implementação. Dos que responderam em fase de implementação, os citados foram NBR 15331 (Gestão de Segurança em Turismo de Aventura); SGS – Sistema de Gestão da Segurança (não certificado, mas implantado), programa de qualidade e certificação da ABEOC.

Dos empreendimentos que não possuem certificações (36 empreendimentos), 75% afirmou que não pretende implementar nos próximos dois anos. A maioria afirmou que possui outras prioridades (33,3%), 22,22% não tem interesse ,11,11% não o faz pelo alto custo de implantação e 5,55% por outros motivos.

Os que têm interesse (22,2%) na implementação de um sistema de certificação, citaram as seguintes: Sistema de Gestão da Segurança, ISO (não disse qual) e Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP).

Ao visitar os sites das agências pesquisadas, pôde-se perceber que ao menos 6 agências têm seu foco no ecoturismo ou no turismo de aventura. Isso explica a preocupação de algumas delas com a segurança do turista e a busca por certificações específicas, com foco no turismo de aventura.

Os empresários, em sua maioria, buscam se qualificar para o mercado. Além da maioria possuir no mínimo o nível médio completo, 62,5% afirmam ter cursos de qualificação/capacitação na área. Foram citados diversos cursos, muitos dos quais com foco na área ambiental e de turismo de aventura e outros na área de gestão, alguns citados foram: guia especializado em atrativo natural, condutor de visitantes, guia nacional e internacional, Sistema de Gestão da Segurança, Instrutor de turismo de aventura, agente de viagem e emissão de passagem aérea, primeiros socorros em ambiente natural ou áreas remotas, gestão, negócios, marketing, comunicação, além de um empresário ter citado mestrado em turismo.

Com relação ao plano de marketing, o resultado foi bastante positivo, uma vez que 47,5% diz possuir plano de marketing e 27,5% que está em fase de elaboração. A maioria das agências afirma possuir parcerias no trade turístico do CT Porto alegre –

Serra Gaúcha (65%). As mais citadas foram Transportadoras, outras agências e hotéis.

No que diz respeito à divulgação do empreendimento, a maioria faz uso da internet como meio de divulgação, sendo 90% por meio de site da internet, 90% nas redes sociais, seguido de mala direta (53%). Neste questionamento era possível escolher mais de uma opção de divulgação. As agências de turismo estão cada vez mais presentes na internet e muitas utilizam esse espaço não só para divulgar, mas como meio de vendas diretas. Segundo estudo feito pela *comScore* em 2012, empresa líder em medições do mundo digital, "16,5 milhões de brasileiros visitaram sites de Turismo em julho de 2012, 18% a mais que no ano anterior, mostrando que um número recorde de brasileiros recorre à web para planejar viagens e fazer reservas".

Neste sentido, a presença na web se faz cada vez mais obrigatória no turismo, principalmente para o mercado das agências de turismo. Das empresas estudadas, apenas uma não citou ter sido próprio. O site das agências hoje passou a ser um canal direto com o cliente para vendas e contato. É importante que essas agências invistam cada vez mais na elaboração de sites bem construídos e que estejam presentes também em outros meios de divulgação na *web*.

Assim, é importante que as agências do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha continuem a investir e utilizar canais de divulgação e de distribuição via web, já que esta é uma forte tendência do mercado turístico das agências de turismo.

São utilizadas como formas de promoção pacotes especiais (78%) e tarifas diferenciadas (58%) majoritariamente. Era possível citar mais de um tipo de promoção nesta pergunta.

A maioria dos empreendimentos registram o grau de satisfação do cliente por meio de pesquisa direta (70%), 25% não registra o grau de satisfação e 5% citou outros. Com a forte concorrência do mercado de agências de turismo, hoje é cada vez mais importante a realização do pós-venda. Neste sentido, as empresas respondentes percebem, em sua maioria, a importância de medir o grau de satisfação do cliente. Isso é especialmente importante para as agências de turismo, que firmam parcerias com diversos hotéis e outros prestadores de serviço e que precisam do *feedback* de seus clientes para poder indicar os melhores produtos e serviços turísticos do mercado.

Ao serem perguntados sobre o principal produto comercializado de turismo receptivo, as agências citaram os seguintes produtos turísticos: passagens aéreas, gastronomia, passeio panorâmico de jardineira, pacote clássico, Serra Gaúcha, congressos e feiras, intercâmbio, *city tour* em Gramado, caminhada e passeio na natureza, *rafting*, transporte em eventos, Nova Petrópolis – Serra Gaúcha, congressos e feiras, turismo de aventura (arvorismo, tirolesa, rapel e escalada), passeios de quadriciclo, traslado e guia para Cânions Itambezinho e Fortaleza, transporte executivo. O Valor Médio do principal produto comercializado de receptivo foi de R$ 285,66, com variações de preço entre R$ 14,00 e R$1500,00. Neste cálculo foram consideradas 21 agências que responderam com valores médios de preços maiores do que R$ 1,00.

O volume médio anual de cliente citado foi de 8464,72 clientes/ano. Neste cálculo foram consideradas 22 agências que responderam com número de clientes maior do que um. O volume médio citado variou de 2 a 50.000 clientes/ano.

Observa-se que a procura por agências no CT Porto Alegre – Serra Gaúcha é mais acentuada nos meses de férias escolares, com pico de maior procura em novembro, dezembro, julho e menor procura em fevereiro, março e janeiro.

Com relação aos investimentos realizados nas agências nos últimos 5 anos os mais citados: compra e reforma de equipamentos, reformas em geral, compra de veículos e barcos e marketing. Apenas 12 agências citaram valores em reais para os investimentos feitos nos últimos 5 anos. Os investimentos variaram de R$7.000,00 a R$2.800.000,00.

Quanto a previsões de investimentos, os mais citados foram: aquisição de veículos, compra de terreno e construção de sede própria, equipes, equipamentos e publicidade, restaurante na propriedade, um dos respondentes disse não ter mais interesse em investir por não ter retorno esperado. No município de Três Coroas, em que 4 empresas participaram da pesquisa, há um perfil diferenciado das agências, que em sua maioria trabalham com o receptivo de turismo de aventura. Duas delas trabalham junto ao Parque das Laranjeiras, um local onde são sediadas diversas atividades e competições de aventura (*rafting*, canoagem e *montain bike*) e a outra possui um parque temático próprio também com foco no turismo de aventura, o Brasil Raft Park.

Apenas 5 respondentes colocaram valores em reais para os investimentos previstos. A média dos investimentos previstos é de R$324.760,00 por agência.

O faturamento médio mensal das agências é de R$354.153,12. Apenas 16 empresas informaram o faturamento médio mensal. Foram descartados na análise os que não responderam e os que responderam 1 real. Duas agências disseram ter faturamento acima de R$ 2,5 milhões mensais, sem essas duas agências a média de faturamento cairia para R$ 34.032,14.

Quando perguntados se possuem orçamento anual específico para treinamento/qualificação dos funcionários, 90% das agências respondeu que não possui. Essa situação é bastante preocupante, em especial no mercado das agências de turismo, onde o perfil do agente de viagens vem mudando. Com o advento da internet, muitos turistas já não procuram tanto as agências como antes, pois buscam as informações na própria internet e em guias de viagem e turismo. O perfil do futuro agente de viagens é, cada vez mais, de um consultor de viagens e para formar um bom consultor é preciso investir na sua qualificação.

Além disso, tendo como base o perfil das agências respondentes da pesquisa, que em sua maioria realizam serviços ligados ao turismo receptivo, é muito importante um maior incentivo na qualificação dos funcionários.

O objetivo dessa parte do questionário é verificar alguns importantes aspectos da gestão do negócio. A primeira pergunta procura saber se o empreendimento possui algum sistema informatizado, 70 % dos respondentes disseram que sim e 30% não possuem. A grande maioria (57,5%) não possui Sistema de Acompanhamento de Despesas por Área.

Apesar de alguns dos empreendimentos atuarem em na área de ecoturismo e de turismo de aventura, nenhum deles possui um gerente específico para qualidade ou para qualidade ambiental.

Com relação a definição dos preços praticados, os parâmetros mais utilizados são a concorrência (85%) e as despesas (63%) na definição dos preços. Nesta pergunta era possível selecionar mais de uma opção de resposta.

A média de empregados fixos dos estabelecimentos de agenciamento é de 8,29 pessoas. Foram considerados nos cálculos da média os empreendimentos que haviam respondido com um número de empregados fixos maior do que 1. Foram considerados para o cálculo 31 empreendimentos.

Apenas 50% das agências responderam trabalhar com empregados temporários, uma média de 18,55 temporários por empresa, sendo que o principal período para contratação de temporários é janeiro e dezembro.

Quanto a utilização de serviços terceirizados, 75% afirmaram que os utilizam, alguns dos citados são: veículos e transporte terrestre, atividades de aventura, guias de turismo, restaurante, Operadores de rapel, tirolesa, *paintball* e *boiacross*.

O tempo médio de permanência dos empregados nos estabelecimentos é de 1 a 3 anos, em 45% dos casos, menos de 1 ano em 23%, de 4 a 6 anos de 18% e mais de 6 anos apenas em 15% dos casos. O que se pode perceber é que há uma alta rotatividade dos empregados das agências de turismo, que em 67,5% dos casos fica no máximo por 3 anos no emprego.

Seria recomendável levantar os principais motivos que levam a essa alta rotatividade nas empresas, uma vez que isso implica em gastos importantes na gestão empresarial. Não só do desligamento dos colaboradores, mas também de treinamento.

Quanto ao treinamento da mão-de-obra, apenas 40% proporciona apesar de 63% achar que esse tipo de ação é necessária para o turismo.

Os tipos de treinamento mais citados foram os ligados ao turismo de aventura: primeiros socorros e sistema de gestão da segurança, condutor de turismo de aventura e outros ligados a atividades específicas de aventura. Na área de gestão foram citados: comunicação e liderança, *coaching* em comunicação, vendas e inglês.

Dos que acham que é necessário realizar treinamentos no turismo, foi solicitado que indicassem o tipo de capacitação necessária na opinião do respondente. Foram citados alguns como: vendas, criação de roteiros, eventos, atendimento ao cliente, gastronomia e acessibilidade, línguas, atividade de condução de guias de natureza, outros não especificaram, mas disseram que qualquer qualificação é bem vinda.

GRÁFICO 16: PROPORCIONA TREINAMENTO

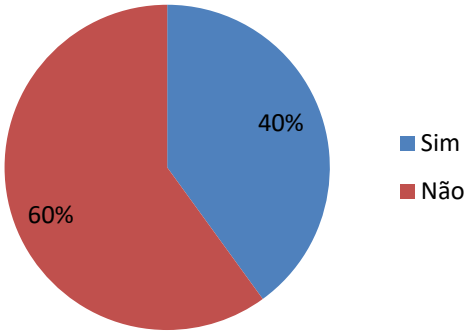
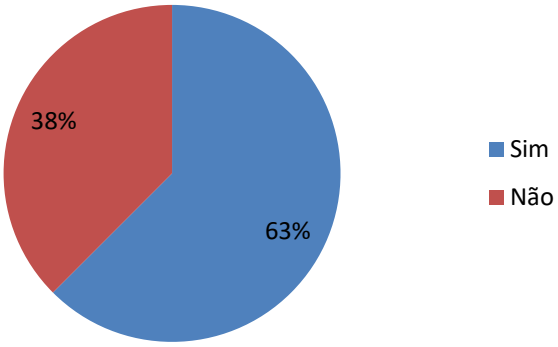


GRÁFICO 17: NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO



Fonte: ITEC,2014.

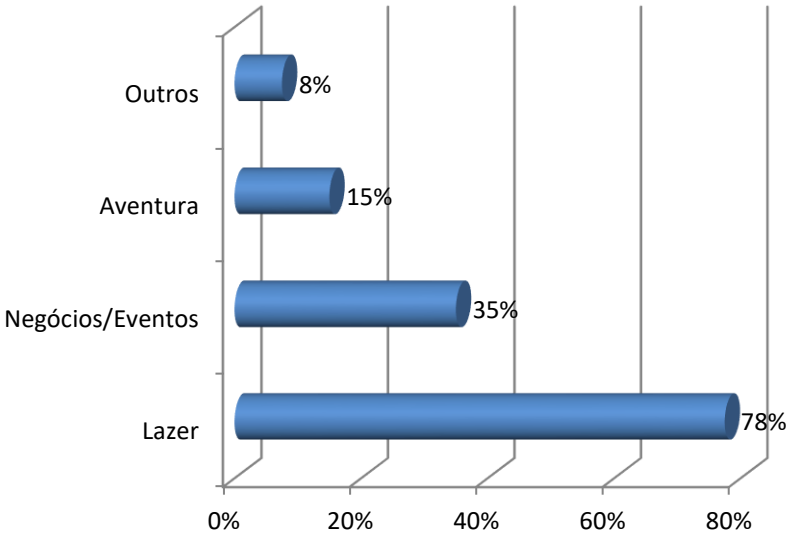
A permanência média do turista que compra com as agências de turismo respondentes varia de 1 a 20 dias, a média de dias para a região citada foi de 4,25 dias, 28 empreendimentos responderam a esse questionamento. Dentre os locais de origem dos turistas mais citados pelas agências estão: Porto Alegre, o Estado do Rio Grande do Sul, São Paulo e nacional/vários lugares. A maioria dos entrevistados acredita que o nível de satisfação do turista sobre o destino é alto (60%), seguido de médio (15%), os outros 20% não responderam e 5% diz não saber.

Como principal aspecto motivador da viagem, os participantes apontaram em primeiro o Lazer (78%) e depois negócios e eventos (35%) e aventura (15%).

Quanto à principal motivação, comparado com o perfil citado na pesquisa primária com os meios de hospedagem, a que obteve maior resposta foi o lazer, e por ter no perfil dos respondentes de agências alguns empreendimentos com foco no turismo de natureza e no turismo de aventura, a motivação Aventura teve uma representatividade maior.

Todos os itens propostos na avaliação do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha foram avaliados em sua maioria como bom pelos respondentes do questionário de agenciamento, com exceção dos serviços de transporte rodoviário cuja avaliação em sua maioria foi ruim (45%).

GRÁFICO 18: PRINCIPAL ASPECTO MOTIVADOR DA VIAGEM – AGÊNCIAS



Fonte: ITEC.

O perfil motivacional, em comparação com o perfil citado na pesquisa primária com os meios de hospedagem, repetiu o lazer como principal motivação, e por ter no perfil dos respondentes de agências alguns empreendimentos com foco no turismo de negócios e eventos, a motivação negócios/eventos teve uma representatividade maior, seguida de 15% de aventura.

Todos os itens propostos na avaliação do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha foram avaliados em sua maioria como bom pelos respondentes do questionário de agenciamento, nos serviços de transporte rodoviário a avaliação ruim foi significativa (30%).

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE GASTRONOMIA

Segundo site do CADASTUR consultado em maio de 2014, o Rio Grande do Sul possui 63 restaurantes, cafeterias e bares cadastrados. É importante lembrar, no entanto, que o cadastro é opcional para este tipo de empreendimento, o que explica o número bem abaixo da realidade local.

Estudo da FGV e MTUR, em 2010, coloca que havia 5941 restaurantes em Porto Alegre de acordo com dados da RAIS/TEM(2008) e PAS/IBGE (2007).

Segundo o site do Guia Quadro Rodas, destacam-se na gastronomia da capital Porto Alegre a região de Moinhos de Vento que concentra bares arrumados no entorno da “calçada da fama”, ao longo da Rua Padre Chagas, um importante atrativo turístico gastronômico da cidade. Na Cidade Baixa destacam-se os botecos. Ainda segundo o Guia, destacam-se o restaurante francês *Le Bateau Lvre*, como melhor restaurante da região sul do Brasil. Além do Floriano Spiess Cozinha do Autor, aberto em meado de 2013, que serve pratos da culinária internacional. Outros restaurantes citados são o Xavier 260, que serve culinária catalã; Quintal Orgânico, com a proposta de servir pratos com ingredientes orgânicos; e a culinária tailandesa do *Koh Pee Pee*.

A revista Veja Comer & Beber de Porto Alegre lista em seu site uma grande diversidade de equipamentos de gastronomia. Ao todo são 245 restaurantes, 139 bares e 205 estabelecimentos classificados como “comidinhas”, que engloba desde sorveterias, padarias e cafés até empórios gourmet, temakerias e cachorros-quente. O que mostra que a capital gaúcha possui muitas opções gastronômicas. Além disso, a capital gaúcha realiza alguns festivais gastronômicos que merecem destaque, como o *Restaurant Week*, no qual os estabelecimentos participantes ofertam por um preço único no horário de almoço e de jantar, entrada, prato principal e sobremesa. Outro festival de destaque é o Bar em Bar promovido pela ABRASEL.

Em Cambará do Sul o destaque são a mistura das culinárias italiana, alemã e gaúcha. A cidade possui muitas pizzarias, galeterias, mas o grande destaque são os cafés coloniais. Além disso, é considerada a “capital do mel”.

Segundo dados da RAIS (apud FGV/SETUR, 2014) Canela conta com 93 estabelecimentos de alimentação. Segundo material do Gramado e Canela *Convention & Visitors Bureau*, Gramado possui 151 restaurantes. Ambos se destacam por suas vinícolas como a vinícola Jolimont em Canela, que teve uma espumante Moscatel premiada com Medalha de Ouro em 2014 e a vinícola Ravanello em Gramado, que possui inclusive espaço para eventos.

Além disso, ambas as cidades se destacam por seus chocolates, onde é possível visitar diversas fábricas de chocolates dentre as quais destacam-se a Lugano, com visitações de segunda a sexta (8h30 às 11h30 – 13h30 às 17h30), essa fábrica possui uma loja temática; Florybal, abre diariamente (8h às 18h), também possui loja temática; Prawer, aberta de segunda a sexta (8h30 às 11h30 – 14h às 16h15); Planalto, com visitação de segunda a sexta (8h às 17h15); o destaque é dado para a Caracol, que tem uma proposta diferenciada pois criou o Reino do Chocolate um espaço temático com um passeio que trabalha desde o surgimento do chocolate até a sua produção, a entrada é R$10,00. A maioria das fábricas não cobra ingresso e oferece transporte gratuito do hotel até a fábrica para visitação.

Viamão tem como destaque a “Rota das Especiarias”, que segundo o Jornal do Comércio de 3 de fevereiro de 2014, oferece um roteiro com gastronomia campeira e açoriana, com atividades de turismo rural e visitas a adegas em empreendimentos produtores de cerveja artesanal, cogumelos e outras especiarias.

Outra rota que se destaca na região é a “Rota da Truta” que abrange os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dentre os quais estão os municípios de Cambará do Sul, Canela, Gramado e São José dos Ausentes. A rota trabalha com foco no turismo de pesca esportiva, mas também tem seu foco na gastronomia tendo como base a truta.

O município de Taquara se destaca pela gastronomia colonial, com seus pães, cucas, doces e massas. Em Nova Petrópolis o destaque é para a culinária ligada a cultura Alemã, a cidade conta com 40 estabelecimentos e 3420 lugares (Fundo de Turismo de Nova Petrópolis, 2014).

De forma geral o CT Porto Alegre Serra Gaúcha tem muitas opções gastronômicas interessantes, o tradicional churrasco, o chimarrão e pratos com influência da culinária europeia (principalmente italiana e alemã), o tradicional *fondue* e o café colonial são outros destaques da região.

Resultados da Pesquisa com Serviços e Equipamentos de Gastronomia do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha

A análise dos serviços e equipamentos de gastronomia abrange as respostas de 49 empreendimentos do segmento do corredor Porto Alegre-Serra Gaúcha. Este total equivale a 12,69% dos serviços e equipamentos de gastronomia que equivalia a 386 empreendimentos, entre associados da ABRASEL-RS e dados fornecidos pela SETUR-RS, órgãos municipais de turismo e o banco do CADASTUR.

Dos estabelecimentos pesquisados, 69% disseram funcionar como restaurante e 18 % outros tipos de estabelecimento, desses os citados foram: temakeria, churrascaria, restaurante e bar noturno, cervejaria, bistrô, hotel.

Quanto ao tipo de serviço oferecido, a maioria trabalha com serviço *a la carte* (65%) seguido de outros tipos de serviço (24%) e de *buffet* (20%). Observa-se que 8,16% oferecem mais de um serviço.

Com relação à capacidade do estabelecimento, 71% afirmaram possuir mais de 47 lugares.

Quanto à dimensão do estabelecimento, a média foi de 246,42m^2. Apenas 7 estabelecimentos não responderam a dimensão de seus estabelecimentos.

Dos pesquisados, 45% responderam possuir estacionamento próprio e 55% não possui. Dos que possuem estacionamento próprio, 35,1% possui estacionamento para carros e 16,2% possui também estacionamento para ônibus, lembrando que um mesmo estabelecimento poderia ter estacionamento para ambos.

Quanto a adaptação e facilidades disponíveis para Pessoas com Deficiência, 59% responderam possuir, sendo que os mais citados foram: rampas de acesso e adaptações nos banheiros.

Em adoção de medidas sustentáveis 88% responderam fazer a coleta seletiva do lixo, 71% faz uso de lâmpadas econômicas, 61% utiliza aparelhos com eficiência energética A e B, 57% faz uso de lâmpadas de LED, 33% reduz o seu lixo. O que chama atenção é que apenas 24% tem algum tipo de equipamento para redução do consumo de água, o que poderia ser melhorado já que a água deve ser utilizada em diversos processos em um estabelecimento de alimentação. Existem hoje diversos tipos de medidas para redução do consumo de água em estabelecimentos de alimentação. As medidas vão de captação de água da chuva para limpeza de pisos e uso nos sanitários dos banheiros, até o uso de arejadores nas torneiras, o site Ciclo Vivo em uma matéria sobre a reutilização de água nos restaurantes Mc Donald's cita que:

> Uma iniciativa que representa um grande potencial de economia é a implantação de arejadores nas torneiras dos restaurantes. Essa iniciativa já foi implantada em vários restaurantes da rede McDonald's no Brasil. Uma torneira aberta, sem arejador, pode liberar até 22 litros de água por minuto. Já outra, com o equipamento, libera entre dois e três litros. A redução de consumo, portanto, pode chegar a até 20 litros de água por minuto por cada torneira aberta.
>
> Outro projeto é o de captação e armazenamento da água da chuva, que depois é reutilizada nas partes interna e externa dos restaurantes. Internamente, a água, assim armazenada, é usada nas descargas de toaletes e na lavagem de pisos. Externamente, na limpeza e na rega dos jardins. A

> redução do consumo de água com esse sistema chega a 50% do total [...] (CICLO VIVO, 2011).

Isso mostra que os estabelecimentos de alimentação precisam investir cada vez mais em medidas de redução do consumo de água e energia, que são dois grandes custos do funcionamento deste tipo de estabelecimento.

Os imóveis que abrigam os estabelecimentos de gastronomia são alugados (67%) ou próprios (31%).

Quanto ao tempo de funcionamento do estabelecimento, 43% existem há mais de 10 anos; e 27% entre 6 a 10 anos.

Dos pesquisados, 45% responderam estar registrados no órgão oficial de turismo. Um número até elevado, apesar de não ser a maioria dos respondentes, tendo em vista que não há obrigatoriedade de registro no órgão oficial de turismo para os empreendimentos de alimentação. A maioria possui registro em alguma entidade (53%), sendo as mais citadas: ABRASEL e SindPOA.

Quanto a sistemas de certificação 18% disseram possuir, sendo que os citados foram: Programa Alimento Seguro – PAS e NBR 15635 – Boas Práticas e Controles Operacionais Essenciais para Serviços de Alimentação; 8% estão com a certificação em andamento, as mais citadas foram a mesma das que possuem certificação. O número dos que não possuem certificação é bastante elevado (73%). Os empreendimentos na área de alimentação devem ter não só a preocupação com a qualidade do serviço entregue, mas com as normas de higiene e manipulação dos alimentos. A busca por uma certificação que demostre a preocupação do estabelecimento com as normas para uma alimentação segura são de extrema importância e ainda hoje é um diferencial para os estabelecimentos que as possuem, tendo em vista a baixa adesão do setor as certificações como demostra a pesquisa.

Quando perguntados se há intenção em aderir a uma certificação de qualidade/qualidade ambiental nos próximos 2 anos, a maioria coloca que não (61%), mas o percentual dos que tem a intenção de fazê-lo é alto (39%), o que mostra que os estabelecimentos já percebem que ter uma certificação é importante para um maior reconhecimento da qualidade dos serviços prestados. Algumas citadas foram: certificação de restaurante orgânico, manutenção da certificação que já possui e classificação da ANVISA para restaurantes, acessibilidade, de energia solar e eólica, neutralização de emissão de carbono, alguns não souberam citar qual. Algumas das citadas não são certificações propriamente ditas. Dos estabelecimentos que colocaram que não pretendem aderir a uma certificação a maioria respondeu que não o faz por ter outras prioridades (61%) seguido dos que não o fazem pelo alto custo de implementação (30%). O empreendimento podia selecionar mais de uma opção de resposta.

Das certificações citadas, merece destaque a nova classificação da ANVISA. Essa classificação foi criada para que os clientes tenham clareza em que medida o estabelecimento de alimentação cumpre com as recomendações sanitárias determinadas pela ANVISA. Seu foco foram as cidades-sede da Copa do Mundo da Fifa de 2014, que inclui a cidade de Porto Alegre. Segundo o site do G1, “O objetivo é mostrar ao morador e ao turista se há qualidade no local onde eles comerão e indicar ao proprietário a necessidade de adequação às regras de vigilância.” (G1, 2014).

Os estabelecimentos são classificados em três categorias: Categoria A, que é dada a estabelecimentos que cumprem a legislação corretamente; Categoria B, para locais com falhas de baixo ou médio impacto; Categoria C, estabelecimentos com maior quantidade de falhas, mas ainda no limite sanitário aceitável. Os pendentes, são os que não cumprem com o mínimo exigido por lei pela vigilância sanitária e que necessitam se readequar. Segundo o site do G1, em matéria em 02 de maio de 2014, em Porto Alegre os estabelecimentos tiveram a seguinte classificação:

Porto Alegre (RS)

- Categoria A: 3,90%
- Categoria B: 26%
- Categoria C: 37,6%
- Pendente: 32,5%

Aeroporto Salgado Filho

- Categoria A: 5,56%
- Categoria B: 88,89%
- Categoria C: 5,56%
- Pendente: 0%

A situação como pode ser percebido pelos dados apresentados é bastante preocupante, visto que a maioria tem a classificação na categoria C (37,6%) ou está em situação pendente (32,5%). Poucos estabelecimentos cumprem totalmente o que é recomendado pela legislação de vigilância sanitária (3,9%). No aeroporto Salgado Filho a situação mostra-se melhor, com a maioria dos estabelecimentos na categoria B (88,89%). Neste sentido, recomenda-se que se pense em ações que visem o esclarecimento e o incentivo a realização de cursos específicos voltados para boas práticas de manipulação de alimentos, por exemplo.

Com relação a forma de pagamento, todos aceitam mais de duas, sendo que as mais aceitas são dinheiro (100%) e cartão de débito (90%) e crédito (88%). Merece destaque a quantidade de estabelecimentos que utilizam voucher (35%). Cada vez mais os estabelecimentos de alimentação estão oferecendo aos clientes, promoções em sites de compra coletiva na internet, e essa pode ser uma das razões para o aumento do uso de voucher como forma de pagamento em estabelecimentos de alimentação, bem como o uso de *tickets* alimentação.

No que diz respeito ao perfil do empresariado dos serviços e equipamentos de gastronomia, 67% é do sexo masculino, 37% possui entre 30 e 40 anos e 66% possui ao menos o nível superior completo.

Com relação aos cursos de capacitação/qualificação, 53% disseram possuir algum. Dentre os mais citados estão os nas áreas de gestão, marketing e de boas práticas na área de alimentos.

Dos equipamentos de gastronomia pesquisados, a maioria possui Plano de Marketing (68%) e em 13% dos estabelecimentos o plano de marketing está em fase de elaboração. É um número bastante significativo e mostra que os empresários têm consciência da importância deste tipo de instrumento na gestão dos empreendimentos.

O plano de Marketing em restaurantes é algo essencial para direcionar ações não só de divulgação, mas também de gestão do estabelecimento para o público-alvo que se quer atingir. Da decoração a definição dos preços, tudo em um estabelecimento de alimentação deve ter seu foco no tipo de segmentação de mercado pretendida. Normalmente os estabelecimentos de alimentação utilizam o tipo de cozinha oferecida, o tipo de público que se quer atingir ou uma temática específica para segmentar o mercado, sendo mais comum o primeiro tipo de segmentação.

Quanto à parcerias, 83,67% não possuem parceria com agência de turismo e 78% não possui nenhuma parceria com o *trade* turístico. Essas parcerias seriam importantes até mesmo para uma maior divulgação dos estabelecimentos junto aos turistas.

Quanto ao registro do grau de satisfação do cliente, 68% fazem o registro e 24% não.

No que diz respeito à divulgação do empreendimento, a maioria utiliza as redes sociais (76%), seguido de anúncios em sites na internet (47%), jornais (43%), revistas (39%), rádio (22%) e *Outdoors* (22%). Cada vez mais é possível verificar que a divulgação pela internet têm sido um dos principais canais de divulgação escolhidos pelos diversos tipos de estabelecimentos, por seu custo mais baixo e também por ser bastante acessível a um grande número de usuários. Além disso, este tipo de divulgação permite que os usuários deixem sua opinião sobre os estabelecimentos.

Com relação a promoções realizadas, os mais citados foram realização de eventos (47%), outros tipos de promoção (37%) e pacotes especiais (31%).

Quanto ao nível de preços praticados a maioria (51%) diz ser entre R$20,00 e R$50,00.

Observa-se que os meses de maior procura por estabelecimentos de gastronomia é em dezembro, novembro e julho e os meses de menor procura, entre janeiro e março.

No que diz respeito aos investimentos realizados nos últimos 5 anos, os mais citados foram: reformas e construção em geral, troca de equipamentos e decoração. No total, 21 estabelecimentos citam e colocaram o valor desses investimentos feitos com valores entre R$10.000,00 e R$2.345.000,00 por estabelecimento. A média de investimentos realizados, tendo como base os 23 empreendimentos foi de R$395.142,17.

No que tange os investimentos futuros, os mais citados foram: em infraestrutura, reformas e melhorias. No total, 16 empreendimentos citaram valores a serem investidos que variavam de R$350,00 a R$1.500.00,00. A média de investimentos realizados, tendo como base os 15 empreendimentos foi de R$198.471,87.

O faturamento médio mensal dos equipamentos de gastronomia é de cerca de R$144.085,71. Tendo como base 35 empreendimentos que responderam sobre o faturamento médio mensal da empresa. Os valores variaram de R$4000,00 a R$700.000,00 por mês.

Quando perguntados se possuem orçamento específico para o treinamento dos funcionários, a maioria dos estabelecimentos respondeu que não (86%). Dos 14% que responderam que sim, o valor variou de R$30,00 a R$24.000,00. Um dos empreendimentos colocou que o investimento é baixo, mas que aproveita os cursos ofertados pelo SindiPOA, pelo SEBRAE e pela ABRASEL.

Quanto a gestão dos estabelecimentos de gastronomia, 73,49% possui sistema informatizado e 57,14% faz acompanhamento das despesas por área. Na definição dos preços, considera-se primeiro as despesas (80%), seguido da concorrência (49%) e do público-alvo (43%). Para esta pergunta o estabelecimento podia escolher mais de uma resposta.

A maioria dos estabelecimentos não possui gerência de qualidade e/ou meio ambiente (92%) e 8% dos estabelecimentos pesquisados disseram possuir. Destes que possuem 75% possui de qualidade e 25% de qualidade e meio ambiente.

A média de empregados fixos por estabelecimento de alimentação é de quase 18 pessoas. O estabelecimento com menor quantitativo de empregados fixos foi de 1 empregado e o de maior foi de 90 funcionários.

Quanto à contratação de temporários, 20 estabelecimentos responderam contratar (52,6%) e a média de contratação é de 4,25 pessoas por estabelecimento de alimentação.

Os tipos de serviço que mais possui mão-de-obra nos equipamentos de gastronomia são: cozinha (4,61 por estabelecimento), garçom (4,53 por estabelecimento), e demais funções em menor escala.

O tempo médio de permanência dos empregados nos estabelecimentos é de 1 a 3 anos (61%).

Quanto ao uso de serviços terceirizados, a maioria não utiliza (65,3%). Dos que utilizam (34,7%) os mais citados foram: manutenção, motoboy, limpeza, lavanderia e segurança.

Muitos dos estabelecimentos pesquisados proporcionam treinamentos/capacitação (69,4%), apesar de apenas 14% possuir orçamento anual, como foi colocado em pergunta anterior. Os mais citados foram os de boas práticas e manipulação de alimentos, *somellier* ou treinamento em vinhos, atendimento; 80% acha que esse tipo de ação é necessária para o turismo. Os mais citados como necessários foram: línguas, atendimento, garçom e cozinha.

Dos empreendimentos gastronômicos analisados, a maioria não possui espaço para eventos (53%). Apenas 20 empreendimentos puderam ser considerados na definição da área de eventos. Eles somam um total de 2885m2 de área para eventos, uma média de 144, 25m2 por estabelecimento.

Dos 23 estabelecimentos de alimentação que disseram possuir espaço para eventos, 16 possuem equipamentos de som, imagem e tecnológicos (65%) e 12 possuem parceria com prestadores de serviços diversos (52%). Nesta questão mais de uma resposta era permitida.

Ainda do universo dos 23 empreendimentos que possuem espaço para eventos, 14 responderam quando perguntados sobre a taxa de ocupação média anual dos espaços, que na média ficou em 31,28%.

Quando perguntados se o espaço de eventos possui acessibilidade para pessoas com deficiência, 43,47% respondeu que sim, sendo as mais citadas: rampas e banheiros adaptados. Nenhum empreendimento citou adaptações, serviços ou equipamentos para auxiliar deficientes visuais ou auditivos.

Quanto ao perfil do cliente do espaço de eventos, 21 empreendimentos responderam a essa pergunta, e a maioria é composta por pessoas que residem no próprio município (76,19%), seguido por turistas (13,4%) e 8,69% citou pessoas de municípios vizinhos.

Com relação a qualificação dos empreendimentos e serviços turísticos do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha, procurou saber a opinião do respondente sobre os serviços e equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, entretenimento e lazer e transporte rodoviário.

No que tange a qualificação dos meios de hospedagem, 75,51% considera os serviços e equipamentos de hospedagem bons, 12,24% considera ótimo e 12,24% ruim empatados. Já quanto aos equipamentos e serviços de agenciamento, a maioria considera os serviços bons (69,38%), seguido de ótimo (12,24%) e ruim (16,32%). Com relação aos empreendimentos de alimentação, a maioria considera bom (69,38%), e ótimo (22,44%) e 8,16% consideram ruim. Na opinião dos pesquisados sobre o transporte rodoviário, 49% o considera ruim e 49% o considera bom. Apenas 2% que o considera ótimo.

Quanto aos serviços de entretenimento e lazer, a metade o considera bom (51%), seguido dos que o consideram ruim (32,65%) e ótimo (16,32%). Nota-se que na percepção geral dos pesquisados seria importante a melhoria do transporte rodoviário no corredor turístico.

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE

Segundo site do CADASTUR consultado em maio de 2014, o Rio Grande do Sul possuía 2264 empresas transportadoras turísticas e 16 locadoras de veículos em 2012.

O Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha possui 376 transportadoras turísticas segundo o site do CADASTUR do Ministério do Turismo. Dentre os municípios estudados destacam-se os da região de Porto Alegre e Delta do Jacuí, que juntos possuem 84% do total de transportadoras existentes na área de estudo. A região de Campos de Cima da Serra é a mais carente no que tangue ao quantitativo de transportadoras turísticas cadastradas, o município de Cambará do Sul não possui transportadoras turísticas cadastradas.

Quanto as locadoras de carros, segundo a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA) em seu anuário estatístico de 2014, havia no Rio Grande do Sul uma frota de 12.799 veículos em 350 pontos de locação. Segundo o site do CADASTUR do Ministério do Turismo existem apenas 6 locadoras no CT, a maioria em Porto Alegre (66,6%).

QUADRO 15: QUANTITATIVO DE TRANSPORTADORAS TURÍSTICAS E LOCADORAS DE CARROS DO CT PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

REGIÃO	MUNICÍPIO	TRANSPORTADORAS TURÍSTICAS	LOCADORAS DE CARROS
Porto Alegre e Delta do Jacuí	Porto Alegre	227	4
	Viamão	34	-
	Gravataí	55	-
Hortênsias	Gramado	15	1
	Canela	12	-
	Nova Petrópolis	6	-
	São Francisco de Paula	4	-
Vale do Paranhana	Taquara	7	-
	Igrejinha	8	1
	Três Coroas	7	-
Campos de Cima da Serra	Cambará do Sul	-	-
	São José dos Ausentes	1	-

Fonte: CADASTUR, 2014.

É importante colocar, no entanto, que no site do da Prefeitura de Cambará do Sul é possível verificar a existência de diversas agências que fazem passeios e transporte de turistas (cerca de 10 empresas) e também a disponibilidade de serviços de taxi (7 empresas). No site da prefeitura de Gramado foi possível verificar que há cerca de 17 empreendimentos entre locadoras de veículos e empresas transportadoras turísticas. No site da Prefeitura de Nova Petrópolis verificou-se a existência de uma locadora de veículos e 10 empresas de taxi.

Três cidades se destacam nos serviços e equipamentos para transporte com foco turístico: Porto Alegre, Gramado e Canela. Todas possuem uma linha específica para o turismo.

Segundo o site do Porto Alegre e Região Metropolitana *Convetion & Visitors Bureau* (2014), em Porto Alegre há a chamada Linha Turismo, que funciona desde janeiro de 2003. Essa linha dispõe de ônibus de dois andares com janelas panorâmicas no primeiro andar e o segundo andar aberto. Além disso, o ônibus possui acessibilidade universal na porta central. Os ônibus também contam com serviços de Guias de Turismo especializados e bilíngues cadastrados pelo Ministério do Turismo.

O valor do passeio é R$18,00 (terças às sextas) a R$20,00 (sábados, domingos e feriados) e o ingresso deve ser comprado com antecedência, pois não são feitas vendas de ingressos no ônibus. Os ingressos podem ser comprados de 8h às11h – 12h30 às17h diariamente na Travessa do Carmo, 84, Cidade Baixa e em outros pontos de vendas para quem faz o Roteiro Centro Histórico: Mercado; Chalé da Praça XV; Café do Brinque; Fundação Iberê Camargo (loja). Aceita-se reservas antecipadas para mais de 10 pessoas.

A Linha de Turismo dispõe de dois Roteiros:

- **Roteiro Centro Histórico**: funciona de terça a domingo e tem horários de hora em hora, com a primeira saída às 9h e a última às 16h para quem embarca no Terminal da Linha Turismo. É possível o embarque em outros terminais, também de hora em hora: Parque da Redenção (9h05 às 16h05); Parque Moinhos de Vento (9h20 às 16h20); Mercado Público (9h55 às 16h55); Fundação Iberê Camargo (10h10 às 17h10). Segundo o site da Prefeitura de Porto Alegre (2014), neste roteiro,

  > o foco são os atrativos históricos, arquitetônicos e culturais da região mais central, onde a cidade nasceu. Entre os destaques são a Praça da Matriz, a Usina do Gasômetro, às margens do lago Guaíba, e o Parque da Redenção. Este roteiro permite que o passageiro embarque e desembarque em cinco pontos do trajeto para conhecer em mais detalhes os lugares e serviços dos bairros percorridos. (PORTO ALEGRE, 2014).

- **Roteiro Zona Sul:** funciona de quarta a domingo às 15h e sábados, domingos e feriados às 15h e às 10h30. Este roteiro não faz paradas. Segundo o site da Prefeitura de Porto Alegre (2014),

  > as principais atrações são as paisagens naturais da cidade. Os destaques neste passeio são a praia de Ipanema, algumas propriedades da rota turística Caminhos Rurais de Porto Alegre e o Santuário Nossa Senhora Mãe de Deus, que do alto do Morro da Pedra Redonda permite uma vista de 360° da cidade. (PORTO ALEGRE, 2014).

Segundo pesquisa da Secretaria Municipal de Turismo, a BEMTUR (2012, p. 40), “o roteiro Centro Histórico teve 1.900 passeios ofertados em 2012, realizados por 60.838 passageiros, ou 79% do total do fluxo na “Linha Turismo” durante o ano. O roteiro Zona Sul, que contou com 16% dos passeios ofertados pelo serviço de *city tour*, recebeu 21% do público total”.

Pesquisa realizada em 2008 por estudantes da Faculdades Rio-Grandenses (FARGS) em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre (SMTUR) com foco no perfil do usuário do serviço da Linha de Turismo mostrou que a maioria dos turistas que utilizam o serviço estão viajando a lazer (50%), eventos (20%) ou negócios (15%) e que tem nível cultural elevado (66% possui pós-graduação ou nível superior completo). A maioria é proveniente da região sudeste e sul e ficou sabendo da Linha Turismo principalmente no hotel em que estão hospedados e por amigos.

Ainda segundo a mesma pesquisa, a grande maioria gostou do serviço prestado pois 91% respondeu que atendeu as expectativas e 90% indicaria o passeio para alguém conhecido. Os locais visitados que mais gostaram foi a Praça da Matriz e a Usina do

Gasômetro. A maioria considerou o serviço da central de atendimento bom ou ótimo (84%), 90% avaliou como bom ou ótimo os equipamentos e infraestrutura do local de recepção, do ônibus e a qualidade das informações transmitidas/sistema de áudio. (PORTO ALEGRE/FARGS, 2008).

No que tange ao serviço do guia de turismo 85% considerou boa ou ótima a qualidade das informações transmitidas pelo guia de turismo e o seu atendimento. A atratividade do roteiro também é aprovada pela maioria (85%) como boa ou ótima e a maioria também aprovou a duração do roteiro. 70% consideraram o custo-benefício bom ou ótimo, o que mostra que o serviço é bem avaliado por seus usuários. (PORTO ALEGRE/FARGS, 2008).

Em Gramado e Canela, foi inaugurado oficialmente em novembro de 2013, durante o Festival de Cinema de Gramado o projeto Bustour. Segundo o site do G1 em matéria de 12 nov. 2013, “O ônibus passa por 30 pontos turísticos entre Canela e Gramado. As passagens custam R$60,00 para um dia, R$ 90,00 para dois dias e R$120,00 para três dias, e podem ser compradas nas lojas da Brocker Turismo das duas cidades e nas paradas, que serão sinalizadas”.

Em baixa temporada (fevereiro a maio e agosto a outubro) os ônibus circulam de quintas a segundas. Em alta temporada (junho e julho e novembro a janeiro) eles circualm também na quarta. Os horários das saídas vão de 8h30 às 16h45 para quem embarca na Brocker Turismo de Canela. O ticket é válido para o dia todo, o usuário pode descer e subir quantas vezes quiser neste período.

Segundo o site do Bustour (bustour.com.br) são ofertadas duas rotas diferentes:

- **A Rota Verde**: percorre os seguintes atrativos: saída da Brocker Turismo Canela; Catedral da Pedra; Alpen Park; Centro de Canela; Play House Florybal; Museu da Moda; Museu de Cera Dreamland e Harley Motor Show; Super Carros; Museu do Autmóvel; Centro de Gramado; Bairro Bavária; Lago Negro; Lago Joaquina Rita Bier; Mini Mundo; Cristais de Gramado; Le Jardim Parque da Lavanda; Praça das Etnias; Mundo Encantado; Museu do Perfume; Artesanato Noel; Reino do Chocolate Caracol; Mundo a Vapor; Centro de Freiras de Canela; Centro de Canela (trem).

- **A Rota Azul**: saída da Brocker Turismo Canela; Catedral da Pedra; Centro de Canela; Terra Mágica Florybal; Parque do Caracol; Castelinho do Caracol; Parque do Pinheiro Grosso; Play House Florybal; Museu da Moda; Museu de Cera Dreamland e Harley Motor Show; Super Carros; Museu do Autmóvel; Bairro Bavária; Bairro Planalto; Lago Negro; Lago Joaquina Rita Bier; Mini Mundo; Snowland; Vinícola Ravanello; Praça das Etnias; Mundo Encantado; Museu do Perfume; Artesanato Noel; Reino do Chocolate Caracol; Mundo a Vapor; Centro de Freiras de Canela; Centro de Canela (trem).

FOTO 14: LINHA TURISMO

Fonte: ITEC,2014.

FOTO 15: BUSTOUR

Fonte: ITEC,2014.

FIGURA 6: ROTAS BUSTOUR – GRAMADO E CANELA

Fonte: BUSTOUR.COM.BR (2014)

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS

Conforme já exposto no tópico de atrativos, no segmento de eventos, os destaques são os municípios de Porto Alegre e Gramado, mas Canela também possui uma boa infraestrutura de eventos. Conforme já citado, Porto Alegre é a sexta cidade brasileira na recepção de eventos internacionais em 2012, tendo recebido 12 eventos internacionais em 2012 e Gramado recebeu 2 eventos internacionais no mesmo ano. (ICCA apud BRASIL, 2013)

Tanto Porto Alegre como as cidades de Gramado e Canela contam com um *Convention & Visitors Bureau* e ambas as cidades contam com uma boa infraestrutura para eventos. No quadro abaixo é possível verificar os principais espaços para eventos da cidade de Porto Alegre:

QUADRO 16: PRINCIPAIS CENTROS DE EVENTOS DE PORTO ALEGRE

CENTRO DE EVENTOS	ÁREA TOTAL (ÁREA LOCÁVEL)	CAPACIDADE NOS PRINCIPAIS ESPAÇOS	OBSERVAÇÕES
AMRIGS	1.977 m²	Auditório: 290 pessoas Teatro: 700 pessoas Salas moduláveis: 345 pessoas Salão de Festas: até 400 pessoas* Centro Científico: até 400 pessoas*	• Possui o selo de qualidade ISO 9001; • Espaços adaptáveis; • Estacionamento para 400 veículos; • Oferece serviços de gastronomia.
CEPUC	11.600 m²	Auditório modulável: 2900 pessoas Auditório: 110 pessoas 55 salas especiais: menor: 24 pessoas; maior: 140 pessoas Área de exposições: 5.617 m²	• Espaços adaptáveis; • Estacionamento para 1.600 veículos; • Possui centro de serviços; • Acessibilidade a PNE.
CIEE		Teatro: 419 pessoas Salas: 352 pessoas (menor:48 pessoas; maior: 225 pessoas)* Espaço para exposição: 135 m²	• Espaços adaptáveis.
FIERGS	36.724,85m²	Salão de convenções: 700 pessoas* 35 salas moduláveis (menor: 10 pessoas; maior: 750 pessoas Teatro: 1684 pessoas Pavilhão: 9.690 m²	• Espaços adaptáveis; • Estacionamento para 3.100 vagas; • Possui estrutura de restaurante; • Acessibilidade a PNE.
SÃO RAFAEL	1900 m²	2 salões (maior: 1000 pessoas; menor: 200 pessoas)* Auditório: 400 pessoas* Auditório: 60 pessoas 4 salas: total 264 pessoas (maior: 120 pessoas; maior: 12 pessoas) Hall: 116 m²	• Hotel Plaza São Rafael possui mais 1300 m² locáveis para eventos (para até 600 pessoas); • Estacionamento coberto; • Possui 2 restaurantes; • Acessibilidade a PNE.

Fonte: PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA CONVENTION & VISITORS BUREAU (2014) e material promocional dos centros de eventos CEPUC, FIERGS e São Rafael, 2014.

* Formato auditório.

De acordo com o quadro acima, a cidade possui cerca de 40.000 m² de área locável para eventos, sendo que desses, 15.558 m² são de área para exposição e pode receber até

10.000 pessoas simultaneamente em salas, auditórios e teatros. Além dos centros de eventos listados no quadro, boa parte dos meios de hospedagem também oferecem espaços para realização de pequenos eventos. Dos 102 meios de hospedagem existentes em Porto Alegre, 47 possuem espaço para eventos, segundo dados gerados a partir de informações cedidas pela SETUR/RS.

FOTO 16: ÁREA DE EXPOSIÇÃO – CEPUC
Fonte: ITEC,2014.

FOTO 17: SALA DE APOIO – CEPUC
Fonte: ITEC,2014..

FOTO 18: PLENÁRIO MERCOSUL – FIERGS
Fonte: ITEC,2014.

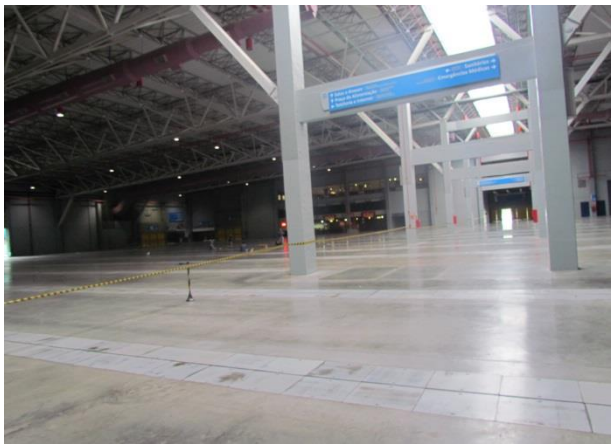


FOTO 19: PAVILHÃO DE EXPOSIÇÃO – FIERGS
Fonte: ITEC,2014.

FOTO 20: FACHADA – CENTRO DE EVENTOS PLAZA SÃO RAFAEL

Fonte: ITEC,2014.

FOTO 21: FACHADA – CENTRO DE EVENTOS PLAZA SÃO RAFAEL

Fonte: ITEC,2014.

Gramado também possui boas estruturas para recepção de eventos:

- Serra Park Centro de Feiras e Eventos – possui 28.000 m² de área construída, auditório para 3.000 pessoas; 2 pavilhões de exposição e 3 mezaninos com capacidade para até 10 pessoas cada, além de restaurante para até 2.000 pessoas;
- ExpoGramado – 13.400 m² de área, 2 auditórios – 1400 e 400 pessoas, 6 salas – maior para 150 pessoas e menor para 38, 2 pavilhões e outros espaços de apoio;
- Centro de Treinamento e Eventos UFRGS/FAURGS – capacidade para eventos de até 2.500 pessoas;
- Meios de Hospedagem com espaços locáveis para eventos: Serrano Resort Convenções & Spa, Hotel Serra Azul, Hotel Gramado Master Palace, Hotel Casa da Montanha, Bavária Sport Hotel, Hotel Recanto da Serra, Hotel Alpendre, Hotel Pousada *Le Chatêau*, Hotel Siena – Rede Laghetto, Villa Bella Hotel Conceito e Hotel Quero Quero.

FOTO 22: EXPOGRAMADO
Fonte: gramadoecanela.com.br (2014)

FOTO 23: SERRA PARK CENTRO DE FEIRAS E EVENTOS
Fonte: Serrapark.com.br (2014)

Canela também possui espaços para eventos em hotéis como o Hotel Laje de Pedra, Hotel Continental, Hotel Klein Ville, Hotel Fazenda Pampas e Grande Hotel Canela.

Além dos equipamentos citados em Porto Alegre, Gramado e Canela – cidades referência em eventos e negócios no estado, o CT Porto Alegre – Serra Gaúcha também conta com um novo equipamento para eventos em Igrejinha, no Ecoland Hotel, Eventos e Lazer. A nova estrutura para eventos desse complexo turístico possui 2 salões – um para 80 e outro para até 300 pessoas, 4 salas para um total de 150 pessoas.

Resultados da Pesquisa com Serviços e Equipamentos para Eventos

A análise dos serviços e equipamentos para eventos abrange as respostas de 14 empreendimentos do segmento do corredor Porto Alegre-Serra Gaúcha. Este total equivale a 19,17% dos serviços e equipamentos de eventos que equivalia a 73 estabelecimentos, entre associados ao Porto Alegre e Região Metropolitana *Convention & Visitors Bureau,* Gramado e Canela *Convention & Visitors Bureau,* empresas cadastradas no CADASTUR, dados fornecidos pela SETUR-RS e pelo órgão oficial de turismo nos municípios.

O foco da pesquisa foi com espaços para eventos e organizadores de eventos principalmente, mas empresas de apoio a eventos também foram contatadas. No âmbito dos respondentes, apenas 14,28% foi de empresa de apoio a eventos.

Das cidades que compõe o CT Porto Alegre – Serra Gaúcha conseguiu-se contatos de empresas e espaços para eventos para realização da pesquisa em apenas 5 delas: Porto Alegre, Gramado, Nova Petrópolis, Igrejinha, São Francisco de Paula. Dessas, merece destaque a cidade de Porto Alegre e Gramado, que juntas possuíam 71,42% do total dos prestadores de serviços de eventos pesquisados, o que confirma que essas cidades são as que mais desenvolveram o turismo de negócios e eventos no corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Dos estabelecimentos pesquisados, mais de 50% são empresas organizadoras/promotoras de eventos, 21% citaram outros como Equipamentos e Serviços Áudio Visuais e Centro de Eventos em Hotéis e os outros tipos de empreendimentos citados foram Auditório/Salão de Convenções (7%), Parque/Pavilhão de Exposições (7%) e Centro de Convenções/Congresso (7%).

No que diz respeito a capacidade do estabelecimento por Tipo de Espaços Locáveis, apenas 4 respostas foram consideradas, composta pelos empreendimentos com espaços para eventos. Um dos empreendimentos respondentes colocou o quantitativo por tipo e não a capacidade de cada tipo de espaço locável, sendo assim foi necessário utilizar dados secundários para este empreendimento, disponíveis no site do próprio local. No site não havia especificações quanto as salas de reunião do empreendimento, e sim salas de apoio, por isso será informada também o quantitativo de salas de apoio, apesar de não estar disponível no questionário inicialmente.

Os empreendimentos respondentes possuem capacidade para 3470 pessoas em salas de reunião, 1400 lugares em salas de apoio. Com relação a área para feira de exposição, são 3630 pessoas em área para feira de exposição coberta, 10000 em área para feira de exposição não coberta e em um dos empreendimentos não foi possível saber a capacidade separada por área coberta e não coberta, mas o empreendimento oferece espaço para 6225 pessoas em pé.

Com relação a capacidade nos auditórios, a capacidade dos quatro empreendimentos é de 2340 pessoas.

Quanto a dimensão dos empreendimentos, apenas 8 responderam, a média da dimensão dos estabelecimentos pesquisados é de 133.164m^2

No que diz respeito às facilidades oferecidas ao cliente, os espaços para eventos possuem parceria com prestadores de serviços diversos (86%), dispõem de estacionamento próprio para carros (36%), dispõem de equipamentos diversos de som, imagem e etc. (29%), restaurante ou lanchonete (21%), estacionamento para ônibus (21%), pontos de táxi (14%), e pontos de desembarque para ônibus (14%). A maioria dos estabelecimentos de eventos

citaram outras facidades (79%), que em sua maioria são atividades de lazer oferecidas no estabelecimento.

Apenas 3 empreendimentos dos 4 que possuem espaços para eventos citaram sua taxa de ocupação média anual, que variou de 35 a 55%, tendo como média de ocupação 43,3%.

Quanto a adaptação e facilidades disponíveis para Pessoas com Deficiência, 50% responderam possuir, sendo que os mais citados foram: rampas de acesso, elevadores e adaptações nos banheiros. Dos 7 participantes que responderam afirmativamente 4 são espaços para eventos, 2 organizadoras de eventos e 1 empresa de transporte e passeios com foco em eventos.

Em adoção de medidas sustentáveis 50% responderam fazer a coleta seletiva do lixo, 50% possui investimentos na comunidade, faz reciclagem. 43% usa lâmpadas econômicas, realiza ações de educação ambiental e realiza outras ações (outros) tais como o uso de combustível ecológico, reaproveitamento de materiais para objetos e moveis de decoração, dentre outros. 36% diz que faz a redução do lixo e 29% possui sistema de controle de luz. Observa-se que dos que responderam adotar alguma medida sustentável, a maioria diz adotar mais de uma. Apenas um dos 12 que responderam afirmativamente só realiza um tipo de ação. Dois estabelecimentos (21%) não possuem nenhuma medida sustentável.

Com relação à adoção de medidas sustentáveis, percebe-se que boa parte dos empreendimentos investe não apenas em medidas que provocam redução de custos, mas também em ações social e ambientalmente responsáveis como investimentos na comunidade e ações de educação ambiental. Na área de eventos, essa conscientização para a sustentabilidade é extremamente importante, pois muitas vezes o quantitativo de usuários em um mesmo espaço ao mesmo tempo é grande, trazendo maior impacto sobre o meio ambiente.

Dos pesquisados, 50% responderam possui imóvel próprio, 29% alugados e 7% arrendado e 7% Cedido. A maioria das empresas tem mais de 10 anos (64%). 86% responderam estar registrados no órgão oficial de turismo e 71% estão registrados em alguma entidade, sendo as mais citadas: ABEOC, *Covention & Visitors Bureau*.

Quanto a sistemas de certificação 71% disseram não possuir. O único que possui citou a ISO 9001 e de Riscos Ambientais. 21% dos empreendimentos estão com certificação em andamento, dois citaram o selo da ABEOC Brasil de qualidade e um citou o Condução Segura. O selo ABEOC Brasil foi lançado em 26 de março de 2013 e é feito em parceria com o SEBRAE e tem seu foco nas empresas prestadoras e serviços e equipamentos para eventos. Segundo site da ABEOC,

> Os critérios estabelecidos para obtenção do Selo de Qualidade ABEOC BRASIL têm como referência o modelo de certificação adotado pela Federação Suíça de Turismo, combinando nove critérios de excelência em gestão e cinco instrumentos de avaliação. Por meio de uma avaliação criteriosa, realizada por consultores especializados, a empresa deve atingir uma nota mínima para conquistar o Selo de Qualidade (ABEOC, 2014).

Dos 10 empreendimentos que responderam não possuir certificação, 3 afirmam ter interesse em implementar um selo de qualidade ou de qualidade ambiental nos próximos dois anos, um número bastante satisfatório e que mostra a preocupação das empresas na qualificação dos seus serviços. Dos que responderam não ter interesse, 71,44% diz possuir outras prioridades, 14,28% citaram o alto custo de implantação e 14,28% disse não ter interesse.

Com relação a forma de pagamento a maioria (80%) aceita mais de uma forma, sendo os mais aceitos dinheiro e faturamento.

No que diz respeito ao perfil do empresariado dos serviços e equipamentos de eventos, 57% é do sexo masculino, 57% possui mais de 50 anos e 86% possui pelo menos o nível superior completo, sendo que 29% possui mestrado e 21% possui especialização.

No que se refere a capacitação/qualificação, 57% diz ter cursos de qualificação/capacitação na área, sendo os mais citados na área de eventos e turismo. Isso mostra que o nível de qualificação no setor de eventos é bastante elevado no que tange ao empresariado do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Quanto à existência de Plano de Marketing Próprio, 50% diz possuir e em 29% das empresas o plano de marketing está em fase de elaboração. O número é significativo e talvez por trabalharem diretamente com eventos, que é uma das formas de se fazer o marketing de uma empresa, haja então, uma maior consciência da importância de se estabelecer uma estratégia de marketing para empresa.

Com relação a parcerias com agências de turismo, 50% diz possuir, tendo sido citado: atendimento a clientes, eventos e promoções pelo Brasil, conforme região e captação, comissionamento, indicação e *famtours.* Quanto a outras parcerias no Trade Turístico o mais citado foi com os hotéis, também citaram companhia aérea, centro de eventos, dentre outros. Quanto ao registro do grau de satisfação do cliente, 64% fazem o registro e 36% não. A maioria o faz por meio de pesquisa direta (43%).

No que diz respeito à divulgação do empreendimento, a maioria utiliza as redes sociais (64%) seguido de jornais (36%) e anúncios na internet (29%). 21% não faz nenhum tipo de divulgação.

Dos pesquisados a maioria citou a realização de eventos como o principal tipo de promoção realizado (71%), isso já era esperado tendo em vista que essa é a atividade fim das empresas pesquisadas. 50% trabalham com tarifas diferenciadas e 36% com pacotes especiais e outros tipos de promoção (21%). Para essa questão a empresa podia escolher mais de uma resposta.

Os valores médios de locação ou de serviços dos empreendimentos respondentes varia de R$850,00 a R$3.000.000,00. Apenas 10 empreendimentos responderam o valor médio de locação ou serviço oferecido, o valor médio dos empreendimentos respondentes foi de R$ 303.285,00. Retirando-se o empreendimento que disse ter um valor médio de locação de R$ 3.000.000, 00, que era um valor bem acima do que os outros empreendimentos citaram, o valor médio de locação foi de R$ 3.650,00.

Observa-se que os meses de maior procura por serviços e equipamentos para eventos é o mês de novembro e os meses de maio, junho, setembro, outubro e dezembro também se destacam com grande procura. Os meses de menor procura, entre dezembro e março.

No que diz respeito aos investimentos realizados nos últimos 5 anos, apenas 4 empreendimentos responderam e alguns dos citados foram: reformas, aquisição de equipamentos de informática, incremento de feira, implantação e revitalização do centro de eventos, paisagismo. A média de gasto com os investimentos feitos nos últimos 5 anos foi de R$ 8.711.250,00 por empreendimento. Os valores citados variaram entre R$ 500.000,00 e R$ 31.000.000,00.

Na previsão dos investimentos a serem realizados apenas 4 empreendimentos citaram previsões e apenas 3 previram os gastos que serão realizados. As ações citadas foram: novos eventos, reformas e construções. O valor médio de investimentos dos dois empreeendimentos foi de R$ 5.400.000,00. Os valores a serem investidos variaram entre R$400.000,00 e R$15.000.000,00.

O faturamento médio mensal dos equipamentos de eventos é de cerca de R$495.250,00. Neste cálculo foram consideradas as respostas de apenas 8 (oito) dos 14 (catorze) empreendimentos da pesquisa, que responderam com valores maior ou igual a R$1,00. Os valores variaram entre R$ R$6.000,00 e R$2.500.000,00.

A maioria dos empreendimentos (93%) não possui orçamento específico para treinamento/capacitação de seus colaboradores. Apenas um dos empreendimentos disse ter o orçamento de R$5.000,00.

No que tange a gestão dos empreendimentos 64% afirmam possuir sistema informatizado e acompanhamento de despesas por área na empresa (cada).

Na definição dos preços dos seus produtos 71% o faz com base nas despesas, e 50% leva em conta a concorrência, 43% a sazonalidade e 36% o público-alvo. Para essa pergunta era permitida mais de uma resposta.

Apenas um dos empreendimentos participantes da pesquisa possui gerente específico para qualidade/meio ambiente. Neste caso, o empreendimento possui gerente de qualidade.

Quanto ao número de empregados fixos, 12 dos 14 empreendimentos participantes colocaram números maior que 1 empregado fixo. A média de empregados fixos foi de 10,16 funcionários para os 12 empreendimentos que responderam.

No que corresponde ao número de empregados temporários, o número teve uma grande variação e foram citados de 1 a 2000 funcionários temporários. Apenas 10 empreendimentos responderam com números maior do que 1, 2 empreendimentos colocaram 0 (zero), um não respondeu e outro colocou que depende do evento.

O período para contratação dos funcionários teve uma grande variação de respostas como: 3 meses, fevereiro e março, por diária, maio, 3 a 4 dias, durante os eventos e depende do evento.

Nas respostas para o número de empregados por tipos de serviços, apenas 6 empreendimentos responderam colocando seus quantitativos por tipo de serviço. Os tipos de serviço que mais possuem mão-de-obra nos serviços e equipamentos para eventos são: cozinha (19 empregados), manutenção e limpeza e administração (14 empregados cada), recepção (11 empregados), gerência (8 empregados). Em outros entrou todo tipo de serviço que não se encaixava nos outros já citados e por isso ficou com maior número no quantitativo total (33 empregados).

O tempo médio de permanência da maioria dos empregados nos estabelecimentos foi de 43% com menos de 1 ano, 29% de 1 a 3 anos e 21% de 4 a 6 anos.

79% das empresas faz uso de serviços terceirizados, dentre os quais foram citados: limpeza e manutenção; alimentação e consultoria especializada; assistentes; sonorização, iluminação, recepção, coordenação, marcenaria, segurança, Tecnologia da Informação, gráfica, produção, transportes.

Quanto ao treinamento da mão-de-obra, 43% proporcionam algum treinamento, esse número foi bem satisfatório tendo em vista que 93% dos empreendimentos disseram não ter orçamento específico para treinamento dos funcionários. Apesar de não haver orçamento planejado, boa parte diz proporcionar treinamentos. Alguns dos treinamentos citados foram: línguas, organização de eventos e financeira, na área de recepção, montagem e desmontagem de eventos, atendimento. Com relação à necessidade de capacitação para o turismo, 43% acham que esse tipo de ação não é necessária para o turismo.

Dos que responderam que é necessária, foram citados alguns mais ligados à área de eventos como captação de eventos e comercialização de patrocínios, atendimento, hospitalidade, línguas estrangeiras, recepcionista. Como alguns dos participantes são hotéis que possuem centros de eventos, outros tipos de treinamentos mais relacionados com a hotelaria foram citados como camareira e mensageiro.

Todos os itens propostos na avaliação do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha foram avaliados em sua maioria como bom pelos respondentes do questionário de eventos.

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA ENTRETENIMENTO E LAZER

Segundo o site do CADASTUR, Brasil (2014), existem na região de estudo 3 parques temáticos cadastrados e 1 empreendimento de entretenimento e lazer & parque aquático.

Na região turística de Porto Alegre Delta do Jacuí destaca-se o empreendimento de Lazer e entretenimento Pampa Safari, em Gravataí. Segundo o site do empreendimento Sampa Safari (2014), este parque é o maior da América do Sul e conta com 320 hectares, com mais de 2000 espécies da fauna mundial. São dez quilômetros de estrada no qual o visitante pode observar os animais soltos de dentro de um veículo. Além da área dos animais o parque possui uma área de lazer, com três grandes jardins: o jardim oriental, o jardim dos pampas e o jardim principal. Há ainda uma mini fazendinha e uma Mini vila, uma ilha dos dinossauros e três réplicas de moas da Ilha de Páscoa (Chile), além de lanchonete e um centro de eventos para 250 pessoas, com cozinha industrial.

Ainda no município de Gravataí outras opções de lazer e entretenimento são a Prainha de Morungava, que possui 7 hectares e está localizado na RS 020, possui piscina de água corrente com salva vidas e serviço de primeiros socorros, churrasqueiras, campo de futebol, restaurante, espaço para eventos com salão de festas (PRAINHA DE MORUNGAVA.COM.BR, 2014); Fazenda do Tio Pedro – Centro de Lazer, com 102 hectares localiza-se em Morungava também com acesso pela RS 020. Possui 4 piscinas de água natural e tratada, pavilhão com mesas e churrasqueiras para até 200 pessoas, quadras de futebal e volei, *play ground*, restaurante e lanchonete, trilha ecológica; (FAZENDA DO TIO PEDRO.COM.BR, 2014) e a Cascatinha Morungava, local que possui duas cascatas com infraestrutura de restaurante, lanchonete, churrasqueira e banheiros, com acesso pela parada 101 da RS 020 (RIO GRANDE.COM.BR, 2014).

Em Viamão destaca-se o Parque Estadual de Itapuã, uma Unidade de Conservação gerida pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). O Parque é aberto de quarta a domingo, inclusive nos feriados. Possui um centro de visitantes, onde é possível ver vídeo sobre o Parque, bem como exposição fotográfica sobre a Unidade de Conservação (UC). Oferece infraestrutura de banheiros, vestiários, estacionamento e churrasqueiras. Não há lanchonetes, o visitante precisa trazer o seu lanche. Somente a Praia das Pombas é aberta à visitação, sendo permitida 350 visitantes por dia. O valor do ingresso é de R$ 5,75. (SEMA, 2014).

Na região turística Vale do Paranhana, destacam-se alguns empreendimentos nos municípios de Três Coroas e Igrejinha. Em Três Coroas os destaques são os parques temáticos voltados para a prática do turismo de aventura: Brasil *Raft Park* e o Parque das Laranjeiras.

O Brasil Raft Park possui estrutura para realização de atividades de aventura tais como *rafting*, com passeios noturnos e diurnos com até 8km de extensão, descida de corredeiras com botes infláveis; *canopy*, no qual o visitante percorre um percurso de 1200m próximo a copa das árvores por meio de cabos de aço e atinge até 65km/h; tirolesa, travessia do Vale da Canastra por meio de sistemas de roldanas a 30m de altura com cabos de aço; *paintball jungle*, jogo com dois times em que um deles precisa pegar uma bandeira que fica no centro do campo, os integrantes de cada time possuem armas que atiram bolas com tinta quem é atingido sai do jogo; *rapel*, descida por parede rochosa natural com cordas; escalada, parede de escalada artificial de 12 metros; *kayak*, oferece cursos de caiaque para os visitantes e possui corredeiras de diferentes níveis de dificuldade, todos os equipamentos são oferecidos; passeios de quadriciclos realizados dentro do parque pela mata com acompanhamento de monitores especializados. O Parque possui restaurante e bar, além de área de lazer com quadra de vôlei, campo de futebol e oferece também trilhas pela mata. (BRASIL RAFT PARK, 2014).

O Parque das Laranjeiras tem também o seu foco no turismo de aventura. Possui infraestrutura completa para *camping* e lazer com campo de futebol, quadra de vôlei, mesas, churrasqueiras, restaurante e conta também com pousada e cabanas dentro do complexo do Parque, além de agência de viagem que também opera dentro do Parque. A visitação é de terça a domingo, com acesso pela RS 115. Algumas atividades que podem ser realizadas no Parque das Laranjeiras são *rafting* (descida de corredeiras em botes infláveis), canoagem, *montain bike* (trilhas de bicicleta pela mata), *Trekking* (caminhadas em trilhas), *cross country* (corrida pela mata), dentre outras.

Em Igrejinha o destaque é a Ecoland um *resort* com espaço para eventos, restaurante e com área de lazer que oferece piscinas, campos de futebol, vôlei na grama, quiosques e churrasqueiras na mata, caminhadas em trilhas, passeios a cavalo, em charrete e em carro de boi, passeio de bicicleta, jogos ao ar livre, pescaria, mini zoológico. Possui também horta orgânica, minhocário, pomar. (ECOLAND, 2014).

A região das Hortênsias é a que mais se destaca no que tange aos equipamentos de entretenimento e lazer pelo quantitativo de opções, concentradas em grande parte nos municípios de Canela e Gramado.

Em Nova Petrópolis se destaca o Parque Aldeia dos Imigrantes inaugurado em 1985 e que possui uma área de 10 hectares. O Parque, “criado para resgatar e preservar o passado histórico dos imigrantes que colonizaram a região, predominando a imigração alemã” (PREFEITURA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2014). É dividido em dois espaços: Aldeia Bávara, com pórtico de entrada, lojas de malha, artesanato e produtos coloniais, Salão de Baile, quiosque para apresentação do folclore da região e o *Biergarten* (Jardim da Cerveja); e Aldeia Histórica, que demostra a estrutura de uma aldeia de imigrantes entre os anos 1870 e 1910. Nesta alteia estão diversas construções, algumas com mais de 100 anos:

> Capela do Imigrante, cemitério, venda com salão de baile, réplica da primeira sede da cooperativa de crédito mais antiga da América Latina, casa com cantina, ferraria, escola comunitária, casa do professor, casa do sapateiro, casa paroquial, estúdio fotográfico de foto à moda antiga, de Germano *Schüür*, e o Museu Histórico Municipal. (PREFEITURA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2014)

A cidade de Gramado possui diversos equipamentos de entretenimento e lazer dentre os quais podem ser citados o Lago Negro, cujo o principal atrativo é o passeio de pedalinho pelo lago; diversos museus como:

- Museu do Perfume, o primeiro museu de perfumaria do Brasil que possui uma exposição com 450 frascos de clássicos da perfumaria mundial. Também é possível realizar um teste psicológico para orientar a escolha de um perfume pessoal. Fica aberto todos os dias de 9h às18h.

- Museu Gramado - Minerais e Pedras Preciosas, exposição de mais de 500 pedras semipreciosas encontradas no Rio Grande do Sul e em outras áreas do Brasil e do exterior. Funciona de 8h às 18h, o ingresso é R$8,00.

- Museu Medieval - expõe uma coleção de armas medievais, brasões de família e cutelaria gaúcha, nacional e internacional. Na alta temporada funciona todos os dias de 10h às12h – 13h30 às 18h e na baixa na quinta e na sexta de 13h às 18h e sábados e domingos 10h às 12h – 13h30 às 16h.

- *Dreamland* - Museu de Cera, apresenta ícones do cinema e da cultura pop com mais de 50 astros em 18 cenários temáticos. De domingo a sexta o funcionamento é de 8h às 18h e no sábado fica aberto até às19h30. Pertence ao Grupo Dreams.

- Harley Motor Show - Museu de Motos, possui uma área com quase 1000m^2 com cerca de 20 motos Harley Davidson restauradas, bem como modelos atuais. De domingo a sexta o funcionamento é de 8h às 18h e no sábado fica aberto até às19h30. Pertence ao Grupo Dreams.

- Hollywood Dream Cars, com exposição de carros antigos. Pertence ao Grupo Dreams.

- Super Carros, local onde o turista pode dirigir super carros de luxo como Ferrari F360 F1, Camaro SS, Lamborguini, entre outros. Pertence ao Grupo Dreams. (GRAMADO, 2014).

Dentre os museus uma novidade que merece destaque é A Mina, que propõe uma viagem ao mundo subterrâneo de uma Mina de Ametista, típica do Rio Grande do Sul. São 80 metros de galerias com mais de 150 pedras semi preciosas cravejadas na rocha. O passeio conta com um museu com mais de 800 exemplares de pedras preciosas do Brasil e de outros países. Funciona de terça a domingo de 9h às 17h30. (A MINA DE GRAMADO, 2014).

Outro destaque é o Parque Gaúcho, um parque temático que busca mostrar a história e a cultura gaúchas. Possui uma área de 120000m^2 e conta com Memorial do Gaúcho, restaurante temático e café gaúcho (capacidade para 400 pessoas), arena de shows e domas, programa de resgate de animais crioulos, galpão mirim que busca ensinar as tradições às crianças, horta orgânica, herbário, espaço para exposições e shows artísticos. Outro espaço é a Cidade dos Gaúchos (apresenta os principais tipos de habitação dos pampas no século 18), dentre outros. Possui estacionamento próprio e adaptações para pessoas com deficiência. O funcionamento é de 10h às 17h, todos os dias. O valor do

ingresso é de R$38,00 para adultos, com preços diferenciados para crianças e idosos. (PARQUE GAÚCHO, 2014).

Outro empreendimento que merece destaque é o GramadoZoo, com um novo conceito de zoológico com foco no bem estar dos animais, pesquisa e educação ambiental. O zoológico não utiliza jaulas e sim vidros blindados e grandes viveiros que buscam reproduzir o habitat dos animais. No GramadoZoo vivem hoje cerca de 1500 animais, todos exclusivamente da fauna brasileira. O percurso tem 1200 metros e permite visitação também na parte da noite para observação de animais de hábito noturno. Possui restaurante em formato de oca indígena com capacidade para 200 pessoas, loja de produtos que valorizam a fauna brasileira e cujas vendas tem parte do valor arrecadado para projetos de pesquisa e conservação de espécies ameaçadas de extinção. As instalações possuem adaptações para pessoas com deficiência. O funcionamento é de 10h às 17h, todos os dias. O valor do ingresso é de R$38,00 para adultos, com preços diferenciados para crianças e idosos. (GRAMADOZOO, 2014).

Além destes podem ser citados ainda os seguintes empreendimentos em Gramado:

- Mini mundo, um parque em que é possível conhecer réplicas em miniatura de obras arquitetônicas reais, em uma cidade em miniatura. O parque possui área de alimentação com um café, parque infantil, duas lojas para aquisição de lembranças. Funciona de 9h15 às 17h, diariamente (MINIMUNDO, 2014).

- Parque Knorr – Aldeia do Papai Noel, um parque temático que possui uma aldeia do Papai Noel com a casa do Papai Noel, Fábrica de Brinquedos, renas de verdade. Funciona de domingo a quinta de 10h às 18h e sexta e sábado de 10h às 19h. (PAPAINOEL.COM, 2014).

- O Reino do Chocolate, já citado na parte de gastronomia deste estudo, é um espaço temático da fábrica de chocolates Caracol que trabalha desde a origem do cacau e do chocolate até como ele é fabricado.

- Mundo Encantado, com miniaturas em movimento em 7 cenários da cidade de gramado. Funciona diariamente de 9h às 17h.

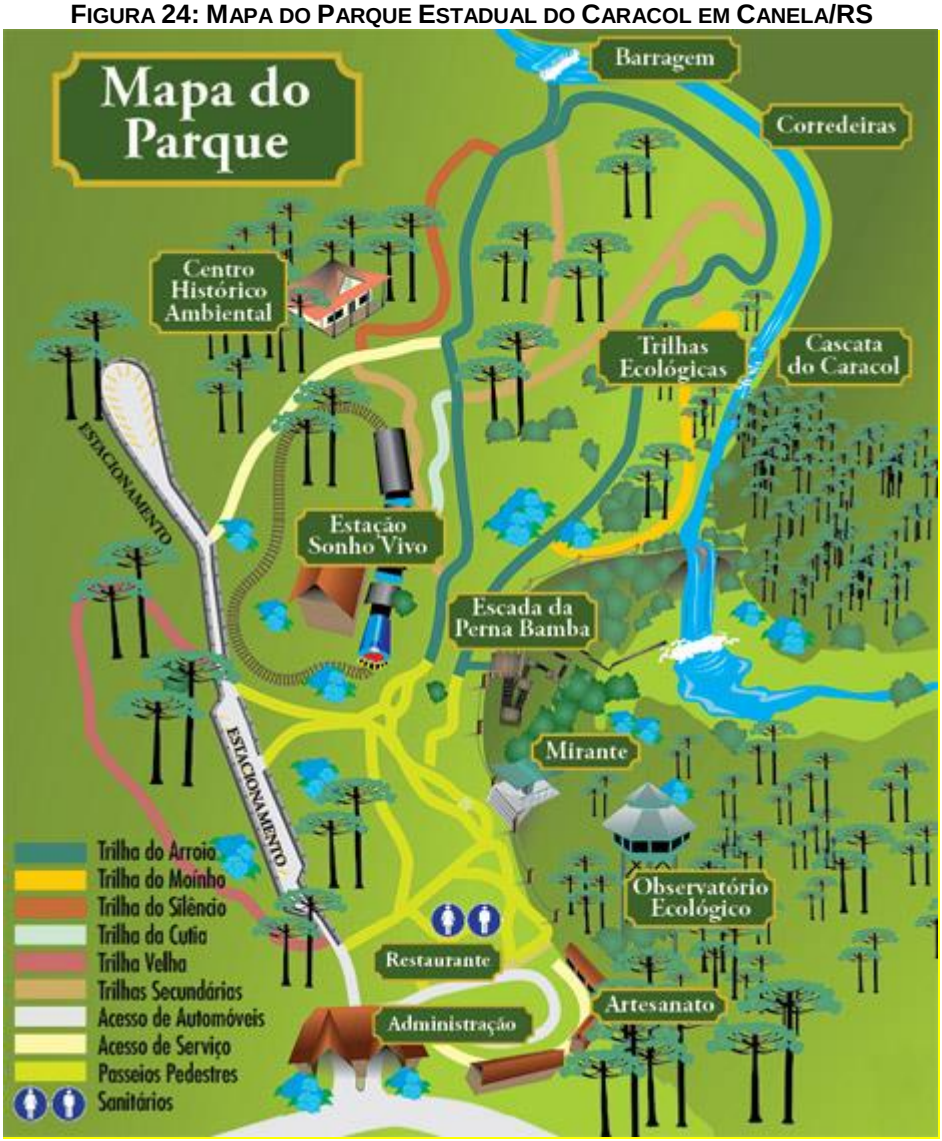
- Alemanha Encantada, parque temático inspirado nos contos dos irmãos Grimm retrata por meio de cenários. O Parque fica em frente ao Lago Negro.

Em relação aos parques temáticos de Gramado, merece destaque o *Snowland*, o primeiro parque temático de neve *indoor* das américas. Suas atrações estão divididas entre o Vilarejo Alpino, o Observatório e a Montanha de Neve. No Vilarejo Alpino a principal atração é uma pista de patinação no gelo. No observatório estão um bar, Avalanche Bar, e um restaurante, o À La Carte. Na Montanha de Neve é possível realizar diversas atividades esportivas como *o Airboard* (descida da “montanha” deitado em cima de uma prancha inflável), o *Tubing* (deslizar sentado sobre uma boia), esqui, *snowbording* (descida da “montanha” sobre uma prancha parecida com *skate*). Outras atrações são o Snowplay e os Mecatrônicos, neste último a proposta é fazer uma viagem no tempo e conhecer animais do tempo das cavernas como mamutes, preguiça gigante, Tigre dentes-de-sabre, etc. O Parque possui diversas lojas, estacionamento e funciona de segunda a quinta de 9h às 18h, sexta, sábado e feriados de 9h às 20h e domingo de 9h às 19h. (SNOWLAND, 2014).

Outro destaque da cidade em termos de lazer é a Rua Coberta que é cenário de vários eventos durante o ano e é uma rua com diversas opções de compras e de alimentação.

O município de Canela também se destaca não só por seus Parques Temáticos, mas por seus parques ecológicos como o Parque Estadual do Caracol, o Parque Municipal do Pinheiro Grosso e Parque Vale da Ferradura. Destes destaca-se o Parque Estadual do Caracol, que é o 2º ponto mais visitado do Sul do Brasil, possui painéis interpretativos, trilhas ecológicas, estrutura de lazer, lanchonete, restaurante, lojas de artesanato, escadaria com 927 degraus que leva até a base da Cascata do Caracol (escada da perna bamba), mirante, observatório de 27 metros de altura, centro histórico ambiental, estação sonho vivo. Abaixo é possível verificar o mapa do Parque Estadual do Caracol e seus principais atrativos:

FIGURA 24: MAPA DO PARQUE ESTADUAL DO CARACOL EM CANELA/RS



Fonte: PARQUEDOCARACOL, 2014.

Em Canela se destacam também mais dois parques, o Parque Terra Mágica Florybal e o Alpen Park. O Alpen Park é um parque que possui atrações de aventura como torre de

rapel, muro de escalada, arvorismo, tirolesas, passeios de quadriciclo e também atrações ligadas a tecnologia como cinema em 4D e cineminha 6D, o Alpen Interative com jogos em 5D, além de montanha russa. Possui estrutura de estacionamento, praça de alimentação, ambulatório, sanitários, fraldário, venda de *souvenirs*, serviço de atendimento ao visitante. O Parque funciona diariamente de 9h às 18h. (ALPENPARK, 2014).

Já o Parque Terra Mágica Florybal, tem por trás diversos temas diferentes em suas atrações como os dinossauros, de criaturas de fábulas como gnomos, sereias, aldeias indígenas dentre outros. Possui diversas atrações como cinema 7D, teleférico, dentre outros. Funciona diariamente de 9h às 17h30.

Em São Francisco de Paula o destaque são os empreendimentos ligados ao ecoturismo, dentre os quais estão A Reserva Ecológica Terra Do Sempre, o Parque das 8 Cachoeiras e o Parque das Cascatas. Todos esses empreendimentos oferecem hospedagem e também trabalham apenas com visitação as cachoeiras.

A região de Campos de Cima da Serra composta por Cambará do Sul e São José dos Ausentes também se destacam por seus atrativos ligados ao ecoturismo, que possuem uma infraestrutura básica para que a visitação ocorra ou mesmo sem infraestrutura.

O Parque Nacional Aparatos da Serra – Cânion Itaimbezinho em Cambará do Sul, tem seu acesso feito por estrada de chão pela RS 429 ou pela SC 360, e é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). A sede do Parque possui banheiros, lanchonete, espaço cultural, estacionamento, trilhas com serviço de guias: Trilha do Vértice, Trilha do Cotovelo, Trilha do Rio do Boi. O parque fica aberto à visitação de terça a domingo, das 8h às 17h. (CAMBARADOSUL.TUR.BR, 2014).

Em São José dos Ausentes os destaques são as pousadas fazendas próximas aos atrativos naturais e que oferecem passeios para trilhas a atrativos como Cachoeirão dos Rodrigues, Pico e Cânion Monte Negro, Desnível dos Rios Divisa e Silveira, por exemplo. (AUSENTESONLINE, 2014).

OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

O estado do Rio Grande do Sul possui 824 Guias de Turismo cadastrados no CADASTUR do Ministério do Turismo, dado consultado no site do CADASTUR em maio de 2014. Os municípios estudados no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha possuem juntos 392 Guias de Turismo. Porto Alegre é a cidade com maior número de guias de turismo com 319 profissionais, seguida de Gramado com 28 profissionais e Canela com 15, conforme quadro abaixo.

QUADRO 17: QUANTITATIVO DE GUIAS DE TURISMO DO CT PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

REGIÃO	MUNICÍPIO	GUIAS DE TURISMO
Porto Alegre e Delta do Jacuí	Porto Alegre	319
	Viamão	9
	Gravataí	6

REGIÃO	MUNICÍPIO	GUIAS DE TURISMO
Hortênsias	Gramado	28
	Canela	15
	Nova Petrópolis	5
	São Francisco de Paula	-
Vale do Paranhana	Taquara	5
	Igrejinha	3
	Três Coroas	2
Campos de Cima da Serra	Cambará do Sul	-
	São José dos Ausentes	-

Fonte: CADASTUR, 2014.

Segundo dados da SETUR/RS, são cerca de 40 Centros de Atenção ao Turista (CATs) no Rio Grande do Sul. Na região do CT Porto Alegre Serra Gaúcha são 8 CATs nos seguintes municípios:

- Cambará do Sul (3), um na Casa do Turista (atendimento diariamente 8h às18h), um na Secretaria Municipal do Turismo e Copa do Mundo 2014 (segunda a sexta, 8h às 12h – 13h30 às 17h30) e um no Parque Aparato da Serra (terça a domingo, das 8h às 17h);
- Gramado (1), na Avenida Borges de Medeiros, 1647;
- Porto Alegre (2), no Aeroporto Internacional Salgado Filho e na Rodoviária;
- São Francisco de Paula (1), no trevo R020/RS235;
- São José dos Ausentes (1), Av. Ismênia Batista Ribeiro Velho, 1660.

Segundo dados do site do Porto Alegre e Região Metropolitana *Convetion & Visitors Bureau*, há 5 Centros de Informação ao Turista em Porto Alegre: no Aeroporto Internacional Salgado Filho, no Centro Histórico de Porto Alegre, no Linha Turismo, no Mercado do Bom Fim; e na Usina do Gasonômetro. Segundo a publicação BEMTUR (2012, p. 27),

> Em 2012 foram atendidas 80.276 pessoas nos cinco CITs da Secretaria Municipal de Turismo, contra 55.232 pessoas em 2011. O aumento foi de 45,34%. O número de visitantes residentes no Brasil que procurou o serviço

> cresceu 69% e o de turistas estrangeiros, 41%. Os meses de julho, com 8.253 atendimentos, e novembro, com 8.036, foram os de maior fluxo.

Ainda segundo dados da publicação BEMTUR (2012), os visitantes brasileiros vinham principalmente das regiões sudeste e sul, com destaque para os estados de São Paulo (1º), Rio Grande do Sul (2º), Rio de Janeiro (3º), Paraná (4º). Já os turistas estrangeiros tinham maior procedência dos seguintes países: Argentina (1º), Uruguai (2º), Estados Unidos (3º) e Alemanha (4º).

Ainda segundo o mesmo relatório o atendimento em língua estrangeira mais solicitado no ano de 2012 foi no idioma espanhol (63,9%), seguido do inglês (33,8%). O tipo de informação solicitada mais frequente foi sobre a Linha Turismo, conforme gráfico da SMTUR (2012).

O Estudo de Competitividade Destinos do Rio Grande do Sul realizado pela FGV/SETUR-RS (2014) sobre o destino Canela mostra que existe em Canela um Centro de Atendimento ao Turista e que este possui profissionais que prestam informações ao turista sobre a cidade e seu entorno, display com mapa explicativo e venda de artesanato.

Com relação às informações turísticas, de modo geral os sites das prefeituras municipais possuem algum tipo de informação sobre os principais serviços turísticos do município. Abaixo é feita uma descrição geral do que pode ser encontrado nos sites das prefeituras dos municípios pesquisados no CT Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Segundo dados retirados no site da Prefeitura de Gramado, a Secretaria de Turismo de Gramado presta informações turísticas no Posto de Informações e nos Pórticos da cidade por meio da distribuição de mapas e folhetos com informações sobre os atrativos turísticos. Outras informações disponíveis no site são: pontos turísticos, mapa turístico, agroturismo, informações sobre a gastronomia e hotelaria, agências e locadoras e casas noturnas.

No site da Prefeitura de Cambará do Sul é possível ter algumas informações sobre o turismo no município, bem como sobre os CATs disponíveis no município e horários e dias de funcionamento já citados neste trabalho.

No site da Prefeitura de Igrejinha é possível ter informações turísticas sobre atrativos naturais e culturais, a festa *Oktobertfest* em outubro, dentre outros. A Central de Informações Turísticas é na Rua Coberta Ary Delmar Koppe, no centro e funciona de 9h30 às 19h30.

No site da Prefeitura de São José dos Ausentes é possível ter acesso a três tipos de informações apenas: meios de hospedagem, gastronomia e pontos turísticos de forma bastante simplificada.

O site da prefeitura de Nova Petrópolis traz diversas informações sobre o turismo local como roteiros, hotelaria, gastronomia, agências de turismo, eventos, atrativos turísticos, e têm inclusive um vídeo institucional sobre a cidade e o turismo local. Além disso, é possível verificar que existe uma Central de Informações Turísticas chamada Torre Vigia na Av. 15 de novembro, 100. O site não especifica o horário de funcionamento.

Já no site da prefeitura de São Francisco de Paula é possível verificar poucas informações, apenas a listagem de meios de hospedagem e restaurantes.

No site da Prefeitura de Taquara é possível verificar informações como meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, locadoras de veículos, gastronomia e bares, rotas e passeios culturais.

No site da Prefeitura de Três Coroas há informações básicas sobre os serviços e equipamentos turísticos como meios de hospedagem, alimentação, empresas de *rafting* já que o turismo de aventura é o forte deste município, taxis. Traz também informações sobre os pontos turísticos da cidade.

No site da Região das Hortênsias *Convention & Visitors Bureau* é possível também conseguir informações sobre os principais pontos turísticos das cidades de Canela, Gramado, São Francisco de Paula e Nova Petrópolis.

No site da Prefeitura de Porto Alegre é possível conseguir diversas informações sobre a cidade, serviços turísticos diversos, roteiros e programas, linha turismo, agenda cultural e de eventos, dente outros. Essas informações também estão bem difundidas e divulgadas no site do Porto Alegre e Região Metropolitana *Convention & Visitors Bureau*.

Os sites institucionais das Prefeituras que precisam melhor as informações turísticas são da cidade de Canela, Gravataí, Viamão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontraram-se grandes dificuldades na aplicação das pesquisas com serviços e equipamentos turísticos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha. A baixa receptividade do empresariado local provocou a utilização de dois métodos diferenciados de aplicação dos formulários – internet e telefone. O tempo de realização da pesquisa precisou ser bastante alongado. Inicialmente se pensou um tempo de aproximadamente duas semanas, mas com a baixa de respostas foi necessário alongar o prazo de forma significativa, o que atrasou a tabulação dos dados e análise geral. Embora tais problemas tenham ocorrido, os mesmos foram minimizados no final da pesquisa com abertura de novo período de pesquisa de 15 de julho a 15 de agosto e com o contato por telefone. O retorno nos municípios com maior número de empreendimentos como Porto Alegre, Gramado e Canela foi maior na segunda fase da pesquisa e os dados secundários permitiram uma análise satisfatória. No total, participaram da pesquisa 190 empreendimentos, 61 deles de Porto Alegre (32,10%); 46 de Gramado (24,21%); 20 de Nova Petrópolis (10,52%); 13 de Canela (6,84%); 11 de São Francisco de Paula e 11 de Cambará do Sul (5,78%); 10 de Viamão (5,26%); 7 de Três Coroas (3,68%); 6 de São José dos Ausentes (3,15%); 2 de Igrejinha (1,05%); 1 de Taguara (0,52%) e nenhum empreendimento do município de Gravataí participou da pesquisa.

2.3 INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS

O presente capítulo tem como objetivo fundamental realizar uma análise da infraestrutura básica e dos serviços gerais encontrados no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha, a fim de comparar a capacidade atual do conjunto de redes e sistemas de abastecimento com as necessidades futuras em face dos incrementos da visitação turística, considerando: a rede viária de acesso, os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, limpeza urbana, rede de drenagem pluvial, sistemas de transporte urbano, iluminação pública, serviços de saúde e segurança.

Porto Alegre foi eleita para sediar jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Como pré-requisito à investidura, a Cidade se propôs a realizar obras de melhoria da infraestrutura existente. Assim, pode-se considerar que, além de incrementar a visitação turística a Copa do Mundo FIFA 2014 trará uma série de benefícios os quais podem ser considerados como legado para o futuro.

Para a análise foi realizada uma coleta de dados secundários por meio de informações fornecidas pelos órgãos municipais e por empresas reguladoras dos serviços em questão.

2.3.1 Rede Viária de Acesso e Transporte Urbano

Entre oferta e demanda, os modos de transporte exercem função primordial nas atividades turísticas. Fatores como tempo, distância, conforto, preço e outros são determinantes para as escolhas do turista. Avaliar esses fatores se torna preponderante para o aprimoramento do turismo. Portanto, será apresentado a seguir o diagnóstico da situação atual da infraestrutura e serviços de transporte, assim como, um levantamento de projetos e obras previstas que influenciarão o setor turístico da região.

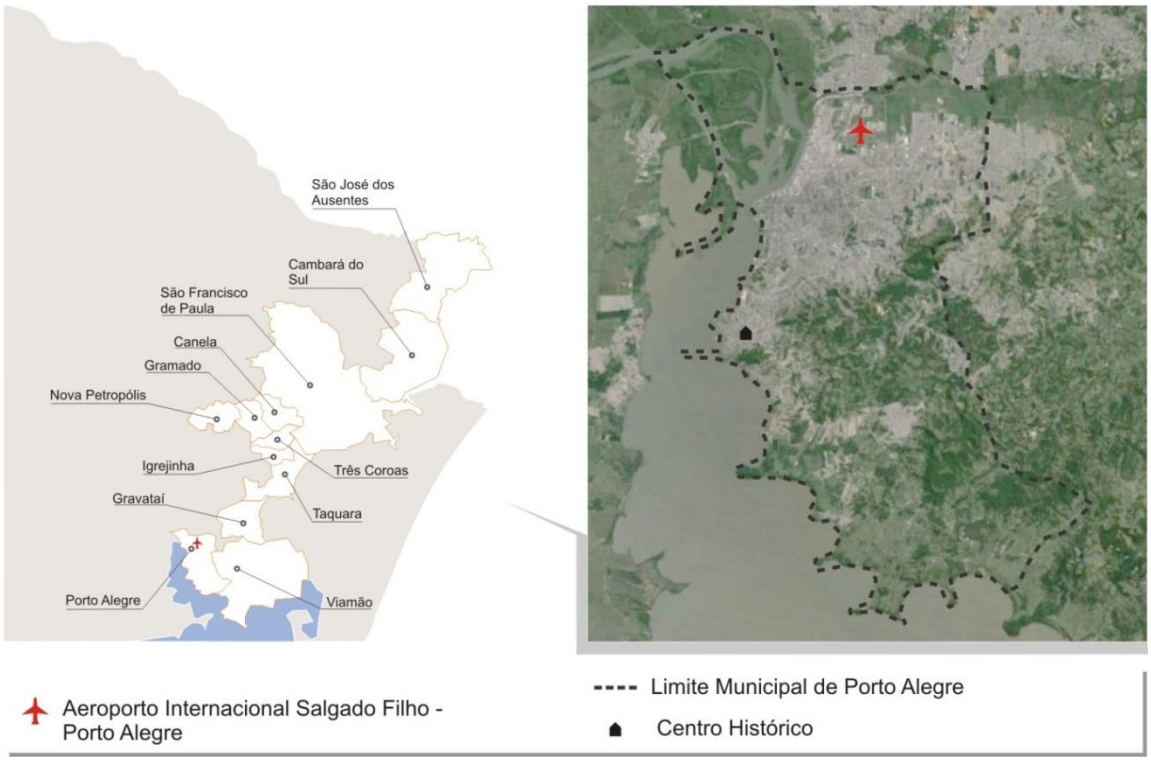
As informações relatadas abaixo são organizadas por sistemas de transporte, inclusive os destinados à ciclistas. Pois, os conceitos de mobilidade urbana são componentes importantes para a sustentável. Nesse contexto, são estimulados principalmente a intermodalidade transporte coletivo e meios não motorizados.

A. Rede viária, acessos regionais e serviços

AEROVIÁRIA

A capital Porto Alegre, por meio do Aeroporto Internacional Salgado Filho, possui 76% da sua movimentação voltada para a aviação comercial com voos nacionais e internacionais. Administrado pela Infraero se destaca por ser o aeroporto de maior movimentação na região sul do país. A seguir, o mapa situa o aeroporto no contexto do CT e no município de Porto Alegre.

FIGURA 7: LOCALIZAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO

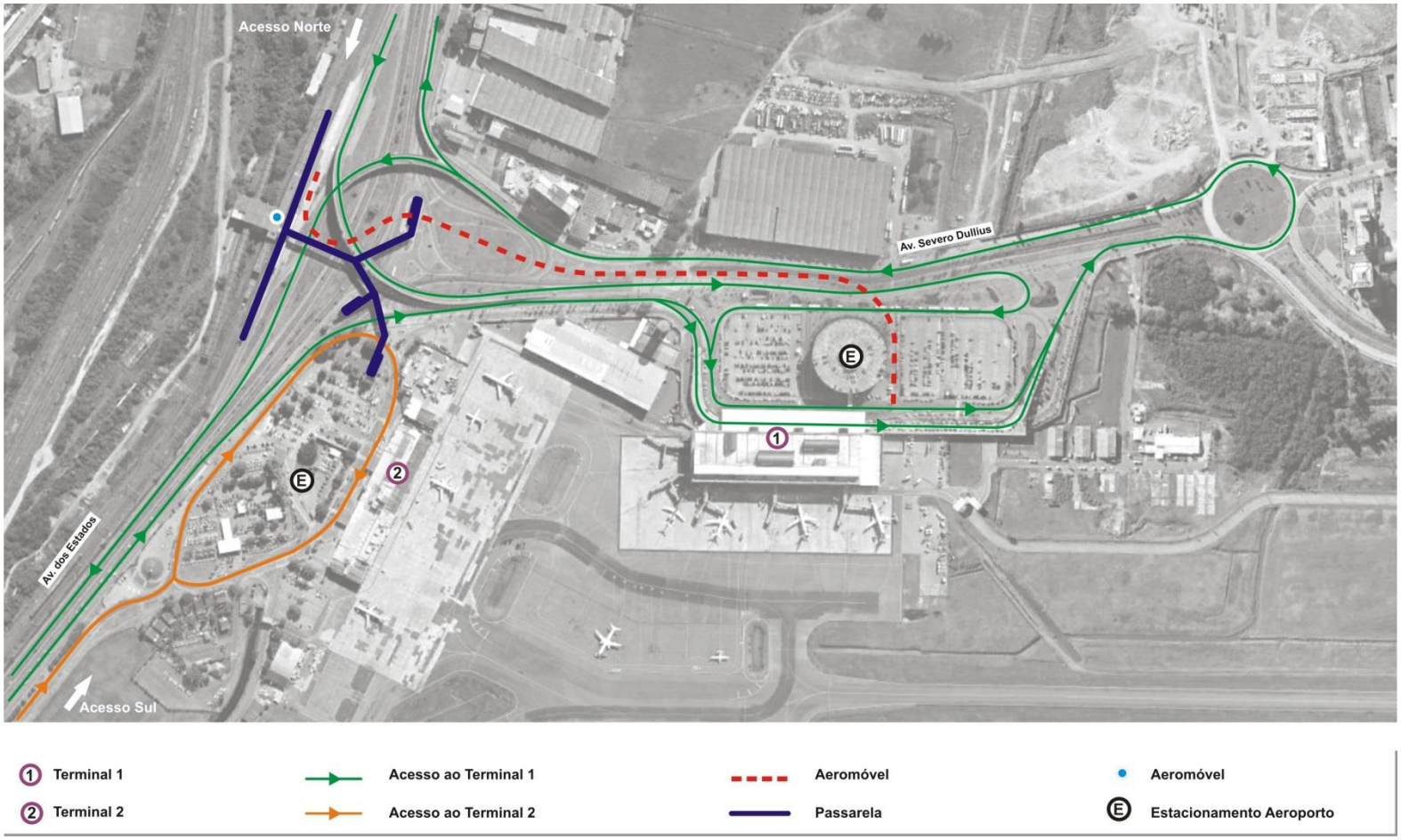


Fonte: ITEC,2014. Imagem:Google Earth.

O complexo aeroportuário Salgado Filho possui dois terminais de passageiros e está localizado na zona norte do município, no bairro São João. Como observado na figura a seguir, a Avenida dos Estados é a principal via de acesso aos terminais.

O Terminal 1, o mais recente e atualmente em reforma, está localizado na Av. Severo Dullius. Segundo dados da Infraero contêm cinco pontes de embarque é o principal terminal do Aeroporto Internacional Salgado Filho com área de 37,6 mil m². O estacionamento desse terminal possui capacidade para 2184 veículos – em estacionamentos pagos em edifício garagem e área não coberta.

FIGURA 8: ACESSOS AO AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO



Fonte: ITEC,2014. Imagem:Google Earth.

Mais antigo e sem pontes de embarque, o Terminal 2 retornou o funcionamento em 2010 para auxiliar nas operações do aeroporto. Possui 15,5 mil m² e estacionamento não coberto com capacidade para 345 veículos. O acesso rodoviário se faz pela marginal da Av. dos Estados, o que requer atenção dos motorista e reforço na sinalização vertical. Não constam placas indicativas do Aeroporto de sinalização turística (fundo marrom), apenas de indicação com fundo azul, sendo que algumas placas apresentam a legenda em inglês e pictograma. Algumas placas estão indicadas na figura seguir.

FIGURA 9: TIPOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE INDICAÇÃO PAR ACESSO AO AEROPORTO.

Pórtico com sinalização turística para o Centro Histórico e Indicativa em azul, com legenda em inglês para Aeroporto

Placa diagrama indicativa de sentido/direção que inclui o Aeroporto.

Pórtico com sinalização indicativa em azul, sem legenda, para embarque e desembarque para o Terminal 1.

Fonte: ITEC,2014. Imagem:Google Earth.

FIGURA 10: DETALHE A- PONTOS DE CUIDADO NO ACESSO AO AEROPORTO.

Fonte: ITEC,2014. Imagem:Google Earth.

Há falta de sinalização turística de cor marrom ao sair do aeroporto para os pontos turísticos do município. Pois deve ser observado o trajeto do turista desde o ponto de chegada até o de partida do município.

Segundo o Anuário Estatístico de Tráfego Aéreo de 2013, a movimentação de 2012/2013 do aeroporto registra queda de 5%. O aeroporto está atuando abaixo de sua capacidade de 13 milhões de passageiros por ano. Em 2013 foram registrados 73 mil pousos e decolagens,

sendo que os voos nacionais representam 92,7% da movimentação. A Região Sudeste representa mais da metade da movimentação, seguida da Região Sul.

O aeroporto Salgado Filho possui voos diretos para Buenos Aires (ARG), Rosário (ARG), Montevidéu (URU), Lima (PER), Lisboa (POR), Panamá (PAN), e o mais recente - Miami (EUA). Portanto, a região turística possui conexão direta com a Europa e países da América do Sul, Central e do Norte. As companhias aéreas atuantes são: Aerolineas Argentina, Avianca, Azul Linhas Aéreas, BQB, Copa Airlines, Gol, TAM, Taca Airlines e TAP.

Outono e inverno são períodos de ocorrência de fortes neblinas, o que acarreta constante fechamento temporário do aeroporto. Em fase de implantação, o sistema ILS 2 ampliará a possibilidade de voos em caso de neblina, mas não evitará o fechamento em caso de forte neblina.

Os serviços no aeroporto são: Balcão de Informações, Perdidos e Achados, ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Juizado da Infância, Ministério da Agricultura, Polícia Civil, Polícia Federal, Secretaria de Turismo de Porto Alegre e Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre as facilidades, encontram-se bancos, caixas eletrônicos, Posto Médico, Táxi, Locadora de Veículos, Farmácia, Capela Ecumênica, Fraldário, Casa de Câmbio, Alimentação, Engraxates, Proteção de Bagagem, Correios, Agências de Turismo, Produtos Regionais, Livraria, Moda, Telefonia, *Free Shopping*. Nesse caso, destaca-se a recente linha implantada por aeromóvel do Aeroporto à Estação de trem, como descrito no item Ferroviário deste relatório.

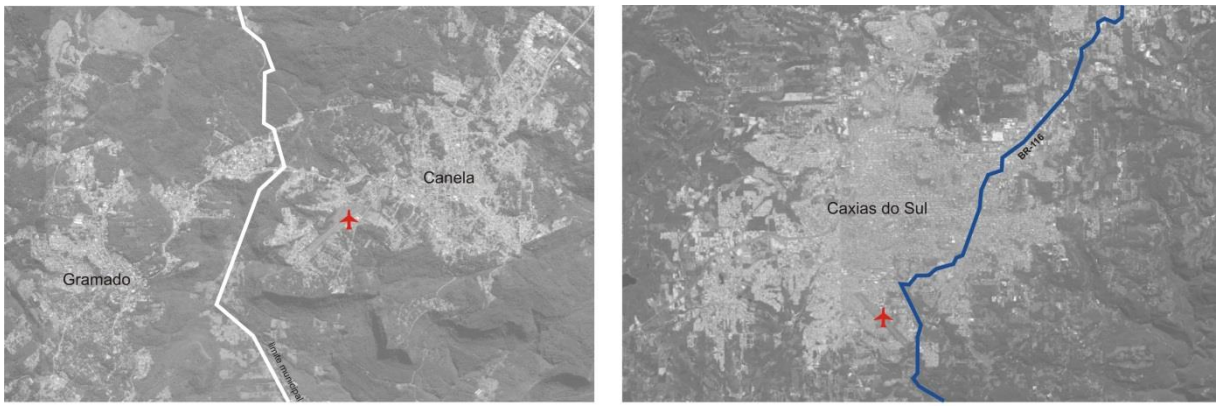
Aeródromos de Canela e Caxias do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, os aeródromos são administrados pela Infraero e os demais pelo estado ou municipalidade.

Dentro do CT, encontra-se o Aeródromo Municipal de Canela, importante para o turismo na serra gaúcha. Porém, recebe apenas voos de pequeno porte. Sua localização está próxima também de Gramado.

Destaca-se o aeródromo localizado em de Caxias do Sul (distância 125 km de Porto Alegre) - próximo à região do CT. Caxias do Sul está à 70 km de Gramado e 77 km de Canela, ambos, Gramado e Canela, fazem limite com a região sudeste do município de Caxias do Sul.

FIGURA 11: LOCALIZAÇÃO DOS AERÓDROMOS DE CANELA E CAXIAS DO SUL.



Fonte: ITEC,2014. Imagem:Google Earth.

Em Caxias do Sul está localizado o segundo maior aeroporto do estado – Aeroporto Regional Hugo Cartergiani. Por sua proximidade em relação ao corredor, a presença de voos nacionais e previsão de futuros investimentos para ampliação e melhoramentos, esse aeródromo se torna significativo no contexto do corredor. Azul e Gol são as companhias aéreas em operação, como voo com destino a Curitiba, Campinas e São Paulo (Congonhas).

FERROVIÁRIA

A infraestrutura ferroviária do Rio Grande do Sul, assim como a brasileira em geral, encontra-se em grande parte desativada ou operando com o predomínio para o transporte de cargas. Mas, o novo momento de retomada de investimentos nesse modal pode favorecer na ampliação do transporte de cargas e possibilidades para transportes de passageiros, inclusive os destinados ao turismo. Atualmente, as ferrovias do estado estão sobre concessão da ALL-América Latina Logística S/A, conforme apresentado no mapa a seguir da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

FIGURA 12: MALHA FERROVIÁRIA DA ALLMS.

Fonte:www.antt.gov.br. Acesso: 15/05/2014.

Segundo o Ministério do Turismo, existem no Brasil 33 trens turísticos. Destes, apenas 1 fica no Rio Grande do Sul. Conhecido como trem turístico da Serra Gaúcha, o Passeio de Maria Fumaça encontra-se entre Bento Gonçalves e Carlos Barbosa. Apesar da localização, essa linha férrea não pertence ao CT.

O sistema urbano de transporte sobre trilhos mais conhecidos nas grandes cidades brasileiras são o Trem Metropolitano e Metrô. Porto Alegre é a cidade do corredor turístico que já possui a infraestrutura de trem para transporte de passageiros e possui perspectivas de estabelecimento de metrô, atualmente em fase de projeto. Porém, recentemente a capital gaúcha implantou um novo sistema sobre trilhos – o Aeromóvel.

Aeromóvel

Inaugurado em agosto de 2013, o Aeromóvel de Porto Alegre apresenta tecnologia nacional em que o veículo sobre trilhos é movido através da propulsão do ar. Estabelece a conexão entre o Aeroporto e a estação de trem urbano mais próxima, o que representa um percurso de 814 metros feito em via suspensa. Por ser uma tecnologia nova, o aeromóvel é um ponto de curiosidade entre moradores e visitantes.

O Aeromóvel representa uma alternativa de modal que visa melhorar a mobilidade urbana na capital, que assim como as demais grandes cidades brasileiras, vê o esgotamento do modelo rodoviarista que privilegia o automóvel individual. O seu traçado representa caso de intermodalidade (aeroporto/aeromóvel/ trem urbano) de transporte coletivo. O percurso do aeromóvel tem duração de aproximadamente 2 minutos e é operada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. – Trensurb.

Trem Metropolitano

A linha de transporte do trem urbano ocorre no Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre. Especialmente, atende o deslocamento diário dos municípios Canos, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo em direção à Porto Alegre. Atualmente, a sua conexão do Aeromóvel, oriundo do Aeroporto, pode geral um maior uso de usuários destinados ao turismo. A empresa responsável por esse modal é uma sociedade de economia mista, vinculada aos governos federal, estadual e municipal.

O planejamento, coordenação, fiscalização e gestão da mobilidade urbana na região metropolitana de Porto Alegre está submetido à METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional. Pois a responsabilidade do órgão abrange o desenvolvimento regional e urbano.

Atualmente, a linha do trem urbano encontra-se entre a Estação do Mercado Público (Porto Alegre) e a Estação Santo Afonso (Novo Hamburgo). A frota é composta por 25 trens elétricos com quatro carros que permitem 228 passageiros sentados e 853 em pé[15].

[15] Fonte: http://www.trensurb.gov.br/paginas/paginas_detalhe.php?codigo_sitemap=15

FIGURA 13: LINHA ATUAL EM OPERAÇÃO DO TREM URBANO.

Fonte: pt.wikivoyage.org. Acesso: 17/05/2014.

HIDROVIÁRIA

Assim como modal ferroviário, o hidroviário possui mais potencialidades do que efetivas operações em atuação. Tanto para transporte de passageiros quanto de cargas. No Brasil, o caso da Amazônia é o mais emblemático como transporte de passageiros por hidrovia. No Rio Grande do Sul destaca-se o recente uso desse transporte através do lago Guaíba entre Porto Alegre e o município de Guaíba.

O Lago Guaíba, representa paisagem natural de referência para os porto alegrenses e rio grandenses em geral. Possui carácter histórico e cultural, especialmente por sua condição de navegabilidade e ter permitido assim a chegada de imigrantes no início da ocupação da região. Dessa forma, é favorável para o uso do transporte turístico.

Atualmente, algumas empresas privadas possuem permissão de uso para passeios turísticos saindo de Porto Alegre para as ilhas do Delta do Jacuí e ao sul como a Ilha do Presídio.

Catamarã

Em 2011, na região metropolitana de Porto Alegre, teve o início da operação da linha Porto Alegre/Guaíba através de veículos chamados de catamarãs via lago Guaíba. O trajeto tem duração de cerca de 20 minutos.

É operado pela empresa CatSul. O funcionamento ocorre de segunda à sexta com a primeira partida às 06:30 em último desembarque às 20:30, ambos em Guaíba. Aos sábados, possui início às 8:30 e fim às 20:30. Domingos e feriados se inicia mais tarde, com o embarque às 9:30, com último desembarque às 20:30. O valor por trecho é de R$ 7,35[16].

A imagem a seguir, retirada do endereço eletrônico da Travessia Porto Alegre-Guaíba, apresenta o traçado da linha. Esse mesmo portal possui link em destaque na sua página inicial com informações turísticas do município de Guaíba como passeio pelo píer, restaurante com culinária local e atrativos arquitetônicos. Dessa forma, mostra o interesse da empresa de que o modal seja utilizado além das necessidades rotineiras da região.

FIGURA 14: TRAÇADO DA LINHA POA-GUAÍBA.

Fonte: www.travessiapoaguaiba.com.br. Acesso: 27/05/2014.

Do mesmo endereço eletrônico, originam o mapa de acesso à hidroviária de Porto Alegre, apresentado a seguir. Observa-se em Porto Alegre que há a proximidade da estação do Cais do Porto e a Estação Mercado do Transurb através de passagem subterrânea de pedestres. Além estar localizado próximo à Prefeitura e Porto Alegre e Mercado Público. As vias da região também possuem estações de ônibus e o Terminal Parobé, mostrando um incremento da mobilidade urbana e acessibilidade na região. Itens preponderantes para a escolha de um modal pelo turista são localização e qualidade.

[16] Fonte: http://www.travessiapoaguaiba.com.br/site/default.asp

FIGURA 15:LOCALIZAÇÃO DA HIDROVIÁRIA DE PORTO ALEGRE.

Fonte: www.travessiapoaguaiba.com.br. Acesso: 27/05/2014.

O Lago Guaíba apresenta potencial para outras linhas hidroviárias, assim como uso de embarcações de lazer.

Porto de Porto Alegre

O Rio Grande do Sul possui cinco portos, como apresentado no mapa abaixo retirado do endereço eletrônico da SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias, do governo estadual. Ressalta-se no mapa a Lagoa dos Patos – laguna que permite a ligação com o Oceano Atlântico.

FIGURA 16: LOCALIZAÇÃO DE PORTOS NO RS.

Fonte: www.sph.rs.gov.br. Acesso: 19/05/2014.

O porto de Rio Grande é um importante porto brasileiro de transporte de cargas e o maior no Rio Grande do Sul. No CT está localizado o Porto de Porto Alegre na margem esquerda do Lago Guaíba, na capital gaúcha. O acesso se faz pelo porto de Rio Grande, distante 310 km.

Possui oito quilômetros ao longo de três cais – Mauá, Navegantes e Marcílio Dias. Atualmente é destinado ao transporte de cargas, como fertilizantes e grãos. Desses cais, o Mauá foi arrendado para projeto de revitalização e os demais continuam em operação.

CICLOVIÁRIA

O uso da bicicleta como meio de transporte cotidiano nas cidades tem se tornado componente importante dentro das práticas de mobilidade urbana sustentável. Nesse contexto, encontra-se o uso para turismo e lazer, crescente em todo o mundo e com poucas iniciativas no Brasil, mas promissoras.

O uso crescente de ciclovias que favorece o turismo e lazer, está nas inúmeras possibilidades de interação com as paisagens, centros urbanos, áreas rurais etc. Propiciando a revitalização de áreas e até mesmo na criação de roteiros com potencial turístico.

O sistema cicloviário é composto por diferentes tipologias, como especificado a seguir:

a) Ciclofaixa: faixa exclusiva para ciclistas localizada em vias de veículos motorizados.

b) Ciclovia: via segregada e exclusiva para ciclistas.

c) Tráfego compartilhado: vias onde o uso pode ser compartilhado com pedestres e outros veículos. Nesse caso, o ciclista não possui necessariamente a prioridade na via.

Porto Alegre se destaca como capital que em 2009 institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI) como instrumento para promover o uso da bicicleta em condições adequadas. Está prevista a implantação de rede cicloviária com aproximadamente 500 km. A situação das ciclovias existentes, segundo o a EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) da Prefeitura de Porto Alegre, estão apresentadas abaixo[17] :

- Ciclovia Ipanema (Ciclovia Ayrton Senna da Silva): 1,2 km de extensão, no Bairro Ipanema. Ciclovia segregada junto à via, bidirecional, 3,0 m de largura média e pavimento asfáltico.

- Ciclovia da Diário de Notícias (Ciclovia Eduardo Schaan): 2,0 km de extensão, na Avenida Diário de Notícias, junto à orla do Guaíba. Ciclovia segregada em calçada, bidirecional, 3,2 m.

- Ciclovia da Restinga : 4,6 Km de rede cicloviária no Bairro Restinga.

- Ciclovia José do Patrocínio: 880 metros de extensão, entre as avenidas Loureiro da Silva e Venâncio Aires.

[17] Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/default.php?p_secao=227

- Ciclofaixa Sete de Setembro (Centro): 585 metros de extensão. Primeiro trecho se localiza nas vias Borges de Medeiros até a General Câmara, e o segundo, da Caldas Júnior até a Padre Tomé.
- Ciclovia da Avenida Adda Mascarenhas: 1,2 km entre as ruas Karl Iwers e Vitório Francisco Giordani.
- Ciclovia da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira: 1,1 km, entre a Manoel Elias e a Dr. Vargas Neto.
- Ciclovia Estrada das Três Meninas: 1,650 m localizada na estrada das Três Menina.
- Ciclovia Avenida Chuí: 650 m na Av. Chuí, zona Sul.
- Ciclofaixa da Icaraí: 1,7 km entre as avenidas Wenceslau Escobar e Chuí.
- Ciclovia Vasco da Gama / Irmão José Otão: 1,1km, entre as ruas Miguel Tostes e Barros Cassal.
- Ciclovia General João Telles: 300m, entre a Vasco da Gama e Osvaldo Aranha
- Ciclovia Barros Cassal: 300m, entre a Vasco da Gama e Osvaldo Aranha.

Aluguel de Bicicletas - BikePOA

O serviço de aluguel de bicicletas possui crescente utilização em grandes cidades brasileiras que também está relacionado com a mobilidade e acessibilidade à atrativos turísticos. São Paulo e Rio de Janeiro são exemplos nacionais onde este tipo de usa está em consolidação por moradores e turistas.

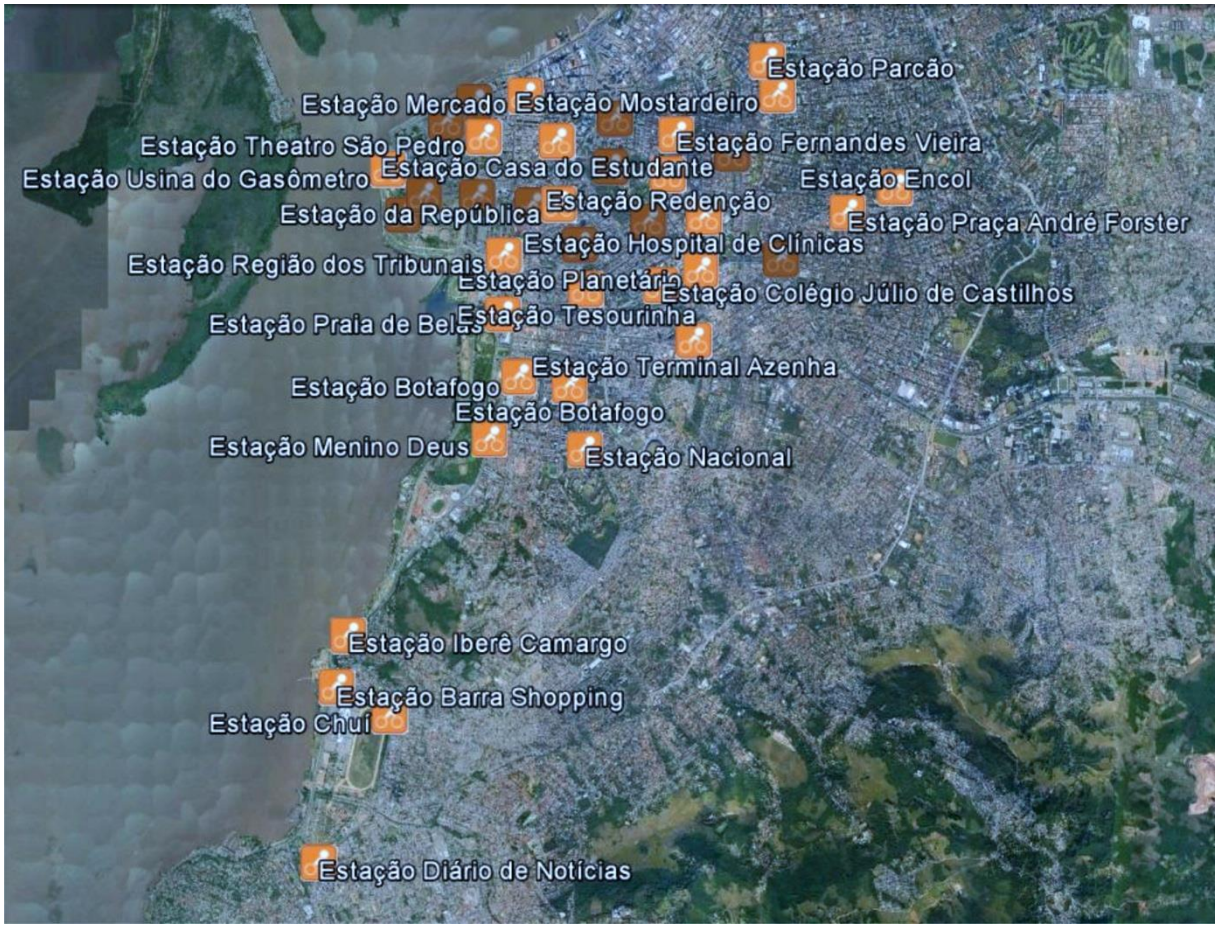
Em Porto Alegre, o serviço de bicicletas públicas de aluguel possui o nome de BikePOA. Segundo a prefeitura de Porto Alegre[18] as estações estão espalhadas por diversos pontos da Capital, como universidades, pontos turísticos, polos de atratividade, além de estações de transporte público.

[18] Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/default.php?p_secao=228

1. Mercado Público
2. Praça da Alfândega
3. Casa de Cultura
4. Usina do Gasômetro
5. Câmara Municipal
6. Escola Técnica Parobé
7. Casa do Estudante (av. André da Rocha)
8. Largo Zumbi dos Palmares
9. Redenção-UFRGS
10. Região dos Tribunais (av. Aureliano Figueiredo Pinto)
11. Shopping Praia de Belas
12. Menino Deus (rua José de Alencar)
13. Barra Shopping
14. Ginásio Tesourinha
15. Planetário (Av. Ipiranga)
16. Terminal Azenha
17. Hospital de Clínicas
18. Joaquim Nabuco com José do Patrocínio
19. Redenção (nas imediações do posto policial)
20. Diário de Notícias com Wenceslau Escobar
21. Museu Iberê Camargo
22. Rua José de Alencar (próximo a Gonçalves Dias)
23. Ipiranga com João Guimarães
24. Rua Botafogo (esquina com Rafael Saadi)
25. Rua República (esquina com Comendador Batista)
26. Parque Harmonia (Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300)
27. Rua Santana (esquina com Venâncio Aires)
28. Praça da Matriz (em frente ao Theatro São Pedro)
29. Rua Cabral com São Manoel
30. Mostadeiro com Goethe
31. Parcão (rua Comendador Caminha)
32. Praça da Encol (próximo a Rua Passo da Pátria)
33. Rua Rômulo Telles Pessoa, na Praça André Forster
34. Rua Botafogo com Getúlio Vargas
35. Av. Chuí com Icaraí
36. Colégio Júlio de Castilhos (Av. João Pessoa com Rua Luiz Manoel)
37. Rua Fernandes Vieira, esquina com Vasco da Gama
38. Rua Barros Cassal, com Rua Irmão José Otão
39. Shopping Total

A figura a seguir mostra a localização das estações.

FIGURA 17: LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES BIKEPOA.



Fonte: Google Earth, 2014.

O sistema é fruto de parceria com o Banco Itaú e o Sistema de Bicicletas SAMBA. Porém, para o acesso à bicicleta é necessário que o usuário entre em contato com a operadora via internet ou telefone, sendo pagamento realizado apenas por cartão de crédito. Esse procedimento restringe o uso do sistema à um grupo da população, sendo importante se pensar em soluções que facilitem o acesso a um grupo maior de usuários. O valor do passe mensal é de R$10,00 e o eventual de R$5,00[19].

As imagens abaixo mostram a estação 06 de localização oportuna junto à parada da linha turística de ônibus.

[19] Fonte: http://www.mobilicidade.com.br/bikepoa.asp

FOTO 25: PONTO DA LINHA TURISMO NO LARGO DO ZUMBI.
Fonte: ITEC,2014.

FOTO 26: ESTAÇÃO DE BICICLETA COM PLACA INFORMATIVA
Fonte: ITEC,2014.

As fotos acima foram retiradas em março de 2014 e mostra que mesmo recentemente implantadas, o sistema de bicicleta apresenta necessidade de manutenção tanto quanto à pichação e à atualização das informações do totem. Nesse espaço também ocorre às terças feiras uma das Feiras Modelos que comercializam hortigranjeiros na capital.

O uso crescente da bicicleta corrobora para o desenvolvimento sustentável das cidades e possui grande potencial para desenvolver variados programas que envolvam o uso turístico.

RODOVIÁRIA

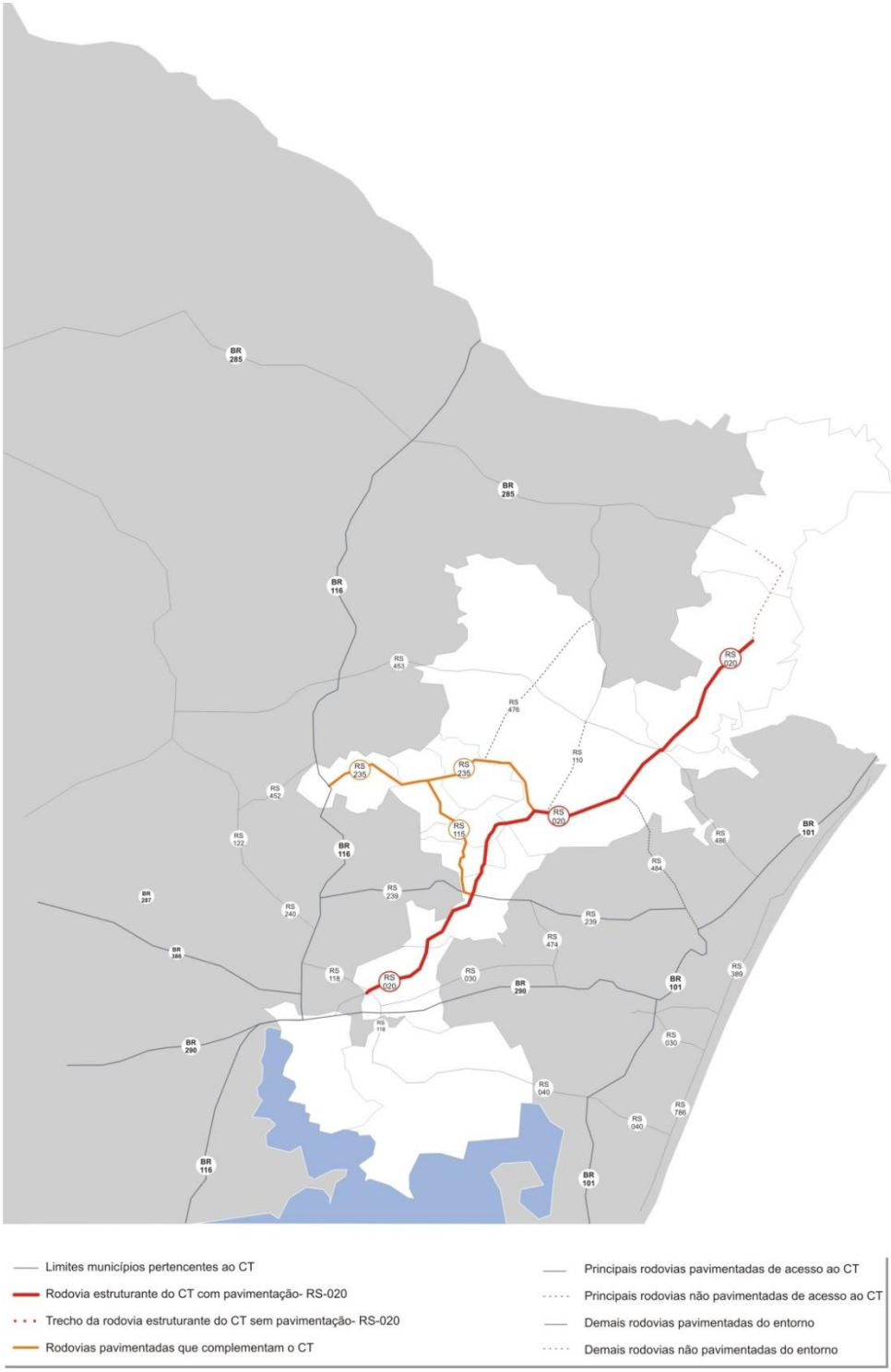
O CT possui como eixo estruturante a rodovia estadual RS-020. Outras rodovias complementam o CT, ou seja, são necessárias para acesso a alguns municípios. Outras rodovias são importantes a nível regional para o acesso ao CT. Dessa forma, as rodovias foram organizadas de acordo com o quadro e figura a seguir.

QUADRO 18: ORGANIZAÇÃO DAS RODOVIAS PARA ESTUDO DO DIAGNÓSTICO.

RELAÇÃO COM O CORREDOR	TIPO	RODOVIA
Pertencente ao Corredor	Estruturante	RS-020
	Que Complementam o Corredor	RS-115 RS-235 RS-239*
Principais Rodovias de Acesso ao Corredor	Federais	BR-101 BR-116 BR-290 BR-285
	Estaduais	RS-453 RS-040 RS-118

* Trecho do entroncamento com RS-115 até entroncamento com a RS-020.
Fonte: ITEC,2014.

MAPA 8: RODOVIAS DO CT.



Fonte: ITEC,2014.

Segurança Viária

A nível federal foi lançado o Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a década de 2011 – 2010 e deve ser entendido como a Política Nacional de Trânsito[20]. Essa mesma década foi proclamada pelas Nações Unidas como Década da Segurança Viária. Pois tal tema se torna importa, visto o grande número de acidentes que por sua vez, dão prejuízos econômicos e sociais.

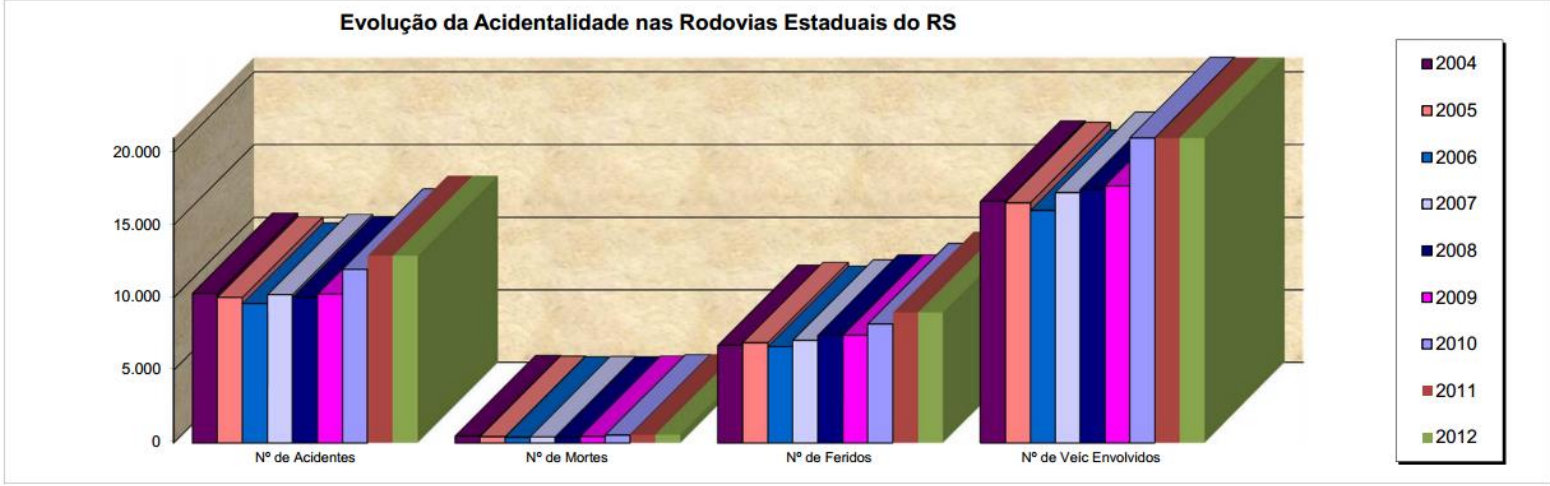
Para elaboração de políticas em relação à segurança viária, é imprescindível que as instituições relacionadas a esse tema tenham uma adequada base de dados. A imagem abaixo mostra a evolução do número de acidentes em rodovias estaduais entre 1997 a 2012[21]. Em cinco anos, os dados revelam alto número de acidentes, morte, feridos e veículos envolvidos.

[20] Fonte: http://www.denatran.gov.br/download/Plano%20Nacional%20de%20Redu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Acidentes%20-%20Comite%20-%20Proposta%20Preliminar.pdfhttp://www.denatran.gov.br/download/Plano%20Nacional%20de%20Redu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Acidentes%20-%20Comite%20-%20Proposta%20Preliminar.pdf

[21] Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/controle_estudos_estatisticos_acidentes_transito.php

FIGURA 18: RESUMO DA ACIDENTALIDADE NO PERÍODO DE 1997 A 2012.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Nº de Acidentes	8.411	7.754	7.960	7.771	8.056	9.138	9.110	10.288	10.007	9.593	10.189	10.025	10.239	11.939	12.632	12.869	Nº de Acidentes
Nº de Mortes	452	364	354	343	377	420	431	468	422	379	401	370	432	525	497	557	Nº de Mortes
Nº de Feridos	5.708	4.657	4.954	4.916	5.272	5.791	5.826	6.704	6.882	6.621	7.058	7.411	7.407	8.189	8.799	8.975	Nº de Feridos
Nº de Veic Envolvidos	13.625	12.656	12.860	12.457	12.950	14.597	14.584	16.642	16.530	16.012	17.235	17.436	17.696	21.173	22.235	22.963	Nº de Veic Envolvidos



Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/controle_estudos_estatisticos_acidentes_transito.php. Acesso 30/05/2014.

Rodovias Federais – BR

A Lei 9503 instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CBT) regulamenta como direito do cidadão o trânsito seguro. O dever de garantir a segurança é responsabilidade nos órgãos governamentais que tratam do trânsito.

A política nacional de transporte rodoviário cabe ao Ministério dos Transportes (MT). Vinculadas ao MT, estão duas autarquias relacionadas a esse modo de transporte: o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) é o órgão nacional normativo de trânsito. Dentre as normas estabelecidas por esse órgão estão os manuais de sinalização horizontal, vertical de regulamentação e vertical de advertência. O DENATRAN possui normas para a sinalização turísticas que estão compiladas no Guia Brasileiro de Sinalização Turística[22].

Rodovias Estaduais – RS

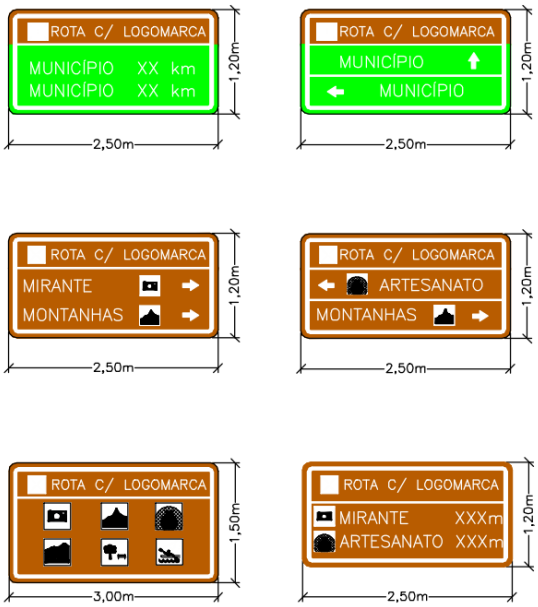
Para administrar as estradas do estado, foi criada uma empresa pública - Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Por sua vez, a empresa está vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA), com acompanhamento dos conselhos comunitário – Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

Em 2006, o DAER publicou a edição atualizada de manual para as Instruções para Sinalização Rodoviária a partir do CTB e das resoluções do CONTRAN. O DAER/RS possui também um manual para orientar a utilização viva – Instruções para Sinalização Viva das Rodovias Estaduais. Isso significa que o estado possui interesse nesse tipo de sinalização que pode ser melhor utilizado para as rodovias do CT em conjunto com o projeto paisagístico que já possui grande influência turística.

A figura a seguir, retirada do manual estadual de sinalização do DAER/RS, mostra a indicação de como devem ser as placas de indicação com sinalização turística. Observa-se que no topo todas as placas possuem o nome da rota turística.[23]

[22] Fonte: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/12manual_sinalizacao.html
[23] Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/busca2.php?busca=sinaliza%E7%E3o&titulo=8

FIGURA 19: SINALIZAÇÃO TURÍSTICA (DAER/RS, 2006)



Fonte: DAER/RS, 2006

Outra publicação do DAER é o documento – Diretrizes Gerais Para Projeto de Sinalização Turística, onde ressalta que devem ser seguidas as normas do Guia Brasileiro de Sinalização Turística do DENATRAN[24].

Logística e Transporte Rodoviário

Em relação a logística, o cenário nacional está concentrado no transporte rodoviário. No RS, 85% da logística do estado[25] estão concentradas nesse modo desse modo de transporte. Embora haja grande potencial de descentralização da matriz logística através de investimentos nos demais modais - hidroviário, ferroviário, aeroviário e dutoviário. Apesar disso, o estado possui poucos km de rodovias duplicas e com necessidade manutenção.

Dentro desse contexto, a RS-020 possui transito carregado de veículos de carga, o que prejudica a viagens dos veículos de passeios e ônibus, até tornando o caminho perigoso, como por exemplo, no caso de falta de duplicação viária. Isso se torna um fator delicado, já que o PDITS incentiva o uso rodoviário para acesso aos municípios do CT.

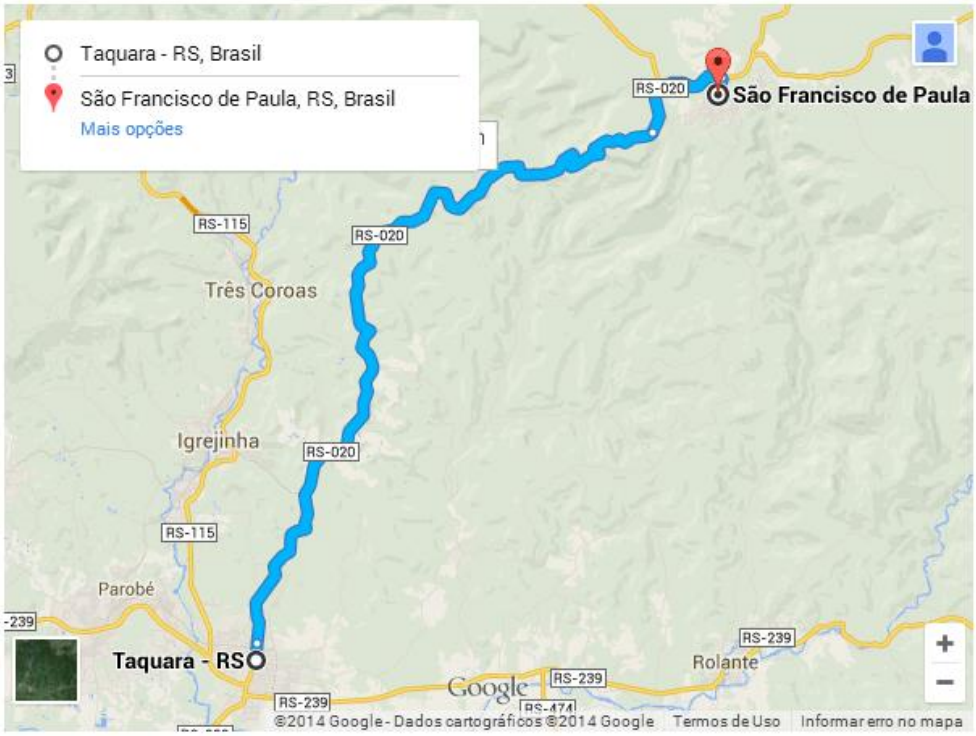
[24] Fonte: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/12manual_sinalizacao.html
[25] Segundo o Anuário de Infraestrutura Logística do Rio Grande do Sul – 2013. Disponível em: http://www.onacional.com.br/arq/anuario_especial_28052013_143019.pdf

Rodovia Estruturante - RS-020

Conhecida como Rodovia Teixeirinha, a RS-020 é o eixo estruturante no CT. Por ela á possível acessar diretamente os municípios de Gravataí, Taquara, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes. Para as demais cidades – Igrejinha, Três Coroas, Nova Petrópolis, Gramado e Canela - é necessário passar pela RS-115 e RS-235, além de pequeno trecho da RS-239. Todas as rodovias que complementam o corredor possuem entroncamento com a rodovia estruturante.

Os quilômetros finais da rodovia encontram-se em obras de pavimentação, além de possuir trechos em planejamento. O trecho administrado pela EGR possui extensão de 23,6 km entre Taquara e São Francisco de Paula, como mostra a imagem a seguir:

FIGURA 20: MAPA DO TRECHO DA EGR NA RS-020



Fonte: http://www.egr.rs.gov.br/conteudo/3670/ers-020. Acesso: 30/05/2014.

O km 0 está localizado no entroncamento com a Av. Dorival Cândido Luz de Oliveira em Gravataí .A figura a seguir mostra o km 0 em trecho com canteiro central. Há deficiência de sinalização indicativa para o acesso ao início da RS-020. Nesse trecho inicial em Gravataí e Taquara, há falta de manutenção da sinalização horizontal e vertical, principalmente no trecho urbano onde há entroncamento com vias municipais. Há falta de guias e acostamento adequado.

FIGURA 21: KM 0 DA RS-020.

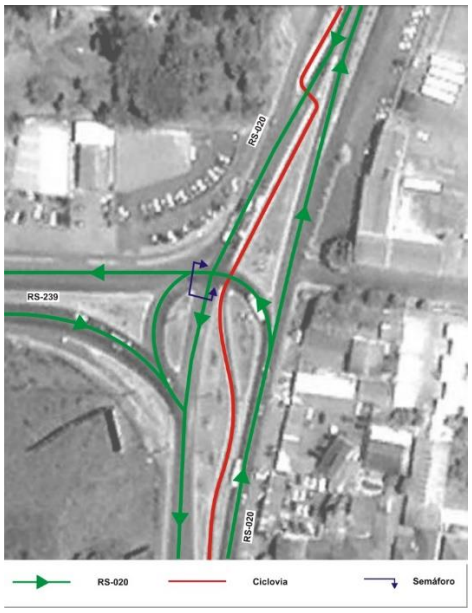
Fonte: Google Earth, 2014.

A rodovia se inicia, portanto, em trecho urbano da área metropolitana, com ocupação comercial na área lindeira a rodovia. Nesse caso, há grande trânsito urbano, vários pontos de acesso aos estabelecimentos comerciais, circulação de pedestres e ciclistas e poluição visual de placas comerciais. Essa situação se repete em outros trechos urbanos da rodovia.

No núcleo urbano de Taquara, existe ocupação lindeira residencial e comercial muito próxima à rodovia. Faltam calçadas nas laterais da rodovia para a circulação de pedestres. Nas proximidades com o entroncamento com a RS239, existe uma ciclovia asfaltada, também utilizada para pedestres, no canteiro central, porém com sinalização deficiente.

A intercessão com RS-239 é ponto importante no CT, pois nesse local é possível acessar as vias que complementam o CT – RS-239, RS-115 e RS-235. A atual intercessão está esquematizada na figura a seguir. Há falta de sinalização indicativa, principalmente turística.

FIGURA 22: ESQUEMA FUNCIONAL DA INTERCESSÃO ENTRE RS-020 E RS-239.



Fonte: Google Earth,2014.

Ao longo da rodovia, vários são os trechos sem acostamento e vegetação lindeira necessitando de manutenção. Além disso, ocorrem vários pontos de ônibus sem baia, o que prejudica a trafegabilidade. Na passagem pela rodovia já permite vislumbrar a paisagem natural típica da região. Porém, vários pontos também possuem potencial para a construção de mirantes. A seguir, foto do mirante na RS-020 no município de São Francisco de Paula que possui infraestrutura precária. Característica peculiar da paisagem na rodovia é a presença das hortênsias.

FOTO 27: CONDIÇÃO DO MIRANTE EM SÃO FRANCISCO DE PAULA.
Fonte: ITEC,2014.

A partir de Cambará do Sul, a rodovia segue em obras de pavimentação. Nesse trecho da RS-020 falta infraestrutura, inclusive a sinalização de obras. A foto a seguir foi retirada na altura da antiga fábrica de celulose em Cambará do Sul. Esse trecho é o que dá acesso ao município de São José dos Ausentes.

FOTO 28: RS-020 SEM PAVIMENTAÇÃO EM CAMBARÁ NO SUL.
Fonte: ITEC,2014.

Ao longo da rodovia estão localizadas 20 obras de arte. Dentre essas, cinco possuem estrutura em madeira – no Arroio das Mortes, Arroio da Serra Velha, Arroio Carazinho, Rio Madeira e Rio das Contas. No Rio Gonçalo, há uma ponte em estrutura metálica. As demais obras de arte são em concreto armado.

Segundo informações de DAER sobre Condições de Trafegabilidade da rodovia, encontram-se os seguintes dados, organizados no quadro a seguir.

QUADRO 19: CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE NA RS-020

TRECHO	DATA DO RELATÓRIO	PROBLEMA	SITUAÇÃO ATUAL	COMENTÁRIOS
Vista Alegre - Taquara	20/05/2014	Reparos no Km 10 parada 82- tráfego nos dois sentidos controlado por semáforo.	Rodovia pavimentada	Boas condições de trafegabilidade
Ouro Verde- São José dos Ausentes	04/09/2013	Água na pista.	3,5 km do trecho em obras de pavimentação. O restante não está pavimentado.	Condições regulares de trafegabilidade.
Cont. São Francisco de Paula - 8,18 Km	04/09/2013	-	Rodovia pavimentada	Boas condições de trafegabilidade. Boa sinalização horizontal e vertical

TRECHO	DATA DO RELATÓRIO	PROBLEMA	SITUAÇÃO ATUAL	COMENTÁRIOS
Cambará do Sul - Entr. BR-285 (Encruzilhada das Antas) / Extensão: 40,5	29/01/2014	Roçada deficiente	Rodovia parcialmente pavimentada (12 km)	Condições boas de trafegabilidade no trecho pavimentado. Boa sinalização horizontal e vertical no trecho pavimentado. Condições regulares de trafegabilidade no trecho não pavimentado.
Tainhas - Cambará do Sul / Extensão: 31,69 Km	29/01/2014	Buracos no trecho	Rodovia pavimentada.	Condições regulares de trafegabilidade. Boa sinalização horizontal e vertical.
Taquara - Três Coroas (Acesso) - Ext. 16,26 Km	29/01/2014	Roçada deficiente.	Trecho pavimentado	Condições regulares de trafegabilidade com vários buracos no trecho. Boa sinalização horizontal e vertical.
ERS-020-Serra do Umbu	04/09/2013	Água na pista e roçada deficiente.	Não pavimentada.	Condições regulares de trafegabilidade.

Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/sistema_rodoviario_trafegabilidade_interna.php?id=1. Acesso: 30/05/2014.

Através do relatado acima e das observações feitas em campo, ressalta-se que o trecho pavimentado se encontra entre condições regulares e boas. Deve-se manter constante manutenção da infraestrutura viária. Os dispositivos de drenagem encontram-se em pontos específicos da rodovia que em muitos trechos sofrem constantemente consequências danosas das chuvas, como desmoronamentos.

Em muitos pontos, há ocupação lindeira à via, inclusive em casos de constante travessia de pedestres, incluindo crianças. Esses são pontos críticos para segurança viária. Em geral, a sinalização turística é moderada e concorre com a sinalização de empreendimentos particulares que devem ser regulados e fiscalizados para não afetar negativamente os usuários da via.

O trecho não pavimentado encontra-se em obras de pavimentação, nesse caso as condições de trafegabilidade pioram e a sinalização de obras está muito fraca, interferindo no grau de segurança dos usuários da rodovia.

Rodovias Que Complementam o Corredor

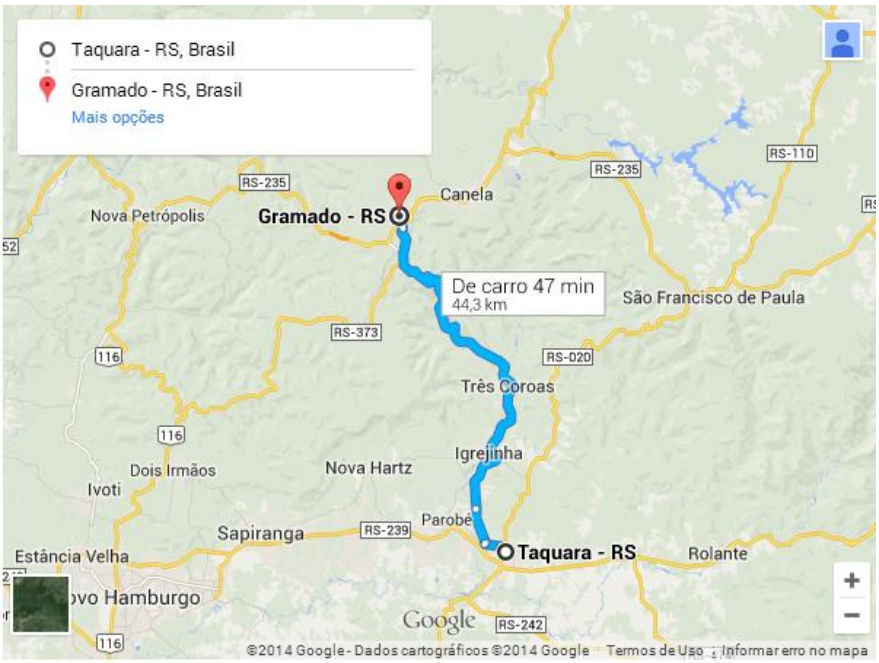
São as duas rodovias que, a partir da rodovia estruturante (RS-020), dão acesso aos seguintes municípios: Igrejinha, Três Coroas, Nova Petrópolis, Gramado e Canela. Nas rodovias, em geral, há deficiência de sinalização turística.

RS-115

A rodovia RS-115 complementa o CT, pois dá acesso direto aos municípios de Igrejinha, Três Coroas e Gramado. A extensão total é de 42 km[26]. A RS-115 se inicia no entroncamento com a RS-239 na área urbana de Taquara até o entroncamento com a RS-235 em Gramado. Possui dispositivos de drenagem em locais específicos. Com balizadores ao longo da rodovia.

EGR é a concessionária responsável pelo trecho mostrado na figura abaixo – entre Taquara e Gramado:

FIGURA 23: MAPA DO TRECHO DA RS-115 ENTRE TAQUARA – GRAMADO.



Fonte: http://www.egr.rs.gov.br/conteudo/3670/ers-115. Acesso: 30/05/2014.

No trecho inicial a rodovia é duplicada, com vias marginais e velocidade regulamentar de 60 km/h. Mais à frente, em área mais densamente povoada a velocidade regulamentar passa para 50 km/h. Há ciclovia no lado leste da rodovia em condição regular e deficiência de sinalização horizontal e vertical.

[26] Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/sistema_rodoviario_rodovias.php

Possui pontos com sinalização semafórica. Com ocupação urbana nas duas margens da rodovia, os locais mais seguros para travessia de pedestres estão nesses sinais. Apesar de existir travessias de pedestres não semaforizadas, com sinalização horizontal e vertical em condições regulares.

Na proximidade do km 3, ocorre o fim da pista dupla e ciclovia, segue com acostamento e há diminuição da ocupação urbana. Há sinalização de advertência para áreas com desmoronamento. No km 4 a velocidade aumenta para 80 km/h.

Em Igrejinha, as condições da rodovia seguem semelhantes às de Taquara. Cresce a quantidade de entradas para edifícios comerciais ao longo da rodovia. São lojas de vestuário, automóveis e outros que necessitam e cuidados na segurança de transito para acessa-los, pois há precariedade nos acessos quanto a pavimentação e sinalização. Há bestamente interesse dos turistas em acessar esses locais, principalmente os produtos fabricados na própria região.

Entre o km 16 e 17, um pórtico sinaliza para os turistas e demais motoristas e passageiros a chegada à Três Coroas. O pórtico de Gramado na RS-115 se localiza entre o km 37 e km 36.

FOTO 29: PÓRTICO DE GRAMADO NA RS-115.
Fonte: ITEC, 2014.

A sinalização vertical de indicação em muitos casos necessita de manutenção, assim como a sinalização de advertências com mensagem complementar de trânsito de pedestres. Nos pontos de travessia de pedestre, há sinalização vertical e horizontal de advertência, sem sinalização semafórica, mas não há via específica para o pedestre, apenas o acostamento.

No km 23 da BR-115 encontra-se praça de pedágio do trecho Igrejinha-Gramado. Após assumir a administração da rodovia, a EGR, diminuiu o preço único cobrado para R$5,90. Segundo o DAER/RS[27], em 2012, o pedágio na RS-115 contabilizou 1 880 735 veículos, com Volume Diário Médio (VDM) 5 153 veículos.

[27] Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/sistema_rodoviario_rodovias.php

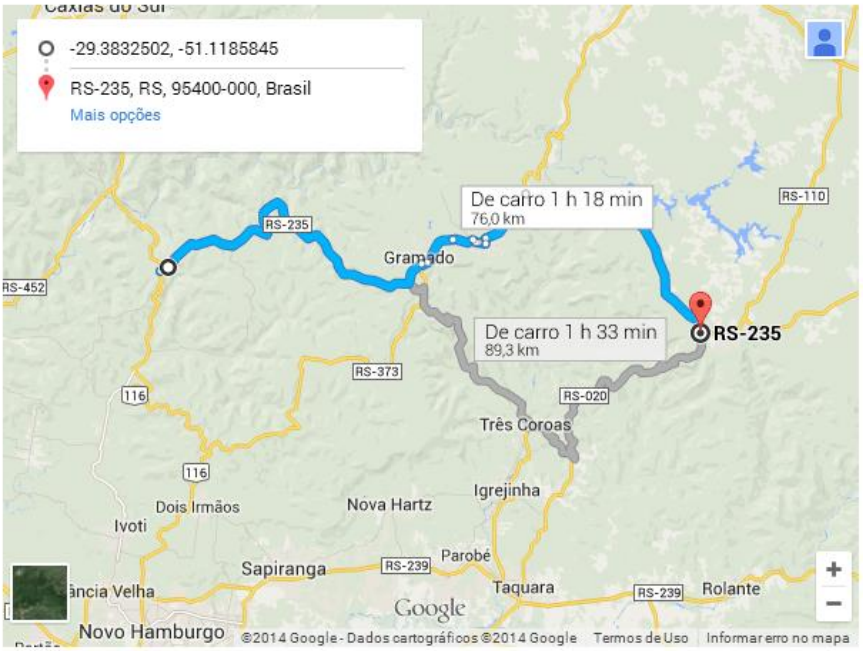
No município de Gramado, a rodovia passa a ter tratamento paisagístico, principalmente com a presença de hortênsias. Observa-se reforço na sinalização vertical e uso da sinalização turística.

A rodovia possui quatro pontes e um viaduto, todos em concreto armado. Em geral, há carência de sinalização turística, placas educativas e manutenção do pavimento. Não há tratamento paisagístico como na ER-020. Há pontos ao longo do trecho que possuem potencial para o estabelecimento de mirantes.

RS-235

Essa rodovia é também denominada como Rodovia Walter Bertolicci. Seu início está no entroncamento com a BR-116 em Nova Petrópolis. O fim ocorre no entroncamento com a RS-020 no acesso sul a São Francisco de Paula. A rodovia possui no total 76km. Possui trecho sobre administração da EGR. A praça de pedágio situa-se em Gramado, km 28, com valor único de R$5,90.

FIGURA 24: RODOVIA RS-235.



Fonte: http://www.egr.rs.gov.br/conteudo/3670/ers-235. Acesso: 30/05/2014.

Seu trecho inicial é urbano, em Nova Petrópolis, com duas faixas de rolamento por sentido e vias marginais, com boa sinalização vertical e sinalização horizontal em condição regular. Possui pouca sinalização turística. Na área urbana, a rodovia recebe a denominação de Av. Quinze de Novembro. Na zona rural, a rodovia se configura com pista simples e acostamento em condição ruim. Há trechos sem acostamento. Ao

longo da rodovia, há ocupação lindeira com acesso a residências e comércios muitas vezes não pavimentados. Também há baias nos pontos de ônibus.

Na área urbana de Gramado, a rodovia passa a ter também a denominação de Av. das Hortênsias. Entre o km 32 e km 33, se localiza o portal de Gramado que possui podem de Informações Turísticas, conforme imagem a seguir. É possível observar o cuidado paisagístico na região, assim como a condição ruim do pavimento.

FOTO 30: PORTAL DE GRAMADO NA RS-235.
Fonte: ITEC, 2014.

Em Gramado, continua a sinalização turística, conforme imagem a seguir. Também observa-se a água da chuva acumulada no pavimento. Em direção ao centro urbano de Gramado, a rodovia segue sem acostamento pavimentado.

FOTO 31: SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA RS-235 EM GRAMADO.
Fonte: ITEC, 2014.

No trecho urbano de Gramado, a rodovia se integra ao tecido urbano da cidade. Nesse trecho existem várias interseções, inclusive com rotatórias. Em Canela, a rodovia passa a ter trechos divididos em avenidas - Av. Dom Luiz Guanela, Av. Oswaldo Aranha, Av. Júlio de Castilho, Av. João Pessoa e Cônego João Marchesi.

Em geral, a rodovia necessita de manutenção no pavimento, sinalização horizontal e vertical, além dos dispositivos de drenagem. Há falta de acostamento em alguns trechos. Também é importante o tratamento paisagístico e sua constante manutenção. Entre o km 27 e 28, situa-se o pedágio de Gramado, administrado pela EGR. O valor do pedágio é único de R$5,90.

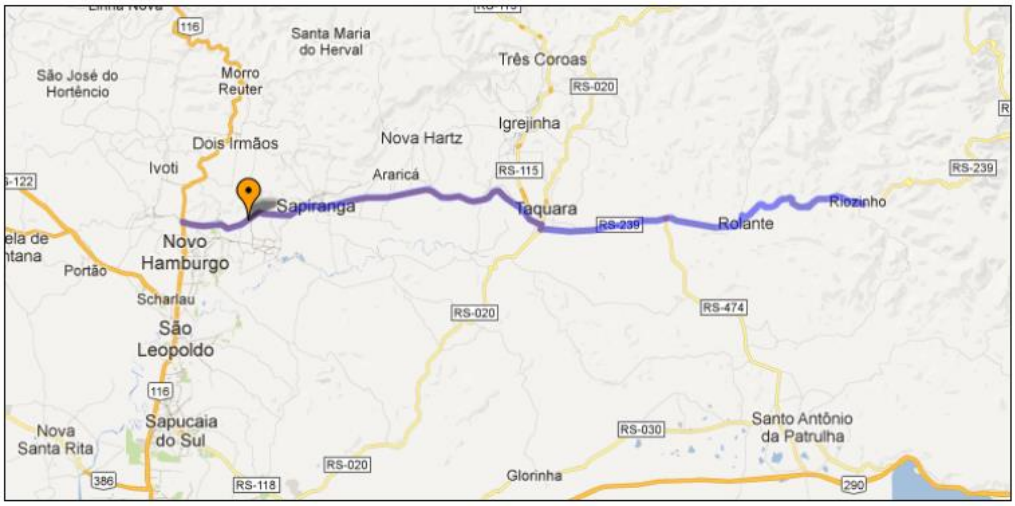
Ao longo da rodovia há ocupação residencial e comercial que de acesso perigosos que precisam ser melhor sinalizados. A paisagem possibilita locais de parada como mirantes para apreciar a natureza local.

RS-239

Entre a RS-020 e a RS-115, existe o trecho da RS-239 que pertence ao CT. O trecho possui aproximadamente com dois quilômetros e localizado em Taquara. A rodovia se inicia no entroncamento com a RS-240 e finaliza no entroncamento com a RS-484. Possui ao todo 34 km de extensão. A rodovia também é denominada de Nestor Herculano de Paula.

A EGR administra o trecho entre o entroncamento com a BR-116 até Riozinho, como mostra a imagem a seguir.

FIGURA 25: TRECHO ADMINISTRADO PELA EGR NA RS-239.



Fonte: http://www.egr.rs.gov.br/conteudo/3670/ers-239. Acesso: 30/05/2014.

O trecho pertencente ao corredor é duplicado. No entroncamento com a RS-115, há um viaduto, sendo um ponto de atenção para o motorista que deve ser melhor sinalizado, inclusive com placas turísticas. Há ciclovia, também utilizada por pedestres, com pavimento asfáltico, guia e sem sinalização cicloviária.

Na imagem abaixo, retirada do km 51 da rodovia, é possível observar a ciclovia à direita da rodovia duplicada e com canteiro central. Observa-se também a ocupação lindeira a pista de predominância comercial. A imagem foi retira no sentido RS-020 – RS-115.

FIGURA 26: RODOVIA RS-239 COM CICLOVIA E COMÉRCIO ADJACENTES.

Fonte: Google Earth, 2014.

Os dados abaixo apresentam informações da DAER sobre Condições de Trafegabilidade da rodovia.

QUADRO 20: CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE NA RS-239

TRECHO	DATA DO RELATÓRIO	PROBLEMA	SITUAÇÃO ATUAL	COMENTÁRIOS
Entr. BRS-116 (p/ Novo Hamburgo – km 13+230) – Riozinho (Fim travessia municipal – km 88+770)	20/05/2014	-	Rodovia pavimentada	Rodovia repassada à EGR – Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. Através do Decreto nº 50.039, de 22 de janeiro de 2013.

Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/sistema_rodoviario_trafegabilidade_interna.php?id=1. Acesso: 30/05/2014.

Rodovias de Acesso

Rodovias Federais

A seguir serão apresentadas as rodovias federais que fazem parte das rodovias de acesso ao CT.

BR-116

Importante rodovia brasileira, a BR-116 possui traçado longitudinal que se inicia na cidade de Fortaleza (Ceará), passa por dez estados e tem seu final no município de Jaguarão (RS). Portanto, a rodovia importante conexão do Rio Grande do Sul com demais estados brasileiros, além de ser um dos pontos de acesso internacional, visto que vai até a fronteira com o Uruguai (em Jaguarão), como mostra o mapa abaixo.

FIGURA 27: MAPA DE TODA A EXTENSÃO DA RODOVIA BR-116

Fonte: http://www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/loc-rodo.html. Acesso: 30/05/2014.

Essa rodovia passa por importantes centros urbanos brasileiros como as capitais - Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Fortaleza (CE). No Rio Grande do Sul, destacam-se os centros urbanos de Pelotas, Porto Alegre e Caxias do Sul. Em relação ao CT, a rodovia possui entroncamento com a RS-235 em Nova Petrópolis e o outro entroncamento se faz com a BR-290 em Porto Alegre. Nesse último caso, as rodovias BR-116 e BR-290 possuem trechos coincidentes – entre o município de Eldorado do Sul e o acesso à Porto Alegre, passando pela ponte sobre o Rio Guaíba. A BR-290 é importante rodovia de acesso sul à RS-020.

A BR -116 no RS é dividida por trechos sobre a administração federal (DNIT), estadual (DAER/RS) e concessionado à Concepa e à ECOSUL (Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A). Possui trechos com boas condições de trafegabilidade e trechos que requerem cuidados, pois há trechos em obras[28].

BR-101

Outra rodovia que corta longitudinalmente o país é a BR-101. Tem início em Touros (RN) e fim em São José do Norte/ Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul. No estado, a rodovia representa um acesso norte, por exemplo – região leste de Santa Catariana. Abaixo, a figura mostra que essa rodovia passar por várias capitais brasileiros, como Florianópolis, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador e Recife.

[28] Fonte: http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/condicoesdrf.asp?BR=116&Estado=Rio+Grande+do+Sul&drf=10

FIGURA 28: MAPA DA BR-101.

Fonte: http://www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/loc-rodo.html. Acesso: 30/05/2014.

No RS, a BR-101 possui trechos duplicados, como o da divisa com SC até o acesso a Capão da Canoa. Segundo DNIT [29], a rodovia possui boas condições de trafegabilidade.

Em SC, a BR-101 possui entroncamento com a BR-235, BR-453, – rodovias que também possui entroncamento o final da RS-020. Outro entroncamento significativo é com a BR-290 que dá acesso a Porto Alegre.

BR-285

A BR-285 é uma rodovia federal que se inicia na Serra da Rocinha em Santa Cataria e segue transversalmente o estado do Rio Grande do Sul até o entroncamento com RS-287 em São Borja – divisa com a Argentina. Em São José dos Ausentes, a rodovia possui entroncamento com o final da RS-020 em trecho não pavimentado e em condições ruins.

[29] Fonte: http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/condicoesdrf.asp?BR=101&Estado=Rio+Grande+do+Sul&drf=10

Possui trechos sobre concessão. Segundo DNIT, existem más condições de trafegabilidade ao longo da rodovia, sendo que em muitos estão em obras e demandam cuidados.

BR-453

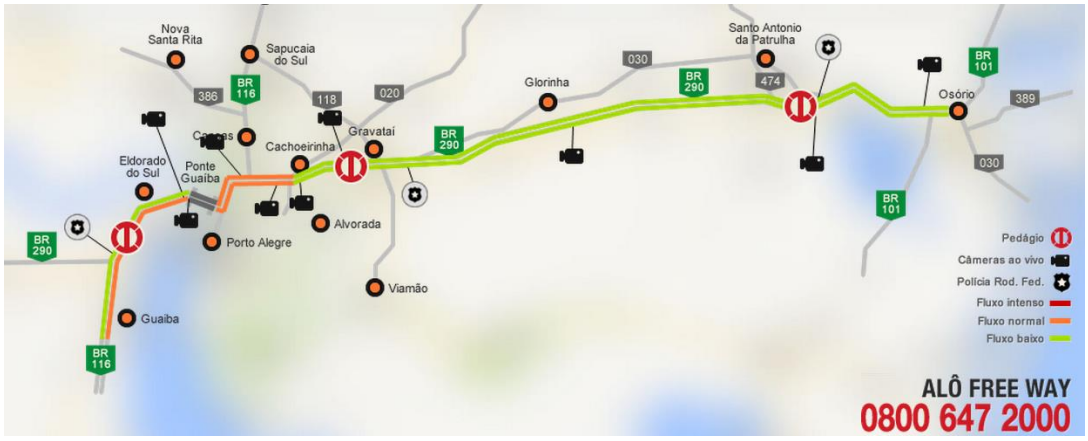
A BR-453 é uma rodovia de ligação. Possui seu km inicial no entroncamento com a BR-287 em Venâncio Aires, passando por Lajeado, Estrela, Garibaldi, Farroupilha, Caxias do Sul e seu km final em Torres. No município de São Francisco de Paula, a rodovia possui entroncamento a RS-020 no acesso ao distrito de Tainhas.

BR-290

No entroncamento com a BR-101 em Osório está o km 0 da rodovia transversal BR-290. Essa rodovia passa por Porto Alegre, onde coincide com a BR-116, e segue até Uruguaiana – importante acesso dos argentinos no RS.

Possui trecho duplicado de Osório a Eldorado do Sul – no entroncamento com a BR-116. Segundo DNIT (2014), esse trecho é conhecido como *Free Way* e está sobre concessão da empresa Concepa. Possui ponto de pedágio em Santo Antônio (km 19), em Gravataí (km 77) e em Eldorado do Sul (km 110). Conforme é apresentado na figura a seguir retirada do portal da Concepa, às 16 horas de um dia útil[30].

FIGURA 29: TRECHO DA FREE WAY PELA CONCEPA.



Fonte: http://www.triunfoconcepa.com.br/home.aspx. Acesso: 30/05/2014.

O valor das tarifas está apresentado na figura a seguir (valores em R$):

[30] Fonte: http://www.triunfoconcepa.com.br/home.aspx

FIGURA 30: TARIFAS NOS POSTOS DA FREE WAY.

AUTOMÓVEL	ELDORADO DO SUL	GRAVATAÍ	SANTO ANTÔNIO
2 eixos	9,30	4,70	9,30
3 eixos Semi-reboque	13,95	7,05	13,95
4 eixos Com reboque	18,60	9,40	18,60
Último reajuste da tarifa: 26/10/2013, de 9,38%	Capital ➡ Eldorado	Capital ⇄ Gravataí	Capital ➡ Litoral

Fonte: http://www.triunfoconcepa.com.br/home.aspx. Acesso: 30/05/2014.

Através do site na internet e o aplicativo de celular, a empresa disponibiliza informações da condição de tráfego, clima, câmaras ao vivo e outros. Esse trecho pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre e é bastante utilizado nas horas de pico do início da manhã e do final da tarde.

Segundo DNIT (2014), a rodovia está em boas condições de trafegabilidade. Em alguns pontos passa a ter condições regulares. No trecho percorrido na viagem, observou-se pouca sinalização turística e falta de manutenção do pavimento.

BR-386

Esta rodovia tem início no entroncamento com a BR-158 na divisa do RS com SC e segue até Canoas, no entroncamento com a BR-116. Possui trechos sobre administração do estado, com trechos em condições razoáveis. No trecho entre o entroncamento com a BR-287 em Tabaí até Canoas, as condições são de normais a boas, mas em obras entre os km 392 ao km 447.[31]

Rodovias Estaduais

RS-040

Essa rodovia também conhecida como Tapir Rocha. Se inicia em Porto Alegre, passa pelo entroncamento com a RS-118 e BR-101 e finaliza no entroncamento com a RS-786 em Balneário Pinhal. O trecho entre Porto Alegre e Viamão encontra-se duplicado e o estante em via pavimentada não duplicada.

[31] Fonte: http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/condicoesdrf.asp?BR=386&Estado=Rio+Grande+do+Sul&drf=10

QUADRO 21: CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE NA RS-040

TRECHO	DATA DO RELATÓRIO	SUB-TRECHO	PROBLEMA	SITUAÇÃO ATUAL	COMENTÁRIOS
Arroio Sabão (Porto Alegre) – Capão da Porteira	20/05/2014	Arroio Sabão (Porto Alegre) - Viamão	Desgaste do pavimento em algumas paradas de ônibus, especialmente na parada 52	Rodovia duplicada pavimentada	Boas condições de trafegabilidade
Arroio Sabão (Porto Alegre) – Capão da Porteira	20/05/2014	Viamão – Capão da Porteira	-	Rodovia pavimentada	Boas condições de trafegabilidade

Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/sistema_rodoviario_trafegabilidade_interna.php?id=1. Acesso: 30/05/2014.

RS-118

Essa rodovia também tem como denominação – Rodovia Mário Quintana. Ela se inicia em Sapucaia do Sul (no entroncamento com a BR-116) e finaliza na Vila Itapuã em Viamão. Totaliza 80 km de extensão.

A RS-118 é importante para a Região Metropolitana. Possui entroncamento com a rodovia estruturante do corredor em Gravataí. Atualmente a rodovia está em obras para a finalização da duplicação do trecho Sapucaia do Sul até Gravataí. Nesse processo, moradores que vivem as margens das rodovias estão sendo realocados com apoio de um programa social.

RS-453

Essa rodovia se inicia em Venâncio Aires e finaliza em Estrela. Sua longa extensão permite interligar vários municípios gaúchos. É denominada como rodovia Rota do Sol, sendo um importante acesso para o litoral do estado. Também possui entroncamentos que permitem o acesso à Porto Alegre.

A RS-453 possui entroncamento com a BR-116 em Caxias do Sul e entroncamento com a rodovia estruturante do corredor em Tainhas em São Francisco de Paula. Sobre condições de trafegabilidade, o DAER (2014) apresenta os seguintes dados da rodovia.[32]

[32] Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/sistema_rodoviario_trafegabilidade_interna.php?id=12

QUADRO 22: CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE NA RS-453

TRECHO	DATA DO RELATÓRIO	PROBLEMA	SITUAÇÃO ATUAL	COMENTÁRIOS
ENTR. RSC-470 (GARIBALDI) – ENTR. ERS-122 (VIADUTO TORTO	17/03/2014	Há pontos de acúmulo de água na pista.	Condições regulares de trafegabilidade.	Trecho com pista duplicada e volume intenso de tráfego.
ENTR. ERS-122 (ACESSO A FLORES DA CUNHA) – ENTR BRS-116 (P/ SÃO MARCOS)	17/03/2014	-	Condições normais de trafegabilidade.	Trecho com tráfego intenso e exige muita cautela dos usuários.
ENTR BRS-116 (P/ SÃO MARCOS) – LAJEADO GRANDE	17/03/2014	Obras de restauração no pavimento em andamento.	Condições normais de trafegabilidade.	Trecho com tráfego intenso, exige cautela e atenção à sinalização de obras.
Entroncamento ERS-020 (p/ Cambará do Sul) - Entronc. ERS-486 (Aratinga) / Extensão: 14,98 km	29/01/2013	Buracos no trecho.	Rodovia pavimentada.	Condições regulares de trafegabilidade. Boa sinalização horizontal e vertical. Roçada deficiente
Lajeado Grande-Aratinga	01/04/2013	Roçada deficiente.	Pavimentada.	Condições regulares de trafegabilidade
Entrocamento ERS-110 (Várzea do Cedro) - Entronc. ERS-020 (p/ Cambará do Sul) / Extensão: 18,87 km	29/01/2014	Roçada deficiente. Buracos no trecho.	Rodovia pavimentada.	Condições regulares de trafegabilidade. Boa sinalização horizontal e vertical.
Entroncamento ERS-476 (Lajeado Grande) - Entroncamento ERS-110 (Várzea do Cedro) / Extensão: 22,49 km	29/01/2014	Buracos no trecho.	Rodovia pavimentada.	Condições regulares de trafegabilidade, com vários buracos no trecho. Boa sinalização horizontal e vertical.

Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/sistema_rodoviario_trafegabilidade_interna.php?id=1. Acesso: 30/05/2014.

Serviço de Transporte Intermunicipal

O Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal é um serviço público. Todo transporte coletivo deve atuar com autorização ou concessão do governo. A Lei Estadual Nº 3.080 que dispõem sobre esse modo de transporte. O SAERRGS é o Sindicato das Agências e Estações Rodoviárias do RS.

O DAER/RS disponibiliza a lista com a relação de todas as linhas intermunicipais cadastradas no endereço eletrônico da instituição, assim como, demais informações sobre estações rodoviárias e empresas cadastradas.[33] A seguir, o quadro apresenta a localização das estações rodoviárias de cada município.

QUADRO 23: ENDEREÇO DAS ESTAÇÕES RODOVIÁRIAS DE CADA MUNICÍPIO DO CT.

MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO
Porto Alegre	Largo Vespasiano Júlio Veppo	**Nova Petrópolis**	Rua 15 de Novembro, 1577
Viamão	-	**Gramado**	Av. Borges Medeiros, 2100
Gravataí	Rua Oswaldo Aranha, 748	**Canela**	Praça J. Corres, 97
Taquara	Rua Gen. Frota, 2431	**São Francisco de Paula**	Av. Júlio de Castilhos, 682
Igrejinha	Rua da Independência, 132	**Cambará do Sul**	Rua Pedro A. Cabral, 1004
Três Coroas		**São José dos Ausentes**	

Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/transporte_coletivo_transporte_regular.php. Acesso: 30/05/2014.

A seguir, o quadro apresenta a lista de linhas intermunicipais de longo curso e suburbanas do interior do estado, segundo o DEAR, onde se encontra os municípios do CT.

QUADRO 24: LINHAS DE ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS.

Nº	LINHA / EMPRESA
1148	**Cambara Do Sul** - Encruzilhada Das Antas (Rocinha) - Empresa União De Transporte Ltda
6163	**Canela** - Carocol - Viação Canelinha Ltda.

[33] http://www.daer.rs.gov.br/site/transporte_coletivo_transporte_regular.php

Nº	LINHA / EMPRESA
1671	**Canela** - Montenegro (Via Rincão Do Cascalho) - Citral Transporte E Turismo S/A
370	**Canela** - Santo Antônio (Via Taquaral) - Citral Transporte E Turismo S/A
60	Caxias Do Sul - **Canela** - Citral Transporte E Turismo S/A
78	Caxias Do Sul - **São Francisco De Paula** (Via Gramad Citral Transporte E Turismo S/A
1685	Caxias Do Sul - Sto Antônio Da Patrulha (V.**Gramado**) Citral Transporte E Turismo S/A
6152	**Gramado** - Encruzilhada Do Saiqui (Via **Canela**) Citral Transporte E Turismo S/A
1696	**Gramado** - São Jose Do Herval (Via Padre Eterno Alt Wendling De Transportes Coletivos Lt
376	**Nova Petrópolis** - Feliz Expresso Nova Palmira De Transporte Ltda
1793	**Nova Petrópolis** - Picada Café (Via Vila Olinda) Gralha Azul De Transporte Coletivo Ltda
1813	**Nova Petrópolis** - Vila Unidos(Via **Canela/S.Francis** Citral Transporte E Turismo S/A
1415	**São Francisco De Paula** - Jaquirana (Via L Grande) Citral Transporte E Turismo S/A
1416	**São Francisco De Paula** - Jaquirana (Via A.Ramos) Citral Transporte E Turismo S/A
1840	**São Francisco De Paula** - **Três Coroas** (Via **Igrejinha)** Citral Transporte E Turismo S/A
508	São Leopoldo - **Canela** (Via **Taquara**) Citral Transporte E Turismo S/A
516	São Leopoldo - **Nova Petropolis** Wendling De Transportes Coletivos
522	São Leopoldo - **Taquara** (Via Picada Hartz) Citral Transporte E Turismo S/A
1153	**S.Francisco De Paula** - Barra Do Ouro (Via Morrinho Citral Transporte E Turismo S/A
1503	Sobradinho - Segredo (Via **Gramado**) Irmãos Pasa Ltda
960	**Taquara** - Boa Esperança (Via Rolante) Citral Transporte E Turismo S/A
7	**Taquara** - Bom Jesus (Via L.Grande - A.Ramos) Citral Transporte E Turismo S/A
722	**Taquara** - **Canela** (Via Rs 115) Citral Transporte E Turismo S/A
868	**Taquara** - **Igrejinha** Citral Transporte E Turismo S/A
1602	**Taquara** - Irai (Via São Leopoldo Br/386) Viação Ouro E Prata S/A
1356	**Taquara** - Parobé (Via **Igrejinha**) Citral Transporte E Turismo S/A
542	**Taquara** - Riozinho Citral Transporte E Turismo S/A
705	**Taquara** - Rolante Citral Transporte E Turismo S/A
543	**Taquara** - Sander Citral Transporte E Turismo S/A
547	**Taquara** - **Sao Francisco De Paula** Citral Transporte E Turismo S/A
562	Tupancireta - **Igrejinha** Gelson J. Menezez E Cia Ltda
692	Porto Alegre - Canela (Via Taquara) Citral Transporte E Turismo S/A
693	Porto Alegre - **Gramado (Via Taquara)** Citral Transporte E Turismo S/A
346	Porto Alegre - **Nova Petrópolis** Wendling De Transportes Coletivos Ltda
349	Porto Alegre - Ouro Verde (Via **Taquara**) Citral Transporte E Turismo S/A
379	Porto Alegre - **São Francisco De Paula** Citral Transporte E Turismo S/A

Fonte: http://www.daer.rs.gov.br/site/transporte_coletivo_transporte_regular.php. Acesso: 30/05/2014.

Porto Alegre possui o maior número de linhas cadastradas, possuindo grande conectividade com o interior do estado, mas no quadro anterior, foram listadas as linhas que são relacionadas às demais cidades do CT.

B. Projetos Previstos para o Corredor Turístico

Por ocasião da Copa do Mundo da FIFA em 2014 no Brasil, muitos investimentos no setor de transporte foram divulgados. O Rio Grande do Sul possui uma das capitais sede do evento – Porto Alegre, que recebeu investimentos já concretizados, como o primeiro trecho do Aeromóvel e outros e andamento.

Por mais que o planejamento das obras de mobilidade motivadas pela Copa do Mundo no Brasil não esteja cumprindo seus prazos, a continuação das obras deixará um legado positivo na área de mobilidade urbana e também deixará expectativas de que novos investimentos sejam acrescentados. Principalmente com a descentralização de investimentos nos modais de transporte, estimulando a intermodalidade, transporte público e modos não motorizados como bicicletas e o andar a pé.

AEROVIÁRIA

Segundo a Infraero, estavam previstos R$ 5,6 bilhões em investimentos para por ocasião da Copa do Mundo. O Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal afirma investimentos em aeroportos em todo o país, afirmando que a ideia é ampliar a rede aeroportuária nacional e garantir que a população esteja a menos de 100 km de algum terminal[34].

Em funcionamento, mas em obras, o Aeroporto Internacional Salgado Filho apresenta investimentos em torno de R$ 7,92 milhões sobre responsabilidade da Infraero. A seguir, estão descritas a situação atual de obras, retirada do Portal Oficial do Governo do Rio Grande do Sul para a Copa do Mundo da FIFA 2014[35]:

- Módulo Operacional: está pronto e entrou em operação em dezembro de 2011.
- Instalação do equipamento antineblina (ILS II): Já instalado e em fase de testes. Previsão de operação: Março 2014.
- Ampliação do Sistema de Pátio de Aeronaves e Pistas de Taxiamento: Em obras desde março de 2013. Conclusão: abril 2014.
- Reforma e ampliação Terminal 1 de Passageiros: Em obras. Conclusão: maio 2014 (1ª fase).

[34] Fonte: http://www.logisticabrasil.gov.br/aviacao-regional-29-aeroportos-da-infraero-vao-receber-melhorias
[35] Fonte: http://www.copa2014.rs.gov.br/conteudo/1889/aeroporto-salgado-filho

- Ampliação da pista: a obra não é considerada necessária para atender a demanda da Copa 2014. O projeto realizado em parceria entre Infraero e Exército em fase final, prestes a ir para licitação. A obra deve iniciar em junho de 2013. O trecho da pista foi liberado pela Prefeitura. A obra é considerada fundamental para o aumento do transporte de cargas, não sendo considerada necessária para o aumento do fluxo de passageiros. A obra total encerra em dezembro de 2014.

Segundo o a Infraero[36], uma segunda etapa das obras possui previsão de conclusão em 2016 com intenção de ampliar as salas de embarque com 14 mil m², 14 pontes de embarque, 99 balcões de check-in, 19 escadas rolantes, 24 elevadores, 17 canais de inspeção e outros.

FERROVIÁRIA

Os investimentos do Governo Federal em relação às ferrovias se volta principalmente para o incremento no transporte de cargas que visam desafogar a concentração do uso no sistema rodoviário. Segundo o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2), o país visa:

> "Expansão da malha ferroviária para permitir a ligação a áreas de produção agrícola e mineral a portos, indústrias e mercado consumidor. Para isso, o governo quer a revisão do modelo regulatório, para criar um ambiente mais competitivo no transporte de cargas, incentivar a utilização da capacidade da infraestrutura ferroviária e estimular novos investimentos. Quer ainda garantir carteira de projetos para ampliar e melhorar a utilização da malha, integrando-a aos demais modais de transporte (rodovias e hidrovias). Outra diretriz importante é o investimento em trens de alta velocidade – Rio- São Paulo-Campinas, São Paulo-Curitiba, Campinas- Triângulo Mineiro e Campinas-Belo Horizonte" [37]

Em relação ao uso de transporte sobre trilhos no meio urbano dentro da área de abrangência do CT, os empreendimentos que vislumbram algum impacto e que já estão em fase de projeto são as expansões do Aeromóvel e Metrô de Porto Alegre.

Aeromóvel Zona Sul

Com a promoção do Aeromóvel em Porto Alegre, na região do Aeroporto Salgado Filho, governo e iniciativa privada almejam levar a tecnologia para outros pontos da capital. O primeiro estudo está sendo realizado para a Zona Sul de Porto Alegre.

Inicialmente, é previsto um trajeto de 9,3 km entre a Estação Rodoviária de Porto Alegre e as imediações do Hipódromo de Cristal. Portanto, o traçado passaria ao longo da Primeira Perimetral e da Av. Edvaldo Pereira Paiva. Importante para a mobilidade urbana da cidade, a linha se torna interessante para turistas, pois o trajeto

[36] Fonte: http://www.infraero.gov.br/index.php/br/imprensa/noticias/5595-1o10-infraero-emite-ordem-de-servico-para-ampliar-o-terminal-de-passageiros-de-porto-alegre.html

[37] Fonte: http://www.pac.gov.br/transportes/ferrovias

ao longo do Guaíba contempla o Mercado Público, Usina do Gasômetro, Parque Marinha do Brasil, estádio Beira-Rio, Fundação Iberê Camargo e outros.

Metrô POA

Dentro das discursões a respeito da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre, está a proposta para implantação do Metrô de Porto Alegre que já possui com apoio financeiro do governo federal. A intenção é que o modal se integre ao Trem Metropolitano e demais modos de transporte público.

A primeira fase do metrô, conforme apresentado pela Prefeitura de Porto Alegre na figura a seguir, se inicia no Terminal Intermodal Rua da Praia, no centro, até ao Terminal Intermodal FIERGS, com extensão total de aproximadamente 15 km. A linha integrará a área central da cidade, incluindo o Centro Histórico, com a região norte. Esse trajeto contribui para a mobilidade e acessibilidade ao Centro de Eventos da FIERGS – um dos importantes atrativos estudados nesse relatório.

FIGURA 31: LINHA DA PRIMEIRA FASE DO METRÔ DE PORTO ALEGRE.

Fonte: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/poametro/internas/Projeto/mapa.jpg. Acesso: 30/05/2014.

HIDROVIÁRIA

Seguindo a diretriz de descentralização na matriz de transporte brasileiro, atribuindo maior participação de outros modais além do rodoviário, observa-se investimentos e novos estudos sendo feitos para o crescimento do uso de transporte hidroviário. O transporte de passageiros, muito utilizado na Região Norte do Brasil, possui potencial para expansão do seu uso também nas inúmeras vias navegáveis do Rio Grande do Sul.

A capital do estado possui a recente experiência da linha do catamarã entre Porto Alegre e Guaíba. A experiência dessa primeira linha, somada às potencialidades do setor, estão estimulando estudos e projetos para novas linhas no Lago Guaíba que podem ter grande influência ser de interesse turístico também.

Um Plano Diretor de Transporte Hidroviário está sendo elaborado pela Metroplan (Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional), EPTC, SPH e Marinha para a região hidrográfica do Guaíba com a criação de canais navegáveis e píer [38]. No mapa a seguir é possível visualizar os terminais em estudos e o os já implantados:

FIGURA 32: PONTOS DE NOVAS LINHAS PROPOSTAS PARA TRANSPORTE POR CATAMARÃ.

Fonte: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/transito/noticia/2014/04/grupo-tecnico-estuda-implantacao-de-14-novas-estacoes-do-catamara-no-guaiba-4486989.html. Acesso: 30/05/2014.

[38] Fonte: http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1752/?Metroplan_investe_no_transporte_hidrovi%C3%A1rio

A próxima linha a entrar em operação provavelmente será a do Pier de Cristal, próximo ao Barra Shopping Sul, até o Centro de Porto Alegre, onde já se encontra em operação a linha POA-Guaíba.

Linha Turística Porto Alegre – Parque Itapuã

Dentro das potencialidades de utilizar o Lago Guaíba como via para o transporte turístico estão os estudos realizados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e a empresa CatSul para viabilizar uma linha turística por meio do catamarã[39]. Essa linha partiria de Porto Alegre, na Usina do Gasômetro, e seguiria até o Parque Itapuã em Viamão – um dos atrativos turísticos apresentados nesse relatório.

Revitalização do Cais Mauá

A revitalização de áreas portuária nas últimas décadas tem se tornado recorrente e com bons exemplos mundiais como o Porto de Boston (EUA), Roterdã (Holanda), Barcelona (Espana) e Buenos Aires (Argentina). Seguindo esse pensamento, está o projeto de revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre.

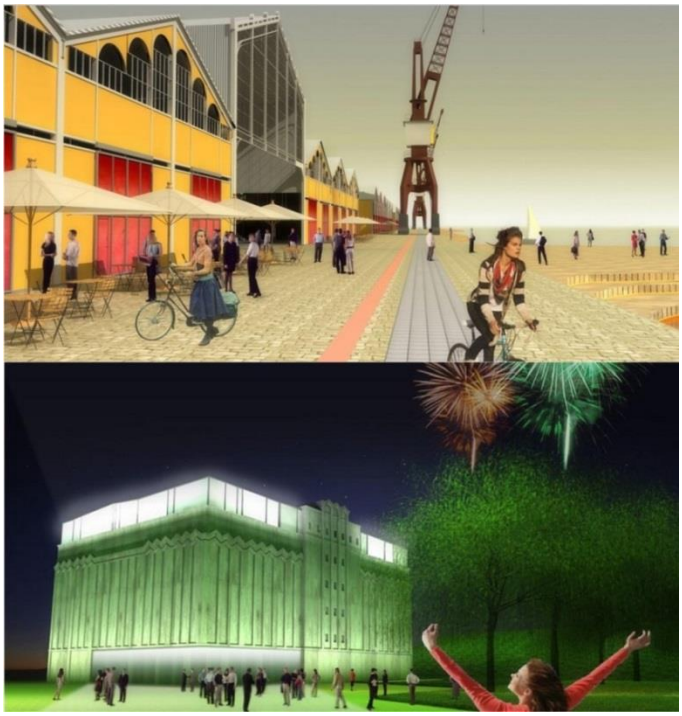
O Consórcio Porto Cais Mauá Brasil S/A (PCMB) foi a empresa vencedora da concorrência de arrendamento do Cais Mauá por 25 anos. A expectativa é que a obra seja concluída em quatro anos[40]. O projeto prevê o uso para atividades comerciais, culturais e de lazer, além do restauro do Patrimônio Histórico do cais e integração com o entorno urbano da cidade. Dessa forma, se concluído, esse empreendimento se tornará um importante ponto turístico em Porto Alegre.

A seguir, imagens de divulgação do projeto.

[39] Fonte: http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=4&cod_conteudo=8502

[40] Fonte: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/02/com-investimento-privado-consorcio-espera-concluir-reforma-do-cais-maua-em-quatro-anos-4426723.html

FIGURA 33: IMAGENS DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CAIS MAUÁ.



Fonte: http://www.jaimelerner.com/cais-maua.html. Acesso: 30/05/2014.

CICLOVIÁRIA

O uso da bicicleta tem perspectiva de aumento uso a nível mundial. Isso estimula a criação de novas infraestruturas cicloviárias para além dos usos de lazer, contemplando o uso cotidiano da população. O turismo pode se beneficiar disso e promover variadas atividades envolvendo a bicicleta. Isso inclui a criação de rotas turísticas por bicicleta.

Na região do CT, existe grande potencialidade de abordar essa questão. O projeto de ciclovia entre os municípios de Gramado e Canela mostram o interesse municipal em desenvolver o maior uso desse meio de transporte sustentável.

Ciclovia Intermunicipal Gramado e Canela

O projeto cicloviário atualmente está em fase inicial. Estão ocorrendo discursões entre os governos municipais[41]. As cidades estão dispostas a concretizar essa ligação cicloviária que pretende favorecer os moradores e turistas da região.

[41] Fonte: http://www.canela.rs.gov.br/index.php/governo/667-prefeita-recebe-comissao-de-vereadores-da-ciclovia-canela-gramado

POA

Em 2009, ocorreu a aprovação do PDCI. Atualmente está em fase de implantação e conta com constante fiscalização da população de Porto Alegre que demostra crescente interesse por essa questão.

Segundo informações do portal da Prefeitura de Porto Alegre na internet[42], as principais vias planejadas são:

- Ciclovia da Sertório: 12,3 km de extensão, contemplando Avenidas como Sertório, Assis Brasil, Severo Dullius e dos Estados, na Zona Norte.

- Ciclovia Padre Cacique: 1,0 km de extensão, conectando a ciclovia da Diário de Notícias com a futura ciclovia da Edvaldo Pereira Paiva. O projeto e obra desta ciclovia serão licitados.

Ainda segundo a Prefeitura de Porto Alegre, as construções de outras ciclovias são custeadas com recursos do PAC/Copa e são elas:

- Ciclovia da Edvaldo Pereira Paiva - 6,35 km de extensão, ao longo da Avenida Edvaldo Pereira Paiva e Loreiro da Silva. Encontra-se em obras.

- Ciclovia da Voluntários da Pátria - 3,5 km de extensão, na Rua Voluntários da Pátria. Em fase de projeto e encaminhamento do processo de licitação da obra.

- Ciclovia da Tronco - 5,6 km de extensão, na Avenida Tronco. Em fase de projeto e encaminhamento do processo de licitação da obra.

- Ciclovia da Ipiranga - 9,4 km de extensão. Trata-se de uma ciclovia segregada em terreno limpo, bidirecional, com 2,5 m de largura, pavimento em asfalto pintado.

RODOVIÁRIA

O estado do Rio Grande do Sul está inserido dentro do planejamento e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento do Governo Federal. O PAC Mobilidade Urbana[43] também possui 25 empreendimentos nos municípios de Canoas, Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria. Na área de transportes, o PAC2[44] possui 25 empreendimentos para rodovias em Jaguarão, Porto Alegre, Santa Maria, São José dos Ausentes, São Leopoldo e Sapucaia do Sul.

[42] http://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/default.php?p_secao=227

[43] Fonte: http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/mobilidade-urbana/rs
[44] Fonte: http://www.pac.gov.br/transportes/rodovias/rs

Porto Alegre e região metropolitana possuem o maior número de investimentos rodoviários no PAC Mobilidade Urbana. Os relevantes para o CT estão listados a seguir:

- Obras do complexo da rodoviária da capital (em obras);
- Projeto de Duplicação da Entrada de Porto Alegre (em estágio preparatório);
- Sistema de Transporte Integrado Metropolitano (em estágio preparatório);
- Projeto da Perimetral Metropolitana (em estágio preparatório);
- Sistema de Transporte Integrado Metropolitano (em estágio preparatório).

FIGURA 34: VIADUTO DA 3ª PERIMETRAL NA AV. BENTO GONÇALVES EM PORTO ALEGRE.

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/default.php?p_secao=230. Acesso: 30/05/2014.

No PAC2, os projetos diretamente relacionados ao CT são:

- BR-116/RS – Adequação Porto Alegre – Novo Hamburgo (ação preparatória);
- BR-116/RS – Construção da Ponte Brasil – Uruguai em Jaraguão (ação preparatória);
- BR-116 e BR-290 – Construção da 2ª Ponte sobre o Guaíba e acessos (em licitação de obra).

No governo estadual, a SEINFRA é o órgão do Poder Executivo na área de infraestrutura e logística. Foi publicado por essa secretaria o Plano de Obras

Rodoviárias 2012-2014. Ele prevê obras de duplicação, ligações regionais e acessos municipais.45 Para 2014, a EGR prevê investimento de R$152 milhões em estradas.

Estão em andamento obras várias rodoviária no RS. Entre elas está a recuperação da RS-235 entre Gramado e Nova Petrópolis feita pela EGR no trecho entre o km 29 e 31 que foi concluído recentemente. Também, está em andamento a duplicação da RS-118. Também está previsto a restauração de um dos trechos da rodovia. Uma importante obra para o CT é a pavimentação entre Cambará do Sul e São José dos Ausentes.

2.3.2 Sistema de abastecimento de água

A. Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN

Atualmente, a CORSAN abastece mais de 7 milhões de gaúchos, representando aproximadamente 2/3 da população do estado, distribuídos em mais de 321 localidades. Dos 12 municípios que fazem parte desse estudo, apenas Porto Alegre não é atendido por esta empresa, mas sim pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre.

A seguir os dados quanto aos índices de atendimento e de perdas, bem como quantidade de ligações à rede e quantidade de economias residenciais ativas, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento-SNIS para CORSAN em 2013.

TABELA 39: DADOS OPERACIONAIS DA CORSAN PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

DADOS OPERACIONAIS - CORSAN - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO							
MUNICÍPIO	ÍND. DE ATDM. COM DE ÁGUA		CONSUMO MÉDIO PER CAPITA DE ÁGUA	ÍND. DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO	REDE QTD. DE LIGAÇÕES DE ÁGUA		QTD. DE ECON. RESIDENCIAIS ATIVAS
	POP. TOTAL	POP. URBANA			TOTAIS (ATIV. + INAT.)	ATIVAS	ÁGUA
	%	%	L/HAB. DIA	%	LIG.	LIG.	ECON.
	IN055	IN023	IN022	IN049	AG021	AG002	AG013
Cambará do Sul/RS	46,8	86,9	123,9	36,0	1.136	1.020	993
Canela/RS	91,3	100,0	154,0	18,4	11.198	10.785	14.923
Gramado/RS	90,9	100,0	192,1	30,5	9.082	8.893	14.918
Gravataí/RS	95,9	74,3	136,9	48,0	62.866	53.026	60.261
Igrejinha/RS	95,3	76,6	126,9	48,5	7.397	6.947	8.091
Nova Petrópolis/RS	74,5	90,1	142,5	33,7	3.922	3.776	4.956

[45] Fonte: http://www.seinfra.rs.gov.br/upload/20111222111716plano_de_obras.pdf

DADOS OPERACIONAIS - CORSAN - COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO							
MUNICÍPIO	ÍND. DE ATDM. COM DE ÁGUA		CONSUMO MÉDIO PER CAPITA DE ÁGUA	ÍND. DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO	REDE QTD. DE LIGAÇÕES DE ÁGUA		QTD. DE ECON. RESIDENCIAIS ATIVAS
	POP. TOTAL	POP. URBANA			TOTAIS (ATIV. + INAT.)	ATIVAS	ÁGUA
	%	%	L/HAB. DIA	%	LIG.	LIG.	ECON.
	IN055	IN023	IN022	IN049	AG021	AG002	AG013
São Francisco de Paula/RS	63,5	100,0	88,0	32,7	5.087	4.849	0
São José dos Ausentes/RS	63,7	64,8	105,0	11,2	574	498	509
Taquara/RS	83,3	71,9	141,5	23,6	10.985	9.919	11.700
Três Coroas/RS	86,0	76,0	131,3	10,1	5.083	4.725	5.445
Viamão/RS	94,2	79,0	130,9	21,4	55.323	51.207	59.757

Fonte: SNIS, 2013.

Observa-se na tabela acima, que para os 11 municípios abastecidos pela empresa os índices de atendimento variam muito, indicando que existem falhas no sistema, havendo problemas de abastecimento de água em alguns deles. Em termos de população total, os municípios de Canela, Gramado, Gravataí, Igrejinha e Viamão apresentam índice de atendimento acima dos 90%, enquanto Cambará do Sul apresenta o menor índice, o que poderia ser explicado pelo maior percentual de população rural deste em relação aos demais municípios. Quando observamos o índice de atendimento da população urbana, apenas Canela, Gramado e São Francisco de Paula, não sendo possível determinar se o mesmo refere-se à sede do município ou se considera as outras cidades existentes.

Apesar de elevados percentuais de atendimento em alguns municípios, constataram-se problemas nos sistemas de abastecimento de água devidos aos aspectos operacionais e comerciais do sistema, tais como: perdas de água (ver tabela acima); distritação de redes de distribuição (pressão excessiva); deficiências na reservação (a reservação tem a função de manter a pressão estável na rede e suprir o abastecimento em momentos de queda do sistema); fuga de usuários, mormente hotéis, restaurantes, postos de gasolina e condomínios que utilizam poços próprios (devido aos elevados valores gastos com água tratada); bem como inadimplência dos usuários. (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2005).

B. Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE

O DMAE é o órgão responsável pela captação, tratamento e distribuição de água, bem como pela coleta e tratamento do esgoto sanitário (cloacal) em Porto Alegre, estando sob sua responsabilidade fiscalizar e manter esses serviços, além de planejar e promover, de forma constante, seu melhoramento e ampliação, garantindo a infraestrutura necessária para o crescimento sustentável da cidade.

Atualmente 100% dos porto-alegrenses são abastecidos com água tratada e 87,7% da população dispõem do serviço de coleta de esgoto. O DMAE tem capacidade para tratar até 80% dos esgotos produzidos na Capital. A população residente em loteamentos irregulares, áreas de risco ou zonas de preservação ambiental é atendida pelo serviço gratuito de caminhões-pipa.

Os dados do abastecimento de água de Porto Alegre, por parte da DMAE, estão apresentados no Quadro a seguir.

QUADRO 25: DADOS ABASTECIMENTO DMAE

DADOS GERAIS DO ABASTECIMENTO	
Área Urbana (ha)	49.668
Área abrangida pelos sistemas: (ha)	22.105
No de bairros (un.)	81
No de sistemas 2012 (un.) = No ETAs	7
No de sistemas 2013 (un.) = No ETAs	6
Produção ano 2012 (m³/ano)	195.437.001 m³/ano
Consumo micromedido ano 2012 (m³/ano)	104.511.410 m³/ano
Consumos estimados 2012 (cadastrados não lido + águas de processo + consumo social etc.)	42.574.477 m³/ano
Perdas (%)	24,74
População IBGE 2010 (hab.)	1.409.351
População estimada 2012	1.429.425
No economias atendidos c/rede de água 2012	665.406
No economias medidas 2012	624.512
Média de consumo micromedido (m³/mês)	13
Média de consumo por pessoa (l/dia)	200
No de Elevatórias 2012 (EBABs e EBATs) (un.)	93
No de reservatórios 2012 (un.)	95
Volume de reservação – 2012 (m³)	201.199
Extensão de redes de água – dez/2012 (Km)	3.929

Fonte: DMAE, 2013.

Dos atuais seis sistemas de abastecimento de Porto Alegre, destacam-se 111 subsistemas. Os Sistemas Moinhos de Vento, São João, Menino Deus, Belém Novo e Tristeza captam água no Lago Guaíba, em quatro diferentes pontos (os Sistemas Moinhos de Vento e São João possuem uma única captação) e o Sistema Ilha da Pintada tem sua captação junto ao braço direito do Rio Jacuí. Cada Estação de Tratamento de Água (ETA) constitui um sistema de abastecimento. Cada sistema é dividido em diversos subsistemas conforme as zonas de pressão a serem abastecidas.

QUADRO 26: SISTEMAS DMAE

SISTEMA	Nº SUBSIST	. LOCAL CAPT AÇÃO	Nº ELEVATÓRIAS	Nº RESERVATÓRIOS
Moinhos de Vento	3	Lago Guaíba	3	4
São João	15	Lago Guaíba	15	14
Menino Deus	62	Lago Guaíba	47	55
Belém Novo	23	Lago Guaíba	19	13
Ilha da Pintada	2	Guaíba/Jacuí	3	2
Tristeza	6	Lago Guaíba	6	7
TOTAL	**111**	**-**	**93**	**95**

Fonte: DMAE, 2013.

2.3.3 Sistema de esgotamento sanitário

No quadro a seguir os dados quanto aos índices de atendimento com rede de esgotos, índice de tratamento, bem como quantidade de ligações à rede e quantidade de economias residenciais ativas, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS para CORSAN em 2013.

QUADRO 27: DADOS OPERACIONAIS ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

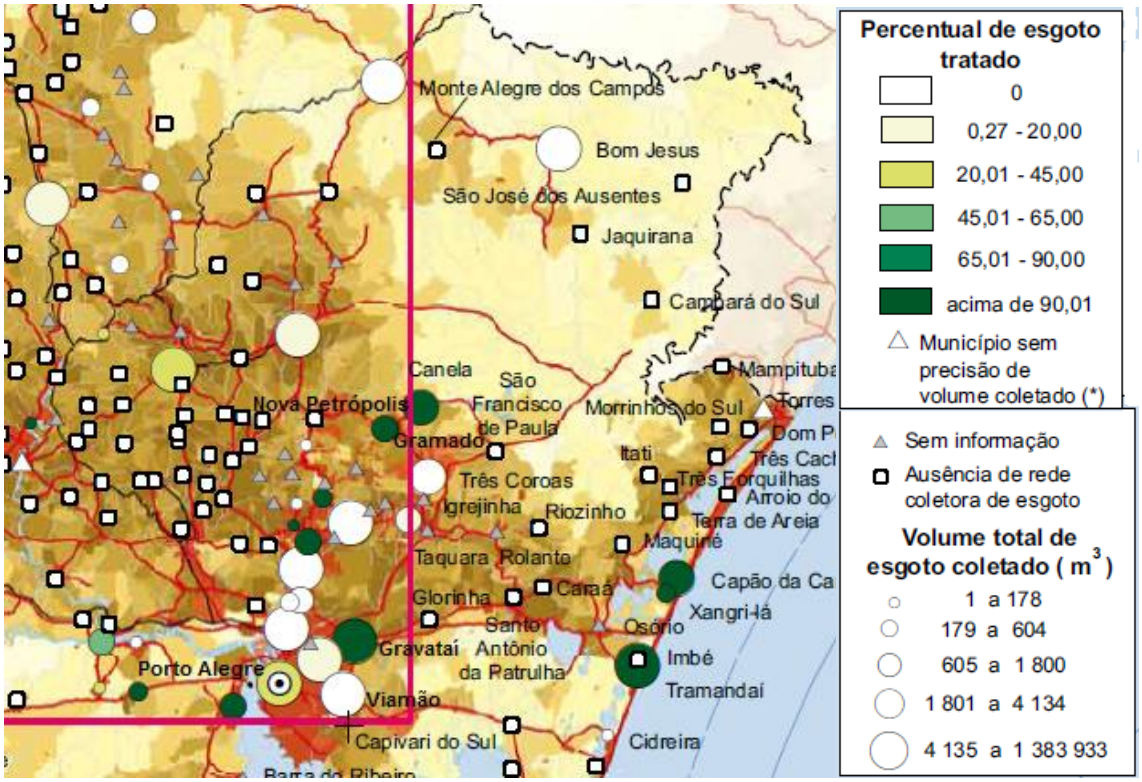
MUNICÍPIO	ÍND. DE ATDM. COM REDE DE ESGOTOS		ÍND. DE TRATAMENTO DE ESGOTOS		QTD. DE LIGAÇÕES DE ESGOTOS		QTD. DE ECON. RESIDENCIAIS ATIVAS
	POP. TOTAL	POP. URBANA	ESGOTO COLETADO	ESGOTO GERADO	TOTAIS (ATIV. + INAT.)	ATIVAS	ESGOTO
	%	%	%	%	LIG.	LIG.	ECON.
	IN056	IN024	IN016	IN046	ES009	ES002	ES008
Cambará do Sul/RS							
Canela/RS	11,8	12,9	100,0	15,4	954	933	1.812
Gramado/RS	23,1	25,7	100,0	25,0	853	843	2.611
Gravataí/RS	21,1	22,2	100,0	40,6	17.649	14.951	18.106
Igrejinha/RS	2,7	2,9	0,0	0,0	265	260	307
Nova Petrópolis/RS	-	-	-	-			
São Francisco de Paula/RS	-	-	-	-	-	-	-
São José dos Ausentes/RS	-	-	-	-	-	-	-
Taquara/RS	-	-	-	-	-	-	-
Três Coroas/RS	-	-	-	-	-	-	-
Viamão/RS	1,2	1,2	0,0	0,0	947	927	934

Fonte: SNIS, 2013.

Observa-se no quadro acima que dos 11 municípios atendidos pela CORSAN, apenas 5 (Canela, Gramado, Gravataí, Igrejinha e Viamão) possuem rede de coleta de esgotos, mas os índices de atendimento situam-se abaixo dos 25%, enquanto o restante não possui qualquer forma de coleta através de rede. Quanto ao tratamento

do esgoto coletado, apenas Canela, Gramado e Gravataí possuem tratamento, mas com percentual baixo em relação ao total de esgoto gerado nestas cidades.

FIGURA 35: RIO GRANDE DO SUL - REDE COLETORA DE ESGOTO



Fonte: IBGE, 2011.

Na figura acima se confirma os dados do SNIS, onde nos municípios atendidos pela CORSAN, apenas Canela, Gramado e Gravataí possuem coleta e tratamento de esgoto, enquanto em São José dos Ausentes, Cambará do Sul, São Francisco de Paula, Nova Petrópolis, Taquara e Três Coroas sequer possuem rede coletora de esgotos.

Em Gramado foi implantada rede do tipo separador absoluto em pequena parte da cidade e em Canela, o centro da cidade é atendido por rede coletora executada e operada pela Prefeitura Municipal, que terceirizou a exploração e administração do sistema. Os efluentes coletados recebem tratamento primário, e há cobrança pela prestação do serviço.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Conforme já foi mencionado anteriormente, o DMAE é o responsável pela coleta e tratamento dos esgotos em Porto Alegre. A seguir quadro com as redes coletoras já existentes e o déficit das mesmas considerando-se um cenário até 2030.

O município de Porto Alegre, para fins de planejamento, foi dividido geograficamente em dez Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e destes, oito já contam com estações de tratamento, e são eles:

- SES Sarandi;
- SES Navegantes;
- SES Ponta da Cadeia;
- SES Cavalhada;
- SES Zona Sul;
- SES Salso (oriundo da união dos sistemas Salso-Restinga e Salso-Lomba);
- SES Belém Novo; e
- SES Lami.

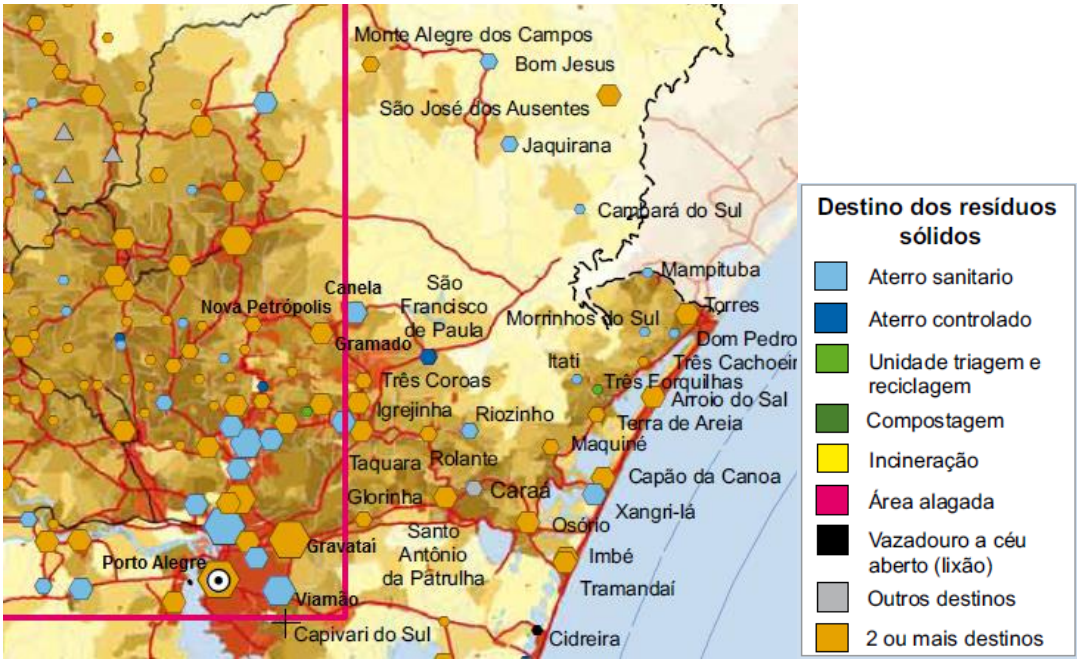
A malha coletora, atualmente, representa a maior demanda em Porto Alegre, tendo em vista que a capacidade de tratamento de esgotos instalada no município é de 80% e apenas 62,1% da população conta com redes para a coleta dos esgotos sanitários. Em complementação à execução de redes coletoras, ainda em alguns casos, faz-se necessária a implantação de estações de bombeamento intermediárias e/ou a ampliação da estação de tratamento de esgotos existente no SES(DMAE, 2013), confirmando-se o indicado na Figura 17 acima.

Constatou-se na área objeto deste estudo uma deficiência significativa em termos de coleta e tratamento de esgotos domésticos, que poderia ser agravada mediante o aumento do afluxo de turistas na região, não sendo consideradas nas projeções de população esses possíveis aumentos sazonais.

2.3.4 Sistema de limpeza urbana

Com base nas informações do Atlas de Saneamento 2011 do IBGE, apesar do percentual de coleta significativo nos municípios estudados, apenas Viamão, Canela e Cambará do Sul possuem aterro sanitário para destinação dos rejeitos, São Francisco de Paula possui um aterro controlado e os outros municípios possuem 2 ou mais destinos

FIGURA 36: RIO GRANDE DO SUL – MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS



Fonte: IBGE, 2011.

Com o propósito de acatar as premissas da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS (Lei 12.305/10 e Decreto 7.404/10) e estabelecer uma gestão sob os resíduos sólidos, o Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Pró-Sinos, em conjunto com a consultoria Keyassociados e com o auxílio de recursos provenientes do convênio 041/2007, firmado entre o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o Pró-Sinos, elaborou o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PRGIRS) - do qual inicialmente fizeram parte 22 municípios e recentemente quatro novos municípios da Bacia aderiram ao Consórcio e para cada município consorciado foi elaborado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

A relação a seguir elenca todos os municípios atualmente consorciados ao Pró-Sinos, destacando-se em negrito aqueles que fazem parte da área de estudo:

- **Municípios Consorciados:** Araricá, Campo Bom, Canoas, Caraá, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, **Gramado**, **Igrejinha**, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Riozinho, Rolante, Santo Antônio da Partrulha, **São Francisco de Paula**, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul do Sul e **Taquara**.
- **Adesão de novos municípios ao Consórcio:** Cachoeirinha, **Canela**, Glorinha, **Três Coroas**.

QUADRO 28: DADOS DE GERAÇÃO DE RSU E GERAÇÃO *PER CAPITA*.

MUNICÍPIO	GERAÇÃO DE RESÍDUOS (T/DIA)	GERAÇÃO PER CAPITA DE RESÍDUOS (KG/HAB/DIA)
Canela	29,42	0,75
Gramado	28,5	0,87
Igrejinha	26	0,82
São Francisco de Paula	14	0,68
Taquara	20,24	0,37
Três Coroas	12	0,5

Fonte: Pró-Sinos, 2012.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE PORTO ALEGRE

O DMLU tem 1.495 servidores próprios, mas também trabalha com cerca de 1.700 funcionários vinculados a cooperativas e empresas contratadas. O setor administrativo está localizado na avenida Azenha nº 631, mas os serviços estão vinculados também a 12 seções e 27 capatazias estrategicamente distribuídas pela cidade.

Além das coletas domiciliar, seletiva e especial, o DMLU recolhe ainda o lixo público, que é resultado de descartes inadequados (focos de lixo) e da produção da varrição e da capina nas vias públicas. Também mantém a pintura de meios-fios, faz a roçadas em taludes e beira de estradas (roçadeira mecanizada), a lavagem de monumentos e logradouros públicos, a limpeza de praias na orla do Guaíba e garante tanto a zeladoria quanto a manutenção dos sanitários públicos da cidade.

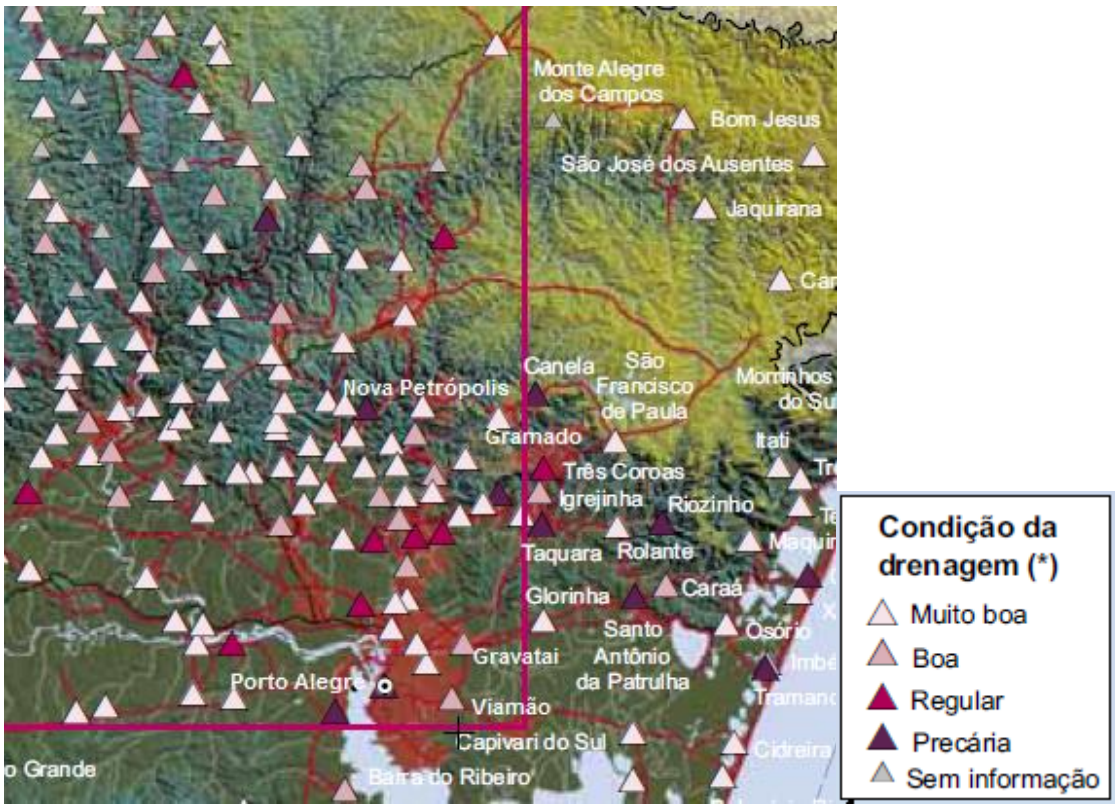
Após as coletas, o DMLU se encarrega de dar a destinação final adequada aos resíduos. O lixo seco é dividido entre as Unidades de Triagem (UT), para reaproveitamento e reciclagem; os resíduos da construção civil são destinados aos aterros de inertes; e o lixo domiciliar é encaminhado à Estação de Transbordo da Lomba do Pinheiro, onde uma pequena parte passa pela Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) e o resto segue para o Aterro Sanitário no município de Minas do Leão, distante 113 km de Porto Alegre.

Constatou-se que o Sistema de Limpeza Urbana na área estudada ainda apresenta deficiências, principalmente quanto ao tratamento e gestão dos resíduos coletados e na disposição dos rejeitos. Com a implantação dos planos de gerenciamento de resíduos dos municípios integrantes do Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Pró-Sinos, concluiu-se pela ocorrência de melhoria da limpeza urbana nos 6 municípios integrantes, mas também não foi constatado nas projeções futuras os aumentos sazonais da população em função do turismo.

2.3.5 Rede de drenagem pluvial

O percentual da população urbana atendida por rede de drenagem pluvial na região apresenta percentuais bastante variados. Observou-se que as condições de relevo nas sedes dos municípios estudados tiveram grande influência nas condições de drenagem.

FIGURA 37: RIO GRANDE DO SUL - MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS



Fonte: IBGE, 2011.

Observa-se na figura acima, retirada do Atlas de Saneamento 2011, do IBGE, que na região da planície, a condição de drenagem em Porto Alegre foi considerada precária, enquanto em Viamão, Gravataí foi considerada boa. Na região de transição entre a planície e o planalto, onde o relevo é mais ondulado e irregular, em Canela, Três Coroas e Taquara a drenagem foi considerada de irregular a precária, enquanto em Gramado, Nova Petrópolis e Igrejinha foi considerada boa a muito boa. Já no planalto, onde o relevo é mais plano, a drenagem em São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes foi considerada muito boa.

Investimentos em infraestrutura em execução em Canela (pavimentação, drenagem, passeio público e sinalização):

- 27 ruas em toda a cidade: R$9.000,000,00
- Canela-São João 2ª etapa: R$1.000.000,00
- Caracol-Ferradura 1ª etapa: R$1.000.000,00
- Malha Viária Turística 1ª etapa: R$1.000.000,00

Outros investimentos em infraestrutura ainda não iniciados (pavimentação, drenagem, passeio público e sinalização):

- 71 ruas em toda a cidade: R$20.000.000,00
- José Luiz Corrêa Pinto (acesso Laje): R$1.300.000,00

- repavimentação de várias ruas centrais através de emendas parlamentares: R$1.000.000,00

DEPARTAMENTO DE ESGOTOS PLUVIAIS - DEP

Responsável por fazer escoar as águas da chuva em Porto Alegre, a fim de evitar alagamentos, o DEP foi concebido em 1970, a partir do Grupo de Trabalhos Pluviais do Departamento Municipal de Água e Esgotos e da Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov). Hoje, o órgão administra mais de três mil quilômetros de rede, aproximadamente 75 mil pontos de captação, 70 quilômetros de canais e condutos forçados, dezenas de arroios e córregos, 68 quilômetros de diques de proteção, 19 casas de bombas e 2.647 metros de cortina de proteção (com 14 comportas totalmente novas e com acionamento hidráulico) contra inundações na Avenida Mauá (Muro)[46].

2.3.6 Sistemas de comunicação

Operam no Estado do Rio Grande do Sul várias companhias de telecomunicações, que assumiram o controle desses serviços após a privatização promovida pelo Governo Federal nos últimos anos. A telefonia fixa é eficiente em todos os municípios considerados nos estudos deste Plano; e a telefonia móvel está instalada quase na totalidade desses municípios. As empresas que operam tais serviços são: telefonia fixa – CRT e Brasil Telecom; e telefonia móvel – Vivo, Claro, TIM e Oi.

QUADRO 29: TELEFONES FIXOS

MUNICÍPIOS	TERMINAIS TELEFÔNICOS PÚBLICOS	TERMINAIS TELEFÔNICOS INDIVIDUAIS
Cambará do Sul	38	1009
Canela	256	6958
Gramado	293	10023
Gravataí	1381	40521
Igrejinha	250	4443
Nova Petrópolis	153	4677
Porto Alegre	9667	374083
São Francisco de Paula	126	2230
São José dos Ausentes	13	228
Taquara	389	7790
Três Coroas	131	3249
Viamão	1010	39310

Fonte: ANATEL, http://dados.fee.tche.br/. Acesso: 15/05/2014.

Com base nas observações realizadas na visita de campo constatou-se que o sinal de telefonia móvel é satisfatório dentro das áreas urbanas das sedes dos municípios,

[46] Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=63

necessitando de mais investimentos para ampliação do sinal às áreas rurais dos municípios estudados.

2.3.7 Iluminação pública e energia

A. Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE

Dos 12 municípios estudados, apenas Viamão e Porto Alegre são abastecidas pela CEEE Geração e Transmissão, que possui suas usinas hidrelétricas em dois principais sistemas, Jacuí e Salto, totalizam uma capacidade própria instalada de 909,9 MW de potência. Além destas usinas, a empresa também dispõe da potência oriunda da sua participação em projetos realizados em parcerias público/privada, com um montante de 319,83 MW, atingindo a capacidade de geração de 1.229,73 MW. Este valor representa cerca de 18% da capacidade instalada no Rio Grande do Sul.

Com uma política de expansão através de parcerias, a CEEE Geração e Transmissão, ampliou sua capacidade de geração através da participação em projetos, destacando-se os projetos MACHADINHO - 1140 MW (participação CEEE-GT 63 MW), CERAN (UHE Monte Claro - 130 MW, UHE Castro Alves-130 MW e UHE 14 de Julho-100 MW, com participação da CEEE-GT de 39 MW, 39 MW e 30 MW, respectivamente), UHE Foz do Chapecó-855 MW (participação CEEE-GT 77 MW), UHE Dona Francisca-125 MW (participação CEEE-GT: hoje 12,5 MW e a partir de 2021 aproximadamente 58 MW) e UHE Campos Novos-880 MW (participação CEEE-GT 57,3 MW), esta última no estado de Santa Catarina. A empresa tem a participação na pequena central hidrelétrica Furnas do Segredo com 9,8 MW (participação CEEE-GT 1,029 MW) e na Usina Termelétrica Piratini de 10 MW (participação CEEE-GT 1 MW). Estes novos empreendimentos, com previsão de operação comercial entre os anos de 2001 a 2010 trarão um aumento real da atual capacidade em cerca de 26%.

A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN), com os clientes situados em empresas de Distribuição e Consumidores Livres do mercado, representando cerca de 30% da demanda hoje exigida pelo Rio Grande do Sul.

FIGURA 38: ÁREA DE CONCESSÃO DA GERAÇÃO DA CEEE.

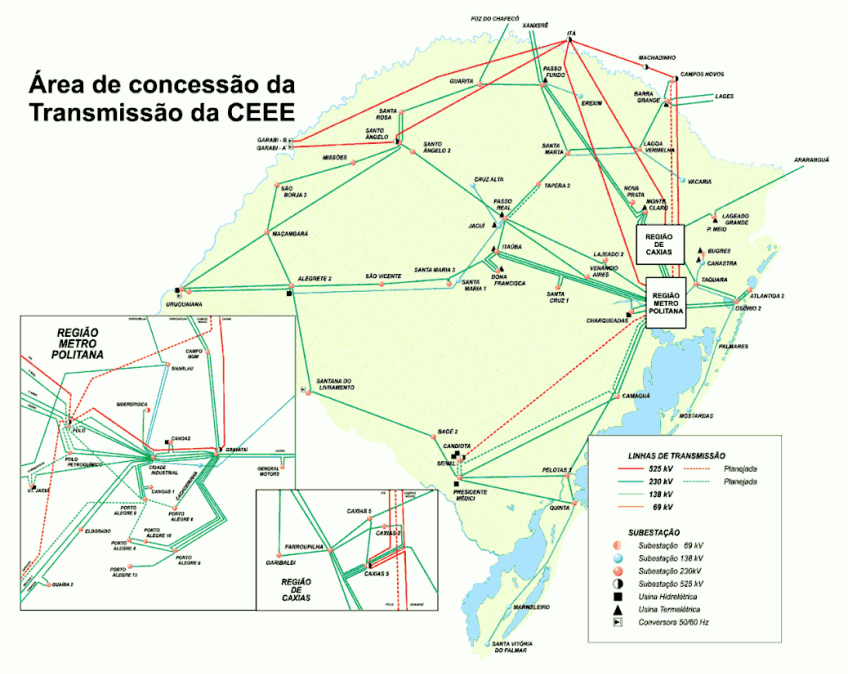
Fonte: CEEE, http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=1911. Acesso: 15/05/2014.

A CEEE Geração e Transmissão é a responsável pela maioria das instalações que compõem a Rede Básica de Transmissão do Estado, viabilizando o transporte e suprimento de energia às Concessionárias de Distribuição que atuam no RS: CEEE Distribuidora, AES Sul, RGE, Concessionárias Municipais, Cooperativas de Eletrificação Rural e também a potenciais Consumidores Livres e Produtores Independentes.

O seu Sistema de Transmissão interliga usinas geradoras e o Sistema Interligado Nacional aos pontos de suprimento e centros de consumo em todo o estado, cumprindo um papel estratégico.

As instalações de propriedade da CEEE e aquelas sob a sua responsabilidade, disponibilizadas para o estado, são compostas por 62 Subestações, totalizando uma potência de 8.237,7 MVA (MegaVolt-Ampéres). Em Linhas de Transmissão a CEEE possui 6.055,61 km de extensão de linhas de transmissão que são suportadas por 15.058 estruturas e operam nas tensões de 230, 138 e 69 kV (kiloVolts).

FIGURA 39: ÁREA DE CONCESSÃO DA TRANSMISSÃO DA CEEE.



Fonte: CEEE, http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=1754. Acesso: 15/05/2014.

B. Rio Grande Energia

A Rio Grande Energia (RGE) é a distribuidora de energia elétrica da região norte-nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Privatizada em outubro de 1997, a RGE atende 262 municípios gaúchos, o que representa 51% do total de municípios do RS. A área de cobertura da Rio Grande Energia divide-se em duas regiões: a Centro, com sede em Passo Fundo e a Leste, com Sede em Caxias do Sul. São 90.718km² - 34% do território do estado (veja o mapa abaixo). Agrupadas, essas regiões apresentam um dos melhores índices sociais e econômicos do Brasil. Também são as responsáveis pelo maior polo agrícola, pecuário, industrial e turístico do estado. A RGE faz parte do Grupo CPFL Energia, um dos maiores grupos privados do setor elétrico brasileiro. A RGE orienta-se pela Gestão de Qualidade Total para atingir, cada vez mais, altos níveis de eficiência.

Os 10 municípios restantes, Gravataí, Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes são atendidos pela RGE, que possui os seguintes dados de atendimento:

- Área de Cobertura: 90.718 km²
- Municípios Atendidos: 262
- População: 3.683 milhões
- Consumidores: 1.304.377 Unidades de Consumo

- Subestações de Distribuição: 63
- Subestações de Transmissão: 3
- Capacidade Instalada - Distribuição: 1.760 MVA
- Capacidade Instalada - Transmissão: 117 MVA
- Linhas de Transmissão: 1.756 km
- Rede Primária: 47.803 km
- Rede Secundária: 30.448 km
- Total de Rede de Distribuição: 78.251 km
- Postes: 1.131.697

Com exceção de São Francisco de Paula e Canela, onde os percentuais de atendimento por iluminação pública são relativamente baixos nos demais municípios esse percentual está acima de 85% (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2005).

Concluiu-se que as empresas responsáveis pela geração e transmissão da energia elétrica no Rio Grande do Sul, a CEEE e a RGE, tem capacidade e estrutura para atender os municípios objeto desse estudo.

2.3.8 Serviços de saúde

Constatou-se que, com exceção de São José dos Ausentes, os demais municípios possuem pelo menos um hospital, com um número de leitos acima de 32, e que Porto Alegre possui a maior oferta em relação aos serviços de saúde, podendo suprir as deficiências do restante da área estudada.

QUADRO 30: NÚMERO DE HOSPITAIS DE LEITOS NOS MUNICÍPIOS DO CT

MUNIICÍPIO	NÚMERO DE HOSPITAIS	NÚMERO DE LEITOS
Cambará do Sul	2	32
Canela	1	62
Gramado	1	147
Gravataí	1	188
Igrejinha	1	63
Nova Petrópolis	1	34
Porto Alegre	31	7320
São Francisco de Paula	1	63
Taquara	2	129
Três Coroas	1	50
Viamão	2	148

Fonte: http://dados.fee.tche.br/. Acesso: 15/05/2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre gerencia um sistema de saúde para uma população em torno de 1.409.351 pessoas (IBGE, 2010) que vivem na Capital. É referência, também, para mais 3 milhões de pessoas dos municípios da Região Metropolitana, além de oferta de alta complexidade para os demais municípios do estado e da Região Sul do país.

A SMS coordena também um conjunto de áreas técnicas de políticas públicas que abrangem os seguintes segmentos: Criança e Adolescente, Idosos, Saúde do Trabalhador, Medicamentos, Saúde Bucal, Saúde Mental, Saúde da Mulher, População Negra e Indígena, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids), Pneumologia e Saúde Nutricional, entre outros. Todas estas áreas estão ligadas a um mesmo eixo: o da Humanização, tratada como principal política pública transversal.

Os serviços do Sistema Único de Saúde - SUS de Porto Alegre estão distribuídos nos territórios dos 17 Distritos Sanitários (DS), que formam as Gerências Distritais (GD). Os DS são: Ilhas, Humaitá/Navegantes, Centro, Noroeste, Norte, Eixo Baltazar, Leste, Nordeste, Glória, Cruzeiro, Cristal, Sul, Centro-Sul, Paternon, Lomba do Pinheiro, Restinga e Extremo-Sul.

As GD são estruturas administrativas e gestoras regionais e também espaços de discussão e prática onde são operacionalizadas todas as estratégias para a atenção à saúde na esfera do SUS. Na cidade, estão distribuídas em oito regiões de saúde: 1) Centro, 2) Noroeste /Humaitá /Navegantes /Ilhas, 3) Norte /Eixo Baltazar, 4) Leste /Nordeste, 5) Glória /Cruzeiro /Cristal, 6) Sul /Centro-Sul, 7) Paternon /Lomba do Pinheiro, 8) Restinga /Extremo-Sul. São compostas por Unidades de Saúde, Centros de Especialidades e Serviços Especializados Ambulatoriais e Substitutivos.

Sob a Coordenadoria Geral de Urgências, nos territórios dos DS e das GD estão os Pronto-Atendimentos (PA), as Bases do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e os hospitais gerais e especializados próprios e conveniados ao SUS, com portas de urgência e emergência. Esse conjunto de equipamentos de saúde e seus serviços, o que inclui também os serviços de internação hospitalar e domiciliar formam a rede de serviços do SUS em Porto Alegre.

Serviços de Atenção Primária à Saúde

1) Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde Família

O sistema municipal dispõe de 55 Unidades Básicas de Saúde (UBS), que, juntamente com 88 Unidades de Saúde da Família (USF), são as principais portas de acesso para a busca de atenção primária em saúde.

As UBS e as USF são procuradas diretamente pelos usuários, para o agendamento de consultas com clínico geral, ginecologista ou pediatra, atendimentos de enfermagem, nutrição e vacinação, entre outros serviços.

Depois da consulta nessas unidades, se houver necessidade, os pacientes são encaminhados para especialistas. Essas consultas são agendadas pela Central de Marcação e Regulação da Secretaria Municipal de Saúde.

2) Núcleo de Apoio à Estratégia de Saúde da Família (NASF)

Serviços de Atenção Especializada Ambulatorial e Substitutiva

- NÚCLEO DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (NASCA)
- CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO (CTA)
- SERVIÇO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM DST/AIDS
- CENTRO DE REFERÊNCIA À TUBERCULOSE
- CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS
- CENTRO DE ESPECIALIDADES E AMBULATÓRIO HOSPITALAR DE ESPECIALIDADES
- LABORATÓRIO MUNICIPAL E LABORATÓRIOS CONVENIADOS

Urgência e Emergência

Para estes casos, devem ser procurados os locais de pronto-atendimento mais próximos. Para o acolhimento eficiente e resolutivo, o fluxo de entrada nos serviços de urgência e emergência é conduzido pela classificação dos pacientes de acordo com a gravidade. Desta forma, é garantido atendimento em tempo adequado aos casos mais graves.

A rede municipal de atenção de urgência e emergência está distribuída em pontos regionalizados da cidade para atendimento de urgências clínicas, ginecológicas, obstétricas, traumatológicas, odontológicas, oftalmológicas, pediátricas, psiquiátricas e de casos de drogas, alcoolismo e queimaduras.

SAMU

O SAMU atende 24 horas a chamados para situações de risco de vida iminente, como acidentes com ferimentos graves, afogamentos, urgências clínicas agudas (parada cardiorrespiratória, dificuldade respiratória severa, convulsões etc.) e urgências traumáticas (atropelamentos, acidentes de trânsito, quedas, queimaduras graves, agressão por armas, choques elétricos etc.), entre outros casos. A solicitação de atendimento é feita pelo telefone 192 - com ligação gratuita.

Farmácias Distritais

A SMS administra dez Farmácias Distritais, que mantêm em estoque os remédios constantes da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), em acordo com as normas do Ministério da Saúde. Além das Farmácias Distritais, as Unidades Básicas de Saúde também possuem dispensadores de remédios. A distribuição dos medicamentos receitados é gratuita.

Vigilância em Saúde

A Coordenadoria-Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) atua de forma articulada em atividades de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental. O órgão fiscaliza e avalia permanentemente a situação de saúde da população e desenvolve ações de controle de fatores de exposição que possam gerar danos à saúde de pessoas conforme a região onde vivem. O trabalho é feito tanto em abordagens coletivas como individuais. Todos os serviços de saúde estão sujeitos ao licenciamento por alvarás emitidos pela Vigilância em Saúde.

2.3.9 Segurança

Segundo a Lei nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011, a Secretaria da Segurança Pública do RS, possui as seguintes atribuições:

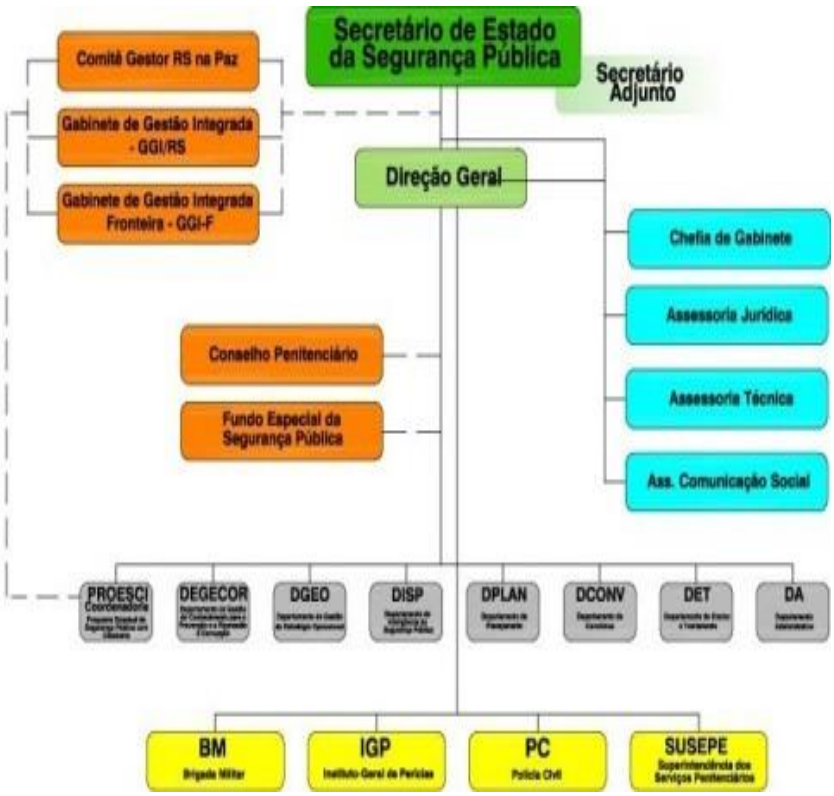
I - garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, bem como a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta do seus órgãos de segurança;
II - promover ações e políticas de inteligência, prevenção, contenção e repressão da macro criminalidade, crime organizado e controle de armamentos;

III - atuar de forma integrada com entes da Federação, Poderes, instituições e órgãos da Administração Pública Estadual para a implementação de ações, mediante aporte de inteligência e tecnologia no combate e prevenção à corrupção e à lavagem de ativos;
IV - propor e executar planos e ações que visem à redução dos índices de violência e criminalidade, assim como à prevenção e combate a sinistros;
V - produzir e gerenciar dados, estudos e estatísticas sobre violência, criminalidade e vitimização;
VI - exercer as atribuições de polícia administrativa e de fiscalização de atividades potencialmente danosas, articulando-se com os órgãos competentes para execução da polícia ostensiva de trânsito e do meio ambiente:

VII - administrar o serviço penitenciário

Abaixo segue o organograma da secretaria, que tem a competência de atuar em todo estado.

FIGURA 40: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL.



Fonte: http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=122. Acesso: 15;05;2014.

A. Policia Civil RS

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul, integrante da Secretaria de Segurança do Estado, tem as seguintes atribuições:

I - exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
II - determinar a realização de exames periciais, providenciando a adoção de medidas cautelares, visando a colher e a resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou a assegurar a execução judicial;
III - praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual;
IV - zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção a sociedade e ao indivíduo;
V -colaborar para a conveniência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais;
VI - adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões as pessoas e danos aos bens públicos ou particulares; e
VII- organizar, executar e manter serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, e expedir licença para as respectivas aquisições e portes, na forma da legislação pertinente;

Para atender tais atribuições constatou-se a existência das seguintes delegacias e postos policiais no interior, na região metropolitana de Porto Alegre e na capital:

- **Cambará do Sul** - RUA NICONIRO SOUZA PEREIRA, 84
- **Canela -** RUA INACIO DE MORAES, 418 **e a DEAM** RUA OSWALDO ARANHA, 485
- **Gramado -** AV HORTENCIAS, 415 e a **2ª REGIONAL – GRAMADO -** RUA JOAO CARNIEL, 525
- **Igrejinha -** RUA FELIPE DOS SANTOS, 67
- **Nova Petrópolis -** RUA FREDERICO MICHAELSEN, 404
- **São Francisco de Paula -** RUA SAO MANOEL, S/N
- **Taquara -** Logradouro: Rua Guilherme Lahm, 906**, DPPA -** Rua Guilherme Lahm, 906 e **DT -** AV SEBASTIAO AMORETTI, 2552
- **Três Coroas -** RUA JORGE AUGUSTO DREHER, 177

Os municípios de Gravataí e Viamão são atendidos pela Polícia Civil da Região Metropolitana de Porto Alegre, contando com várias delegacias e postos policiais, conforme discriminado a seguir:

- Gravataí:
  - GRAVATAI - DPPA
  - GRAVATAI - DEAM
  - GRAVATAI - 01 DEL. POLICIA
  - GRAVATAI - 02 DEL. POLICIA
  - 1ª DPRM - GRAVATAI
- Viamão:
  - VIAMÃO - 01 DEL. POLICIA
  - VIAMÃO - 02 DEL. POLICIA
  - VIAMÃO - 03 DEL. POLICIA

Na cidade de Porto Alegre existem as seguintes delegacias e postos da Polícia Civil:

- DELEGACIA ON-LINE
- FEITOS ESPECIAIS/COGEPOL
- PLANTAO POL H C REDENTOR/DJO
- PLANTAO POL H P SOCORRODJO
- DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE - DEMA/DEIC
- PORTO ALEGRE - CEASA
- PORTO ALEGRE - DEL. CONSUMIDOR
- PORTO ALEGRE - DPTUR
- PORTO ALEGRE - DEIC - Serviço de Apoio Aéreo
- PORTO ALEGRE - DPPA 01

- PORTO ALEGRE - DPPA 02
- PORTO ALEGRE - DPPA 03
- PORTO ALEGRE - 13° DP/DPRPA
- PORTO ALEGRE - PROTECAO IDOSO
- PORTO ALEGRE - 01 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 02 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 03 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 04 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 4ª DPHPP - Delegacia de Homicídios
- PORTO ALEGRE - 06 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 07 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 08 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 09 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - DEAM
- PORTO ALEGRE - 10 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 11 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 3ª DPHPP - Delegacia de Homicídios
- PORTO ALEGRE - 13 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 14 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 15 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 16 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 17 DEL POLICIA
- PORTO ALEGRE - 18 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 19 DEL POLICIA
- PORTO ALEGRE - 20 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 21 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 22 DEL. POLICIA
- PORTO ALEGRE - 1ª DPHPP - Delegacia de Homicídios
- PORTO ALEGRE - 2ª DPHPP - Delegacia de Homicídios
- REGIONAL DE PORTO ALEGRE
- REPRESSAO CRIMES INFORMATICOS
- DELEGACIA P/ADOLESCENTE INFRATOR/DPCA

B. Brigada Militar do RS

Possuindo também a competência legal para atuar em todo Estado do Rio Grande do Sul, seja no interior ou na região metropolitana de Porto Alegre, a Brigada Militar tem presença na área objeto deste estudo, principalmente através das seguintes unidades:

- Comando Ambiental da Brigada Militar
- Comando do Corpo de Bombeiros
- Corregedoria Geral
- Comando Regional Alto Jacuí
- Comando de Policiamento da Capital
- Comando de Policiamento Metropolitano
- Comando Regional Vale do Rios dos Sinos
- Comando Rodoviário da Brigada Militar
- Batalhões da Polícia Militar

C. Comando Ambiental da Brigada Militar

Com nova reformulação, em 12 de maio de 2005 foi criado o Comando Ambiental da Brigada Militar com três Batalhões Ambientais. O CABM foi instalado oficialmente por portaria do Comando-Geral da Brigada Militar em 15 de julho de 2005.

FIGURA 41: SEDES E ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CABM E DOS BATALHÕES.

Fonte: https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Site/Estrutura/Cabm/estrutura/mapa.html. Acesso:

Todos municípios objeto deste estudo estão inseridos na área de atuação da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, seja pela atuação da Brigada Militar, da Polícia Civil, do Corpo Bombeiro e em alguns casos pelas Secretarias Municipais, como em Porto Alegre e Gravataí.

2.4 QUADRO INSTITUCIONAL

Para construção deste capítulo foram utilizados dados secundários e primários, estes últimos coletados por meio de questionário, modelo no ANEXO V enviado aos municípios e a SETUR/RS.

Ressalta-se que nem todos os municípios deram retorno ainda quanto às respostas do questionário, sendo assim o diagnóstico das questões institucionais deverá ser alvo de complementações e aprofundamentos, conforme os questionários sejam recebidos e também a partir de contribuições a serem coletadas em Oficina de Trabalho a ser realizada, com a participação de dirigentes, gerentes e técnicos vinculados aos órgãos locais gestores das políticas públicas setoriais pertinentes a este Plano.

Para a análise do quadro institucional do turismo são caracterizados e representados a seguir os órgãos envolvidos, as políticas públicas vigentes, os planos e programas previstos e em desenvolvimento, e a legislação em vigor, relativa à gestão e à regulação do setor de turismo, considerando as instâncias de governo federal, estadual e municipais.

O diagnóstico institucional relacionado à gestão do turismo no Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha também deve abranger a gestão do meio ambiente, dada a inter-relação entre os dois setores, ambos considerados como áreas elegíveis para investimentos no âmbito do PRODETUR Nacional. No entanto, a gestão do meio ambiente possui item próprio dentro dos Aspectos Ambientais neste diagnóstico.

2.4.1 Órgãos e Instituições que Atuam na Gestão do Turismo

A Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 7.381 de 2 de dezembro de 2010, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo que institui o modelo de gestão descentralizada e integra as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada por meio da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade nas diversas escalas territoriais e de gestão do país. Com isso, alcança todas as regiões brasileiras e todos os setores representativos do turismo, de modo a legitimar e a subsidiar a ação ministerial e de seus parceiros.

Esse modelo é composto, no seu nível estratégico, por um núcleo básico formado pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Além disso, os fóruns e conselhos estaduais de turismo, instâncias de representação do turismo nas unidades da Federação complementam a rede de gestão descentralizada. Concluindo a função de

articulação, em todos os elos da cadeia de relacionamento, a gestão descentralizada tem a sua ação complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios onde a atividade turística se realiza.

O Rio Grande de Sul conta com a Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul – SETUR/RS, que tem como atribuições planejar, coordenar e executar os programas públicos do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento da atividade turística, incluindo a identificação, aprimoramento e promoção de potencialidades turísticas, em cooperação com a administração e os municípios, assim como com outras entidades governamentais e privadas da União. Essas ações acontecem em três eixos: infraestrutura, qualificação e promoção. O objetivo final desse conjunto de ações é a inclusão social e o aumento da qualidade de vida de todos os habitantes do estado. A SETUR/RS é composta por: Diretoria Geral, Gabinete, Departamento de Desenvolvimento do Turismo - DETUR, Departamento de Promoção e Marketing - DEPROM, Departamento de Qualificação dos Serviços Turísticos - DEQUAL, Departamento Administrativo - DEA, Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica e Assessoria de Comunicação Social.

O estado também possui o Conselho Estadual de Turismo – Conetur, cujo projeto de lei (PL) 226/2012 foi aprovado em 2012, que é um órgão de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento à SETUR/RS. Seus objetivos são estabelecer diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a implementação da política pública de turismo no estado. Cabe ainda ao Conetur debater essas políticas, com participação democrática e controle social por meio de seus representantes. O Conetur é formado por 61 membros que representam o setor público, sociedade civil, Sistema S, instituições de ensino superior e fóruns regionais do turismo. O Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDETUR foi instituído pela Lei nº 12.959/2008, com o objetivo de estimular o financiamento de projetos na área do turismo, voltado ao desenvolvimento do setor turístico.

Com relação a quantidade de servidores, a SETUR/RS possui 49 concursados e 34 comissionados, totalizando 83, sendo 74,7% de nível superior e 25,3% de nível médio. Importante destacar que foi identificada a necessidade de aquisição de novos servidores ao quadro com formações diferenciadas, de forma a atender a interdisciplinariedade que o turismo necessita, e cumprir os desafios lançados pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo 2012-2015.

O estado já possui a Unidade de Coordenação de Projetos – UCP ativa, prevista no Decreto nº 47.879/2011 que instituiu o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, no entanto, a mesma não possui estrutura de funcionamento, nem física, nem de pessoal.

Dentro do contexto da regionalização há uma premissa básica e anterior que são as alianças regionais e integradas entre municípios que compõem as regiões ou áreas turísticas. A definição de instância de governança regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas. O CT está inserido em 4 Regiões Turísticas do estado que possuem organizações de instância regional instituídas: o Fórum Regional de Turismo de Porto Alegre e Delta do Jacuí, o Fórum Regional de Turismo do Vale do Paranhana, bastante atuante, o Rota dos Campos de Cima e o das Hortênsias.

Todos os municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha possuem órgão responsável pelo turismo, sendo que apenas três deles são órgãos exclusivos para o turismo –

Porto Alegre, Gramado e Cambará do Sul, os demais são órgãos que compartilham suas atribuições com outras pastas. – 30% Desenvolvimento Econômico, e Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio; Indústria, Comércio e Desporto; Indústria e Comércio; Indústria e Comércio; Esporte e Lazer; Cultura e Meio Ambiente; 10 % cada, conforme quadro a seguir.

O quadro também demonstra que 58% dos possuem Fórum/Conselho de Turismo, sendo que apenas os de Porto Alegre, Gramado e de Gravataí são atuantes e apenas 33% contam com Fundo Municipal para o turismo, apenas os desses mesmos municípios encontram-se ativos.

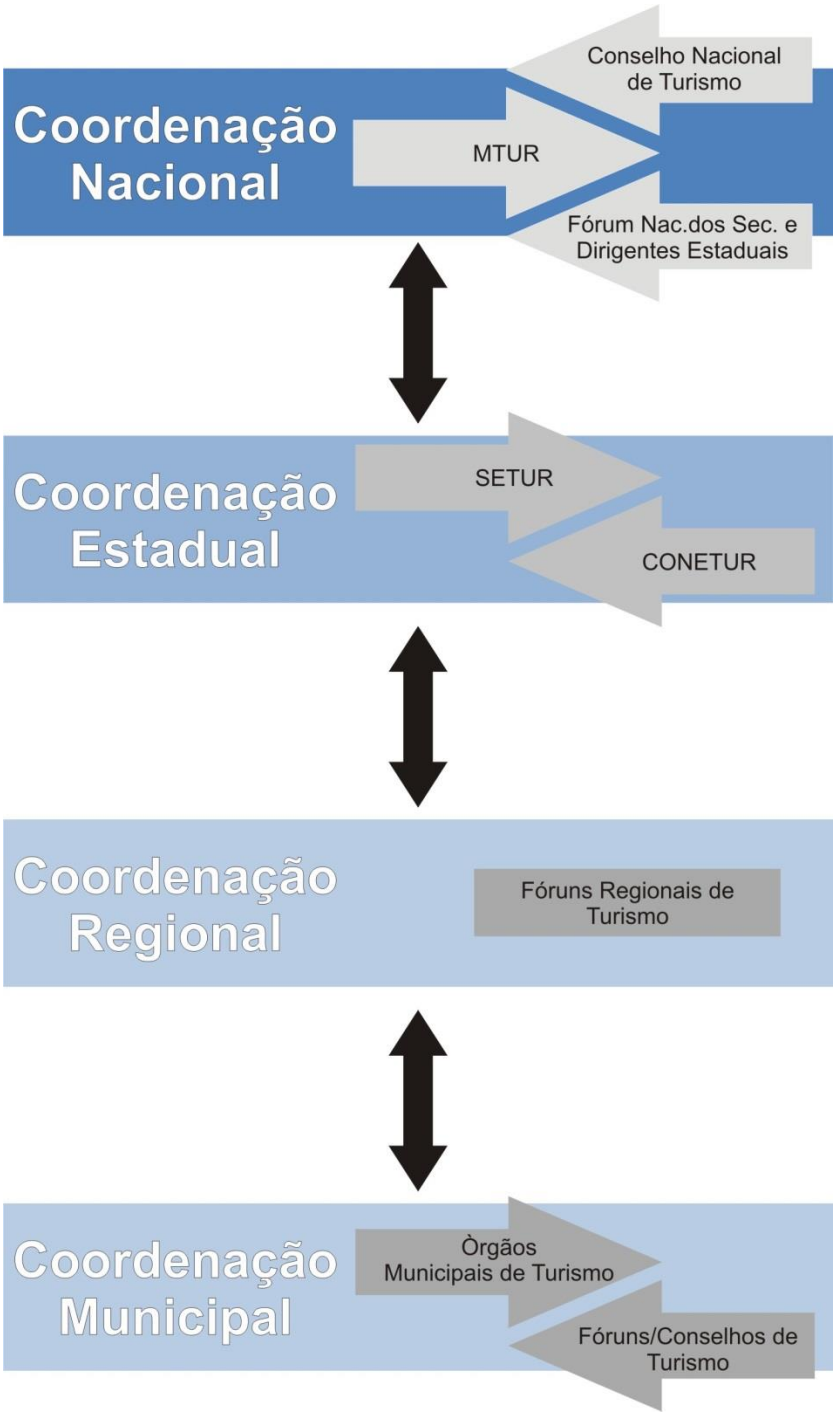
QUADRO 31: CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO TURISMO

MUNICÍPIO	ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO	CONSELHO DE TURISMO	FUNDO DE TURISMO
Porto Alegre*	Secretaria Municipal de Turismo– SMTUR criada pela Lei nº 10.266/2007.	Fórum de Governança Local do Turismo de Porto Alegre, instituído em 24 de março de 2008 - 74 entidades representadas – **Atuante**.	Fundo Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 3.290/2012 – **Ativo**.
Viamão*	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo / Departamento de Turismo.	Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 1.193/1967 – **Não atuante**.	**Não possui.**
Gravataí*	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SMDET.	Conselho Municipal do Turismo – COMTUR, criado pela Lei nº 1.958/2003 - **Atuante**	Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo – FUMDETUR, criado pela Lei nº 2.117/2004 – **Ativo**.
Igrejinha	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Departamento de Turismo.	-	-
Taquara	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Diretoria Geral de Turismo.	-	-
Três Coroas	Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto.	-	-
Canela*	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer.	Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 3.290/2012 – **Não atuante**.	Fundo Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 3.290/2012 – **Inativo**.
Gramado*	Secretaria de Turismo de Gramado, Lei nº 2.915/2011 que dispõe sobre a estrutura administrativa de Gramado.	Conselho Municipal de Turismo criado pela Lei 3.001/2012. - **Atuante**	Fundo Municipal de Turismo criado pela Lei 3.001/2012. – **Ativo**
Nova Petrópolis	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio.	Conselho Municipal de Turismo criado pela Lei 2.463/1998 - – **Não atuante.**	-
São Francisco de Paula	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio.	-	-
Cambará do Sul	Secretaria Municipal do Turismo e Copa, Lei nº 2.904/2013 que define a estrutura administrativa municipal.	-	-
São José dos Ausentes	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, Lei 526/2003 altera a estrutura administrativa municipal.	Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 233/1997.	-

Fonte: Organizado por ITEC a partir das respostas do questionários do quadro institucional. *Municípios que enviaram o questionário respondido. Outras informações coletadas em sites diversos.

A figura abaixo ilustra a estrutura institucional para o turismo no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha.

FIGURA 42: ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA O TURISMO NO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA



Fonte: ITEC.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de servidores de cada um dos municípios que responderam ao questionário. Vale ressaltar que os municípios de Viamão e

Gravataí afirmam ser satisfatória a quantidade de servidores para o turismo, mesmo sendo apenas 1. Canela e Gramado destacam que a quantidade de servidores é inadequada já que a demanda do setor cresce a cada dia e a "estrutura envolve secretaria, eventos e parques"; já Porto Alegre diz que "as equipes técnicas se encontram no momento extremamente reduzidas, dificultando o desenvolvimento de projetos.

QUADRO 32: CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO TURISMO

MUNICÍPIO	SERVIDORES CONCURSADOS	SERVIDORES COMISSIONADOS	TOTAL	ESCOLARIDADE
Porto Alegre	16	12	28	Superior - 22
Viamão	1	-	1	Superior - 01
Gravataí	-	1	1	Superior - 01
Canela	39	15	54	Superior – 06 / Médio – 18/ Básico – 30
Gramado	8	9	17	Básico – 04/ Médio – 9/ Superior - 4

Fonte: Organizado por ITEC a partir das respostas do questionários do quadro institucional

2.4.2 Impactos e Limitações das Políticas públicas

As políticas públicas para o desenvolvimento do setor de turismo no CT Porto Alegre-Serra Gaúcha são elaboradas em diferentes esferas de governo: municipal, estadual e nacional. Ressalta-se que a essência do desenvolvimento do turismo bem-sucedido é uma parceria entre os diversos interessados nesse setor, como governos, órgãos estatais ou semiestatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes.

Sendo assim, diversos fatores influenciam o desenvolvimento de políticas públicas para o turismo, como: estrutura municipal para apoio ao turismo; grau de cooperação com o governo estadual; grau de cooperação com o governo federal; planejamento; e existência de cooperação pública/privada. (BRASIL, 2011- Estudo Competitividade).

Conforme já apresentado no item anterior com relação às estruturas municipais disponíveis de apoio ao turismo, são poucos os municípios que possuem um órgão exclusivo para a pasta e que contam com fórum/conselhos de turismo e com um fundo municipal para o turismo. Apenas Viamão possui plano de turismo.

O estado possui grande interesse no desenvolvimento turístico desses municípios e conta com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Rio Grande do Sul para direcionar as ações e investimentos. Ressalta-se ainda que a implementação do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha foi uma iniciativa do estado e prevê a aplicação de recursos advindos do PROECOTUR Nacional nesta área turística.

Segundo o Plano, o desenvolvimento da atividade turística no Rio Grande do Sul exige o enfrentamento de desafios que, ao serem superados, permitirão o incremento da competitividade turística do estado.

Os desafios, abaixo listados, equivalem às áreas que serão foco de atuação da política estadual. A partir deles, foi possível determinar os 25 projetos prioritários que devem ser executados até 2015 para que o turismo se torne um vetor de crescimento, distribuição de renda e democratização da atividade turística no estado.

1) Implantar o Sistema de Gestão do Turismo no Rio Grande do Sul;

2) Preparar o Rio Grande do Sul para captar e realizar eventos;

3) Aumentar a competitividade das regiões turísticas no Rio Grande do Sul;

4) Posicionar o produto turístico do Rio Grande do Sul no mercado nacional e internacional;

5) Fomentar o empreendedorismo, a inovação e a qualificação dos serviços turísticos.

No âmbito do desafio 3, o projeto de Implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul foi definido como prioritário.

O estado também possui Plano de Marketing do Turismo do RS e Plano de Governo e Carteira de Projetos Estratégicos do Estado que estão relacionados ao desenvolvimento turístico estadual.

Com relação à participação do governo federal, o mesmo apoia-se em planejamento nacional que tem como base na Política Nacional do Turismo, também conhecida como Lei Geral do Turismo. Esta Lei define que a cada quatro anos deve ser elaborado um Plano Nacional de Turismo com definição de metas e programas com o objetivo de ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo. A Política Nacional do Turismo deve obedecer aos princípios da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico justo e sustentável. (Lei nº 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto nº 7.381/2010)

O Plano Nacional de Turismo - PNT 2013/2016 foi lançado em um momento importante para o país com relação ao turismo, devido ao acontecimento dos grandes eventos como a Copa das Confederações, realizada em 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Esses eventos trarão grande visibilidade ao Brasil e a partir deles a realidade turística no país poderá ser transformada.

As diretrizes que nortearão a atividade turística no Brasil são:

- Geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo
- Participação e diálogo com a sociedade
- Incentivo à inovação e ao conhecimento
- Regionalização

A visão de futuro apresentada pelo PNT 2013-2016 é “posicionar o Brasil como uma das três maiores economias turísticas do mundo até o ano de 2022” (PNT, 2013). Em 2011, segundo a OMT, o setor do turismo brasileiro ocupava em geração de renda a 6ª posição entre os países.

Para isso foram definidos como objetivos estratégicos:

- Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos;
- Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros;
- Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; e
- Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

As metas são:

- Meta 1: Aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país;
- Meta 2: Aumentar para US$ 10,8 bilhões a receita com o turismo internacional até 2016;
- Meta 3: Aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016;
- Meta 4: Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016;
- Meta 5: Aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo até 2016.

Ainda segundo a Lei Geral do Turismo, o poder público federal pode viabilizar mecanismos de investimentos privados no setor turístico.

O **Fundo Gestor do Turismo - FUNGETUR**, criado pelo Decreto-Lei n.º 1.191, de 27 de outubro de 1971, tem por objetivo fomentar e prover recursos para o financiamento de atividades turísticas, mediante o financiamento de: obras para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos; e máquinas e equipamentos novos e serviços de finalidade ou de interesse do turismo nacional, assim definidos pelo MTur.

A gestão do FUNGETUR é do Ministério do Turismo, tendo como agentes financeiros das linhas de crédito para o turismo: Banco da Amazônia - BASA; Banco do Brasil - BB; Banco do Nordeste - BNB; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e Caixa Econômica Federal - CEF.

No Brasil, a adoção do modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas. Isso deve gerar mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil no que diz respeito a negociação, acordo, planejamento e organização social, além do entendimento da região, diferentemente da macro divisão administrativa adotada no país. Para o sucesso desse modelo, é necessário que haja cooperação e parceria dos diversos segmentos envolvidos. Sendo assim, para o pleno aproveitamento do modelo é necessária a estruturação dos municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha com relação a questão institucional de gestão e planejamento do turismo.

Ressalta-se que no decorrer da elaboração deste trabalho houve certa dificuldade de comunicação entre o contratante (estado) e os municípios na disponibilização das informações necessárias para o desenvolvimento do mesmo. Isso demonstra a necessidade de fortalecimento nesse relacionamento estado-município.

2.4.3 Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico

O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul 2012-2015 é um instrumento do processo de planejamento e de gestão do desenvolvimento sustentável da atividade turística no estado. O documento estrutura-se na seção de análise da situação atual; configuração das regiões turísticas; cenários para o turismo; e eixos estratégicos, desafios e metas.

Os desafios e projetos podem ser visualizados na figura a seguir.

DESAFIO 01: IMPLANTAR O SISTEMA DE GESTÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL

1.1 FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO TURISMO NAS REGIÕES

1.2 FORTALECIMENTO DOS COLEGIADOS ESTADUAIS DE TURISMO

1.3 REDE VIRTUAL DA GOVERNANÇA DO TURISMO

1.4 NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE TURISMO

1.5 SISTEMA DE MONITORAMENTO DO TURISMO

1.6 FORTALECIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE TURISMO BRASIL SUL - CTBS

DESAFIO 02: PREPARAR O RIO GRANDE DO SUL PARA CAPTAR E REALIZAR EVENTOS

2.1 PLANO ESTRATÉGICO DO SEGMENTO DE TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS

2.2 APOIO À CAPTAÇÃO DE EVENTOS

2.3 APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS

2.4 CENTRO DE EVENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

DESAFIO 03: AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DAS MICRORREGIÕES TURÍSTICAS DO RIO GRANDE DO SUL

3.1 APOIO AO PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL E MUNICIPAL

3.2 DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS

3.3 QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E TURÍSTICA

3.4 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL - PRODETUR/RS

3.5 ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL

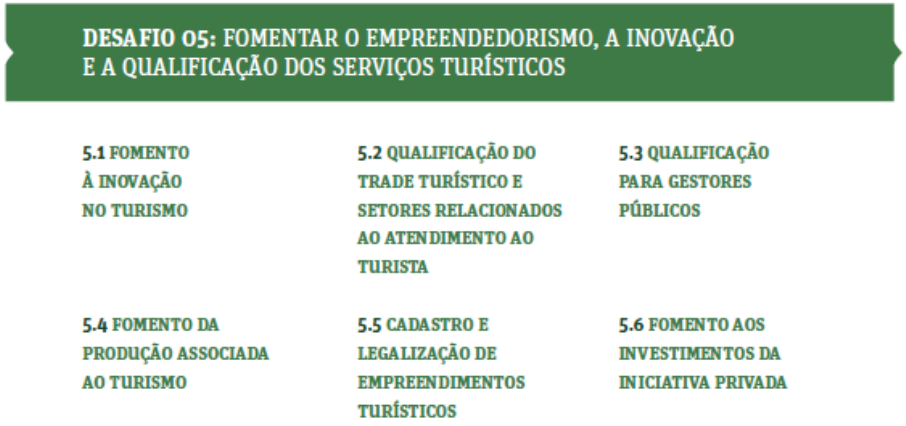
DESAFIO 04: POSICIONAR O PRODUTO TURÍSTICO RIO GRANDE DO SUL NO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL

4.1 PLANO ESTRATÉGICO DE MARKETING

4.2 PLANO OPERACIONAL DE MARKETING

4.3 APOIO À CRIAÇÃO DE PLANOS REGIONAIS DE MARKETING

4.4 MARCA TURÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: FGV, 2012. Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015 / FGV Projetos – Rio de Janeiro:

Outras ações SETUR/RS, relacionadas ao plano de desenvolvimento turístico do estado, referentes ao CT estão dispostas no quadro a seguir.

QUADRO 33: OUTROS PROJETOS/AÇÕES DA SETUR/RS

PROJETOS/AÇÕES SETUR/RS
ESTUDOS DE COMPETITIVIDADE E OBSERVATÓRIO GAÚCHO DO TURISMO
PAVIMENTAÇÃO – EMENDAS DEPUTADO ASSIS MELO
FOMENTO AO SEGMENTO MICE
ESTUDOS DE COMPETITIVIDADE E OBSERVATÓRIO GAÚCHO DO TURISMO
PARADA TRI LEGAL I
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – SENAC – TCHÊ QUALIFICA PRONATEC
CADASTUR
SHRBS – CONVENIO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS – CAT´s
PLANO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING PRA COPA
VERBAS DESCENTRALIZADAS – INTERNACIONAIS
VERBAS DESCENTRALIZADAS – NACIONAIS
APOIO A EVENTOS REGIONAIS – FUNDETUR
ABAV – CONVENIO
CALENDÁRIO DE EVENTOS – SAZONAL
SINALIZAÇÃO RECURSO TESOURO – 2013
SINALIZAÇÃO RECURSO TESOURO – 2014
SINALIZAÇÃO MTUR CONVÊNIOS
CAT´s – COSTRUÇÃO E REFORMA
PRODETUR I – INFRAESTRUTURA – R$7 milhões
APOIO AO PLANEJAMENTO REGIONAL
TURISMO RELIGIOSO
PARQUE CARACOL

Fonte: Informações disponibilizadas pela SETUR/RS, 2014.

Com relação ao planejamento turístico nos municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha, ressalta-se que Viamão possui plano de turismo – Plano Emergencial de Turismo para o Município de Viamão, e Gramado conta com o Plano Municipal de Turismo - que direciona ações, projetos e investimentos para o setor. No entanto, ressalta-se que algumas ações/projetos se encontram em curso, conforme apresentado abaixo.

QUADRO 34: PROJETOS PARA O TURISMO NO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE-SERRA GAÚCHA.

PORTO ALEGRE
Casa Mercosul
Elaboração do Estudo e Projeto para Implantação da Casa Mercosul do Turista. Investimento: R$ 250.000,00 (Mtur: R$ 230.000,00/PMPA: R$ 20.000,00)
Bonde histórico
Elaboração de Estudo e Projeto para Implantação do Bonde Histórico. Investimento: R$ 1.200.000,00 (Mtur: 1.104.000,00 (faltam R$ 700.00,00)/PMPA: 96.000,00)
PDITS
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Investimento: R$ 250.000,00 (Mtur: R$ 230.000,00 PMPA: R$ 20.000,00)

PORTO ALEGRE
Informações Turísticas
Elaboração e implantação de sistema informatizado de informações turísticas do Município de Porto Alegre. Investimento: R$ 1.533.570,00 (Mtur: R$ 1.410.884,40 (faltam R$ 833.570,00)/ PMPA: R$ 122.685,60)
Bilhetagem e áudio
Elaboração e implantação de sistema informatizado de bilhetagem e áudio para o Linha Turismo. Investimento: R$ 1.515.905,00 (Mtur: R$ 1.394.632,60 (faltam R$ 815.905,00)/PMPA: R$ 121.272,40)
UCP
Implementação de fortalecimento institucional da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP). Investimento: R$ 600.000,00 (Mtur: R$ 552.000,00 PMPA: R$ 48.000,00)
Sinalização COPA 2014
Contratação de Projeto executivo para implantação de sinalização turística nas áreas turísticas que abrangem os Bairros Cidade Baixa, Moinhos de Vento, Orla e Rotas caminhos rurais. Investimento: R$ 500.000,00 (Mtur: R$ 460.000,00 PMPA: R$ 40.000,00)
Rotas acessíveis – COPA 2014
Contratação de Projeto executivo para implantação das rotas acessíveis e projeto executivo para adequações e intervenções no Mercado Público. Investimento: R$ 500.000,00 (Mtur: R$ 460.000,00 PMPA: R$ 40.000,00)
Sinalização - Pedestres
Investimento: R$ 321.750,00 (Mtur: R$ 263.250,00/PMPA: R$ 29.250,00)
Centro de Convenções
Em licitação
IGREJINHA
Sinalização turística
Convenio entre Município e Governo do Estado.
Construção do Centro de Eventos
Convenio entre Município e Governo do Estado.
Revitalização da Orla do Rio Paranhana
Convenio entre Município e Governo do Estado.
Construção de Palco no Parque de Eventos Almiro Grings
Convenio entre Município e Governo do Estado.
NOVA PETRÓPOLIS
Projeto de Revitalização do Parque Aldeia do Imigrante
Aprovado e em andamento.
Revitalização da Praça Teodor Amstad
Cadastrado SICONV Federal.
Revitalização da Praça dos Imigrantes
Cadastrado SICONV Federal.
Projeto de Sinalização Turística para o atrativo Ninho das Águias
Aprovado via SETUR RS e em fase de elaboração de edital para licitação.
Projeto de Sinalização viária em Português e Inglês no centro da cidade
Em parceria com o Fundo de Turismo, aprovado e em andamento.
Projeto de Asfaltamento para Ninho das Águias
Cadastrado SICONV Federal.
Projeto de Asfaltamento para Roteiro Rural Alemães do Sul
Cadastrado SICONV Federal.
Projeto de Revitalização Urbanística e mobiliário Urbano para Nova Petrópolis
Cadastrado SICONV Federal.
GRAMADO
Legalização das linhas turísticas
Pesquisas e estudos técnicos do Sistema de Transporte Turístico do Município, com a finalidade de sua regulamentação tanto operacional como institucional
Gramado e o turismo acessível
Projeto de Acessibilidade protocolado junto ao Ministério do Turismo, buscando tornar Gramado um destino referência no receptivo deste público.

PORTO ALEGRE
Formatação de roteiros de agroturismo
Formatação de dois novos roteiros de Agroturismo. A comercialização foi iniciada durante o Carnaval e o lançamento oficial foi durante a Festa da Colônia.
Capacitação na educação para o turismo
Inserção da comunidade escolar no turismo, por meio de encontros de capacitação junto às escolas do município, com os professores e diretoras da pré escola ao 5º ano.
Nova identidade visual da Secretaria de Turismo
Fortalecimento da nova identidade visual, buscando unificar o material gráfico institucional para um fácil reconhecimento e assimilação do *slogin* “Gramado Inesquecível”.
Aplicativo Gramado Inesquecível
Aplicativo turístico formatado em três idiomas e de *download* gratuito para aparelhos com sistema *android* e IOS, com informações em tempo real e links inteligentes.
Lançamento de roteiros turísticos
Lançamento de 7 roteiros: Gramado a pé (com 4 sugestões de itinerários); Gramado na Rota do Chocolate; Gramado Cidade Criativa; Gramado para Crianças; Gramado para a Melhor Idade; Gramado Religioso e Gramado e as Tradições Gaúchas.
Qualificação e aumento efetivo da equipe
Aumento da quantidade de servidores e treinamento efetivo de toda a equipe da Secretaria de Turismo para a capacitação na Língua Inglesa e na Língua Espanhola.
Revitalização dos receptivos
Reforma nos Pórticos da Várzea Grande e saída para Nova Petrópolis e da Central de Informações Turísticas do Centro.
Promoção turística de Gramado
Gramado estará presente em mais de 15 estados do Brasil e em 8 diferentes países, nas Américas do Sul e Norte e na Europa, realizando a Promoção Turística do município.
CANELA
Revitalização da Avenida Osvaldo (etapa do projeto global de Revitalização da Área Central)
Qualificar os espaços existentes, com a padronização dos passeios, passarelas, mobiliário e paisagismo, resgatando elementos da história do município, implantando percursos interligados que sejam seguros e agradáveis com espaços de estar, incentivando a permanência dos visitantes na via para incrementar o turismo da área central da cidade, além de valorizar os pedestres e, consequentemente, o comércio local. PROJETO SELECIONADO PARA RECURSOS DO PRODETUR 2014 – projeto já encaminhado para análise da CEF VALOR DA 1ª ETAPA: R$3.000.000,00
Revitalização da Área Central
Potencializar os espaços culturais e de lazer existentes com a integração e consequente valorização dos mesmos, resgatando elementos da história do município, implantando percursos interligados que sejam seguros e agradáveis com espaços de estar e entretenimento, incentivando a permanência dos visitantes na praça e arredores para incrementar o turismo da área central da cidade; e valorizar os pedestres e reorganização do fluxo de veículos Uma etapa já está em execução – Largo Cultural, no valor aproximado de R$600.000,00, com recurso do Mtur e contrapartida da Prefeitura PROJETO EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO. VALOR APROXIMADO DE TODO O PROJETO: R$30.000.000,00
Parque do Lago
Área de lazer que visa beneficiar vários públicos, tendo em vista o município ter sua economia voltada ao turismo, mas visando também o público local. O Parque contará, quando estiver totalmente finalizado, com equipamentos de lazer, contemplação, esporte, recreação, anfiteatro, ciclovia, cancha de bocha, praça de skate, pracinhas de brinquedos, sanitários e passeios públicos. Alguns destes equipamentos já estão concluídos e outros já estão em fase de execução. PROJETO EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO. VALOR APROXIMADO PARA FINALIZAÇÃO DO PROJETO: R$2.000.000,00
Caminho das Graças
Rota Turística onde as pessoas podem encontrar várias capelas com santidades da Igreja Católica ao longo da estrada. Este trajeto será revitalizado com a construção de novas capelinhas para santos, iluminadas e com paisagismo de árvores especiais, novas placas de identificação dos santos

PORTO ALEGRE
e novas placas indicativas do Caminho. Além disto, será realizada a revitalização do "Pórtico do Caminho das Graças", com a colocação de iluminação e novas placas indicativas. PROJETO EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO. VALOR APROXIMADO PARA O PROJETO: R$300.000,00
CAMBARÁ DO SUL
Projeto Via Mercosul
SEM INFORMAÇÕES
Projeto Turismo nos Parques
SEM INFORMAÇÕES
Projeto Identidade Visual
SEM INFORMAÇÕES
Projeto Geoparque
SEM INFORMAÇÕES
Projeto Produção Associado (Quintais)
SEM INFORMAÇÕES
Projeto Safari Fotográfico
SEM INFORMAÇÕES
Projeto de Sinalização Turística
SEM INFORMAÇÕES

Fonte: Organizado por ITEC. Informações disponibilizadas pelos municípios

2.4.4 Legislação

O quadro a seguir sintetiza toda a legislação turística incidente sobre o CT Porto Alegre-Serra Gaúcha.

QUADRO 35 - LEGISLAÇÃO TURÍSTICA

FEDERAL
▪ Lei n.º 11.771/2008 - dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. ▪ Decreto nº 7.381/2010 – regulamenta a Lei nº 11.771/2008.
ESTADUAL
▪ Decreto nº 36.128/1995 - cria o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. ▪ Decreto nº 22.419/1973 - cria o Calendário Turístico Oficial do Rio Grande do Sul, o Questionário de Qualificação de Evento Promocional - QQEP, o Certificado de Registro de Evento - CRE - e dá outras providências. ▪ Lei nº 14.12/2012 - cria o Conselho Estadual de Turismo e revoga a Lei n.º 10.782/1996. ▪ Decreto nº 48.220/2011 - cria a Delegacia de Polícia para o Turista no município de Porto Alegre. ▪ Lei nº 12.959/2008 - institui o Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. ▪ Lei nº 8.108/1985 - dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico de que trata a Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, e dá outras providências. ▪ Decreto nº 50.799/2013 - dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria do Turismo. ▪ Decreto nº 50798/2013 - dispõe sobre a Estrutura Básica da Secretaria do Turismo ▪ Decreto nº 42.570/2003 - dispõe sobre a contratação de prestadores de serviços turísticos, pelos órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta. ▪ Instrução Normativa nº 01/2011, publicada no Diário Oficial do Estado de 23/09/2011 sobre procedimentos para locação de área e montagem de estandes para participação da SETUR

RS em eventos que provam a cultura e o turismo no estado.
- Lei nº 12.228/2005 - dispõe sobre o Turismo de Aventura no Estado do Rio Grande do Sul (Não regulamentada).

MUNICIPAL

- Lei nº 10.266/2007 - cria a Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre.
- Lei nº 3.290/2012 – cria Fundo Municipal de Turismo de Porto Alegre.
- Lei nº 1.193/1967 – cria Conselho Municipal de Turismo de Viamão.
- Lei nº 1.958/2003 – institui o Conselho Municipal do Turismo de Gravataí.
- Lei nº 2.117/2004 - cria Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo de Gravataí.
- Lei nº 3.290/2012 – cria Conselho Municipal de Turismo de Canela e Fundo Municipal de Turismo.
- Lei 3.001/2012 - cria Conselho Municipal de Turismo de Gramado e Fundo Municipal de Turismo.
- Lei 2.463/1998 – cria Conselho Municipal de Turismo de Nova Petrópolis.
- Lei nº 2.904/2013 - cria Secretaria Municipal do Turismo e Copa.

Fonte: Organizado por ITEC.

Além da legislação turística é importante destacar a existência de Planos Diretores nos municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha.

A Constituição de 1988 define como obrigatórios os Planos Diretores para cidades com população acima de 20.000 habitantes. O Estatuto da Cidade reafirma essa diretriz, estabelecendo o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (artigos 39 e 40). Conforme estabelece o Estatuto, o Plano Diretor é instrumento obrigatório para municípios com população acima de 20.000 habitantes; para aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; em áreas de interesse turístico; ou em áreas sobre influência de empreendimentos de grande impacto ambiental.

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano (BRASIL, 2002). Através do estabelecimento de princípios, diretrizes e normas, o plano deve fornecer orientações para as ações que, de alguma maneira, influenciam no desenvolvimento urbano. Essas ações podem ser desde a abertura de uma nova avenida, até a construção de uma nova residência, ou a implantação de uma estação de tratamento de esgoto, ou a reurbanização de uma favela.

Dos municípios do CT, 10 possuem Planos Diretores, apenas Cambará do Sul e São José dos Ausentes não o possuem, conforme quadro abaixo.

QUADRO 36: MUNICÍPIOS E INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO PLANO DIRETOR.

MUNICÍPIO	INSTRUMENTO LEGAL
Viamão	LEI MUNICIPAL Nº 3.530/2006
Porto Alegre	LEI COMPLEMENTAR Nº 434/99
Gravataí	LEI Nº 1541, DE 06 DE JULHO DE 2000.
Taquara	LEI MUNICIPAL Nº 3.715/2006
Igrejinha	LEI N° 3.824, DE 27 DE OUTUBRO DE 2006
Três Coroas	Lei Municipal nº 2.546, de 10 de outubro de 2006
Nova Petrópolis	LEI Nº 3925/2009, 18 de dezembro de 2009
Gramado	LEI 2.497 DE 19 DE SETEMBRO DE 2006.
Canela	LEI COMPLEMENTAR Nº 7, de 28 de dezembro de 2004

MUNICÍPIO	INSTRUMENTO LEGAL
São Francisco de Paula	Lei 2394/06
Cambará do Sul	Não possui
São José dos Ausentes	Não Possui

Fonte: Organizado por ITEC

2.4.5 Quadro dos Incentivos para o Investimento Turístico

O quadro a seguir lista as principais linhas de crédito para o turismo.

FEDERAL
FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo Fomentar e prover recursos para o financiamento de atividades turísticas, tais como obras para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos. Finalidade: Aquisição de máquinas e equipamentos novos e serviços de finalidade ou de interesse do turismo nacional, assim definidos pelo Ministério do Turismo. Público-alvo: Pessoas jurídicas que atuam no segmento de turismo. Encargos financeiros: Pós-fixados, estabelecidos de acordo com o prazo da operação. Teto financiável: R$ 400.000,00 (mínimo); R$ 10.000.000,00 (máximo). Prazos: Amortização: até 240 meses; Carência: até 60 meses (compreendida no prazo acima). Área de Atuação: Empreendimentos turísticos localizados em todo o território nacional. Banco Operador: Caixa Econômica Federal.
PROGER Turismo Investimento Financiamento a projetos do setor turístico que proporcionem geração ou manutenção de emprego e renda. Finalidade: Investimento fixo e investimento com capital de giro associado. Público-Alvo: Micro e pequenas empresas, com faturamento bruto anual de até R$5 milhões, da cadeia produtiva do setor de turismo. Teto Financiável: Até R$300 mil para empresas com faturamento bruto anual de até R$3 milhões; Até R$400 mil para empresas com faturamento bruto anual entre R$3 milhões e R$5 milhões, já incluído capital de giro associado. Encargos Financeiros: Taxa de juros pós-fixada. Prazos: Conforme o objeto do financiamento, até 120 meses, incluídos até 30 meses de carência. Garantias: Vinculação dos bens financiados, aval dos sócios e fundo de aval. Área de Atuação: Todo o território brasileiro. Bancos Operadores: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia.
BNDES Automático Financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para realização de investimentos de até R$ 10 milhões. Finalidade: Crédito de longo prazo para realização de investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de empreendimentos turísticos, incluindo obras civis, montagens e instalações, aquisição de equipamentos novos de fabricação nacional e capital de giro associado ao projeto. Encargos: Custos financeiros pós-fixados. Prazos: Os prazos de carência e total são definidos pela instituição financeira credenciada em função da capacidade de pagamento do empreendimento. Garantias: Reais e pessoais, negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente. Área de Atuação: Empreendimentos turísticos localizados em todo território nacional. Bancos: Banco do Brasil; Banco da Amazônia; Banco do Nordeste; e a Caixa Econômica Federal. **BNDES FINEM – Financiamento a Empreendimentos** Financiamento, direto no BNDES ou por meio de instituições financeiras credenciadas, para realização de investimentos superiores a R$ 3 milhões. Finalidade: Crédito de longo prazo para realização de investimentos para implantação, expansão da capacidade produtiva e modernização de empresas, incluída a aquisição de

máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES, bem como a importação de maquinários novos, sem similar nacional e capital de giro associado.
Encargos: Custos financeiros pós-fixados.
Prazos: Determinados em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa ou do grupo econômico.
Garantias: Reais e pessoais, negociadas com o BNDES (operação direta) ou com a instituição financeira credenciada (operação indireta).
Área de Atuação: Empreendimentos turísticos localizados em todo o território nacional.
Bancos Operadores: BNDES; Banco do Brasil; o Banco da Amazônia; Banco do Nordeste; Caixa Econômica Federal.

BNDES FINAME – Máquinas e Equipamentos

Financiamento para aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES, e capital de giro associado, por intermédio de instituições financeiras credenciadas.
Finalidade: Aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES, e capital de giro associado.
Encargos Financeiros: Taxa de juros pós-fixada.
Prazos: Prazos de carência e de amortização definidos em função da capacidade de pagamento da empresa, respeitado o prazo total máximo de 60 meses.
Garantias: Negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.
Área de Atuação: Empreendimentos turísticos localizados em todo o território nacional.
Bancos Operadores: Banco do Brasil; Banco da Amazônia; Banco do Nordeste; Caixa Econômica Federal.

Cartão BNDES

Crédito rotativo, pré-aprovado, de até R$ 500 mil, para compra de bens pela internet.
Finalidade: Aquisição de produtos credenciados no BNDES por meio do Portal de Operações do Cartão BNDES.
Encargos: Taxa de juros variável informada pelo BNDES.
Prazos: Amortização: de 3 a 48 prestações mensais, fixas e iguais (sujeito a consulta junto ao banco emissor).
Garantias: Negociadas entre o banco emissor e o cliente na análise de crédito para concessão do cartão.
Fornecedor: Empresas fabricantes de máquinas, equipamentos e outros bens de produção que tenham fabricação total ou parcial no Brasil.
Bancos Emissores: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal.

ESTADUAL

Giro Turismo (Banrisul)

BADESUL - BRDE - Banco do Brasil - CEF (Todos os bancos possuem linhas de financiamento voltadas para o Turismo através da articulação da SETUR).

A SETUR também desenvolve:

- trabalho de apoio técnico aos empreendedores para avaliar e indicar as linhas de financiamentos mais apropriadas para cada tipo de Plano de Negócios.
- Jornadas Técnicas que tem como público alvo empreendedores ativos e potenciais das regiões do estado, a fim de apresentar as potencialidades de investimento e a apresentação de linhas de crédito disponíveis no estado para fomentar e qualificar os serviços turísticos no RS.

MUNICIPAL

Não existem mecanismos de incentivo para investimentos turísticos privados em nível municipal.

Fonte: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/fomento_iniciativa_privada/linhas_credito.html; http://www.agdi.rs.gov.br/, acessado em 13/05/2014.

2.5 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

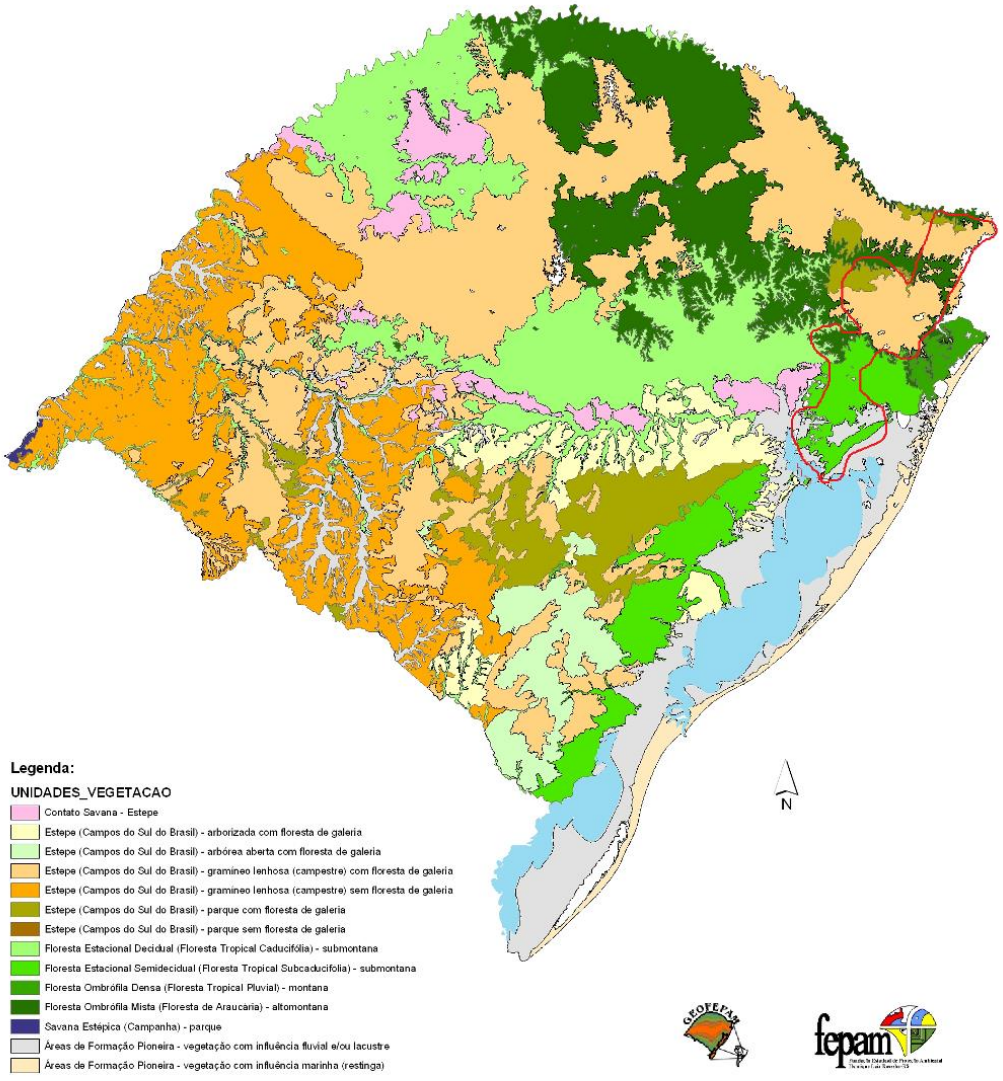
2.5.1 Análise das Condições Ambientais da Área Turística

A. Bioma e Vegetação

Quando analisada a área compreendida pelos 12 municípios objeto deste estudo verificou-se que a mesma, apesar das ocupações e alterações antrópicas, ainda possui amostras representativas e em bom estado de conservação das principais fitofisionomias existentes no Rio Grande do Sul, principalmente as formações florestais e os campos.

Na figura a seguir apresenta-se o mapeamento das principais Unidades de Vegetação do Rio Grande do Sul.

FIGURA 43: UNIDADES DE VEGETAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – RADAM



Fonte: http://www.biodiversidade.rs.gov.br/

A seguir são descritas as principais unidades encontradas do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha, considerando-se sua ocorrência a partir dos municípios situados mais ao sul, até os municípios localizados próximos à divisa com Santa Catarina, sendo elas:

Floresta Estacional Semidecidual – a principal característica unidade de vegetação consiste na dupla estacionalidade climática, representada no estado, pela chamada seca fisiológica provocada pelo frio intenso do inverno, com temperaturas médias inferiores a 15ºC. A percentagem das árvores que perdem as folhas no conjunto florestal situa-se entre 20 e 50%. Além das florestas semideciduais localizadas na região da encosta inferior do nordeste, merecem destaque as localizadas na serra do sudeste, a oeste das Lagoas dos Patos e Mirim, onde, em função das características edáficas, estão inseridas numa paisagem diferenciada, formada por um mosaico de vegetação muito variada, que inclui os campos limpos, campos sujos, matas arbustivas e florestas-parque. (IBGE, 1983)

Áreas de Formações Pioneiras - Situam-se na Planície Costeira e ao longo da rede hidrográfica da Depressão Central e da Campanha. Nestas áreas encontram-se espécies desde herbáceas até arbóreas, com ocorrência de variadas formas biológicas, adaptadas às diferentes condições edáficas aí reinantes. As formações vegetais encontradas são de influência marinha (restinga), fluvial (comunidades aluviais) e fluvio-marinha (manguezal e campos salinos) (IBGE, 1983).

Conforme observado *in loco* e de acordo o mapa “Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul” apresentado acima, nos municípios de Porto Alegre, Viamão e parte de Gravataí encontra-se unidades de vegetação de maior ocorrência no Bioma Pampa, neste caso em questão amostras de Floresta Estacional Semidecidual e Áreas de Formação Pioneira (vegetação com influência fluvial e/ou lacustre).

FOTO 32: AO FUNDO, AMOSTRA DE FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL DENTRO DO PARQUE ESTADUAL ITAPUÃ - VIAMÃO.
Fonte: ITEC.

FOTO 33: ÁREA DE FORMAÇÃO PIONEIRA, COM INFLUÊNCIA DA LAGOA DOS PATOS, DENTRO DO PARQUE ESTADUAL ITAPUÃ - VIAMÃO.
Fonte: ITEC.

Floresta Estacional Decidual – Este tipo de vegetação é caracterizado por duas estações climáticas bem demarcadas, definida principalmente por uma curta época muito fria e que ocasiona, provavelmente, a estacionalidade fisiológica da floresta. Esta formação ocorre na forma de disjunções florestais apresentando o estrato dominante predominantemente caducifólio, com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhas no período frio.

Sua ocorrência é destacada na região do Alto Uruguai, ao norte do estado, e na borda sul do Planalto, neste caso em questão, acompanhando a Serra Geral, até as proximidades do rio Itu (afluente do rio Ibicuí), fazendo limite com os campos da Campanha gaúcha.

A canafístula (*Peltophorum dubium*) e o timbó (*Ateleia glazioviana*), por exemplo, são espécies características da Floresta do Alto Uruguai e também da borda sul do Planalto.

Esta unidade de vegetação foi observada com ocorrência maior nas áreas de menor altitude e encostas na região de transição entre a planície e a borda sul do Planalto da Serra Gaúcha, compreendendo principalmente os municípios de Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Nova Petrópolis, Gramado e Canela, localizados na região central do CT, conforme fotos a seguir. Apesar da classificação, ocorre uma variação nesta unidade em termos de porte e composição, em função principalmente de fatores edáficos, climáticos e de relevo. (IBGE, 1983)

FOTO 34: AO FUNDO DO PARQUE DE CANOAGEM TEMOS AMOSTRA DE FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL - TRÊS COROAS
Fonte: ITEC.

FOTO 35: ESTRADA NO INTERIOR DE FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL EM MORRO CONHECIDO COMO NINHO DA ÁGUIA - NOVA PETRÓPOLIS.
Fonte: ITEC.

Floresta Ombrófila Densa – Sua principal característica ecológica reside nos ambientes ombrófilos, relacionada com os índices termo-pluviométricos (temperatura e precipitação) mais elevados da região litorânea, praticamente sem período seco em função da precipitação bem distribuída ao longo do ano. Esta vegetação apresenta três estratos definidos, o superior formado por espécies dominantes como o tanheiro (*Alchornea triplinervia*), o angico (*Parapiptadenia* rígida), a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), entre outras. No estrato intermediário destaca-se a ocorrência do palmito (Euterpe edulis), espécie ameaçada de extinção no RS e no estrato arbustivo são encontradas inúmeras espécies, como a samambaia preta (*Hemitelia setosa*) e o xaxim (*Dicksonia sellowiana*).

No RS sua ocorrência está restrita à região nordeste do estado, recobrindo a encosta leste do Planalto Meridional (Serra Geral), em altitudes que vão desde a Planície Costeira, quase ao nível do mar, até cerca de 900 m, junto à borda do Planalto (IBGE, 2012).

FOTO 36: FLORESTA OMBRÓFILA DENSA NA ENCOSTA LESTE DO PLANALTO - CAMBARÁ DO SUL, LIMITE COM SANTA CATARINA
Fonte: ITEC.

FOTO 37: FLORESTA OMBRÓFILA DENSA, EM OUTRO TRECHO DA ENCOSTA LESTE DO PLANALTO - CAMBARÁ DO SUL, LIMITE COM SANTA CATARINA.
Fonte: ITEC.

Floresta Ombrófila Mista - caracterizada por apresentar o estrato superior dominado pela *Araucária angustifolia*, que dá a paisagem uma fisionomia própria. O estrato inferior é constituído por árvores mais baixas ou arbustos arborescentes, pertencente em grande parte às Mirtáceas, sendo comum a casca d'anta (*Drymis brasiliensis*) e o pinheiro bravo (*Podocarpus lambertii*). Floresta típica do Planalto Meridional, ocorrendo no RS em altitudes entre 500 m ao oeste a 1.000 m a leste, onde se destacam três núcleos principais: na borda dos Aparados entre os rios Maquiné e das Antas, na borda da encosta sul do Planalto, entre os rios Taquari e dos Sinos e em pleno Planalto Central, no curso superior do rio Jacuí. (IBGE, 1983)

Estepe (Campos do sul do Brasil) gramíneo lenhosa (campestre) com floresta de galeria - O domínio da Estepe estende-se por dois amplos e distintos ambientes: a) Planalto das Araucárias; e b) Superfícies meridionais gaúchas do Planalto rio-grandense-do-sul, do Planalto da Campanha e da Depressão Central. a) No Planalto das Araucárias, a Estepe é submetida a clima pluvial subtropical sem período seco e coexiste com a Floresta Ombrófila Mista (com araucária), cujas espécies vão constituir-se capões e florestas-de-galeria. Por influência principalmente da altitude, suporta período frio (temperatura média mensal menor ou igual a 15° C) anual mais pronunciado, de até oito meses; enquanto o período quente (temperatura média mensal menor ou igual a 20° C) é reduzido ou ausente; e b) Nas superfícies meridionais gaúchas referidas acima, a Estepe conserva certa identidade pluviométrica com o Planalto das Araucárias, pois não apresenta período seco. No entanto, é submetida a maior amplitude térmica e batida mais frequentemente por frentes polares mais frias e dessecantes, o que intensifica a evapotranspiração e consequente ação do inverno, provocando secas ocasionais mais severas, que podem limitar as atividades vegetativas tanto das espécies nativas quanto das cultivadas. Em consequência, sua flora escassa arbórea é típica da Floresta Estacional Decidual. (IBGE, 2012)

Estepe (Campos do sul do Brasil) parque sem floresta de galeria - A Estepe Gramíneo-Lenhosa é o tipo mais representativo dos campos do sul do Brasil, impressionando pela grande extensão e monotonia fitofisionômica, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. Estes campos, que na época desfavorável, com ocorrência de ventos e frio intenso, apresentam coloração acinzentada, são dominados por espécies dos gêneros *Stipa, Andropogon, Aristida e Erianthus*, o que demonstra que a Estepe das superfícies meridionais gaúchas e a das situadas no Planalto das Araucárias foram, de certo modo,

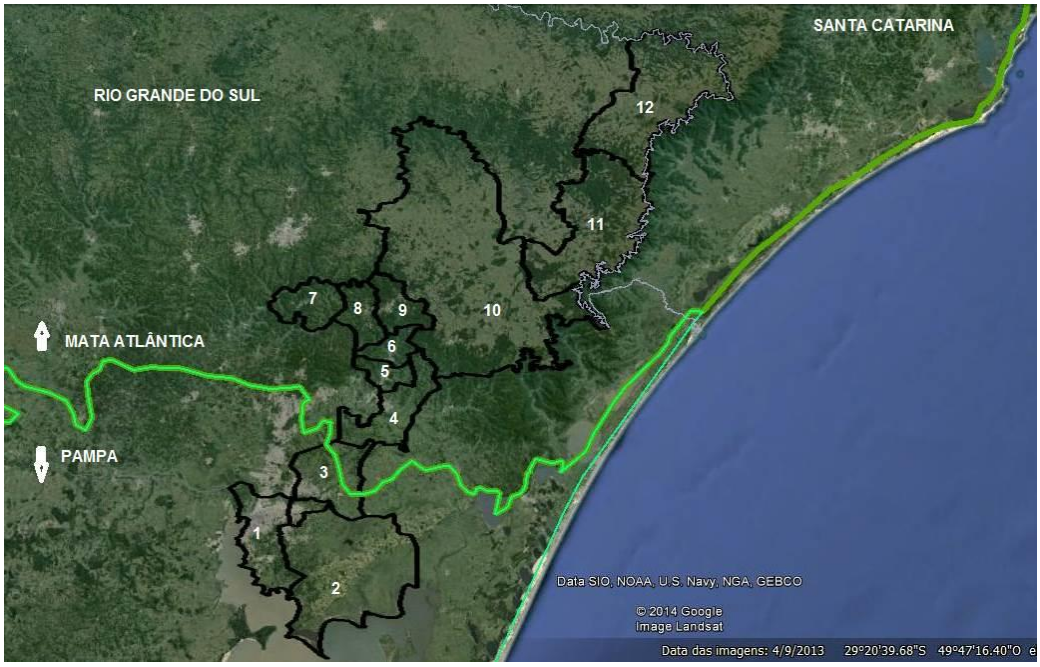
igualadas pelo uso, nem sempre adequado. Aliás, algumas áreas pontuais de terrenos areníticos, como as situadas entre os Municípios de Alegrete e Itaqui, no Rio Grande do Sul, parecem testemunhar o início de um fenômeno de desertificação tendente a expandir-se ante o uso inadequado dos solos. (IBGE, 2012)

Com base nos limites dos Biomas Brasileiros disponibilizado pelo IBGE, constatou-se que os municípios objeto deste estudo encontram-se inseridos em dois Biomas, o Bioma Pampa (Porto Alegre e Viamão) e o Bioma Mata Atlântica (Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes).

FOTO 38: FLORESTA OMBRÓFILA MISTA OBSERVANDO-SE A ARAUCÁRIA DOMINANDO O DOSSEL EM SÃO JOSÉ DOS AUSENTES.
Fonte: ITEC.

FOTO 39: ESTEPE COM FLORESTA DE GALERIA EM SÃO JOSÉ DOS AUSENTES.
Fonte: ITEC.

FIGURA 44: LIMITE EM VERDE DOS BIOMAS PAMPA (ABAIXO) E MATA ATLÂNTICA.



Fonte: Imagem do Google Earth.

Municípios localizados no Bioma Pampa:

- 1 - Porto Alegre-POA
- 2 – Viamão-VAO

Transição Pampa/ Mata Atlântica

- 3 – Gravataí-GVA

Municípios localizados no Bioma Mata Atlântica:

- 4 – Taquara-TQR
- 5 – Igrejinha-IJH
- 6 – Três Coroas-TSS
- 7 – Nova Petrópolis-NPE
- 8 – Gramado-GRA
- 9 – Canela-CAN
- 10 – São Francisco de Paula-SFP
- 11 – Cambará do Sul-CAM
- 12 – São José dos Ausentes-SJA

BIOMA MATA ATLÂNTICA

Esse bioma caracteriza-se pela variedade de fitofisionomias e pela complexidade de aspectos bióticos, em função da diversidade do regime pluviométrico, temperatura, topografia e solos, dentre outros, tratando-se do bioma brasileiro com menor porcentagem de cobertura vegetal natural, possuindo, no entanto, grande parcela da diversidade biológica do país, com várias espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção. Os mananciais existentes dentro desse bioma são responsáveis pelo abastecimento de mais da metade da população brasileira.

O referido bioma é composto principalmente por florestas ombrófilas densa, aberta e mista e florestas estacionais semideciduais e deciduais. A Floresta Ombrófila Densa apresenta a maior distribuição latitudinal dentro do bioma.

Programa Mata Atlântica

Este programa foi criado em 1990 na Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), contando com a participação da Secretaria da Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAE e demais instituições governamentais e não-governamentais ligadas à área ambiental e cultural, com o objetivo de implantar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, priorizando a conservação da biodiversidade, o

desenvolvimento sustentável e o conhecimento científico. Como objetivos específicos do programa tem-se:

- Tombamento da Mata Atlântica, em nível estadual, (efetivado em 1992);
- Criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica integrando-se a outros 13 estados brasileiros, (reconhecida pelo Programa Mab da UNESCO em 1994);
- Consolidação das unidades de conservação integrantes do Domínio da Mata Atlântica; (zonas núcleo da Reserva da Biosfera) implantação de sistema integrado de fiscalização, e de educação ambiental;
- Desenvolvimento de pesquisa científica.

A área tombada abrange uma superfície de 29.319 Km² totalizando 10% do território gaúcho, correspondendo à Floresta Atlântica e seus Ecossistemas Associados: Floresta com Araucária, Florestas Estacionais do Alto Uruguai e Encosta do Sul do Planalto, Campos de Altitude e vegetação de restinga.

Implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul

No RS, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica corresponde a 17,2% da área do estado (48.695 km2), abrangendo os remanescentes florestais que abrigam nossos recursos florísticos e faunísticos mais expressivos e seu potencial genético, bem como nossa história de colonização e de culturas indígenas dos caigangues e guaranis.

Por abranger uma região muito extensa, optou-se por implantar a RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, através de áreas piloto. Assim, os resultados obtidos nessas áreas podem servir como exemplos concretos para a busca de integrarão homem/natureza e de projetos de desenvolvimento sustentável procurando, a partir daí, irradiar estes objetivos para as demais áreas da Reserva da Biosfera.

As áreas piloto escolhidas para a implantação da RBMA/RS são:

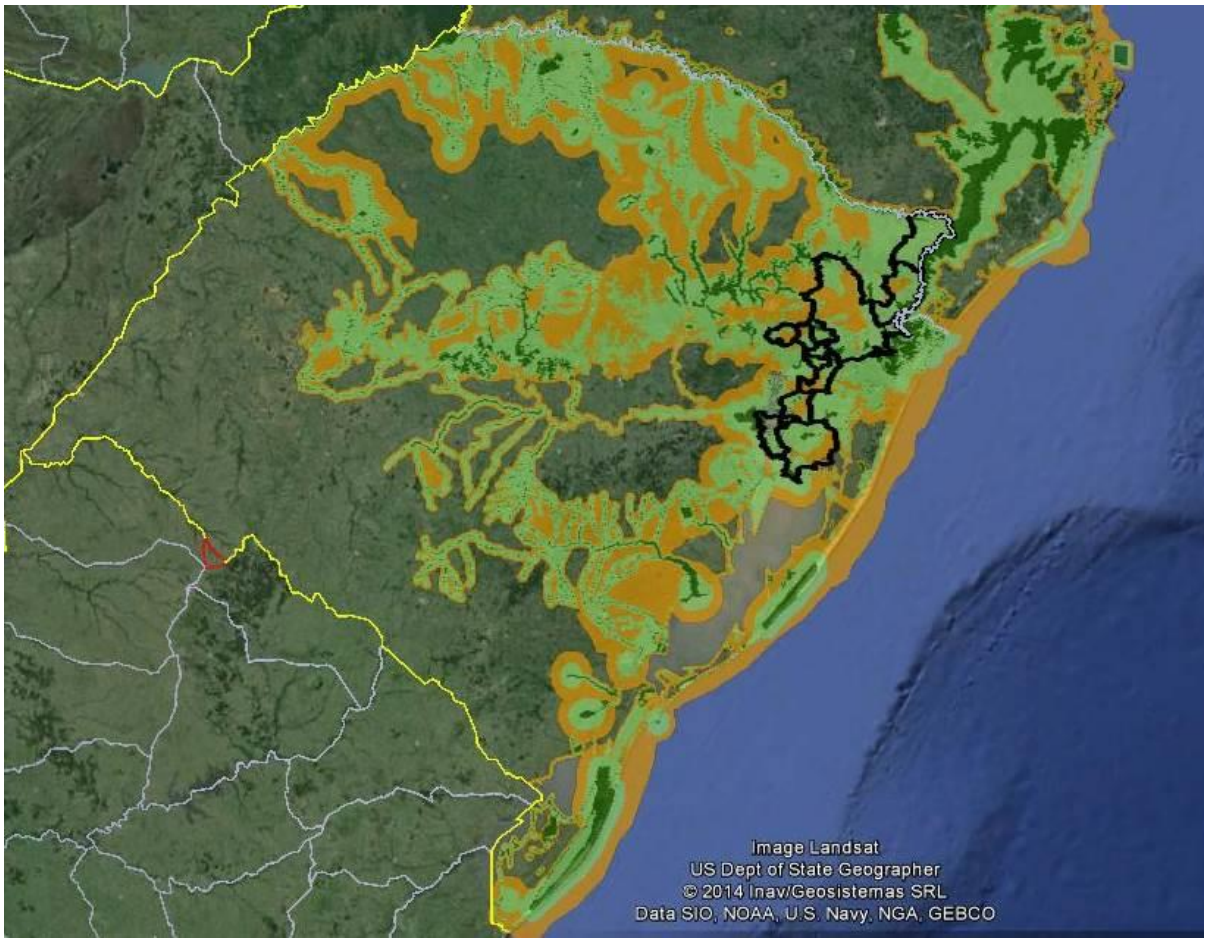
- **Área Piloto do Litoral Norte:** abrange os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Terra de Areia, Maquiné, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Dom Pedro de Alcântara e Torres. Localizam-se nesta região as áreas mais protegidas da Mata Atlântica, incluindo-se as zonas núcleos das Reservas Biológicas da Serra Geral e Mata Paludosa. Representam características ambientais e culturais de grande importância para a Reserva da Biosfera, os vales dos rios Maquiné e Três Forquilhas; as lagoas litorâneas que têm grande beleza paisagística; a presença das colonizações italiana, alemã e açoriana; as reservas indígenas guaranis.
- **Área Piloto da Lagoa do Peixe:** abrange os municípios do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e seu entorno: Mostardas, Tavares e São José do Norte. Entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, este trecho da restinga abriga ecossistemas associados à Mata Atlântica, formados por banhados, matas nativas, campos de dunas, lagoas e praias, tanto oceânicas como lagunares. Esta diversidade de ambientes é de fundamental importância para as espécies de aves migratórias que

utilizam a área em seus ciclos anuais, como o flamingo, a batuíra, o maçarico, etc.

- **Área Piloto da Quarta Colônia:** abrange os sete municípios da chamada Quarta Colônia Italiana: Silveira Martins, São João do Polêsine, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande e Dona Francisca. Junto aos vales e às encostas recobertas pela Mata Atlântica, esta região apresenta traços marcantes da imigração italiana com elementos arquitetônicos típicos.

Conforme visualizado na figura a seguir os municípios do CT encontram-se inseridos dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e dentro da área abrangida pelo tombamento realizado pela Secretaria de Estado da Cultura, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 21 de julho de 1992.

FIGURA 45: LIMITES EM PRETO DOS MUNICÍPIOS OBJETO DESTE ESTUDO, DENTRO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO RIO GRANDE DO SUL.



Fonte: Imagem do Google Earth.

BIOMA PAMPA

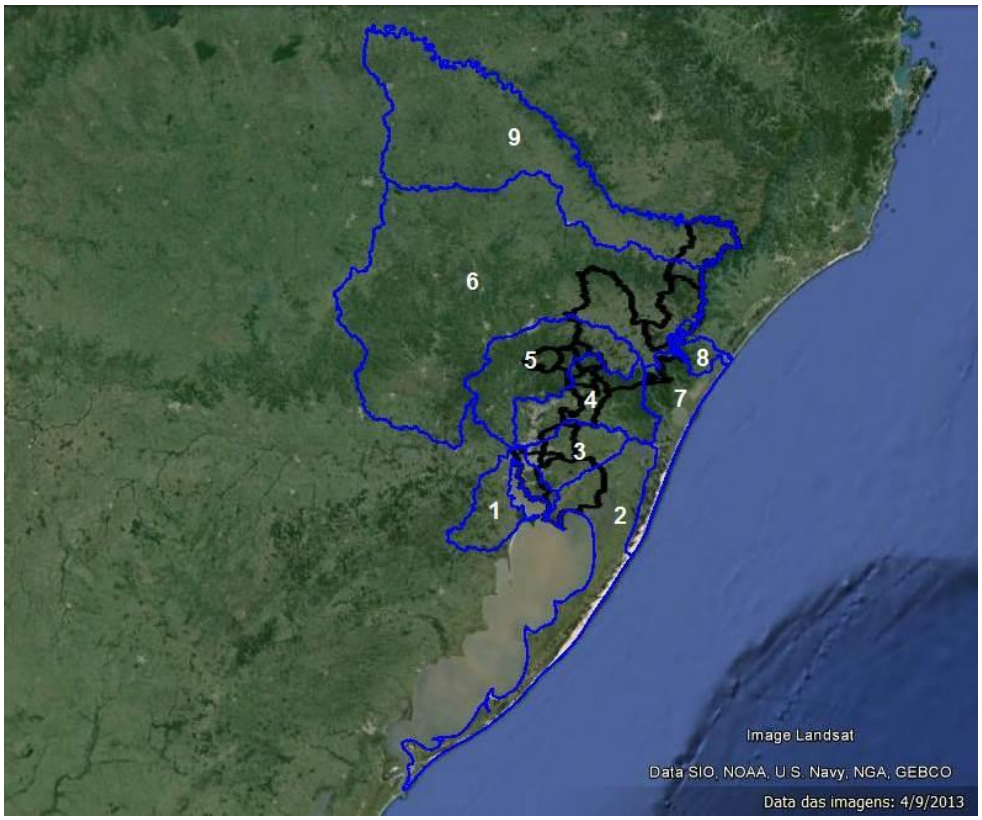
Situado no extremo sul do Brasil e se estendendo também pelo Uruguai e Argentina os campos sulinos ou “pampas”, termo indígena que significa região plana, é o único bioma brasileiro restrito apenas a uma unidade da federação, o Estado do Rio Grande do Sul onde ocupa 63% de sua área, correspondente a aproximadamente 178.000 quilômetros quadrados. É um ecossistema campestre com vegetação predominantemente de gramíneas e alguns arbustos espalhados e dispersos. Próximos aos cursos d'água e nas encostas de planaltos a vegetação torna-se mais densa, com ocorrência de árvores. Os Banhados, áreas alagadas perto do litoral, também fazem parte desse bioma.

Embora sua paisagem pareça monótona e uniforme, abriga uma grande biodiversidade. Segundo levantamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), são três mil espécies de plantas, sendo 450 espécies de gramíneas, mais de 150 de leguminosas, 70 tipos de cactos, 385 de aves e 90 de mamíferos, sendo que várias espécies são endêmicas e outras ameaçadas de extinção.

B. Recursos Hídricos

O Rio Grande do Sul se encontra subdividido em três Regiões Hidrográficas: a região do rio Uruguai, que coincide com a bacia nacional do Uruguai, a região do Guaíba e a região do Litoral, que coincidem com a bacia nacional do Atlântico Sudeste. Por sua vez, as regiões foram subdivididas em bacias hidrográficas, totalizando, até o presente momento, 25 unidades. O CT está inserido dentro de 9 bacias hidrográficas, conforme a figura a seguir.

FIGURA 46: MUNICÍPIOS DOS CORREDORES E BACIAS HIDROGRÁFICAS



Fonte: Imagem do Google Earth.

BACIA DO LAGO GUAÍBA

A Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba situa-se a leste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 2.523,62 km² e abrange municípios como Canoas, Guaíba, Porto Alegre, Tapes, Triunfo e Viamão, com população total estimada em 1.293.880 hab. Os principais cursos de água são o Arroio do Petim, Arroio Araçá, Arroio Capivara, Arroio Douradinho e o Lago Guaíba. Os principais usos de água destinam-se ao abastecimento público e irrigação. O forte grau de urbanização na área gera diversos problemas ambientais, que comprometem a qualidade da bacia. A poluição industrial e o baixo índice de tratamento do esgoto doméstico são alguns exemplos.

BACIA DO LITORAL MÉDIO

A Bacia Hidrográfica do Litoral Médio está localizada a leste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 6.108,03 km², abrangendo municípios como Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Cidreira, Mostardas e São José do Norte, com população estimada em 67.838 hab. Esta bacia é caracterizada por diversas lagoas, algumas interligadas. O principal uso da água na bacia está destinado a irrigação. A fragilidade para manutenção da água doce na bacia do Litoral Médio é grande, pela influência oceânica, podendo acarretar problemas de restrição de uso pela intrusão salina através da Laguna dos Patos.

BACIA DO RIO GRAVATAÍ

A Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí localiza-se a leste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 1.977,39 km² e população estimada em 1.298.046 habitantes, abrangendo municípios como Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. Os principais cursos de água são o Rio Gravataí e os arroios Veadinho, Três Figueiras, Feijó, Demétrio, Arroio da Figueira e Arroio do Vigário. A Bacia do Gravataí ainda abrange os banhados do Chico Lomã, Grande e dos Pachecos, importantes ecossistemas naturais. Os principais usos da água são abastecimento público, diluição de esgotos domésticos e efluentes industriais e irrigação de lavouras de arroz.

BACIA DO RIO DOS SINOS

A Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos situa-se a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 3.746,68 km², abrangendo municípios como Campo Bom, Canoas, Gramado, Igrejinha, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Taquara e Três Coroas, com população total estimada em 1.249.100 hab. Os principais corpos de água são o Rio Rolante, O Rio da Ilha, O Rio Paranhana e o Rio dos Sinos. Os principais usos da água na bacia estão destinados ao abastecimento público, uso industrial e irrigação. As áreas mais conservadas encontram-se a montante da bacia. O grande problema encontrado é o despejo de efluentes industriais e principalmente domésticos sem tratamento nos cursos de água no seu trecho médio-baixo.

BACIA DO RIO CAÍ

A Bacia Hidrográfica do Rio Caí situa-se a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma superfície de 4.945,70 km2 e população estimada em 489.746 habitantes, abrangendo municípios como Bom Princípio, Canela, Caxias do Sul, Montenegro, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e Sapiranga. Suas nascentes estão localizadas em São Francisco de Paula, a 1000 metros de altitude. Os principais afluentes do Rio Caí são os arroios Cará, Cadeia, Forromeco, Mauá, Maratá e Piaí. Os principais usos da água nesta bacia se destinam a irrigação, uso industrial e abastecimento público. A exploração agrícola

intensa e o desmatamento das encostas declivosas e a poluição hídrica no curso médio e inferior são os maiores problemas enfrentados nesta bacia.

BACIA DO TAQUARI-ANTAS

A Bacia Hidrográfica Taquari-Antas está localizada a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 26.491,82 km², abrangendo municípios como Antônio Prado, Veranópolis, Bento Gonçalves, Cambará do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Estrela e Triunfo, com população estimada de 1.207.640 hab. Os principais cursos de água são o Rio das Antas, Rio Tainhas, Rio Lageado Grande, Rio Humatã, Rio Carreiro, Rio Guaporé, Rio Forqueta, Rio Forquetinha e o Rio Taquari. O rio Taquari-Antas tem suas nascentes em São José dos Ausentes e desembocadura no Rio Jacuí. A captação de água na bacia destina-se a irrigação, o abastecimento público, a agroindústria e a dessedentação de animais. A Bacia do Taquari-Antas abrange parte dos campos de cima da serra e região do Vale do Taquari, com predomínio de agropecuária, e a região colonial da Serra Gaúcha, caracterizada por intensa atividade industrial.

BACIA DO RIO TRAMANDAÍ

A Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí está localizada a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 3.144,84 km² e população estimada em 220.296 habitantes, sendo que na época do veraneio esta população chega a 580.212 hab. Abrange municípios como Capão da Canoa, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Maquiné, Osório, Torres, Tramandaí e Três Forquilhas. Apresenta uma sequência de lagoas paralelas à linha de costa, interligadas entre si, embora ocorram pequenas lagoas isoladas. Estes corpos hídricos estão limitados ao sul pela lagoa da Cerquinha e, ao norte, pela Lagoa da Itapeva, sendo que da escarpa da Serra Geral nascem os principais tributários que são o rio Cardoso, Três Forquilhas e Maquiné. Os principais usos de água na bacia se destinam a irrigação e abastecimento público.

BACIA DO RIO MAMITUBA

A bacia hidrográfica do rio Mampituba situa-se a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 698,65 Km² e população de 28.314 habitantes, abrangendo os municípios gaúchos de Três Cachoeiras, Cambará do Sul, São Francisco de Paula, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Torres e Mampituba. Os principais cursos de água são os arroios Paraíso e Josafaz e os rios Pavão, Mengue e Mampituba. O gerenciamento de suas águas é regrado pela Lei 9.433/1997. A irrigação do arroz, o turismo e a pesca são os principais usos da água nesta bacia.

BACIA HIDROGRÁFICA APUAÊ INHANDAVA

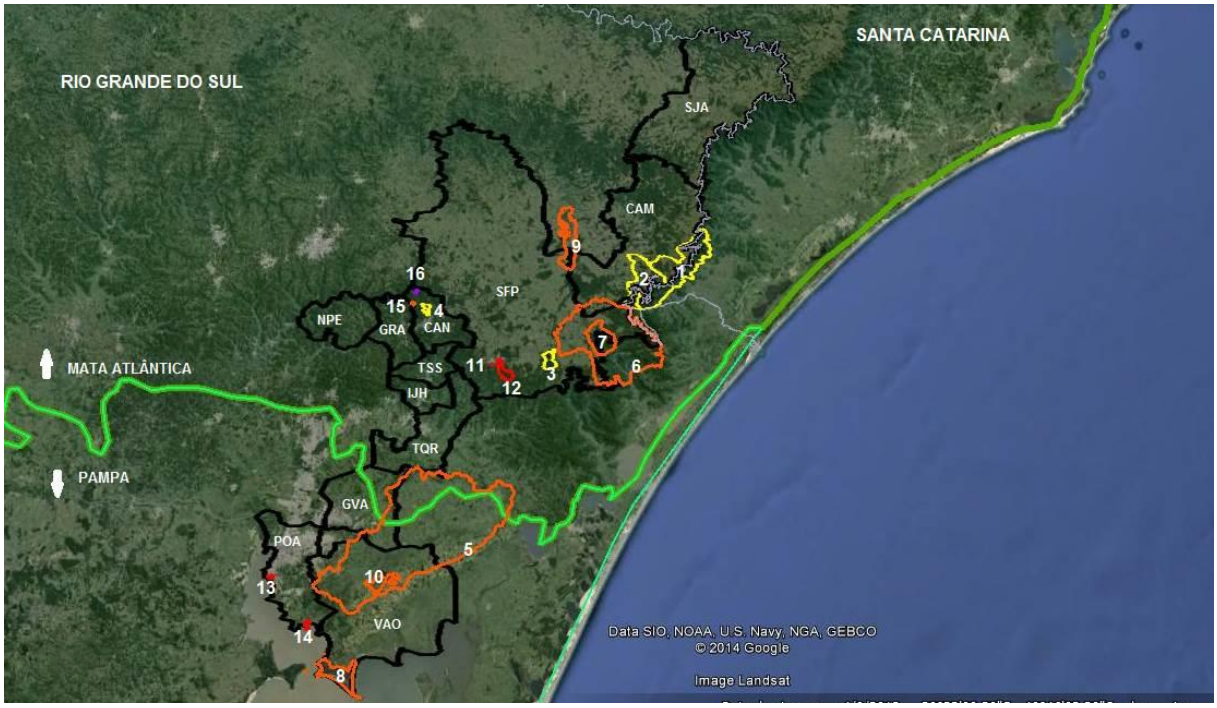
A Bacia Hidrográfica Apuaê Inhandava situa-se a norte-nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo uma área de 14.599,12 Km² e população estimada em 355.521 habitantes, abrangendo municípios como Bom Jesus, Erechim, Lagoa Vermelha, São José dos Ausentes, Tapejara e Vacaria. Os principais corpos de água são os rios Apuaê, Inhandava, Cerquinha, Pelotas, Arroio Poatã e o Rio Uruguai. O principal uso de água na bacia se destina ao abastecimento público.

C. Unidades de Conservação

No CT há a presença de 14 UCs das mais variadas categorias e esferas de governo, além de um parque turístico com atrativos naturais, formando um esboço de corredor ecológico

unindo as Estepes e as Florestas Ombrófila Mista e Ombrófila Densa, no Planalto e na sua face Leste, com as áreas ocupadas por Floresta Estacional Decidual, nas encostas da face sul do Planalto, até a Floresta Estadional Semidecidual e Áreas de Formação Pioneiras, na região da Planície, mais próximas ao Lago Guaíba e à Laguna dos Patos, desempenhando importante função ecológica para manutenção da biodiversidade, na conservação dos solos, dos mananciais e da fauna silvestre.

FIGURA 47: MUNICÍPIOS E UCS



Fonte: Imagem do Google Earth.

QUADRO 37: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

UCS FEDERAIS	UCS ESTADUAIS
1 - Parque Nacional Serra Geral 2 - Parque Nacional Aparados da Serra 3 - Floresta Nacional de São Francisco de Paula 4 – Floresta Nacional de Canela	5 – Área de Proteção Ambiental Banhado Grande 6 - Área de Proteção Ambiental Rota do Sol 7 - Estação Ecológica Estadual Aratinga 8 – Parque Estadual Itapuã 9 - Parque Estadual Tainhas 10 – Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos
UCS MUNICIPAIS	**PARQUE TURÍSTICO**
11 – Área de Relevante Interesse Ecológico São Bernardo 12 – Parque Natural Municipal Ronda 13 – Parque Natural Municipal Morro do Osso 14 - Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger	15 – Parque Estadual Caracol

Fonte: Organizado por ITEC.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Parque Nacional Serra Geral e Parque Nacional Aparados da Serra

Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral estão inseridos na Região Sul do Brasil, junto à porção oriental da divisão política dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, caracterizando-se uma exuberante beleza paisagística associada à brusca variação topográfica do relevo, onde encontramos a paisagem dos chamados Campos de Cima da Serra em contraste, através de um desnível súbito, com a paisagem da Planície Costeira.

As principais fitofisionomias presentes nestes dois parques são:

- Floresta Ombrófila Mista;
- Floresta Nebular dos Aparados da Serra;
- Vegetação Rupícola; Campos Secos;
- Campos Rupestres;
- Campos turfosos;
- Floresta Ombrófila Densa Submontana e Montana;
- Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas ou Floresta Tropical das Planícies Quaternárias do Sul.

FOTO 40: FLORESTA NEBULAR NO PARNA APARADOS DA SERRA
Fonte:ITEC.

FOTO 41: VISTA DO PARNA DA SERRA GERAL
Fonte:ITEC.

A rede hidrográfica dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral drena para três regiões hidrográficas inseridas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No primeiro encontram-se a Região Hidrográfica do Guaíba, especificamente através da Bacia do Taquari-Antas; e a Região Hidrográfica do Litoral, através da Bacia do Mampituba e da Bacia do Tramandaí. E no segundo, encontra-se a Região Hidrográfica do Extremo Sul: através da Bacia do rio Mampituba e Bacia do rio Araranguá

O Parque Nacional da Serra Geral tem o período de visitação de Segunda a Domingo, das 08h às 17h. A entrada é permitida até às 17h, mas a permanência é permitida até as 18h. Durante a vigência do horário de verão, a entrada é permitida até as 18h, e a permanência permitida até as 20h. Somente para a área estratégica Fortaleza, trilhas: Borda do Fortaleza, Mirante e Pedra do Segredo. Durante o verão a ocorrência do fenômeno da viração pode dificultar a visibilidade dos cânions, principalmente no período vespertino.

O Parque Nacional Aparados da Serra tem o período para visitação de terça a domingo, 08h às 17h. A trilha do Cotovelo fecha às 15h. A trilha do Rio do Boi opera das 08 às 13h, com entrada de grupos de até 12 visitantes a cada meia hora, acompanhados de guias credenciados, totalizando 132 visitantes por dia. A permanência no parque é permitida até às 18h.

Floresta Nacional de São Francisco de Paula (FLONA-SFP)

A FLONA-SFP tem uma área de 1.606 ha, com altitudes superiores a 900 metros, apresentando uma variação atitudinal de 300 metros. Esta Unidade é parte da área abrangida pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como Área Núcleo, sendo considerada uma região de altíssima para a conservação pelo Workshop de Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica (MMA, 2001). Ela está estrategicamente inserida no Corredor Ecológico do Rio dos Sinos, entre os Corredores Ecológicos dos rios Caí e Tainhas (Patrimônio Natural da Região das Hortênsias, Projeto Hortênsia, METROPLAN e CPRM, 1995). A respeito a sua vegetação nativa, apesar desta sofrer grande influência da floresta atlântica, ela apresenta espécies de origem andina e antártica como, por exemplo, a casca anta (*Drimys winteri*) e a própria araucária (*Araucaria angustifolia*).

Programa de Manejo Florestal: A exploração dos recursos florestais visa uma produção madeireira média de 10.000 m. de madeira/ano, conforme previsto em seu Plano de Manejo, sendo também exploradas os recursos não-madeiráveis, como a semente da araucária (pinhão) e a samambaia-preta, buscando sempre a sustentabilidade da exploração. O sistema de manjo adotado é o sistema em alto fuste.

Programa de Uso Público e Educação Ambiental: Duas trilhas ecológicas são disponibilizadas aos visitantes, com o acompanhamento de um guia da FLONA e agendamento prévio, além de cinco hospedarias para grupos de alunos e pesquisadores, totalizando 50 leitos. As trilhas dão acesso as araucárias centenárias, à cachoeira Bolo de Noiva e ao mirante, com vista para a Cascata da Usina, Perau do Macaco Branco, floresta nativa e povoamento de araucária de 1946.

Programa de Ensino e Pesquisa: Iniciado ainda no período do PRODEPEF, em 1975. O Programa foi estimulado a partir de 1990, buscando diversas Universidades como parceiras. Hoje a Unidade conta com mais de 375 pesquisas. A Unidade tem importantes belezas cênicas, compondo cenários de vales, florestas e cachoeiras, contribuindo com a conservação de nascentes pertencentes a Bacia do Rio dos Sinos.

Floresta Nacional de Canela

A Floresta Nacional de Canela caracteriza-se por apresentar regiões abruptas, originando um relevo relativamente movimentado, abrigando diversas espécies da flora nativa com usos medicinais, com destaque para a ocorrência de erva-mate, possuindo também área de produção de pinhão, seja nos seus mais de 130ha de plantios com araucárias, ou na sua área de mata nativa, que soma cerca de 110ha. Há, ainda, a ocorrência da samambaia-preta, espécie bastante utilizada em arranjos ornamentais

Quanto a sua utilização na Flora existem cerca de 281ha de reflorestamento (130ha com Araucaria angustifolia, 105ha com Pinus elliottii, 09ha com P. taeda, 06ha com Eucaliptus spp.) e 31ha com plantios mistos de araucaria e pinus. A Flona de Canela encontra-se numa região eminentemente turística, apresentando grande potencial para esse tipo de atividade.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande

A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande abrange parte dos Biomas Pampa e Mata Atlântica com a vegetação original composta de banhados e matas de restinga, sobre o solo arenosos da Coxilha das Lombas, ocupando aproximadamente 2/3 da bacia hidrográfica do rio Gravataí. Atualmente, a APA possui em seu território áreas urbanas e de atividades agropastoris, predominando o cultivo de arroz.

O objetivo da APA é a proteção dos banhados formadores do rio Gravataí (Banhado Grande, Banhado do Chico Lomã e Banhado dos Pachecos), compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos ecossistemas naturais preservados, bem como a recuperação de áreas degradadas. Os municípios abrangidos pela APA são: Glorinha, Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha

Área de Proteção Ambiental Rota do Sol

A Área de Proteção Ambiental Rota do Sol está inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e apresenta 71% de sua área preservada. Uma das suas principais funções é servir de zona de amortecimento para a Estação Ecológica Estadual Aratinga e de corredor ecológico entre o Parque Nacional da Serra Geral e a Reserva Biológica da Serra Geral. Os objetivos da APA Rota do Sol são a proteção dos recursos hídricos, principalmente as nascentes dos rios Tainhas e Três Forquilhas; a recuperação das floresta e a conservação das áreas de campos, da fauna silvestre, do conjunto paisagístico e da cultura regional. Os municípios abrangidos pela APA são: Cambará do Sul, Itati, Três Forquilhas e São Francisco de Paula.

Estação Ecológica Estadual Aratinga

A Estação Ecológica Estadual Aratinga ocupa porções do Planalto e da encosta da formação Serra Geral, abrangendo o vale do arroio Carvalho, importante tributário do rio Três Forquilhas, incluindo suas nascentes. As altitudes variam de 160 a 930 metros, contemplando o gradiente Floresta Ombrófila Densa - Floresta Ombrófila Mista - Savana Gramíneo-Lenhosa, tendo como objetivos: a proteção das belezas e recursos naturais, em especial a flora e a fauna, a realização de pesquisas básicas e aplicadas em ecologia, a proteção do ambiente natural, e o desenvolvimento da educação ambiental. Os municípios abrangidos pela Estação Ecológica são: São Francisco de Paula e Itati.

Parque Estadual de Itapuã

O Parque Estadual de Itapuã destina-se à proteção das belezas e recursos naturais, em especial a flora e a fauna, e à proteção dos sítios de valor histórico e arqueológico existentes na região onde ocorre o encontro das águas do Lago Guaíba e da Laguna dos Patos, num conjunto de ambientes de morros, praias, dunas, lagoas e banhados em plena região metropolitana de Porto Alegre. Dentre as espécies da fauna preservada pelo Parque salienta-se o bugio-ruivo (*Aloutatta guariba*), ameaçado de extinção, a lontra (*Lontra*

longicaudis), o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), bem como aves migratórias como o maçarico-acanelado (*Tryngites subruficollis*) e o suiriri (*Tyrannus melancholicus*).

O Parque Estadual de Itapuã está aberto à visitação de quarta-feira a domingo, inclusive nos feriados ocorrentes nesse período da semana, sendo a entrada permitida apenas até às 17h.

Parque Estadual do Tainhas

O Parque Estadual do Tainhas foi criado com o objetivo de proteger os campos e as matas presentes no vale do rio Tainhas, no trecho situado entre os arroios Taperinha e do Junco, abrigando matas com araucária, campos e banhados, em um gradiente que se desenvolve desde terrenos relativamente planos em sua porção sul até vales mais encaixados na porção norte. Ocorre predomínio de áreas campestres, onde são encontradas espécies como a seriema (*Cariama cristata*), a perdiz (*Nothura maculosa*), o tatu-mulita (*Dasypus hybridus*), o zorrilho (*Conepatus chinga*) e o graxaim-do-campo (*Pseudalopex gymnocercus*). Entre as espécies da flora ameaçada de extinção registradas no Parque estão o pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*), a imbuia (*Ocotea porosa*) e o xaxim (*Dicksonia sellowiana*). Entre as espécies da fauna, destacam-se o papagaio-charão (*Amazona pretrei*), o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), a águia-cinzenta (*Harpyaliaetus coronatus*) e o leão-baio (*Puma concolor*). Os municípios abrangidos pelo Parque são: Jaquirana, São Francisco de Paula e Cambará do Sul

Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos

O Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos foi formado por uma área cedida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) à SEMA em 2002. Seus ecossistemas estão relacionados ao bioma Pampa, sendo que nos ambientes de banhados encontram-se particularmente importantes nascentes do rio Gravataí e áreas de fundamental importância para o abrigo da fauna residente e migratória. Diversas aves de interesse especial para conservação ocorrem na UC, entre as quais o veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), a noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolmis dominicana*), o macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*) e o curiango-do-banhado (*Eleothreptus anomalus*). Além disso, no RVSBP ainda permanecem os últimos indivíduos do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) sobreviventes em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O Refúgio encontra-se dentro do município de Viamão

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS

Área de Relevante Interesse Ecológico São Bernardo

A Área de Relevante Interesse Ecológico São Bernardo está inserida no Bioma Mata Atlântica, dentro do Município de São Francisco de Paula.

Parque Natural Municipal da Ronda

O Parque Natural Municipal da Ronda está inserido no Bioma Mata Atlântica, dentro do Município de São Francisco de Paula

Parque Natural Municipal Morro do Osso

O Morro do Osso, com 143m de altura, faz parte da cadeia dos morros graníticos existentes em Porto Alegre e localiza- se próximo à margem do Lago Guaíba, possuindo 220 hectares de área natural, dos quais 127 fazem parte do Parque Natural do Morro do Osso.

Aproximadamente 60% da vegetação natural do Morro do Osso é constituída por formações florestais de dois tipos: a floresta alta e a floresta baixa. O restante é constituído por comunidades herbácea-arbustivas, formadas pelos campos pedregosos e pelas capoeiras e vassourais. Na floresta alta e úmida, com forte influência da Mata Atlântica, destacam-se a figueira-purgante (*Ficus insipida*), a canela-ferrugem (*Nectandra oppositifolia*) e a corticeira-da-serra (*Erythrina falcata*). A floresta baixa geralmente ocupa os topos ou as encostas superiores do morro é representada pela capororoca (*Myrsine umbellata*), a aroeira-brava (*Lithraea brasiliensis*), o branquilho (*Sebastiania commersoniana*) e o camboim (*Myrciaria cuspidata*).

Levantamento e estudos constataram a existência de grande diversidade de fauna no Morro do Osso. Entre os anuros, destacam-se sapo de cova (*Bufo dorbignyi*), perereca do banhado (*Hyla pulchella*), rã criola (*Leptodacylus ocellatus*) e rã chorona (*Physalaemus gracilis*). Entre os répteis encontram-se lagartos de papo amarelo (*Tupinambis merianae*), lagartixa verde (*Teius oculatus*), serpente papa-pinto (*Philodryas patagoniensis*), coral verdadeira (*Micrurus altirostris*) e jararaca pintada (*Bothrops neuwiedi*).

Além dessas espécies, no Morro do Osso foram registrados cerca de 65% da avifauna encontrada em Porto Alegre. Pode-se visualizar espécies de mata aberta, de borda de mata e campo, destacando-se o sabiá-ferreiro (*Turdus subalaris*), juruvia (*Vireo olivaceus*), pula-pula (*Basileuterus culicivorus*) e pica-pau (*Veniliornis spilogaster*). Além disso, o local abriga aves raras, como o gaviãozinho (*Accipiter striatus*), o gavião-rabo-curto (*Buteo brachyurus*) e o beija-flor-de-topete (*Stephanoxis lalandi*).

Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger

A Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger caracteriza-se por possuir uma variedade de ambientes como matas ciliares, banhados, juncais, matas de restinga, maricazais, vassourais e campos arenicolas, contribui também para variedade de espécies de flora e fauna, permitindo o crescimento de mais de 300 espécies vegetais nativas e um número muito superior de espécies animais. Mais de 120 espécies de aves nativas já foram registradas na reserva, inclusive migratórias. Os banhados e juncais servem como verdadeiros berçários para muitos organismos aquáticos como peixes, anfíbios e moluscos. Já nas elevações arenosas podemos encontrar os ovos de tartaruga e de lagartos. Além da conservação dos ecossistemas e suas espécies, a Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger dá suporte a atividades de pesquisa científica e educação ambiental.

PARQUE TURÍSTICO

Parque Estadual do Caracol

Não corresponde a Unidade de Conservação, com base na Lei Federal n° 9.985/2000. Trata-se de um parque estadual turístico, sob administração da Prefeitura Municipal de Canela. A moderna infraestrutura existente permite ao visitante um melhor aproveitamento dos recursos, como painéis interpretativos, trilhas ecológicas, estrutura de lazer, lancheria,

restaurante, lojas de artesanato e uma escadaria de 927 degraus que leva os visitantes até a base da cascata.

Observou-se a possibilidade de implantação de corredor ecológico ao longo da via estruturante RS-020, interligando Unidades de Conservação e remanescentes de mata nativa.

O quadro a seguir traz informações gerais a respeito das UC do CT Porto Alegre - Serra Gaúcha.

QUADRO 38: INFORMAÇÕES GERAIS A RESPEITO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PARQUE TURÍSTICO

TIPO DE ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA E NOME	DECRETO DE CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL (HA)	INSTRUMENTOS DE GESTÃO	PRINCIPAIS DIRETRIZES
Unidade de Conservação Federal	1 - Parque Nacional Serra Geral	Dec. nº 531 de 20 de maio de 1992	17.301,89	Plano de Manejo e Conselho Gestor	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
	2 - Parque Nacional Aparados da Serra	Dec. nº 47.446 de 17 de dezembro de 1959/Dec. nº 70.296 de 17 de março de 1972	13.141,05	Plano de Manejo e Conselho Gestor	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
	3 - Floresta Nacional de São Francisco de Paula	Decreto Lei n° 3.124, de 19 de março de 1941 e Portaria nº 561, de 25 de outubro de 1968	1.615,59	Plano de Manejo e Conselho Gestor	• Comercialização de madeira, Pinnus, Araucaria e Eucalipt • Comercialização do Pinhão, Samambaia Preta e Folha da Erva-Mate.
	4 – Floresta Nacional de Canela	Portaria nº 561 de 25 de outubro de 1968	563,52	Conselho Gestor	Existem cerca de 281ha de reflorestamento, sendo 130ha com Araucaria angustifolia, 105ha com Pinus elliottii, 09ha com P. taeda, 06ha com Eucaliptus spp., 31ha com plantios mistos de araucaria e pinus
Unidade de Conservação Estadual	5 – Área de Proteção Ambiental Banhado Grande	Decreto Estadual n° 38.971/1998	136.935,00	Plano de Manejo em elaboração	É proibida a pesca com rede e espinhel no território da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (Portaria SEMA nº 025, de 03/09/2001)
	6 - Área de Proteção Ambiental Rota do Sol	Decreto Estadual n° 37.346/1997	54.670,00	Plano de Manejo e Conselho	Zona de amortecimento para a Estação Ecológica Estadual Aratinga e de corredor ecológico entre o Parque Nacional da Serra Geral e a Reserva Biológica da Serra Geral
	7 - Estação Ecológica Estadual Aratinga	Decreto Estadual n° 37.345/1997	5.882,00	Plano de Manejo e Conselho	Proteção das belezas e recursos naturais, em especial a flora e a fauna, a realização de pesquisas básicas e aplicadas em ecologia, a proteção do ambiente natural, e o desenvolvimento da educação ambiental.
	8 – Parque Estadual Itapuã	Decreto Estadual n° 22.535/1973	5.566,50	Plano de Manejo e Conselho	Proteção das belezas e recursos naturais, em especial a flora e a fauna, e à proteção dos sítios de valor histórico e arqueológico existentes na

TIPO DE ÁREA PROTEGIDA	CATEGORIA E NOME	DECRETO DE CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL (HA)	INSTRUMENTOS DE GESTÃO	PRINCIPAIS DIRETRIZES
					região onde ocorre o encontro das águas do Lago Guaíba e da Laguna dos Patos
	9 - Parque Estadual Tainhas	Decreto Estadual n° 23.798/1975	6.654,70	Plano de Manejo	Proteger os campos e as matas presentes no vale do rio Tainhas, no trecho situado entre os arroios Taperinha e do Junco
	10 – Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos	Decreto Estadual n° 41.559/2002	2.560,00		Proteção dos ambientes de banhados onde encontram-se importantes nascentes do rio Gravataí e áreas de fundamental importância para o abrigo da fauna residente e migratória, como os últimos indivíduos do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) no RS.
Unidade de Conservação Municipal	11 – Área de Relevante Interesse Ecológico São Bernardo	Lei Municipal n° 2424/2007	25,76		Bioma Mata Atlântica, dentro do Município de São Francisco de Paula
	12 – Parque Natural Municipal Ronda	Lei Municipal n° 2425/2007	1200,00	Plano de Manejo em elaboração	Bioma Mata Atlântica, dentro do Município de São Francisco de Paula
	13 – Parque Natural Municipal Morro do Osso	Lei Complementar Municipal n° 334/1994	127,00	Plano de Manejo	Constitui-se num importante reduto biológico, praticamente isolado pela urbanização dos bairros Tristeza, Ipanema, Camaquã e Cavalhada, adjacentes ao morro.
	14 - Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger	Decreto-Lei Municipal n° 4097/1975	179,78	Conselho	Conservação dos ecossistemas e suas espécies e suporte a atividades de pesquisa científica e educação ambiental
Parque Turísticos e de Lazer	15 – Parque Estadual Caracol				Não corresponde a Unidade de Conservação, com base na Lei Federal n° 9.985/2000.Trata-se de um parque estadual turístico, sob administração da Prefeitura Municipal de Canela.

Fonte: Organizado por ITEC.

Além das UCs são listados a seguir parques urbanos e recreativos na região de Porto Alegre:

- Parque Farroupilha (Redenção)
- Parque Marinha do Brasil
- Parque Chico Mendes
- Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia)
- Parque Moinhos de Vento (Parcão)
- Parque Natural Saint´Hilaire

2.5.2 Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais já Causados pela Atividade Turística

O turismo geralmente é considerado um grande negócio, pois gera um impacto significativo sobre a economia de um determinado destino ou região e durante muito tempo os estudos referentes ao impacto do turismo sobre uma determinada destinação e região turística se concentravam na análise de aspectos econômicos. No entanto, diversos destinos tiveram os seus benefícios econômicos neutralizados em função das consequências dos impactos ambientais e sociais negativos decorrentes da atividade turística.

Na medida em que a circulação rodoviária e acesso aos 12 municípios seja incrementada, com estímulo à utilização do corredor para fins turísticos, a infraestrutura urbana das cidades na região em questão, sofrerá pressões no que diz respeito ao incremento de sua utilização, principalmente quanto aos aspectos relacionados ao de atendimento na infraestrutura de saúde (postos de saúde e hospitais), segurança pública, comércio e serviços, vias públicas, transporte urbano, brigadas de combate a incêndios, abastecimento de água, coleta de lixo e outros. Os efeitos serão em alguns aspectos negativos, principalmente em se tratando de saúde, segurança e geração de resíduos e efluentes, mas, em contrapartida, podem gerar em médio e longo prazos, um incremento do comércio e atividades afins, aumentando a quantidade de empregos, mesmo que temporários e aumento da renda per capta da população. Esses fatos já podem ser constatados nos municípios que possuem maior fluxo de turistas atualmente, principalmente Gramado e Canela.

A atividade turística vem crescendo em números consideráveis, sendo destaque na economia mundial e nacional, constatando-se que no Brasil, o setor se expande e recebe investimentos maiores a cada ano, pois passou a ser reconhecido como uma valiosa ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país, gerador de emprego e renda. A Organização Mundial do Turismo estima que o Turismo Rural seja um segmento com grande potencial e se calcula que, pelo menos, 3% de todos os turistas do mundo orientam suas viagens para esta vertente do setor. O Estado do Rio Grande do Sul tem se destacado neste segmento e, por isso, vem sendo contemplado com iniciativas como o Projeto do Turismo Rural Gaúcho que busca, entre outros objetivos, diagnosticar a oferta e a demanda consolidada e o potencial do segmento no estado.

Nos municípios objeto deste estudo, constatou-se uma forte vocação para o Ecoturismo e Turismo de Aventura, muitas vezes realizado em unidades de conservação ou áreas protegidas.

Os principais impactos ocasionados pelo turismo em UCs consistem:

- Mudanças no comportamento dos animais ocasionados pelo número excessivo de visitantes em uma determinada área;
- Erosão, distúrbios no comportamento dos animais, perda de habitat da fauna e comprometimento da qualidade visual da paisagem em função da construção de infraestrutura, de áreas para descanso e da abertura de trilhas e acessos;
- Alterações no comportamento dos animais e empobrecimento de sua dieta, ocasionados pelo hábito dos visitantes de alimentar os animais;
- Interferência no ambiente sonoro, visual e olfativo típico da área, resultantes do barulho, excesso de cores e odores estranhos dos visitantes;
- Poluição do solo, dos cursos d'água e interferência na alimentação dos animais, ocasionados pela deposição inadequada do lixo;
- Destruição da vegetação, morte de animais e empobrecimento do solo, ocasionados pelos incêndios;
- Remoção de atrativos naturais (pedras, vegetais, pequenos animais) para servirem de souvenires para os visitantes.

Como impactos positivos ocasionados pelo turismo em Ucs, pode-se citar:

- Difusão de informação ambiental por meio de programas de educação ambiental;
- Integração das UCs com as comunidades locais e com a sociedade;
- Geração de recursos, oriundos das taxas de visitação, que podem ser importantes na manutenção e no financiamento de programas dentro das UCs;
- Aumento da oferta de espaços de recreação e lazer em ambientes naturais.

FOTO 42:LIXO DISPOSTO DE QUALQUER FORMA EM CACHOEIRA UTILIZADA PARA LAZER - NOVA PETRÓPOLIS.
Fonte: ITEC.

Estudo realizado os impactos ambientais do turismo em lagoas costeiras do Rio Grande do Sul (LANZER, 2013), constatou os seguintes impactos quanto à utilização desses ecossistemas:

- Resíduos Sólidos: observação de resíduos (latas, garrafas, restos de comida, etc.) ao longo das margens;
- Fogueiras: vestígios de uso do fogo para diferentes propósitos (churrascos, queima de lixo ou outros);
- Danos à vegetação: remoção da vegetação aquática para prover acesso a barcos, carros ou a remoção do estrato herbáceo da mata nativa para acampar;
- Danos à fauna: a avaliação dos impactos sobre a fauna requer um maior tempo de observação. Assim, foram utilizados como indicadores indiretos a presença de carros, triciclos, barcos a motor, poluição sonora, etc.
- Erosão do Solo: Presença de pontos erodidos ao longo dos balneários e junto ao afloramento de raízes da vegetação aquática;
- Danos (diretos) aos recursos hídricos: Os impactos do turismo foram avaliados pela qualidade da água (medições físico-químicas) e por observação (manchas de óleo e lixo). Usos não relacionados às

atividades turísticas, como a fertilização de campos de arroz, que geraram mudanças nos recursos hídricos também foram considerados;

- Infraestrutura: Nesse caso, foi observado construções irregulares ou que não atendem a legislação vigente;

- Educação Ambiental: Nesse item foi considerada a ausência de sinais de informação ou ações de educação ambiental por parte dos empreendimentos e dos gestores no entorno das lagoas.

Com uma economia essencialmente voltada ao turismo (90% de sua receita é proveniente da atividade turística), Gramado, município da região da Serra Gaúcha com 32 mil habitantes, recebe anualmente cerca de três milhões de turistas, que movimentam a hotelaria, a gastronomia e o comércio locais. O Natal Luz, com mais de cinquenta espetáculos, alguns inéditos, é exemplo do pioneirismo de Gramado na realização de eventos turísticos. Verifica-se que a participação da comunidade é essencial para o sucesso do evento, tanto em razão de facilitar sua viabilização operacional, quanto em tornar as condições ambientais favoráveis à realização. (TOMAZZONI, 2011)

Conforme pesquisa realizada com a população da cidade os principais aspectos positivos e negativos podem ser resumidos da seguinte forma:

PONTOS FORTES
• Geração de empregos temporários, por 44% dos respondentes; • Movimentação da economia local pelo ingresso de receita, por 32%; e • Promoção da imagem da cidade, por 24%.
PONTOS FRACOS
• Congestionamento do trânsito e falta de vagas nos estacionamentos, por 67%; • Baixa qualidade no atendimento em lojas e serviços de restaurantes, por 33%; e • Superlotação dos estabelecimentos comerciais e restaurantes, por 10%.

Conforme o PDITS/RS, Área Prioritária Serra Gaúcha, os impactos positivos gerados pelo turismo foram a qualificação dos espaços urbanos e dos equipamentos colocados à disposição do turista, evidenciando-se os cuidados com as edificações, especialmente em Nova Petrópolis, Gramado e Canela. A Serra Gaúcha é produto turístico vendido nacionalmente, devido à qualidade do ambiente urbano, dos serviços ofertados, das paisagens e eventos promovidos, alguns com repercussão internacional (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2005).

Também o turismo rural em fazendas de criação de animais promoveu a qualificação do ambiente, especialmente nos Campos de Cima da Serra, onde houve a diversificação da atividade econômica com o estabelecimento de pousadas e hotéis.

Esses investimentos têm agregado qualidade de vida e gerado emprego e renda às populações locais. O incremento do turismo tem estimulado a comercialização de produtos alimentícios e artesanais, locais, constituindo-se em renda familiar adicional importante nos municípios, como por exemplo:

- Bento Gonçalves – Colônia São Pedro
- Flores da Cunha – Vila Otávio Rocha
- Cambará do Sul – artesãos do Morro Agudo e apicultores da Vila Bom Retiro.

2.5.3 Gestão Ambiental Pública

O Rio Grande do Sul teve um papel pioneiro, através da atuação da sociedade civil, na discussão de problemas ambientais e já na década de 70, foi criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, sendo o primeiro município brasileiro a capacitar-se para a gestão de seu ambiente, mesma época em que o Governo Estadual deu os primeiros passos criando a Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e Meio Ambiente (1979), mais tarde transformada em Departamento do Meio Ambiente.(Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2009)

Através da Lei Estadual nº 9.077/90, foi criada a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM. Em 1999, pela Lei Estadual nº 11.362, foi organizada a primeira secretaria com atribuições específicas para a área ambiental no estado, denominada Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, incorporando o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a Divisão de Recursos Hídricos, da Secretaria de Obrasbem como a Fundação Zoobotânica e a FEPAM.

As políticas ambientais, durante muitos anos, eram centralizadas nos órgãos estaduais e federais e a competência de licenciamento ambiental dos municípios só foi reconhecida após a Constituição Federal de 1988. Entre 1995 e 1997, onze municípios gaúchos assumiram a Gestão e Licenciamento Ambiental, por convênio com a FEPAM, assim como, mais de 300 municípios firmaram e executaram Convênios para efetuarem o licenciamento ambiental com vistas a receberem recursos federais do Programa Nacional de Agricultura Familiar.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul priorizou a descentralização da gestão ambiental no estado, sendo que 228 dos municípios já estavam qualificados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente para a realização de licenciamento ambiental em agosto de 2009. O estabelecimento destas parcerias, consideradas as especificidades locais e regionais, e observados princípios mínimos de regulação da descentralização e desconcentração, dá efetividade ao desdobramento da política ambiental e gera distribuição mais equitativa dos benefícios às regiões geopolíticas.

No processo de aperfeiçoamento da gestão ambiental, cabe ressaltar a participação efetiva da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, que colabora para com que o compartilhamento se torne efetivo e eficaz. Nesse sentido, pode-se

citar a criação do Conselho de Dirigentes do Meio Ambiente – CONDIMMA, a participação na elaboração do arcabouço legal do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA, a composição da Comissão Tripartite Estadual e o oferecimento de capacitação aos gestores e técnicos ambientais em conjunto com o estado.

O dilema da concentração da competência nas mãos do estado, com grande demanda para atender ou descentralizar, com risco de excessiva fragmentação da gestão ambiental, foi superado, a partir da confiança nos órgãos municipais. A participação do poder público estadual, por sua vez, com licenciamento e fiscalização dos empreendimentos, de forma sistêmica e compartilhada, e a tutela à implantação dos sistemas municipais, evitará a adoção de procedimentos que desencadeiem o efeito da fragmentação.

A. Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA

A Lei Federal nº 6.938/81 instituiu no Brasil a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, criando também o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida. O SISNAMA é constituído por órgãos e entidades da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e pelas Fundações, instituídas pelo Poder Público responsáveis pela gestão ambiental.

B. O Sistema Estadual de Proteção Ambiental- SISEPRA

A participação da sociedade no Sistema Estadual dá-se por meio do Conselho Estadual do

Meio Ambiente – CONSEMA, do Conselho de Recursos Hídricos – CRH, da Conferência Estadual do Meio Ambiente – CONFEMA, dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas e dos Conselhos e das Conferências Municipais de Meio Ambiente.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente, criada pela Lei Estadual nº 11.362, de 29 de julho de 1999, para atuar como órgão central do Sistema Ambiental do estado, responsável pela política ambiental do Rio Grande do Sul. Pelo Anexo da Lei Estadual 12.697, de 04 de maio de 2007, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, são competências da Secretaria do Meio Ambiente:

a) atuação como órgão central do Sistema de Proteção Ambiental do estado;

b) recuperação, proteção e preservação ambiental no âmbito das ações do Governo do estado;

c) monitoramento da qualidade do meio ambiente e gerenciamento adequado dos recursos ambientais;

d) atuação como órgão de integração do Sistema de Recursos Hídricos do estado;

e) política estadual de saneamento ambiental, entendendo-se como tal o conjunto de ações que conservam e melhoram as condições do meio ambiente;

f) políticas de preservação e conservação de biodiversidade e de valorização das comunidades tradicionais;

g) normatização, fiscalização e licenciamento das atividades e/ou empreendimentos considerados efetivos ou potencialmente causadores de degradação ambiental, de forma direta ou indireta;

h) participação no desenvolvimento da política estadual de biotecnologia, engenharia genética e substâncias perigosas, com vista a evitar impactos ambientais;

i) política de educação ambiental;

j) política florestal do estado, como órgão florestal; e

k) desenvolvimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

C. Sistema Municipal de Meio Ambiente-SISMUMA

O Sistema Municipal de Meio Ambiente deverá ter como atribuições o planejamento, implementação, execução e controle da Política Ambiental no âmbito local, bem como o monitoramento e a fiscalização do meio ambiente, visando preservar o seu equilíbrio e os atributos essenciais à sadia qualidade de vida e promover o desenvolvimento sustentável. A Política Municipal de Meio Ambiente, organizada na forma de um Sistema Municipal, deverá contar com os seguintes instrumentos:

- Conselho Municipal de Meio Ambiente; Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- Legislação municipal de proteção ambiental, incluindo Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas;
- Zoneamento Ambiental que leve em conta as atividades produtivas ou projetadas, em conformidade com o Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento é o instrumento de gestão ambiental que orienta a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. No que diz respeito à questão das competências, se reflete no ordenamento jurídico que dá aos órgãos ambientais no Rio Grande do Sul as seguintes atribuições:

- FEPAM – Licenciamento de atividades potencial ou efetivamente poluidoras elencadas no Artigo 5º da Resolução CONAMA nº 237/97; o maior volume de solicitações;

- Municípios – após a devida verificação das qualificações pelo CONSEMA, licenciamento das atividades consideradas como de impacto local, elencadas na Resolução CONSEMA 102/05:

- Os municípios podem ainda firmar Convênios para o licenciamento ambiental de outros empreendimentos, para os quais demonstrar possuir recursos materiais e humanos adequados, conforme o disposto no Artigo 6º da Resolução CONAMA nº 237/97 e atendidos os requisitos estabelecidos pela própria FEPAM. Atualmente Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Lajeado, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, São Leopoldo e Uruguaiana mantém convênio com a FEPAM.

- DEFAP/SEMA - é responsável pelo gerenciamento da flora do RS, cabendo lhe autorizar a supressão de vegetação nativa; esse instrumento deve acompanhar o pedido de Licenciamento, quando associado ao projeto houver necessidade de supressão ou o empreendimento atingir Área de Preservação Permanente – APP.

- DRH/SEMA - é responsável pela outorga de uso de água no estado; nos licenciamentos ambientais - Licenciamento de atividades que envolvem irrigação, por exemplo – manifesta-se do ponto de vista quantitativo, restando ao órgão licenciador a análise dos aspectos qualitativos.

- IBAMA – atua mais pontualmente nas atividades e empreendimentos elencados no artigo 4º da Resolução CONAMA 237/97, quer em função de sua localização, quer em razão da extensão da área do impacto causado; parte de sua competência encontra-se delegada ao estado.

No caso de Porto Alegre, as licenças ambientais são emitidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SMAM com base na Lei Municipal nº 8.267/98, considerando a Resolução nº 05/98 do Conselho Estadual de Meio Ambiente e o convênio firmado entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam/Secretaria Estadual do Meio Ambiente) com a Prefeitura de Porto Alegre.

LICENCIAMENTO FLORESTAL

Instrumento da política florestal do estado, compreendendo serviços prestados pelo órgão ambiental estadual ou municipal competente, visando regularidade e fiscalização dos diferentes tipos de manejos de espécies florestais nativas e devidas compensações florestais, conforme legislação vigente. O Alvará de Licenciamento Florestal e a Autorização Florestal emitidos pelo órgão ambiental competente são os documentos oficiais que possibilitam a regularidade e legalidade na execução de manejos de corte, supressão ou transplante de árvores nativas, formações florestais nativas, florestas plantadas com espécies nativas ou supressão de exóticas para restauração de áreas de preservação permanente, quando imprescindível às obras, atividades ou empreendimentos isentos de licenciamento ambiental.

O Licenciamento Florestal deverá ser requerido junto aos Balcões de Licenciamento Ambiental Unificados, Agências Florestais ou órgãos ambientais de municípios qualificados para a gestão ambiental de impacto local.

De acordo com o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual n° 11.520/2000), no Rio Grande do Sul, todo empreendimento ou atividade localizado dentro do raio de 10 km ao redor dos limites de qualquer Unidade de Conservação localizada no território do estado seja municipal, estadual ou federal; pública ou privada, necessita da autorização do Órgão Gestor da Unidade de Conservação.

Além disso, as Unidades de Conservação possuem a zona de amortecimento (exceto Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural, conforme art. 25 da Lei Federal nº 9.985/2000), que coexiste com o raio de 10 km descrito anteriormente. As normas da zona de amortecimento devem constar no Plano de Manejo da respectiva Unidade de Conservação.

OUTROS INSTRUMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

Além do licenciamento ambiental devemos ressaltar a iniciativa do estado e dos municípios na elaboração e implementação de outros instrumentos de gestão ambiental, como os exemplos a seguir:

- Plano Ambiental de Gramado,
- Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Gramado,
- Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Francisco de Paula,
- Política Ambiental do Grupo CEEE.

2.5.4 Gestão Ambiental nas Empresas Privadas

Conforme o manual “Sistema de Gestão Ambiental e Produção mais Limpa” (SENAI.RS, 2003), o Sistema de Gestão Ambiental-SGA, é um sistema que identifica oportunidades de melhoria para redução de impactos ambientais gerados dentro da Empresa, exigindo no mínimo:

- Comprometimento da Empresa com o meio ambiente;
- Elaboração de planos, programas e procedimentos específicos.

As vantagens para implantação de um SGA por parte das empresas são:

a) Diferencial competitivo

- Melhoria da imagem;
- Aumento da produtividade;
- Conquista de novos mercados.

b) Minimização de custos

- Eliminação dos desperdícios;
- Conquista da conformidade a menor custo;
- Racionalização da alocação dos recursos humanos, físicos e financeiros.

c) Melhoria organizacional

- Gestão ambiental sistematizada;
- Integração da qualidade ambiental a gestão dos negócios da Empresa;
- Conscientização ambiental dos funcionários;
- Relacionamento de parceria com a comunidade.

d) Minimização dos riscos

- Segurança legal;
- Segurança das informações;
- Minimização dos acidentes e passivos ambientais;
- Minimização dos riscos dos produtos;
- Identificação das vulnerabilidades.

Assim como foi constatado no governo estadual e no municipal, as empresas do Rio Grande do Sul possuem preocupação e buscam compromisso com a questão ambiental, tendo sido levantados diversos exemplos da implantação de Sistemas de Gestão Ambiental por parte das mesmas. A seguir listaremos alguns exemplos SGAs de empresas privadas e de organizações da sociedade civil.

A. OAB/RS

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seccional Rio Grande do Sul, preocupada com seu desempenho ambiental, implementou o SGA, iniciativa da Comissão de Direito Ambiental, por meio da portaria nº 379/2012, que norteará os Programas e Projetos a serem desenvolvidos, inicialmente, na OAB Sede, na OAB Serviços e na Casa do Advogado.

Os benefícios decorrentes da adoção do SGA são:

- a redução de despesas;
- a conservação dos recursos naturais;
- o respeito às normas ambientais, sociais e relativas à saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores;

Por fim, a OAB/RS se fortalecerá como entidade ecologicamente responsável, pela promoção de consciência ambiental em seus colaboradores e membros.

B. GERDAU

As usinas da empresa adotam o SGA e possuem práticas envolvendo investimentos para atualização dos equipamentos e dos programas de estímulo à conscientização ambiental. O objetivo é acompanhar o processo, desde a utilização de matérias-primas, passando pela parte industrial e de distribuição de produtos, até a correta destinação dos coprodutos gerados no processo. A seguir algumas ações da GERDAU:

- Sucata - A Gerdau, considerada maior recicladora da América Latina, transforma anualmente em torno de 15 milhões de toneladas de sucata ferrosa em aço. Mais de 75% da produção da empresa é feita a partir de aciarias elétricas, cuja principal matéria-prima é a sucata, enquanto a média mundial é de apenas 28%.

- Energia - Para melhorar a eficiência energética, a empresa busca o aperfeiçoamento e da otimização dos processos industriais. Também está ampliando o uso de gás natural em suas operações, o qual já é utilizado em mais de 90% das suas unidades.

- Biodiversidade - Onde suas unidades estão localizadas, a empresa contribui na preservação da biodiversidade local. Atualmente, dos 19,5 mil hectares de propriedade da Companhia, 5,8 mil representam áreas de reservas legais ou preservação permanente. Outros 7,6 mil hectares correspondem a matas preservadas voluntariamente.

- Água - Possui reaproveitamento de água. Em 2011, a grande maioria da água utilizada no processo industrial foi tratada e reutilizada internamente, totalizando 2 bilhões de metros cúbicos. Em média, a empresa consome 3,8 metros cúbicos de água por tonelada de aço produzido.

- Educação Ambiental - Realiza palestras, treinamentos e campanhas de conscientização ambiental para colaboradores. Em 2011, essas atividades envolveram 27,6 mil pessoas, totalizando 67,8 mil horas de capacitação.

C. RIO GRANDE ENERGIA-RGE

No ano de 2002, a RGE implementou seu SGA tendo obtido a certificação do seu SGA na Norma ISO 14001 em 2007. A RGE presta serviços de distribuição de energia, atuando em 10 dos municípios do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha. A empresa se compromete a respeitar o meio ambiente, prevenindo a poluição, identificando e controlando impactos ambientais das atividades que realiza em sua área de concessão.

D. ALAMBIQUE FLOR DO VALE (CANELA/RS)

Para a preservação do meio ambiente, a empresa através da minimização da geração de resíduos poluentes, fazendo uso adequado dos resíduos produzidos, utilizando-os seja como adubo, energia, alimentação para o gado, irrigação, ou outros.(Silva, 2011)

2.5.5 Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial

O Licenciamento Ambiental, já comentado em um item anterior, além de ser considerado um instrumento de gestão ambiental, também pode ser utilizado como uma ferramenta de planejamento, controle e gestão territorial. A seguir iremos destacar outros instrumentos já utilizados no RS, bem como outros que também podem ser utilizados.

A. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO-ZEE

O ZEE é um instrumento de planejamento e gestão do território, previsto na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, tendo sido recentemente regulamentado pelo Decreto nº 4.297, de 10.07.2002, que define os critérios para sua elaboração e implementação. O ZEE divide o território em zonas com padrões de paisagem semelhantes e estabelece diretrizes de ocupação, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável.

O Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO/RS), coordenado pela FEPAM, elaborou o ZEE do Litoral Norte do RS, em função da intensidade de ocupação desta região e consequente transformação de seu ambiente natural e perda da biodiversidade. As 14 zonas propostas no ZEE expressam os elementos que compõe as diferentes paisagens do Litoral Norte do RS, com destaque para as dunas, ecossistemas lagunares, a vegetação de restinga e a mata atlântica.

B. PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

O Plano é um instrumento previsto pela Política Estadual de Recursos Hídricos – RS (Lei Estadual no 10.350/94) e tem como objetivo definir diretrizes, programas e ações prioritárias para assegurar os usos múltiplos, o controle, a conservação, a recuperação e a proteção dos Recursos Hídricos. Neste processo é importante a participação dos diversos setores, instituições a atores que possuem relação com as questões hídricas.

O processo de construção do PERH deve ser apoiado pela participação ampla dos diferentes grupos que compõem a sociedade gaúcha, de forma a garantir dois importantes produtos:

- Um acordo político sobre base de informações técnicas e considerar a água como elemento natural capaz de
- Potencializar o desenvolvimento social e econômico sustentável do RS.

C. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de política ambiental que tem por objetivo auxiliar antecipadamente os tomadores de decisões no processo de identificação e avaliação dos impactos e efeitos, maximizando os positivos e minimizando os negativos, que uma dada decisão estratégica – a respeito da implementação de uma política, um plano ou um programa – poderia desencadear no meio ambiente e na sustentabilidade do uso dos recursos naturais, qualquer que seja a instância de planejamento.(MMA, 2002)

Entre os benefícios que podem ser esperados como resultado da aplicação da AAE, destacam-se os seguintes:

- Visão abrangente das implicações ambientais da implementação das políticas, planos e programas governamentais, sejam eles pertinentes ao desenvolvimento setorial setoriais ou aplicados a uma região;
- Segurança de que as questões ambientais serão devidamente tratadas;
- Facilitação do encadeamento de ações ambientalmente estruturadas;
- Processo de formulação de políticas e planejamento integrado e ambientalmente sustentável;
- Antecipação dos prováveis impactos das ações e projetos necessários à implementação das políticas e dos planos e programas que estão sendo avaliados; e
- Melhor contexto para a avaliação de impactos ambientais cumulativos potencialmente gerados pelos referidos projetos.

2.5.6 Participação e inclusão dos diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico

Um grupo de interesse é formado por pessoas que compartilham das mesmas ideias e interesses na busca do mesmo objetivo. Entretanto, nem sempre ele usa um comportamento estratégico para obter do Poder Público a consecução dos seus escopos. Os grupos de interesse unem pessoas com determinadas filosofias e aspirações, mas que podem permanecer em um estado de inércia, sem nunca adotar uma postura de pressão política. Se esses grupos adotarem como tática uma atitude concreta, passarão a se chamar grupos de pressão, que tomam postura direta de influência e pressão sobre as autoridades públicas.

Para definir os grupos de interesse no desenvolvimento turístico, deve-se começar com a entidades da sociedade civil que fazem parte do Conselho Estadual de Turismo (Conetur), por se tratar de um órgão de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento à SETUR/RS. Seus objetivos são estabelecer diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a implementação da política pública de turismo no estado. Sua composição é:

I- poder público

1) Secretaria do Turismo;

2) Secretaria da Cultura

3) Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos;

4) Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento;

5) Secretaria da Segurança Pública;

6) Secretaria de Infraestrutura e Logística;

7) Secretaria da Saúde;

8) Secretaria do Meio Ambiente;

9) Secretaria da Educação;

10) Secretaria do Esporte e Lazer;

11) Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas;

12) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

13) Secretaria de Políticas para as Mulheres;

14) Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo;

15) Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social;

16) Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

II – um representante da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS

III – um representante da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;

IV – um representante da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul;

V – treze representantes da Sociedade Civil:

a) empresas de eventos sediadas no estado do Rio Grande do Sul; (ABEOC)

b) transportadoras turísticas sediadas no estado do Rio Grande do Sul; (ATURS)

c) bacharéis em turismo do Rio Grande do Sul; (ABBTUR)

d) guias de turismo do estado do Rio Grande do Sul; (AGUIATURS)+(SINDEGTUR)

e) indústrias de hotéis; (ABIH)

f) agências de viagens; (ABAV)

g) jornalistas e escritores de turismo; (ABRAJET)

h) bares e restaurantes; (ABRASEL)

i) entidades do Turismo Rural do Rio Grande do Sul; (ABRATURR)

j) Convention & Visitors Bureaux do Rio Grande do Sul;

k) Setor de Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS; (FECOMÉRCIO)

l) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS; (EMATER)

m) universidades. (COMUNG)

VI – seis representantes do Sistema "S":

a) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul – SEBRAE/RS;

b) Serviço Social da Indústria – SESI/RS;

c) Serviço Social do Comércio – SESC/RS;

d) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/RS;

e) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/RS;

f) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

VII - um representante de cada região turística do estado, indicados pelo Fórum Regional de Turismo

1) Porto Alegre e Delta do Jacuí

2) Vale do Rio dos Sinos

3) Litoral Norte Gaúcho

4) Campos de Cima da Serra

5) Serra – Uva e Vinho

6) Vale do Paranhana

7) Rota das Araucárias

8) Hortênsias

9) Rota Águas e Pedras

10) Termas e Lagos

11) Cultura e Tradição

12) Rota do Yucumã

13) Rota do Rio Uruguai

14) Rota Missões

15) Pampa Gaúcho

16) Fronteira (??)

17) Região Central

18) Vale do Jaguari

19) Rota das Terras Encantadas

20) Vale do Caí

21) Vale do Rio Pardo

22) Vale do Taquari

23) Costa Doce

24) Alto da Serra do Botucaraí

25) Região Centro Serra

2.6 CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

2.6.1 Valoração ponderada dos produtos ou tipos/segmentos turísticos atuais e potenciais

Os produtos/segmentos identificados no CT como aqueles que devem atrair as maiores e mais qualificadas fatias de mercado, de acordo motivação principal de viagens, tipos de turismo, atrativos e produtos mais valorizados/consumidos, são:

- O Turismo de Negócios e Eventos
- O Ecoturismo e Turismo de Aventura

Esses segmentos, levando em conta as peculiaridades do CT Porto Alegre Serra Gaúcha, são capazes de obter uma ampliação mercadológica por meio de ações coordenadas de estruturação do produto e de marketing.

Sendo assim, recomenda-se a manutenção do foco no Turismo de Negócios e Eventos, que constitui uma base relevante para grande parte da oferta, notadamente nos municípios de Porto Alegre, Gramado e Canela como também em função das características econômicas estaduais, e que pode ser ampliado para outros municípios do CT, de forma a aumentar a oferta para esse nicho de mercado e motivar a descentralização o fluxo desses destinos mais desenvolvidos turisticamente.

Já o Ecoturismo e o Turismo de Aventura devem ser mais bem estruturados inclusive em termos de ações de marketing, visando consolidar demandas expressivas de origem nacional e internacional que, de acordo com as observações e pesquisas de campo efetuadas, ainda têm uma baixa associação do destino CT a estes dois segmentos potenciais.

Como segmentos complementares indica-se o Turismo Cultural e o Turismo Rural que devem ser comercializados em conjunto com os segmentos prioritários, de forma a inseri-los gradualmente no mercado.

O Ecoturismo e o Turismo de Aventura, mesmo sendo segmentos prioritários por serem capazes de gerar demanda por si só, também podem funcionar como segmentos complementares para o Turismo de Negócios e Eventos, por meio da oferta de produtos motivacionais a essa demanda, agregando assim valor aos destinos.

Ressalta-se a tendência mundial do turismo generalista, ou seja, aquele que agrega diversos segmentos e oferta ao viajante. No entanto é necessário se conhecer o perfil das demandas atual e potencial do Turismo de Eventos e Negócios, suas motivações de viagem e atividades mais requisitadas, de forma a oferecer produtos com segmentos integrados capazes de suprir as expectativas mercadológicas vigentes.

Assim, o Portfólio do CT Porto Alegre Serra Gaúcha pode ser expresso como:

FIGURA 48: PORTFÓLIO DE PRODUTOS/SEGMENTOS

Fonte: ITEC.

2.6.2 Identificação de áreas críticas de intervenção

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento temporário de indivíduos ou grupo de pessoas de seu lugar de residência habitual, por motivos de lazer, recreação, saúde, negócios, entre outros. Não é exercida nenhuma atividade remunerada, com geração de múltiplas relações sociais, econômicas e culturais.

A atividade turística e o meio ambiente possuem uma relação intrínseca, uma vez que este último constitui o produto do turismo. Uma das questões relevantes para o estudo do turismo diz respeito aos impactos que a atividade ocasiona em um determinado destino turístico. Como qualquer outra atividade, o turismo gera impactos positivos e negativos que afetam, de forma direta ou indireta os seres humanos, principalmente, a população local.

Os impactos do turismo são consequências da complexa interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. As variáveis que ocasionam os impactos têm origem, intensidade e direções variadas de acordo com as características próprias dos locais receptores. Porém, quando tais impactos ocorrem em ambiente natural, os resultados são, em geral, irreversíveis, deixando-o sem atratividade para futuras visitações.

A fim de dirimir tais impactos, faz-se necessário um planejamento turístico que tenha como objetivo o desenvolvimento dos aspectos físico, econômico, social, cultural, técnico e ambiental, para a satisfação dos turistas, empresários e das comunidades envolvidas, e deve estar inserido em uma política empreendida pelo governo em todos os níveis.

O desenvolvimento de uma atividade turística sem um planejamento adequado gera degradação no ambiente e implica em vários outros impactos que inibem a atividade. Na relação turismo e ambiente, quando bem conduzida, os impactos positivos são superiores aos negativos e contribuem para seu desenvolvimento e para a conservação do sistema da vida. O grande desafio é encontrar o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e a sociobiodiversidade.

O CT possui grande atratividade natural visto que ainda possui remanescentes significativos de vegetação nativa e das diversas fitofisionomias que compõe os Biomas Pampa e Mata Atlântica, quer sejam protegidos em unidades de conservação federais, estaduais e municipais, das mais diversas categorias, quer seja em propriedades particulares. Nessas áreas são desenvolvidos o Turismo de Aventura, o Ecoturismo e o Turismo Rural.

As Unidades de Conservação são importantes captadoras de fluxo turístico que favorecem o retorno financeiro esperado para a área. A organização deve buscar a auto sustentabilidade da área com a participação direta da comunidade para conservação e operacionalização das atividades dentro da UC e incentivar a produção de artesanato, gestão e atendimento dos empreendimentos de hospedagem e alimentação para que o destino usufrua dos benefícios socioeconômicos da cadeia produtiva do turismo.

Esses são atrativos notadamente capazes de gerar fluxos internacionais, devido a grandeza do seu conjunto de cânions e merecem atenção especial na implantação do CT. São necessários investimentos em infraestrutura e em serviços turísticos para que possam ser consolidados como produtos turísticos. Foram identificadas também carências e deficiências nos aspectos relativos à pessoal, manutenção e fiscalização. Além disso, pode-se desenvolver um trabalho de educação ambiental mais efetivo.

Destaca-se que outras UCs também possuem potencial para o turismo, no entanto ainda estão em processo de implantação ou não possuem os instrumentos necessários para o desenvolvimento dessas atividades, como o Parque Estadual de Tainhas que abrange os municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Jaquirana.

Em muitas propriedades particulares visitadas e que possuem algum tipo de atividade ligada ao turismo de aventura ou ecoturismo, constatou-se também carências em termos de incentivos, financiamentos e ações do governo, principalmente quanto a melhoria e conservação das estradas rurais.

Foi verificado também em alguns lugares que a falta de planejamento e infraestrutura tem causado impactos negativos em alguns, principalmente em relação ao lixo, degradação de habitats e danos à fauna, que pode ser afugentada ou até mudar seus hábitos alimentares.

Percebe-se que o CT oferece inúmeros atrativos naturais de grande valor ambiental e paisagístico, onde já são desenvolvidas atividades de ecoturismo e turismo de aventura.

Uma das maiores deficiências, no entanto, diz respeito ao acesso, importante elemento para viabilização da comercialização por parte de agentes e operadores; e a infraestrutura, principalmente em áreas naturais públicas, que necessitam de maior estrutura para receber o turista, como os centros de visitantes, banheiros, lojas, lanchonetes, além de trilhas, sinalização interpretativa, etc. Além disso, é de suma importância a implantação de ações de educação ambiental que estimulem o visitante a sentir-se responsável pela conservação do ambiente.

Ressalta-se que foi observado que a disposição dos municípios objeto desse estudo podem formar um corredor ecológico ligando unidades de conservação existentes e grandes remanescentes de vegetação nativa primária ou em recuperação, conectando parte do Planalto e suas faces leste e sul a região o Lago Guaíba e Laguna dos Patos.

Diante de todo esse potencial ambiental, ainda há possibilidade de melhorar a oferta desses segmentos com atrativos melhor estruturados que possibilitem a diversificação da oferta turística no CT e a estruturação de produtos diferenciados. O fomento desses segmentos pode contribuir para o aumento do interesse do turista em estender seu tempo de permanência na região.

No que diz respeito a infraestrutura de acesso e de transporte, Porto Alegre é o maior município do CT e oferece rede de infraestrutura de transporte diversificada, permitindo o deslocamento rodoviário, hidroviário, cicloviário, ferroviário e aeroviário. Nesse caso, Aeroporto Salgado Filho funciona como portão de entrada para CT, pois permite a chegada de voos nacionais e internacionais. Mas aeroportos menores dentro do CT e nas proximidades podem ser utilizados como importante acesso ao corredor.

Entre as cidades do CT, a RS-020 funciona como eixo estruturador. Outras rodovias complementam o corredor, já que para acessar cidades como Nova Petrópolis, Gramado, Canela, Três coroas e Igrejinha é preciso acessar outras rodovias, mas todas a partir da RS-020. Nesse caso, o melhoramento da infraestrutura viária deve ser efetuado, pois pontos como a sinalização turística e segurança nas rodovias precisam ser revistos para aperfeiçoamento do sistema.

Quanto à infraestrutura básica, ressalta-se que todos os municípios objeto desse estudo necessitam melhorias para que possam receber um aumento significativo no fluxo de turistas.

A maior deficiência foi constatada na coleta e tratamento dos esgotos, havendo uma grande necessidade de investimentos neste setor para resolver um passivo já existente, de forma que um dos aspectos mais relevantes na área, os recursos hídricos, possam ter em alguns casos sua qualidade recuperada ou não venham a ser degradados.

O abastecimento de água, apesar de possuir bom percentual de atendimento, possui grande percentual de perdas, que caso seja sanado, poderá aumentar a oferta e o atendimento sem grandes investimentos.

A coleta, tratamento e disposição dos resíduos sólidos também necessitam melhorias, pois existem poucos aterros sanitários ou controlados na região, mas com iniciativas como a do Consórcio PRÓ-SINOS, de gestão integrada dos resíduos, certamente haverá uma melhoria significativa neste setor. A drenagem de águas pluviais necessita de melhorias, principalmente nas cidades localizadas na região de transição entre a planície e o planalto, que possuem o relevo mais acidentado e irregular, podendo causar danos significativos às estradas e aos cursos d’água da região.

Nas sedes dos municípios, em termos de comunicações, tanto a telefonia móvel quanto a fixa, atendem de forma satisfatória a atual demanda. Há deficiência, no entanto, na área rural, que pode ser melhorada.

2.6.3 Posição atual da Área no mercado turístico X posicionamento potencial

O turismo, devidamente planejado e monitorado, constitui uma atividade econômica promissora cuja ascensão mudou o panorama econômico de diversos países, tais como o México, França e a Itália.

No Brasil, as expectativas têm sido extremamente positivas depois da crise que alterou negativamente o fluxo e interferiu em sua evolução no período 2000 a 2005. Hoje, o cenário nacional descortina um potencial de crescimento constante e promissor que tem como base um planejamento governamental articulado entre os diversos níveis, propiciando uma nova organização para o setor em uma perspectiva de crescimento extremamente positiva.

Com relação ao CT identificados segmentos turísticos capazes de obter uma ampliação mercadológica por meio de ações coordenadas de estruturação do produto e de marketing, mais notadamente o Turismo de Negócios e Eventos, o Ecoturismo e o Turismo de Aventura.

Cabe salientar que já existe uma demanda de Eventos e Negócios consolidada e em pleno crescimento e que, além de fortalecer este segmento, é aconselhável voltar às atenções para a busca da sua complementaridade no que tange aos demais segmentos ofertados, seguindo-se a tendência mundial do turismo generalista que o viajante experimenta diversos segmentos em uma única viagem.

Para definição do posicionamento potencial, portanto, deve-se levar em conta as seguintes características ressaltadas no quadro a seguir.

QUADRO 39: CENÁRIO ATUAL X CENÁRIO DESEJADO

CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO DESEJADO (DESAFIOS)
• **Estado Fronteiriço.** • **Maior parte da demanda se comporta como o Turista Regional.** • **Parte da demanda possui como objetivo outras destinações.**	• Atingir mercados de renda mais alta dos países da América do Sul, captando grupos dos países fronteiriços ou não • Captar parte da demanda que se dirige a outros estados, mesmo com baixa taxa de permanência.
• **Imigração Europeia.** • **Paisagens diferenciadas.** • **Clima Frio.**	• Comunicar de forma correta através de ações de MKT, os atributos da Região ao público nacional. • Criar sinergias com os países europeus que formaram o estado e seus vizinhos.
• **Sazonalidade propícia ao consumo**	• Intensificação do marketing para o

CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO DESEJADO (DESAFIOS)
do turismo interno • **Baixa atratividade de outros destinos mais desenvolvidos no período de frio**	período de inverno • Voltar produtos para demanda interna que busca destinos europeus

Fonte: ITEC.

Sendo assim, para o turismo nacional deve ser buscado um aumento dos fluxos provenientes de emissores atuais com maior renda, São Paulo e Rio de Janeiro. Complementarmente deve-se inserir o Distrito Federal e Minas Gerais como focos de marketing. Os demais emissores nacionais permanecem os atuais, em proporções menores.

Para o turismo internacional propõe-se alavancar novos fluxos, tendo como plataforma o Turismo de Eventos e Negócios, direcionando para estes fluxos segmentos complementares de acordo com suas principais motivações, levando em conta que a demanda Europeia busca mais o Ecoturismo, Cultura, História, Tradições; e a Norte Americana o Turismo de Aventura e Ecoturismo.

O turista internacional ideal que tenha outras motivações além de eventos e negócios é aquele que viria para o Brasil com interesses múltiplos e planejaria a sua viagem, buscando destinos diversificados tais como o Pantanal, a Amazônia, o Rio de Janeiro e o CT, fazendo uma mescla de segmentações distintas em um período de viagem mais longo.

O turista a ser carreado para o CT, portanto, personificaria o viajante que tenha consciência ambiental e interesse no turismo de natureza e atividades de aventura e possua outros interesses variados, tais como a cultura e o lazer, com uma renda compatível à utilização da oferta disponível.

É necessário, no entanto, customizar os produtos ofertados e focar as iniciativas de marketing.

O produto Turístico atual do CT de uma forma geral não é caro comparativamente a outros pacotes nacionais. Não obstante, a inserção do custo das passagens e os voos com muitas escalas tornam o produto menos palatável para as fatias da demanda que se encontram geograficamente mais afastados da região em estudo.

A demanda estrangeira, por sua vez, pode se comportar de forma distinta de acordo com sua procedência.

A demanda sul-americana é mais elástica, fato que diminui à medida que aumenta a renda como é o caso da demanda europeia (para países específicos, de renda superior) e norte-americana.

A política de preço para inserção de produtos em novos nichos de mercado é um componente decisivo no planejamento de marketing, cuja decisão deve ser discutida juntamente com o trade.

Uma questão relevante que deve constituir um foco importante para o produto do CT, trata-se da necessidade da criação e fixação no mercado de uma imagem própria, forte e diferenciada para constituir a base de promoção de seus produtos específicos. Sendo o objetivo precípuo melhorar a composição dos grupos nacionais e internacionais que irão

compor a demanda futura do CT é aconselhável trabalhar com cuidado a melhoria qualitativa a seus produtos atuais e futuros.

2.6.4 Matriz SWOT

O modelo SWOT é também conhecido como o modelo de Harvard. SWOT constitui a junção das iniciais (em inglês) dos quatro elementos-chave desta análise estratégica, a saber:

- STRENGHTS - pontos fortes: vantagens internas do CT em relação aos destinos concorrentes;
- WEAKNESSES - pontos fracos: desvantagens internas do CT em relação aos destinos concorrentes;
- OPPORTUNITIES - oportunidades: aspectos positivos com o potencial de fazer crescer a vantagem competitiva do CT;
- THREATS - ameaças: aspectos negativos com o potencial de comprometer a vantagem competitiva do CT.

A ideia é a de avaliar, através de uma reflexão aprofundada, quais são estes elementos-chave, tendo em vista que previamente, foram consideradas informações internas (para os pontos fortes e fracos) e externas (para as oportunidades e ameaças).

A matriz SWOT apresentada a seguir foi construída e validada na 1ª Oficina Pública de apresentação e validação do Diagnóstico Estratégico. Dessa forma foram incluídos na matriz SWOT os aspectos levantados e analisados no decorrer deste diagnóstico.

QUADRO 40: MATRIZ SWOT

PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
1. Capacidade de crescimento e expansão da atividade turística do Corredor como um todo (ITEM 2.2.1); 2. Potencial para explorar o turismo rural, de aventura e pesca esportiva (ITEM 2.2.3); 3. Cultura com potencial para desenvolver produtos inovadores (ITEM 2.2.3); 4. Povo hospitaleiro (ITEM 2.2.3); 5. Existência de destinos do Corredor bem consolidados (Porto Alegre e Gramado) (ITENS 2.2.1 E 2.2.3); 6. Demanda já existente (por causa dos destinos consolidados) (ITEM 2.2.1); 7. Diversidade da produção associada ao turismo (2.2.3); 8. Turismo de eventos e negócios é consolidado e com potencial de crescimento nos municípios do Corredor (ITEM 2.2.3); 9. Apoio institucional (PRODETUR) (ITEM 2.4). 10. Paisagem cênica da RS-020 (ITEM 2.2.3).	1. Alto grau de desenvolvimento tecnológico capaz de propiciar novas tecnologias de comunicação e acesso a locais remotos; 2. Crescimento do turismo doméstico aliado ao crescimento econômico estadual; 3. Crescimento mundial do ecoturismo e turismo de aventura; 4. Brasil na rota dos grandes eventos; 5. Renda per capita regional.
PONTOS FRACOS	**AMEAÇAS**
1. Baixa integração dos municípios do Corredor como um todo – setor turismo (ITEM 2.2.3); 2. Carência de dados científicos para que se elabore um planejamento (ITEM 2.2.1); 3. Baixo índice de capacitação técnica dos agentes públicos (ITEM 2.4); 4. Baixo índice de capacitação técnica dos agentes privados (ITEM 2.2.3); 5. Presença de produtos turísticos com baixa inserção mercadológica no Corredor (ITEM 2.2.2); 6. Infraestrutura de acesso insuficiente aos atrativos turísticos naturais (ITEM 2.2.3); 7. Pouco investimento (carência) em sinalização turística no Corredor (ITEM 2.3.1); 8. Concentração do fluxo turístico em dois polos (2.2.1 E 2.2.3). 9. RS-020 não tem estrutura e é insegura (ITEM 2.2.1) 10. Baixa acessibilidade a pessoas com deficiência nos atrativos (ITEM 2.2.3)	1. Alta dependência do turismo regional das atividades econômicas existentes; 2. Instabilidade econômica nacional e mundial; 3. Mudanças climáticas e a interferência na comercialização do ecoturismo/aventura.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

PDITS CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

PRODUTO 6

VERSÃO FINAL

VOLUME 2

Dezembro/2014

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS 4
LISTA DE TABELAS 5
LISTA DE FIGURAS 6
LISTA DE MAPAS 8
LISTA DE FOTOS 9
SIGLAS 10
APRESENTAÇÃO 11
1 VALIDAÇÃO DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA 12
1.1 IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS 12
1.1.1 Metodologia para Hierarquização dos Atrativos 12
1.1.2 Resultados da Hierarquização 15
1.2 ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE 30
1.2.1 Três Coroas 38
1.2.2 São Francisco de Paula 63
1.3 NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL 78
1.4 CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS 79
1.5 QUADRO INSTITUCIONAL 81
1.6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES – VALIDAÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA 84
1.6.1 Inclusão do Município de Rolante na Área Turística 84
1.6.2 Considerações Finais 90
2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 94
2.1 POSICIONAMENTO TURÍSTICO DESEJÁVEL E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO NECESSÁRIAS PARA SUA CONSOLIDAÇÃO 94
2.2 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS REQUERIDOS 98
2.3 QUADRO INSTITUCIONAL E GERAÇÃO DE MECANISMOS DE APOIO 99
2.4 DIRETRIZES SOCIOAMBIENTAIS 100
2.5 ESTRATÉGIA GERAL E ESTRATÉGIAS SETORIAIS 104
2.6 PORTFÓLIO ESTRATÉGICO E VALORIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS PRINCIPAIS 107
3 PLANO DE AÇÃO: SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E PROJETOS 110
3.1 VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS 110
3.1.1 Matriz de Alinhamento Estratégico 110
3.1.2 Detalhamento do Plano de Ação 114

3.2 DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL 138
3.3 SELEÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES 143
3.3.1 Metodologia para Priorização das Ações 143
3.3.2 Resultados da Hierarquização 144
3.4 MATRIZ DE INVESTIMENTOS 148
3.5 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 151
4 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 169
4.1 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS. 169
4.2 AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA E AS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO DO CORREDOR TURÍSTICO 178
4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS ESTRATÉGICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 179
4.4 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS 181
5 MECANISMOS DE FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDITS DO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA 183
5.1 OBJETIVOS 183
5.2 PRODUTOS ESPERADOS 184
5.2.1 Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais, SIG-PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul 184
5.2.2 Coleta de Informações 185
5.2.3 Elaboração dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa 190
5.2.4 Disseminação das Informações/Biblioteca Virtual 200
5.2.5 Responsabilidades 200
6 REFERÊNCIAS 201
ANEXOS 208

ANEXO I - TABELA ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO VARIÁVEL - NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES (UNIDADES)

ANEXO II - ESTIMAÇÃO DA ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA TURÍSTICA NO BRASIL

ANEXO III - TABELA RIO GRANDE DO SUL, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DO CORREDOR: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES, EM R$ MILHÕES, 2007-2011

ANEXO IV - METODOLOGIA, FORMULÁRIOS E ANÁLISE DAS PESQUISAS COM SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

ANEXO V – MODELO DO QUESTIONÁRIO - QUADRO INSTITUCIONAL

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Aspectos Avaliados na Hierarquização dos Atrativos 12
Quadro 2: Critérios para Hierarquização dos Atrativos 13
Quadro 3: Atrativos Turísticos de Rolante 88
Quadro 4 - Estratégia do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha 96
Quadro 5: Pontos relevantes da Matriz SWOT 104
Quadro 6 – Custo por ação do componente Produto Turístico 118
Quadro 7 – Custo por ação de comercialização 122
Quadro 8 – Custo por ação de Fortalecimento Institucional 127
Quadro 9 – Custo por ação de Infraestrutura e Serviços Básicos 132
Quadro 10 – Custo por ação de Gestão Socioambiental 137
Quadro 11 – Dimensionamento dos investimentos totais 138
Quadro 12 – Critérios para Hierarquização das Ações 143
Quadro 13- Impactos Potenciais das Ações do PDITS 169
Quadro 14: Parâmetros a serem usados como indicadores dos impactos e efeitos avaliados 181
Quadro 10 – Linha de Base do Marco Lógico do Plano de Acompanhamento e Avaliação 187
Quadro 11 – Estrutura do Marco Lógico de Plano de Acompanhamento e Avaliação DO PRODETUR NACIONAL RIO GRANDE DO SUL 191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados da Hierarquização dos Atrativos 15
Tabela 2: Hierarquia dos Atrativos de Porto Alegre 18
Tabela 3: Hierarquia dos Atrativos de Viamão 19
Tabela 4: Hierarquia dos Atrativos de Três Coroas 20
Tabela 5: Hierarquia dos Atrativos de Igrejinha 21
Tabela 6: Hierarquia dos Atrativos de Nova Petrópolis 21
Tabela 7: Hierarquia dos Atrativos de Gramado 23
Tabela 8: Hierarquia dos Atrativos de Canela 24
Tabela 9: Hierarquia dos Atrativos de São Francisco de Paula 25
Tabela 10: Hierarquia dos Atrativos de Cambará do Sul 26
Tabela 11: Hierarquia dos Atrativos de São José dos Ausentes 27
Tabela 12: Modelo da Matriz de Priorização das Ações do PDITS 145
Tabela 13: Modelo de Matriz de Investimentos 149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha Turismo do Centro Histórico de Porto Alegre. 30
Figura 2: Trajeto da Linha Turismo Centro Histórico. 31
Figura 3: Localização do Mercado Público. 32
Figura 4: Acessos ao Mercado Público. 32
Figura 5: Localização da Casa de Cultura. 34
Figura 6: Entorno da Casa de Cultura. 34
Figura 7: Localização no Mapa. 35
Figura 8: Acesso ao Parque. 36
Figura 9: Localização do Atrativo em Igrejinha. 37
Figura 10: Acesso ao Ecoland. 37
Figura 11: Localização dos Atrativos em Três Coroas. 38
Figura 12: Acesso ao Templo. 38
Figura 13: Interseção com a RS-020. 39
Figura 14: Acesso ao Parque das Laranjeiras e ao Brasil Raft Park. 40
Figura 15: Via de Acesso ao Parque das Laranjeiras e ao Brasil Raft Park. 41
Figura 16: Acesso a Praça das Flores. 41
Figura 17: Acesso pela BR-116 (sentido sul-norte). 42
Figura 18: Localização do Ninho das Águias a partir da BR-116. 42
Figura 19: Acesso à Praça das Flores. 43
Figura 20: Localização do Parque Aldeia do Imigrante. 44
Figura 21: Localização do Pinheiro Multissecular. 45
Figura 22: Acesso ao Pinheiro Multissecular pela RS-235. 45
Figura 23: Acesso junto a RS-235. 46
Figura 24: Roteiro Mallakoff. 47
Figura 25: Localização do Panelão a partir da Rs-235. 48
Figura 26: Entroncamento da RS-235 com a estrada de terra. 48
Figura 27: Acessos aos Atrativos de Gramado. 49
Figura 28: Localização da A Mina. 53
Figura 29: Estacionamento do atrativo. 53
Figura 30: Localização do Lago Negro. 54
Figura 31: Localização do Gramado Zoo e do Parque Gaúcho. 55
Figura 32: Localização da Rua Coberta. 57
Figura 33: Acessos aos Atrativos de Canela. 58
Figura 34: Localização do Parque do Caracol. 59
Figura 35: Localização do Parque da Ferradura. 61

Figura 36: Localização dos parques. 62
Figura 37: Localização do parque. 63
Figura 38: Acessos aos Atrativos Nova Petrópolis. 64
Figura 39: Localização do atrativo. 65
Figura 40: Localização do Lago São Bernardo, Parque das 8 Cachoeiras e Pousada Terra do Sempre. 67
Figura 41: Localização do Parque das Cascatas. 68
Figura 42: Acessos aos Atrativos de Cambará do Sul. 69
Figura 43: Acesso a Cachoeira dos Venâncios e ao Passo do S. 70
Figura 44: Localização do Itaimbezinho e Cânion Fortaleza. 72
Figura 45: Acessos aos Atrativos de São José dos Ausentes. 75
Figura 46: Acesso aos atrativos. 76
Figura 47: Área Turística incluindo Rolante 85
Figura 48: Localização de Rolante no Rio Grande do Sul 86
Figura 49: Munícipios e Unidades de Conservação 101
Figura 50: Munícipios a serem incluídos no Corredor Ecológico 102
Figura 51: Unidades de Conservação incluídas no Corredor Ecológico 102
Figura 52: Sugestão de limites do Corredor Ecológico 103
Figura 53: Portfólio de Produtos/Segmentos 107
Figura 1: Sistema de Acompanhamento e Avaliação do PRODETUR Nacional Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha 185

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição dos Atrativos no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, segundo as Hierarquias 28

Mapa 2: Concentração de Serviços e Equipamentos Turísticos 91

Mapa 3 – Áreas prioritárias para investimentos do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul 109

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Pavimentação do Largo do Glênio. 33
Foto 2: Estacionamento para veículos de turismo ao longo da Av. Quinze de Novembro. 43
Foto 3: Placa Informativa do Monte Malakoff. 46
Foto 4: Sinalização vertical e parquímetro. 50
Foto 5: Informações no ponto de parada do BusTour. 51
Foto 6: Estacionamento do atrativo. 52
Foto 7: Estacionamento em frente a entrada do Lago Negro. 54
Foto 8: Estacionamento com brita. 55
Foto 9: Estacionamento do Parque Gaúcho. 56
Foto 10: Acesso aos atrativos pela rodovia. 56
Foto 11: Estacionamento para ônibus. 59
Foto 12: Obstáculos no interior do parque. 60
Foto 13: Via de acesso ao Parque da Ferradura. 61
Foto 14: Acesso por rampa ao Parque Pinheiro Grosso. 62
Foto 15: Ponte do Passo do Inferno. 66
Foto 16: Entrada para o Parque Aparatos da Serra. 73
Foto 17: Sinalização turística em Cambará do Sul. 74
Foto 18: Sinalização com localização de atrativos. 77
Foto 19: Sinalização vertical para Pico do Monte Negro. 77

SIGLAS

APP - Áreas de Preservação Permanente

CCAF - Comitê de Compensação Ambiental Federal

Conetur - Conselho Estadual de Turismo

CT - Corredor Turístico

FUNDETUR - Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

NBR - Norma Brasileira

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PGIRS - Planos de Gestão de Resíduos Sólidos

Pró-Sinos - Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos

RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre

SETUR/RS - Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul

UCP - Unidade de Coordenação de Projetos –

Visão - Agência de Desenvolvimento da Região das Hortênsias

APRESENTAÇÃO

O presente produto corresponde ao PRODUTO 6 – Versão Final do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha".

O PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha está estruturado em VOLUME 1 e VOLUME 2.

Este documento corresponde ao VOLUME 2 e é composto pelos seguintes capítulos:

Estratégias de Desenvolvimento Turístico – engloba a definição das estratégias de turismo para a Área, levando em conta a valorização e a exploração dos principais atrativos; a posição do Corredor Turístico quanto ao desenvolvimento turístico e sua relação com as ações a serem propostas; o posicionamento turístico desejável e estratégias de comercialização; a geração de mecanismos de apoio; as infraestruturas e serviços básicos requeridos; o quadro institucional e as diretrizes socioambientais;

Plano de Ação – apresenta a visão geral do conjunto de ações e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos do PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha; traz também o quadro onde são indicados os investimentos totais a serem realizados; a metodologia utilizada para priorização das ações e a Matriz de Investimento do PRODETUR Nacional; quadros descritivos das ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses do Programa; identifica os impactos ambientais positivos e negativos que poderão surgir a partir da implementação das ações propostas; e apresenta o programa de gestão ambiental;

Mecanismos de Feedback: Acompanhamento e Avaliação do PDITS – indica os atores e os mecanismos necessários para promover o monitoramento da evolução da situação do turismo no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, a avaliação dos resultados, bem como da revisão do PDITS.

1 VALIDAÇÃO DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

1.1 IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

Os atrativos turísticos são o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria prima da atividade turística, pois são esses que provocam o deslocamento de turistas até o destino.

No entanto, a potencialidade turística de um destino não deve ser avaliada apenas pela quantidade de atrativos existentes, mas pelo valor qualitativo que os mesmos representam. Sendo assim, e para contribuir com a identificação das áreas prioritárias para a recepção de investimentos no Corredor Turístico - CT Porto Alegre-Serra Gaúcha, foi realizada uma hierarquização que permite a classificação de cada atrativo relevante, de acordo com uma escala pré-estabelecida, e assim, fornecer subsídios para a diferenciação objetiva das suas características e os graus de importância entre eles.

A metodologia para hierarquização dos atrativos é apresentada a seguir.

1.1.1 Metodologia para Hierarquização dos Atrativos

Foram avaliados os seguintes aspectos e considerada uma escala de 1 a 4 para julgamento dos parâmetros definidos:

QUADRO 1: ASPECTOS AVALIADOS NA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

ASPECTOS AVALIADOS	DESCRIÇÃO
Singularidade	Situa a força do atrativo através de suas qualidades estéticas e o qualifica quanto a sua raridade ou não quando comparado aos demais atrativos da área de estudo. Esse aspecto possui peso 2 por sua significância em relação aos demais aspectos.
Grau de Uso Atual	Analisa o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para a área de estudo. Indica a situação atual e não a potencial.
Estado de Conservação	Situa as condições do ambiente no qual se encontra o atrativo.
Infraestrutura do Atrativo	Situa as facilidades que o atrativo oferece ao visitante (sinalização, facilidade de informação, pessoal capacitado para atendimento, presença de banheiros, adaptação a Portadores de Necessidades Especiais - PNE, trilhas conservadas, etc.)

ASPECTOS AVALIADOS	DESCRIÇÃO
Infraestrutura Turística	Situa as condições de infraestrutura turística que atende ao atrativo no destino (sinalização, informação e promoção do atrativo, agências de receptivo, hospedagem, alimentação, etc.)
Infraestrutura de Acesso	Situa o atrativo com relação à facilidade de acesso
Grau de Interesse da Demanda Regional	Situa o atrativo com relação à preferência da demanda local/Regional
Grau de Interesse da Demanda Nacional	Situa o atrativo com relação à preferência da demanda nacional
Grau de Interesse da Demanda Internacional	Situa o atrativo com relação à preferência da demanda internacional. Esse aspecto possui peso 2 por sua significância em relação aos demais aspectos.

Fonte: ITEC

QUADRO 2: CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

ASPECTOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (VALORES)			
	1 NENHUM	2 BAIXO	3 MÉDIO	4 ALTO
Singularidade (P2)	Nenhuma	Elemento comum	Alguns elementos singulares	Elemento raro ou único
Grau de Uso Atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade de fluxo	Grande fluxo
Estado de Conservação	Estado de conservação muito ruim	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação regular	Ótimo estado de conservação regular
Infraestrutura do Atrativo	Inexistente	Existente, em estado precário	Existente, com necessidade de algumas intervenções/ melhorias	Existente, em ótimo estado
Infraestrutura Turística	Inexistente	Existente, em baixa escala	Existente, em média escala	Atrativo bem atendido
Infraestrutura de Acesso	Inexistente	Existente, em estado precário	Existente, com necessidade de algumas	Existente, em ótimo estado

ASPECTOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (VALORES)			
	1 NENHUM	2 BAIXO	3 MÉDIO	4 ALTO
			intervenções/ melhorias	
Grau de Interesse da Demanda Regional	Não desperta interesse	Desperta algum interesse a visitantes que chegam por outra motivação	Capaz de gerar demanda se agregado a outros atrativos	Capaz de por si só gerar demanda
Grau de Interesse da Demanda Nacional	Não desperta interesse	Desperta algum interesse a visitantes que chegam por outra motivação	Capaz de gerar demanda se agregado a outros atrativos	Capaz de por si só gerar demanda
Grau de Interesse da Demanda Internacional (P2)	Não desperta interesse	Desperta algum interesse a visitantes que chegam por outra motivação	Capaz de gerar demanda se agregado a outros atrativos	Capaz de por si só gerar demanda

Fonte: ITEC

A classificação indica o grau de interesse de cada atrativo, atribuindo um valor quantitativo às suas características, baseados na intensidade da sua atratividade, estabelecendo uma ordem quantitativa para priorizar seu desenvolvimento para o turismo. Sendo assim, o somatório das notas atribuídas aos parâmetros define a situação atual de cada atrativo.

Para tanto, tem-se:

Atratividade comprometida: notas entre 11 e 22 (cinza)

Atratividade mantida: notas entre 23 e 34 (verde)

Atratividade alta: notas entre 35 e 44 (laranja)

Ressalta-se que 11 é pontuação mínima possível de alcançar a partir da aplicação dos critérios de avaliação e valores definidos, e 44 é a pontuação máxima.

A análise destes aspectos foi consolidada em uma matriz de avaliação que permitiu uma visão integrada do macro potencial turístico de cada atrativo, como se apresenta no item a seguir.

1.1.2 Resultados da Hierarquização

TABELA 1: RESULTADOS DA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
Porto Alegre	Praça da Alfândega	6	3	3	3	3	4	2	2	6	**32**
	Linha Turismo Centro Histórico	4	4	2	3	4	4	3	3	6	**33**
	Mercado Público	8	4	2	2	3	4	3	3	6	**35**
	Casa de Cultura Mário Quintana	6	3	2	3	3	2	3	3	6	**31**
Viamão	Parque Estadual de Itapuã	6	3	3	2	1	1	4	2	2	**24**
Três Coroas	Parque das Laranjeiras	4	3	3	3	3	2	4	2	4	**28**
	Brasil Raft Park	4	3	3	4	3	2	4	3	4	**30**
	Templo Budista Chagdud Tulku Rinpoche	8	2	3	3	2	1	4	4	6	**33**
Igrejinha	Ecoland	6	3	4	4	4	2	4	4	6	**37**
Nova Petrópolis	Monte Malakoff	6	2	3	1	3	1	3	2	4	**25**
	Ninho das Águias	4	2	3	3	2	1	3	1	4	**23**
	Panelão	6	1	1	1	1	1	2	2	2	**17**
	Pinheiro Multisecular	4	2	3	3	3	3	3	2	2	**25**
	Parque Aldeia do Imigrante	6	4	3	3	4	4	3	3	6	**36**
	Praça das Flores – Labirinto Verde/ Monumento ao Cooperativismo/Portal Verde da Imigração Alemã	4	4	4	3	4	4	3	3	4	**33**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
Gramado	Lago Negro	6	4	3	4	4	4	3	3	6	**37**
	A Mina	6	3	3	4	3	2	3	3	4	**31**
	Parque Gaúcho	6	3	4	3	3	2	4	4	6	**35**
	GramadoZoo	6	3	3	3	3	2	3	3	4	**30**
	Rua Coberta	6	4	3	4	4	4	3	4	6	**38**
	Reino do Chocolate – Caracol Chocolates	4	3	4	4	4	3	3	3	4	**32**
	Snowland	8	4	4	4	4	4	4	4	4	**40**
Canela	Parque Estadual do Caracol	8	4	2	2	4	3	4	4	6	**37**
	Parque Municipal do Pinheiro Grosso	4	2	4	4	4	2	3	2	2	**27**
	Parque Vale da Ferradura	8	4	3	3	3	2	4	4	6	**37**
	Alpen Park	4	3	3	3	3	3	3	2	2	**26**
	Parque Terra Mágica Florybal	4	4	3	3	4	4	4	3	4	**33**
São Francisco de Paula	Lago São Bernardo	4	3	3	2	3	3	3	2	4	**27**
	Reserva Ecológica Terra do Sempre	6	2	4	4	3	1	4	4	6	**34**
	Parque das 8 cachoeiras	6	3	2	3	3	2	4	4	6	**33**
	Parque das Cascatas	4	3	3	3	3	2	3	3	6	**30**
	Ponte do Passo do Inferno	6	3	3	2	3	2	2	2	4	**27**
Cambará do Sul	Parque Nacional de Aparados da Serra - Cânion Itaimbezinho	8	3	3	3	4	3	4	4	8	**40**
	Parque Nacional da Serra Geral - Cânion Fortaleza	8	3	3	1	4	3	4	4	8	**38**
	Cascata dos Venâncios – Jaquirana	8	3	3	3	2	2	4	3	6	**34**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
	Passo do S – Jaquirana	6	2	3	1	1	1	2	2	4	**22**
São José dos Ausentes	Pico e Cânion Monte Negro	8	3	3	1	1	1	4	3	6	**30**
	Cachoeirão dos Rodrigues	6	2	4	2	3	1	3	3	6	**30**
	Desnível dos Rios Divisa e Silveira	8	2	3	2	3	1	3	3	6	**31**

Fonte: ITEC

Porto Alegre

TABELA 2: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE PORTO ALEGRE

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Mercado Público	8	4	2	2	3	4	3	3	6	**35**	10º
Praça da Alfândega	6	3	3	3	3	4	2	2	6	**32**	**9º**
Linha Turismo Centro Histórico	4	4	2	3	4	4	3	3	6	**33**	**3º**
Casa de Cultura Mário Quintana	6	3	2	3	3	2	3	3	6	**31**	**11º**

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

Os atrativos hierarquizados de Porto Alegre estão na classificação “Atratividade Alta” e “Atratividade Mantida”, com aspectos pontuados acima de 3 em sua maioria e não apresentam necessidades urgentes de intervenção.

Porto Alegre possui, além desses, inúmeros outros atrativos bem estruturados que contribuem para que a cidade seja um destino turístico consolidado e um dos portões de entrada de turistas no Brasil.

Viamão

TABELA 3: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE VIAMÃO

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Parque Estadual de Itapuã	6	3	3	2	1	1	4	2	2	**24**	**25º**

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

O único atrativo de Viamão hierarquizado foi o Parque Estadual de Itapuã, que apesar de ter sido classificado como “Atratividade Mantida”, obteve pontuação acima de 3 em apenas 4 aspectos.

Esse é um dos atrativos mais importantes existentes nesse município, de gestão pública, mas sua classificação na metodologia aplicada demonstra que o mesmo atualmente desperta maior interesse da demanda regional, e que há a necessidade de estruturação do atrativo para a efetiva recepção de turistas.

Apesar do Parque já possuir algumas estruturas físicas em bom estado, as mesmas não estão em funcionamento e não agregam valor ao atrativo. Sendo assim há necessidade de estruturação logística e operacional. O Parque também necessita de um programa de educação ambiental mais atuante junto aos visitantes.

Além disso, foi identificado que a infraestrutura de acesso ao Parque é precária e a infraestrutura turística existente em sua proximidade não possui grande expressão.

Três Coroas

TABELA 4: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE TRÊS COROAS

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Parque das Laranjeiras	4	3	3	3	3	2	4	2	4	**28**	**18º**
Brasil Raft Park	4	3	3	4	3	2	4	3	4	**30**	**14º**
Templo Budista Chagdud Tulku Rinpoche	8	2	3	3	2	1	4	4	6	**33**	**2º**

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

Todos os atrativos hierarquizados de Três Coroas foram classificados como “Atratividade Mantida, sendo que o Templo Budista recebeu pontuação máxima no aspecto singularidade e é o que mais geraria interesse na demanda internacional.

Os outros dois atrativos, Parque das Laranjeiras e Brasil *Raft Park*, onde são operados esportes de aventura estão mais voltados para a demanda regional, sendo este último também interessante para atração de demanda nacional, se agregado a outros atrativos do Corredor.

O aspecto comum entre os atrativos com pior avaliação foi o acesso.

Igrejinha

TABELA 5: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE IGREJINHA

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Ecoland	6	3	4	4	4	2	4	4	6	**37**	7º

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

O único atrativo hierarquizado no município de Igrejinha, foi o empreendimento privado Ecoland, que foi classificado como “Atratividade Alta”, e que recebeu pontuação acima de 3 em quase todos os aspectos.

O único aspecto com pontuação 2 foi o de Infraestrutura de Acesso.

Nova Petrópolis

TABELA 6: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE NOVA PETRÓPOLIS

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Parque Aldeia do Imigrante	6	4	3	3	4	4	3	3	6	**36**	9º
Monte Malakoff	6	2	3	1	3	1	3	2	4	**25**	**23º**
Ninho das Águias	4	2	3	3	2	1	3	1	4	**23**	**26º**
Pinheiro Multisecular	4	2	3	3	3	3	3	2	2	**25**	**24º**

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Praça das Flores – Labirinto Verde/ Monumento ao Cooperativismo/Portal Verde da Imigração Alemã	4	4	4	3	4	4	3	3	4	**33**	**7º**
Panelão	6	1	1	1	1	1	2	2	2	**17**	**2º**

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

O município de Nova Petrópolis abriga 6 atrativos hierarquizados e que em sua maioria obteve a classificação “Atratividade Mantida”. O Ninho das Águias e o Monte Malakoff que receberam as menores pontuações nessa classificação necessitam de melhoria no acesso. O Ninho das Águas é formatada para um público muito específico que se interessa pelo voo livre e apesar de possuir um belo mirante, não possui estrutura adequada que gere interesse no turista de permanecer no local. No caso do Monte Malakoff, apesar de existir sinalização, inclusive interpretativa, em muitos pontos as placas são pouco visíveis, dificultado a orientação na rota, forma como o atrativo é promovido.

Como “Atratividade Alta” destaca-se o Parque Aldeia do Imigrante, um parque municipal criado para resgate e preservação da cultura alemã, cuja a pontuação em todos os aspectos estão acima de 3.

A cidade também abriga 1 dos 2 atrativos classificados como “Atratividade Comprometida” no Corredor, o Panelão que é um atrativo natural diferenciado, mas que se encontra em mal estado de conservação e não possui qualquer estrutura, o que dificulta a chegada do visitante e a torna, inclusive, perigosa. Esse atrativo necessita de grandes investimentos para recepção de turistas.

Gramado

TABELA 7: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE GRAMADO

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Lago Negro	6	4	3	4	4	4	3	3	6	**37**	8º
Parque Gaúcho	6	3	4	3	3	2	4	4	6	**35**	11º
Rua Coberta	6	4	3	4	4	4	3	4	6	**38**	4º
Snowland	8	4	4	4	4	4	4	4	4	**40**	2º
A Mina	6	3	3	4	3	2	3	3	4	**31**	12º
GramadoZoo	6	3	3	3	3	2	3	3	4	**30**	13º
Reino do Chocolate – Caracol Chocolates	4	3	4	4	4	3	3	3	4	**32**	8º

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

Gramado é um município que já possui forte tradição turística e que abriga a maioria dos atrativos hierarquizados do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Todos os atrativos, em sua maioria privados, foram classificados, em “Atratividade Alta” e “Atratividade Mantida”. O aspecto que merece atenção em alguns dos atrativos é a infraestrutura de acesso que necessita de melhorias, principalmente no que diz respeito à sinalização de acesso e a estrutura do estacionamento.

Canela

TABELA 8: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE CANELA

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Parque Estadual do Caracol	8	4	2	2	4	3	4	4	6	**37**	6º
Parque Vale da Ferradura	8	4	3	3	3	2	4	4	6	**37**	5º
Parque Municipal do Pinheiro Grosso	4	2	4	4	4	2	3	2	2	**27**	19º
Alpen Park	4	3	3	3	3	3	3	2	2	**26**	22º
Parque Terra Mágica Florybal	4	4	3	3	4	4	4	3	4	**33**	6º

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

Os atrativos de Canela receberam classificação entre “Atratividade Alta” e Atratividade Mantida”.

O município abriga um dos mais importantes atrativos do Corredor, o Parque Estadual do Caracol, que necessita de manutenção, melhoria e modernização de sua estrutura física para melhor atender ao visitante e potencializar a qualidade de sua experiência no local. O parque não dispõe atualmente de um centro de visitantes e não desenvolve trabalho de educação ambiental.

São Francisco de Paula

TABELA 9: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Lago São Bernardo	4	3	3	2	3	3	3	2	4	**27**	21º
Reserva Ecológica Terra do Sempre	6	2	4	4	2	1	4	4	6	**33**	4º
Parque das 8 cachoeiras	6	3	2	3	3	2	4	4	6	**33**	5º
Parque das Cascatas	4	3	3	3	3	2	3	3	6	**30**	17º
Ponte do Passo do Inferno	6	3	3	2	3	2	2	2	4	**27**	20º

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

Os atrativos hierarquizados de São Francisco de Paula receberam classificação “Atratividade Mantida”. Os mais importantes são empreendimentos privados com foco no ecoturismo e turismo de aventura e que necessitam de estruturação das vias de acesso, principalmente a Reserva Ecológica Terra do Sempre que é uma propriedade que possui boa estrutura, mas que tem no seu acesso um impedimento para a chegada do visitante.

Cambará do Sul

TABELA 10: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE CAMBARÁ DO SUL

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO										ORDEM
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL	
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Parque Nacional de Aparados da Serra - Cânion Itaimbezinho	8	3	3	3	4	3	4	4	8	**40**	1º
Parque Nacional da Serra Geral - Cânion Fortaleza	8	3	3	1	4	3	4	4	8	**38**	3º
Cascata dos Venâncios – Jaquirana	8	3	3	3	2	2	4	3	6	**34**	**1º**
Passo do S – Jaquirana	6	2	3	1	1	1	2	2	4	**22**	**1º**

*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

Cambará do Sul abriga os dois mais importantes atrativos do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha, os parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Esses dois atrativos receberam pontuação máxima nos aspectos singularidade e grau de interesse da demanda internacional, no entanto, necessitam de atenção especial no que diz respeito à infraestrutura disponibilizada ao visitante, principalmente o Parque Nacional da Serra Geral, onde as trilhas são pouco estruturadas e a falta de sinalização turística dificulta o passeio sem um guia ou monitor. Além disso, não possui um centro de visitantes e um trabalho efetivo de educação ambiental.

Esses parques constituem um rico patrimônio natural e que refletem uma série de atributos cênicos, histórico-culturais e de biodiversidade que devem ser conservados e ao mesmo tempo explorados com base nos princípios da sustentabilidade.

O atrativo Cascata dos Venâncios, classificado como “Atratividade Mantida” também é um atrativo interessante do ponto de vista ambiental e paisagístico, no entanto, localiza-se no município de Jaquirana, apesar de ser comercializado como Cambará do Sul e necessita de melhorias na via de acesso e na disponibilização de serviços e equipamentos turísticos próximos a ele.

São José dos Ausentes

TABELA 11: HIERARQUIA DOS ATRATIVOS DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES

ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									TOTAL	ORDEM
	Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional		
	2	1	1	1	1	1	1	1	2		
Pico e Cânion Monte Negro	8	3	3	1	1	1	4	3	6	**30**	**15º**
Cachoeirão dos Rodrigues	6	2	4	2	3	1	3	3	6	**30**	**16º**
Desnível dos Rios Divisa e Silveira	8	2	3	2	3	1	3	3	6	**31**	**10º**

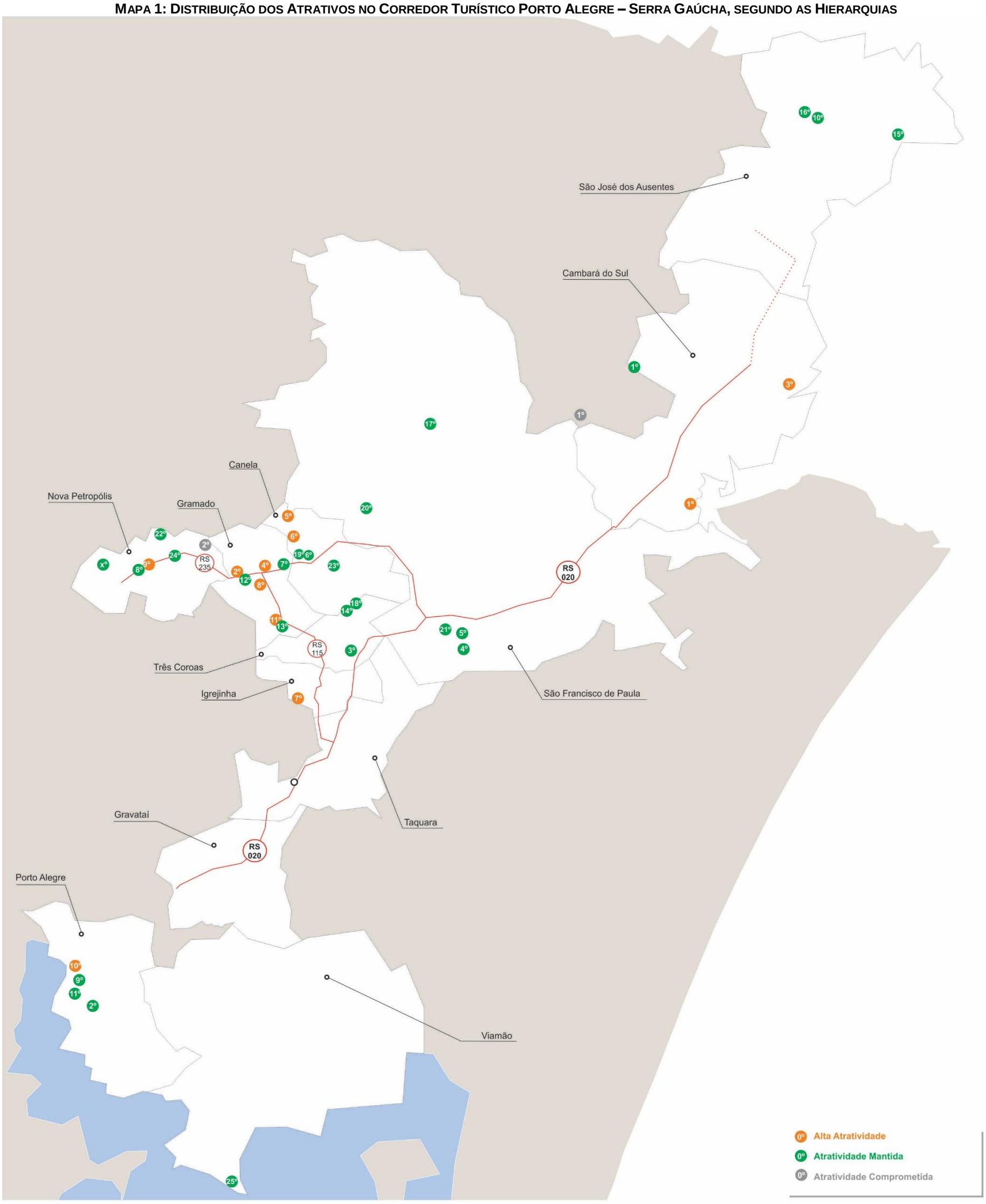
*Ordem de Classificação em relação aos demais atrativos do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha classificados no mesmo grau de atratividade, Atratividade Alta, Atratividade Mantida e Atratividade Comprometida.
Fonte: ITEC

Os atrativos de São José dos Ausentes dos Ausentes foram classificados como “Atratividade Mantida” e também apresentam singularidade com pontuação entre 3 e 4, principalmente por seus aspectos naturais e paisagísticos peculiares. No entanto, percebe-se a necessidade de estruturação dos acessos a esses atrativos e da estruturação dos próprios atrativos.

O Pico e Cânion Monte Negro, o ponto mais alto do Rio Grande do Sul, necessita de atenção especial já que possui atributos similares aos parques nacionais de Cambará do Sul, porém não é institucionalizado como uma unidade de conservação e não oferece qualquer estrutura para visitação, o que o torna de difícil acesso e até perigoso para o visitante.

O mapa a seguir apresenta a distribuição dos atrativos hierarquizados no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

MAPA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS ATRATIVOS NO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA, SEGUNDO AS HIERARQUIAS



1º - Parque Nacional de Aparados da Serra - Cânion Itaimbezinho
2º - Snowland
3º - Parque Nacional da Serra Geral - Cânion Fortaleza
4º - Rua Coberta
5º - Parque Vale da Ferradura
6º - Parque Estadual do Caracol
7º - Ecoland
8º - Lago Negro
9º - Parque Aldeia do Imigrante
10º - Mercado Público
11º - Parque Gaúcho

1º - Cascata dos Venâncios – Jaquirana
2º - Linha Turismo Centro Histórico
3º - Templo Budista Chagdud Tulku Rinpoche
4º - Reserva Ecológica Terra do Sempre
5º - Parque das 8 Cachoeiras
6º - Parque Terra Mágica Florybal
7º - Reino do Chocolate – Caracol Chocolates
8º - Praça das Flores – Labirinto Verde/ Monumento ao Cooperativismo/Portal Verde da Imigração Alemã
9º - Praça da Alfândega
10º - Desnível dos Rios Divisa e Silveira
11º - Casa de Cultura Mário Quintana
12º - A Mina
13º - GramadoZoo

14º - Brasil Raft Park
15º - Pico e Cânion Monte Negro
16º - Cachoeirão dos Rodrigues17º - Parque das Cascatas
17º - Parque das Cascatas
18º - Parque das Laranjeiras
19º - Parque Municipal do Pinheiro Grosso
20º - Ponte do Passo do Inferno
21º - Lago São Bernardo
22º - Monte Malakoff
23º - Alpen Park
24º - Pinheiro Multissecular
25º - Parque Estadual de Itapuã
X - Ninho das Águias

1º - Passo do S – Jaquirana
2º - Panelão

Ao todo foram hierarquizados 39 atrativos em 10 dos municípios que integram o Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha. Desses, 28% foram classificados como “Atratividade Alta”, 67% como “Atratividade Mantida” e apenas 5% como “Atratividade Comprometida”.

Nos atrativos classificados como “Atratividade Alta”, os aspectos com avaliação mais baixa são o Estado de Conservação do Atrativo, a Infraestrutura do Atrativo e a Infraestrutura de Acesso até o atrativo. E nos atrativos classificados como “Atratividade Mantida”, o aspecto com avaliação mais baixa foi a “Infraestrutura de Acesso”.

Esta análise aponta para a necessidade de estruturação/manutenção dos atrativos, como melhoria de acessibilidade interna, sinalização, disponibilização de informações e de serviços e equipamentos, entre outros, que tornem a visitação mais atrativa, agradável e confortável para o turista. Aponta também para necessidade de melhoria da infraestrutura de acesso, que é um dos aspectos mais importantes para o turismo e que será mais bem detalhado no item 1.2 “Acessibilidade e Conectividade”.

Observa-se a partir do mapa que grande parte dos atrativos hierarquizados se concentra ao Leste da rodovia estruturadora do CT, a RS-020, mais notadamente nos municípios que integram a região turística das Hortênsias, Nova Petrópolis, Gramado e Canela, região esta bem estruturada turisticamente, principalmente pela presença de Gramado, destino já consolidado no Rio Grande do Sul.

Percebe-se, no entanto, que os atrativos mais fortes, em sua maioria àqueles de cunho natural e paisagístico, e que tiveram pontuações altas nos principais aspectos analisados na hierarquização – Singularidade e Grau de Interesse da Demanda Internacional – estão bem distribuídos ao longo da BR-020, o que comprova que a vocação do CT Porto Alegre – Serra Gaúcha está voltada para segmentos turísticos que têm como cenário o meio ambiente natural, ou seja, o Ecoturismo e o Turismo de Aventura numa escala nacional e internacional, e o Turismo Rural numa escala regional.

É importante lembrar, no entanto, que o Turismo de Negócios e Eventos é hoje o principal segmento turístico, impulsionado principalmente a Porto Alegre e Gramado, e pode ser utilizado como indutor da distribuição do fluxo e da receita turística ao longo do CT, gerando interesse por outras segmentações complementares.

1.2 ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

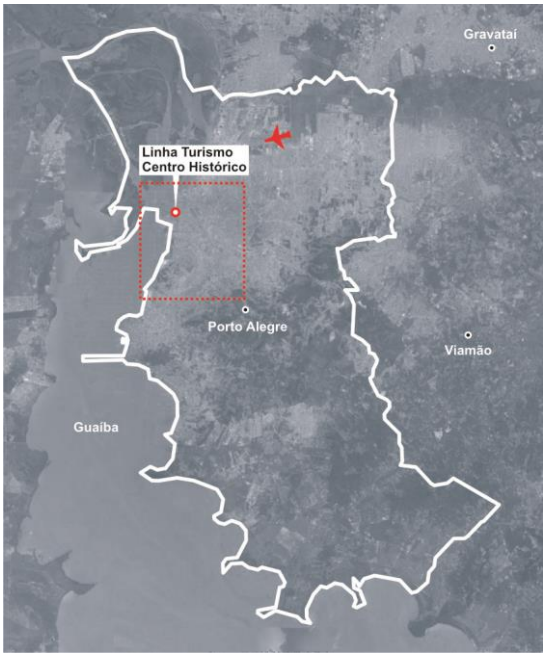
1.2.1 Porto Alegre

Porto Alegre possui alta conectividade com regiões locais, nacionais e fora do país. A oferta de diferentes modais integrados à cidade permite maior possibilidade de acesso. Os atrativos abordados a seguir possuem possibilidades de acesso por via rodoviária, ferroviária, hidroviária e cicloviária. Além disso, o município possui o Aeroporto Internacional Salgado Filho que representa a principal porta de acesso aeroviária para o estado.

LINHA TURISMO CENTRO HISTÓRICO – PORTO ALEGRE

Esse modo de transporte turístico possui em Porto Alegre duas linhas. A linha abordada nesse relatório possui trajeto pelo Centro Histórico, de acordo com as imagens a seguir. Ao longo do percurso, os passageiros recebem informações turísticas por um sistema de som.

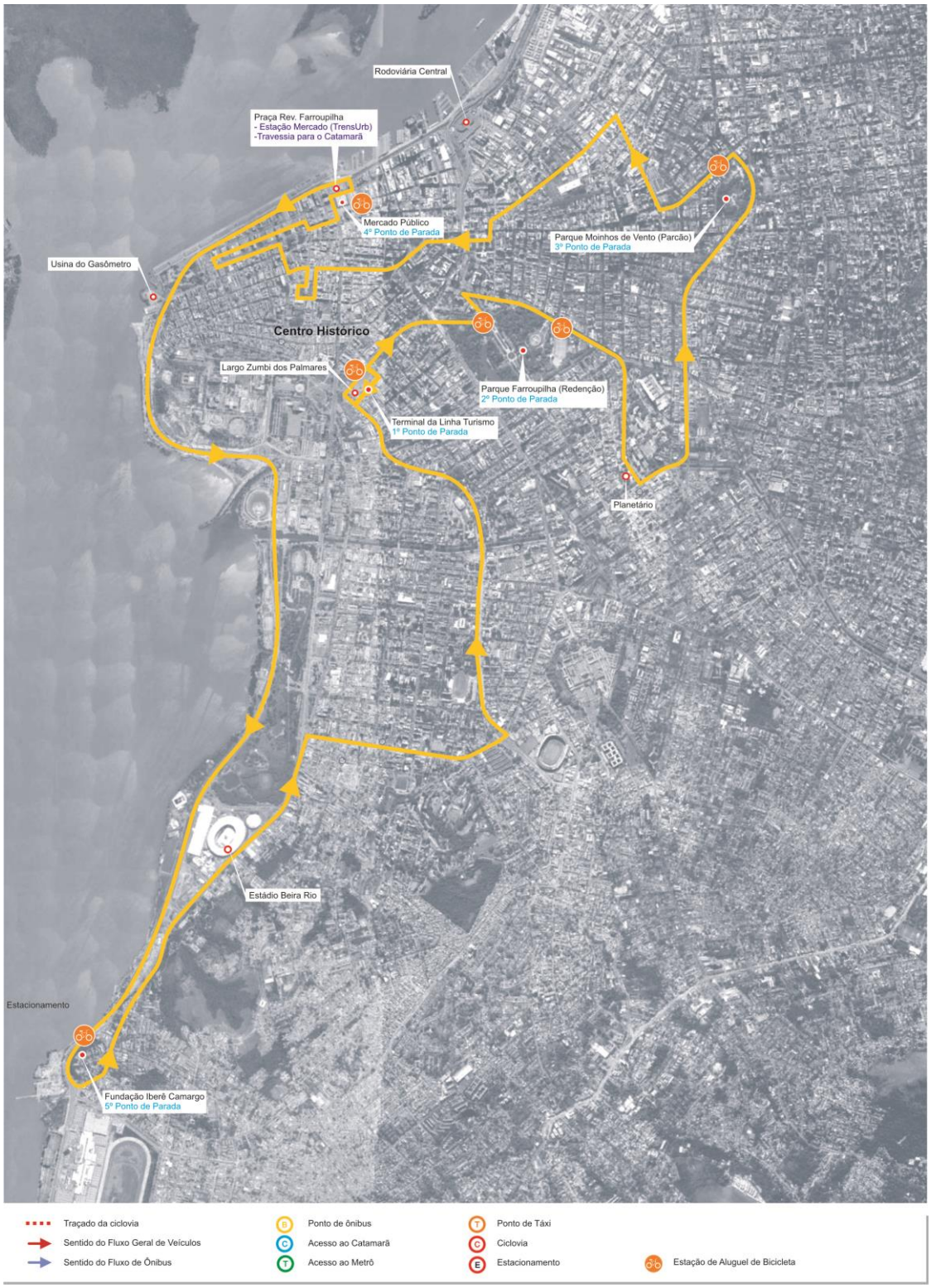
FIGURA 1: LINHA TURISMO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE.



Fonte da imagem: Google Earth.

O trajeto está representado na figura a seguir. São cinco pontos de parada. O primeiro, que representa o início de trajeto, está localizado no Largo Zumbi dos Palmares, esse largo possui pontos de ônibus para o serviço público de transporte. Também possui uma estação de aluguel de bicicleta. O Largo é comumente utilizado como área de estacionamento e feiras. Falta sinalização tátil e há necessidade de averiguação da inclinação das rampas de acordo com a NRB9050 e das condições do pavimento.

FIGURA 2: TRAJETO DA LINHA TURISMO CENTRO HISTÓRICO.



Fonte da imagem: Google Earth.

MERCADO PÚBLICO – PORTO ALEGRE

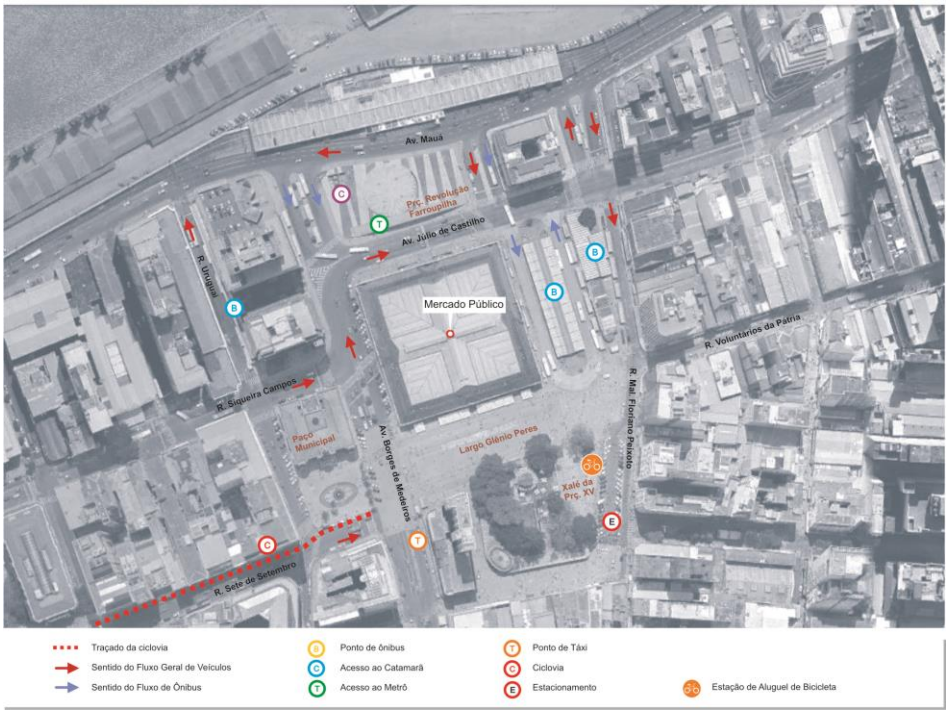
O Mercado Público de Porto Alegre está localizado no centro da capital, próximo a outros atrativos turísticos e com possibilidade de acesso rodoviário, ferroviária, hidroviário e cicloviário. Além da disposição de infraestrutura para pedestres como o Largo Glênio Peres, calçadas e faixas de pedestres semaforizadas.

FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO.

Fonte da imagem: Google Earth.

A seguir, a imagem mostra as vias de acesso, com indicação de sentido, e de traçado do final da ciclovia Sete de Setembro. Além disso, apresenta os locais de acesso por táxi, ônibus, trem metropolitano, para o Catamarã e o ponto de aluguel de bicicletas.

FIGURA 4: ACESSOS AO MERCADO PÚBLICO.



Fonte da imagem: Google Earth.

O Largo Glênio Peres proporciona local amplo para a circulação de pedestres e possibilita acesso direto junto ao Mercado Público. Dessa forma, em uma das fachadas do atrativo se qualifica o local para o acesso preferencial dos pedestres, incluindo as pessoas com dificuldade de locomoção. O espaço também recebe eventos temporários como atrações culturais e até manifestações sociais.

O Largo não possui sinalização tátil. As condições do pavimento devem ser revistas para facilitar o acesso. Rampas e faixas de pedestre podem ser aprimorados com desenho voltado a mobilidade urbana sustentável. A seguir, a imagem mostra a condição do pavimento no Largo.

FOTO 1: PAVIMENTAÇÃO DO LARGO DO GLÊNIO.

Fonte: ITEC.

CASA DA CULTURA MÁRIO QUINTANA – PORTO ALEGRE

A Casa da Cultura Mário Quintana está localizada no centro de Porto Alegre, conforme imagem a seguir.

FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO DA CASA DE CULTURA.

Fonte da imagem: Google Earth.

Possui entrada para a R. dos Andradas e R. Sete de Setembro – onde localiza-se a ciclovia Sete de Setembro que tem o seu final no Mercado Público. Na figura a seguir é possível observar o entorno do edifício que está localizado na Travessa Araújo Ribeiro – isto possibilita o fluxo de pedestres entre essas duas vias.

FIGURA 6: ENTORNO DA CASA DE CULTURA.

Fonte da imagem: Google Earth.

Há pouca oferta de estacionamento. Possui ponto de táxi e de aluguel de bicicleta.

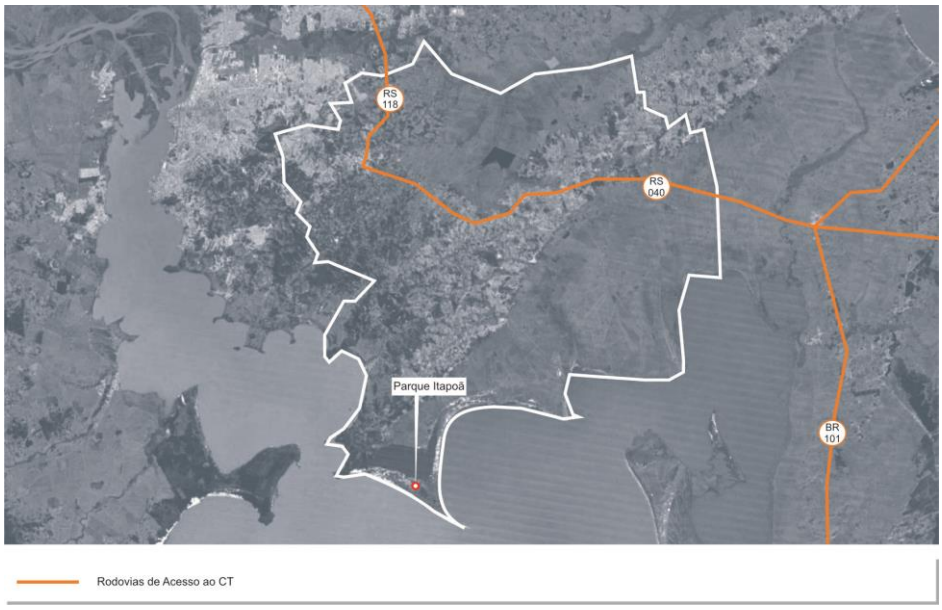
1.2.2 Viamão

Em Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, está o atrativo natural Parque Estadual do Itapuã.

PARQUE ESTADUAL DO ITAPUÃ

O parque se localiza ao sul do município, as margens do Lago Guaíba. Conforme figuras a seguir.

FIGURA 7: LOCALIZAÇÃO NO MAPA.



Fonte da imagem: Google Earth.

O principal acesso se faz a partir de Porto Alegre - pelo bairro Glória, pela av. Oscar Pereira e Costa Gama. Do centro da Capital até o parque são 57km. A figura a seguir mostra que a via direta de acesso ao parque não possui pavimentação asfáltica. Há falha ou ausência nos dispositivos de drenagem. Essas questões tornam a via com baixa qualificação. Além disso, necessita de reforço na sinalização indicativa.

FIGURA 8: ACESSO AO PARQUE.

Fonte da imagem: Google Earth.

Há ocupação residencial e comercial em pontos lindeiros à via. Em consequência, existe fluxo de pedestres que possuem lugares seguros de travessia.

Para o acesso por ônibus, partindo de Porto Alegre, a linha é Viamão/Farol de Itapuã que tem seu ponto de embarque no Centro da cidade, na Travessa Francisco Leonardo Truda. O tempo de viagem é de aproximadamente 2 horas[1].

1.2.3 Igrejinha

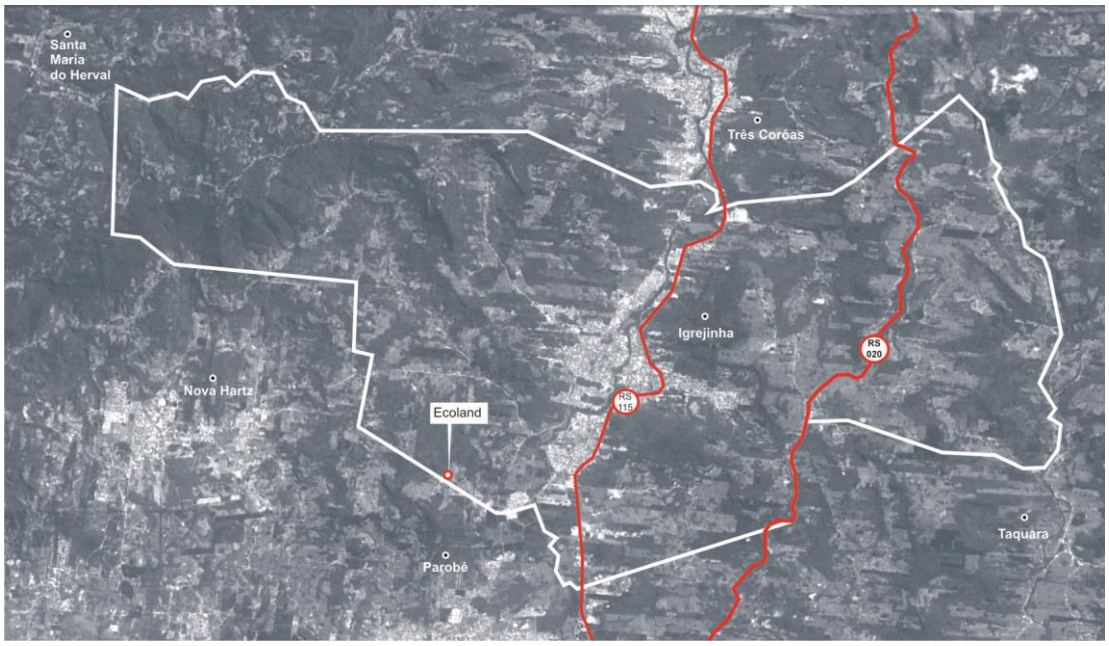
No município de Igrejinha, o atrativo abordado é o Ecoland – destinado a eventos, hospedagem e lazer.

ECOLAND

A figura a seguir apresenta a localização do atrativo dentro do município de Igrejinha. O principal acesso é a RS-115.

[1] Fonte: http://www2.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=atrativo&id=2251&bd=&fg=2

FIGURA 9: LOCALIZAÇÃO DO ATRATIVO EM IGREJINHA.



Fonte da imagem: Google Earth.

Os principais acessos pela RS-115 são a R. Marechal Deodoro da Fonceca (acesso norte) e a R. Theodoro Júlio Ritter. Na figura, os círculos em roxo mostram as interseções existentes. Nesse caso, as interseções com a RS-115 devem ser revistas a respeito da sinalização horizontal e vertical.

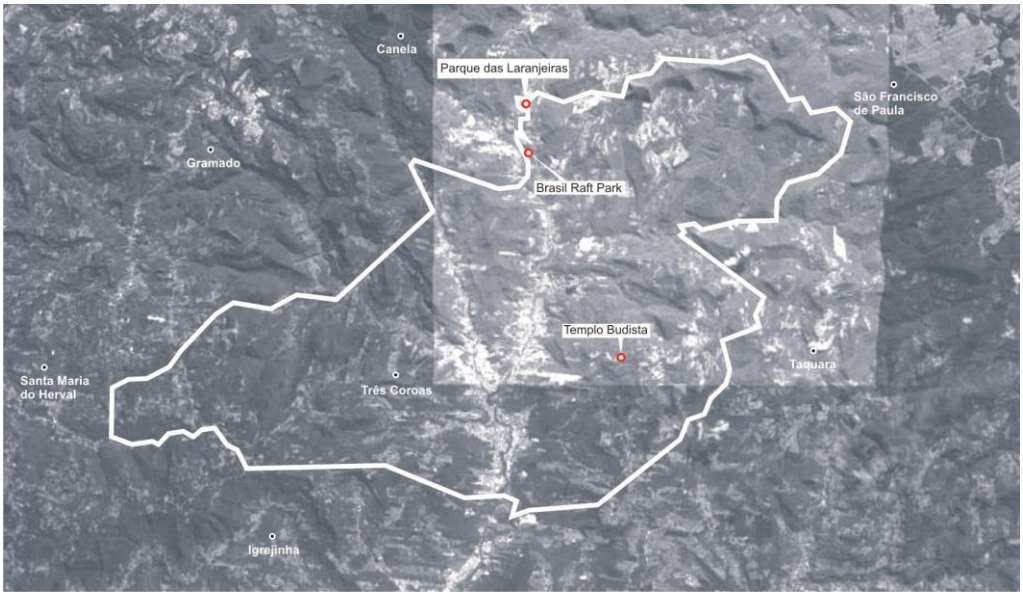
FIGURA 10: ACESSO AO ECOLAND.

Fonte da imagem: Google Earth.

1.2.4 Três Coroas

O município de Três Coroas possui três atrativos pesquisados: Templo Budista, Brasil *Raft Park* e Parque das Laranjeiras.

FIGURA 11: LOCALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS EM TRÊS COROAS.

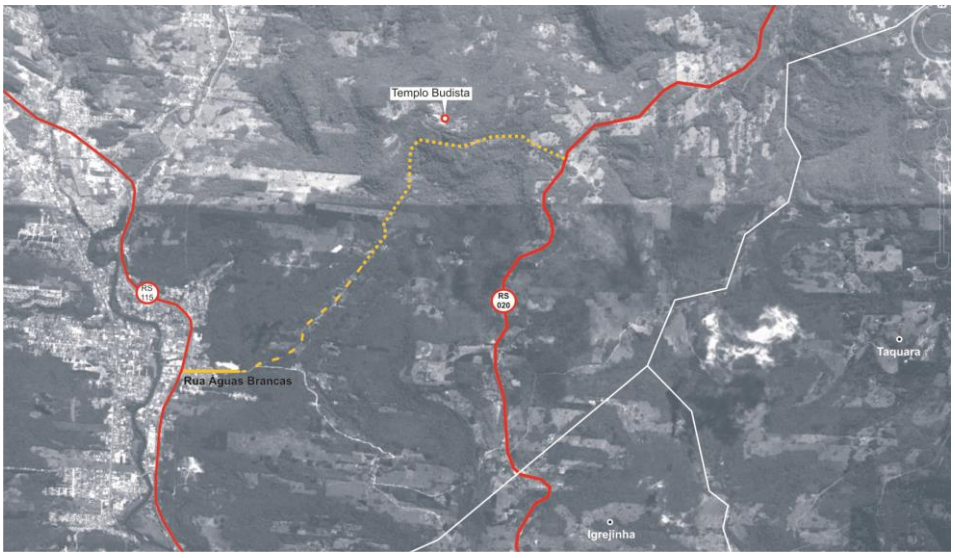


Fonte da imagem: Google Earth.

TEMPLO BUDISTA *CHAGDUD TULKU RINPOCHE*

Na figura a seguir, observa-se que a via se acesso direto ao templo possui interseção com a RS-115 e RS-020. A via possui pequeno trecho com pavimento asfáltico a oeste.

FIGURA 12: ACESSO AO TEMPLO.



Fonte da imagem: Google Earth.

A Leste, o trecho não possui pavimentação asfáltica e dispositivos de drenagem. Há necessidade de ser revisto o ponto de interseção com RS-020, como apresentado na imagem a seguir.

FIGURA 13: INTERSEÇÃO COM A RS-020.

Fonte da imagem: Google Earth.

De acordo como próprio site da instituição, é possível acessá-lo das seguintes formas:

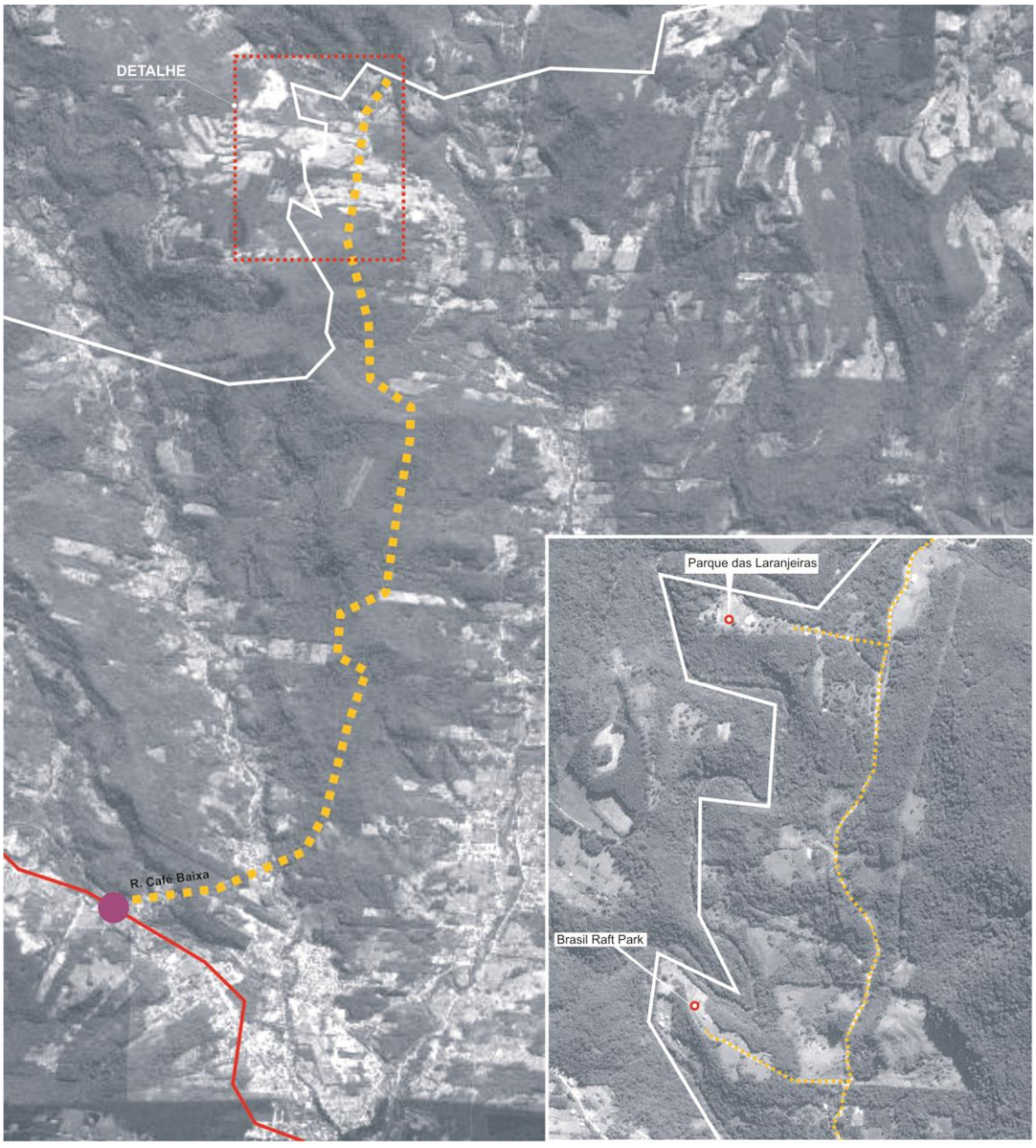
- A partir de Porto Alegre, siga pela RS-020 em direção a São Francisco de Paula. Dobre à esquerda na parada de ônibus 177, seguindo a sinalização para o centro budista.
- Pela RS-115, dobre à direita no primeiro trevo de Três Coroas em direção ao bairro Águas Brancas. Você vai seguir por 7 km em uma estrada de terra. Nas bifurcações, entre sempre à esquerda.
- A Citral é a empresa que possui uma linha direta de ônibus de Porto Alegre até Três Coroas. Da rodoviária, é necessário pegar um táxi (ou outro meio de transporte) até o centro budista[2].

PARQUE DAS LARANJEIRAS E BRASIL *RAFT PARK*

Esses atrativos estão localizados nas proximidades dos limites municipais de Três Coroas e Canela. A partir da interseção com a RS-115, é possível acessar os atrativos por trecho de via pavimentada e trecho não pavimentado, como mostra a figura a seguir.

[2] http://kl.chagdud.org/como-chegar/

FIGURA 14: ACESSO AO PARQUE DAS LARANJEIRAS E AO BRASIL *RAFT PARK*.



Fonte da imagem: Google Earth.

A seguir é possível observar na figura a via sem pavimento asfáltico e dispositivos de drenagem.

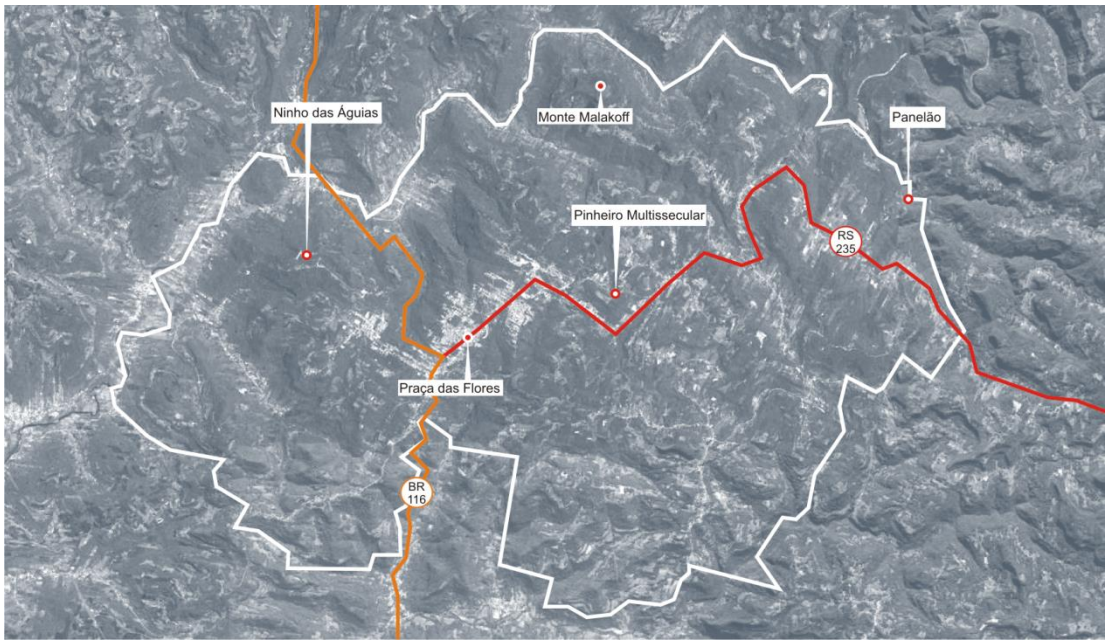
FIGURA 15: VIA DE ACESSO AO PARQUE DAS LARANJEIRAS E AO BRASIL *RAFT PARK*.

Fonte da imagem: Google Earth.

1.2.5 Nova Petrópolis

Pelo CT, o acesso ao município de Nova Petrópolis é feito pela RS-235. Também é possível o acesso pela BR-116. A Praça das Flores é o atrativo passível de ser acessado diretamente pela RS-235.

FIGURA 16: ACESSO A PRAÇA DAS FLORES.



Fonte da imagem: Google Earth.

NINHO DAS ÁGUIAS

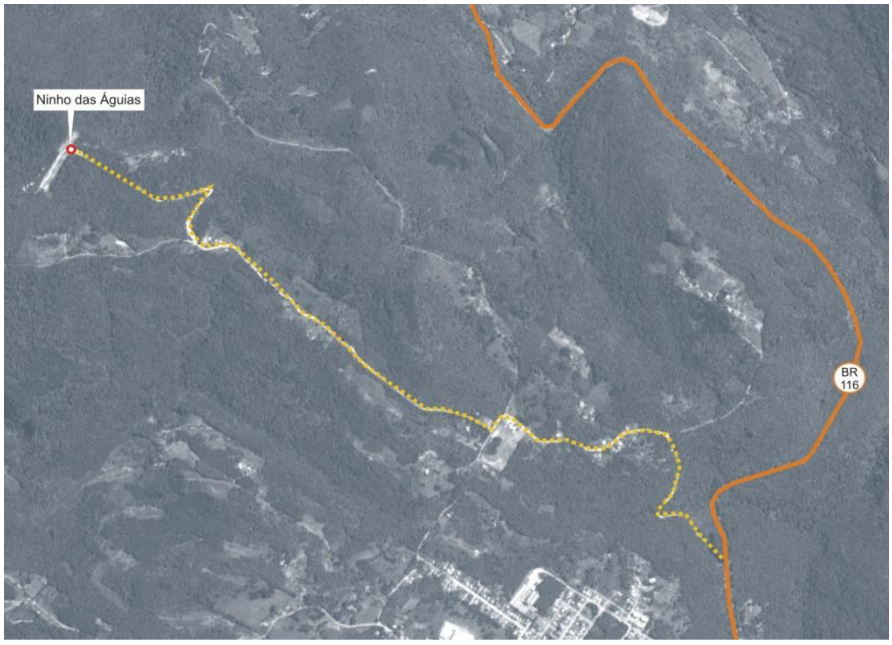
O principal acesso ao Ninho das águias pelo CT é feito a partir do centro urbano de Nova Petrópolis, onde é preciso usar a RS-235 para acessar a BR-116. A imagem a seguir mostra o entroncamento com a via de acesso direto (a direita da figura) ao Ninho das Águas e a BR-116 (sentido sul-norte) – na altura do km 181. Observa-se a carência de sinalização vertical de indicação. A atual geometria viária não corrobora para um acesso seguro.

FIGURA 17: ACESSO PELA BR-116 (SENTIDO SUL-NORTE).

Fonte: Google Earth.

Da BR-116 até a entrada do Ninho das Águias, o percurso é feito por aproximada 5 km de via sem pavimento asfáltico em condições regulares , conforme a imagem a seguir.

FIGURA 18: LOCALIZAÇÃO DO NINHO DAS ÁGUIAS A PARTIR DA BR-116.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

PRAÇA DAS FLORES

A Praça das Flores está localizada no centro urbano de Nova Petrópolis em um ponto de ótima acessibilidade, ás margens da Av. Quinze de Novembro – trecho urbano da RS-235 em Nova Petrópolis.

Conforme a figura abaixo, a praça é delimitada pelas vias urbanas. Há vagas de estacionamento setorizadas ao longo dessas vias – espaços destinados a táxi, motos e ônibus turístico. Em época de alta temporada, tanto o número de carros como o de ônibus fretados aumentam a demanda por vagas.

FIGURA 19: ACESSO À PRAÇA DAS FLORES.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

FOTO 2: ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS DE TURISMO AO LONGO DA AV. QUINZE DE NOVEMBRO.

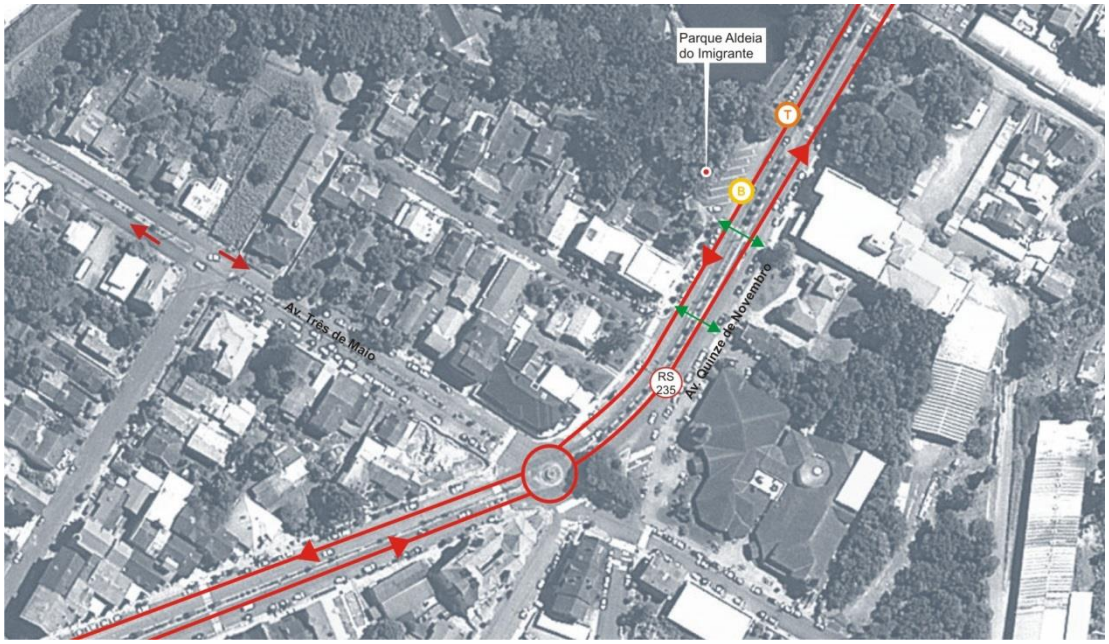
Fonte: ITEC.

Nas quatro extremidades da praça há um conjunto de faixas de pedestres que está representado pelas setas verdes na imagem anterior. O acesso pelas faixas de pedestres possui rampas e piso tátil. Apesar disso, falta complementação para adaptação ideal da acessibilidade universal.

PARQUE ALDEIA DO IMIGRANTE

Acerca de 600 m da Praça das Flores, seguindo pela Av. Quinze de Novembro no sentido norte-nordeste, encontra-se a entrada para o Parque Aldeia do Imigrante. A avenida possui faixa de pedestres e calçadas. A frente do portão de entrada há estacionamento reservado para ônibus e ao longo da avenida há vaga para táxi e demais veículos.

FIGURA 20: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ALDEIA DO IMIGRANTE.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

PINHEIRO MULTISSECULAR

O acesso ao Pinheiro Multissecular é feito por estrada não asfaltada que se liga a RS-235, na altura do quilômetro sete, conforme imagem a seguir.

FIGURA 21: LOCALIZAÇÃO DO PINHEIRO MULTISSECULAR.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

A imagem a seguir mostra a altura do km 7da RS-235, onde á direita encontra-se a via não pavimentada que dá acesso ao Pinheiro Multisecular e à Praça Theodor Amstad. Há carência de sinalização vertical de indicação (isso inclui a sinalização turística). A sinalização horizontal pode ser aprimorada para melhorar o acesso.

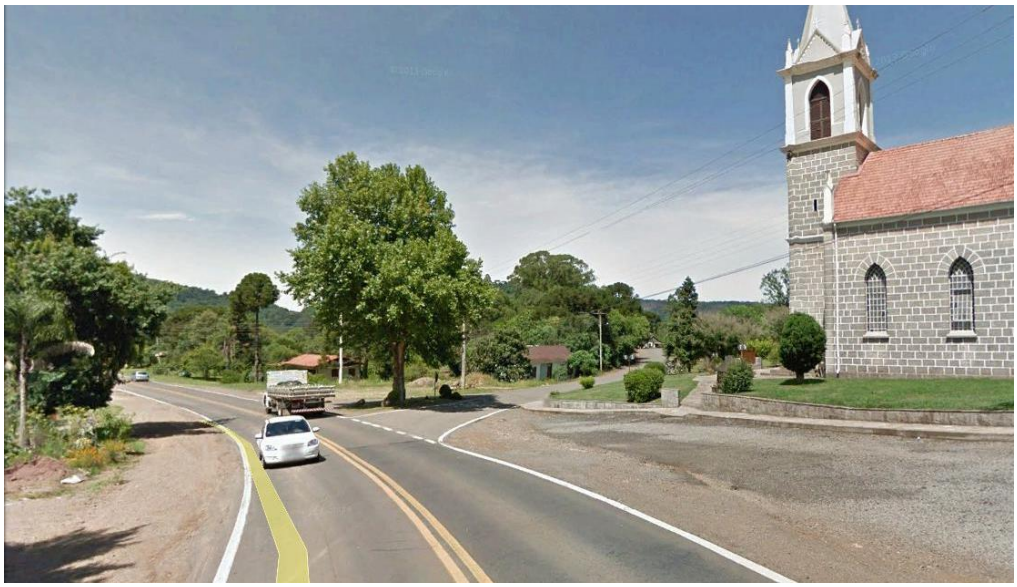
FIGURA 22: ACESSO AO PINHEIRO MULTISSECULAR PELA RS-235.

Fonte: Google Earth.

MONTE MALLAKOFF

O Monte Mallakoff está localizado na porção norte do município de Nova Petrópolis. A principal via de acesso é a RS-235. A partir dessa rodovia, segue o caminho por via sem pavimentação asfáltica até a chegada ao monte. Na rodovia, a Igreja de pedra á margem da RS-235 se torna referência para a localização da entrada do monte, conforme imagem a seguir.

FIGURA 23: ACESSO JUNTO A RS-235.



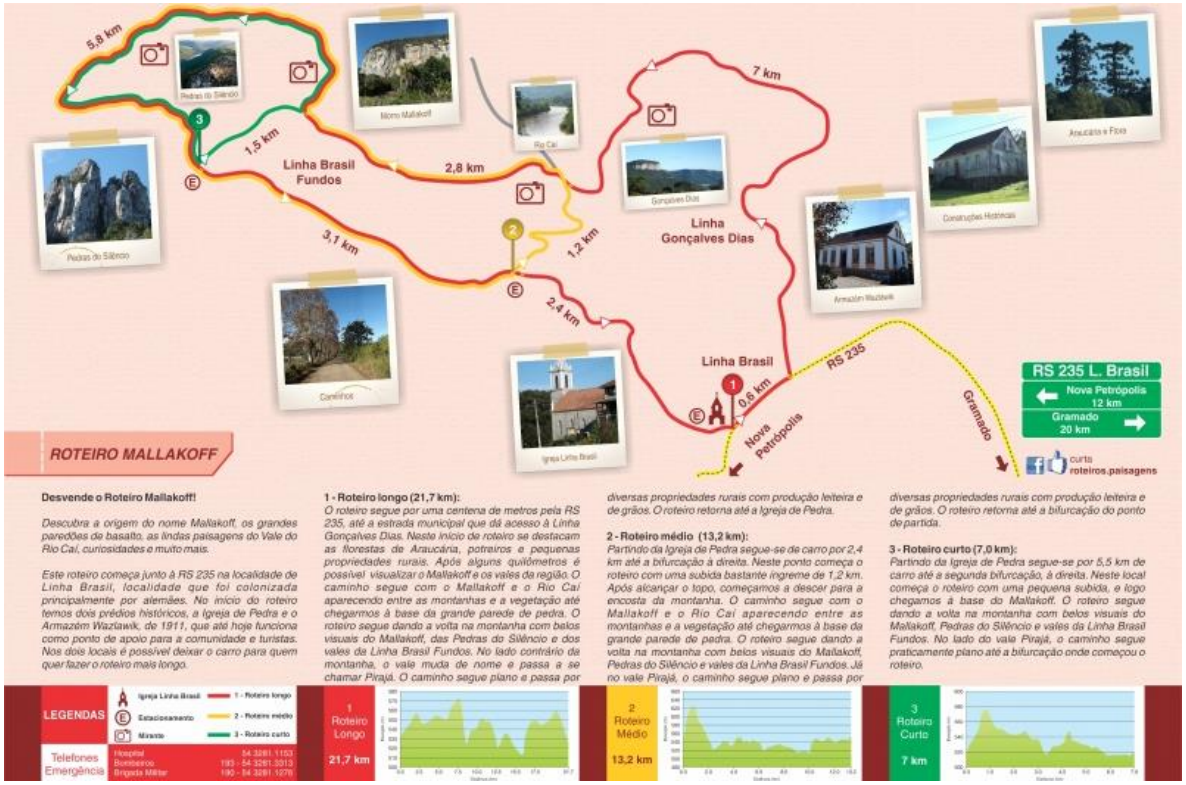
Fonte: Google Earth.

A sinalização vertical de indicação é carente. Mas nas proximidades do Monte Malacoff há sinalização padronizada. A foto a seguir está localizada no início do caminho dos roteiros. Ela dá informações gerais do atrativo e explica como seguir viagem a partir da indicação de três roteiros - Roteiro Médio, Roteiro Longo e Roteiro Pequeno. Apesar da existência da sinalização, a comunicação visual utilizada não se encontra adequada em algumas placas em relação ao tamanho de fonte, cor de fonte e outros. Assim, pode comprometer a orientação do usuário.

FOTO 3: PLACA INFORMATIVA DO MONTE MALAKOFF.

Fonte: ITEC.

FIGURA 24: ROTEIRO MALLAKOFF.



Fonte: Prefeitura de Nova Petrópolis.[3]

[3] Fonte: http://www.novapetropolis.rs.gov.br/servicos_detalhe.php?id=288

PANELÃO

O acesso ao Panelão é efetuado pela rodovia RS-235. A partir desta, o acesso continua através de estrada de terra em más condições. No ponto de parada para a trilha a pé, não há infraestrutura adequada para fácil acesso, tornando o local inseguro e de difícil acesso para muitas pessoas.

FIGURA 25: LOCALIZAÇÃO DO PANELÃO A PARTIR DA RS-235.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

Há carência de sinalização indicativa na RS-235. Há acostamento que sinalizado que facilita o acesso rodoviário à estrada de terra que dá acesso direto ao atrativo, conforme a imagem a seguir.

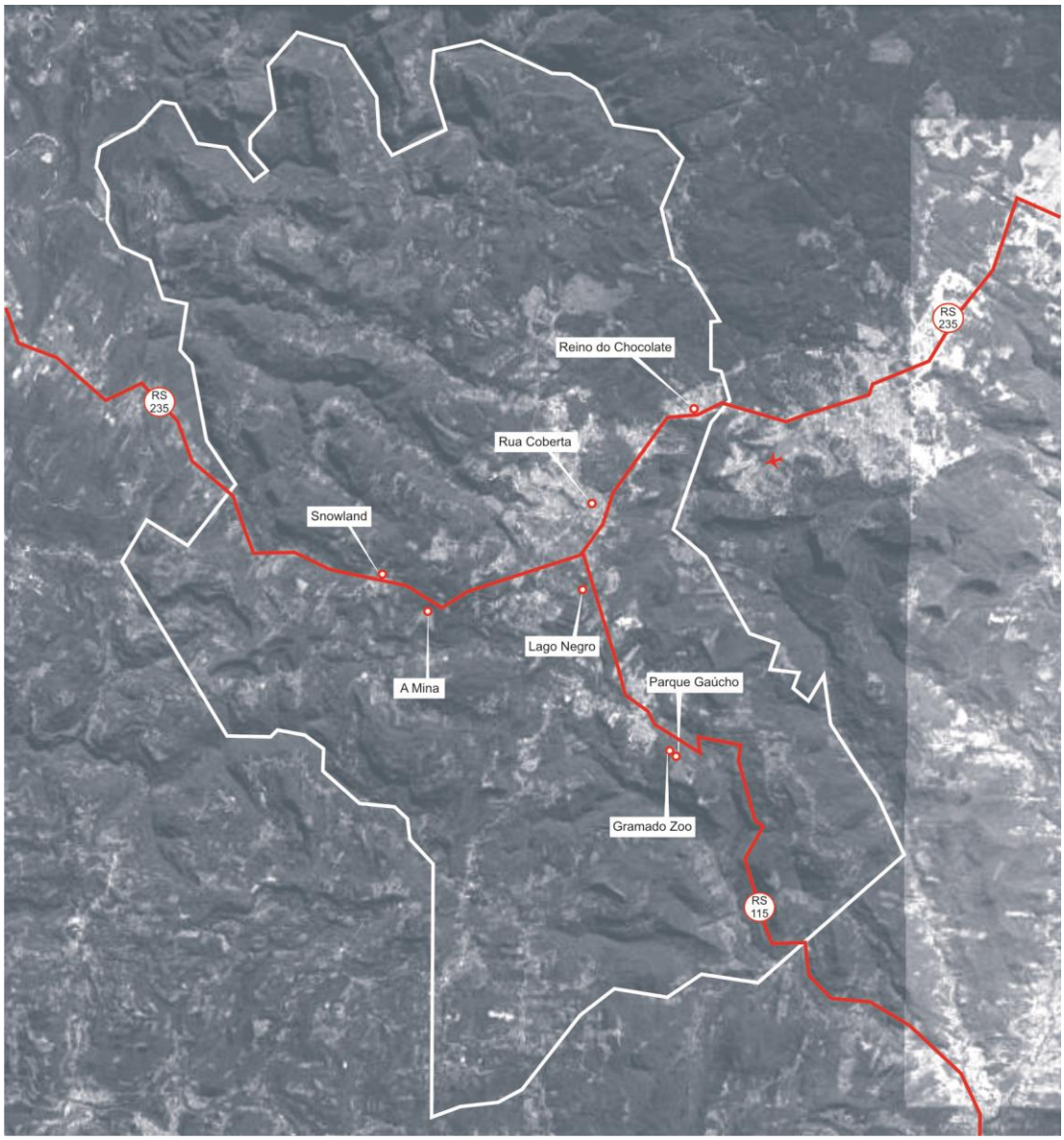
FIGURA 26: ENTRONCAMENTO DA RS-235 COM A ESTRADA DE TERRA.

Fonte: Google Earth.

1.2.6 Gramado

No município de Gramado encontra-se a interseção da RS-235 e RS-115. Observa-se na imagem a seguir que todos atrativos de Gramado estão localizados perto das rodovias do CT. Observa-se também que o aeródromo de Canela está localizado próximo a Gramado, sendo muito utilizado por esse município.

FIGURA 27: ACESSOS AOS ATRATIVOS DE GRAMADO.



Fonte da imagem: Google Earth.

Na área urbana de Gramado há o uso de parquímetro para estacionamento nas vias mais movimentadas. Nas calçadas há a presença de rampas que visam à acessibilidade. A sinalização turística apresenta uma identidade visual própria do município. Conforme imagem a seguir.

FOTO 4: SINALIZAÇÃO VERTICAL E PARQUÍMETRO.

Fonte: ITEC.

A seguir, a imagem apresenta a sinalização dos pontos de parada do *BusTour* – ônibus turístico que percorre o município. Em Gramado há também o típico Fumaçinha que também faz trajeto turístico por ônibus com pontos de parada espalhados pela cidade.

FOTO 5: INFORMAÇÕES NO PONTO DE PARADA DO BUSTOUR.

Fonte: ITEC.

SNOWLAND

Este atrativo possui acesso direto pela RS-235. Há sinalização indicativa do próprio empreendimento e estacionamento amplo gratuito em boas condições. O acesso ao edifício possui rampas para o acesso aos cadeirantes.

FOTO 6: ESTACIONAMENTO DO ATRATIVO.

Fonte: ITEC

A MINA

Para chegar a Mina passa-se pela rodovia RS-235 para chegar a via de acesso direto ao atrativo. Esta via possui pavimentação asfáltica recente. Há carência de sinalização vertical de indicação na rodovia.

FIGURA 28: LOCALIZAÇÃO DA A MINA.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

O estacionamento interno não possui pavimentação asfáltica, apenas brita.

FIGURA 29: ESTACIONAMENTO DO ATRATIVO.

Fonte: ITEC

LAGO NEGRO

Esse atrativo está localizado entre a R. Casa da Juventude e R. 25 de Julho. O Lago Negro é um atrativo muito visitado no município, demandando maiores áreas de estacionamento que ocorrem ao longo dessas vias.

FIGURA 30: LOCALIZAÇÃO DO LAGO NEGRO.

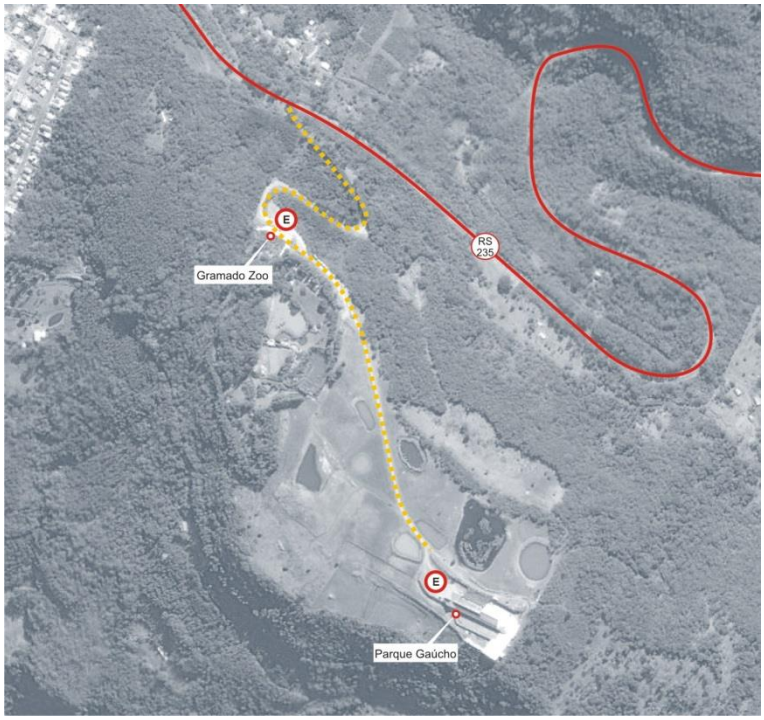
Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

FOTO 7: ESTACIONAMENTO EM FRENTE A ENTRADA DO LAGO NEGRO.

Fonte: Google Earth

GRAMADO ZOO E PARQUE GAÚCHO

FIGURA 31: LOCALIZAÇÃO DO GRAMADO ZOO E DO PARQUE GAÚCHO.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

O acesso aos dois atrativos é feito pela RS-235. O acesso direto ocorre por via não pavimentada. A seguir, fotos dos estacionamentos, com pontos em más condições.

FOTO 8: ESTACIONAMENTO COM BRITA.

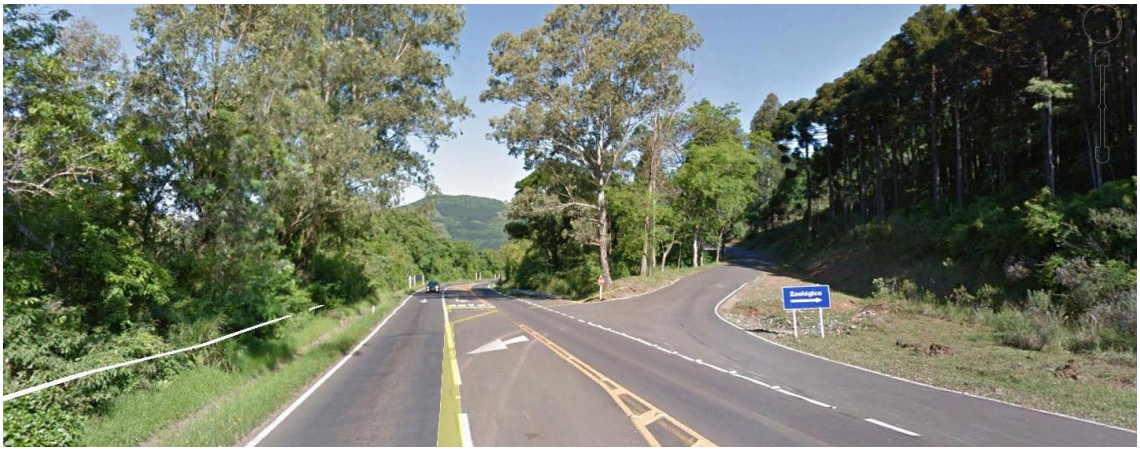
Fonte: ITEC

FOTO 9: ESTACIONAMENTO DO PARQUE GAÚCHO.

Fonte: ITEC

Há sinalização indicativa na rodovia, conforme a foto a seguir. No entroncamento das vias há sinalização horizontal que organiza o acesso aos atrativos.

FOTO 10: ACESSO AOS ATRATIVOS PELA RODOVIA.



Fonte: Google Earth.

RUA COBERTA

A Rua Coberta possui acessibilidade privilegiada pois está no centro da cidade e próxima a outros atrativos. A rua é fechada para veículos, podendo os pedestres transitarem livremente. Há estacionamento ao longo das vias ao redor do atrativo.

FIGURA 32: LOCALIZAÇÃO DA RUA COBERTA.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

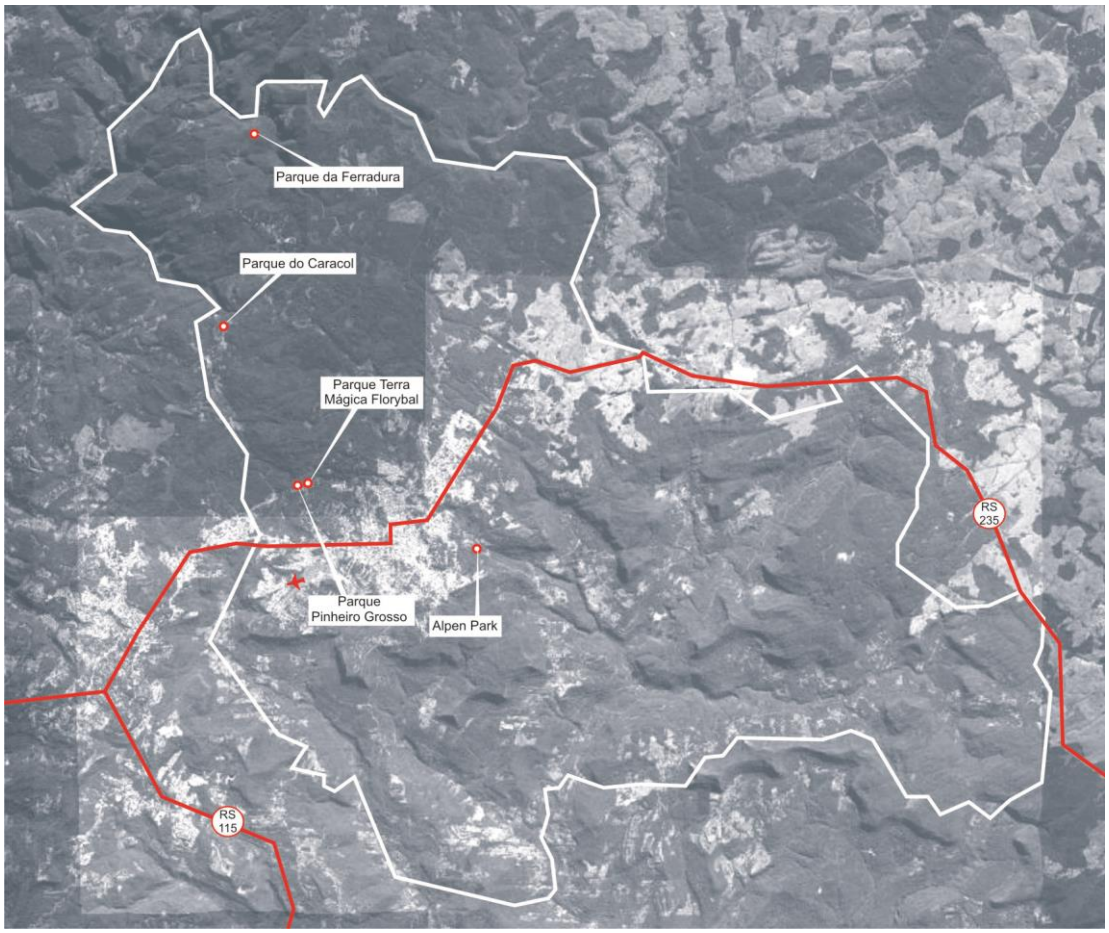
REINO DO CHOCOLATE

O Reino do Chocolate possui acesso facilitado por ser direto pela rodovia RS-235 (Av. das Hortênsias). Possui estacionamento gratuito a frente do edifício, com acesso a cadeirantes.

1.2.7 Canela

A via estrutural de Canela é referente ao trecho da RS-235 que corta o município. A partir dessa rodovia é possível acessar todos os atrativos de Canela, inclusive o aeródromo.

FIGURA 33: ACESSOS AOS ATRATIVOS DE CANELA.



Fonte da imagem: Google Earth.

PARQUE DO CARACOL

O acesso ao parque é efetuado pela RS-466, que por sua vez é acessada pela RS-235. Há estacionamento reservado para ônibus turístico ao longo da via. É disponibilizado estacionamento no interior do Parque e algumas poucas vagas à frente da portaria de entrada.

FIGURA 34: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE DO CARACOL.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

Há sinalização vertical de indicação pela RS-466. A foto a seguir mostra o local destinado aos ônibus que visa organizar o trânsito visto o grande número de ônibus turísticos.

FOTO 11: ESTACIONAMENTO PARA ÔNIBUS.

Fonte: ITEC

No interior do parque há carência de infraestrutura destinada a pedestres e principalmente com falta de padrões de acessibilidade universal, conforme a foto a seguir que mostra um obstáculo na calçada e rampa com inclinação fora dos padrões e em más condições.

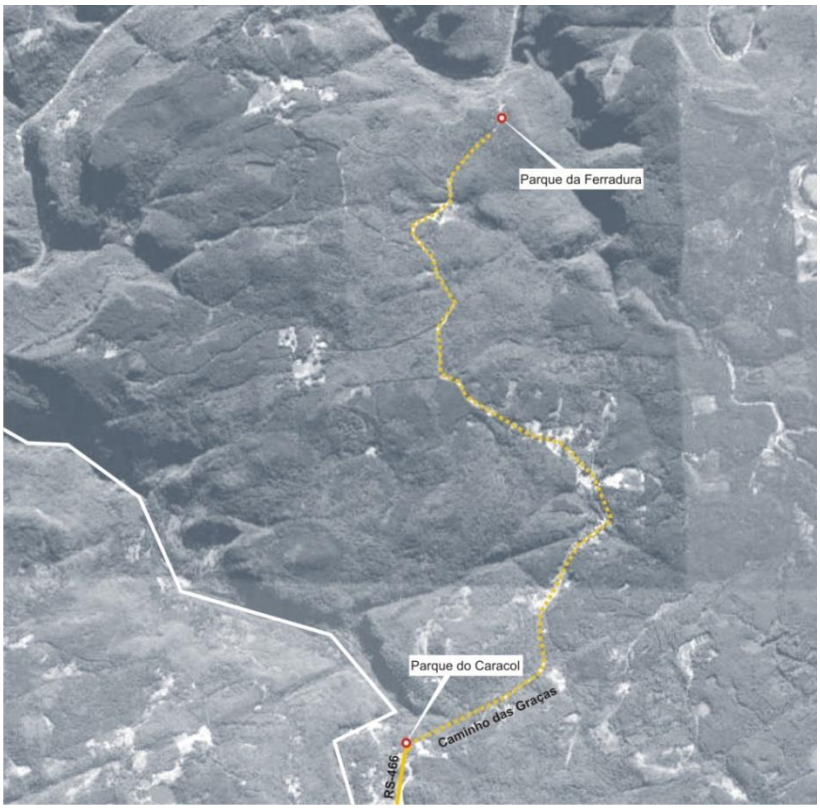
FOTO 12: OBSTÁCULOS NO INTERIOR DO PARQUE.

Fonte: ITEC

PARQUE DA FERRADURA

A partir do Parque do Caracol, o acesso ao parque da Ferradura é feito por via não pavimentada conhecida como Caminho das Graças. A foto a seguir mostra trecho da via de acesso.

FIGURA 35: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE DA FERRADURA.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

FOTO 13: VIA DE ACESSO AO PARQUE DA FERRADURA.

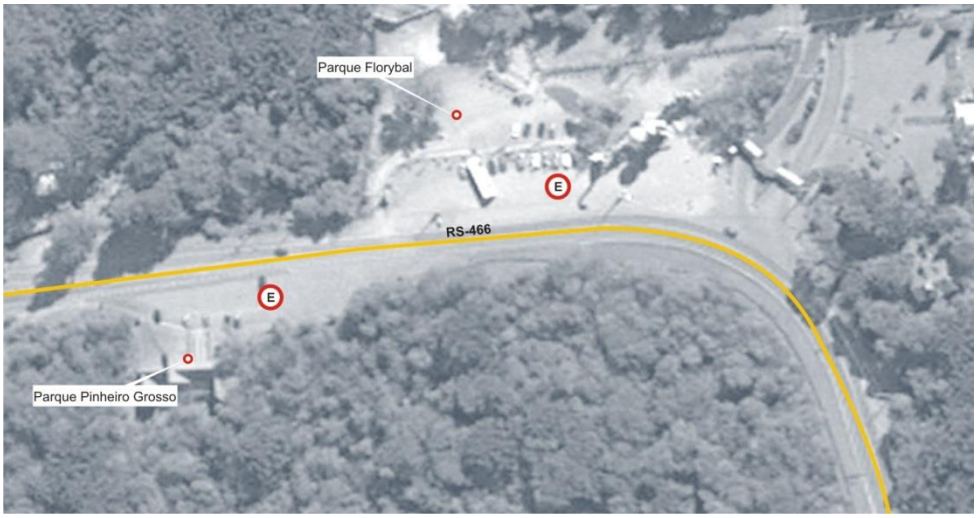
Fonte: ITEC

Há estacionamento no interior do parque. O acesso ao mirante não possui facilidade de acesso de pessoas com dificuldade de locomoção.

PARQUE TERRA FLORYBAL E PARQUE PINHEIRO GROSSO

A imagem abaixo mostra a proximidade dos dois atrativos. O acesso acontece pela RS-466. Há estacionamento ao longo da rodovia. No Florybal há estacionamento interno.

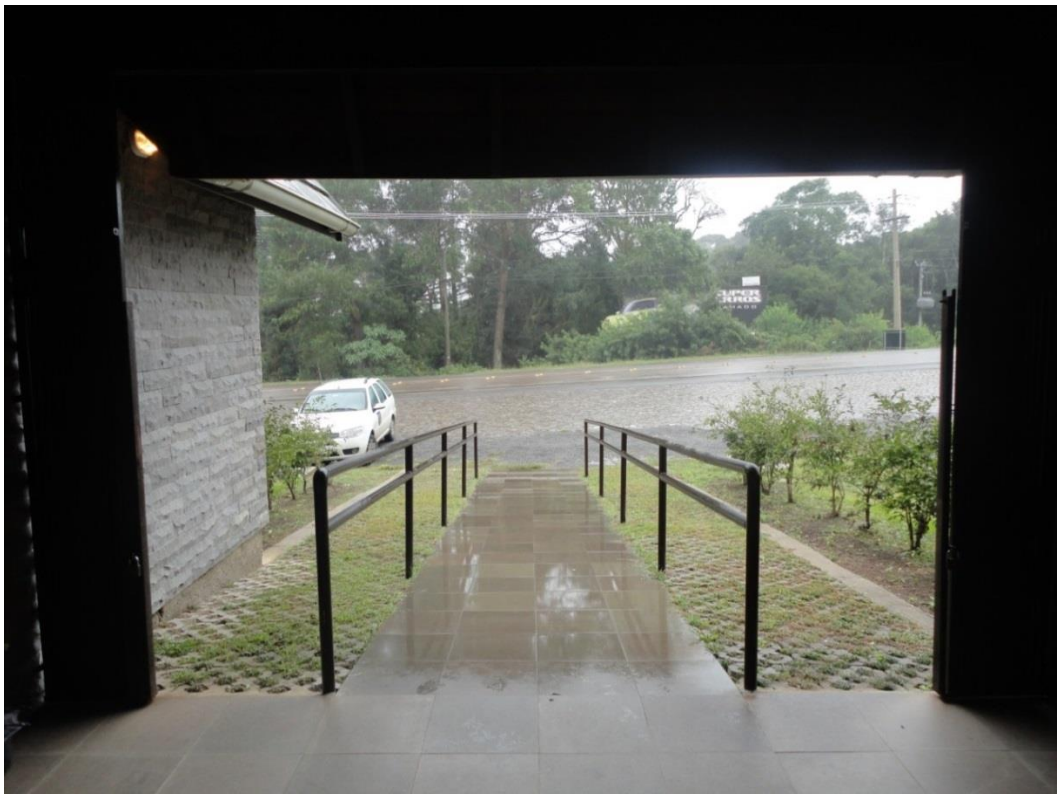
FIGURA 36: LOCALIZAÇÃO DOS PARQUES.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

A imagem a seguir mostra a rampa de acesso em frente ao estacionamento do Parque Pinheiro Grosso.

FOTO 14: ACESSO POR RAMPA AO PARQUE PINHEIRO GROSSO.



Fonte: ITEC

ALPEN PARK

A partir da RS-235 é possível acessar o Alpen Park através da R. São João que segue como Estrada São João. Há estacionamento interno.

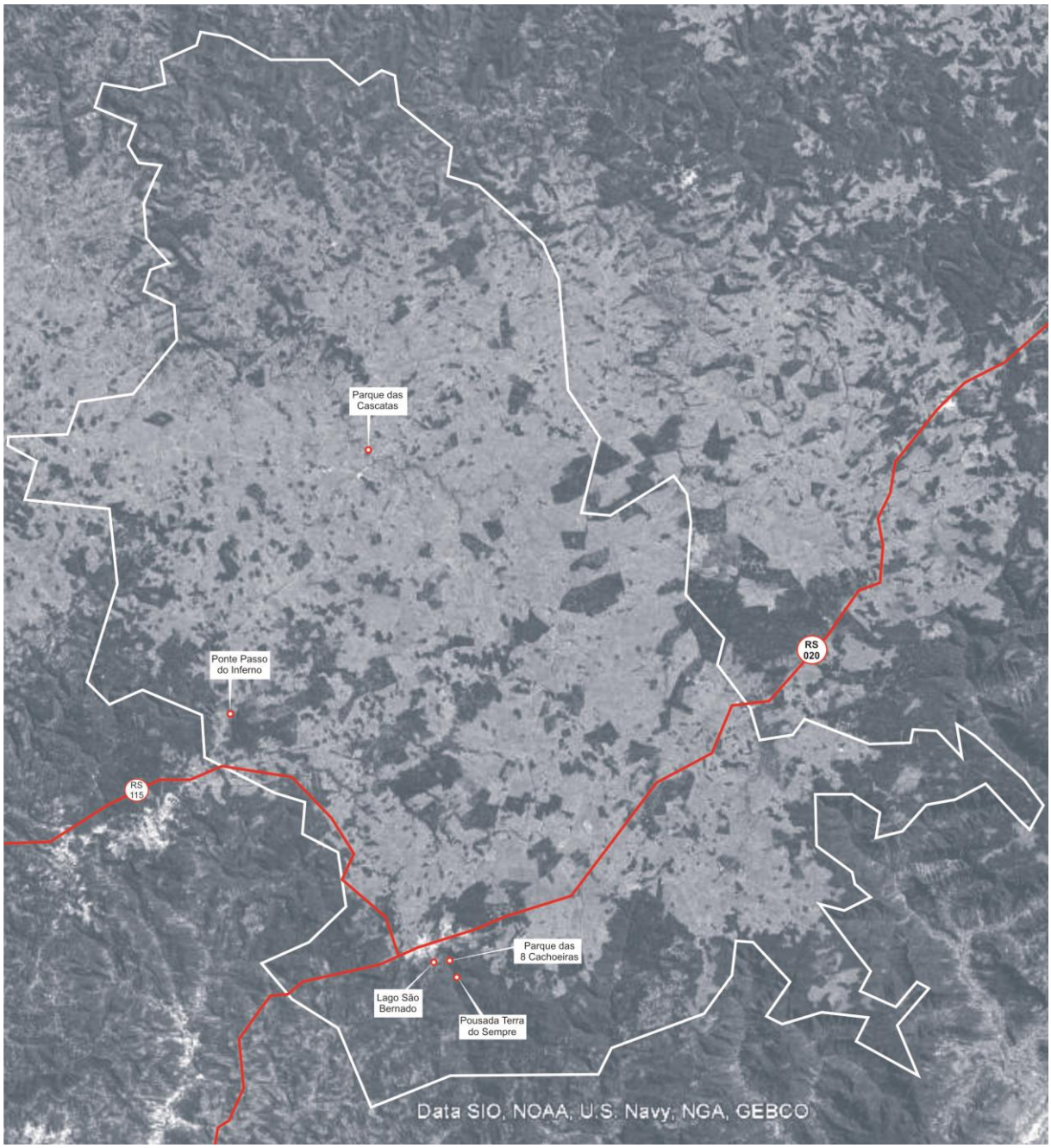
FIGURA 37: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

1.2.8 São Francisco de Paula

Na área urbana de São Francisco de Paula se localiza o entroncamento da RS-020 e RS-115. Ao sul da RS-020 é possível o acesso ao Lago São Bernardo, Pousada Terra do Sempre e Parque das 8 Cachoeiras. O acesso principal da Ponte Passo do Inferno pela RS-115. O Parque das Cascatas está localizado ao norte do município.

FIGURA 38: ACESSOS AOS ATRATIVOS NOVA PETRÓPOLIS.



Fonte da imagem: Google Earth.

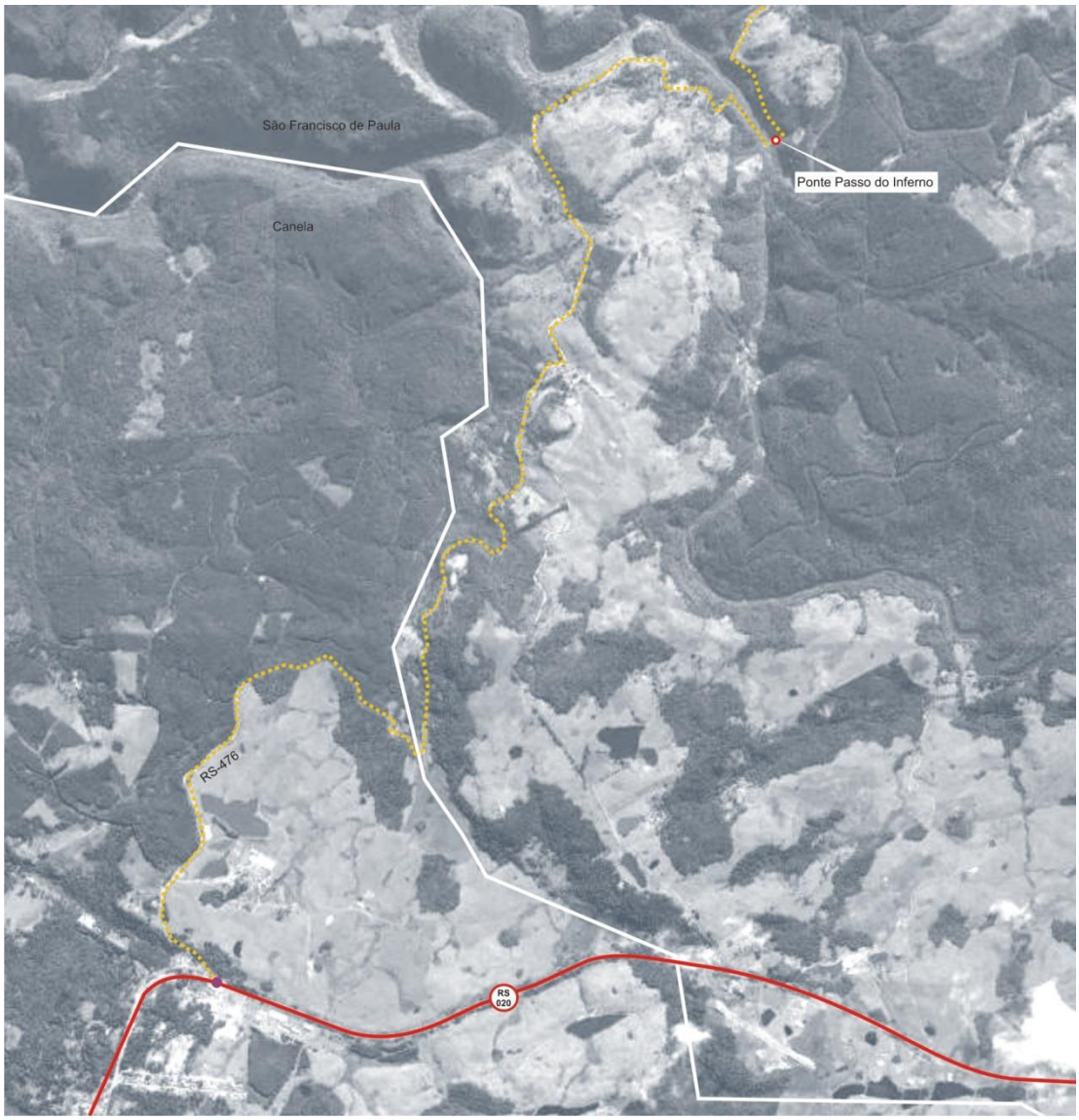
PONTE PASSO DO INFERNO

Pela RS 110, rumo a Bom Jesus (estrada de terra), a estrada cruza um vale com cachoeiras, matas e penhascos. Ponte de ferro, construída em 1935, com vão de 74 metros e sem pilares, completa o cenário do Passo do Inferno. Visitação permanente e gratuita.[4]

A ponte funciona como mirante e necessita de manutenção do pavimento.

[4] Fonte: http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/cid_saochico/atrativos_int.php?id=42

FIGURA 39: LOCALIZAÇÃO DO ATRATIVO.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

FOTO 15: PONTE DO PASSO DO INFERNO.

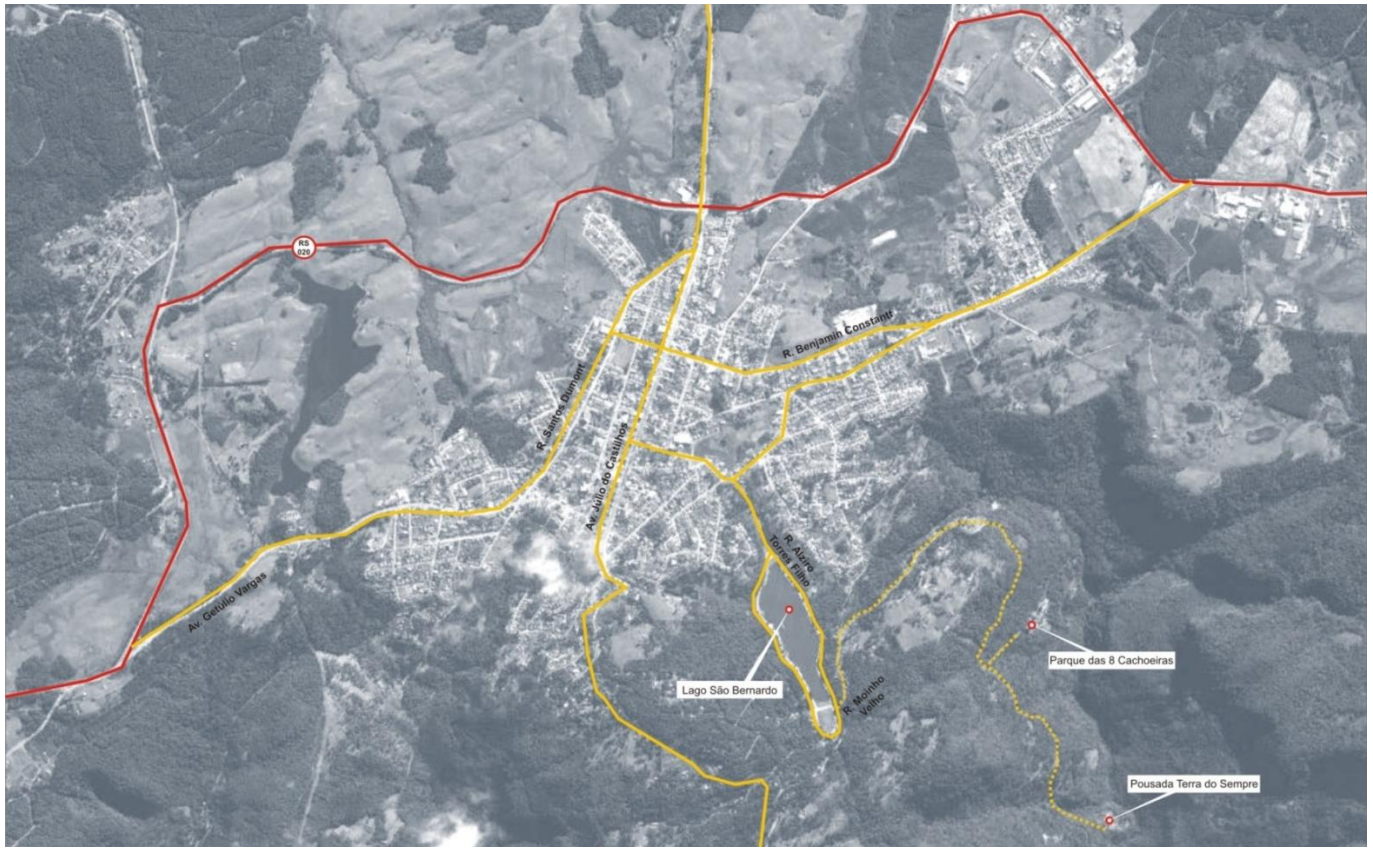
Fonte: ITEC

LAGO SÃO BERNARDO, POUSADA TERRA DO SEMPRE E PARQUE DAS OITO CACHOEIRAS

O Lago São Bernardo é referência do município e encontra-se no centro urbano. As margens do lago possuem acesso para pedestres e veículos. Possuem ambiente de parque, com paisagismo, fácil acesso e locais de descanso e prática de exercícios. Possui pavimento em blocos, fator que inibe a velocidade dos veículos e proporciona melhor segurança para pedestres e ciclistas.

Já a Pousada Terra do Sempre e o Parque das Oito Cachoeiras são acessados por via de terra (apresenta muitas pedras na via), a partir do Lago São Bernardo, em péssimas condições de acesso.

FIGURA 40: LOCALIZAÇÃO DO LAGO SÃO BERNARDO, PARQUE DAS 8 CACHOEIRAS E POUSADA TERRA DO SEMPRE.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

PARQUE DAS CASCATAS

A partir do centro do município, o Parque das cascatas possui acesso não pavimentado pela RS-476. Também é possível acessá-lo pela RS-453 a partir da RS-020, o acesso. Conforme a imagem a seguir.

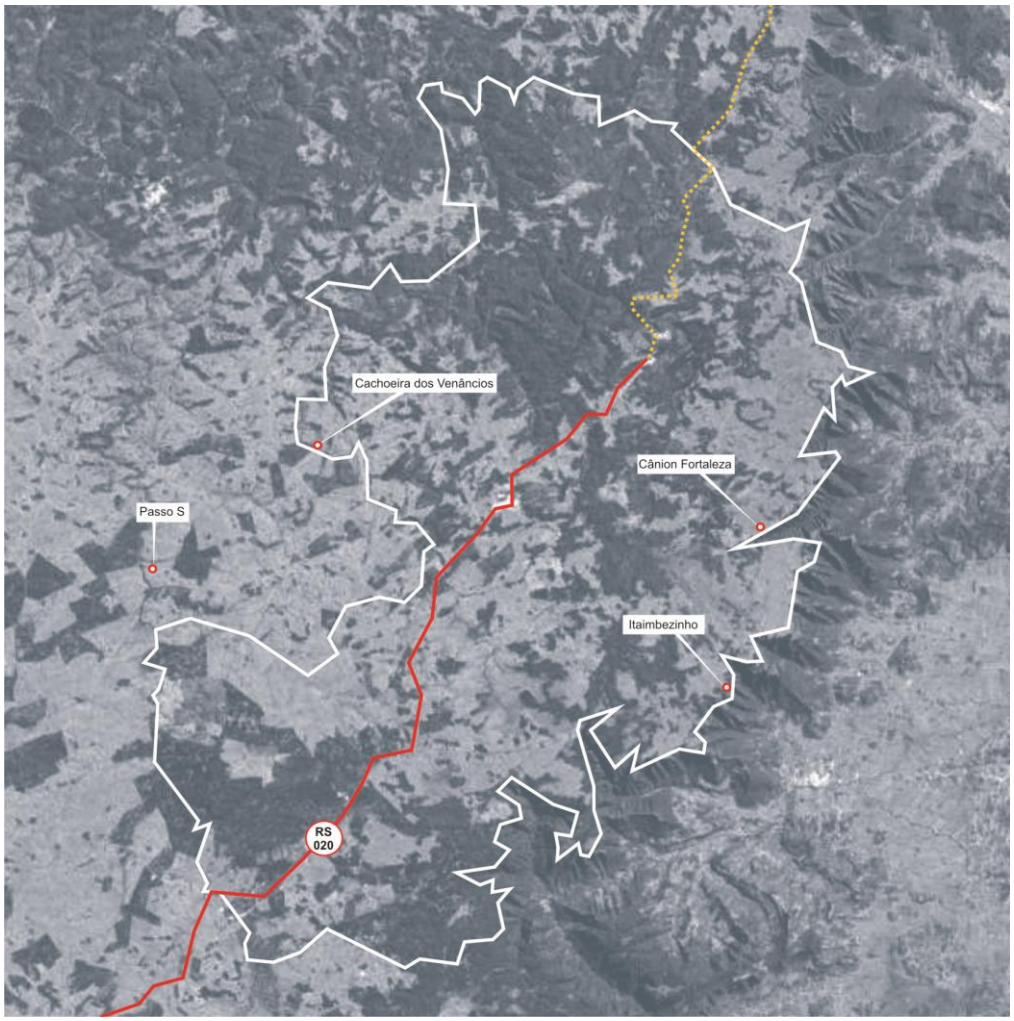
FIGURA 41: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE DAS CASCATAS.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

1.2.9 Cambará do Sul

A RS-020 corta transversalmente o município de Cambará do Sul. Ao norte, a rodovia passa a ser não pavimentada, porém, em processo de pavimentação, ou seja, em obras. Observa-se na imagem a seguir que os atrativos estão localizados próximo aos limites municipais. Sendo o atrativo Passo S localizado no município vizinho de Jaquirana.

FIGURA 42: ACESSOS AOS ATRATIVOS DE CAMBARÁ DO SUL.



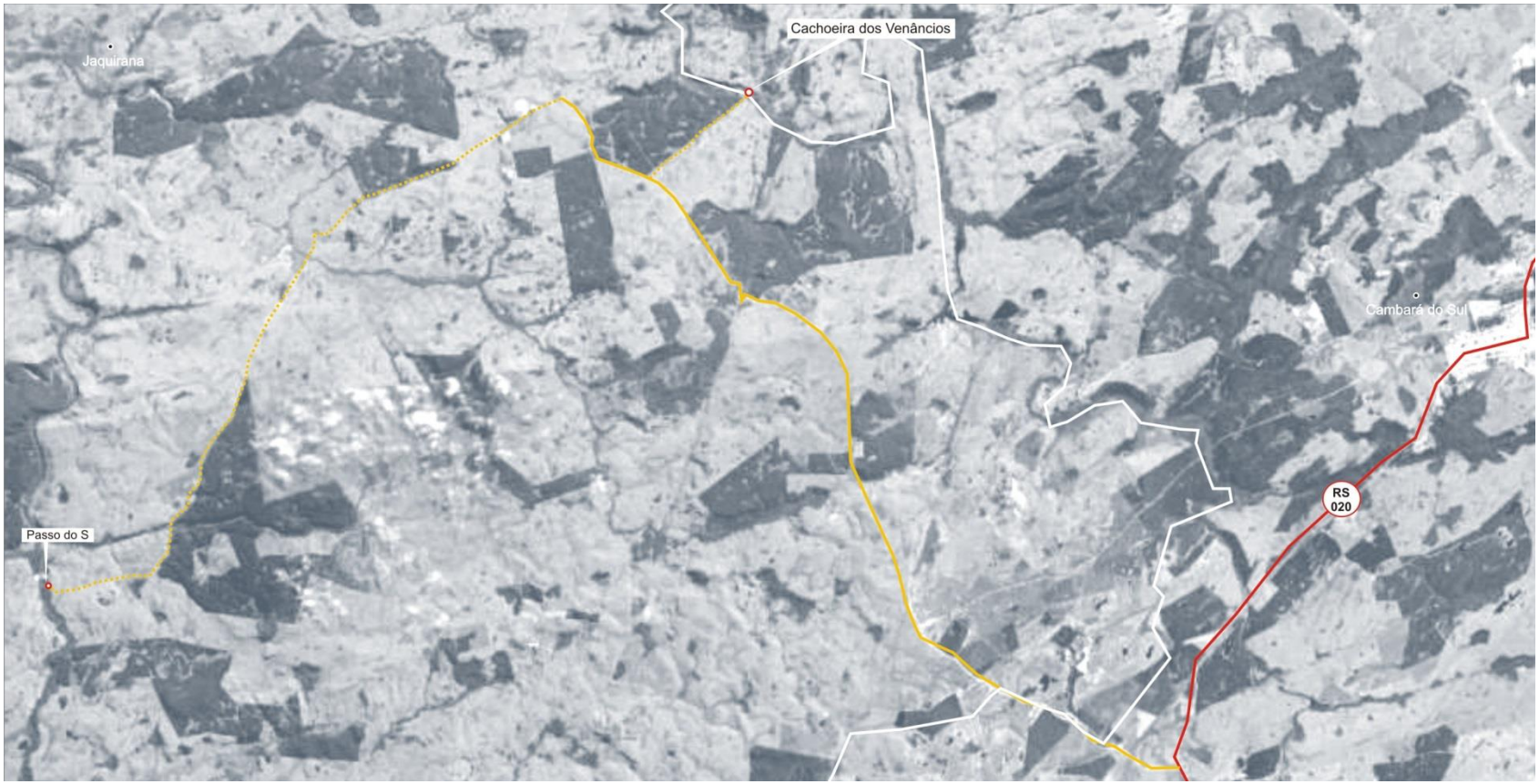
Fonte da imagem: Google Earth.

PASSO S E CACHOEIRA DOS VENÂNCIOS

O Passo S está localizado no município de Jaquirana. O acesso via Cambará do Sul é feito a partir da RS-020. A estrada de acesso não é pavimentada e em péssimas condições. No Rio Tainhas, quando em seu nível normal, a travessia pode ser feita a pé, por automóvel, a cavalo. Para isso, é preciso que o percurso seja feito com cuidado e segurança.

A Cachoeira dos Venâncios está localizada na divisa dos municípios de Jaquirana e Cambará do Sul. Considerando o percurso pelo corredor proposto, o acesso é feito pela RS-020 e após por via não pavimentada.

FIGURA 43: ACESSO A CACHOEIRA DOS VENÂNCIOS E AO PASSO DO S.



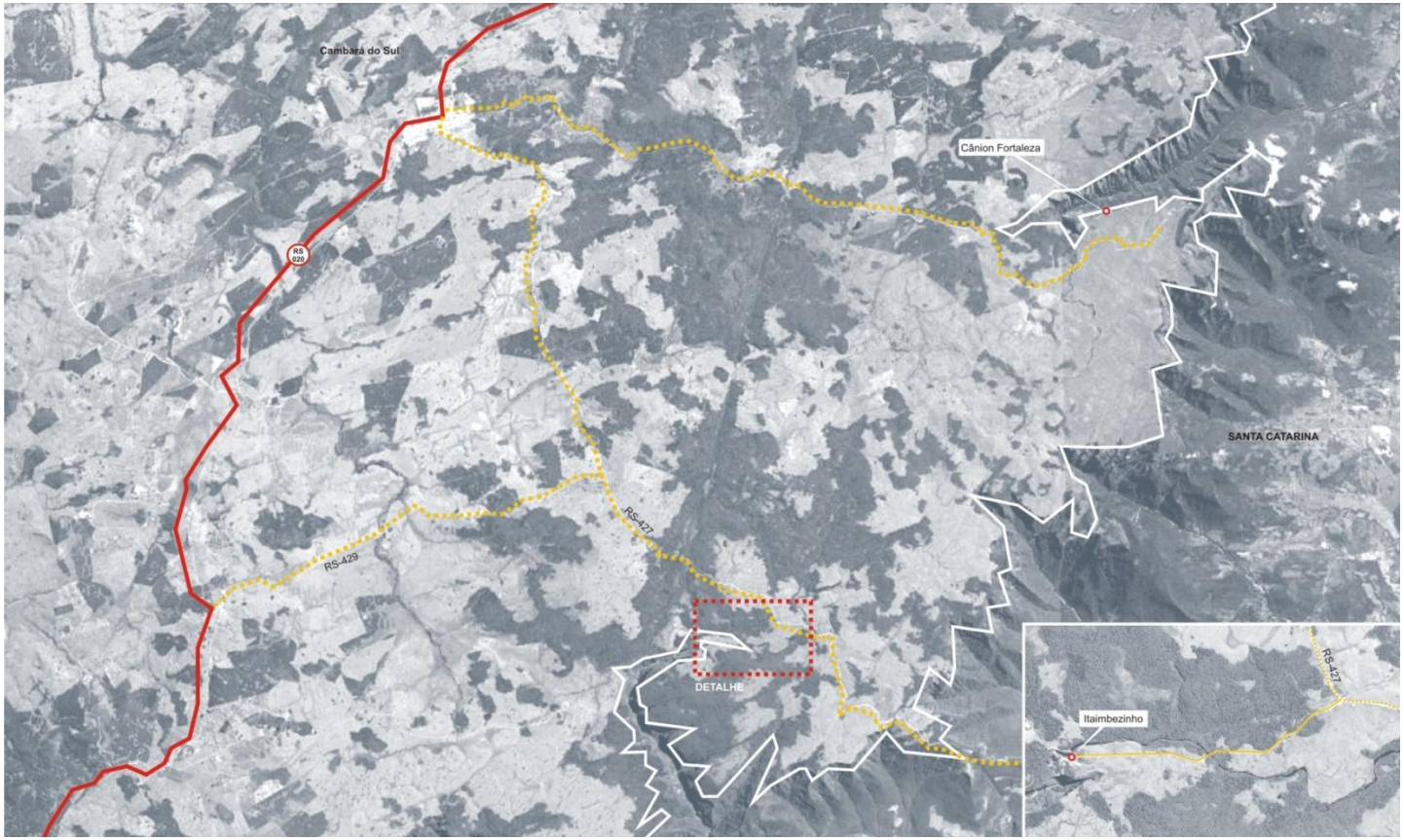
Fonte da imagem: Google Earth.

ITAIMBEZINHO E CÂNION FORTALEZA

O Itaimbezinho possui acesso a partir do centro de Cambará do Sul e é feito por meio da RS – 429 – via não pavimentada, conforme detalhe da imagem a seguir. No acesso direto, a partir dessa rodovia, a via encontra-se com pavimento asfáltico até o centro de visitantes – obra realizada com recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo.

Há amplo estacionamento no acesso ao centro de visitantes. Para isso, o valor a ser pago é de R$10,00 para ônibus e R$5,00 para carros. Outro acesso muito utilizado é via Praia Grande (SC), nesse caso, a via de referência é a BR-101.

FIGURA 44: LOCALIZAÇÃO DO ITAIMBEZINHO E CÂNION FORTALEZA.



Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

O Parque Nacional da Serra Geral está localizado na divisa com Santa Cataria. O principal acesso via Cambará do Sul[5] é feito por meio de via não pavimentada com trechos em condições ruins.

A foto abaixo mostra o entroncamento da RS-427 com a via de acesso direto ao centro de visitantes do Parque Aparatos da Serra. Essa é a transição entre a rodovia não pavimentada e a via pavimentada interna do parque.

FOTO 16: ENTRADA PARA O PARQUE APARATOS DA SERRA.

Fonte: ITEC

A seguir, a foto mostra o padrão de sinalização vertical de indicação dos pontos turístico de Cambará do Sul. Nesse caso, a placa se localiza no início do percurso ao Cânion Fortaleza, a partir do centro de Cambará do Sul.

[5] Acesso pela CS-423. Fonte: http://www.cambaradosul.tur.br/ponto_turistico/canyon_fortaleza_parque_nacional_da_serra_geral-cambara_do_sul-21-1-4-8.html

FOTO 17: SINALIZAÇÃO TURÍSTICA EM CAMBARÁ DO SUL.

Fonte: ITEC

1.2.10 São José dos Ausentes

Em São José dos Ausentes encontra-se o entroncamento da RS-020 (em pavimentação) com o trecho não pavimentado da BR-235. Os atrativos estão ao norte do município, sendo que o Pico e Cânion Monte Negro estão na divisa do município gaúcho com Santa Catarina.

FIGURA 45: ACESSOS AOS ATRATIVOS DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES.

Fonte da imagem: Google Earth.

DESNÍVEL DOS RIOS, CACHOEIRÃO DOS RODRIGUES E PICO CÂNION MONTE NEGRO

Os atrativos turísticos de São José dos Ausentes estão localizados ao norte do município. O principal acesso se dá partir do entroncamento da BR-285 no perímetro urbano de São José dos Ausentes. A partir desse ponto, o caminho é feito por estrada de terra (apresenta muitas pedras na via). Após aproximadamente 18 km, a estrada se bifurca e a direita se encontra o acesso ao Pico Monte Negro e a esquerda, o Cachoeirão dos Rodrigues e Desnível dos Rios. O percurso pela estrada permite o vislumbre de belas paisagens.

Há sinalização indicativa ao longo do percurso pela estrada de terra. Nesses casos, a sinalização indica os atrativos como Rota dos Campos de Cima da Serra. Mas há carência dessa sinalização na BR-285, o que pode causar dúvidas durante o acesso.

No trajeto ao Pico Montenegro, a estrada passa pelos distritos de Silveira e Lajeadinho. O Desnível dos Rios e o Cachoeirão dos Rodrigues estão localizados em propriedades

particulares, mas o acesso é gratuito. É possível estacionar na propriedade e seguir percurso a pé.

A figura a seguir mostra o acesso aos atrativos feito a partir da BR-285 no aglomerado urbano de São José dos Ausentes.

FIGURA 46: ACESSO AOS ATRATIVOS.

Elaborado pela ITEC. Fonte da imagem: Google Earth.

As fotos abaixo mostram o registro ao longo das vias de acesso direto aos atrativos de São José dos Ausentes.

FOTO 18: SINALIZAÇÃO COM LOCALIZAÇÃO DE ATRATIVOS.

Fonte: ITEC

FOTO 19: SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA PICO DO MONTE NEGRO.

Fonte: ITEC

1.3 NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

Devido às diferentes características nos aspectos ambientais, sociais e econômicos dos 12 municípios que compõem a área de estudo, bem como os diferentes atrativos e produtos oferecidos é necessário fazer uma análise procurando agrupá-los em função de suas similaridades e seus potenciais em todos esses aspectos.

Porto Alegre, como sede do governo estadual, possui maior infraestrutura e oferta de serviços em todos os aspectos que os demais, tendo como maior potencial o Turismo de Negócios e Eventos, mas com algumas deficiências também presentes na maioria das grandes cidades do Brasil, como a questão dos aeroportos e da mobilidade urbana. Em função da taxa média anual de ocupação hoteleira de 58,76% em 2012, conclui-se que ainda existe uma margem para crescimento sem a realização de grandes investimentos. Além do Turismo de Negócios e Eventos, em função da sua posição geográfica, entre o Lago Guaíba, a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, há um grande potencial para o desenvolvimento do turismo ligado aos esportes náuticos, radicais e de aventura.

No município de Viamão, ao sul de Porto Alegre, há o Parque Estadual do Itapuã, que por seus atrativos naturais possui um potencial para desempenhar um papel maior no turismo ecológico. Em função de sua posição geográfica, possui praias para uso público tanto no Lago Guaíba quanto na Lagoa dos Patos, dispondo de ampla estrutura física com instalações como churrasqueiras, banheiros e restaurantes, mas que carece de recursos humanos para gestão do parque e também financeiros para sua manutenção. Atualmente, somente a Praia das Pombas encontra-se aberta ao uso e visitação, com limite diário de 350 visitantes por dia, havendo ainda o potencial para a utilização das Praias da Pedreira e de Fora, caso haja o aporte de recursos humanos e financeiros, podendo ampliar consideravelmente seu limite de visitação, e com isso aumentar sua arrecadação com a venda de ingressos. O parque também possui um grande potencial para desenvolvimento de atividades voltadas à educação ambiental junto às instituições de ensino públicas e privadas da região.

Também na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, os municípios de Gravataí e Taquara tem um papel secundário no turismo da região, com atrativos mais voltados ao turismo rural e ecológico para população das regiões mais próximas, havendo um potencial para sua expansão. Pode-se também investir no apoio ao Turismo de Eventos e Negócios de Porto Alegre.

Os municípios de Três Coroas e Igrejinha além da oferta de esportes de aventura, como *rafting*, canoagem, rapel e ciclismo de montanha, entre outros, também possui como atrativo as indústrias e lojas de sapatos. O Templo Budista em Três Coroas também consiste em um atrativo que pode ser mais divulgado contribuindo no afluxo de turistas à região. Contudo, normalmente as pessoas não pernoitam nessas cidades. A associação do turismo de compras com o turismo de aventuras possui um potencial para aumentar a permanência dos turistas na região, possibilitando aumentar a receita com hospedagem e serviços. Para tanto, serão necessários investimento em meios de hospedagem e serviços para que o turista possa ser atendido com conforto e qualidade.

Com forte influência da colonização alemã, os municípios de Nova Petrópolis, Gramado e Canela, localizados nas encostas da face sul da Serra Gaúcha, são aqueles que atualmente possuem maior fluxo turístico, bem como de permanência, em função da grande quantidade e diversidade de produtos e atrativos que oferecem, ligados a temas como a cultura, a arquitetura e a culinária alemã, inverno, Natal, Festival de Cinema, Chocofest, além de produtos das regiões vizinhas como vinhos, roupas e calçados. Além de atrativos como parques ecológicos (Parque do Caracol e da Ferradura) e diversos parques temáticos (Snowland). Em determinados eventos e épocas do ano, a cidade de Gramado tem sua

lotação praticamente esgotada, aumentando muito sua população temporária, gerando transtornos desde engarrafamentos, dificuldade para alimentação, e hospedagem, saturação dos serviços de saúde e segurança, aumento no consumo de água, geração de efluentes e produção de resíduos sólidos. Com a saturação de Gramado, tanto Canela quanto Nova Petrópolis acabam atraindo excedentes dos turistas não comportados por Gramado, bem como aqueles que preferem uma cidade mais tranquila. Em Nova Petrópolis há o Parque Aldeia do Imigrante, que retrata o estilo de vida dos imigrantes alemães quando chegaram ao Brasil, como também o Ninho da Águia, onde são realizados esportes radicais, como voo livre e ciclismo de montanha, e que oferece bela vista da região no entorno.

Localizados na região conhecida como Campos de Cima da Serra, os municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes têm como seu maior potencial e atrativos turísticos suas áreas naturais com suas cachoeiras, florestas da Mata Atlântica, trilhas e campos. As fazendas e a lida do gado e dos carneiros também se constituem atrativos interessantes, atraindo turistas que desejam conhecer e desfrutar da vida nos hotéis fazenda da região. Enquanto em São Francisco de Paula e em São José dos Ausentes os atrativos localizam-se em propriedades particulares, em Cambará do Sul os parques nacionais é que são os maiores atrativos. Os Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral (Cânions do Itaimbezinho, Fortaleza, Churriado e Malacara) são áreas que atraem a maior quantidade de visitantes, mas que ainda tem o potencial para aumentar sua visitação caso sejam feitos investimentos em pessoal e infraestrutura. Municípios próximos à Cambará também possuem atrativos como a Cascata dos Venâncios e Passo do S (Parque Estadual de Tainhas) que podem também contribuir no aumento da visitação na região. A falta de divulgação faz com que muitos turistas de Gramado e Canela façam a visitação destas áreas em apenas um dia, não contribuindo no aumento da receita desses municípios com hospedagens e serviços.

1.4 CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

Analisando-se os principais riscos que podem ser causados por condições físicas, principalmente as climáticas, ou mesmo aquelas causadas pela falta ou deficiência dos serviços básicos, os alagamentos causados por chuvas fortes e intensas consistem no principal problema enfrentado por diversos municípios que compõem o CT Porto Alegre - Serra Gaúcha. Existem diversos relatos de alagamentos nos últimos anos, inclusive alguns muito recentes, nos municípios de Viamão, Porto Alegre, Gravataí, Taquara, Três Coroas, Igrejinha, Gramado e São Francisco de Paula. A localização desses municípios na baixada próxima ao Lago Guaíba com uma grande área de contribuição à montante, ou mesmo a localização nas regiões das encostas da face sul da Serra Gaúcha, dentro de vales encaixados, contribui para o aumento do potencial dos alagamentos nos municípios citados, sendo necessário ressaltar que as condições de drenagem são consideradas boas em quase todos eles, com exceção dos municípios de Taquara, Igrejinha e Três Coroas, onde a drenagem pluvial é considerada precária.

Para ilustrar o transtorno que os alagamentos podem provocar, além da falta temporária de energia elétrica, escorregamentos, inundação de residências e transtornos na circulação de veículos, recentemente as atrações musicais da *Fan Fest* do dia 13/06/2014 em Porto Alegre, evento da FIFA da Copa do Mundo 2014, tiveram que ser canceladas e adiadas em função das fortes chuvas. A Rodovia RS 020, utilizada como eixo do Corredor, já foi interrompida algumas vezes por alagamentos em Taquara.[6]

[6] http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/chuva-cancela-fan-fest-em-porto-alegre-nesta-sexta-feira.html

Porto Alegre é o município que possui o melhor atendimento em termos de serviços básicos, tanto em quantidade quanto em qualidade, suprindo ainda deficiências de municípios próximos, principalmente quanto aos serviços de saúde. Contudo, o Sistema de Esgotamento Sanitário em Porto Alegre e em todos os municípios do Corredor, não atendem a demanda atual, consistindo no principal problema em termos de saneamento básico de todo estado. Em Porto Alegre, que dispõe de capacidade de tratamento de esgotos instalada de 80%, apenas 62,1% da população conta com redes para a coleta dos esgotos sanitários, significando que um volume muito grande de esgotos domésticos acaba sendo lançado *in natura* nas drenagens e no Lago Guaíba, prejudicando seu potencial para desenvolvimento de esportes náuticos ao longo da orla de Porto Alegre.

Nos 11 municípios restantes a situação é ainda mais precária, pois em apenas 3 deles (Canela, Gramado e Gravataí) há algum atendimento em termos de coleta e o tratamento não chega a 40% do total de esgotos gerados em Gravataí, que possui o maior índice dos três. Nos 8 municípios restantes (Cambará do Sul, Igrejinha, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Taquara, Três Coroas e Viamão) não há tratamento dos esgotos gerados ou coletados (Igrejinha 2,9% e Viamão 1,2%). Este fato é bastante preocupante uma vez que parte desses esgotos são lançados em fossas sépticas e sumidouros, contribuindo para poluição das águas subterrâneas, enquanto o restante é lançado diretamente nas drenagens e cursos d'água, contribuindo com a poluição de diversos rios que possuem potencial para uso de atividades de aventura, com atividades de *rafting* e canoagem, e para balneabilidade. Como exemplo negativo pode-se citar o Arroio Caracol, na qual encontra-se o Parque do Caracol, com sua cachoeira exuberante, mas que possui forte odor desagradável em função dos esgotos domésticos e industriais lançados à montante do mesmo.

Apesar dos investimentos e melhorias que já vêm sendo implementadas nos municípios do CT, a gestão dos resíduos sólidos e os serviços de Limpeza Urbana ainda carecem de melhorias, tanto em programas e medidas para diminuir a quantidade média de lixo gerado pelas populações urbana e rural e pelas empresas, bem como um maior reaproveitamento e reciclagem do lixo gerado, sendo que os rejeitos finais gerados atualmente são dispostos em aterros sanitários ou controlados.

A participação de 6 municípios (Canela, Gramado, Igrejinha, São Francisco de Paula, Taquara e Três Coroas) no Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Pró-Sinos, cumprindo o que preconiza e é incentivado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010) irá melhorar a gestão de resíduos nesses municípios, sendo necessário considerar a possibilidade do aumento do turismo na região e qual o impacto nessa questão.

Quanto ao Sistema de Saúde, apenas São Jose dos Ausentes não possui nenhum hospital. A confiança quanto ao atendimento satisfatório de situações de risco e emergência na área de saúde podem ter uma influência positiva na atração de turistas para ambientes rurais e naturais mais afastados dos grandes centros urbanos.

Até a cidade de Canela a cobertura das redes de celular tem boa cobertura melhor, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais ao longo da RS 020. A partir do município de São Francisco de Paula, os sinais restringem-se praticamente ao perímetro das áreas urbanas, com diferenças no atendimento por cada operadora.

Não se identificou maiores problemas quanto a questão de Segurança Pública, mas seria necessária uma melhor avaliação no caso de um possível aumento temporário da população nestes municípios em função do incremento do turismo.

1.5 QUADRO INSTITUCIONAL

A análise do quadro institucional do CT Porto Alegre- Serra Gaúcha destaca as políticas públicas, a cooperação regional e o monitoramento do setor turístico.

Nesse sentido pode-se considerar os seguintes pontos com relação à gestão estadual para o turismo no Rio Grande do Sul:

- A Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul – SETUR/RS é um órgão bem estruturado fisicamente e funcionalmente. Quanto ao quadro de servidores, há a necessidade de contratação de pessoal com formações diferenciadas, de forma a atender a interdisciplinariedade que o turismo necessita, e cumprir os desafios lançados pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo 2012-2015.

- O Rio Grande do Sul, conforme citado no item anterior, também possui o Plano de Desenvolvimento do Turismo 2012-2015 que direcionam as ações e investimentos no estado neste período. Também possui o Plano de Marketing do Turismo e Plano de Governo e Carteira de Projetos Estratégicos do Estado que estão relacionados ao desenvolvimento turístico estadual.

- A Unidade de Coordenação de Projetos – UCP do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul já foi instituída, no entanto, necessita de estrutura física e pessoal para funcionamento adequado.

- Nos últimos anos a SETUR trabalhou no sentido de consolidar uma política de estado do turismo, envolvendo atores dos diversos componentes do trade, por meio de ações pontuais de qualificação de mão de obra, fomento ao investimento privado no setor, infraestrutura para o turismo e da promoção e apoio à comercialização. Isso acabou por consolidar sua boa relação com as demais secretarias estaduais, secretarias municipais, conselhos municipais de turismo e instâncias de governanças regionais. Parceria esta, consolidada com o Conselho Estadual de Turismo – Conetur, formado por 61 membros que representam o setor público, sociedade civil, Sistema S, instituições de ensino superior e fóruns regionais do turismo. O estado conta também com o Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDETUR.

- Por meio do monitoramento é possível acompanhar os resultados quantitativos e qualitativos da atividade turística e assim, se utilizar dessas informações para planejar e elaborar as ações futuras de melhoria e mitigação. Durante a elaboração do diagnóstico percebeu-se que o estado conta ainda possui um banco de dados e informações insipiente com poucas pesquisas de oferta e demanda turísticas. No entanto, no final do ano passado começou a funcionar no estado o Observatório de Turismo do Rio Grande do Sul que tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento do turismo do Rio Grande do Sul, por meio da disseminação de dados e informações que possam auxiliar o monitoramento do setor, o processo de tomada de decisão de gestores

públicos e investidores privados na atividade turística no estado. Dois principais elementos da constituição do Observatório são o Painel de Indicadores - instrumento de mensuração da atividade turística - e o Índice de Competitividade dos Destinos Turísticos - resultado da análise de variáveis que permitem conhecer a conjuntura dos municípios a partir de 13 dimensões que demonstram a noção de eficiência para se promover e receber turistas concomitante à geração de riquezas e benefícios sociais.

- O estado disponibiliza mecanismo de incentivo ao investimento privado e desenvolve diversas ações junto aos empreendedores nesse sentido.

Considerando a ação integrada e sistêmica definida na Lei Geral do Turismo, com a premissa de que o município representa o ambiente no qual as atividades turísticas efetivamente acontecem, destaca-se a seguir pontos importantes relativos à gestão do turismo nos municípios do CT:

- É importante que os municípios possuam estratégias de desenvolvimento traçadas em um Plano de Desenvolvimento do Turismo Municipal. Apenas um município no CT possui um documento nesse sentido, Viamão.

- O Plano Diretor é um documento norteador para a política de desenvolvimento urbano da cidade, que deve conter abordagens específicas do turismo, identificando-o como mais uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. Além disso, vale ressaltar a obrigatoriedade para elaboração do Plano Diretor quando se considera cidades integrantes de Área de Especial Interesse Turístico, como definido no Capítulo III, art. 41 do Estatuto da Cidade. Apesar de todos os municípios do CT possuir Plano Diretor, alguns deles não tratam do desenvolvimento do turismo. Aconselha-se, portanto, que os planos diretores de Gravataí, Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula sejam revistos.

- Todos os municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha possuem órgão responsável pelo turismo, sendo que apenas dois deles são órgãos exclusivos para o turismo – Porto Alegre e Gramado, os demais são órgãos que compartilham suas atribuições com outras pastas.

- Constatou-se que há uma baixa atuação e participação dos Conselhos Municipais de Turismo ou Fóruns e dos Fundos Municipais de Turismo, apesar de grande parte dos municípios já possuírem leis de criação destes instrumentos de gestão. Apenas Porto Alegre possui Fórum e Fundo de Turismo ativos.

- Dentro do contexto da regionalização há uma premissa básica e anterior que são as alianças regionais e integradas entre municípios que compõem as regiões ou áreas turísticas. A definição de instância de governança regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas. O CT está inserido em 4 Regiões Turísticas do estado que possuem organizações de instância regional instituídas: o Fórum Regional de Turismo de Porto Alegre e Delta do Jacuí, o Fórum Regional

de Turismo do Vale do Paranhana, bastante atuante, o Rota dos Campos de Cima e o das Hortênsias.

- No CT foi identificada a Agência de Desenvolvimento da Região das Hortênsias – Visão que é uma associação civil sem fins lucrativos, formada por entidades privadas, que tem como objetivo promover o desenvolvimento equilibrado na Região das Hortênsias, dando seguimento à sua vocação turística.

- O monitoramento da atividade turística nos municípios do CT é praticamente inexistente. Os únicos que já possuem essa prática são Gramado e Canela, e ainda em pequena escala. Os demais municípios não possuem dados estatísticos sobre a atividade turística em seu território. Vale ressaltar que as pesquisas de turismo não precisam ser oriundas exclusivamente do poder público, as empresas e entidades também podem realizá-las em seus segmentos e ter o aproveitamento de seus resultados por outros atores de turismo, sendo assim é importante que haja pertinência e publicidade dos resultados.

- Não existem incentivos fiscais ou tributários para a instalação de novos empreendimentos turísticos nos municípios do CT.

No geral, o quadro institucional para o turismo no estado Rio Grande do Sul é bem estruturado e definido por meio de políticas públicas claras e que tem gerado resultados positivos ao longo dos anos. Há necessidade, no entanto, de algumas ações pontuais no que diz respeito a estruturação física e dotação de pessoal para a UCP do PRODETUR.

Outro ponto importante a ser destacado, é que apesar da SETUR ter bom relacionamento com os diversos municípios ao longo do CT, no decorrer da elaboração deste trabalho houve certa dificuldade de comunicação entre o contratante (estado) e os municípios na disponibilização das informações necessárias para o desenvolvimento do mesmo. Isso demonstra a necessidade de fortalecimento nesse relacionamento estado-município.

No Brasil, a adoção do modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas. Isso deve gerar mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil no que diz respeito a negociação, acordo, planejamento e organização social, além do entendimento da região, diferentemente da macro divisão administrativa adotada no país. Para o sucesso desse modelo, é necessário que haja cooperação e parceria dos diversos segmentos envolvidos. Sendo assim, para o pleno aproveitamento do modelo é necessária a estruturação dos municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha com relação a questão institucional de gestão e planejamento do turismo, em articulação e parceria com a instâncias estadual de governo.

Vale ressaltar que nas etapas posteriores à elaboração do PDITS será imprescindível a existência de estruturas municipais públicas de apoio ao turismo, principalmente no apoio ao que tange à coordenação regional e à supervisão do cumprimento das estratégias e ações previstas.

1.6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES – VALIDAÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

1.6.1 Inclusão do Município de Rolante na Área Turística

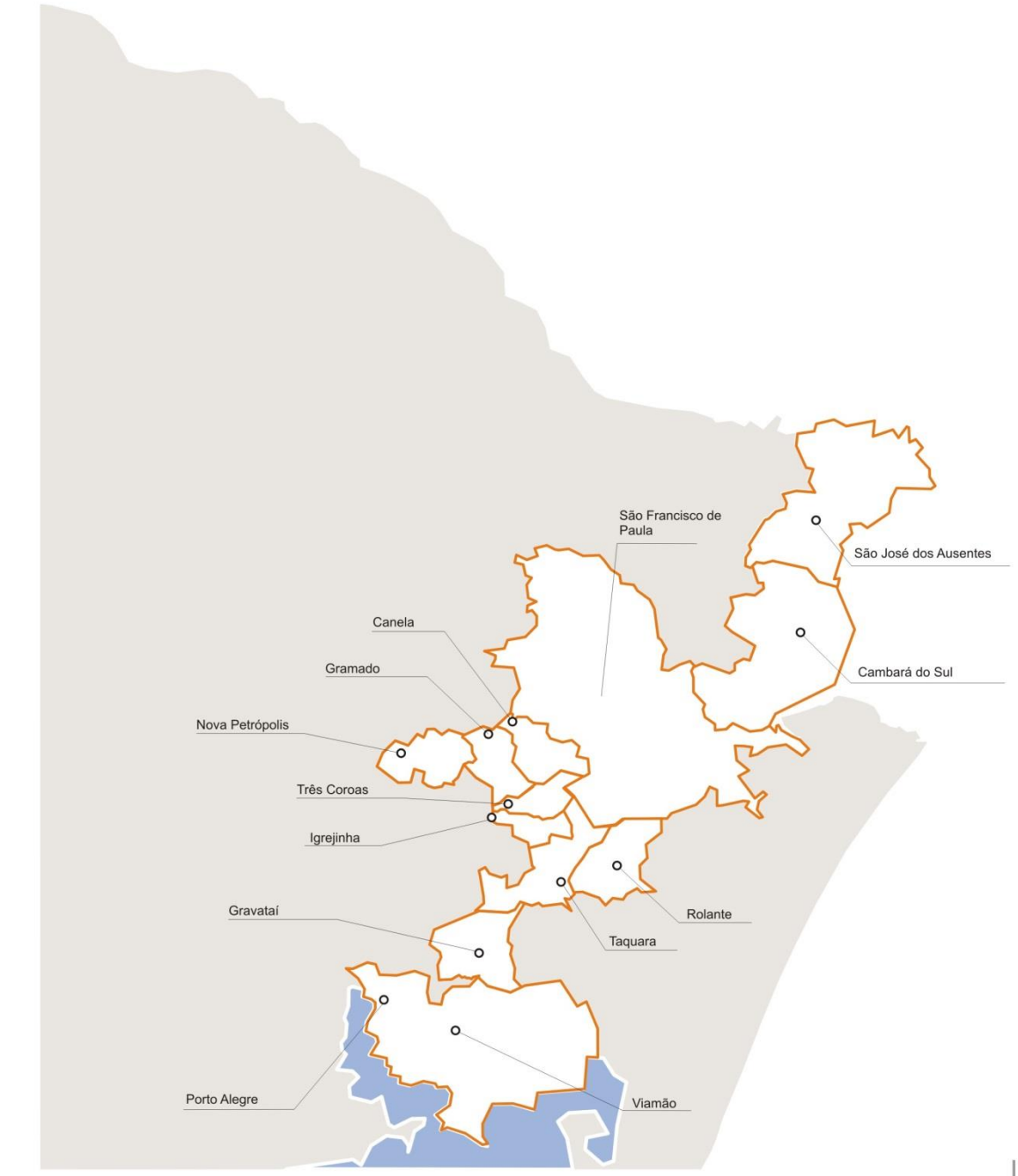
Durante a 1ª Oficina de Trabalho do PDITS para apresentação e validação do Diagnóstico Estratégico houve manifestação de representantes do município de Rolante por esse não fazer parte do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, mesmo apresentando elementos físicos e geográficos que o qualificasse para tal. Foi solicitado então por parte da SETUR/RS que esse município apresentasse mais informações que pudessem justificar sua inclusão na área turística.

Após o evento foram realizadas reuniões internas na SETUR/RS. Durante essas reuniões foi discutida a possibilidade de inclusão desse município na área turística. Chegou-se, então, à conclusão que o município de Rolante possui um trade em fase adiantada de estruturação e conta com a Secretaria de Turismo e Cultura. Sendo assim, a SETUR/RS entendeu que o município de Rolante deve ser incluído na área turística e participar diretamente dos investimentos disponibilizados pelo PRODETUR Nacional.

No entanto, como a elaboração do PDITS já está adiantada, recomenda-se que seja realizada uma ação de complementação do diagnóstico no sentido de balizar a informação desse município com os já diagnosticados.

O mapa a seguir apresenta a área turística incluindo o município de Rolante.

FIGURA 47: ÁREA TURÍSTICA INCLUINDO ROLANTE



A seguir, breve descrição do município.

O município de Rolante localiza-se na encosta da Serra, no Vale do Paranhana. Se destaca pela posição geográfica e pela centralização das distâncias frente aos grandes centros econômicos e financeiros do estado do Rio Grande do Sul. O município limita-se ao norte com São Francisco de Paula, ao sul com Santo Antônio da Patrulha, ao leste com Riozinho e a oeste com Taquara.

FIGURA 48: LOCALIZAÇÃO DE ROLANTE NO RIO GRANDE DO SUL
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rolante#mediaviewer/File:RioGrandedoSul_Municip_Rolante.svg, acessado em 18/09/2014.

Atualmente, Rolante possui uma população estimada em 20.479 habitantes (2013), sua área é de 295, 63 km2, IDHM de 0,688 (2010) e PIB per capita de R$ 15.090,29 anual, de acordo com informações disponibilizadas pelo município.

As rodovias que servem o município são a RS239, a RS474, a BR 101 e a BR 290, *free way* que liga ao estado de Santa Catarina e a capital Porto Alegre.

A economia local é predominantemente calçadista, moveleira e agropecuária. O turismo também deve tornar-se uma importante fonte de geração de renda com a inclusão do município no Corredor Turístico Porto Alegre - Serra Gaúcha.

A cidade tem se estruturado para a recepção de turistas e conta com uma Secretaria responsável pela pasta em conjunto com a cultura. Também conta com Conselho Municipal de Turismo ativo, cujos membros são entes públicos e privados.

O município que faz parte da região turística do Vale do Paranhana possui 4 meios de hospedagem, sendo dois hotéis e duas pousadas, vários estabelecimentos gastronômicos, onde se destacam a culinária alemã e italiana, além de 2 agências de receptivo local.

Recentes matérias publicadas na imprensa têm destacado Rolante como um município de grande potencial de negócio para o futuro. Conhecido como “Capital da Cuca”, o município recebe investimentos principalmente na gastronomia, onde predomina a alemã e italiana

Um projeto na área de turismo tem destaque, o Caminho das Pipas, que percorre uma localidade serrana onde predominam colonizadores italianos. São 10 cantinas, 1 restaurante típico e 1 pousada que fabricam sucos, vinhos, compotas, queijos coloniais e salamitos. Cerca de 600 pessoas fazem o roteiro nos finais de semana.

Há alternativas para a prática de rapel em um território com cascatas cujo acesso a algumas é por trilhas ecológicas. Recentemente foi homologado um trajeto de 123 Km de cicloturismo, o “Circuito das Cascatas e Montanhas, que envolve os municípios de Rolante, Riozinho e São Francisco de Paula. Há também a Trilha do Cuca, para jipes, e a Trilha do Tatu, para motos e quadriciclos.

Além disso, o município promove eventos culturais como a festa Kuquenfest, festa da cuca artesanal em forno a lenha, e o Rolantchê, evento tradicionalista que juntam em torno de 25.000 pessoas. Acontece também o FESTIVALE, festival de teatro do vale do Paranhana, que tem 7 dias de duração e movimenta 50% da comunidade em hotelaria restaurantes e visitação de turistas, de acordo com informações do município.

Rolante possui atrativos focados no turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural.

Os principais atrativos do município foram organizados no quadro abaixo.

QUADRO 3: ATRATIVOS TURÍSTICOS DE ROLANTE

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS	DESCRIÇÃO
ATRATIVOS NATURAIS	Hidrografia	Cascata das Andorinhas	Localiza-se a 20 Km do Centro. Seu acesso inclui uma trilha ecológica de 1,5 Km em meio à natureza. Ela leva este nome devido a grande quantidade desta ave que habita o local. O ambiente natural é cercado por rochas onde pode ser praticado o *Rappel*.
		Cascata Três Quedas	Localizada na Boa Esperança, no Caminho das Pipas, seu acesso é por meio de uma escada com deck, que permite aos visitantes que cheguem bem próximo dela, permitindo a todos a apreciação da beleza da paisagem.
		Cascata da Colônia Monge	Localizada na Colônia Monge, interior de Rolante, com acesso por meio de estrada de chão, há possibilidade de camping e trilhas ecológicas.
	Relevo Continental	Morro Grande	Localizado a 841 metros de altitude é o ponto culminante do município.
ATRATIVOS CULTURAIS	Itinerários Culturais	Caminho das Pipas	Localiza-se em Boa Esperança, a 17 Km do centro com uma população predominantemente italiana estimada em torno de 80 famílias. O trajeto é composto por oito cantinas de produção de vinho e suco colonial e duas cantinas de suco produzidos artesanalmente. Também compõem a rota uma pousada, um restaurante de comida típica italiana, uma casa de massas e produtos coloniais e o Sítio Terra e Arte que proporciona arte terapia e trilhas terapêuticas.
	Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz	Localizada no centro da cidade, a Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição é uma das mais belas igrejas da região e um importante ponto de referência, pois sua localização é nas esquinas das duas principais ruas da cidade.
	Centros Culturais/Casas de Cultura/Galerias	CTG Passo dos Tropeiros	Fundado em 26 de Fevereiro de 1982, localiza-se na rua Conceição 2171, bairro Grassmann, teve como idelizador, fundador e primeiro patrão o Sr. Valdomiro S. da Rosa e sua esposa Luiza A. da Rosa. Seu nome Passo dos Tropeiros está escrito na história de Rolante que em meados de 1735 era parte da estrada Geral de Cristóvan Pereira de Abreu, tropeiro que tropeava mulas e gado a São Paulo, a um local que cruzava o rio Rolante conhecido hoje como Passo das Tropas.
EVENTOS PROGRAMADOS	Festas/Celebrações	Kuquenfest	Festa da cuca artesanal em forno a lenha
		Rolantchê	Evento tradicionalista

CATEGORIA	TIPO	ATRATIVOS	DESCRIÇÃO
		FESTIVALE	Festival de teatro do vale do Paranhana
	Competições	Festivais e campeonatos de asa delta e paraglider	-
OUTROS	Monumento Alusivo à Capital Nacional da Cuca		Localizado na rótula da entrada da cidade, na RS 239, o monumento retrata uma senhora cuqueira retirando do forno de barro uma cuca e oferecendo às pessoas que chegam a cidade.
	Estátua do Teixeirinha		Encontra-se na Praça Matriz e é um marco histórico para a cidade e para o estado, pois homenageia o filho ilustre Vitor Mateus Teixeira, nascido na Mascarada.
	Parque do Voo Livre		Localizado no Morro Grande, o Parque do Voo Livre conta com rampa natural, mirante, infra estrutura de banheiros, churrasqueiras e luz elétrica. Durante o ano são realizados festivais e campeonatos de asa delta e paraglider.
	Praça Matriz		Local arborizado, com espelho d'água, bancos e parquinho para crianças é na praça que a comunidade se reúne. É localizada às margens do Rio Rolante.
	Camping Wolf		Localizado em Campinas, com acesso por meio de estrada de chão, há possibilidade de camping familiar, refeições programadas, trilhas ecológicas, pesca, cascatas e muito mais.

1.6.2 Considerações Finais

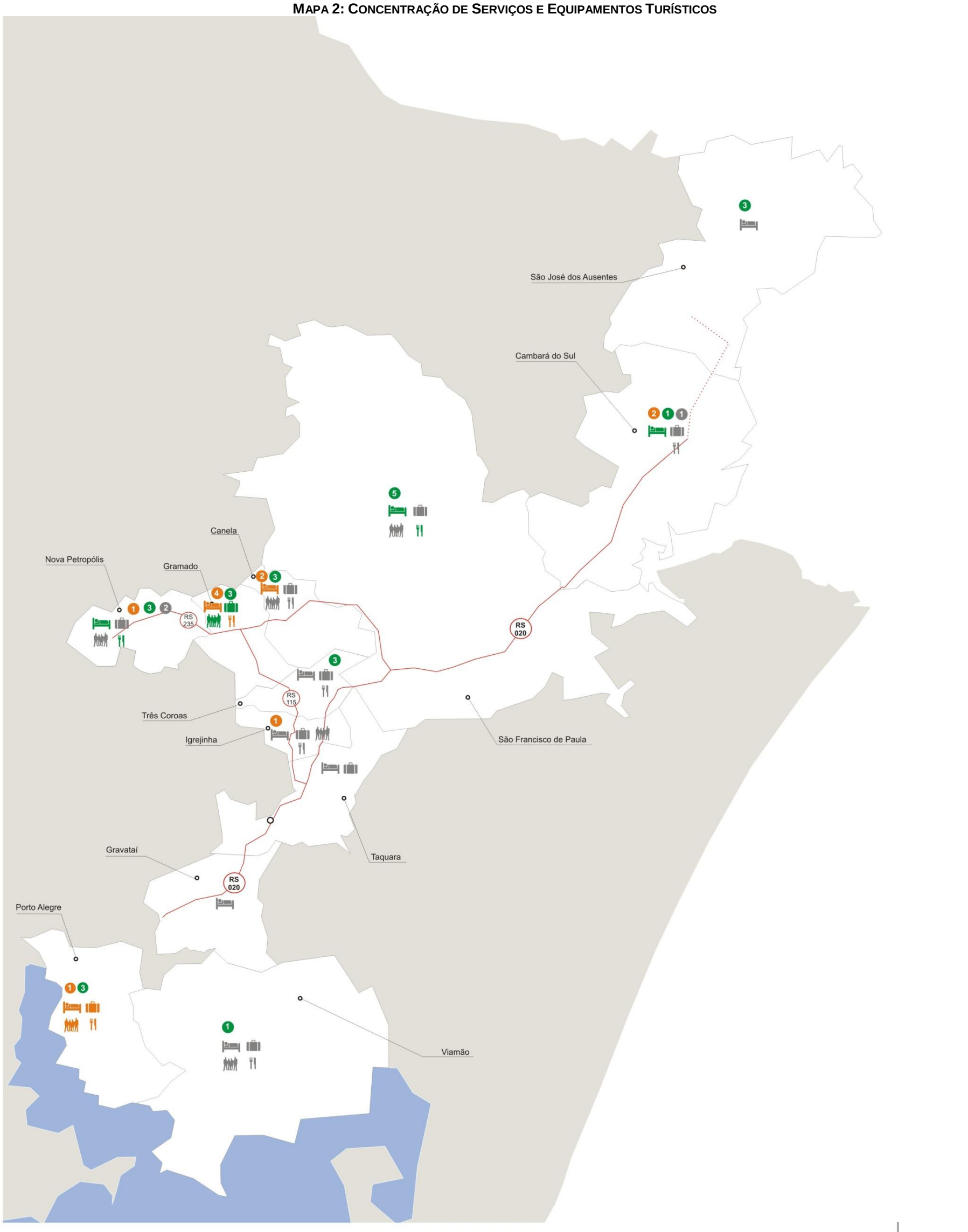
A grande parte dos atrativos do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, 92%, está classificado como “Atratividade Alta” e “Atratividade Mantida”, o que demonstra a importância desta área turística para o estado. Os atrativos mais fortes são em sua maioria àqueles de cunho natural e paisagístico, e que tiveram pontuações altas nos principais aspectos analisados na hierarquização – Singularidade e Grau de Interesse da Demanda Internacional.

Nessas áreas naturais já são desenvolvidas atividades de ecoturismo e turismo de aventura. Além disso, foi observado que a disposição dos municípios objeto desse estudo podem formar um corredor ecológico, ligando unidades de conservação existentes e grandes remanescentes de vegetação nativa primária ou em recuperação, conectando parte do Planalto e suas faces leste e sul a região o Lago Guaíba e Laguna dos Patos.

Conforme apresentado no mapa a seguir, os serviços e equipamentos turísticos e os atrativos turísticos do CT concentram-se, em sua maioria, em Porto Alegre e nos municípios que integram a região das Hortênsias, a saber: Gramado, Canela e Nova Petrópolis. Destinos esses já estruturados para o turismo e com demanda consolidada, principalmente no caso de Porto Alegre e Gramado.

Os demais municípios, no entanto, possuem potencial de desenvolvimento turístico, mais notadamente Cambará do Sul que abriga os mais importantes atrativos do Corredor e já possui estrutura de pousadas, agências e outros serviços e equipamentos turísticos.

MAPA 2: CONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS



Diante desse potencial turístico e ambiental, o estado Rio Grande do Sul tem se posicionado no sentido de definir políticas públicas claras, e que tem gerado resultados positivos ao longo dos anos. O estado conta com o Conetur e o FUNDETUR e pleiteia recursos do PRODETUR para que o CT se desenvolva com base nas premissas do turismo sustentável. Os municípios, no entanto, necessitam de uma estruturação institucional para o turismo e de fortalecimento de suas instâncias de governança municipal e regional. Essa estruturação municipal será imprescindível para o apoio à implementação do PRODETUR na área.

Os produtos/segmentos identificados no CT como aqueles que devem atrair as maiores e mais qualificadas fatias de mercado, de acordo motivação principal de viagens, tipos de turismo, atrativos e produtos mais valorizados/consumidos, são o Turismo de Negócios e Eventos, principal segmento atual, e o Ecoturismo e o Turismo de Aventura, segmentos com grande potencial de desenvolvimento.

Sendo assim, recomenda-se a manutenção do foco no Turismo de Negócios e Eventos, que constitui uma base relevante para grande parte da oferta, notadamente nos municípios de Porto Alegre, Gramado e Canela como também em função das características econômicas estaduais, e que pode ser ampliado para outros municípios do CT, de forma a aumentar a oferta para esse nicho de mercado e motivar a descentralização o fluxo desses destinos mais desenvolvidos turisticamente.

Já o Ecoturismo e o Turismo de Aventura devem ser mais bem estruturados inclusive em termos de ações de marketing, visando consolidar demandas expressivas de origem nacional e internacional que, de acordo com as observações e pesquisas de campo efetuadas, ainda têm uma baixa associação do destino CT a estes dois segmentos potenciais.

Como segmentos complementares indica-se o Turismo Cultural e o Turismo Rural que devem ser comercializados em conjunto com os segmentos prioritários, de forma a inseri-los gradualmente no mercado.

Ressalta-se a tendência mundial do turismo generalista, ou seja, aquele que agrega diversos segmentos e oferta ao viajante. No entanto é necessário se conhecer o perfil das demandas atual e potencial do Turismo de Eventos e Negócios, suas motivações de viagem e atividades mais requisitadas, de forma a oferecer produtos com segmentos integrados capazes de suprir as expectativas mercadológicas vigentes.

Sendo assim, para o turismo nacional deve ser buscado um aumento dos fluxos provenientes de emissores atuais com maior renda, São Paulo e Rio de Janeiro. Complementarmente deve-se inserir o Distrito Federal e Minas Gerais como focos de marketing. Os demais emissores nacionais permanecem os atuais, em proporções menores.

Para o turismo internacional propõe-se alavancar novos fluxos, tendo como plataforma o Turismo de Eventos e Negócios, direcionando para estes fluxos segmentos complementares de acordo com suas principais motivações, levando em conta que a demanda Europeia busca mais o Ecoturismo, Cultura, História, Tradições; e a Norte Americana o Turismo de Aventura e Ecoturismo.

O turista internacional ideal que tenha outras motivações além de eventos e negócios é aquele que viria para o Brasil com interesses múltiplos e planejaria a sua viagem, buscando destinos diversificados tais como o Pantanal, a Amazônia, o Rio de Janeiro e o CT, fazendo uma mescla de segmentações distintas em um período de viagem mais longo.

O turista a ser carreado para o CT, portanto, personificaria o viajante que tenha consciência ambiental e interesse no turismo de natureza e atividades de aventura e possua outros

interesses variados, tais como a cultura e o lazer, com uma renda compatível à utilização da oferta disponível.

É necessário, no entanto, customizar os produtos ofertados e focar as iniciativas de marketing.

O produto Turístico atual do CT de uma forma geral não é caro comparativamente a outros pacotes nacionais. Não obstante, a inserção do custo das passagens e os voos com muitas escalas tornam o produto menos palatável para as fatias da demanda que se encontram geograficamente mais afastados da região em estudo.

A demanda estrangeira, por sua vez, pode se comportar de forma distinta de acordo com sua procedência.

A demanda sul-americana é mais elástica, fato que diminui à medida que aumenta a renda como é o caso da demanda europeia (para países específicos, de renda superior) e norte-americana.

A política de preço para inserção de produtos em novos nichos de mercado é um componente decisivo no planejamento de marketing, cuja decisão deve ser discutida juntamente com o trade.

Uma questão relevante que deve constituir um foco importante para o produto do CT, é a necessidade da criação e fixação no mercado de uma imagem própria, forte e diferenciada para constituir a base de promoção de seus produtos específicos. Sendo o objetivo precípuo melhorar a composição dos grupos nacionais e internacionais que irão compor a demanda futura do CT é aconselhável trabalhar com cuidado a melhoria qualitativa a seus produtos atuais e futuros.

2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

2.1 POSICIONAMENTO TURÍSTICO DESEJÁVEL E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO NECESSÁRIAS PARA SUA CONSOLIDAÇÃO

As incertezas geradas pelas turbulências do ambiente externo e a necessidade de preparar o Corredor Turístico para o futuro, garantindo a criação e a multiplicação de seu valor, determinam a necessidade da previsão e projeção do rumo a ser seguido para alcançar uma vantagem competitiva defensável e sustentável no tempo.

Segundo PORTER (1998), a estratégia e sua implementação devem estar intrinsecamente vinculadas, e esta união deve manifestar-se em toda a atividade que o destino turístico realiza. A estratégia é um grupo de atividades internamente consistentes, alinhadas com um determinado posicionamento no mercado.

Segundo ANSOFF (1977), são quatro elementos complementares entre si que compõem a estratégia:

- conjuntos de produtos e mercados: são elementos básicos para o estabelecimento do domínio competitivo e do alcance do destino;
- vetor de crescimento: estabelece a direção a ser seguida;
- vantagem competitiva: é o componente que descreve as características de cada setor de atividade e define o papel com respeito à concorrência no estabelecimento de estratégias;
- sinergia: está relacionada à capacidade do destino de tirar proveito de seu ingresso em uma nova área definida pela conjugação de produtos-mercados.

Como proposta inicial observa-se a recomendação de que o CT seja um destino turístico dirigido ao mercado. As organizações dirigidas pelo mercado apresentam habilidades essenciais para entender e satisfazer os consumidores. Além disso, segundo DAY (1994), as empresas dirigidas pelo mercado têm orientação tanto para os clientes quanto para os concorrentes. Elas competem com um serviço superior e com características inovadoras e mantêm os custos sob o controle.

Neste contexto, o processo estratégico de marketing requer o desenvolvimento de instrumentos que permitiam ao CT a configuração e a manutenção de vantagens competitivas.

O diagnóstico realizado permite perceber que o CT se encontra em uma situação híbrida enquanto destino turístico. Com base nesta acepção, observa-se a existência de dois centros com atratividade consolidada e dotados de boa infraestrutura turística (Porto Alegre e Região das Hortênsias) e outras potenciais centralidades em fase inicial de desenvolvimento.

Como ponto forte, amplamente ressaltado no diagnóstico, ressaltam-se a qualidade e quantidade dos atrativos turísticos existentes (independentemente de suas necessidades com relação à infraestrutura de apoio), principalmente os naturais. Esta situação propicia um excelente cenário para adoção de estratégias mais aguerridas em se tratando da busca de uma inserção mercadológica diferenciada.

No que tange aos centros mais consolidados, estes podem atuar como propulsores do desenvolvimento de todo o Corredor Turístico, uma vez que haja o planejamento integrado dos produtos e comercializações conjuntas com as regiões menos procuradas. Não obstante, cabe salientar, que mesmo os referidos centros (desenvolvidos) devem passar por um novo delineamento de perfil de turista, mais adequado aos produtos ofertados, ampliando a atratividade em nível nacional e principalmente, se inserindo mais positivamente no mercado internacional.

Para tanto, o CT terá que desenvolver um novo perfil de atratividade capaz de atrair fluxos relevantes e de qualidade. Assim, torna-se imperativo que busque o desenvolvimento de vantagens competitivas que possam agregar valor ao destino como um todo.

No âmbito do marketing turístico, vantagem competitiva corresponde a uma posição privilegiada adquirida através das características endógenas de um destino no mercado, tendo como base competências diferenciadas frente à atividade turística.

O posicionamento de uma destinação turística parte do princípio de que existe um mercado regido por forças competitivas e dinâmicas, onde os concorrentes buscam vantagens que os diferenciem dos demais. Sendo assim, pode-se afirmar que uma oferta de marketing só terá sucesso se conseguir gerar um valor superior àquilo que é oferecido pelos concorrentes. Este "valor" corresponde à razão entre tudo aquilo que o turista recebe e tudo que despende ao adquirir um produto turístico e sua experiência de viagem.

Para PORTER (1989), a base fundamental do desempenho no mercado em longo prazo é a vantagem competitiva sustentável. O valor é aquele que os compradores estão dispostos a pagar, e o valor superior origina-se da oferta de preços mais baixos que dos da competência por benefícios equivalentes ou por prover benefícios singulares que compensem um preço alto.

O posicionamento deve ser planejado especificamente para o ambiente de mercado em que se insere o destino turístico, no caso específico, o Corredor Turístico. Para isto deve-se considerar que o turista terá disponível diferentes ofertas de valor e tenderá a escolher aquela que lhe oferecer a melhor relação custo/benefício.

A estratégia de posicionamento de um destino turístico pode estar baseada nos seguintes instrumentos:

- **Liderança com base em custos:** consiste em situar-se à frente de um setor de mercado, oferecendo como vantagem competitiva o preço mais baixo.

- **Diferenciação:** o destino concentra seus esforços na consecução de um elemento altamente avaliado pelos clientes, apoiando sua estratégia neste elemento.

- **Enfoque:** a empresa se dirige a um segmento de mercado muito concreto e dentro dele se adota uma estratégia de liderança em custos ou de diferenciação

Definidos os conceitos e premissas básicas, propõe-se ao Corredor Turístico que a sua vantagem competitiva seja baseada na **DIFERENCIAÇÃO** e no **ENFOQUE**.

Como instrumentos da DIFERENCIAÇÃO propõe-se duas estratégias de PRODUTO/ MERCADO:

- Continuar trabalhando o segmentos Negócios e Eventos, buscando intensificar a comercialização conjunta com oferta de atrativos diferenciados nos segmentos de ecoturismo e turismo de aventuras (formatados especificamente para o setor de negócios ou não), possibilitando uma maior aumento da atratividade elevando a taxa de permanência e promovendo a dinamização de outras novas centralidades turísticas;

- Agregar valor ao Corredor Turístico (que já possui uma Avenida temática, a "Avenida das Hortênsias") através da tematização do trecho RS 020 Gravataí-São José dos Ausentes, com implementação de Estrada-Parque e Corredores Ecológicos (detectados no Diagnóstico elaborado). Esta estratégia permitirá um maior valor aos produtos ecoturísticos ofertados ao mesmo tempo em que cria um elemento de interligação tematizando o trecho em questão. Além da Estrada Parque propõe-se também a agregação do ecoturismo ao turismo cultural, e ao turismo rural, promovendo a cultura gaúcha atrelada à oferta de turismo ecológico e turismo de aventuras.

No que tange ao **ENFOQUE,** propõe-se o enfoque nos segmentos **EVENTOS E NEGÓCIOS** e no turismo realizado no Vale das Hortênsias, fortalecendo paulatinamente a oferta complementar baseada no **ECOTURISMO** e **TURISMO DE AVENTURAS**.

Fazendo-se um resumo das estratégias de posicionamento, propõe-se, portanto:

- Planejamento conjunto dos Produtos Turísticos;
- Comercialização conjunta e sinérgica;
- Busca e introdução de novos mercados;
- Consolidação de novos Produtos

A estratégia geral também pode ser traduzida em estratégias específicas desde que seja preservada a visão integradora da estratégia geral. Apresenta-se assim as estratégias específicas (para cada nível de atuação) para o Corredor Turístico, que guardam sinergia e complementaridade entre si, como se percebe no quadro a seguir.

QUADRO 4 - ESTRATÉGIA DO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

NÍVEIS	DEFINIÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA
NÍVEL DE NEGÓCIO	Especifica o segmento/mercado-meta na qual o Destino irá competir	**PRIORITÁRIO**: Eventos e Negócios individualizado ou associado ao Ecoturismo/Aventura **COMPLEMENTAR**: Ecoturismo, Aventura, Cultural, Rural Ênfase no mercado nacional e internacional (principalmente o Sul Americano).

NÍVEIS	DEFINIÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA
NÍVEL DO PORTFÓLIO DO DESTINO	Especifica como competir no ambiente de mercado	Marketing direcionado à demanda-alvo oferecendo Produtos agregados para públicos diferenciados aumentando a sua oferta de valor. Imagem turística baseada nos atrativos naturais inusitados, aventura e cultura gaúcha.
NÍVEIS FUNCIONAIS-ALVO REQUERIDOS	Especifica as características de cada função objetivada	• Foco no cliente • Reputação positiva e alta conceituação no mercado • Serviço de distribuição especializado e focado nos mercados-alvo • Trade bem qualificado • Diferenciações exclusivas e próprias.

Fonte: Baseado em Varadarajan & Jayachandran, 1999.

Observando sempre as características do mercado e a oferta da concorrência, o CT pode aumentar o valor da oferta para o cliente com diversas estratégias, a saber:

- Redução de custos;
- Aumento de benefícios;
- Aumento de benefícios e redução de custos concomitantes;
- Aumento de benefícios em proporção maior do que o aumento de custos, quando for necessário aumentar os custos;
- Redução de custos e manutenção dos benefícios;
- Redução de custos em proporção maior que a redução de benefícios.

A satisfação do cliente será diretamente proporcional ao aumento do desempenho do produto/serviços adquiridos com relação ás suas expectativas. Caso o desempenho seja superior às suas expectativas, o cliente ficará satisfeito e se tornará fiel à medida que este desempenho for suficiente para encantá-lo.

Com base nas duas metodologias apresentadas, objetiva-se aumentar o valor da oferta do CT através do aumento de benefícios, aliado à diferenciação e enfoque.

A diferenciação refere-se à ação de delinear um conjunto de qualidade significativas de modo a distinguir inequivocamente a oferta da empresa da de seus concorrentes, enquanto o posicionamento é o ato de projetar a oferta da empresa de forma que ela ocupe um lugar distinto nas mentes dos compradores do segmento-alvo.

Para isto será necessário pesquisar de forma mais profunda o mercado-alvo pretendido, conhecendo com mais detalhes sua elasticidade-renda, poder de compra, e principais emissores. Não obstante é de conhecimento comum que o mercado consumidor de Eventos e Negócios e Ecoturismo, por exemplo, é esclarecido e exigente.

2.2 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS REQUERIDOS

Apresenta-se a seguir as estratégias que devem ser seguidas a fim de consolidar ações voltadas à melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos para atender o aumento do fluxo turismo no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra gaúcha de forma responsável e sustentável em todos os aspectos.

ESTRATÉGIA: COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos dos municípios do Corredor Turístico Porto Alegre - Serra Gaúcha

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Implantar Estrada-Parque na rodovia estruturante do corredor (RS-020) e nos trechos das rodovias que complementam o corredor (RS-115, RS-235 e RS-290);
- Melhorar acesso de atrativos turísticos;
- Proteger e reflorestar as encostas, as áreas de preservação permanente e cabeceira de nascente;
- Melhorar a segurança dos turistas no corredor em épocas de pico.

A criação da estrada-parque propõe dar unidade ao corredor turístico. Nesse caso, deve ser trabalhada a sinalização turística em conjunto com a identidade visual do corredor e os demais tipos de sinalização viária – horizontal e vertical. Além disso, pressupõe o uso de alternativas viárias, entre elas dispositivos redutores de velocidade e drenagem sustentável, zoo passagens (passagem transversal a via), infraestrutura para pedestres e ciclistas, e pontos de parada com mirantes, estacionamento, centro de visitantes e outros.

A principal via de interesse é a rodovia estruturante do corredor – RS-020. Nesse projeto de Estrada-Parque é interessante que os trechos das vias que complementam o corredor (RS-115, RS-235 e RS-290) também sejam incluídos.

Portanto, as rodovias necessitam de estudos de engenharia de tráfego para a elaboração do projeto de estrada-parque. Nesse caso deve ser revista toda a sinalização viária e o projeto geométrico das rodovias.

Muitos atrativos turísticos não possuem o acesso direto com pavimentação. A oportunidade de se propor um projeto sustentável propicia que a pavimentação desses acessos (não necessariamente todos) possam ser trabalhados com alternativas sustentáveis. Dessa forma, podem ser utilizados, por exemplo, pavimentos permeáveis e dispositivos de drenagem sustentável como trincheiras de infiltração e biovaletas.

Quanto a questão dos resíduos sólidos, devem ser implantados e executados os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos - PGIRS, principalmente os dos municípios associados ao Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Pró-Sinos. Apenas Canela, Viamão e Cambará do Sul dispõem seus rejeitos somente em aterro sanitário,

enquanto os 9 demais municípios dispõem em mais de um tipo de aterro. Será necessária a ampliação ou criação de novos aterros sanitários para eliminação de qualquer outro tipo de local de disposição.

O aumento do turismo na região do CT, mesmo que temporária, poderá demandar um aumento dos efetivos das polícias. Sendo assim propõe-se a criação de policiamento turístico e sua distribuição ao longo do eixo estruturante e nos principais centros turísticos do Corredor, a saber Porto Alegre e Região das Hortênsias.

2.3 QUADRO INSTITUCIONAL E GERAÇÃO DE MECANISMOS DE APOIO

Partindo da análise dos aspectos institucionais da gestão do turismo no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha e considerando a ação integrada e sistêmica da instância municipal com as instâncias estadual e federal de governo, com base na Lei Geral do Turismo, com a premissa de que o município representa o ambiente no qual as atividades turísticas efetivamente acontecem, pode-se conceber um conjunto de estratégias de fortalecimento do turismo, tanto na gestão estadual como na gestão municipal. Tais diretrizes constituem o caminho a seguir para a efetividade do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul.

Sendo assim, são elencadas sete diretrizes estratégicas para o componente de fortalecimento institucional para o CT, conforme apresentado a seguir.

Estratégia: Componente Fortalecimento Institucional **Implantar a UCP e fortalecer as estruturas administrativas estadual e municipais de Gestão do Turismo**
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS • Promover as condições organizacionais necessárias ao funcionamento da UCP - estrutura, equipes, tecnologia da informação, instrumentos legais, dentre outras - para gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul; • Instituir e consolidar políticas municipais de desenvolvimento do turismo e criar mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios do CT; • Dotar os municípios do CT de planos diretores que enfatizem a atividade turística como importante setor econômico; • Apoiar o fortalecimento de Fóruns Regionais e Conselhos Municipais de Turismo; • Desenvolver e implantar sistema de informação para o planejamento e gestão do turismo, integrando a administração estadual, a administração municipal, o trade turístico e outras organizações de ensino e pesquisa; • Desenvolver e implantar sistema de informação e mecanismos e instrumentos promocionais para o marketing do turismo estadual e para atendimento ao turista.

Quanto às linhas de financiamento é importante a criação de uma política de incentivo e fomento diferenciada. É necessário que haja uma percepção do setor público para desenvolver incentivos fiscais ou criar um fundo de turismo voltado a investidores, principalmente aqueles que se dedicam ao turismo sustentável, como parte da estratégia de consolidação do turismo no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

2.4 DIRETRIZES SOCIOAMBIENTAIS

Muitas das questões já abordadas no subitem referente às “Infraestruturas e Serviços Básicos Requeridos”, estão diretamente relacionadas às Diretrizes Socioambientais. A solução de problemas de saneamento básico como Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos, Drenagem Pluvial e Abastecimento de Água, antes de serem importantes para o turismo, são fundamentais para saúde e qualidade de vida das populações dos municípios do CT, bem como na melhoria e manutenção da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Portanto, se reforça mais uma vez a necessidade de investimentos na região principalmente quanto à coleta e tratamento de esgotos.

Além da importância do investimento em saneamento básico, a adoção de boas práticas no turismo ecológico e rural também é fundamental para que as atividades e empreendimentos sejam sustentáveis dos pontos de vista ambiental, econômico e social.

Além da importância do investimento em saneamento básico, a adoção de boas práticas no turismo ecológico e rural também é fundamental para que as atividades e empreendimentos sejam sustentáveis dos pontos de vista ambiental, econômico e social.

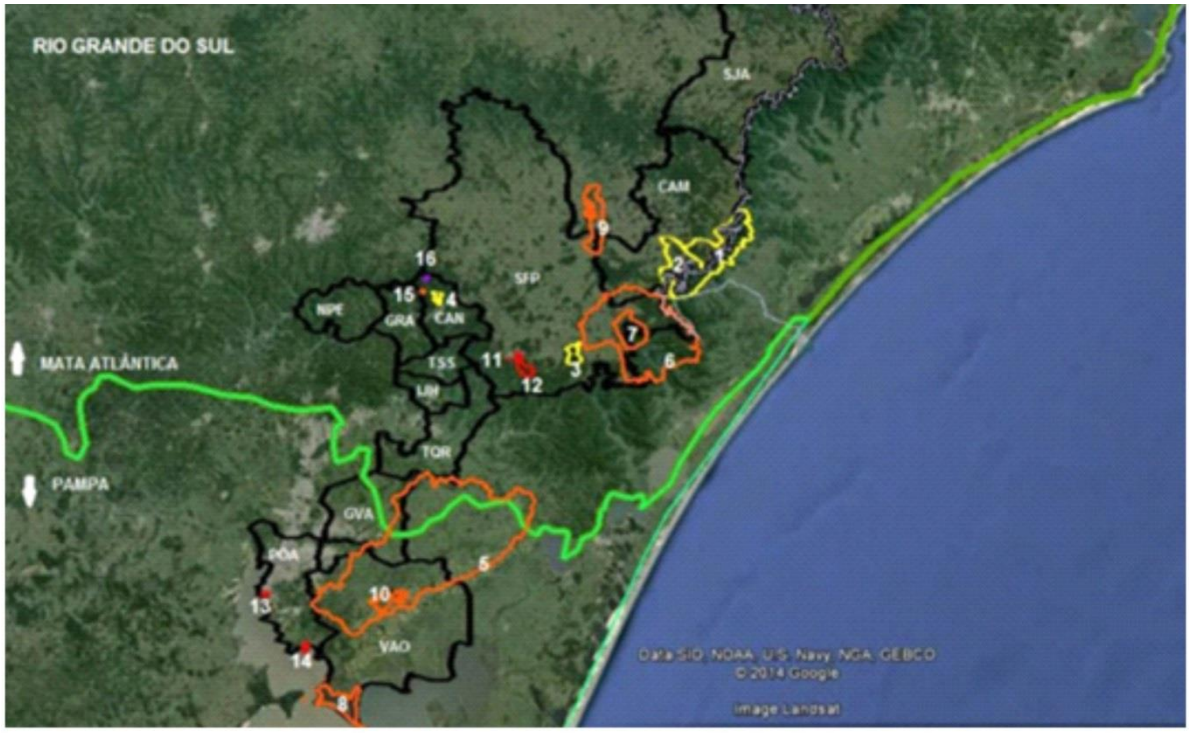
Sendo assim, o quadro a seguir apresenta a estratégia e as diretrizes para o componente Gestão Ambiental para o Corredor.

ESTRATÉGIA: COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL
Melhorar a qualidade ambiental do Corredor Turístico Porto Alegre - Serra Gaúcha
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS
• Garantir a conservação dos remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Pampa; • Fortalecer o sistema de gestão ambiental; • Implantar, gerir e proteger as unidades de conservação já existentes; • Ampliar as áreas protegidas nos biomas Mata Atlântica e Pampa~; • Promover a recuperação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, dos solos, da flora e da fauna.

Os municípios que formam o Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha possuem 14 unidades de conservação das mais variadas categorias e esferas de governo, além de um

parque turístico e áreas particulares com grande potencial natural, que formam o esboço de um corredor ecológico, unindo as Estepes e as Florestas Ombrófila Mista e Ombrófila Densa, no Planalto e na sua face Leste, com as áreas ocupadas por Floresta Estacional Decidual, nas encostas da face sul do Planalto, até a Floresta Estadional Semidecidual e Áreas de Formação Pioneiras, na região da Planície, mais próximas ao Lago Guaíba e à Laguna dos Patos, desempenhando importante função ecológica para manutenção da biodiversidade, na conservação dos solos, dos mananciais e da fauna silvestre.

FIGURA 49: MUNÍCIPIOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

1 - Parque Nacional da Serra Geral
2 - Parque Nacional de Aparados da Serra
3 - Floresta Nacional de São Francisco de Paula
4 - Floresta Nacional de Canela

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

5 - Área de Proteção Ambiental Banhado Grande
6 - Área de Proteção Ambiental Rota do Sol
7 - Estação Ecológica Estadual Aratinga
8 - Parque Estadual Itapuã
9 - Parque Estadual Tainhas
10 - Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS

11 - Área de Relevante Interesse Ecológico São Bernardo
12 - Parque Natural Municipal Ronda
13 - Parque Natural Municipal Morro do Osso
14 - Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger

PARQUE TURÍSTICO

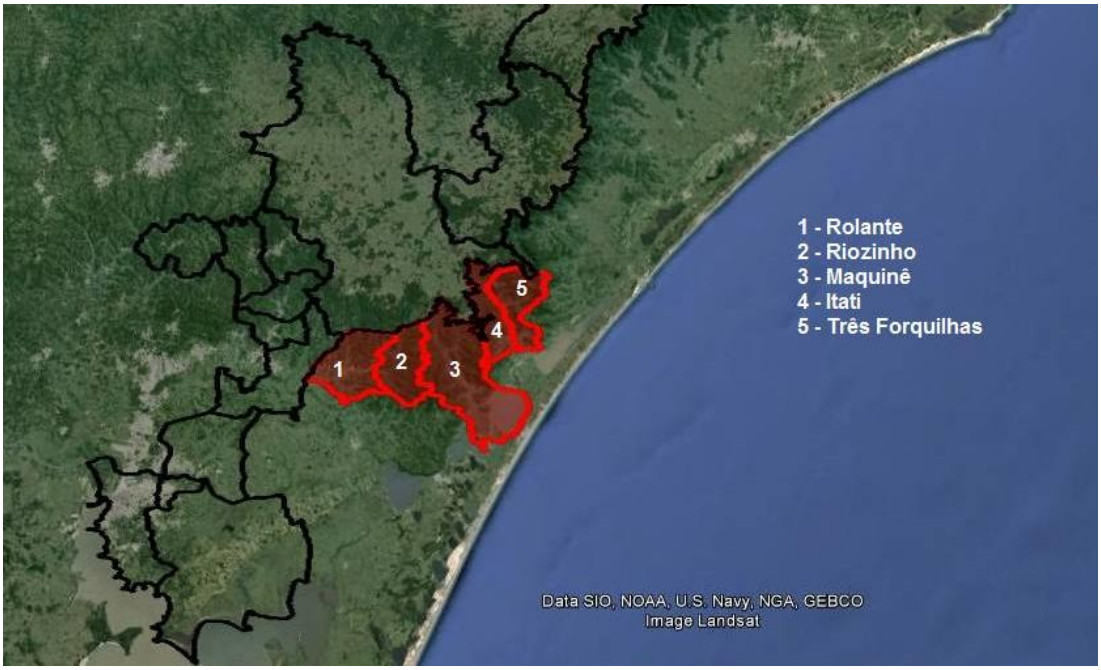
15 - Parque Estadual Caracol

Fonte da imagem: Google Earth.

Para consolidação de um corredor ecológico sugere-se a inclusão dos municípios de Rolante, Riozinho, Maquiné, Itati e Três Forquilhas, pois os mesmos possuem características ambientais, como relevo (cânions), vegetação (Florestas Ombrófila Mista e Ombrófila Densa) e recursos hídricos, que justificam sua inclusão. Os municípios em questão também se encontram na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o que demonstra sua importância para preservação e recuperação deste bioma.

A imagem abaixo destaca os municípios a serem incluídos em vermelho.

FIGURA 50: MUNÍCIPIOS A SEREM INCLUÍDOS NO CORREDOR ECOLÓGICO



Fonte da imagem: Google Earth.

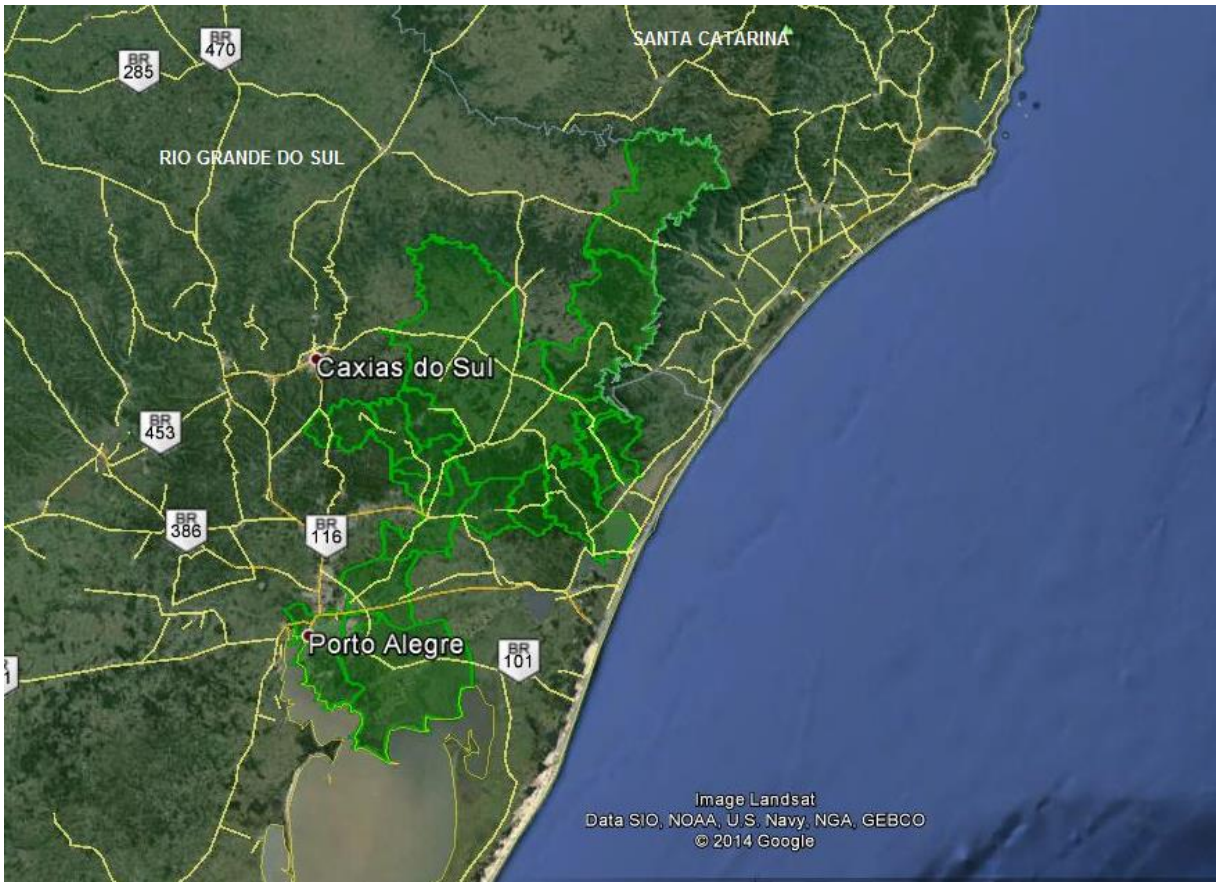
Com a inclusão destes municípios no Corredor Ecológico, além das 15 áreas públicas naturais e que já fazem parte do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, ainda seriam acrescentadas mais quatro Unidades de Conservação: Reserva Biológica Serra Geral, Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa, Área de Relevante Interesse Ecológico São Bernardo e Área de Proteção Ambiental Riozinho.

FIGURA 51: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO INCLUÍDAS NO CORREDOR ECOLÓGICO

Fonte da imagem: Google Earth.

A criação de um Corredor Ecológico além de ter um grande potencial para expansão do ecoturismo e do turismo de aventura na região, também irá contribuir com os objetivos e diretrizes da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, principalmente quanto aos objetivos de preservar e recuperar esse bioma, bem como sua fauna e seus recursos hídricos. Foi sugerida uma poligonal com base nos limites dos municípios, mas estudos mais específicos deverão refinar estes limites.

FIGURA 52: SUGESTÃO DE LIMITES DO CORREDOR ECOLÓGICO



Fonte da imagem: Google Earth.

Com relação às demais necessidades levantadas para a área:

No Parque Itapuã, em Viamão, constatou-se a necessidade de contratação de mais funcionários e aumento dos recursos para manutenção das áreas e equipamentos de uso público. O aumento do número de visitantes feito de forma planejada e estruturada poderá gerar um aumento na arrecadação, contribuindo com os recursos para sua gestão. Programas e atividades de educação ambiental com crianças e moradores das comunidades vizinhas devem ser incentivados, de forma que eles venham a adotar o parque como um patrimônio de todos e também como uma possibilidade de emprego e serviços para região. Outras unidades de conservação e parques turísticos no Corredor também enfrentam estes mesmos problemas, devendo ser observadas as mesmas sugestões feitas acima.

Verificou-se através de relatos de proprietários e gerentes de empreendimentos particulares na área rural, principalmente em São Francisco de Paula, quanto a dificuldade de implantar e manter empreendimentos voltados ao turismo ecológico, que envolvem principalmente a manutenção de áreas no seu estado natural, tanto pela falta de recursos específicos com condições diferenciadas das instituições financeira públicas e privadas, quanto pela falta de apoio das Secretarias Municipais. A criação de linhas de crédito diferenciadas para o setor poderiam ser de extrema importância para que um número cada vez maior de proprietários pudesse ter na preservação e conservação dos recursos naturais de suas propriedades como uma forma de sustento.

Quanto aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, além dos problemas e necessidade de adoção das boas práticas listadas acima, a desapropriação de suas áreas

consiste em um importante item para contribuir com a questão da preservação e conservação de seus recursos naturais, devendo ser feita uma gestão junto ao Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF, órgão colegiado criado junto ao IBAMA, para destinação de mais recursos com a finalidade de auxiliar o processo de desapropriação desses dois Parques Nacionais.

2.5 ESTRATÉGIA GERAL E ESTRATÉGIAS SETORIAIS

A conclusão do diagnóstico elaborado, tanto do CT (ambiente interno) como do entorno (ambiente externo) e, sobretudo, de sua inter-relação, oferece informações preciosas sobre o estado inicial que deve ser transformado. A construção da estratégia para promover esta transformação está baseada na implementação de mudanças na situação diagnosticada. Como metodologia, primeiramente, optou-se por realizar um extrato dos pontos mais relevantes da matriz, swot visando fornecer elementos para a decisão da opção estratégica a adotar, como pode ser observado a seguir:

QUADRO 5: PONTOS RELEVANTES DA MATRIZ SWOT

PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
• Turismo de eventos e negócios, principal segmentação do CT, com destinos consolidados (Porto Alegre), e potencial para crescimento. • Grande potencial para crescimento do ecoturismo e turismo de aventura como produto isolado ou agregado aos existentes. • Presença de destinos com força turística no Corredor – Porto Alegre e Gramado. • Atrativos naturais de grande valor ambiental e paisagístico, capazes de atrair demanda nacional e internacional. • Cultura rica e diferenciada e um povo hospitaleiro com orgulho de suas tradições. • Remanescentes bem conservados de campos e de Mata Atlântica.	• Turismo de eventos como indutor de outros segmentos. • Turistas de eventos internacionais estão dispostos a despender mais tempo na localidade receptora desde que tenham atividades. • Turismo de aventura e ecoturismo abrem oportunidade para novos públicos. • Interesse da demanda nacional em ecoturismo. • Mercado nacional e internacional favorável a produtos de ecoturismo e turismo de aventura. • Possibilidade de investimentos para a formatação de uma estrada parque no CT.
PONTOS FRACOS	**AMEAÇAS**
• Baixa integração do Ecoturismo e do Turismo de Aventura com produtos mais fortalecidos (Gramado). • Presença de produtos turísticos com baixa inserção mercadológica no Corredor. • Áreas de grande valor ambiental e paisagístico sem infraestrutura para recepção de visitantes, tanto nas Unidades de Conservação quando fora dessas. • Atrativos naturais dispersos ao longo do CT. • Baixa integração de produtos existentes. • Carência de recursos e pessoal para implantação da gestão ambiental.	• Principal motivação da demanda internacional do Rio Grande do Sul é o lazer com, alto interesse em sol e mar. • Competição com destinos ecoturísticos e de turismo de aventura já consagrados nacional e internacionalmente – Amazônia, Pantanal, Costa Rica, Austrália, etc. • Baixa associação do destino ao ecoturismo e turismo de aventura. • Alta competitividade de destinos internacionais com a mesma sazonalidade – Patagônia, Bariloche, Vales Nevados, etc. • Desconhecimento da demanda e oferta real dificultam planejamento da atividade. • Desordenamento do uso e ocupação do solo que prejudiquem a atividade turística.

Fonte: ITEC,2014.

Para determinar a estratégia geral, com base na matriz SWOT, considera-se que existem diversas opções estratégicas derivadas do cruzamento dos quadrantes referentes às forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, a saber:

1. Maximização forças/Maximização de oportunidades: estratégia ofensiva (Maxi-maxi)

2. Maximização forças/Minimização de ameaças: estratégia defensiva (Maxi-mini)

3. Minimização fraquezas/Maximização de oportunidades: estratégia adaptativa (Mini-maxi)

4. Minimização fraquezas /Minimização ameaças: estratégia de sobrevivência (Mini-mini)

As opções estratégicas para o desenvolvimento turístico podem ser selecionadas com base no estágio atual do destino (e sua possibilidade de enfrentar o mercado) e no nível de correlação existente entre forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Assim sendo:

- A estratégia **maxi-maxi** é usualmente utilizada por destinos turísticos fortes com boa inserção mercadológica e situação de crescimento de demanda estável, o que já lhe permite adotar uma estratégia ofensiva, maximizando suas forças ao mesmo tempo em que se apoia nas oportunidades oferecidas. Neste caso o quadrante de forças se relaciona melhor com as oportunidades.

- A estratégia **maxi-mini** ou estratégia defensiva é utilizada por um destino competitivamente também forte, mas que está ameaçado por tendências ou pela concorrência. A relação forças-ameaças é a mais forte.

- A estratégia **mini-max** se aplica corretamente em um destino que possui diversas fragilidades, mas que se insere em um ambiente externo propício e pode aproveitar bem as oportunidades e, finalmente a estratégia mini-mini ou de sobrevivência, caracteriza um destino frágil e que ainda está sendo pressionado pelo ambiente externo, não lhe restando outra opção senão uma estratégia de sobrevivência.

No caso do Corredor Turístico observa-se uma forte relação entre os pontos fortes e ameaças bastante propício para os segmentos em que se pretende atuar mais fortemente: Negócios e Eventos e Ecoturismo/Aventura.

Neste sentido, como estratégia geral se adotará a opção defensiva (maxi-mini), partindo-se do princípio que trabalhando do modo correto os pontos fortes, será possível minimizar as ameaças oferecidas pelo mercado. Esta estratégia pode ser expressa da seguinte forma:

O CORREDOR TURÍSTICO DEVERÁ INVESTIR EM PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, GESTÃO E MARKETING, BUSCANDO AMPLIAR O MERCADO EM QUE ESTÁ INSERIDO POR MEIO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTOS ATUAIS AOS NOVOS PRODUTOS TURÍSTICOS E FIRMAR O CORREDOR COM BASE NA DIVERSIFICAÇÃO E NA DIFERENCIAÇÃO PARA FORTALECER A SUA POSIÇÃO COM RELAÇÃO AOS FLUXOS DE EVENTOS E NEGÓCIOS E BUSCAR SUA EFETIVAÇÃO COMO DESTINO DE ECOTURISMO/TURISMO DE AVENTURA.

A seguir são apresentadas as estratégias setoriais ou por cada componente do programa, em consonância com a Estratégia Geral.

ESTRATÉGIAS: COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO
• Fortalecer e diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos de Eventos e Negócios e de Bem Estar dos centros consolidados com base no potencial do segmento de ecoturismo, incluindo o turismo de aventuras; • Criar e implementar elemento de distintividade, diferenciação e integração dos produtos turísticos no CT
ESTRATÉGIA: COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
• Desenvolver Estratégia de Marketing Turístico, buscando um novo posicionamento mercadológico.
ESTRATÉGIA: COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
• Implantar a UCP e fortalecer as estruturas administrativas estadual e municipais de Gestão do Turismo.
ESTRATÉGIA: COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
• Melhorar a infraestrutura turística e os serviços básicos dos municípios do Corredor Turístico
ESTRATÉGIA: COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL
• Melhorar a qualidade ambiental do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

2.6 PORTFÓLIO ESTRATÉGICO E VALORIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS PRINCIPAIS

O posicionamento competitivo de um destino turístico realiza-se através da seleção dos mercados-alvo, ou seja, da definição do nicho onde o destino irá competir somado à vantagem diferencial /competitiva, ou seja, da escolha de como o destino irá competir. Neste sentido as bases do posicionamento são:

1. A definição dos mercados-alvo por meio da segmentação; e
2. A estratégia para alcançar estes mercados de forma competitiva.

Por meio da estratégia é definido o posicionamento requerido para o destino e que irá lhe conferir competitividade frente a seus concorrentes.

O Portfólio Estratégico para o Corredor Turístico engloba os principais segmentos turísticos atuais/potenciais, os quais estão apresentados na figura a seguir.

FIGURA 53: PORTFÓLIO DE PRODUTOS/SEGMENTOS

Fonte: ITEC.

O Corredor Turístico ainda possui pouca força mercadológica quando a motivação sai do campo “turismo de eventos e negócios“.

Não obstante, está presente hoje nas principais destinações que o brasileiro visita, notadamente através da tipologia turística adotada pela Região das Hortênsias e sua singularidade

Com base nos segmentos prioritários e complementares definidos para o Corredor Turístico é que se elencou as áreas com maior necessidade de investimentos para o desenvolvimento da atividade turística no destino. Dessa forma, A escolha da área prioritária foi definida a partir das seguintes diretrizes:

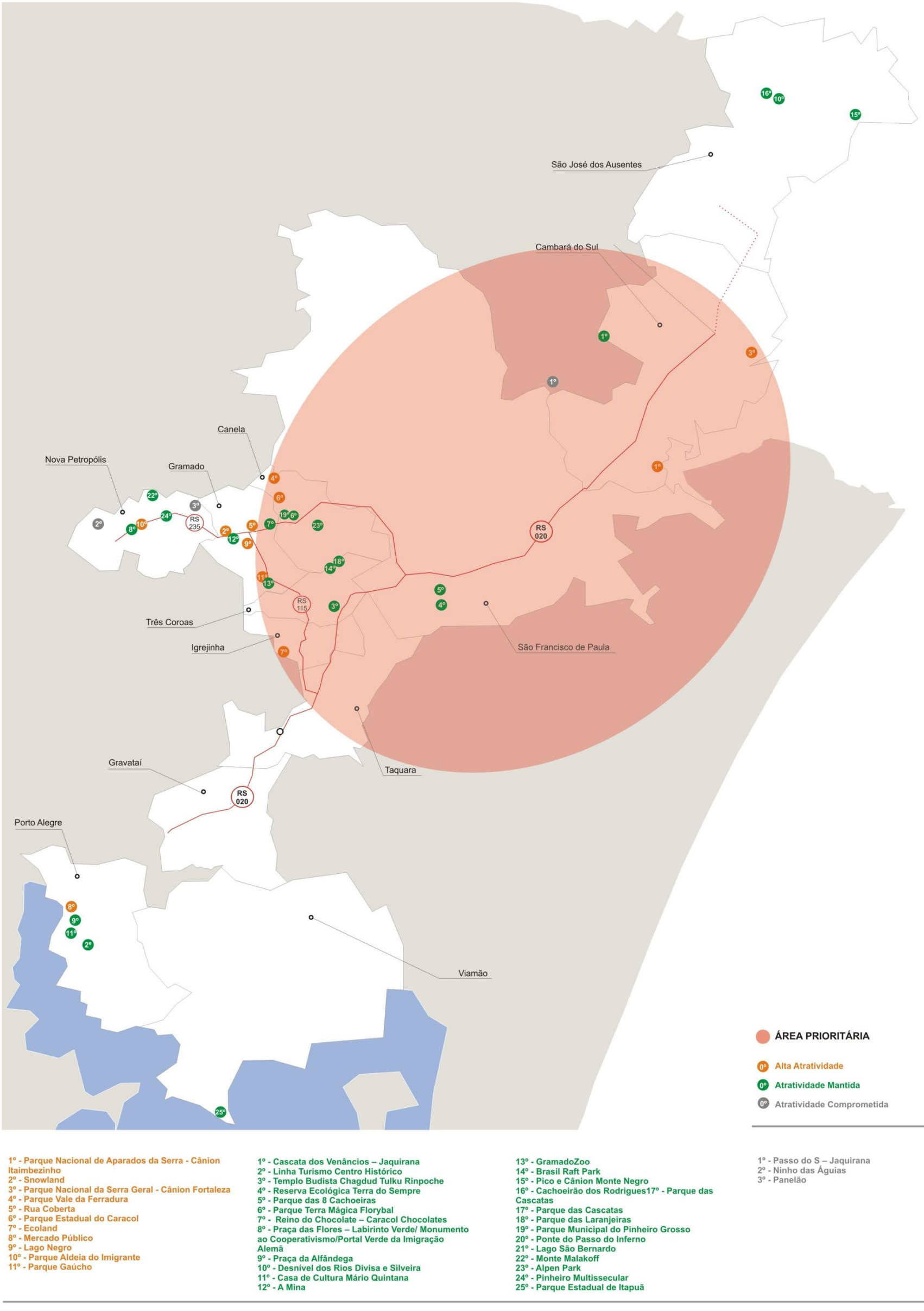
- Concentram a maior parte da oferta turística e de atrativos classificados como de atratividade alta/mantida;
- Tenham maior interface com o ecoturismo e turismo de aventura;
- Possuam potencial de desenvolvimento.

Partindo da premissa da RS-020 como eixo estruturador, considerou – se uma faixa de 25 Km a partir dos limites da rodovia como a área de abrangência para a implantação dos elementos da estrada parque, como pontos de parada, mirantes, informações turísticas e outros. A partir do vislumbre da paisagem no percurso pela rodovia, já se introduz um cenário estreitamente relacionado com o ecoturismo e turismo de aventura.

O trecho prioritário da RS-020 possui início no entroncamento com a RS-239 em Taquara - ponto em que é possível seguir pela RS-020 ou seguir para a Região das Hortênsias. O final ocorre no extremo norte da área urbana de Cambará do Sul. Essa região apresenta os atrativos focados no ecoturismo e turismo de aventura.

Complementa a área prioritária a região em torno da RS-115 e de trecho da RS-235, pois nela se concentra os atrativos consolidados e de alta atratividade para auxiliarem no incremento da oferta turística para a região que se pretende fomentar.

MAPA 3 – ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA INVESTIMENTOS DO PRODETUR NACIONAL RIO GRANDE DO SUL



Fonte: ITEC.

3 PLANO DE AÇÃO: SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E PROJETOS

3.1 VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

3.1.1 Matriz de Alinhamento Estratégico

O quadro a seguir apresenta a matriz-resumo de alinhamento estratégico para o PDITS do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, onde são pontuados a situação diagnosticada, as estratégias, os objetivos, as ações e os resultados esperados.

ESTRATÉGIA GERAL: INVESTIR EM PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, GESTÃO E MARKETING, BUSCANDO AMPLIAR O MERCADO EM QUE ESTÁ INSERIDO POR MEIO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTOS ATUAIS AOS NOVOS PRODUTOS TURÍSTICOS E FIRMAR O CORREDOR COM BASE NA DIVERSIFICAÇÃO E NA DIFERENCIAÇÃO PARA FORTALECER A SUA POSIÇÃO COM RELAÇÃO AOS FLUXOS DE EVENTOS E NEGÓCIOS E BUSCAR SUA EFETIVAÇÃO COMO DESTINO DE ECOTURISMO/TURISMO DE AVENTURA.

COMPONENTE	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
1. PRODUTO TURÍSTICO	■ O CT está inserido em área rica de recursos naturais e possui importantes unidades de conservação abertas à visitação pública. No entanto, os principais atrativos turísticos estão dispersos ao longo do Corredor, o que dificulta a visitação turística. ■ Os principais produtos/segmentos são o Turismo de Negócios e Eventos e o Ecoturismo e Turismo de Aventura; ■ Turismo de Negócios e Eventos constitui a base para grande parte da oferta; ■ O Ecoturismo e o Turismo de Aventura possuem grande potencial de desenvolvimento, mas devem ser mais bem estruturados; ■ Os segmentos complementares são o Turismo Cultural e o Turismo Rural; ■ Existe a tendência mundial do turismo generalista, no entanto é necessário se conhecer o perfil das demandas atual e potencial dos diversos segmentos. (ver item 2.2)	■ Criar e implementar elemento de distinção, diferenciação e integração dos produtos turísticos no CT. ■ Fortalecer e diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos de Eventos e Negócios e de Bem Estar dos centros consolidados com base no potencial do segmento de ecoturismo, incluindo o turismo de aventuras.	■ Implantar Estrada-Parque na rodovia estruturante do corredor (RS-020) e nos trechos das rodovias que complementam o corredor (RS-115, RS-235 e RS-290); ■ Estruturar e qualificar os produtos turísticos do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha; ■ Possibilitar a distribuição do fluxo existente entre as cidades do Corredor; ■ Fortalecer o Turismo de Negócios e Eventos; ■ Consolidar os segmentos prioritários de Ecoturismo e Turismo de Aventura; ■ Fortalecer o Turismo Rural e o Turismo Cultural; ■ Estruturar as unidades de conservação para o turismo; ■ Aumentar o tempo de permanência e o gasto médio do turista; ■ Fomentar a sustentabilidade, a inovação e a qualificação dos serviços e equipamentos turísticos.	■ Elaboração de estudos e implantação da Estrada Parque; ■ Elaboração de Estudo de Mercado e de Portfólio para o Turismo de Eventos e Negócios; ■ Aplicação de Pesquisas de Demanda e do Perfil e do Turista dos segmentos do Corredor; ■ Elaboração e implementação do Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico; ■ Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor ■ Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável - Selo Verde ■ Elaboração e implementação de plano de capacitação de mão-de-obra para o turismo sustentável; ■ Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes e gerentes dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos do Corredor Turístico.	■ Distribuir o fluxo turístico no Corredor e aumentar a permanência do turista com a oferta de produtos diferenciados e de qualidade; ■ Estrada Parque implantada e funcionando como elo de ligação entre os atrativos turísticos e como um diferencial turístico, reforçando vínculos e a própria identidade do CT; ■ Tráfego seguro e agradável em que se possa trafegar, aliando o turismo, a paisagem com a preservação do meio ambiente. ■ A Estrada Parque associada a valores culturais, lazer, educação ambiental, desenvolvimento econômico, social e outros será benéfico para o desenvolvimento da região. ■ Maior captação de eventos anuais; ■ Conhecimento da demanda por segmento turístico; ■ Conhecimento da oferta existente; ■ Maior estrutura nas unidades de conservação e parques para recepção de turistas; ■ Empreendimentos turísticos de qualidade e preocupados com a sustentabilidade; ■ Oferta de serviços de qualidade, com profissionais capacitados.

COMPONENTE	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
2. COMERCIALIZAÇÃO	■ O CT necessita buscar o desenvolvimento de vantagens competitivas que possam agregar valor ao destino como um todo. ■ O processo estratégico de marketing requer o desenvolvimento de instrumentos que permitiam ao CT a configuração e a manutenção de vantagens competitivas. ■ Os destinos do Corredor possuem identidades visuais distintas, quando existente e nesse sentido não estão associados entre si. (Ver item 2.2 e 2.6)	■ Desenvolver Estratégia de Marketing Turístico, buscando um novo posicionamento mercadológico.	■ Posicionar o Corredor Turístico como destino turístico integrado e diferenciado; ■ Definir identidade visual ao Corredor Turístico.	■ Elaboração e implementação do Plano de Marketing Estratégico Tático e Operacional; ■ Criação, execução e implantação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico.	■ Detectar as oportunidades de mercado, selecionar e atrair corretamente o público-alvo; ■ Obter maior eficácia da comercialização turística. ■ Obtenção de uma marca de imagem para o Corredor.
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	■ O quadro institucional para o turismo no estado Rio Grande do Sul é bem estruturado e definido por meio de políticas públicas claras e que tem gerado resultados positivos ao longo dos anos; ■ A UCP precisa ser estruturada e dotada de pessoal; ■ É necessária a estruturação dos municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha com relação a questão institucional de gestão e planejamento do turismo, em articulação e parceria com a instâncias estadual de governo. ■ É importante a criação de uma política de incentivo e fomento diferenciada. (ver item 2.4)	■ Implantar a UCP e fortalecer as estruturas administrativas estadual e municipais de Gestão do Turismo.	■ Promover as condições organizacionais necessárias ao funcionamento da UCP - estrutura, equipes e tecnologia da informação para gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul; ■ Dotar os municípios do CT de planos diretores que enfatizem a atividade turística como importante setor econômico e instituir e consolidar políticas municipais de desenvolvimento do turismo e ■ Consolidar o Sistema de Gestão Descentralizada do Turismo; ■ Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo e do meio ambiente no âmbito da administração pública estadual e municipal; ■ Apoiar o fortalecimento de Fóruns Regionais e Conselhos Municipais de Turismo; ■ Desenvolver e implantar sistema de informação para o planejamento e gestão do turismo, integrando a administração estadual, a administração municipal, o trade turístico e outras organizações de ensino e pesquisa.	■ Suprimento de Equipamentos de Informática, Mobiliário e Veículos para a UCP; ■ Elaboração e implementação do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor; ■ Elaboração de Estratégia e Plano de Ação e implementação do Plano para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul; ■ Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor; ■ Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal; ■ Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos; ■ Fomento da criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo; ■ Apoio na Elaboração de Planos Estratégicos Municipais de Turismo ■ Revisão de Planos Diretores; ■ Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias; ■ Gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul; ■ Elaboração e implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional.	■ Gestão estadual e municipal do turismo fortalecida.

COMPONENTE	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
4. - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	■ Carência de ciclovias nos municípios que compõem o CT; ■ Problemas nas vias de acesso de vários atrativos; ■ Deficiência na infraestrutura e serviços básicos e de apoio ao turismo em vários municípios; ■ Com exceção de Porto Alegre, todos os municípios do CT apresentam baixos índices de coleta e tratamento de esgotos domésticos; ■ Deficiência da drenagem de águas pluviais em algumas cidades no CT e em alguns trechos da rodovia RS-020 causando enchentes e interrupção da mesma. ■ Altos índices de perdas nos sistemas de abastecimento d'água em vários municípios; ■ Deficiências na coleta dos resíduos sólidos e lançamento em lixões e aterros não sanitários; ■ Ausência de sinal de telefonia móvel na zona rural, principalmente nos Campos de Cima da Serra. ■ Necessidade de reforçar o policiamento durantes as épocas de maior movimento turístico. (ver item 2.3)	■ Melhorar a infraestrutura turística e os serviços básicos dos municípios do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha	■ Implantar Estrada-Parque na rodovia estruturante do corredor (RS-020) e nos trechos das rodovias que complementam o corredor (RS-115, RS-235 e RS-290); ■ Melhorar acesso de atrativos turísticos; ■ Proteger e reflorestar as encostas, as áreas de preservação permanente e cabeceira de nascente; ■ Melhorar a segurança dos turistas no corredor em épocas de pico.	■ Estudo de Avaliação e Projeto de Adequação das Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos ■ Implantação de melhorias nas Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos ■ Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal ■ Elaboração de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha ■ Implantação de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha ■ Aumento a coleta e tratamento de esgotos domésticos em todos municípios do corredor ■ Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água ■ Ampliação dos sistemas de águas pluviais (coleta, dissipação de energia e disposição) nas cidades dentro do corredor bem como nas rodovias ■ Implantação e execução dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios que compõem o corredor e acabar com a disposição em lixões ■ Ampliação das redes de telefonia móvel nos municípios localizados na região dos Campos de Cima da Serra Gaúcha, principalmente nas proximidades dos atrativos na área rural. ■ Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico.	■ Infraestrutura e serviços básicos com qualidade e quantidades para atender o crescimento turístico no Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha

COMPONENTE	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
5. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	■ Necessidade de mais recursos para implantação, gestão e fiscalização das Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais; ■ Necessidade de recursos para desapropriação das UCs; ■ Falta de apoio às propriedades particulares voltadas ao turismo ecológico. ■ Potencial para criação de um corredor ecológico agregando outros municípios. (Ver item 2.5)	■ Melhorar a qualidade ambiental do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.	■ Garantir a conservação dos remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Pampa; ■ Fortalecer o sistema de gestão ambiental; ■ Implantar, gerir e proteger as unidades de conservação já existentes; ■ Ampliar as áreas protegidas nos biomas Mata Atlântica e Pampa~; ■ Promover a recuperação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, dos solos, da flora e da fauna.	■ Planejamento do Corredor Ecológico da Estrada Parque ■ Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque ■ Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga ■ Elaboração/adequação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico ■ Implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico ■ Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro ■ Implantação de Sistema de Monitoramento Socioambiental no Corredor ■ Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental nos Municípios do Corredor ■ Proteção, implantação e ampliação das Unidades de Conservação ■ Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica	■ Apoio à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS garantindo a preservação de amostras dos Biomas Mata Atlântica e Pampa; ■ Implantação de melhoria da gestão e fiscalização das Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais; ■ Melhoria da qualidade de vida e ambiental no corredor.

3.1.2 Detalhamento do Plano de Ação

COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO

ESTRATÉGIAS:

- Criar e implementar elemento de distinção, diferenciação e integração dos produtos turísticos no CT.
- Fortalecer e diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos de Eventos e Negócios e de Bem Estar dos centros consolidados com base no potencial do segmento de ecoturismo, incluindo o turismo de aventuras.

Objetivos Específicos

- Implantar Estrada-Parque na rodovia estruturante do corredor (RS-020) e nos trechos das rodovias que complementam o corredor (RS-115, RS-235 e RS-290);
- Estruturar e qualificar os produtos turísticos do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha;
- Possibilitar a distribuição do fluxo existente entre as cidades do Corredor;
- Fortalecer o Turismo de Negócios e Eventos;
- Consolidar os segmentos prioritários de Ecoturismo e Turismo de Aventura;
- Fortalecer o Turismo Rural e o Turismo Cultural;
- Estruturar as unidades de conservação para o turismo;
- Aumentar o tempo de permanência e o gasto médio do turista;
- Fomentar a sustentabilidade, a inovação e a qualificação dos serviços e equipamentos turísticos.

Justificativa

Os produtos/segmentos identificados no CT como aqueles que devem atrair as maiores e mais qualificadas fatias de mercado, de acordo motivação principal de viagens, tipos de turismo, atrativos e produtos mais valorizados/consumidos, são o Turismo de Negócios e Eventos e o Ecoturismo e Turismo de Aventura.

Esses segmentos, levando em conta as peculiaridades do CT Porto Alegre Serra Gaúcha, são capazes de obter uma ampliação mercadológica por meio de ações coordenadas de estruturação do produto e de marketing.

Sendo assim, recomenda-se a manutenção do foco no Turismo de Negócios e Eventos, que constitui uma base relevante para grande parte da oferta, notadamente nos municípios de Porto Alegre, Gramado e Canela como também em função das características econômicas estaduais, e que pode ser ampliado para outros municípios do CT, de forma a aumentar a oferta para esse nicho de mercado e motivar a descentralização o fluxo desses destinos mais desenvolvidos turisticamente.

Já o Ecoturismo e o Turismo de Aventura devem ser melhor estruturados inclusive em termos de ações de marketing, visando consolidar demandas expressivas de origem nacional e internacional que, de acordo com as observações e pesquisas de campo efetuadas, ainda têm uma baixa associação do destino CT a estes dois segmentos potenciais.

Como segmentos complementares indica-se o Turismo Cultural e o Turismo Rural que devem ser comercializados em conjunto com os segmentos prioritários, de forma a inseri-los gradualmente no mercado.

O Ecoturismo e o Turismo de Aventura, mesmo sendo segmentos prioritários por serem capazes de gerar demanda por si só, também podem funcionar como segmentos complementares para o Turismo de Negócios e Eventos, por meio da oferta de produtos motivacionais a essa demanda, agregando assim valor aos destinos.

Ressalta-se a tendência mundial do turismo generalista, ou seja, aquele que agrega diversos segmentos e oferta ao viajante. No entanto é necessário se conhecer o perfil das demandas atual e potencial do Turismo de Eventos e Negócios, suas motivações de viagem e atividades mais requisitadas, de forma a oferecer produtos com segmentos integrados capazes de suprir as expectativas mercadológicas vigentes.

Além disso, ressalta-se que o CT está inserido em área rica de recursos naturais que proporcionam o vislumbre de belas paisagens, inclusive com a presença de importantes unidades de conservação abertas à visitação pública. No entanto, os principais atrativos turísticos estão ao longo do Corredor Turístico, o que dificulta a visitação turística.

A Estrada-Parque e o Corredor Ecológico podem funcionar como elo de ligação entre os atrativos turísticos, reforçando vínculos e a própria identidade do CT. Dessa forma, a estrada fomenta a maior visitação aos atrativos turísticos que atualmente possuem baixa e média visitação. A própria Estrada Parque torna-se um atrativo e confere u um diferencial ao CT.

Descrição do conjunto de ações

A efetividade dos objetivos deste componente possui grande dependência com ações dos demais componentes.

Abaixo apresenta-se a descrição de todas as ações que possuem interface com os problemas apresentados, tanto as ações que terão recursos provenientes do PRODETUR Nacional quanto as demais ações que possuem outras fontes de recursos.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 1 - Elaboração de Estudo de Mercado para o Turismo de Eventos e Negócios

O Turismo de Eventos e Negócios é um dos maiores geradores de receita na atividade turística e um dos principais segmentos do Corredor Turístico. O estudo de mercado a ser elaborado deve fornecer dados e informações sobre o mercado do turismo de eventos e negócios em nível nacional e internacional e pontuar oportunidades e ameaças existentes, levando em conta o quanto esse mercado gera de incremento econômico a fim de definir indicadores, metas e estratégias, além de indicar necessidades existentes e uma estrutura organizada para captação de maior número de eventos para o Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Esse estudo deve abranger também tanto os tomadores de decisões na execução de eventos (bases de suas decisões para selecionar destinos, tipos de eventos mais relevantes para captar, periodicidade, características etc) quanto com os participantes dos eventos (perfil, necessidades e desejos no destino dos eventos).

Ação 2 – Elaboração de Portfólio para Captação de Eventos e Negócios

Com base nos resultados do Estudo de Mercado deve-se elaborar um Portfólio para captação de eventos e negócios de forma a apresentar ao futuro cliente a estrutura existente e as vantagens e diferenciais competitivos da região frente a outros destinos.

Ação 3 – Aplicação de Pesquisas de Perfil do Turista dos Segmentos do Corredor

Deverão ser realizadas duas pesquisas anuais (alta temporada e baixa temporada) de perfil do turista por segmento identificado no Corredor: Turismo de Eventos e Negócios, Ecoturismo e Turismo de Aventura, Turismo Cultural e Turismo Rural.

Essa ação é importante para suprir a necessidade de uma base de dados que identifique as peculiaridades de cada tipo de demanda turística trabalhada no CT de forma a proporcionar aos gestores públicos e empresários meios de desenvolver estratégias eficientes de planejamento, gestão e promoção dos destinos.

Ação 4 - Aplicação de pesquisas de demanda

Essas pesquisas deverão abranger o levantamento de perfil socioeconômico dos turistas, as características da sua viagem, a avaliação sobre os serviços e equipamentos turísticos. Além disso, deverá levantar preferências e desejos dos turistas que visitam a região.

Ação 5 e 6 - Elaboração e implementação de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico

O Corredor Turístico abriga 6 Unidades de Conservação estaduais e um Parque Turístico. Para esses deve-se elaborar e implementar um Plano de Investimentos onde deverão constar as os pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças existentes para que essas áreas se consolidem ou potencializem o uso turístico. Deve-se definir um quadro de investimentos

que pontue ações de médio, curto e longo prazos com o objetivo de estruturar essas áreas para o turista.

Ação 7 - Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor

Compreende o levantamento, a identificação e o registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos, além da infraestrutura de apoio ao turismo, como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística. Todos os municípios deverão ser inventariados de acordo com a metodologia proposta pelo Ministério do Turismo. Essa ação pode ter recursos do Prodetur Nacional e ainda podem ser realizadas parcerias com universidades locais.

Ação 8 e 9 - Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes e gerentes dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos

Esta ação envolve a elaboração e a execução de plano de capacitação de empreendedores atuais e potenciais relativos ao trade turístico do Corredor, dimensionado para execução no prazo máximo de 12 meses, de forma sequencial e continuada, considerando o cenário atual e o cenário futuro de do desenvolvimento do turismo nacional, regional e local. A elaboração do Plano pressupõe a caracterização detalhada da clientela a ser atendida e o levantamento das necessidades de capacitação, nos parâmetros indicados. Essas ações poderão contar com o apoio do Sistema S.

Ação 10 – Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque

O conceito de Estrada Parque está relacionado a um corredor planejado em que se possa trafegar com qualidade, aliando a paisagem com a preservação do meio ambiente. Pode ser associado o turismo, valores culturais, lazer, educação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

O Ministério do Meio Ambiente e do Turismo, através da Portaria Interministerial Nº 282, estabelece critérios e procedimentos para a implantação de Estrada-Parque. Para iniciar o processo de implantação da Estrada Parque são necessários estudos de viabilidade, tais como técnica, econômica, social, ambiental e quais forem necessárias para legitimar a importância e potencialidade da Estrada Parque.

Como referência de um procedimento nacional, o DNIT possui metodologia para a criação do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA) para obras rodoviárias de grande vulto (acima de R$ 20 milhões). O EVTEA precede aos Estudos Ambientais e aos Projetos de Engenharia. Contempla estudos de traçado, tráfego, socioeconômicos. Além da relação entre benefícios e custos.

Ação 11 - Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020

Devem ser elaborados projetos ambientais exigidos pelo órgão competente a fim de viabilizar a implantação da Estrada Parque.

Ação 12 e 13 – Elaboração e Execução de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque

Faz-se necessário um projeto de engenharia rodoviária para a adaptação da rodovia existente em estrada parque, com a criação de zoo passagens e outros que se fizerem necessários. Engloba também o projeto de arquitetura de guaritas, mirantes, quiosques e etc.

O projeto de engenharia deve contemplar o projeto geométrico, de drenagem, pavimentação, sinalização viária (incluindo a sinalização turística), de arquitetura, paisagismo e outros que se considerarem necessários.

Custo Estimado

O custo estimado total para as ações do Componente Produto Turístico é de R$51.805.000,00 (cinquenta e um milhões, oitocentos e cinco mil reais), e a distribuição destes recursos por ação é apresentada no quadro a seguir.

QUADRO 6 – CUSTO POR AÇÃO DO COMPONENTE PRODUTO TURÍSTICO

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
1	Elaboração de Estudo de Mercado para o Turismo de Eventos e Negócios	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
2	Elaboração de Portfólio para Captação de Eventos e Negócios	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
3	Aplicação de Pesquisas de Perfil do Turista dos Segmentos do Corredor	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
4	Aplicação de pesquisas de demanda	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
5	Elaboração Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
6	Implementação de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	2.500.000,00	1.122.586,44	PRODETUR Nacional
7	Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
8	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes e gerentes dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos do Corredor Turístico	R$ 300.000,00	R$ 134.710,37	PRODETUR Nacional
9	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes e gerentes dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos do Corredor Turístico	R$ 800.000,00	R$ 359.227,66	PRODETUR Nacional

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
10	Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
11	Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
12	Elaboração de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	7.000.000,00	3.143.242,03	PRODETUR Nacional
13	Execução do Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	34.105.000,00	15.314.324,20	PRODETUR Nacional
	TOTAL PRODETUR NACIONAL	**51.805.000,00**	**23.262.236,19**	
	Cotação dólar comercial (R$)	2,227		
	Data: 29/07/2014			

COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO

ESTRATÉGIAS: Desenvolver Estratégia de Marketing Turístico, buscando um novo posicionamento mercadológico.

Objetivos Específicos

- Posicionar o Corredor Turístico como destino turístico integrado e diferenciado;
- Definir identidade visual ao Corredor Turístico.

Justificativa

O diagnóstico realizado permite perceber que o CT se encontra em uma situação híbrida enquanto destino turístico. Com base nesta acepção, observa-se a existência de dois centros com atratividade consolidada e dotados de boa infraestrutura turística (Porto Alegre e Região das Hortênsias) e outras potenciais centralidades em fase inicial de desenvolvimento.

Como ponto forte, amplamente ressaltado no diagnóstico, ressaltam-se a qualidade e quantidade dos atrativos turísticos existentes (independentemente de suas necessidades com relação à infraestrutura de apoio), principalmente os naturais.

No que tange aos centros mais consolidados, estes podem atuar como propulsores do desenvolvimento de todo o Corredor Turístico, uma vez que haja o planejamento integrado dos produtos e comercializações conjuntas com as regiões menos procuradas. Não obstante, cabe salientar, que mesmo os referidos centros (desenvolvidos) devem passar por um novo delineamento de perfil de turista, mais adequado aos produtos ofertados, ampliando a atratividade em nível nacional e principalmente, se inserindo mais positivamente no mercado internacional.

Para tanto, o CT terá que desenvolver um novo perfil de atratividade capaz de atrair fluxos relevantes e de qualidade. Assim, torna-se imperativo que busque o desenvolvimento de vantagens competitivas que possam agregar valor ao destino como um todo.

Como proposta inicial observa-se a recomendação de que o CT seja um destino turístico dirigido ao mercado. As organizações dirigidas pelo mercado apresentam habilidades essenciais para entender e satisfazer os consumidores. e competem com um serviço superior e com características inovadoras e mantêm os custos sob o controle.

Neste contexto, o processo estratégico de marketing requer o desenvolvimento de instrumentos que permitiam ao CT a configuração e a manutenção de vantagens competitivas.

Descrição do conjunto de ações

As ações propostas no componente COMERCIALIZAÇÃO são descritas a seguir:

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 1 e 2 - Elaboração e Implementação do Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional

O Plano de Marketing na nova realidade mundial é imprescindível para definir a atratividade de um destino turístico, promovendo a orientação para o consumidor e desenvolvendo propostas de valor.

O marketing estratégico se baseia na análise sistemática e permanente das necessidades de mercado, desenvolvendo produtos destinados a mercados-meta específicos e que apresentem vantagens distintivas que os diferenciam dos concorrentes imediatos. Este planejamento é feito a longo prazo. Já o marketing tático, realizado anualmente, define planos táticos para cada um dos elementos básicos do marketing: Produto, praça, preço e promoção. No nível operacional, o marketing busca viabilizar os recursos humanos, financeiros e produtivos necessários para a implantação das estratégias definidas.

Portanto, deverá ser desenvolvido um Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional para o Corredor Turístico com estratégias de horizonte de curto, médio e longo prazo, contendo o estudo de posicionamento mercadológico de do CT, a definição de sua marca de imagem e a estratégia de promoção e comercialização do destino, bem como o detalhamento dos demais instrumentos de marketing necessários ao novo posicionamento almejado.

Deverá ser elaborado e produzido material de divulgação impresso e em mídia eletrônica, considerando a compatibilização com o portfólio turístico principal e complementar, mercados-meta visados e estratégias de comercialização, de acordo com o padrão de qualidade requerido.

Os seguintes produtos devem ser previstos:

- Desenvolvimento de Marca de Imagem e Posicionamento Mercadológico Detalhado;
- Desenvolvimento de Estratégia de Comercialização;
- Desenvolvimento de Estratégia de Promoção nos mercados-meta;
- Previsão de desenvolvimento de novo material promocional;
- Previsão de Planejamento, Implantação e Gestão de Website/ Portal de Turismo.

Ressalta-se que apesar do estado já possuir um Plano de Marketing com vigência no período entre 2012 e 2015, o Plano a ser elaborado deve ser específico para o Corredor Turístico.

Ação 3 e 4– Criação, Execução e Implantação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico

Como um produto do plano de Marketing, que deve ter prioridade, está a criação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico.

A Identidade Visual exclusiva para o Corredor Turístico é ferramenta importante de unidade conceitual e divulgação turística. Ela pode estar associada a comercialização de produtos que podem gerar renda para manutenção da rodovia ou outros. Profissionais da área de design ficam responsáveis pela criação da identidade visual.

Após aprovação do projeto, a Identidade visual deve ser implantada nos meios de divulgação e na sinalização turística, inclusive da Estrada – Parque.

Essas ações devem ser executadas concomitantemente ao Plano de Marketing para que o produto possa ser utilizado no projeto da estrada parque.

Custos

O custo total do componente referente à Comercialização é de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais).

QUADRO 7 – CUSTO POR AÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
1	Elaboração do Plano de Marketing Estratégico Tático e Operacional	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
2	Implementação do Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
3	Criação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	400.000,00	179.613,83	PRODETUR Nacional
4	Execução e Implantação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
TOTAL PRODETUR NACIONAL		**3.200.000,00**	**1.436.910,64**	

* Cotação dólar comercial (R$) 2,227

Data: 29/07/2014

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

ESTRATÉGIA: Implantar a Unidade de Coordenação de Projeto - UCP e fortalecer as estruturas administrativas estadual e municipais de Gestão do Turismo.

Objetivos

- Promover as condições organizacionais necessárias ao funcionamento da UCP - estrutura, equipes e tecnologia da informação para gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul;
- Dotar os municípios do CT de planos diretores que enfatizem a atividade turística como importante setor econômico e instituir e consolidar políticas municipais de desenvolvimento do turismo e
- Apoiar a criação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios do CT;
- Consolidar o Sistema de Gestão Descentralizada do Turismo;
- Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo e do meio ambiente no âmbito da administração pública estadual e municipal;
- Apoiar o fortalecimento de Fóruns Regionais e Conselhos Municipais de Turismo;
- Desenvolver e implantar sistema de informação para o planejamento e gestão do turismo, integrando a administração estadual, a administração municipal, o trade turístico e outras organizações de ensino e pesquisa;

Justificativa

No geral, o quadro institucional para o turismo no estado Rio Grande do Sul é bem estruturado e definido por meio de políticas públicas claras e que tem gerado resultados positivos ao longo dos anos. Há necessidade, no entanto, de algumas ações pontuais no que diz respeito a estruturação física e dotação de pessoal para a UCP do PRODETUR.

A UCP é a estrutura organizacional de execução direta do programa no estado que deve incluir diversas entidades estaduais, sendo que a coordenação geral e executiva é da SETUR/RS, onde deverá ser instalada a estrutura física para funcionamento da UCP.

No Brasil, a adoção do modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas. Isso deve gerar mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil no que diz respeito a negociação, acordo, planejamento e organização social, além do entendimento da região, diferentemente da macrodivisão administrativa adotada no país. Para o sucesso desse modelo, é necessário que haja cooperação e parceria dos diversos segmentos envolvidos. Sendo assim, para o pleno aproveitamento do modelo é necessária a estruturação dos municípios do CT Porto Alegre-Serra Gaúcha com relação a questão institucional de gestão e planejamento do turismo, em articulação e parceria com a instâncias estadual de governo.

Quanto às linhas de financiamento é importante a criação de uma política de incentivo e fomento diferenciada. É necessário que haja uma percepção do setor público para desenvolver incentivos fiscais ou criar um fundo de turismo voltado a investidores, principalmente aqueles que se dedicam ao turismo sustentável.

Descrição do conjunto de ações

O conjunto das ações propostas voltadas para o fortalecimento institucional inclui investimentos próprios à Gestão do Turismo em níveis estadual e municipais. As ações são detalhadas a seguir.

Produtos/Resultados Esperados

Ação 1 – Suprimento de equipamentos de informática, mobiliário e veículos para a UCP

As intervenções a serem consideradas são:

- Aquisição de mobiliário;
- Aquisição de equipamentos e softwares de tecnologia da informação; e
- Aquisição de automóveis.

Ação 2 e 3- Elaboração e Implantação de Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor

Neste Projeto são analisadas as necessidades e as possibilidades de investimento no fortalecimento institucional do turismo nos municípios integrantes do Corredor Turístico.

Ação 4 e 5- Elaboração de Estratégia e Plano de Ação e Implementação de Plano para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)

Como complementação ao Diagnóstico Propositivo da questão institucional do estado elaborado em 2014, deve-se definir estratégias e um plano de ação para o fortalecimento institucional do turismo no Rio Grande do Sul. A elaboração do Projeto de Fortalecimento Institucional deve seguir as orientações do Regulamento Operacional do PRODETUR/Nacional.

Ação 6 - Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor

O município de Rolante foi inserido no Corredor Turístico após a fase de diagnóstico do PDITS. Sendo assim, o diagnóstico deve ser complementado para nivelamento das informações deste município aos demais municípios.

Ação 7 e 8 - Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração para a gestão do turismo

Implica na elaboração de plano de capacitação continuada de equipes das administrações estadual e municipais para gestão do turismo, dimensionado para execução no prazo máximo de 18 meses, de forma sequencial e continuada, com ênfase no atendimento às necessidades de funções e cargos de dirigentes, gerentes e técnicos. A elaboração do Plano pressupõe a caracterização detalhada da clientela a ser atendida e o levantamento das necessidades de capacitação, considerando o cenário atual e o cenário futuro do desenvolvimento do turismo nacional, regional e local.

Inclui também a execução e a avaliação de resultados das atividades de capacitação previstas no citado Plano, considerados os limites de tempo e de recursos financeiros alocados para esta ação de fortalecimento, como parte do PDITS.

Ação 9 e 10 – Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração municipal para a gestão do meio ambiente

Implica na elaboração de plano de capacitação continuada de equipes da administração estadual e municipais para gestão do meio ambiente, de forma sequencial e continuada, com ênfase no atendimento às necessidades de funções e cargos de dirigentes, gerentes e técnicos.

Ação 11 – Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos

O Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos deve prever a contratação de consultoria técnica especializada para coordenação e execução de diferentes etapas de trabalho, em cooperação com os órgãos municipais envolvidos, dentre as quais:

- Realização de pesquisa documentada visando identificar experiências exitosas similares em outras capitais e cidades brasileiras, a serem consideradas *benchmarking* para o projeto a elaborar;
- Realização de estudos jurídicos, indicação dos institutos legais apropriados e elaboração das peças jurídicas a serem adotadas;
- Indicação e detalhamento dos processos organizacionais e administrativos para implantação efetiva do Projeto, incluindo metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados advindos do Projeto, bem como diretrizes para o adequado gerenciamento de sua implantação;
- Apresentação e discussão dos conteúdos indicados com os agentes públicos e privados interessados;

- Elaboração de Projeto de Lei Estadual de Incentivo Fiscal para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos;

- Assessoramento à administração municipal nas fases iniciais de implementação do Projeto.

Esta ação incluirá a realização de ações de capacitação dos membros da administração pública municipal.

Ação 12 – Fomento da criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo

Trata-se de analisar, a eficácia e a efetividade dos conselhos e fóruns municipais COMTUR, em sua configuração atual e apoiar o planejamento e implantação de mudanças cabíveis que permitam que os mesmos atuem de forma adequada, gerando resultados que incluem, dentre outros, os pertinentes às ao papel perante a implantação, monitoramento e avaliação do PDITS, em sintonia com a Secretaria de Turismo estadual.

Esta ação incluirá a realização de ações de capacitação dos membros dos conselhos, por meio de treinamento específico, mesas redondas, vivência da atuação de Conselhos de Turismo Estaduais e em municípios assemelhados aos do Corredor.

Ação 13 - Apoio na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo

É importante que os municípios possuam estratégias de desenvolvimento traçadas em um Plano de Desenvolvimento do Turismo Municipal. Sendo assim, deve-se apoiar essa iniciativa e a elaboração desses Planos junto aos municípios que não possuem tal instrumento: Porto Alegre, Viamão, Gravataí, Três Coroas, Igrejinha, Canela, Nova Petrópolis, Rolante, Cambará do Sul e São José dos Ausentes. Além disso, deve-se apoiar a revisão dos planos de turismo de Gramado e de São Francisco de Paula.

Ação 14 - Revisão de Planos Diretores

O Plano Diretor é um documento norteador para a política de desenvolvimento urbano e rural da cidade, que deve conter abordagens específicas do turismo, identificando-o como mais uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. Além disso, vale ressaltar a obrigatoriedade para elaboração do Plano Diretor quando se considera cidades integrantes de Área de Especial Interesse Turístico, como definido no Capítulo III, art. 41 do Estatuto da Cidade. Apesar de todos os municípios do CT possuírem Plano Diretor, alguns deles não tratam do desenvolvimento do turismo. Sendo assim, os planos diretores dos municípios de Gravataí, Igrejinha, Três Coroas, São Francisco de Paula e Rolante sejam revistos.

Ação 15 - Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias

Tendo em vista o impacto significativo da implantação das demais ações de fortalecimento afetas a este Componente do PDITS, e ainda, os demais investimentos previstos que, em seu conjunto, deverão imprimir nova dinâmica ao turismo no Corredor, torna-se necessário um esforço concentrado de mobilização dos atores envolvidos para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e a formação de uma rede de parcerias que envolva os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor.

Prevê-se que esse movimento se dê sob a coordenação de uma entidade de reconhecida capacidade técnica que já atuem especificamente com o objeto explicitado.

O produto desta ação será constituído pela realização de um conjunto significativo de eventos devidamente programados tais como reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação, atividades específicas de capacitação, publicação e distribuição de material didático e informativo específicos para os diferentes segmentos, dentre outros, que ocorrerão intensivamente pelo período estimado de seis meses contínuos.

Os esforços de mobilização e os conteúdos e produtos informativos e didáticos assim gerados serão objeto de relatórios técnicos a serem divulgados para todos os agentes envolvidos.

Ação 16 – Gerenciamento do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul

Esta ação tem como objetivo prestar orientação a SETUR/RS e apoio nas atividades referentes ao PRODETUR Nacional de forma a facilitar sua execução no Corredor Turístico.

Ações 17 e 18 – Elaboração e implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul

A construção de um sistema automatizado de gestão das informações possibilitará, além do acompanhamento e avaliação dos projetos, difundir pesquisas e boas práticas, aumentar a eficiência, evitar a superposição e falta de coordenação entre as iniciativas governamentais e privadas.

O acompanhamento e a avaliação do programa estarão estruturados em um sistema automatizado, que vai gerenciar uma base de informações necessárias para a elaboração de uma série de relatórios.

A base de informações será continuamente alimentada com dados referentes ao ciclo de vida dos projetos: elaboração, análise, licitação, execução e operação.

Custo Estimado

O custo total do componente referente ao Fortalecimento Institucional é de R$ 18.710.000,00 (dezoito milhões e setecentos e dez mil reais).

QUADRO 8 – CUSTO POR AÇÃO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
1	Suprimento de Equipamentos de Informática, Mobiliário e Veículos para a UCP	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
2	Elaboração do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
3	Implementação do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
4	Elaboração de Estratégia e Plano de Ação e para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)	200.000,00	89.806,92	PRODETUR Nacional

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
5	Implementação de Plano de Ação o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
6	Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor	10.000,00	4.490,35	PRODETUR Nacional
7	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do turismo	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
8	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do turismo	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
9	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
10	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
11	Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
12	Fomento da criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo	600.000,00	269.420,75	PRODETUR Nacional
13	Apoio Técnico na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
14	Revisão de Planos Diretores	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
15	Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
16	Gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul	3.000.000,00	1.347.103,73	PRODETUR Nacional
17	Elaboração de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
18	Implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	1.500.000,00	673.551,86	PRODETUR Nacional
	TOTAL PRODETUR NACIONAL	**18.710.000,00**	**8.401.436,91**	

* Cotação dólar comercial (R$) 2,227
Data: 29/07/2014

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

Melhorar a infraestrutura turística e os serviços básicos dos municípios do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha

Objetivos

- Ampliar e adequar a infraestrutura para pedestres e ciclistas nas áreas urbanas, com o uso das normas nacionais de acessibilidade;
- Melhorar acesso de atrativos turísticos.
- Melhorar a infraestrutura e serviços básicos e de apoio ao turismo;
- Melhorar a qualidade de vida da população, do meio ambiente e dos recursos hídricos dentro do corredor com a ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, fornecimento de água tratada, gestão de resíduos sólidos e coleta e disposição adequada das águas pluviais;
- Ampliar e melhorar o sistema de telefonia móvel na área rural dentro do corredor, principalmente na região dos Campos de Cima da Serra, beneficiando os moradores e turistas;
- Aumentar e garantir a segurança no corredor, principalmente durante as épocas de maior fluxo turístico.

Justificativa

A infraestrutura adequada em relação a acessibilidade universal para pedestres e ciclistas contribui para o aumento do número de visitantes. Atualmente, o número de ciclistas interessados em rotas turísticas clicáveis é crescente.

A coleta e o tratamento de esgotos domésticos constituem-se no principal problema e deficiência nos municípios do Corredor Turístico Porto Alegre - Serra Gaúcha. Porto Alegre possui o melhor atendimento nesse aspecto, mas os municípios restantes necessitam de implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos, mesmo que sejam alternativas não convencionais como Sistema Esgoto Condominial, de forma a minimizar e mitigar os problemas de contaminação de águas superficiais e subterrâneas já existentes.

A drenagem de águas pluviais também se constitui em um problema que demanda investimentos em toda área do Corredor, principalmente nos municípios que têm problemas de enchentes e inundações, sendo necessária a melhoria ou mesmo implantação da coleta das águas pluviais com a disposição de forma e em locais adequados. A drenagem das águas pluviais das rodovias e estradas vicinais da região também é de fundamental importância para manutenção das mesmas quanto para segurança dos usuários.

Quanto à questão dos resíduos sólidos, devem ser implantados e executados os Planos de Gestão de Resíduos, principalmente o PGIRS dos municípios associados ao Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Pró-Sinos. Apenas Canela, Viamão e Cambará do Sul dispõem seus rejeitos somente em aterro sanitário, enquanto os 9 demais municípios dispõem em mais de um tipo de aterro. Será necessária a

ampliação ou criação de novos aterros sanitários para eliminação de qualquer outro tipo de local de disposição. A adequação da coleta e disposição do lixo nos Parques e propriedades rurais para evitar a contaminação dos solos, ar e água bem como a proliferação de insetos e animais nocivos, também deve ser considerada na gestão dos resíduos sólidos.

Atualmente o abastecimento de água é satisfatório, mas cidades como Gramado e Canela, durante os maiores eventos, já têm seu abastecimento praticamente todo comprometido. Constatou-se que o índice de perdas é significativo em todos os municípios sendo necessário resolve-los antes de investir na ampliação do sistema.

A melhoria das redes de telefonia móvel nos municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes é fundamental para que haja mais segurança e conforto dos turistas, sendo necessário investimentos nas áreas e estradas rurais de maior frequência.

O aumento do turismo na região do corredor, mesmo que temporária, poderá demandar um aumento dos efetivos das polícias civil e militar nesses municípios ou mesmo a criação de delegacias especializadas.

Descrição do conjunto de ações

A efetividade dos objetivos deste componente possui grande dependência com ações dos demais componentes.

As ações propostas neste componente constituem em sua maioria ações de intervenção no ambiente físico da cidade. Abrangem um conjunto de obras de melhoria viária, de sinalização e adequação de infraestruturas e serviços existentes.

Abaixo se apresentam as descrições de todas as ações que possuem interface com os problemas apresentados, tanto as ações que terão recursos provenientes do PRODETUR Nacional quanto demais ações que possuem outras fontes de recursos.

Ação 1 e 2 – Estudo de Avaliação, Projeto de Adequação e implantação de melhorias nas Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos

Os diversos atrativos turísticos apresentam condições diferentes de suas vias de acesso. Muitos necessitam de adequações e devem ser avaliados para que possam ser executadas as medidas necessárias. O projeto deve contemplar o que for indicado nos estudos de avaliação.

Ação 3 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal

A Cartilha de Acessibilidade tem se tornado comum no país para auxiliar na implantação das normas de acessibilidade universal. A Cartilha pretende ser uma comunicação clara entre o governo e estabelecimentos comerciais de como devem ser adequados às normas de acessibilidade, reforçando a importância dos padrões para garantir o fluxo de visitantes e turistas em geral.

Ação 4 e 5 – Elaboração de Projeto e Implantação de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha

A sinalização turística é um meio de garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais, direcionando-os e auxiliando-os a atingir os destinos pretendidos. O Projeto deve contemplar as necessidades dos municípios com relação à

sinalização turística e definir o padronamento da sinalização. Deve ser utilizado como base o Guia Brasileiro de Sinalização Turística do Ministério do Turismo.

Ação 8 – Aumento da coleta e tratamento de esgotos domésticos em todos municípios do corredor.

Com exceção de Porto Alegre que possui maiores índices de coleta e tratamento, deverão ser realizados investimentos nos 11 municípios restantes do corredor de forma que as populações locais e o meio ambiente sejam beneficiados. Poderão ser adotadas soluções alternativas com Sistema de Esgotos Condominial. Essa ação poderá contar com recursos da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e com recursos do Programa de Aceleramento do Crescimento – PAC 2.

Ação 9 - Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água

A melhoria dos sistemas de abastecimento se dará principalmente nos sistemas de distribuição, diminuindo desta forma os índices de perdas já constatados, aumentando a oferta de água sem a necessidade de investimentos nos sistemas produtores. Essa ação poderá contar com recursos da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e com recursos do Programa de Aceleramento do Crescimento – PAC 2.

Ação 10 - Ampliação dos sistemas de águas pluviais (coleta, dissipação de energia e disposição) nas cidades dentro do corredor bem como nas rodovias.

A melhoria do sistema de drenagem pluvial consiste na implantação de sistema de coleta nas cidades, quer seja superficial ou com rede subterrânea e a disposição em locais e de forma adequada e com dispositivos de dissipação de energia. Identificar e implantar drenagem de aguas pluviais em trechos críticos na Estrada Parque a ser implantada ao longo do corredor. Essa ação poderá contar com recursos das secretarias municipais de obras.

Ação 11 - Implantação e execução dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios que compõem o corredor e acabar com a disposição em lixões

Implantar e executar os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como elaborar os planos de gestão para os municípios no corredor que não o possuem, identificando principalmente as disposições em lixões e aterros que não sejam sanitários. Deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere a questões como não geração, reaproveitamento e reciclagem de resíduos. As fontes de recursos poderão ser o Consórcio Pró-Sinos e Ministério das Cidades.

Ação 12 - Ampliação das redes de telefonia móvel nos municípios localizados na região dos Campos de Cima da Serra Gaúcha, principalmente nas proximidades dos atrativos na área rural

Gestão junto às empresas de telefonia móvel para investir na ampliação das redes, principalmente ao longo das estradas e nas proximidades dos principais atrativos na área rural proporcionando maior comodidade e segurança aos turistas e às comunidades da região. Os investimentos serão provenientes das próprias empresas de telefonia.

Ação 13 - Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico

O Corredor não possui policiamento especifico para atendimento ao turista. Portanto, deve-se implantar a Polícia Turística, capacitar e equipar nas principais cidades, estradas e atrativos dentro do corredor.

Custos

O custo total do componente referente à Infraestrutura e Serviços Básicos é de R$ 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais) divididos por ação, conforme quadro abaixo.

QUADRO 9 – CUSTO POR AÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
1	**Estudo de Avaliação e Projeto de Adequação das Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos**	**1.000.000,00**	**449.034,58**	**PRODETUR Nacional**
2	**Implantação de melhorias nas Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos**	**5.000.000,00**	**2.245.172,88**	**PRODETUR Nacional**
3	**Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal**	**1.500.000,00**	**673.551,86**	**PRODETUR Nacional**
4	**Elaboração de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha**	**500.000,00**	**224.517,29**	**PRODETUR Nacional**
5	**Implantação de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha**	**3.000.000,00**	**1.347.103,73**	**PRODETUR Nacional**
6	Aumento a coleta e tratamento de esgotos domésticos em todos municípios do corredor	50.000.000,00	22.451.728,78	CORSAN e PAC 2
7	Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	10.000.000,00	4.490.345,76	CORSAN e PAC 2
8	Ampliação dos sistemas de águas pluviais (coleta, dissipação de energia e disposição) nas cidades dentro do corredor bem como nas rodovias	20.000.000,00	8.980.691,51	Secretaria Municipal de Obras e Viação
9	Implantação e execução dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios que compõem o corredor e acabar com a disposição em lixões	36.000.000,00	16.165.244,72	Consórcio Pró-Sinos e Ministério das Cidades
10	Ampliação das redes de telefonia móvel nos municípios localizados na região dos Campos de Cima da Serra Gaúcha, principalmente nas proximidades dos atrativos na área rural	3.000.000,00	1.347.103,73	Empresas de telefonia móvel

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
11	Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico	4.000.000,00	1.796.138,30	PRODETUR Nacional
TOTAL		134.000.000,00	60.170.633,14	
TOTAL PRODETUR NACIONAL		15.000.000,00	6.735.518,63	

* Cotação dólar comercial (R$) 2,227
Data: 29/07/2014

Apenas as ações a serem financiadas pelo PRODETUR Nacional somam R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

ESTRATÉGIA: Melhorar a qualidade ambiental do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.

Objetivos

- Garantir a conservação dos remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Pampa;
- Fortalecer o sistema de gestão ambiental;
- Implantar, gerir e proteger as unidades de conservação já existentes;
- Ampliar as áreas protegidas nos biomas Mata Atlântica e Pampa~;
- Incentivar a criação e implantação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPNs e de empreendimentos voltados ao turismo ecológico;
- Promover a recuperação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, dos solos, da flora e da fauna;

Justificativa

A solução de problemas de saneamento básico, como Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos Drenagem Pluvial e Abastecimento de Água, antes de serem importantes para o turismo, são fundamentais para saúde e qualidade de vida das populações dos municípios do corredor, bem como na melhoria e manutenção da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e do meio ambiente como um todo. A recuperação de áreas degradadas, diminuindo o carreamento de sedimentos e assoreamento dos cursos d'água também são medidas necessárias para melhoria da qualidade dos recursos hídricos e do meio ambiente.

Além da importância do investimento em saneamento básico, a adoção de boas práticas no turismo também é fundamental para que as atividades e empreendimentos sejam sustentáveis dos pontos de vista ambiental, econômico e social.

Verificou-se a necessidade de investir na melhoria da gestão ambiental pública, como os licenciamentos ambiental e florestal, bem como aos instrumentos de planejamento e controle territorial, como Zoneamento Ecológico Econômico, Planos Diretores, Plano Estadual de Recursos Hídricos e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Também devem ser feitos Programas de Educação Ambiental junto aos proprietários e usuários, e também desenvolver e implantar mecanismos de incentivo econômico e financeiro para preservação das amostras de vegetação nativa.

Estudos específicos para determinação da capacidade de carga das Unidades de Conservação e propriedades rurais são necessários, estipulando o número máximo de visitantes que não causem impactos negativos significativos às trilhas, rios, cachoeiras, habitats e outros. Também são necessários para gestão, fiscalização e manutenção das Unidades de Conservação, bem como disponibilizar recursos para desapropriação das mesmas. Trabalho de educação ambiental junto aos gestores, guardas e usuários.

A consolidação e o fortalecimento dos Sistemas de Unidades de Conservação Federal, Estadual e Municipal será de grande importância para as unidades do corredor e para os biomas Pampa e Mata Atlântica, devendo também ser feita uma gestão junto ao Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF, órgão colegiado criado junto ao IBAMA, para destinação de mais recursos com a finalidade de auxiliar os processos de desapropriação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, e para implantação das demais unidades de conservação Estaduais e Municipais. Para definição dos limites e diretrizes para implantação e gestão do corredor ecológico proposto serão necessários estudos que também demandarão recursos. Importante ressaltar que todas as questões relacionadas aos parques nacionais são de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio que é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e que executa ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituídas pela União.

Um trabalho de desenvolvimento das comunidades locais com a valorização da cultura, promovendo a inclusão social, havendo uma maior repartição dos benefícios com a valorização e preferência por produtos da região, melhorando a qualidade de vida e a renda das populações e produtores locais.

Deverão ser estabelecidas metas para atingir os objetivos de sustentabilidade ambiental, social e econômico, a partir da definição de indicadores que possam ser medidos, e implementar um sistema de gestão, que visa a organizar as informações e práticas adotadas para a melhoria contínua da gestão dos empreendimentos, produtos e atrativos.

Descrição do conjunto de ações

As ações propostas no componente GESTÃO SOCIOAMBIENTAL abrangem planos e programas de gestão socioambiental e planos de recuperação de áreas degradadas.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 1 e 2 - Planejamento e Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque

Identificar os principais remanescentes de vegetação ao longo da Estrada Parque de forma que possa ser planejada a implantação do Corredor Ecológico que será interconectado com a recuperação de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente nas margens dos rios e nas encostas.

Ação 3 - Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga.

Deve-se revisar os planos de manejo já existentes e elaborar os planos para as unidades que não o possui, possibilitando o planejamento para sua gestão, conservação e fiscalização, bem como determinando a capacidade de carga de cada atrativo que não coloque em risco o meio ambiente e as comunidades no entorno. Além do Prodetur Nacional, pode-se utilizar recursos e de Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS).

Ação 4 e 5- Elaboração/adequação e implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico.

Elaborar Plano de Gestão que deve ser compatível com os objetivos dos Sistemas de Unidades de Conservação Estadual e Nacional, estabelecendo as principais diretrizes e metas para gestão ambiental e territorial das unidades.

Ação 6 - Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro

Realização de estudo e definição do tipo de unidade de conservação na área do Pico do Monte Negro, o pico mais alto do estado, e que atualmente encontra-se dentro de propriedade particular, não dispondo de infraestrutura turística ou de visitação que possa garantir a sua conservação. Além do Prodetur Nacional, pode-se utilizar recursos e de Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS).

Ação 7 - Implantação de Sistema de Monitoramento Socioambiental no Corredor.

O Plano de Gestão Ambiental constitui o instrumento para gerenciamento e monitoramento ambiental do PDITS. Suas atividades serão desenvolvidas pelo Governo do Estado em parceria com as Prefeituras, que disporá de ferramentas para planejar, executar e avaliar seus próprios procedimentos, bem como para acompanhar e avaliar os demais agentes responsáveis por tudo o que se refere a meio ambiente do PDITS.

A partir do estabelecimento de metas e escolha de indicadores deverá ser implantado um sistema de monitoramento para avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das ações a serem adotadas com o PDITS do corredor.

Além do Prodetur Nacional, pode-se utilizar recursos e de Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS).

Ação 8 - Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental nos Municípios do Corredor

Fortalecimento principalmente dos órgãos de licenciamento ambiental Estadual e Municipais, com pessoal, capacitação e equipamentos para maior eficiência no acompanhamento dos processos e aplicação dos instrumentos de gestão ambiental e de planejamento e gestão territorial.

Além do Prodetur Nacional, pode-se utilizar recursos e de Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS).

Ação 9 - Proteção, implantação e ampliação das Unidades de Conservação

Investir no aumento de pessoal, capacitação e equipamentos para proteção, gestão e fiscalização das unidades de conservação dentro do corredor podendo contar com recursos próprios ou advindos das compensações ambientais, buscando também parcerias com a iniciativa privada para concessão de determinados serviços e atividades dentro das unidades.

Ação 10 - Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica

A Avaliação Ambiental Estratégica constitui-se em um instrumento de planejamento e um processo contínuo de avaliação da qualidade do meio ambiente e das eventuais consequências ambientais do desenvolvimento de uma área ou região, elaborado a partir da análise das Políticas, Planos e Programa, seus efeitos sinérgicos e possíveis impactos.

A aplicação efetiva da Avaliação Ambiental Estratégica fornece dados precisos e atualizados para tomadas de decisão que envolve aspectos ambientais e de desenvolvimento, avaliando o envolvimento de agentes sociais relevantes e as alternativas mais sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Custo Estimado

O custo total do componente referente à Gestão Socioambiental é de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) divididos por ação, conforme quadro abaixo.

QUADRO 10 – CUSTO POR AÇÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
1	**Planejamento do Corredor Ecológico da Estrada Parque**	**1.200.000,00**	**538.841,49**	**PRODETUR Nacional**
2	**Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque**	**4.000.000,00**	**1.796.138,30**	**PRODETUR Nacional**
3	**Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga**	**900.000,00**	**404.131,12**	**PRODETUR Nacional**
4	**Elaboração/adequação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico**	**800.000,00**	**359.227,66**	**PRODETUR Nacional**
5	**Implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico**	**2.000.000,00**	**898.069,15**	**PRODETUR Nacional**
6	**Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro**	**2.000.000,00**	**898.069,15**	**PRODETUR Nacional**
7	Implantação de Sistema de Monitoramento Socioambiental no Corredor	1.500.000,00	673.551,86	Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS)

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
8	Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental nos Municípios do Corredor	2.000.000,00	898.069,15	Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS)
9	Proteção, implantação e ampliação das Unidades de Conservação	5.000.000,00	2.245.172,88	Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS)
10	**Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica**	**600.000,00**	**269.420,75**	**PRODETUR Nacional**
	TOTAL	**20.000.000,00**	**8.980.691,51**	
TOTAL PRODETUR NACIONAL		**11.500.000,00**	**5.163.897,62**	

Apenas as ações a serem financiadas pelo PRODETUR Nacional somam R$11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil de reais).

3.2 DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

Apresenta-se a seguir o Quadro de Investimentos Totais previstos para o PDITS.

QUADRO 11 – DIMENSIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO				
1	Elaboração de Estudo de Mercado para o Turismo de Eventos e Negócios	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
2	Elaboração de Portfólio para Captação de Eventos e Negócios	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
3	Aplicação de Pesquisas de Perfil do Turista dos Segmentos do Corredor	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
4	Aplicação de pesquisas de demanda	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
5	Elaboração Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
6	Implementação de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	2.500.000,00	1.122.586,44	PRODETUR Nacional
7	Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
8	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes e gerentes dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos do Corredor Turístico	R$ 300.000,00	134.710,37	PRODETUR Nacional
9	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes e gerentes dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos do Corredor Turístico	R$ 800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
10	Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
11	Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
12	Elaboração de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	7.000.000,00	3.143.242,03	PRODETUR Nacional
13	Execução do Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	34.105.000,00	15.314.324,20	PRODETUR Nacional
TOTAL PRODETUR NACIONAL 1		**51.805.000,00**	**23.262.236,19**	
COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO				
1	Elaboração do Plano de Marketing Estratégico Tático e Operacional	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
2	Implementação do Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
3	Criação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	400.000,00	179.613,83	PRODETUR Nacional
4	Execução e Implantação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
TOTAL PRODETUR NACIONAL 2		**3.200.000,00**	**1.436.910,64**	
COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL				
1	Suprimento de Equipamentos de Informática, Mobiliário e Veículos para a UCP	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
2	Elaboração do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
3	Implementação do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
4	Elaboração de Estratégia e Plano de Ação e para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)	200.000,00	89.806,92	PRODETUR Nacional
5	Implementação de Plano de Ação o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
6	Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor	10.000,00	4.490,35	PRODETUR Nacional

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
7	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do turismo	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
8	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do turismo	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
9	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional
10	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
11	Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
12	Fomento da criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo	600.000,00	269.420,75	PRODETUR Nacional
13	Apoio Técnico na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
14	Revisão de Planos Diretores	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
15	Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
16	Gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul	3.000.000,00	1.347.103,73	PRODETUR Nacional
17	Elaboração de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
18	Implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	1.500.000,00	673.551,86	PRODETUR Nacional
TOTAL PRODETUR NACIONAL 3		**18.710.000,00**	**8.401.436,91**	
COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
1	Estudo de Avaliação e Projeto de Adequação das Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos	1.000.000,00	449.034,58	PRODETUR Nacional
2	Implantação de melhorias nas Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos	5.000.000,00	2.245.172,88	PRODETUR Nacional
3	Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	1.500.000,00	673.551,86	PRODETUR Nacional
4	Elaboração de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha	500.000,00	224.517,29	PRODETUR Nacional

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
5	Implantação de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha	3.000.000,00	1.347.103,73	PRODETUR Nacional
6	Aumento a coleta e tratamento de esgotos domésticos em todos municípios do corredor	50.000.000,00	22.451.728,78	CORSAN e PAC 2
7	Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	10.000.000,00	4.490.345,76	CORSAN e PAC 2
8	Ampliação dos sistemas de águas pluviais (coleta, dissipação de energia e disposição) nas cidades dentro do corredor bem como nas rodovias	20.000.000,00	8.980.691,51	Secretaria Municipal de Obras e Viação
9	Implantação e execução dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios que compõem o corredor e acabar com a disposição em lixões	36.000.000,00	16.165.244,72	Consórcio Pró-Sinos e Ministério das Cidades
10	Ampliação das redes de telefonia móvel nos municípios localizados na região dos Campos de Cima da Serra Gaúcha, principalmente nas proximidades dos atrativos na área rural	3.000.000,00	1.347.103,73	Empresas de telefonia móvel
11	Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico	4.000.000,00	1.796.138,30	PRODETUR Nacional
TOTAL 4		**134.000.000,00**	**60.170.633,14**	
TOTAL PRODETUR NACIONAL 4		**15.000.000,00**	**6.735.518,63**	
COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL				
1	Planejamento do Corredor Ecológico da Estrada Parque	1.200.000,00	538.841,49	PRODETUR Nacional
2	Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque	4.000.000,00	1.796.138,30	PRODETUR Nacional
3	Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga	900.000,00	404.131,12	PRODETUR Nacional
4	Elaboração/adequação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	800.000,00	359.227,66	PRODETUR Nacional
5	Implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
6	Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro	2.000.000,00	898.069,15	PRODETUR Nacional
7	Implantação de Sistema de Monitoramento Socioambiental no Corredor	1.500.000,00	673.551,86	Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS)
8	Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental nos Municípios do Corredor	2.000.000,00	898.069,15	Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS)

ITEM	AÇÃO	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
9	Proteção, implantação e ampliação das Unidades de Conservação	5.000.000,00	2.245.172,88	Compensação Ambiental (ICMBio e SEMA/RS)
10	Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica	600.000,00	269.420,75	PRODETUR Nacional
	TOTAL 5	**20.000.000,00**	**8.980.691,51**	
TOTAL PRODETUR NACIONAL 5		**11.500.000,00**	**5.163.897,62**	
TOTAL GERAL		**254.215.000,00**	**114.151.324,65**	
TOTAL PRODETUR NACIONAL		**100.215.000,00**	**45.000.000,00**	

3.3 SELEÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES

As ações a serem financiadas no âmbito do PRODETUR Nacional serão objeto de priorização, de acordo com a metodologia desenvolvida apresentada a seguir.

As ações do PRODETUR Nacional serão priorizadas para os **quatro** primeiros anos, sendo que as ações de fortalecimento da gestão municipal/estadual para o turismo deverão ter prioridade frente as ações de infraestrutura planejadas.

3.3.1 Metodologia para Priorização das Ações

Todas ações cujos recursos são provenientes do PRODETUR Nacional foram julgadas para definição da priorização das mesmas no PDITS. Sendo assim, foram considerados 6 (seis) critérios e uma escala de 1 a 3 para julgamento dos critérios definidos:

QUADRO 12 – CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES

CRITÉRIOS		ESCALA
A	Relação com a estratégia do destino	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
B	Interface e interdependência com outras ações	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
C	Nível de impacto positivo no destino	1 – Baixo 2 – Médio 3 – Alto
D	Amplitude dos benefícios gerados	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
E	Tempo para implantação	1 – Longo prazo 2 – Médio prazo 3 – Curto prazo
F	Visibilidade da ação	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta

A classificação indica o grau de prioridade de cada ação, atribuindo um valor quantitativo à sua importância para o desenvolvimento do turismo no Corredor Turístico. Sendo assim, o somatório das notas atribuídas aos critérios define àquelas ações preferenciais a serem implantadas.

Para tanto, tem-se:

Prioridade I: notas entre 16 e 18

Prioridade II: notas entre 13 e 15

Prioridade III: notas entre 6 e 12

A análise destes aspectos por ação está consolidada na matriz a seguir que apresenta as ações prioritárias para o PRODETUR Nacional.

3.3.2 Resultados da Hierarquização

A matriz de priorização das ações é fruto do trabalho realizado na segunda oficina participativa de validação do PDITS.

TABELA 12: Matriz de Priorização das Ações do PDITS

Componente/Ação		A	B	C	D	E	F	TOTAL	PRIORIDADE
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO									
1	Elaboração de Estudo de Mercado para o Turismo de Eventos e Negócios	3	1	2	2	3	2	13	II
2	Elaboração de Portfólio para Captação de Eventos e Negócios	3	1	2	2	3	2	13	II
3	Aplicação de Pesquisas de Perfil do Turista dos Segmentos do Corredor	3	1	3	3	2	2	14	II
4	Aplicação de pesquisas de demanda	3	1	3	3	2	2	14	II
5 e 6	Elaboração e implementação de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	3	2	2	3	2	2	14	II
7	Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor	3	1	3	3	2	2	14	II
8 e 9	Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de **dirigentes e gerentes dos empreendimentos** prestadores de serviços turísticos do Corredor Turístico	3	3	3	2	3	1	15	II
10	Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque	3	3	3	3	3	3	18	I
11	Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020	3	3	3	3	3	3	18	I
12 e 13	Elaboração e Execução de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	3	3	3	3	3	1	16	I
COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO									
1 e 2	Elaboração e Implementação do Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional	3	3	3	3	3	3	18	I
3 e 4	Criação e execução de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	3	3	2	2	2	3	15	II
COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL									
1	Suprimento de Equipamentos de Informática, Mobiliário e Veículos para a UCP	3	3	3	3	3	1	16	I
2 e 3	Elaboração e Implementação do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	3	3	3	3	2	1	15	II

Componente/Ação		A	B	C	D	E	F	TOTAL	PRIORIDADE
4 e 5	Elaboração e Implementação de Estratégia e Plano de Ação para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)	3	3	3	3	2	2	16	I
6	Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor	3	3	3	3	3	1	16	I
7 e 8	Elaboração e Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do turismo	3	3	3	3	2	1	15	II
9 e 10	Elaboração e Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	3	3	3	3	2	2	16	I
11	Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	3	3	3	3	3	3	18	I
12	Fomento da criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo	3	3	3	3	3	3	18	I
13	Apoio Técnico na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo	3	3	3	3	3	3	18	I
14	Revisão de Planos Diretores	2	2	3	3	2	3	15	II
15	Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias	3	3	3	3	3	3	18	I
16	Gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul	3	3	3	3	3	2	17	I
17 e 18	Elaboração e Implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	3	3	3	3	3	2	17	I
	COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS								
1 e 2	Estudo de Avaliação e Implantação de Projeto de Adequação das Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos	3	2	3	3	1	3	15	II
3	Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	3	1	2	3	3	2	14	II
4 e 5	Elaboração e Implantação de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha	3	3	3	2	2	3	16	I
6	Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico	2	1	3	3	2	2	13	II
	COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL								

Componente/Ação		A	B	C	D	E	F	TOTAL	PRIORIDADE
1 e 2	Planejamento do e Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque	3	3	3	3	2	2	16	I
3	Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga	3	3	2	2	2	2	14	II
4 e 5	Elaboração/adequação e Implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	3	2	3	3	2	3	16	I
6	Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro	3	2	3	3	2	3	16	I
7	Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica	3	3	2	3	3	3	17	I

3.4 MATRIZ DE INVESTIMENTOS

Na Matriz de Investimentos constam a prioridade, o ano de execução e o recurso a ser destinado a cada uma das ações elencadas. Nesta Matriz aparecerão apenas as ações que terão recursos provenientes do PRODETUR Nacional, sendo que as ações com prioridade I deverão ser implementadas nos 18 primeiros meses de execução do Programa.

TABELA 13: MODELO DE MATRIZ DE INVESTIMENTOS

ITEM	COMPONENTE/AÇÃO	ORDEM DE PRIORIDADE	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
	COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO		**6.400,00**	**2.873,82**	**29.000,00**	**13.022,00**	**11.900,00**	**5.343,51**	**4.505,00**	**2.022,90**	**51.805,00**	**23.262,24**
1	Elaboração de Estudo de Mercado para o Turismo de Eventos e Negócios	II	0,00	0,00	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	224,52
2	Elaboração de Portfólio para Captação de Eventos e Negócios	II	0,00	0,00	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	224,52
3	Aplicação de Pesquisas de Perfil do Turista dos Segmentos do Corredor	II	200,00	89,81	200,00	89,81	200,00	89,81	200,00	89,81	800,00	359,23
4	Aplicação de pesquisas de demanda	II	200,00	89,81	200,00	89,81	200,00	89,81	200,00	89,81	800,00	359,23
5	Elaboração de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	II	0,00	0,00	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	224,52
6	Implementação de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	II	0,00	0,00	1.500,00	673,55	1.000,00	449,03	0,00	0,00	2.500,00	1.122,59
7	Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor	II	0,00	0,00	1.000,00	449,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	449,03
8	Elaboração de Plano de Capacitação de **dirigentes e gerentes dos empreendimentos** prestadores de serviços turísticos	II	0,00	0,00	300,00	134,71	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	134,71
9	Implementação de Plano de Capacitação de **dirigentes e gerentes dos empreendimentos** prestadores de serviços turísticos	II	0,00	0,00	300,00	134,71	500,00	224,52	0,00	0,00	800,00	359,23
10	Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque	I	2.000,00	898,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	898,07
11	Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020	I	1.000,00	449,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	449,03
12	Elaboração de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	I	3.000,00	1.347,10	4.000,00	1.796,14	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	3.143,24
13	Execução de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	I	0,00	0,00	20.000,00	8.980,69	10.000,00	4.490,35	4.105,00	1.843,29	34.105,00	15.314,32
	COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO		**1.000,00**	**449,03**	**400,00**	**179,61**	**400,00**	**179,61**	**0,00**	**0,00**	**3.200,00**	**1.436,91**
1	Elaboração do Plano de Marketing Estratégico Tático e Operacional	I	800,00	359,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	359,23
2	Implementação do Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional	I	200,00	89,81	400,00	179,61	400,00	179,61	0,00	0,00	1.000,00	449,03
3	Criação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	II	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	179,61	0,00	0,00	400,00	179,61
4	Execução e Implantação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	II	0,00	0,00	600,00	269,42	400,00	179,61	0,00	0,00	1.000,00	449,03
	COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		**8.410,00**	**3.776,38**	**5.200,00**	**2.334,98**	**3.500,00**	**1.571,62**	**1.600,00**	**718,46**	**18.710,00**	**8.401,44**
1	Suprimento de Equipamentos de Informática, Mobiliário e Veículos para a UCP	I	1.000,00	449,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	449,03
2	Elaboração do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	II	0,00	0,00	800,00	359,23	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	359,23
3	Implementação do Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	II	0,00	0,00	200,00	89,81	1.000,00	449,03	800,00	359,23	2.000,00	898,07
4	Elaboração de Estratégia e Plano de Ação e para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)	I	200,00	89,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	89,81
5	Implementação de Plano de Ação o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul	I	500,00	224,52	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	449,03
6	Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor	I	10,00	4,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	4,49
7	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do turismo	II	0,00	0,00	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	224,52
8	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do turismo	II	0,00	0,00	200,00	89,81	500,00	224,52	300,00	134,71	1.000,00	449,03
9	Elaboração de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	I	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	224,52

ITEM	COMPONENTE/AÇÃO	ORDEM DE PRIORIDADE	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
10	Implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	I	200,00	89,81	500,00	224,52	300,00	134,71	0,00	0,00	1.000,00	449,03
11	Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	I	800,00	359,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	359,23
12	Fomento da criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo	I	600,00	269,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	269,42
13	Apoio Técnico na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo	I	500,00	224,52	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	449,03
14	Revisão de Planos Diretores	II	1.000,00	449,03	500,00	224,52	500,00	224,52	0,00	0,00	2.000,00	898,07
15	Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias	I	500,00	224,52	200,00	89,81	200,00	89,81	100,00	44,90	1.000,00	449,03
16	Gerenciamento do PRODETUR Nacional Rio Grande do Sul	I	1.000,00	449,03	1.000,00	449,03	700,00	314,32	300,00	134,71	3.000,00	1.347,10
17	Elaboração de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	I	800,00	359,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	359,23
18	Implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	I	800,00	359,23	300,00	134,71	300,00	134,71	100,00	44,90	1.500,00	673,55
	COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		**500,00**	**224,52**	**1.500,00**	**673,55**	**2.000,00**	**898,07**	**2.000,00**	**898,07**	**15.000,00**	**6.735,52**
1	Estudo de Avaliação e Projeto de Adequação das Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos	II	500,00	224,52	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	449,03
2	Implantação de melhorias nas Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos	II	0,00	0,00	1.000,00	449,03	2.000,00	898,07	2.000,00	898,07	5.000,00	2.245,17
3	Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	II	1.000,00	449,03	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	673,55
4	Elaboração de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha	I	500,00	224,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	224,52
5	Implantação de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha	I	1.500,00	673,55	1.000,00	449,03	500,00	224,52	0,00	0,00	3.000,00	1.347,10
6	Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico	II	1.000,00	449,03	1.000,00	449,03	2.000,00	898,07	0,00	0,00	4.000,00	1.796,14
	COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL		**4.400,00**	**1.975,75**	**3.500,00**	**1.571,62**	**1.000,00**	**449,03**	**0,00**	**0,00**	**11.500,00**	**5.163,90**
1	Planejamento do Corredor Ecológico da Estrada Parque	I	1.200,00	538,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	538,84
2	Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque	I	1.000,00	449,03	2.000,00	898,07	1.000,00	449,03	0,00	0,00	4.000,00	1.796,14
3	Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga	II	900,00	404,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	404,13
4	Elaboração/adequação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	I	800,00	359,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	359,23
5	Implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	I	500,00	224,52	1.500,00	673,55	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	898,07
6	Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro	I	1.000,00	449,03	1.000,00	449,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	898,07
7	Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica	I	600,00	269,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	269,42
	TOTAL		**20.710,00**	**9.299,51**	**39.600,00**	**17.781,77**	**18.800,00**	**8.441,85**	**8.105,00**	**3.639,43**	**100.215,00**	**45.000,00**
	%		**20,67**		**39,52**		**18,76**		**8,09**			

* Cotação dólar comercial (R$) 2,227

Data: 29/07/2014

3.5 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

A seguir, apresenta-se o detalhamento das ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR.

COMPONENTE 1 – PRODUTO TURÍSTICO

Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque -Estudos De Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA								
Objetivo	Estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental dentre as alternativas propostas.							
Justificativa	Avaliar e apurar se os benefícios estimados superam os custos com os projetos e execução das obras previstas.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Criação de pontos de atratividade turística e unidade							
Benefícios	Desenvolvimento da atividade turística atrelado à sustentabilidade ambiental e integração dos atrativos naturais por meio de um elemento também atrativo que será a estrada parque.				**Beneficiários**	População, cadeia produtiva e turistas.		
Descrição da ação	Levantamentos, pesquisas e estudos dos aspectos socioeconômicos, ambientais e de engenharia que serão necessários no projeto.							
Responsável pela Execução	SETUR-RS/DAER-RS			**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**			SETUR-RS/DAER-RS	
Custo estimado	R$2.000.000,00	**Gastos estimados de operação**	-		**Fonte de financiamento**		PRODETUR Nacional	
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				Estudos ambientais específicos		
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Relação custos orçado/executado do Projeto da Estrada Parque. Acompanhamento físico-financeiro do projeto pelo órgão executor, DAER-RS.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Elaboração de Estudos Ambientais para a Estrada Parque; Elaboração do Projeto de Engenharia e Arquitetura para a Estrada Parque; Criação e execução de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico; Elaboração e Implantação de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Ação: Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020												
Objetivo	Definição das diretrizes e projetos necessários para implantar a Estrada-Parque na rodovia estruturante do corredor (RS-020) e nos trechos das rodovias que complementam o corredor (RS-115, RS-235 e RS-290)											
Justificativa	A Estrada-Parque e o Corredor Ecológico podem funcionar como elo de ligação entre os atrativos turísticos, reforçando vínculos e a própria identidade do CT. Dessa forma, a estrada fomenta a maior visitação aos atrativos turísticos que atualmente possuem baixa e média visitação. A própria Estrada Parque torna-se um atrativo e confere u um diferencial ao CT.											
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Com a implantação da Estrada Parque deverá ser aumentado o número de visitantes no Corredor bem como aumentar sua permanência na região.											
Benefícios	Implantação da Estrada Parque compatibilizada com a conservação do meio ambiente.				**Beneficiários**		Turistas e população nos municípios do corredor					
Descrição da ação	Devem ser elaborados projetos ambientais exigidos pelo órgão competente a fim de viabilizar a implantação da Estrada Parque.											
Responsável pela Execução	SETUR/RS, FEPAM/RS e Secretarias Municipais de Meio Ambiente				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**				SETUR/RS, FEPAM/RS e Secretarias Municipais de Meio Ambiente			
Custo estimado	**R$ 1.000.000,00**		**Gastos estimados de operação**			**Fonte de financiamento**						
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**					Resolução CONAMA 237/97 e Resolução CONSEMA 102/2005				
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Relação custos de medidas compensatórias/custos diretos do Projeto da Estrada Parque. Fonte: Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque e Estudos Ambientais, DAER-RS.											
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Elaboração do EVTA; Elaboração do Projeto de Engenharia e Arquitetura para a Estrada Parque; Criação e execução de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico; Elaboração e Implantação de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha											
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**			NÃO		

Elaboração de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque									
Objetivo	Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e Arquitetura para a consolidação da Estrada Parque.								
Justificativa	O projeto executivo de Engenharia e Arquitetura é essencial para a construção do projeto.								
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Criação de pontos de atratividade turística e unidade.								
Benefícios	Desenvolvimento da atividade turística atrelado à sustentabilidade ambiental e integração dos atrativos naturais por meio de um elemento também atrativo que será a estrada parque.						**Beneficiários**	População, cadeia produtiva e turistas.	
Descrição da ação	Projetos de Drenagem, Pavimentação, Obras de Arte Especiais, Geométrico, Sinalização, Arquitetura e outros.								
Responsável pela Execução	SETUR-RS/DAER-RS			**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**			SETUR-RS/DAER-RS		
Custo estimado	R$7.000.000,00		**Gastos estimados de operação**		-		**Fonte de financiamento**	PRODETUR Nacional	
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**					Estudos ambientais específicos	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Relação prazo de execução previsto/prazo executado do Projeto da Estrada Parque. Acompanhamento físico-financeiro do projeto pelo órgão executor, DAER-RS.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Estudos De Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA; Elaboração de Estudos Ambientais para a Estrada Parque Criação e execução de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico; Elaboração e Implantação de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**		NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Execução de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque												
Objetivo	Executar o Projeto Executivo de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque.											
Justificativa	Criação da infraestrutura adequada para o funcionamento da Estrada Parque.											
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Criação de pontos de atratividade turística e unidade.											
Benefícios	Infraestrutura de qualidade para o turismo sustentável.				**Beneficiários**		População, cadeia produtiva e turistas.					
Descrição da ação	Execução de obras de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia e Arquitetura.											
Responsável pela Execução	DAER-RS				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**				DAER-RS			
Custo estimado	R$34.105.000,00		**Gastos estimados de operação**		-		**Fonte de financiamento**			PRODETUR Nacional		
Mecanismos de recuperação de custos	-		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**						Estudos ambientais específicos			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Relação prazo de execução previsto/prazo executado do Projeto da Estrada Parque. Acompanhamento físico-financeiro do projeto pelo órgão executor, DAER-RS.											
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque; Estudos De Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA; Elaboração de Estudos Ambientais para a Estrada Parque; Criação e execução de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico; Elaboração e Implantação de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha.											
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**		NAO			

COMPONENTE 2 – COMERCIALIZAÇÃO

Elaboração e Implementação do Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional									
Objetivo	**Definir o patamar de atratividade requerido para O Corredor Turístico, promovendo a orientação para as demandas-meta através de estratégias específicas para reorientação mercadológica do destino.**								
Justificativa	O Plano de *Marketing* é imprescindível para que sejam alcançados os resultados esperados em termos de qualificação de produto e da demanda.								
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Qualificação da demanda turística atraindo nichos com renda e gasto médio diário superiores, novo posicionamento competitivo e aumento na comercialização do produto turístico.								
Benefícios	Aumento do gasto médio diário, geração de empregos e aumento na arrecadação de impostos.				**Beneficiários**		Cadeia produtiva do turismo e população local.		
Descrição da ação	Elaboração de diagnóstico estratégico, definição do posicionamento mercadológico esperado, diretrizes, metas, estratégia geral, tática e operacional, desenvolvimento do produto, estratégias de preço, promoção e comercialização, seleção e indicação dos parceiros-alvo privilegiados para promoção e comercialização, previsão de custos e prazos de implantação.								
Responsável pela Execução	SETUR-RS				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**			SETUR-RS	
Custo estimado	R$1.800.000,00		**Gastos estimados de operação**	-		**Fonte de financiamento**		PRODETUR Nacional	
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				-		
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Marketing-share de Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha no turismo receptivo do país aumenta em relação ao ano-base. Fonte: MTUR/UCP.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**		NAO

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Suprimento de Equipamentos de Informática, Mobiliário e Veículos para a UCP								
Objetivo	Suprir a UCP de infraestrutura necessária ao serviço que realizam, de forma a agilizar e melhorar os níveis atuais de desempenho.							
Justificativa	A UCP responsável pela execução do PRDETUR nacional conta, atualmente, com as condições inadequadas as suas necessidades.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	UCP suprida de equipamentos de informática, do mobiliário e do veículo necessários ao trabalho, de forma a aumentar os níveis de qualidade e de desempenho.							
Benefícios	Aumento da agilidade, confiabilidade, mobilidade e qualidade.		**Beneficiários**	Administração pública estadual				
Descrição da ação	As intervenções a serem consideradas são aquisição de mobiliário; aquisição de equipamentos e softwares de tecnologia da informação; e aquisição de automóveis.							
Responsável pela Execução	SETUR-RS		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR-RS			
Custo estimado	R$1.000.000,00	**Gastos estimados de operação**	-	**Fonte de financiamento**	PRODETUR Nacional			
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		-				
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação dos funcionários da UCP com os recursos físicos e organizacionais aumenta em relação ao ano base. Fonte: Pesquisa de Clima Organizacional a ser realizada pela UCP/SETUR esteja vinculada							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Elaboração e Implementação de Estratégia e Plano de Ação para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)								
Objetivo	Elaborar e implementar estratégias e plano de ações para o fortalecimento institucional do turismo no Rio Grande do Sul.							
Justificativa	Em 2014 foi elaborado o Diagnóstico da situação institucional da SETUR-RS, no entanto não foram definidas estratégias e um plano de ação. A elaboração do Plano de Fortalecimento constitui documento técnico exigido pelo PRODETUR Nacional para aporte dos recursos financeiros necessários à implantação de ações consideradas prioritárias, tendo em vista a implantação do PDITS, elaborado para o estado e para a implantação de medidas de melhoria das condições para a gestão estadual.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Plano de Fortalecimento elaborado conforme exigências do PRODETUR Nacional provido de recursos para implantação de melhorias no processo de gestão estadual.							
Benefícios	Gestão estadual fortalecida.				**Beneficiários**	Administração pública estadua, cadeia produtiva do turismo e população local.		
Descrição da ação	A complementação do Diagnóstico Institucional será contratada à empresa de consultoria especializada, seguindo orientações do Regulamento Operacional do PRODETUR/Nacional – Anexo C. Deverá abranger, prioritariamente, as áreas de **Gestão do Turismo**. Conforme o referido regulamento, serão também analisadas as necessidades e as possibilidades de investimento no fortalecimento institucional das áreas de gestão territorial e de gestão fiscal e financeira. Para elaboração do Plano, devem ser cumpridas as seguintes etapas de trabalho: 1. Diagnóstico da Gestão Estadual do Turismo; 2. Estratégias e Plano de Ação e Implementação; 3. Elaboração dos Termos de Referência para implantação das ações prioritárias e consolidação do Plano de Fortalecimento.							
Responsável pela Execução	SETUR-RS				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR-RS	
Custo estimado	R$200.000,00		**Gastos estimados de operação**	-		**Fonte de financiamento**		PRODETUR Nacional
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				-	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Arrecadação do ISS cresce a uma taxa maior que no período-base. Fonte: UCP/SETUR RS.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor								
Objetivo	Nivelar as informações do município de Rolante aos demais municípios do Corredor.							
Justificativa	Na primeira oficina participativa do PDITS foi solicitada a inclusão do município de Rolante na área turística, objeto de estudo. Após decisão da SETUR-RS o mesmo foi incluído, no entanto, os estudos do PDITS já estavam avançados e é necessária essa complementação para nivelamento das informações de Rolante.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Município de Rolante integrado ao Corredor Turístico.							
Benefícios	Participação de Rolante nos benefícios gerados pelo PRODETUR Nacional.		**Beneficiários**	Cadeia produtiva do turismo; população e turistas				
Descrição da ação	Contratação de consultoria para elaboração de diagnóstico do município de Rolante para nivelamento das informações com os demais municípios do Corredor.							
Responsável pela Execução	SETUR-RS		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR-RS			
Custo estimado	R$10.000,00	**Gastos estimados de operação**	-	**Fonte de financiamento**	PRODETUR Nacional			
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		-				
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação dos turistas com a disponibilização de informações prestadas pelos centros de atendimento ao turista, CAT, aumenta em relação ao ano base. Fonte: UCP/SETUR RS.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos												
Objetivo	Implantar mecanismos de fomento e instrumentos legais de incentivo fiscal ao desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios e elaborar Projeto de Lei Municipal de Incentivo Fiscal para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.											
Justificativa	Para a gestão do turismo efetiva e para o desenvolvimento de novos produtos e instalação de novos empreendimentos turísticos, é fundamental viabilizar e instituir mecanismos de fomento, a partir de recursos externos, e de incentivo fiscal, por parte do município, para desenvolvimento sustentável do turismo local, de forma complementar aos incentivos previstos em lei estadual pertinente.											
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Promoção do desenvolvimento do turismo sustentável, considerando a realidade imediata e cenários futuros, de médio e longo prazos, de forma integrada com a política estadual e federal de turismo no que tange a implantação de novos produtos e empreendimentos turísticos.											
Benefícios	Ações municipais de desenvolvimento do turismo para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.				**Beneficiários**		Administrações públicas municipais, cadeia produtiva do turismo, empreendedores e população local.					
Descrição da ação	Contratação de consultoria técnica especializada para coordenação e execução de diferentes etapas de trabalho: realização de pesquisa para identificar experiências exitosas similares, a serem consideradas *benchmarking*; realização de estudos jurídicos, indicação dos institutos legais e oficinas de trabalho junto aos municípios para democratização da informação, além de apoio na elaboração das peças jurídicas a serem adotadas pelos municípios; indicação e detalhamento dos processos organizacionais e administrativos para implantação do projeto, apresentação e discussão dos conteúdos indicados com os agentes públicos e privados interessados; elaboração de Projeto de Lei Municipal de Incentivo Fiscal para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.											
Responsável pela Execução	SETUR-RS				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**				SETUR-RS/Municípios			
Custo estimado	R$800.000,00		**Gastos estimados de operação**	-		**Fonte de financiamento**			PRODETUR Nacional			
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				-					
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Número de estabelecimentos turísticos cresce no CT aumenta, em relação ao ano base.. Fonte: UCP/SETUR RS.											
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.											
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**		NAO			

Fomento da criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo								
Objetivo	Analisar, a eficácia e a efetividade dos conselhos e fóruns regionais de turismo, em sua configuração atual e apoiar o planejamento e implantação de mudanças cabíveis que permitam que os mesmos atuem de forma adequada, gerando resultados que incluem, dentre outros, os pertinentes às ao papel perante a implantação, monitoramento e avaliação do PDITS, em sintonia com a Secretaria de Turismo estadual.							
Justificativa	Constatou-se que há uma baixa atuação e participação dos Conselhos Municipais de Turismo ou Fóruns e dos Fundos Municipais de Turismo, apesar de grande parte dos municípios já possuírem leis de criação destes instrumentos de gestão. Apenas Porto Alegre possui Fórum e Fundo de Turismo ativos.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Conselhos Municipais e Fóruns Regionais fortalecidos e atuantes.							
Benefícios	Desenvolvimento turístico sustentável com a participação dos atores do turismo.		**Beneficiários**		Administrações públicas municipais, cadeia produtiva do turismo, empreendedores e população local.			
Descrição da ação	Realização de ações de capacitação dos membros dos conselhos, por meio de treinamento específico, mesas redondas, vivência da atuação de Conselhos de Turismo Estaduais e em municípios assemelhados aos do Corredor.							
Responsável pela Execução	SETUR-RS		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR-RS/Municípios			
Custo estimado	R$600.000,00	**Gastos estimados de operação**	-	**Fonte de financiamento**	PRODETUR Nacional			
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		-				
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Número de reuniões e eventos promovidos pelos conselhos municipais e fóruns regionais aumenta em relação ao ano base.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Apoio Técnico na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo								
Objetivo	Disponibilizar apoio técnico para que os municípios do Corredor elaborem seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo em acordo com as políticas estaduais e nacionais.							
Justificativa	É importante que os municípios possuam estratégias de desenvolvimento traçadas em um Plano de Desenvolvimento do Turismo Municipal.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Atividade turística desenvolvida de forma sustentável, orientada por um planejamento estratégico.							
Benefícios	Desenvolvimento turístico planejado				**Beneficiários**	Administrações públicas municipais, cadeia produtiva do turismo, empreendedores e população local.		
Descrição da ação								
Responsável pela Execução	SETUR-RS			**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR-RS/Municípios		
Custo estimado	R$1000.000,00	**Gastos estimados de operação**	-		**Fonte de financiamento**	PRODETUR Nacional		
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			-			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Nível de qualidade dos serviços prestados aos turistas nos CAT, aferidos por meio de pesquisa de opinião realizada no ato do atendimento e/ou pesquisa de demanda turística bianual, a partir do ano-base.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias												
Objetivo	Mobilizar atores envolvidos para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e a formação de uma rede de parcerias que envolva os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor.											
Justificativa	Tendo em vista o impacto significativo da implantação das demais ações de fortalecimento afetas a este Componente do PDITS, e ainda, os demais investimentos previstos que, em seu conjunto, deverão imprimir nova dinâmica ao turismo no Corredor, torna-se necessário um esforço concentrado de mobilização atores envolvidos para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e a formação de uma rede de parcerias que envolva os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor.											
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Interação das empresas do setor turístico com parcerias e associativismo.											
Benefícios	Terceiro setor organizado e melhora na qualidade dos serviços prestados.				**Beneficiários**							
Descrição da ação	Realização de um conjunto significativo de eventos devidamente programados tais como reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação, atividades específicas de capacitação, publicação e distribuição de material didático e informativo específicos para os diferentes segmentos											
Responsável pela Execução	SETUR-RS				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**				SETUR-RS/Municípios			
Custo estimado	R$1000.000,00		**Gastos estimados de operação**		-		**Fonte de financiamento**			PRODETUR Nacional		
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**					-				
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Interação Empresas do Ramo de Turismo com Parcerias e Associativismo, medida pelo número de empresas do APL Turismo que realiza parcerias ou iniciativas de associativismo cresce em relação ao ano base; Número de parcerias firmadas e estabelecidas entre empresas do APL Turismo do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha cresce em relação ao ano base.											
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.											
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO				

Gerenciamento do PRODETUR Nacional								
Objetivo	Orientar e apoiar a UCP no desenvolvimento das atividades referentes ao PRODETUR Nacional.							
Justificativa	Para o melhor aproveitamento do Programa em no Corredor Turístico é necessário apoio técnico e orientação.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	PRODETUR/ implementado.							
Benefícios	Investimentos em desenvolvimento turístico no Corredor com eficiência e eficácia.				**Beneficiários**	Administração pública, população, turistas.		
Descrição da ação	Contratar consultoria técnica para orientar e apoiar a UCP no desenvolvimento das atividades referentes ao PRODETUR Nacional.							
Responsável pela Execução	SETUR-RS				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR-RS/Municípios	
Custo estimado	3.000.000,00	**Gastos estimados de operação**	-		**Fonte de financiamento**		PRODETUR Nacional	
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			-			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Relação prazos de execução/previsão do PRODETUR NACIONAL do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha. Fonte: UCP/SETUR RS.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

Elaboração e Implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul							
Objetivo	Dotar a UCP dos recursos de tecnologia da informação necessários, sob a forma de um Sistema de Informações Gerenciais, tendo em vista o gerenciamento da implantação dos investimentos previstos no respectivo PDITS, que serão objeto de Operação Individual a ser contratada junto ao PRODETUR Nacional.						
Justificativa	O SIG para gerenciamento da implantação do PRODETUR/Corredor Turístico constitui instrumento indispensável para que a administração estadual, por meio da UCP, mantenha o controle sobre as intervenções previstas/realizadas, e para que possam ser atendidas as exigências do PRODETUR Nacional e do BID quanto a planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa.						
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	PRODETUR dotado das condições de tecnologia da informação necessárias para implantação das intervenções previstas. Desenvolvimento do turismo no Corredor promovido de acordo com os parâmetros traçados no PDITS respectivo.						
Benefícios	Investimentos em desenvolvimento turístico no Corredor geridos com eficiência e eficácia.		**Beneficiários**	Administração pública municipal, cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.			
Descrição da ação	Elaboração e implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional do Corredor Turístico Porto Alegre Serra Gaúcha						
Responsável pela Execução	SETUR-RS		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR-RS/Municípios		
Custo estimado	800.000,00	**Gastos estimados de operação**	-	**Fonte de financiamento**		PRODETUR Nacional	
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		-			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Evolução do número de acessos ao sistema de informações pelos órgãos de gestão do turismo da administração municipal, pelo trade turístico e a sociedade em geral. Fonte: UCP/SETUR RS.						
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Com todas as ações.						
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NAO

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

Elaboração e Implantação de Projeto de Sinalização Turística das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha								
Objetivo	Dotar as áreas de maior fluxo turístico do Corredor Turístico de sinalização turística adequada.							
Justificativa	Carência de sinalização turística destina ao Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Informações suficientes para o turista se localizar com facilidade e segurança no Corredor.							
Benefícios	Infraestrutura de sinalização turística adequada para o Corredor		**Beneficiários**	População, cadeia produtiva e turistas.				
Descrição da ação	Execução de obras de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia e Arquitetura.							
Responsável pela Execução	SETUR-RS		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**	SETUR-RS				
Custo estimado	500.000,00	**Gastos estimados de operação**	-	**Fonte de financiamento**	PRODETUR Nacional			
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**	-					
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades melhora, em relação ao ano-base. Fonte: Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	SIM	**Projeto executivo**	SIM	**Termo de referencia**	SIM	**Reconhecimento retroativo**	NAO

COMPONENTE 6 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Ação Planejamento do Corredor Ecológico da Estrada Parque									
Objetivo	Identificar remanescentes de vegetação nativa em unidades de conservação e propriedades privadas (principalmente reservas legais e APPs) para estabelecer os limites de um Corredor Ecológico que interligue a região da Laguna dos Patos aos remanescentes de Mata Atlântica nas encostas da Serra Gaúcha.								
Justificativa	A formação do Corredor Ecológico, além da importância na conservação e preservação da flora e fauna nativas, será fundamental na consolidação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS								
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Aumento do quantitativo e qualitativo de atrativos relacionados ao turismo ecológico e aumento do número de visitantes nas Unidade de Conservação e propriedades que irão compor o Corredor Ecológico.								
Benefícios	Aumento do percentual de áreas com vegetação nativa conservados e recuperação de áreas degradadas dentro do Corredor Ecológico, criando uma nova possibilidade de renda aos proprietários rurais.				**Beneficiários**		Turistas adeptos do turismo ecológico e de aventura e proprietários de áreas rurais no Corredor Ecológico		
Descrição da ação	Identificar os principais remanescentes de vegetação ao longo da Estrada Parque de forma que possa ser planejada a implantação do Corredor Ecológico que será interconectado com a recuperação de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente nas margens dos rios e nas encostas.								
Responsável pela Execução	SETUR/RS, FEPAM/RS e Secretarias Municipais de Meio Ambiente				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**			SETUR/RS, FEPAM/RS e Secretarias Municipais de Meio Ambiente	
Custo estimado	**R$ 1.200.000,00**		**Gastos estimados de operação**			**Fonte de financiamento**			
Mecanismos de recuperação de custos			**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			Resolução CONAMA 237/97, Resolução CONSEMA 102/2005 e SNUC			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Aumento do percentual de Mata Atlântica a ser conservado e evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas UCP/órgão ambiental/ONGs								
Relação com outras ações quanto ao cronograma									
Nível de avanço:	**Projeto básico**		**Projeto executivo**		**Termo de referencia**		**Reconhecimento retroativo**		

Ação: Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque								
Objetivo	Implantação do Corredor Ecológico definido na ação anterior aumentando os percentual de Mata Atlântica a serem preservados, recuperando áreas degradadas e gerando novas alternativas de atrativos.							
Justificativa	A implantação do Corredor Ecológico aumentará o percentual conservação e preservação da flora e fauna nativas, consolidando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Aumento do quantitativo e qualitativo de atrativos relacionados ao turismo ecológico e aumento do número de visitantes nas Unidade de Conservação e propriedades que irão compor o Corredor Ecológico.							
Benefícios	Aumento do percentual de áreas com vegetação nativa conservados e recuperação de áreas degradadas dentro do Corredor Ecológico, criando uma nova possibilidade de renda aos proprietários rurais.				**Beneficiários**	Turistas adeptos do turismo ecológico e de aventura e proprietários de áreas rurais no Corredor Ecológico		
Descrição da ação	Elaboração de normas para criação e implantação do Corredor Ecológico, bem como mecanismos financeiros, de compensação e incentivos para a adesão dos proprietários rurais							
Responsável pela Execução	SETUR/RS, FEPAM/RS e Secretarias Municipais de Meio Ambiente				**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR/RS, FEPAM/RS e Secretarias Municipais de Meio Ambiente	
Custo estimado	**R$ 4.000.000,00**		**Gastos estimados de operação**			**Fonte de financiamento**		
Mecanismos de recuperação de custos			**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			Resolução CONAMA 237/97, Resolução CONSEMA 102/2005 e SNUC		
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Aumento do percentual de Mata Atlântica a ser conservado e evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas UCP/órgão ambiental/ONGs							
Relação com outras ações quanto ao cronograma								
Nível de avanço:	**Projeto básico**		**Projeto executivo**		**Termo de referencia**		**Reconhecimento retroativo**	

Ação: Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica								
Objetivo	Avaliar as políticas, programas e planos para o setor de turismo na região do corredor de forma que possam ser definidas diretrizes macro para planejamento da atividade compatível com a preservação do meio ambiente							
Justificativa	A Avaliação Ambiental Estratégica é uma importante ferramenta do planejamento e para tomada de decisões evitando a sobreposição de ações e recursos em determinadas áreas ou setores, estabelecendo diretrizes macro que podem preservar determinadas regiões antes da definição de determinados projetos.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Tomada de decisões pelos dirigentes e gestores quanto ao desenvolvimento turístico antes da fase de projeto, otimizando a aplicação dos recursos e desenvolvendo um turismo sustentável dos pontos de vista ambiental, social e econômico.							
Benefícios	Compatibilização do desenvolvimento da atividade turística com a preservação do meio ambiente no corredor		**Beneficiários**		Dirigentes, gestores e população dentro do corredor			
Descrição da ação	Avaliação das políticas, programas e planos dos setores público e privado para o setor, definindo diretrizes macro que servirão como instrumento para tomada de decisão dos dirigentes e gestores.							
Responsável pela Execução	SETUR/RS e FEPAM/RS		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		SETUR/RS e FEPAM/RS			
Custo estimado	**R$ 600.000,00**	**Gastos estimados de operação**		**Fonte de financiamento**				
Mecanismos de recuperação de custos		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			Resolução CONAMA 237/97, Resolução CONSEMA 102/2005 e SNUC			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas, a partir do ano-base: UCP/órgão ambiental							
Relação com outras ações quanto ao cronograma								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	NÃO	**Projeto executivo**	NÃO	**Termo de referencia**	NÃO	**Reconhecimento retroativo**	NÃO

4 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Apresenta-se a seguir um quadro dividido por componente com a avaliação preliminar dos impactos socioambientais para cada uma das ações elencadas no PDITS.

QUADRO 13- IMPACTOS POTENCIAIS DAS AÇÕES DO PDITS

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO
Ação 1 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: O PDITS aumenta o potencial para atração e canalização de novos investimentos públicos e privados para empreendimentos sustentáveis no Corredor, atração de empreendimentos auto sustentáveis, geração de emprego e renda e criação de novas oportunidades de trabalho, interação com outros setores da economia alavancando-os, aumentando as possibilidades de recuperação de áreas degradadas na implantação de novos empreendimentos, investimentos na infraestrutura e na estrutura da administração pública voltada para o controle e licenciamento do uso e ocupação do uso do solo
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Estabelecimento de diretrizes fortalecendo os princípios de sustentabilidade compatibilizando a atividade econômica, a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento social, gerando emprego e aumentando a distribuição de renda.
Ação 2 - Elaboração de Estudo de Mercado para o Turismo de Eventos e Negócios
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Identificação de oportunidades e ameaças no turismo de eventos e negócios, atraindo novos investimentos dos setores público e privado para o segmento gerando novos empregos e renda nete setor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Capacitação e treinamento dos novos empregados, dirigentes e empresários neste segmento.
Ação 3 – Elaboração de Portfólio para Captação de Eventos e Negócios
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Captação de novos eventos e negócios aumentando os recursos gerados neste segmento.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Buscar agências com capacidade comprovada na elaboração deste tipo de portfólio.
Ação 4 – Aplicação de Pesquisas de Perfil do Turista dos Segmentos do Corredor
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Identificação das peculiaridades de cada tipo de demanda turística trabalhada no CT proporcionando meios aos gestores públicos e empresários para desenvolvimento de

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO
estratégias eficientes de planejamento, gestão e promoção dos destinos, aumentando efetivamente o número de turistas em cada segmento.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras:
Ação 5 - Aplicação de pesquisas de demanda
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Geração de dados e informações que poderão aumentar a confiabilidade na tomada de decisões.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Seleção de empresas capacitadas e confiáveis para aplicação deste tipo de pesquisa.
Ação 6 e 7 - Elaboração e implementação de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Atração de novos investimentos públicos e privados para as UCs Estaduais e para o Parque Turístico do Caracol criando melhorando os atrativos e criando novas oportunidades de emprego e geração de renda para as populações no entorno das mesmas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Previsão de recursos para capacitação e treinamento de gestores e empregados nas UCs Estaduais e no Parque Turístico do Caracol.
Ação 8 - Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Obtenção de dados e informações que poderão ser utilizados para potencializar o turismo no CT.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Adoção de metodologia e de empresa confiável para realização do inventário.
Ação 9 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável - Selo Verde
Impactos Negativos: Criação de uma falsa expectativa durante o processo de certificação junto aos proprietários de áreas particulares ou no entorno das UCs.
Impactos Positivos: Agregação de valores aos produtos, melhorias do atendimento, melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, com a implementação das diretrizes e conceitos de sustentabilidade social, econômica e ambiental.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresas com experiência e credibilidade em processos de certificação.
Ação 10 e 11 - Elaboração e implementação de plano de capacitação de mão-de-obra para o turismo sustentável
Impactos Negativos: Criação de expectativa quanto a criação de postos de trabalho no segmento turístico.
Impactos Positivos: Melhoria da qualidade e capacidade da mão-de-obra local gerando um melhor atendimento e satisfação dos turistas.

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresas com experiência e credibilidade em capacitação de mão-de-obra.
Ação 12 e 13 - Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes e gerentes dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Melhoria na qualidade de gestão dos empreendimentos prestadores de serviços turísticos nos municípios que compõem o CT.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresas ou profissionais com experiência comprovada na capacitação de dirigentes e gerentes de empreendimentos prestadores de serviços turísticos.
Ação 14 – Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque
Impactos Negativos: Durante os trabalhos para coleta de dados e informações poderá ser gerada uma especulação imobiliária na região.
Impactos Positivos: Geração de dados e informações que permitirão atestar a viabilidade para implantação da Estrada Parque de forma que a mesma possa ser sustentável social, econômica e ambientalmente.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica e intelectual para realização do estudo.
Ação 15 - Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020
Impactos Negativos: Durante os trabalhos de campo para coleta de dados e informações poderá ser gerada uma reação negativa por parte dos moradores e proprietários ao longo da Estrada Parque causando aumento do desmatamento e degradação das áreas próximas.
Impactos Positivos: Geração de dados e informações que permitirão planejar, definir as diretrizes e implantar a Estrada Parque de forma que venha cumprir seus objetivos e alavancar o turismo no CT.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica e intelectual para realização do estudo.
Ação 16 – Elaboração de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque
Impactos Negativos: O vazamento de informações dos estudos de engenharia e arquitetura antes da hora certa poderá gerar uma especulação imobiliária na região.
Impactos Positivos: Adequação do projeto de engenharia e arquitetura aos objetivos da Estrada Parque incentivando e alavancando o turismo na região do CT.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica e intelectual para realização do estudo.
Ação 17 – Execução do Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque
Impactos Negativos: Na fase de implantação o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas para implantação de novos trechos da Estrada Parque poderão gerar uma grande quantidade de poeira, bem como sedimentos e solo que poderão ser carreados para os cursos d'água causando o assoreamento dos mesmos. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego na estrada, bem como o aumento do nível de ruídos nas proximidades das obras e de emissões de gases.

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO
Impactos Positivos: Melhoria do acesso aos atrativos dentro do CT, aumentando a segurança e diminuindo o risco de acidentes, incentivando e aumentando o trânsito de turistas na Estrada Parque..
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Adoção de medidas para contenção de sedimentos, regulagem das máquinas e caminhões, abastecimento das máquinas e caminhões em locais adequados, disciplinamento e sinalização dos trechos em obras.

COMPONENTE 2 – COMERCIALIZAÇÃO
Ação 1 e 2 - Elaboração e Implementação do Plano de Marketing Estratégico, Tático e Operacional
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Divulgação dos atrativos turísticos dos municípios, prospecção de novas potencialidades turísticas, visão de médio e longo prazo, atração de novos investimentos dos setores públicos e privado e otimização da operacionalidade de empreendimentos a luz dos princípios da sustentabilidade social, econômica e ambiental.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica e intelectual para realização do estudo.
Ação 2 e 3– Criação, Execução e Implantação de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Criação de ferramenta importante de unidade conceitual e divulgação turística que poderá incentivar e aumentar o turismo nos atrativos ao longo da Estrada Parque e do CT.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica e intelectual para realização do estudo.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Ação 1 – Suprimento de equipamentos de informática, mobiliário e veículos para a UCP
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Fortalecimento da UCP.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Realização de licitação dentro das normas vigentes**.**
Ação 2 e 3- Elaboração e Implantação de Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Reforço e aprimoramento dos recursos humanos, dos equipamentos, e das condições gerais do poder público municipal para planejar, gerir e fiscalizar o território do município em relação a toda forma de uso e ocupação do solo urbano e rural, principalmente quanto à gestão ambiental na aplicação de instrumentos e ferramentas de planejamento e uso do território.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para realização do projeto.
Ação 4 e 5- Elaboração de Estratégia e Plano de Ação e Implementação de Plano para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Fortalecimento institucional do turismo no RS.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para complementação do diagnóstico e elaboração da Estratégia e Plano de Ação.
Ação 6 - Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Complementação do diagnóstico e do PDITS com a inserção de uma região com amostras representativas do Bioma Mata Atlântica fortalecendo a implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para complementação do diagnóstico.
Ação 7 e 8 - Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração para a gestão do turismo
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Melhoria da qualidade e capacidade dos dirigentes, gerentes e técnicos da administração responsáveis na gestão do turismo no estado e municípios do corredor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para elaboração e implantação do plano.
Ação 9 e 10 – Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração municipal para a gestão do meio ambiente
Impactos Negativos: nenhum impacto negativo
Impactos Positivos: Melhoria da qualidade e capacidade dos dirigentes, gerentes e técnicos da administração responsáveis na gestão ambiental no estado e municípios do corredor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para elaboração e implantação do plano.
Ação 11 – Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos
Impactos Negativos: Criação de uma falsa expectativa e reação negativa por parte dos empreendedores caso os recursos e incentivos não sejam disponibilizados.
Impactos Positivos: Com a efetiva disponibilização de recursos e incentivos haverá um aumento e diversificação dos empreendimentos turísticos acarretando uma maior atração dos turistas para o CT.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Criação de normas claras e exequíveis para criação de mecanismos de fomento e incentivos às atividades turísticas
Ação 12 – Fomento da criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo
Impactos Negativos: De acordo com a composição e o número de representantes os Conselhos e Fóruns podem criar mais dificuldades do que soluções.
Impactos Positivos: Maior representatividade dos diversos segmentos envolvidos com o turismo, criação de condições para desenvolvimento de mecanismos de fomento e incentivos, melhor capacitação para exercer seu papel deliberativo nas atividades turísticas do estado e dos municípios do CT, maior democratização e participação nas decisões de políticas públicas voltadas para o turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras:
Ação 13 - Apoio na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Geração de diretrizes e metas que poderão fortalecer o turismo nos municípios do CT.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para elaboração e implantação dos planos.
Ação 14 - Revisão de Planos Diretores
Impactos Negativos: inserção de artigos indesejáveis
Impactos Positivos: Inserção nos Planos Diretores de capítulos ou normas específicas tratando do desenvolvimento turístico nos municípios.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para revisão dos Planos Diretores
Ação 15 - Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias
Impactos Negativos: Não participação de todos atores envolvidos.
Impactos Positivos: Mobilização e participação dos atores envolvidos para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e a formação de uma rede de parcerias que envolvendo os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência para planejar e realizar reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação, atividades específicas de capacitação, publicação e distribuição de material didático e informativo específicos para os diferentes segmentos.
Ação 16 – Gerenciamento do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Facilitação na aplicação das atividades do PRODETUR Nacional dentro do CT.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras:
Ações 17 e 18 – Elaboração e implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul
Impactos Negativos: Erros de avaliação e de correção diretrizes intervenção no caso da adoção de indicadores errados.
Impactos Positivos: Acompanhamento e avaliação dos projetos através do monitoramento de indicadores, aumentando a eficiência, eficácia e efetividade das ações, definição de novas diretrizes, evitando a superposição e falta de coordenação entre as iniciativas governamentais e privadas e difundindo pesquisas e boas práticas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para elaboração e implantação do sistema.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Ação 1 e 2 – Estudo de Avaliação, Projeto de Adequação e implantação de melhorias nas Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos
Impactos Negativos: Na fase de implantação o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas para implantação de novas vias de acesso poderão gerar uma grande quantidade de poeira, bem como sedimentos e solo que poderão ser carreados para os cursos d'água causando o assoreamento dos mesmos. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego na estrada, bem como o aumento do nível de ruídos nas proximidades das obras e de emissões de gases.
Impactos Positivos: Melhoria nas vias de acesso aos atrativos a partir de estudos e projetos, melhorando a segurança nestes trechos e aumentando o potencial turístico dos mesmos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para elaboração dos estudos e avaliações e para implantação das melhorias.
Ação 3 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Adequação dos empreendimentos às normas de acessibilidade, reforçando a importância dos padrões para garantindo o fluxo de visitantes e turistas em geral.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para produção das cartilhas.
Ação 4 e 5 – Elaboração de Projeto e Implantação de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Garantia de eficiência e segurança de sinalização do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais, direcionando-os e auxiliando-os a atingir os destinos pretendidos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica e intelectual para elaboração do projeto e implantação da sinalização.
Ação 6 – Aumento da coleta e tratamento de esgotos domésticos em todos municípios do corredor
Impactos Negativos: Na fase de implantação o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas poderão gerar uma quantidade grande de poeira, bem como sedimentos e solo poderão ser carreados para os cursos d'água causando o assoreamento dos mesmos. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego nas vias e estradas, bem como o aumento do nível de ruídos nas proximidades das obras e de emissões de gases.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Impactos Positivos: Com a operação do sistema de esgotos haverá uma melhoria na qualidade dos cursos d'agua dentro das bacias beneficiadas aumentado o potencial de uso por parte das populações da região. Haverá também uma diminuição de doenças causadas ou veiculadas pela falta de tratamento dos esgotos diminuindo principalmente a morte de crianças, bem como a quantidade de atendimentos nas redes de saúde pública e particular.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Para mitigar os impactos negativos deverão ser adotadas medidas para contenção dos sedimentos, disciplinamento do trânsito nas proximidades das obras, regulagem das maquinas e caminhões e trabalhar respeitando as normas de ruídos.
Ação 7 - Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água
Impactos Negativos: Durante as obras para reparos das redes e reservatórios poderão ser realizados desmatamentos, escavações com a geração de sedimentos e poeira que poderão ser carreados para os cursos d'água, movimentação de máquinas e caminhões causando transtornos às vias e estradas e aumentando o nível de ruídos.
Impactos Positivos: Diminuição das perdas de água aumentando a disponibilidade à população e diminuindo a necessidade de exploração dos aquíferos superficiais e subterrâneos
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Incentivar os sistemas de reuso de águas residuais e dispositivos para captação de águas da chuva, bem como orientar a população na economia de água tratada.
Ação 8 - Ampliação dos sistemas de águas pluviais (coleta, dissipação de energia e disposição) nas cidades dentro do corredor bem como nas rodovias.
Impactos Negativos: Na fase de implantação o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas poderão gerar uma quantidade grande de poeira, bem como sedimentos e solo poderão ser carreados para os cursos d'água causando o assoreamento dos mesmos. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego nas vias e estradas, bem como o aumento do nível de ruídos nas proximidades das obras e de emissões de gases.
Impactos Positivos: Com a ampliação do sistema de águas pluviais haverá uma melhoria na qualidade dos cursos d'agua dentro das bacias beneficiadas aumentado o potencial de uso por parte das populações da região, diminuição dos problemas de erosão e deslizamentos e maior controle sobre as enchentes nas cidades e estradas dentro do corredor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Campanhas para não lançamento de lixo e entulhos nas vias públicas que causam entupimento das redes de drenagem pluvial e incentivo às práticas de conservação de solos e recuperação de áreas degradadas na zona rural.
Ação 9 - Implantação e execução dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios que compõem o corredor e acabar com a disposição em lixões
Impactos Negativos: Obras para implantação dos aterros com desmatamento, terraplenagem e movimentação de máquinas e caminhões, podendo gerar sedimentos e poeira que podem ser carreados para os cursos d'água, aumento do nível de ruídos e transtornos nas vias e estradas.
Impactos Positivos: Coleta do lixo gerado nas cidades e atrativos (Unidades de Conservação e Parques) dentro do corredor acarretará a diminuição de animais e insetos nocivos associados ao lixo, a poluição visual das cidades e atrativos, o entupimento da drenagem pluvial e poluição dos córregos e a eliminação dos lixões e aterros não sanitários diminuindo a poluição dos aquíferos superficiais e subterrâneos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Realizar a coleta seletiva incentivando o que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos quanto a não geração, a reutilização e a reciclagem de resíduos.
Ação 10 - Ampliação das redes de telefonia móvel nos municípios localizados na região dos Campos de Cima da Serra Gaúcha, principalmente nas proximidades dos atrativos na área rural
Impactos Negativos: Na fase de implantação o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas para implantação de novas torres poderão gerar uma poeira, bem como sedimentos e solo poderão ser carreados para os cursos d'água causando o assoreamento dos mesmos. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
nas vias e estradas, bem como o aumento do nível de ruídos nas proximidades das obras e de emissões de gases.
Impactos Positivos: Melhoria do sinal da telefonia móvel, principalmente nas zonas rurais e nos atrativos dentro do corredor beneficiando não só os turistas, mas também às populações locais, melhorando a segurança bem como o atendimento de emergências.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Localização das torres em locais que possam ter maior e melhor cobertura.
Ação 11 - Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Melhoria da segurança dentro do corredor bem como do atendimento de emergências.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Capacitação e treinamento dos policiais para atendimento dos turistas e das populações locais.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
Ação 1 e 2 - Planejamento e Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque
Impactos Negativos: Na fase de planejamento e implantação poderá ser gerada uma reação negativa junto aos proprietários dentro do corredor ecológico a ser criado acarretando o aumento do desmatamento e degradação. Durante a recuperação de áreas degradas sedimentos de solo poderão ser carreados para os cursos d'água, acelerando o processo de assoreamento dos mesmos.
Impactos Positivos: Melhoria e aumento no processo de implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS, aumentando as áreas para conservação neste bioma. Desenvolver campanhas e incentivar as práticas de conservação de solo no corredor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Trabalho de educação ambiental e conscientização dos moradores e proprietários dentro do Corredor Ecológico quanto a importância da Reserva da Biosfera e dos Biomas Mata Atlântica e Pampa.
Ação 3 - Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga.
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Atualização e melhoria dos planos de manejo das Ucs dentro do corredor definindo ou revendo suas capacidades de carga, diminuindo os riscos de degradação de suas trilhas, cachoeiras e outros atrativos, melhorando a efetividade e eficácia no processo de conservação das mesmas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Divulgação e capacitação dos gestores e pessoal da fiscalização das Ucs, bem como divulgação e orientação dos usuários e moradores e proprietários das zonas de amortecimento.
Ação 4 e 5- Elaboração/adequação e implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico.
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Atualização, melhoria ou elaboração dos planos de gestão das Ucs dentro do corredor definindo ou revendo seus zoneamentos, diretrizes, capacidades de carga, diminuindo os riscos de degradação de suas trilhas, cachoeiras e outros atrativos, melhorando a efetividade e eficácia no processo de conservação e utilização das mesmas e melhorando o atendimento aos turistas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Divulgação e capacitação dos gestores e pessoal da fiscalização das Ucs, bem como divulgação e orientação dos usuários e moradores e proprietários das zonas de amortecimento.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
Ação 6 - Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro
Impactos Negativos: Reação negativa por parte dos proprietários da área proposta para criação da UC no Pico Monte Negro, acelerando o processo de desmatamento e degradação da área.
Impactos Positivos: Quando a UC for criada aumentará a quantidade de Bioma Mata Atlântica a ser preservada, possibilitando a regeneração de área atualmente utilizada para lavouras e pastagens.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Educação ambiental e orientação dos proprietários e vizinhos da área quanto a importância da UC bem como agilização no processo de desapropriação da área por um preço justo.
Ação 7 - Implantação de Sistema de Monitoramento Socioambiental no Corredor
Impactos Negativos: Erros de avaliação e de correção das medidas de intervenção no caso da adoção de indicadores errados.
Impactos Positivos: Possibilidade de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das medidas e diretrizes adotadas possibilitando adoção de novas medidas e o sucesso do plano elaborado.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Capacitação dos gestores no uso do sistema bem como na definição e escolha dos indicadore certos.
Ação 8 - Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental nos Municípios do Corredor
Impactos Negativos: Dificultar a implantação de novos empreendimentos ou obras de infraestrutura no caso de não haver diretrizes claras e orientação dos gestores.
Impactos Positivos: Agilização nos processos de licenciamento ambiental fazendo com que sejam respeitados e implementados os zoneamentos e as normas de planejamento territorial existentes no estado garantindo maior efetividade na conservação dos Bioma Mata Atlântica e Pampa.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Capacitação dos gestores públicos e privados.
Ação 9 - Proteção, implantação e ampliação das Unidades de Conservação
Impactos Negativos: Reação negativa dos ocupantes e proprietários das áreas ainda não desapropriadas aumentando o desmatamento e degradação das mesmas.
Impactos Positivos: Preservação e conservação efetivas das amostras dos Biomas Mata Atlântica e Pampa existentes dentro das Ucs já criadas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Educação ambiental e conscientização dos moradores e proprietarios nas zonas de amortecimento das Ucs.
Ação 10 - Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica
Impactos Negativos: Durante a coleta de dados poderá ser gerada uma falsa expectativa junto aos moradores e proprietários da região avaliada.
Impactos Positivos: Avaliação de todas as Políticas, Planos e Programas dentro da região avaliada e seus efeitos sinérgicos fornecendo uma ferramenta para tomada de decisões evitando que a mesma seja deixada para fase de projeto.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadora: Orientação e elucidação das populações e das instituiçoes públicas e privadas dentro da área avaliada sobre o papel e produtos gerados com a avaliação estratégica.

4.2 AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA E AS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO DO CORREDOR TURÍSTICO

Em função das características da população e das comunidades em cada um dos municípios que compõem o Corredor Turístico os efeitos da implantação do plano serão distintos, principalmente quanto às alterações na qualidade de vida. Nas áreas de maior influência das cidades, como na Região Metropolitana de Porto Alegre, e nas regiões mais industrializadas e que já possuem um turismo mais desenvolvido os efeitos do plano e as alterações que o mesmo poderá causar sobre a população serão menores que aqueles a serem causados nos municípios onde as atividades predominantes são a agricultura e a pecuária. Dentre os efeitos negativos que podem ser causados à população estão:

- o abandono de atividades do setor primário, como agricultura, pecuária e extrativismo, pelas populações locais para a busca de empregos no setor terciário de prestação de serviços para o segmento turístico;

- a inflação e aumento abusivo de preços, além da especulação imobiliária, o que marginaliza e acaba expulsando a população local, em especial os mais carentes;

- a sazonalidade da atividade turística provoca transtornos e desemprego nos períodos de baixa ocupação e que durante a alta temporada causa outros problemas como sobrecarga dos serviços públicos básicos;

- a alteração de determinados valores culturais de comunidades tradicionais, por influência dos turistas;

- necessidade de importação de mão-de-obra qualificada e produtos específicos para atendimento dos turistas, sendo necessário forte investimento para qualificar e capacitar a população local de forma que a mesma possa ocupar os melhores postos de trabalho que forem criados;

Como impactos positivos/benefícios sociais, podem ser citados:

- geração e diversificação de emprego e maior distribuição de renda (consequentemente, melhoria da qualidade de vida);

- aumento de vendas de produtos e serviços locais, com potencialização de lucros e vantagens socioambientais;

- aumento do empreendedorismo;

- valorização da herança e valores culturais que poderão ser desenvolvidos em produto específico a ser oferecido aos turistas;

- interação cultural e compreensão mútua entre os povos;

- aumento na arrecadação de impostos e do PIB local.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS ESTRATÉGICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

A implantação do Programa conforme planejada, respeitando-se os princípios do desenvolvimento sustentável do turismo social, econômica e ambientalmente, induzirá em todas as áreas prioritárias dentro dos municípios que compõem o Corredor Turístico uma série de impactos sociais, econômicos e ambientais indiretos e positivos, contribuindo assim para o desenvolvimento turístico da região e a melhoria da qualidade de vida das populações e comunidades diretamente afetadas.

As ações de incentivo e promoção de investimentos públicos e privados e ao marketing deverão resultar em significativos benefícios sociais e econômicos, podendo citar entre os principais impactos positivos:

- a valorização da cultura local;
- geração de empregos diretos e indiretos;
- aumento da renda da população local e da arrecadação fiscal nos municípios;
- reversão do processo de emigração da população local, com a redução dos fluxos migratórios para os centros urbanos;
- fortalecimento da capacidade institucional das entidades municipais e estaduais e das empresas privadas;
- treinamento e capacitação de pessoal para a gestão do turismo e do meio ambiente.

A revisão e a elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação e dos Parques, inclusive com a definição da capacidade de carga das mesmas, serão responsáveis pela definição e a implantação efetiva das estruturas de apoio mais adequadas ambientalmente ao uso turístico, e qual a capacidade de uso para não comprometer os recursos naturais como trilhas, cachoeiras, piscinas naturais, garantindo desta forma sua preservação e colaborando ainda para a sustentabilidade econômica das ações de conservação.

As obras para melhoria da infraestrutura de transporte, saneamento e comunicação terão impactos positivos, desde que tenham seus impactos negativos mitigados ou sanados através de medidas efetivas e ambientalmente adequadas, gerando empregos diretos e indiretos, mesmo que temporários, contribuindo para a melhor qualidade do turismo e pelo aumento da qualidade de vida da população nos diversos munícipios beneficiados. As obras para aumentar a coleta e o tratamento dos esgotos sanitários em quase todos municípios do CT irão gerar uma melhoria dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, possibilitando sua utilização para os mais diversos fins, inclusive como atrativo para o turismo.

Os principais impactos estratégicos negativos que podem ser gerados pela implantação do Programa são aqueles relacionados à indução do crescimento urbano desordenado, cuja ocorrência também se pode prever em todas as áreas prioritárias beneficiadas pelas ações de crescimento do turismo o CT. Em função das melhorias geradas pelas obras de infraestrutura (transporte, saneamento e comunicação), pelo aumento da oferta de empregos e pelo aumento da demanda por serviços, poderá ocorrer uma deterioração da área urbana com a ocupação desordenada das faixas de domínio das rodovias, de terrenos marginais de cursos d'água e outros terrenos de baixo valor imobiliário, bem como surgimento de loteamentos clandestinos para atender a demanda dos imigrantes que serão atraidos. Com o crescimento desordenado ocorrerá um aumento não planejado da geração de esgotos sanitários, dos resíduos sólidos, surgimento de animais e insetos nocivos e vetores de doenças, além de problemas com sobrecarga dos serviços públicos, evasão de receitas e aumento da violência urbana. Também podemos listar os seguintes impactos estratégicos negativos em decorrência da implantação do Programa sem a adoção das medidas de controle planejadas:

- Pressão antrópica sobre recursos naturais e ecossistemas, pela visitação excessiva aos atrativos naturais e pelo desrespeito à capacidade de suporte das Unidades de Conservação e Parques;
- O aumento, principalmente nos períodos de alta temporada, do uso sobre a infraestrutura e de serviços públicos, como a demanda de

água tratada, a sobrecarga dos sistemas de esgotamento sanitário (coleta e tratamento), sobrecarga do serviço de coleta e disposição de resíduos sólidos entre outros;

- Aumento do custo de vida por conta da elevação dos preços de bens de consumo regular durante as épocas de turismo intenso;
- Aumento do desemprego nos períodos de baixa temporada;
- Perda ou alteração de valores culturais, causada por desrespeito à cultura local por parte dos turistas ou dos imigrantes

4.4 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

O quadro a seguir apresenta os parâmetros a serem utilizados como indicadores dos impactos avaliados anteriormente.

QUADRO 14: PARÂMETROS A SEREM USADOS COMO INDICADORES DOS IMPACTOS E EFEITOS AVALIADOS

	SÍNTESE DOS IMPACTOS	INDICADORES DOS IMPACTOS	AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
NEGATIVOS	Implantação das obras de infraestrutura que gerem: modificação da paisagem, efluentes líquidos, resíduos sólidos, sedimentos com possível contaminação de corpos d'água e do solo, impermeabilização do solo, geração de poeiras (material particulado), aumento de ruídos e supressão de vegetação.	• Qualidade do ar; • Qualidade das águas superficiais e subterrâneas; • Nível de ruído; • Volume de biomassa suprimido.	• Seguir o que for determinado no licenciamento ambiental; • Elaborar e executar Plano de Controle Ambiental – PCA; • Medir periodicamente a qualidade do ar, das águas e o nível de ruído.
	Troca das atividades do setor primário pelas populações para a busca de empregos no setor terciário como prestação de serviços para o segmento turístico	• Relação empregos formais na atividade turística/Relação de empregos formais totais nos municípios	• Acompanhar os índices de desemprego
	Inflação e aumento abusivo de preços, além da especulação imobiliária	• Índice de inflação	• Acompanhar o índice de inflação
	Sazonalidade da atividade turística	• Índice de desemprego • Relação empregos formais na atividade turística/Relação de empregos formais totais nos municípios • Taxa de ocupação hoteleira	• Acompanhar os índices
	Alteração de valores culturais e morais	• Índices de criminalidade	• Acompanhar os índices de criminalidade
	Necessidade de importação de mão-de-obra qualificada e produtos específicos para atendimento dos turistas	• Número de vagas/Tempo de disponibilidade	• Elaborar pesquisa específica para acompanhamento das vagas qualificadas e preenchimento das mesmas
P C	Melhoria da qualidade do turismo	• Taxa de ocupação hoteleira	

Síntese dos Impactos	Indicadores dos Impactos	Ações de Acompanhamento e Monitoramento
	• Fluxo turístico anual • Movimento nos aeroportos • Receita gerada pelo turismo	• Acompanhar os índices
Aumento de vendas de produtos e serviços, com potencialização de lucros e vantagens socioambientais	• Receita gerada pelo turismo	• Acompanhar os índices
Aumento do empreendedorismo	• Abertura de empresas	• Acompanhar os números
Valorização do artesanato	• Preço dos produtos artesanais	• Monitorar o mercado
Geração de emprego e renda	• Número de empregos turísticos totais • PIB per capta	• Acompanhar os índices
Operação das obras de infraestrutura	• Qualidade do ar; • Qualidade das águas superficiais e subterrâneas; • Nível de ruído; • Nível de saúde da população infantil.	• Medir periodicamente a qualidade do ar, das águas e o nível de ruído; • Atendimentos na rede de saúde de doenças causadas pela falta de coleta e tratamento de esgotos e fornecimento de água tratada
Melhoria da qualidade de vida	• Índice de desenvolvimento econômico • Índice de desenvolvimento social • Relação de beneficiários de baixa renda/beneficiários totais	• Acompanhar os índices

5 MECANISMOS DE FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDITS DO CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um plano para acompanhamento e avaliação dos componentes de investimentos do Programa em Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, a ser implementado pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP.

O plano é da maior relevância, considerando-se a complexidade e a abrangência das ações a serem realizadas PRODETUR Nacional, e estabelece a realização de análises sistemáticas de acompanhamento e avaliação dos resultados, buscando-se sempre a sua eficácia, eficiência e efetividade, como forma de se atingir os objetivos propostos.

5.1 OBJETIVOS

O objetivo geral do Plano de Acompanhamento e Avaliação do PRODETUR Nacional Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha é criar mecanismos que possibilitem o acompanhamento do Programa em termos de implementação e correção das ações e avaliação dos resultados, efeitos e impactos nos municípios do CT.

Espera-se dos mecanismos desenhados para o acompanhamento e avaliação do programa o atendimento das seguintes demandas:

i. Avaliação do grau de realizações físico-financeiras do programa, a ser condensada no Relatório Anual de Progresso e replicada a cada dois anos no Marco Lógico do Programa, que será apresentado mais a frente;

ii. Avaliação da eficácia das ações e a eficiência na alocação dos recursos através do acompanhamento da evolução do nível de elaboração, análise e licitação dos projetos aprovados nos municípios, a ser integrada no Relatório de Avaliação *Ex-post*;

iii. Acompanhamento de indicadores turísticos, socioeconômicos, ambientais, de gestão turística, de participação comunitária e de capacitação previamente selecionados em cada um dos componentes do Programa, com vistas a alimentar a cada dois anos o Marco Lógico e o Relatório de Avaliação *Ex-post*;

iv. Mensuração dos impactos econômicos, sociais e fiscais dos investimentos do Programa nos municípios, a ser incorporada no Relatório de Avaliação *Ex-post*;

v. Acesso aos gestores governamentais, co-executores e a sociedade civil das informações sobre a evolução e o desempenho dos investimentos do Programa, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011;

vi. Desenho e implementação, com base nas informações produzidas, de mecanismos de potencialização das ações bem sucedidas e de correção daquelas que se desviaram dos seus objetivos;

vii. Ensejar um processo de aprendizagem quanto à formulação, execução, acompanhamento e avaliação de projetos e programas;

viii. Justificativa para negociação de novas etapas do Programa e de outras iniciativas que venham somar os esforços de desenvolvimento socioeconômico

de Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha e do Estado do Rio Grande do Sul.

5.2 PRODUTOS ESPERADOS

Para atender à metodologia proposta, sugere-se que o plano contemple as seguintes etapas no seu desenvolvimento:

- Elaboração de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul;
- Coleta de Informações;
- Elaboração de Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa; e
- Implantação da Biblioteca Virtual para Disseminação de Informações.

5.2.1 Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais, SIG-PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul

A construção de um sistema automatizado de gestão das informações possibilitará, além do acompanhamento e avaliação dos projetos, disseminar pesquisas, informações e boas práticas, aumentar a eficiência e evitar a superposição e falta de coordenação entre iniciativas governamentais e privadas.

A realização desse produto exige a identificação das melhores fontes de informação e a indicação de uma pessoa responsável para administrar o sistema e seus serviços. Para o programa em pauta caberá então ao gerente da UCP indicar um servidor para exercer essa atividade.

O acompanhamento e a avaliação do Programa estarão estruturados em um sistema automatizado, que vai gerenciar uma base de informações necessárias para a elaboração de uma série de relatórios.

A base de informações deverá ser continuamente alimentada com dados referentes ao ciclo de vida dos projetos: elaboração, análise, licitação, execução e operação. O diagrama a seguir ilustra a concepção esperada do sistema.

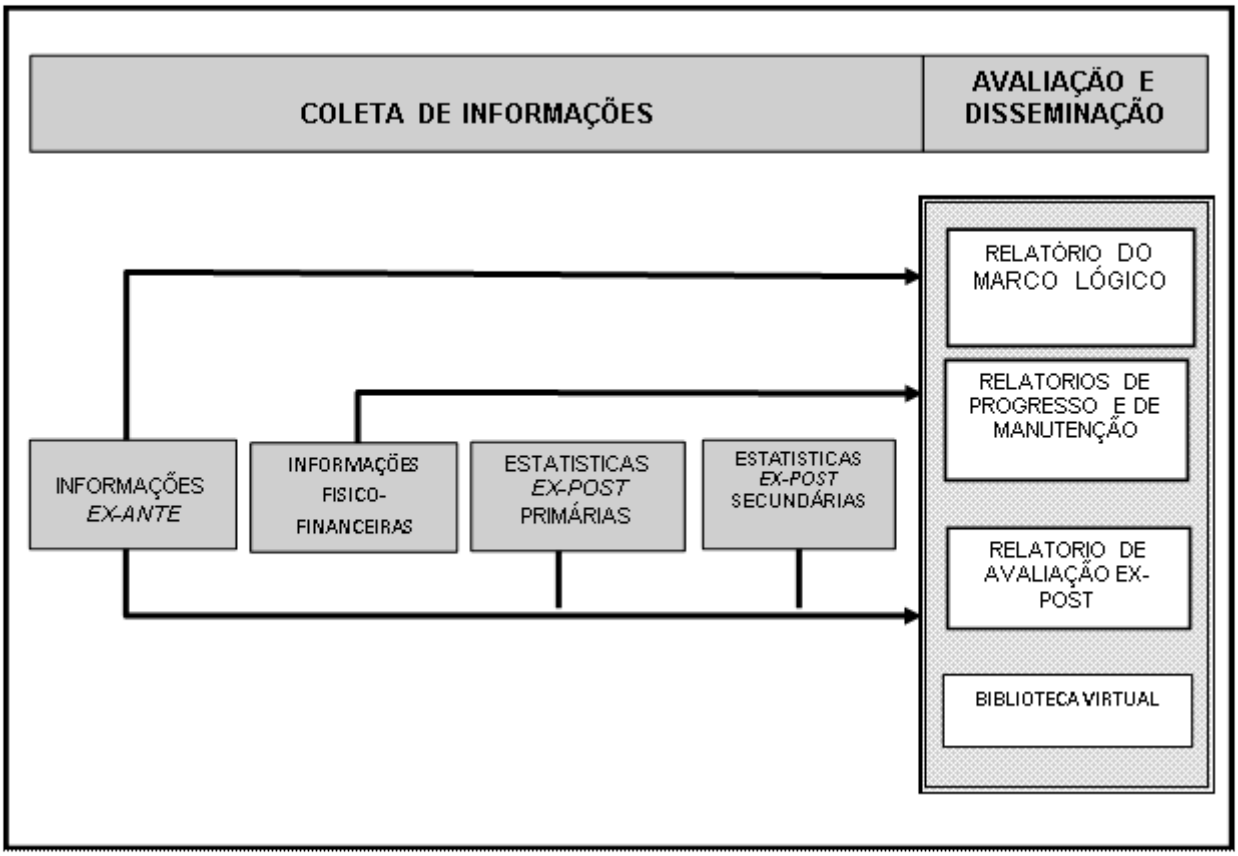


FIGURA 54: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRODETUR NACIONAL CORREDOR TURÍSTICO PORTO ALEGRE – SERRA GAÚCHA
Fonte: ITEC.

5.2.2 Coleta de Informações

Nesta etapa, as informações serão continuamente coletadas, iniciando-se antes mesmo da execução do Programa, com vistas a formar a base de dados (baseline) para efeitos de comparação e análise desses dados ao longo do tempo. São informações coletadas a partir de fontes primárias e secundárias e classificadas como seguem.

Informações *Ex-ante*

Estas informações deverão ser colhidas pelos técnicos da UCP por ocasião da análise do PDITS e de apresentação dos projetos. Durante a execução e a partir da entrada em operação dos projetos, a UCP deverá fornecer os dados efetivamente realizados. Todas as informações serão registradas em formulários eletrônicos, de acordo com as especificidades de cada tipo de projeto.

As informações armazenadas nesta base de dados deverão ser utilizadas para a confecção dos relatórios de Progresso, de Avaliação Ex-post, para a atualização do Marco Lógico e posterior disponibilização na Biblioteca Virtual.

Informações físico-financeiras do Programa

Estas informações deverão ser coletadas a partir dos dados orçados nos projetos utilizados para as licitações, dos instrumentos contratuais, das vistorias aos projetos e dos

desembolsos. Estas informações constituem insumos básicos para o Relatório Anual de Progresso e da Avaliação Ex-post. Serão informados e analisados os seguintes itens:

- Valor orçado
- Valor aprovado
- Valor licitado/contratado
- Valor ajustado
- Valor desembolsado
- Valor da contrapartida
- Quantidade de Projetos (por componente, status, área)
- Comentários do projeto
- Percentual previsto e percentual realizado da execução dos projetos.

Estatísticas socioeconômicas primárias

Neste módulo serão armazenadas as informações coletadas pela UCP através de pesquisas de campo efetuadas nos municípios. As informações que compõem este módulo estão listadas no quadro de indicadores apresentados a seguir.

QUADRO 15 – LINHA DE BASE DO MARCO LÓGICO DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORREDOR TURÍSTICO

INDICADORES	VALOR NO ANO BASE	ANO BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
FINALIDADE								
1. Empregos diretos permanentes em atividades diretas do turismo	27,9	2010	2011-15	Milhares	RAIS E MTE	Impacto	UCP	Anual
2. Arrecadação do ISS	538,10	2009	2013-15	R$ Milhões	IBGE/Secretaria Municipal de Finanças.	Impacto	UCP	Anual
3. Arrecadação do IPTU	300,46	2009	2011-15	R$ Milhões	IBGE/Secretaria Municipal de Finanças	Impacto	UCP	Anual
4. Participação da Receita do Turismo no PIB dos municípios	7,3	2012	2011-15	Taxa, %	UCP e IBGE	Impacto	UCP	Anual
5. PIB per capita dos municípios	30 192,32	2010	2011-15	R$	UCP e IBGE	Impacto	UCP	Anual
PROPÓSITO								
1. Fluxo Turístico: o total de embarque e desembarques no Aeroporto Nacionais Internacionais	6.218.318 433.463	2010	2011-15	Unidades	Observatório Gaúcho de Turismo,MTUR e Infraero	Efeito	UCP	Anual
2. Movimento de voos: o total de voos regulares e charters no Aeroporto Nacionais Internacionais	80.663 9.962	2010	2011-15	Unidades	MTUR e Infraero	Efeito	UCP	Anual
3. Número de unidades habitacionais dos municípios	16.089	2012	2011-15	Unidades	ABIH-RS e Secretaria de Turismo de Estado.	Efeito	UCP	Anual
4. Marketing-share de Corredor Turístico Porto Alegre –	36,5	2012	2009-15	%	MTUR e Infraero	Efeito	MTUR	Anual

INDICADORES	VALOR NO ANO BASE	ANO BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
Serra Gaúcha no turismo receptivo do país								
5. Gasto médio diário individual do turista, GMDI	635,94	2012	2011-15	R$	Observatório Gaúcho de Turismo E Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR	Bienal
6. Permanência média do turista em hotéis	10,16	2012	2011-15	dias	Observatório Gaúcho de Turismo E Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR	Bienal
7. Receita gerada pelo turismo	2.518,1	2012	2011-15	R$ milhões	Observatório Gaúcho de Turismo E Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR	Bienal
8. Grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e acessibilidade: Muito Satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito	A realizar	2011	2011-15	unidades	Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR	Bienal
9. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos Muito Satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito	A realizar	2011	2011-15	unidades	Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR	Bienal

INDICADORES	VALOR NO ANO BASE	ANO BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
10. Número de empresas certificadas (selo verde/ qualidade) aumenta em relação ao ano base.	A realizar	2011	2011-15	unidades	Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS),	Efeito	SETUR	Bienal

Estatísticas Secundárias Básicas

Para subsidiar a avaliação dos resultados do programa deverão ser inseridas na base de dados do SIG estatísticas socioeconômicas, turísticas e ambientais dos municípios. As estatísticas que comporão esta base constam na linha de base apresentada no quadro anterior.

Estas estatísticas deverão ser coletadas pela UCP junto às entidades responsáveis pela produção das mesmas.

5.2.3 Elaboração dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa

A análise dos Indicadores de Acompanhamento e Avaliação do Programa deverá ser condensada nos seguintes relatórios:

- Relatório do Marco Lógico;
- Relatório de Progresso;
- Relatório de Manutenção;
- Relatório e Avaliação *ex-post.*

Relatório Consolidado do Marco Lógico do Programa

O marco lógico é definido como sendo uma ferramenta para a conceituação, desenho, execução e avaliação dos projetos. Sua finalidade é permitir uma estrutura para o processo de planejamento e transmitir a informação essencial do projeto. Seu método enfatiza a clareza de objetivos, definição de responsabilidades e a possibilidade de medir resultados. Os passos para a elaboração do Marco Lógico são apresentados a seguir.

- Identificação dos grupos de interesses;
- Identificação e análise do problema;
- Estabelecimento dos objetivos;
- Seleção dos Indicadores e construção da linha de base;
- Especificação dos pressupostos e dos riscos;
- Formulação das ações;
- Estabelecimento dos produtos e meta das ações;
- Elaboração do Relatório Consolidado do Marco Lógico do Programa.

A fim de alimentar a base de dados com as estatísticas mencionadas no Marco Lógico advindas de pesquisa de campo, a UCP formatará a estruturas destas pesquisas com vistas à sua padronização e sistematização. Caberá à UCP a execução e custeio das mencionadas pesquisas, as quais deverão ser financiadas com recursos do Programa ou comporem a contrapartida local.

A estrutura do Marco Lógico encontra-se no quadro a seguir.

QUADRO 16 – ESTRUTURA DO MARCO LÓGICO DE PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRODETUR NACIONAL RIO GRANDE DO SUL

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FINALIDADE			
Melhorar a qualidade de vida da população residente nos municípios	1. Empregos diretos permanentes em atividades diretas do turismo (hospedagem, alimentação, agenciamento, locação, entretenimento e lazer) crescem mais rápido do que no período-base:	RAIS/MTE.	Turismo como indutor do desenvolvimento socioeconômico. Empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados entre a população residente dos municípios.
	2. Arrecadação do ISS cresce a uma taxa maior que no período-base:	Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o ISS. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.
	3. Arrecadação do IPTU cresce a uma taxa maior que no período-base:	Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o IPTU. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.
	4. Arrecadação do ICMS cresce a uma taxa maior que no período-base	Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul	Há disposição política para fiscalizar e cobrar o ICMS Admite-se que o incremento de arrecadação estadual é utilizado para beneficiar a população de baixa renda
	5. Participação da receita do turismo no PIB dos municípios cresce mais do que no período-base:	UCP e IBGE.	
	6. PIB per capita dos municípios cresce mais do que no período-base:	UCP e IBGE.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
PROPÓSITO PROGRAMA			
1. O turismo nos municípios cresce de maneira sustentável.	1. Fluxo Turístico: o total de embarque e desembarques no Aeroporto Severo Gomes - cresce mais do que no período-base:	MTUR e Infraero.	
	2. Movimento de voos: o total de voos regulares e charters no Aeroporto Severo Gomes - cresce mais do que no período-base:	MTUR e Infraero.	
	3. Número de unidades habitacionais dos municípios cresce mais rápido do que no período-base:	ABIH-RS e SETUR RS	Empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados entre a população residente dos municípios.
	4. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	5. Permanência média do turista em hotéis cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	6. Receita gerada pelo turismo cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
2. Qualidade do produto turístico	1. Grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e acessibilidades melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	2. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
PROPÓSITOS COMPONENTES			
PROPOSITO COMPONENTE 1 Produto Turístico Criar e implementar elemento de distinção, diferenciação e integração dos produtos turísticos no CT. Fortalecer e diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos de eventos e negócios e de bem-estar dos centros consolidados com base no potencial do segmento de ecoturismo, incluindo o turismo de aventuras	1. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base 2. Permanência média do turista em hotéis cresce mais rápido do que no período-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS.	
PROPOSITO COMPONENTE 2 Comercialização Desenvolver Estratégia de Marketing Turístico, buscando um novo posicionamento mercadológico.	1. Número de pernoites gerados por canais de venda (operadoras) aumenta, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS.	O Plano de Marketing é implementado como planejado.
	2. *Marketing share* de Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha no turismo receptivo do país aumenta em relação ao ano-base:	MTUR.	O Plano de Marketing é implementado como planejado.
PROPÓSITO COMPONENTE 3: Fortalecimento Institucional Implantar a UCP e fortalecer as estruturas administrativas estadual e municipais de Gestão do Turismo.	1. Percentual de investimento em Fortalecimento Institucional realizado em relação ao investimento planejado.	Relatório de Progresso e Plano de Ação do PDITS.	
PROPOSITO COMPONENTE 4: Infraestrutura e serviços básicos Melhorar a infraestrutura turística e os serviços básicos dos municípios do Corredor Turístico	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Porto Alegre – Serra Gaúcha.			
COMPONENTE 5: Gestão socioambiental Melhorar a qualidade ambiental do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.	1. Número de servidores municipais e estaduais capacitados e atuando na gestão turismo e do patrimônio natural aumenta em relação ao ano-base.	Relatório de Progresso e levantamento de dados secundários.	
	2. Número de unidades de conservação aumenta em relação ao ano-base.		
	3. Número Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPNs e de empreendimentos voltados ao turismo ecológico cresce em relação ao ano-base.		
AÇÕES			
AÇÕES DO COMPONENTE 1 - Produto Turístico			
Ação 1. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha	1. Grau de realização das ações classificadas de prioridade I (Nº.de ações de Prioridade I Realizadas / Nº. de ações de Prioridade de I Previstas).	Relatório de Progresso e levantamento de dados secundários.	Desenvolvido e implantado o SIG-RODETUR/Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha.
Ação 2. Elaboração de Estudo de Mercado para o Turismo de Eventos e Negócios	2. Número de eventos aumenta, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	
Ação 3. Elaboração de Portfólio para Captação de Eventos e Negócios	4. Número de eventos aumenta, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual
Ação 4.Aplicação de Pesquisas de Perfil do Turista dos Segmentos do Corredor	3. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 5. Aplicação de pesquisas de demanda	4. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	melhora, em relação ao ano-base:		
Ação 6 e 7. Elaboração e implementação de Plano de Investimentos para Unidades de Conservação Estaduais do Corredor e para o Parque Turístico do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico	5. Fluxo de turistas dos segmentos de ecoturismo e de aventuras aumenta em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 8 - Inventariação da oferta turística dos municípios do Corredor	6. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
. Ação 9 e 10.Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de **dirigentes e gerentes dos empreendimentos** prestadores de serviços turísticos	7. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 11. Elaboração de Estudos de Viabilidade para o Projeto da Estrada Parque	8. Relação custos orçado/executado do Projeto da Estrada Parque 9.	Acompanhamento físico-financeiro do projeto pelo órgão executor, DAER-RS	Metodologia padronizada pelo órgão executor
Ação 12. Elaboração de estudos ambientais para implantação da Estrada Parque na rodovia estruturante do Corredor, RS-020	10. Relação custos de medidas compensatórias/custos diretos do Projeto da Estrada Parque 11.	Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque e Estudos Ambientais, DAER-RS	Metodologia padronizada pelo órgão executor
Ação 13 e 14. Elaboração de Projeto de Engenharia e Arquitetura da Estrada Parque	12. Relação prazo de execução previsto/prazo executado do Projeto da Estrada Parque 13.	Acompanhamento físico-financeiro do projeto pelo órgão executor, DAER-RS	Metodologia padronizada pelo órgão executor
AÇÕES DO COMPONENTE 2 - Comercialização			
Ação 1 e 2 - Elaboração e Implementação do Plano de Marketing	1. Marketing-share de Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha no turismo receptivo do país	MTUR/UCP	Admitindo-se que o plano seja implementado

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Estratégico, Tático e Operacional	aumenta em relação ao ano-base:		
Ação 3 e 4– Criação e execução de Projeto de Identidade Visual para o Corredor Turístico	2. Marketing-share de Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha no turismo receptivo do país aumenta em relação ao ano-base:		
AÇÕES DO COMPONENTE 3 - Fortalecimento Institucional			
Ação 1 – Suprimento de equipamentos de informática, mobiliário e veículos para a UCP	1. Grau de satisfação dos funcionários da UCP com os recursos físicos e organizacionais aumenta em relação ao ano base	Pesquisa de Clima Organizacional a ser realizada pela UCP/SETUR esteja vinculada	
Ação 2 e 3- Elaboração e Implantação de Projeto de Fortalecimento Institucional para os municípios do Corredor	2. Evolução do número de atores em audiências e reuniões de planejamento do turismo aumenta em relação ao ano-base.	UCP/SETUR RS	
Ação 4 e 5- Elaboração de Estratégia e Plano de Ação e Implementação de Plano para o Fortalecimento Institucional do turismo no Rio Grande do Sul (Complementação do Diagnóstico Propositivo elaborado em 2014)	3. Arrecadação do ISS cresce a uma taxa maior que no período-base.	UCP/SETUR RS	
Ação 6 - Complementação do diagnóstico do PDITS para nivelamento das informações de Rolante aos demais municípios do Corredor	4. Grau de satisfação dos turistas com a disponibilização de informações prestadas pelos centros de atendimento ao turista, CAT, aumenta em relação ao ano base	UCP/SETUR RS	
Ação 7 e 8 - Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da administração para a gestão do turismo	5. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	UCP/ SETUR RS	
Ação 9 e 10 – Elaboração e implementação de Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos da	6. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos	UCP/SETUR RS	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
administração estadual e municipal para a gestão do meio ambiente	melhora, em relação ao ano-base:		
Ação 11 – Apoio na Elaboração de Projeto de Fomento e de Incentivos Fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	7. Número de estabelecimentos turísticos cresce no CT aumenta, em relação ao ano base.	UCP/SETUR RS	
Ação 12 – Fomento da criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo e dos Fóruns Regionais de Turismo	8. Número de reuniões e eventos promovidos pelos conselhos municipais e fóruns regionais aumenta em relação ao ano base.	UCP/SETUR RS	
Ação 13 - Apoio na Elaboração e revisão de Planos Estratégicos Municipais de Turismo	9. Nível de qualidade dos serviços prestados aos turistas nos CAT, aferidos por meio de pesquisa de opinião realizada no ato do atendimento e/ou pesquisa de demanda turística bianual, a partir do ano-base	UCP/SIG-PRODETUR Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha	
Ação 14 - Revisão de Planos Diretores	10. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM	PNUD/IPEA	
Ação 15 - Mobilização para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias	11. Interação Empresas do Ramo de Turismo com Parcerias e Associativismo, medida pelo número de empresas do APL Turismo que realiza parcerias ou iniciativas de associativismo cresce em relação ao ano base. 12. Número de parcerias firmadas e estabelecidas entre empresas do APL Turismo do Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha cresce em relação ao ano base.	Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) e UCP/SETUR RS	
Ação 16 – Gerenciamento do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	13. Relação prazos de execução/previsão do PRODETUR NACIONAL do Corredor Turístico	UCP/SETUR RS	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	Porto Alegre – Serra Gaúcha.		
Ações 17 e 18 – Elaboração e implantação de Sistema de Informações Gerenciais do PRODETUR Nacional no Rio Grande do Sul	14. Evolução do número de acessos ao sistema de informações pelos órgãos de gestão do turismo da administração municipal, pelo trade turístico e a sociedade em geral.	UCP/SETUR RS	
AÇÕES DO COMPONENTE 4 - Infraestrutura e serviços básicos			
Ação 1 e 2 – Estudo de Avaliação e Implantação de Projetos de Adequação das Vias de Acesso aos Atrativos Turísticos	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades melhora em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS.	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 3 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	2. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades melhora, em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 4 e 5 – Elaboração e Implantação de Projeto de Sinalização das áreas de maior fluxo turístico do Corredor Porto Alegre – Serra Gaúcha	3. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades melhora, em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 6 - Implantação de Policiamento Turístico nos municípios com maior fluxo turístico	4. Grau de satisfação dos turistas com segurança melhora, em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
AÇÕES DO COMPONENTE 5 - Gestão Ambiental			
1 Ação 1 e 2 - Planejamento e Implementação do Corredor Ecológico da Estrada Parque.	1. Evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas, a partir do ano-base:	UCP/órgão ambiental/ONGs.	
Ação 3 - Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de uso turístico no Corredor, incluindo elaboração de estudo de capacidade de carga.	2. Evolução do número de atividades dentro das áreas de proteção ambiental que divergem das recomendações do zoneamento diminuem em relação ao ano-base:	UCP/órgão ambiental/ONGs.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 4 e 5- Elaboração/adequação e implementação de Plano de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Corredor e para o Parque do Caracol, tendo em vista o seu uso turístico.	3. Evolução do número de visitantes a UCs de Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha, a partir do ano-base.	UCP/SETUR RS	
Ação 6 - Estruturar Unidade de Conservação no Pico do Monte Negro	4. Evolução do número de atividades dentro das áreas de proteção ambiental que divergem das recomendações do zoneamento diminuem em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RS	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 7 - Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica	5. Evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas, a partir do ano-base:	UCP/SETUR RS	

Relatório de Progresso

Este relatório objetiva oferecer informações que evidenciem o andamento da execução e operação dos Projetos bem como nortear a tomada de medidas corretivas ou preventivas durante essas fases. Terá como base as informações constantes no módulo das informações físico-financeiro do Projeto acumuladas nos seis meses anteriores à posição do Relatório.

A responsabilidade pela confecção deste relatório será da UCP Este relatório terá periodicidade semestral.

Relatório de Manutenção

O propósito deste relatório é apresentar informes anuais sobre o estado das obras e equipamentos financiados pelo Programa, objetivando garantir a eficiência e a eficácia dos investimentos realizados.

Caberá à UCP a preparação e envio deste relatório ao agente financeiro do Programa. A periodicidade da emissão do relatório é anual, devendo o primeiro plano anual corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Programa. O Relatório será elaborado durante o período de execução do Programa e até três anos depois de concluída a execução da última obra.

Relatório de Avaliação *Ex-post*

O objetivo do relatório ex-post, a partir de indicadores selecionados no Marco Lógico para o município, é implementar uma avaliação consolidada do Programa quanto a sua concepção, execução e operação.

A responsabilidade pela confecção deste relatório será da UCP. Embora a alimentação da base de dados seja permanente, a emissão deste relatório será realizada a cada dois anos, em função da periodicidade das pesquisas de campo, previstas no Marco Lógico do Programa. Uma sugestão da estrutura deste relatório é o objeto do ANEXO II deste documento.

5.2.4 Disseminação das Informações/Biblioteca Virtual

A função da Biblioteca Virtual é disponibilizar informações privilegiadas ao grupo de interesse do Programa *(stakeholders*), através de prévio cadastramento no sistema e disseminar informações ao público em geral. Nesta biblioteca serão arquivados e disponibilizados todos os relatórios, estudos e pesquisas sobre o PRODETUR Nacional Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha. Para tanto, será criado no portal da Internet da Prefeitura de Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha um *link* que levará à página dessa biblioteca.

5.2.5 Responsabilidades

Ficará sob responsabilidade da UCP a coordenação geral de obtenção e administração dos dados referentes aos indicadores para acompanhamento de avaliação do Programa, bem como o armazenamento em base de dados, a compilação e o processamento dos dados além da elaboração dos relatórios retromencionados.

Será atribuição da UCP a obtenção dos dados colhidos por meio de Pesquisas de Campo, os dados gerados por todos os órgãos municipais e estaduais. Os dados aqui mencionados, após coletados, deverão ser inseridos na base de dados do SIG para acompanhamento do PRODETUR/NACONAL Corredor Turístico Porto Alegre – Serra Gaúcha. Ressalte-se, contudo, que para a avaliação serão considerados como base principal os indicadores da Linha de Base, o que não omite a possibilidade de utilização de outros indicadores adicionais ou metodologias alternativas para avaliação do programa.

6 REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2014.

ABEOC. **Selo de Qualidade.** 2014. Disponível em: http://www.abeoc.org.br/qualidade/selo-de-qualidade/. Acesso em: 8 maio 2014.

ANSOFF, H. I. Business Strategy. Penguin Books, Boston, 1977.

BECKER, Bertha. **Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil**. Disponível em<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=3> Acessado em 23/04/2014.

BENI, Mário. **Análise Estrutural do Turismo**: 2001.

BENI, Mário. **Globalização do Turismo**: Megatendências do setor e a realidade brasileira. 2003.

BRASIL. **Turismo Acessível: Volume I, II, III e IV**. Brasil. Ministério do Turismo. 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo; EMBRATUR; FGV. **Pesquisa do Impacto Econômico dos Eventos Internacionais Realizados no Brasil – 2007/2008**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em http://www.turismo.gov.br. Acesso em 08/05/2014.

BRASIL. INFRAERO. **Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho**. Disponível em: < http://www.infraero.gov.br/index.php/aeroportos/rio-grande-do-sul/aeroporto-internacional-salgado-filho.html >. Acesso em: 08/04/2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 22/04/2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sobre o Sistema de Classificação**. 2014. Disponível em: < http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Sobre.action>. Acesso em: 29 abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2013.** 2013. Disponível em: < http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_-_2013_-_Ano_base_2012_-_Versao_dez.pdf>. Acesso em: 30 Abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. FIPE. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil** – 2010/2011. 2012. Disponível em: < http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/d

ownloads_demanda/Demanda_domxstica_-_2012_-_Relatxrio_Executivo.pdf >. Acesso em: 01/ 03/ 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo**. Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiros**. Ministério do Turismo, Brasília, 2009.
BRASIL. Ministério do Turismo. **Lista de Estabelecimentos Classificados**. 2014. Disponível em: < http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/pesquisarClassificados>. Acesso em: 29 /04/2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual de Orientações para Cadastramento dos Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo.** Out. 2011. Disponível em: <http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/_jsp/jsp/manuais/manual-usuario-cadastur.pdf>. Acesso em: 22/ 04/ 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado.** 2010. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 5 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sobre o Sistema de Classificação**. 2014. Disponível em: < http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Sobre.action>. Acesso em: 29 /04/2014.

BRASIL. Ministério do **Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo**. Turismo de negócios e eventos**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo; ABETA, Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura**. Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL. TRENSURB. **TRENSURB**. Disponível em: < http://www.trensurb.gov.br/home.php>. Acesso em: 10/04/2014.

CatSul. **Travessia Porto Alegre – Guaíba**. Disponível em: < http://www.travessiapoaguaiba.com.br/site/default.asp> Acesso em: 12/04/2014.

CICLOVIVO. **Reutilização reduz consumo de água dos restaurantes Mc Donald's.** 22 mar. 2011. Disponível em: http://ciclovivo.com.br/noticia/reutilizacao_reduz_consumo_de_agua_dos_restaurantes_mcdonalds. Acesso em: 8 maio 2014.

COMSCORE. **Número Recorde de Brasileiros Utiliza a Web para Planejar Viagens e Fazer Reservas.** 29 Ago. 2012. Disponível em: < http://www.comscore.com/por/Insights/Press_Releases/2012/8/Record_Number_of_Brazilians_Turn_to_the_Web_for_Planning_and_Booking_Travel>. Acesso em: 06 Maio 2014.

COMSCORE. **Número Recorde de Brasileiros Utiliza a Web para Planejar Viagens e Fazer Reservas.** 29 Ago. 2012. Disponível em: < http://www.comscore.com/por/Insights/Press_Releases/2012/8/Record_Number_of_Brazilians_Turn_to_the_Web_for_Planning_and_Booking_Travel>. Acesso em: 06 Maio 2014.

CUNHA, Licínio, **Economia e política do turismo**. 3 ed. Lisboa: Mcgrawhill,1997.

DAY, G. S. Estratégia voltada para clientes. Nova York, 1990.

DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgoto. **Plano Municipal de Saneamento Básico Modalidade – Abastecimento de Água**, Edição I, Porto Alegre, Novembro de 2013.

DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgoto. **Plano Municipal de Saneamento Básico - Modalidade Esgotamento Sanitário**, Edição I, Porto Alegre, Novembro de 2013

FERREIRA, Assuério; OLIVEIRA, Aércio. **Estruturação da Matriz de Insumo** – Produto do Turismo do Ceará. Fortaleza, março de 1996.

FGV. **Plano de Marketing do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015**/ FGV Projetos – Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, FEE/RSPIB Estadual - Série Histórica - 2002-2012. Portal da FEE na Internet. **Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**.Porto Alegre 2013. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pib-estadual-serie-historica-2002-2012.php, Acesso em 31/12/2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA DE ECONÔMICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, FIPE. **Multiplicador de emprego**. In:PRODETUR BA I. Relatório Final, Bahiatursa. pág. 189, dezembro de 1992.

G1. Bem Estar. **Anvisa Divulga Classificação de Bares e Restaurantes do Brasil para a Copa.** 2 maio 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/05/anvisa-divulga-classificacao-de-bares-e-restaurantes-do-brasil-para-copa.html. Acesso em: 9 maio 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: < http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <

http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2014.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Turismo. **Programa de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul –** PRODETUR RS. Corredor Turístico Grande Porto Alegre-Serra Gaúcha

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadão, Departamento de Planejamento Governamental. **MAPA DE INVESTIMENTOS 2012-2015**. Porto Alegre, dezembro de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografi a e Estatística, Diretoria de Geociências. **Atlas de Saneamento 2011.** Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – **Banco de Dados Sidra**. Portal da Internet do IBGE, 2013.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan.**Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan.**Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing: A Bíblia do Marketing. Prentice Hall Brasil**, 2006, 12a edição. 776p.

LAGE, Beatriz; MILONE, Paulo. **Turismo: Teoria e Prática**. Editora: ATLAS. Ano de Edição: 2000

LAGE, H. G.; MILONE, P. C. (Org). **Turismo – teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 117-13.

MELLO, Gustavo; GOLDENSTEIN, Marcelo**: Perspectivas da hotelaria no Brasil**. In Turismo, BNDES Setorial 33, p. 5-4. 2011. Disponível em:

MINISTÉRIO DO TURISMO, FIPE/MTur .**Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011** - relatório executivo. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/downloads_demanda/Demanda_domxstica_-_2012_-_Relatxrio_Executivo.pdf> Acesso em 04/12/2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO, FIPE/MTur -.**Estudo de Demanda Turística Internacional**. Brasília.Mtur, 2013.a.

MINISTÉRIO DO TURISMO, FIPE/MTur. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo,** Ano X Nº 40 (julho/setembro/2013). Rio de Janeiro, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO, FIPE/MTur. **Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade** – Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO, FIPE/MTur. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** – Relatório Brasil, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO, FIPE/MTur. **Sondagem do consumidor: intenção de viagem**. – Ano 6 (dezembro 2013) / FGV Projetos, Ministério do Turismo. – Rio de Janeiro, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO, FIPE/MTur.**Plano Nacional de Turismo, o turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. 2013-2016. Brasília.Mtur, 2013.b.

MINISTÉRIO DO TURISMO, MTur. **Anuário Estatístico de Turismo. Brasília**, Vol.40. Ano base 2012. 2013.c.

MOTA, K. C. N. **Marketing Turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001

PORTER, M. El poder de decir no. Revista Bank Strategy. 1998.

PORTER, M. Vantagem Competitiva, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA CONVENTION & VISITORS BUREAU (2014). 2014. Disponível em: <http://www.visiteportoalegre.com/>. Acesso em: 17 abr. 2014.

PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA CONVENTION & VISITORS BUREAU (2014). 2014. Disponível em: <http://www.visiteportoalegre.com/>. Acesso em: 17 abr. 2014.

PORTO ALEGRE Secretaria Municipal de Turismo. BEMTUR – **Boletim Estatísco Municipal do Turismo de Porto Alegre**. Edicção anual – 2012. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/bemtur_ano_2012.pdf. Acesso em: 14 maio 2014.

PORTO ALEGRE. **Boletim Estatístico do Turismo. Janeiro de 2011.** Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/boletim_estatisticofev2011.pdf. Acesso em: 14 maio 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, PMPA. **Boletim Estatístico**. Municipal do Turismo em Porto Alegre, BEMTUR. Portal da PMPA. 2013. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/bemtur_ano_2012.pdf>. Acesso em 02/12/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE; FACULDADE RIO-GRANDENSE, PMPA/FARGS. **Perfil do turista nacional na cidade de Porto Alegre**: relatório de pesquisa, 2010. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/perfilnac2010_-_relatorio_final.pdf>Acesso em 31/12/2013.

PRÓ-SINOS, Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Plano Municipal De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Do Município De Gramado.** Gramado/RS, 2012.

PRÓ-SINOS, Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Plano Municipal De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Do Município De São Francisco De Paula.** São Francisco de Paula/RS, 2012.

PRÓ-SINOS, Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Plano Municipal De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Do Município De Taquara.** Taquara/RS, 2012.

PRÓ-SINOS, Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Plano Municipal De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Do Município De Três Coroas.** Três Coroas/RS, 2012.

PRÓ-SINOS, Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Plano Municipal De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Do Município De Canela.** Canela/RS, 2012.

PRÓ-SINOS, Consórcio Público De Saneamento Básico Da Bacia Hidrográfica Do Rio Dos Sinos. **Plano Municipal De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Do Município De Igrejinha.** Igrejinha/RS, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Centros de Atenção ao Turista (CATs) no RS**. Disponível em: file:///D:/Maialu/Documents/Trabalho/tcbr/tcbr/PDITS%20RS/Documentos/20140205172524centros_de_atencao_ao_turistas_rs.pdf. Acesso em: 14 maio 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Portal Oficial do Governo do Rio Grande do Sul para a Copa do Mundo da FIFA 2014. **Aeroporto**. Disponível em: < http://www.copa2014.rs.gov.br/menu/190/aeroporto>. Acesso em: 08/04/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul. 2014. **Informações de MHs e UHs. Meios de Hospedagem Prodetur** – Abril de 2014. Xlsx. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <maialu.neves@gmail.com>. em: 23 abr. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul. 2014. **Informações de MHs e UHs. Meios de Hospedagem Prodetur – Abril de 2014. Xlsx.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <maialu.neves@gmail.com>. em: 23 abr. 2014.

ROSSELLÓ, James; AGILÓ, Eugenio; RIERA, Antoni. **Modeling tourism dynamics**. In Jounal of travel Research, version of Record, Jul. 14, 2005.

ROTEIROS DE CHARME. **Quem Somos**. 2014. Disponível em: http://www.roteirosdecharme.com.br/quem-somos.php. Acesso em: 28 abr. 2014.

ROTEIROS DE CHARME. **Quem Somos**. 2014. Disponível em: http://www.roteirosdecharme.com.br/quem-somos.php. Acesso em: 28 abr. 2014.

SEBRAE. **Pesquisa Perfil do Turista da Região das Hortênsias**. Disponível em http://hipnos.ucs.br/turismo/noticias.php?id=80. Acesso em 07/05/2014.

SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SEFAZ/RS. **Balanço geral do estado do Rio Grande do Sul**. SEFAZ/RS, 2013, disponível em: https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_bal_orcament, Acesso em 30/12/813

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ, SETUR/CE - **Turismo na terra da alegria corresponde a 10,8% do PIB no Ceará**. Publicado no Correio Braziliense em 25/06/2012, disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/turismo/2012/06/25/interna_turismo,309080/turismo-corresponde-a-10-8-do-pib-no-ceara.shtml). Acesso em 02/01/2014.

SENAC. **Placar na Hotelaria 2015**. 2014. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd3/placar_hotelaria/index.html. Acesso em 30 Abr. 2014.

SENAC. **Placar na Hotelaria 2015**. 2014. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd3/placar_hotelaria/index.html. Acesso em 30 Abr. 2014.

SURVERYMONKEY. **Tamanho da amostra do questionário.** Disponível em: < https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/>. Acesso em: 27 Abr. 2014.

SURVERYMONKEY. **Tamanho da amostra do questionário.** Disponível em: < https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/>. Acesso em: 27 Abr. 2014.

UNWTO. General Assembly 19th Session. **Tourism towards 2030** – Global Overview. Gyeongju, Republic of Korea, 10 October 2011, disponível em http://media.unwto.org/sites/all/files/pdf/unwto_2030_ga_2011_korea.pdf. Acessado em 03/01/2014.

UNWTO. **World Tourism Barometer,** Volume 11 – December 2013, disponível em http://dtxtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom13_06_dec_excerpt.pdf. Acessado em 03/01/2014.

VARADARAJAN,P. JAYACHANDRAN, S. Marketing strategy: an assessment of the state of the field and outlook. 1999.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing Turístico**: receptivo e emissivo: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados. São Paulo: Pioneira, 1999.

VEJA Porto Alegre. 2014. Disponível em: http://vejabrasil.abril.com.br/porto-alegre. Acesso em: 14 maio 2014.

VIEIRA, Henrique C.; CASTRO, Aline E. de; SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco. O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. **XIII SemeAd – Seminários em Administração.** Set. 2010. Disponível em: < http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/612.pdf>. Acesso em: 27 Abr. 2014.

VIEIRA, Henrique C.; CASTRO, Aline E. de; SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco. O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. **XIII SemeAd – Seminários em Administração.** Set. 2010. Disponível em: < http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/612.pdf>. Acesso em: 27 Abr. 2014.

WTTC. **Travel & Tourism**: Economic Impact World. 2014.

ANEXOS

ANEXO I - TABELA ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO VARIÁVEL - NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES (UNIDADES)

ANEXO II - ESTIMAÇÃO DA ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA TURÍSTICA NO BRASIL

ANEXO III - TABELA RIO GRANDE DO SUL, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DO CORREDOR: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES, EM R$ MILHÕES, 2007-2011

ANEXO IV - METODOLOGIA, FORMULÁRIOS E ANÁLISE DAS PESQUISAS COM SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

ANEXO V – MODELO DO QUESTIONÁRIO - QUADRO INSTITUCIONAL